

ANAIIS



3º FIPI

Fórum Internacional de
Pesquisas Interdisciplinares

Interdisciplinaridade, Universidade e Ação



PPGSED

Programa de Pós-Graduação Sociedade e Desenvolvimento



WWW.FIPI.UNESPAR.EDU.BR

COMISSÃO ORGANIZADORA

Prof. Dr. Fred Maciel
Prof.^a Dr.^a Adriana Delmira Mendes Polato
Prof.^a Dr.^a Maria Inez Barboza Marques
Serena Andrade Frasson
Rafaela Karen Scheffer
Olívia Rodrigues Fogaça

COMISSÃO CIENTÍFICA

Prof.^a Dr.^a Adriana Delmira Mendes Polato (Unespar)
Prof.^a Dr.^a Jacqueline Sanches Vignoli (Unespar)
Prof.^a Dr.^a Wilma dos Santos Coqueiro (Unespar)
Prof.^a Dr.^a Mirian Cardoso da Silva (IFC-CAM)
Prof. Dr. Carlos Alexandre Molena Fernandes (Unespar)
Prof.^a Dr.^a Meire Aparecida Lóde Nunes (Unespar)
Prof.^a Dr.^a Fabiane Freire França (UEM/Unespar)
Prof.^a Dr.^a Suzana Pinguello Morgado (UEM/Unespar)
Prof.^a Dr.^a Adriana Regina de Jesus (UEL)
Prof. Dr. Nestor Cortez Saavedra Filho (UTFPR)
Prof. Dr. Fred Maciel (Unespar)
Prof. Dr. Roger dos Anjos de Sá (SEDUC-GO)
Prof.^a Me. Fernanda Feltes (UFRGS)
Prof. Dr. Marcos Clair Bovo (Unespar)
Prof. Dr. Lucas da Silva Salmeron (Unespar)
Prof.^a Dr.^a Maria Izabel Rodrigues Tognato (Unespar)
Prof.^a Dr.^a Rosana de Fátima Silveira Jammal Padilha (IFPR)
Prof.^a Dr.^a Mayra Stevanato (Unespar)
Prof. Dr. Rafael Freire de Paula (Unespar)
Prof.^a Dr.^a Maria Inez Barboza Marques (Unespar)
Prof.^a Dr.^a Isabela Candeloro Campoi (Unespar)

REALIZAÇÃO

Programa de Pós-Graduação Interdisciplinar Sociedade e Desenvolvimento (PPGSeD)

APOIO:



UNIVERSIDADE ESTADUAL DO PARANÁ

Reitora

Prof.^a Dr.^a Salete Machado Sirino

Vice-reitor

Prof. Dr. Carlos Alexandre Molena Fernandes

Direção do Campus

Prof.^a Me. Ceres América Magalhães Ribas

Expediente

3º Fórum Internacional de Pesquisas Interdisciplinares

Unespar/Campus de Campo Mourão

Av. Comendador Norberto Marcondes, 733 - Centro

CEP 87.302-060 - Campo Mourão - Paraná

E-mail: secretaria.ppgsed@unespar.edu.br

Site: www.fipi.unespar.edu.br

Telefone: (44) 3518-1876

Capa/Arte

Cleverson de Lima

Diagramação

Comissão Organizadora

Dados Internacionais de Catalogação na Publicação (CIP) (Câmara Brasileira do Livro, SP, Brasil)

Anais do 3º Fórum Internacional de Pesquisas Interdisciplinares [livro eletrônico] : interdisciplinaridade, universidade e ação / organização Fred Maciel...[et al.]. -- Campo Mourão, PR : Ed. dos Autores : Programa de Pós-Graduação Interdisciplinar Sociedade e Desenvolvimento, 2026.
PDF

Vários autores
Bibliografia
ISBN 978-65-01-99191-7

1. Congressos 2. Educação 3. Interdisciplinaridade
4. Seminários - Brasil 5. Universidades e escolas superiores I. Maciel, Fred.

26-344109.0

CDD-370

Índices para catálogo sistemático:

1. Educação 370

Livia Dias Vaz - Bibliotecária - CRB-8/9638

SUMÁRIO

ST 1 - Linguagem e sociedade: discursos, sujeitos, vivências e práticas.....	4
ST 2 - Literatura e artes: interseccionalidades.....	102
ST 3 - Saúde e qualidade de vida na sociedade contemporânea.....	185
ST 4 - Direitos humanos, políticas educacionais e educação digital: proposições interdisciplinares.....	238
ST 5 - Desafios e relações da/na América Latina.....	296
ST 6 - Espaços públicos e cidades.....	332
ST 7 - Percursos científicos em processos educativos e socioculturais: desafios emergentes ao desenvolvimento da sociedade.....	409
ST 8 - Sociedade, sustentabilidade e Agenda 2030.....	459
ST 9 - Temas transversais.....	503

“SE NÃO FOSSE ESSE USO IMPOSITIVO”: AUTONOMIA PEDAGÓGICA NA EDUCAÇÃO PARANAENSE A PARTIR DE DISCURSO DE DOCENTE DA ÁREA DE ENSINO DE LÍNGUAS

SILVA, Matheus Gabriel Ibba Camargo¹POLATO, Adriana Delmira Mendes²

ST 1 - Linguagens e sociedade: discursos, sujeitos, vivências e práticas

INTRODUÇÃO

Vivemos em um contexto mundial permeado pelo uso de Tecnologias da Informação e da Comunicação (TICs) e Tecnologias Digitais da Informação e da Comunicação (TDICs). Segundo a pesquisa TIC Domicílios de 2024 (Comitê Gestor da Internet no Brasil, 2025), 159 milhões de brasileiros usam a *internet* todos ou quase todos os dias, o que demonstra a presença do universo digital na vida da população. As pessoas utilizam TVs, *smartphones*, *tablets* e recursos *online* para estarem ligadas a atividades cotidianas e do ambiente de trabalho.

Na área da Educação, não é diferente. Após o período pandêmico da Covid-19, houve um aumento da implementação de TDICs nas escolas (Lima, 2024). Salas de aula, secretarias, pátios, laboratórios de química, física e informática e até cantinas são imbuídas de algum aparelho, pequeno ou grande, que permite aos profissionais da Educação e estudantes uma conexão ao mundo digital.

Os responsáveis pelo processo de ensino e aprendizagem, professores, percebem a presença de tecnologias em seu agir pedagógico. Sendo assim, os docentes, situados em um ambiente propício, cada vez mais, à inserção de TDICs, opinam sobre o fenômeno da digitalização e da plataformização do ensino nas escolas. Saito e Ribeiro (2013), em sua pesquisa, notaram a existência de concepções tecnofílicas e tecnofóbicas³ entre o professorado. Com isso, percebemos diferentes refrações sobre as TDICs no ensino e

¹ Mestrando, Programa de Pós-Graduação Interdisciplinar Sociedade e Desenvolvimento (PPGSeD), Universidade Estadual do Paraná (Unespar), *campus* de Campo Mourão, matheusibba@hotmail.com.

² Doutora em Estudos Linguísticos, docente da Universidade Estadual do Paraná (Unespar), *campus* de Campo Mourão, ampolato@gmail.com.

³ O adjetivo “tecnofóbica” indica aversão a tecnologias, enquanto “tecnofílica”, afinidade a elas.

aprendizagem: de um lado, podem existir profissionais que são a favor de seu uso; de outro, o contrário.

No estado do Paraná, região que focamos para esta pesquisa, a inserção de tecnologias digitais antecede o período pandêmico de 2020. Todavia, o aumento no volume de recursos, como plataformas e *tablets*, se dá após esse momento histórico, quando a *internet* era essencial ao ensino e aprendizagem. Nesse contexto, os professores paranaenses do ensino de línguas, como os de Língua Portuguesa (LP), sentem uma torrente de novas TDICs em seu ambiente de trabalho, como as plataformas *Leia Paraná* e *Redação Paraná*, por exemplo. E, nesse cronotopo - relação tempo espaço, em sentido bakhtiniano - eles manifestam posicionamentos axiológicos/ideológicos sobre o uso de TDICs nas escolas.

O objetivo deste resumo expandido, em que há resultados parciais de uma pesquisa de mestrado sobre políticas para uso de tecnologias na Educação paranaense de ensino de línguas, é analisar o discurso de um sujeito-docente da Educação pública paranaense, lotado no Núcleo Regional de Educação (NRE) de Campo Mourão, do componente curricular de LP, sobre as tecnologias nas escolas estaduais. Por fim, ressaltamos que o recorte para este trabalho é a avaliação docente sobre as implicações sobre autonomia pedagógica frente ao constante uso de TDICs em sala de aula.

METODOLOGIA

A metodologia desta pesquisa é qualitativa interpretativista (Ribeiro *et al.*, 2023), baseada em um estudo de caso (Sátyro; D’Albuquerque, 2020), feito por meio de uma amostra por conveniência (Gil, 2008). Além disso, a coleta do discurso aconteceu via entrevista semiestruturada de 17 questões.

A fim de analisar o discurso, recorreremos à Análise Dialógica do Discurso (ADD), corrente teórica brasileira calcada em estudos do Círculo de Bakhtin (Bakhtin, 2010, 2017; 2018; Medviedév, 2019; Volóchinov, 2018, 2019). Valemo-nos, além disso, das orientações de Petri (1999) para transcrição de entrevistas do oral para o escrito, a qual possibilita ressaltar aspectos entonacionais, caros à perspectiva dialógica de trabalho com a língua(gem).

DISCUSSÕES E RESULTADOS

O sujeito-docente entrevistado, P1, manifestou, em sua fala, um posicionamento axiológico que tende à tecnofilia. Quando questionado se existem vantagens pedagógicas ao utilizar a tecnologia, respondeu que as plataformas digitais usadas no estado do Paraná possuem recursos válidos para o ensino de LP, como os de criatividade para a escrita literária e argumentativa. Entretanto, há complicações quanto à cobrança do uso de TDICs em sala de aula.

Segundo P1, o foco em metas impede que as tecnologias sejam usadas de modo efetivo, isto é, que corroborem melhorias no processo de ensino e aprendizagem de língua materna. O sujeito-docente, por exemplo, afirma que há a impossibilidade de realizar reescrita textual com o aluno. Para P1, é necessário realizar a revisão e reescrita de textos do alunado; esses processos, porém, não conseguem ser efetivados em razão de exigências para alcançar metas numéricas em um sistema que homogeneiza o alunado, ou seja, apaga a heterogeneidade de sua formação e desenvolvimento reais. Além disso, o entrevistado enfatiza a cobrança como política que lhe impede de realizar seu trabalho de modo adequado, de acordo com os desenvolvimentos do eixo da escrita, preconizados pela Linguística Aplicada do Brasil;

P1: O problema é (pausa) A QUESTÃO DA COBRANÇA, que é totalmente inviável se você quiser fazer um trabalho minimamente decente, entende? Então, você acaba às vezes correndo, você acaba... é... as- não pedindo uma reescrita como você GOSTARIA por causa da questão do tempo, da META, do número, isso impossibilita o trabalho melhor.

O sujeito-docente entrevistado afirma que as tecnologias são válidas e podem ser usadas para a escrita de diversos gêneros textuais, o que comprova, em sua fala, um pensamento tecnofílico, porém crítico não em direção a tecnologia em si, mas a política que rege seus usos. P1 percebe as TDICs como úteis para o ensino de escrita. Em seu discurso, a ênfase entonacional à “questão da cobrança”, (des)revela o cerceamento da autonomia docente. As entonações de denúncia e lamento conjugam-se neste valor enunciado. Como postula Volóchinov (2019), a entonação é a expressão de uma avaliação social compartilhada. Em adição, Bakhtin (2010, p. 87), “nenhum conteúdo seria realizado, [...] se não se estabelecesse um vínculo essencial entre o seu conteúdo e o seu tom emotivo-volitivo, isto é, o seu valor realmente afirmado por aquele que pensa”. Já com o signo ideológico “meta”

(Volóchinov, 2018) o docente denuncia o valor de uma educação mercadológica, o que reforça a retirada da autonomia docente, pois a preocupação não é do desenvolvimento individual e coletivo dos sujeitos alunos, mas o cumprimento de metas. A resposta avaliativa docente é queixosa sobre as condições de trabalho. Não é uma reflexão abstrata, mas uma reação dentro da esfera pedagógica, à pressão, à cobrança e à questão do tempo/meta/número. Assim o docente prossegue:

P1: [...] eu acredito que com certeza as... tecnologias trazem muita coisa boa, o problema é a FORMA como tá sendo colocado. É obrigatoriedade. Não vou dizer que as plataformas que hoje nós temos no, na educação pública do estado do Paraná, elas são inúteis. Não. Tem muita coisa bacana, muita coisa que é proveitosa no ensino de língua materna, que é proveitosa na questão criativa pros alunos também produzirem seus poemas, produzirem suas narrativas, produzirem seus textos opinativos e assim por diante.

O professor é categórico em seu posicionamento tecnofílico, reconhecendo seu potencial pedagógico e utilidade como ferramenta digital que corrobora a criatividade na escrita. No entanto, o entrevistado entende a obrigatoriedade como questão central que dificulta o ensino e aprendizagem, impactando em sua autonomia pedagógica. Devido ao uso impositivo, o sujeito-docente se sente impossibilitado de utilizar, de modo adequado, as TDICs em sua aula. Não há como “dosar” a frequência das tecnologias na sala, o que, para P1, representa encurtamento de sua autonomia. Ademais, os recursos digitais não podem ser modificados. P1 usa obrigatoriamente as tecnologias, mas não lhe é permitido alterá-las para as necessidades de suas turmas, ao passo que as próprias tecnologias empregadas foram desenvolvidas sem considerar a interdisciplinaridade com os desenvolvimentos da área. Assim sendo, a realização de adaptações e customizações não é possível, encurtando a autonomia pedagógica do sujeito-entrevistado.

P1: Da forma como está, sim. Totalmente. Se não fosse esse uso impositivo, a- se a gente pudesse dosar, se a gente pudesse adaptar, customizar de acordo com a realidade de cada sala de aula, dos alunos, seria muito mais eficiente, mas (pausa) da forma como está acontecendo ela não agrega.

Entendemos, a partir das falas de P1, um posicionamento axiológico *tecnofílico-encurtado*. É tecnofílico porque o sujeito-docente reconhece o potencial de TDICs para o processo de ensino e aprendizagem em língua materna; e é encurtado por dois motivos: I. a

pessoa entrevistada percebe que as demandas pelo uso de recursos digitais impedem a realização de um trabalho docente “decente”, atento à heterogeneidade do desenvolvimento dos sujeitos alunos e, II. entende que a falta de opções para “dosar”, adaptar e customizar o uso de tecnologias retira sua autonomia pedagógica, já que estas, a exemplo da Plataforma Redação Paraná, restringe-se à correção do texto como higienização, focando aspectos totalmente normativos e não os discursivos, que elevam a escrita ao plano da autoria, da interlocução, da consideração do interlocutor, como prenuncia Geraldí (1991).

CONSIDERAÇÕES FINAIS

As tecnologias, que tem mais de 150 milhões de adeptos, são amplamente utilizadas em diversas áreas da sociedade brasileira, como a da Educação. Professores de língua materna e estrangeira, que vivem nesse contexto, usam recursos digitais em sala de aula e possuem opiniões sobre o que vivem. Esses pensamentos podem oscilar entre tecnofóbicos e tecnofílicos.

No caso do sujeito-docente entrevistado, percebemos um posicionamento favorável ao uso de tecnologias. Para P1, as plataformas digitais podem potencializar o ensino de línguas devido aos recursos criativos que há nelas. O sujeito apresenta alguns impasses quanto ao uso atual de TDICs. Segundo o entrevistado, a obrigatoriedade e a cobrança impedem a realização de um trabalho adequado. É isso que lhe retira a autonomia pedagógica em sala de aula. Por conta das altas demandas, P1 não consegue efetivar seu trabalho como gostaria: realizar, com o estudante, o processo de revisão e reescrita de textos.

Ao analisar o discurso de P1, percebemos um posicionamento axiológico tecnofílico-encurtado, porque a tecnologia, para o entrevistado, pode ser usada a fim de potencializar o ensino e aprendizagem de línguas, mas há problemáticas sobre imposição e constância de uso de TDICs em sala de aula.

REFERÊNCIAS

BAKHTIN, Mikhail. **Notas sobre literatura, cultura e ciências humanas**. 1. ed. São Paulo: Editora 34, 2017.

BAKHTIN, Mikhail. **Teoria do romance II: as formas do tempo e do cronotopo**. 1. ed. São Paulo: Editora 34, 2018.

BAKHTIN, Mikhail Mikhailovich. **Para uma filosofia do ato responsável**. Trad. de Valdemir Miotello e Carlos Alberto Faraco. São Carlos: Pedro & João Editores, 2010 [1920/1924].

COMITÊ GESTOR DA INTERNET NO BRASIL. **Pesquisa sobre o uso das tecnologias de informação e comunicação nos domicílios brasileiros: TIC Domicílios 2024**. São Paulo: Comitê Gestor da Internet no Brasil, 2025. Disponível em: https://cetic.br/media/docs/publicacoes/2/20250512120132/tic_domicilios_2024_livro_eletronico.pdf. Acesso em: 14 out. 2025.

GERALDI, João Wanderley. **Portos de passagem**. 4. ed. São Paulo: Martins Fontes, 1991.

GIL, Antonio Carlos. **Métodos e técnicas de pesquisa social**. 6. ed. São Paulo: Atlas, 2008.

LIMA, Gilsimar de. **Formação continuada de professores(as) e o uso das Tecnologias Digitais da Informação e Comunicação (TDICS) em tempos de pandemia**. 117f. Dissertação. (Mestrado) - Programa de Pós-Graduação Interdisciplinar Sociedade e Desenvolvimento, Universidade Estadual do Paraná, Campus de Campo Mourão, Campo Mourão, 2024.

MEDVIÉDEV, Pável Nikoláievich. **O método formal nos estudos literários: introdução crítica a uma poética sociológica**. Tradução Sheila Camargo Grillo e Elkaterina Vólkova Américo. São Paulo: Contexto, 2019.

PETRI, Dino. **O discurso oral culto**. 2. ed. São Paulo: Humanitas/FFLCH-USP, 1999.

RIBEIRO, Fernanda Borges Vaz. PICALHO, Antonio Carlos. CUNICO, Leticia. FADEL, Luciane Maria. Abordagem interpretativista e método qualitativo na pesquisa documental: descrição geral das etapas de coleta e análise de dados. **Revista Interdisciplinar Científica Aplicada**, Blumenau, v. 17, n. 1, p. 100-113. jan./mar. 2023. ISSN 1980-7031. Disponível em: <https://portaldeperiodicos.animaeducacao.com.br/index.php/rica/article/view/18159>. Acesso em: 3 nov. 2024.

SAITO, Fabiano Santos; RIBEIRO, Patrícia Nora de Souza. (Multi)letramento(s) digital(is) e teoria do posicionamento: análise das práticas discursivas de professoras que se relacionaram com as tecnologias da informação e comunicação no ensino público. **Revista Brasileira de Linguística Aplicada**, [S. l.], v. 13, n. 1, p. 37-66, 18 dez. 2012. FapUNIFESP (SciELO). Disponível em: <https://www.scielo.br/j/rbla/a/3tY5qy8W4MW4hgFTwRMjZNJ/?lang=pt>. Acesso em: 4 jul. 2024.

SÁTYRO, Natália Guimarães Duarte; D'ALBUQUERQUE, Raquel Wanderley. O que é um Estudo de Caso e quais as suas potencialidades. **Sociedade e Cultura**, [S. l.], v. 23, p. 1-33, 18 maio 2020. Disponível em: <https://revistas.ufg.br/fcs/article/view/55631>. Acesso em: 6 set. 2024.

VOLÓCHINOV, Valentin. **Marxismo e filosofia da linguagem**. 2. ed. São Paulo: Editora 34, 2018.

VOLÓCHINOV, Valentin Nikoláievitch. 2019 [1930]. Estilística do discurso literário II: A construção do enunciado. *In*: VOLOCHÍNOV, Valentin Nikoláievitch. **A palavra na vida e a palavra na poesia**: ensaios, artigos, resenhas e poemas. Tradução: Sheila Grillo e Ekaterina Vólvoka Américo. São Paulo: Editora 34, 2019.

A FORMAÇÃO DOCENTE PARA O TRABALHO COM A PRÁTICA DE ANÁLISE LINGUÍSTICA EM PERSPECTIVA DIALÓGICA A PARTIR DO GÊNERO LADRÃO DE MARABAIXO

SANTOS, Gercilene Vale dos¹

OHUSCHI, Márcia Cristina Greco²

ST 1 - Linguagens e sociedade: discursos, sujeitos, vivências e práticas

INTRODUÇÃO

Este trabalho é parte de uma Tese de Doutorado e aborda o tema “O desenvolvimento de saberes docentes sobre a prática de análise linguística em perspectiva dialógica a partir do gênero discursivo ladrão de marabaixo no contexto de formação continuada”. O gênero é oriundo da prática ancestral do Marabaixo, manifestação ancestral, religiosa e cultural de afroamapaenses que conta com mais de dois séculos de existência. Temos como objetivo apresentar a caracterização de saberes docentes no processo de reflexão sobre a análise linguística em perspectiva dialógica a partir do gênero ladrão de marabaixo, decorrente de estudo teórico-metodológico voltado à formação continuada. O aporte teórico que embasa este trabalho assenta-se nos estudos do Círculo de Bakhtin (Volóchinov, 2019 [1926]; 2021 [1929]; Bakhtin Para esta proposta, analisamos amostras representativas de atividades linguísticas, epilinguísticas e metalinguísticas orientadas e respondidas pelas professoras participantes relacionadas ao título do ladrão de Marabaixo. A proposta está organizada, além da introdução, em metodologia, discussão e resultados, considerações finais.

METODOLOGIA

O viés metodológico da Tese de doutorado configura-se como uma pesquisa-ação, de natureza qualitativo-interpretativo, sob viés da etnografia colaborativa. Neste recorte, o *corpus* de análise é a mediação e as respostas docentes dadas a atividades de Prática de Análise Linguística em perspectiva dialógica sobre o ladrão de Marabaixo *Aonde tu vai rapaz*,

¹ Doutora pela Universidade Federal do Pará (PPGL/UFPa), professora da Secretaria de Estado de Educação/Amapá, gercivaledoutorado@gmail.com.

² Doutora pela Universidade Estadual de Londrina, Professora Associada II do Curso de Letras da Universidade Federal do Pará, marciaohuschi@yahoo.com.br.

de Raimundo Ladislau (Brasil, 2018), implementadas em caráter teórico-prático no bojo do curso de formação continuada desenvolvido durante a pesquisa. A análise recaiu sobre a mediação docente e as respostas docentes a atividades linguísticas, epilinguísticas e metalinguísticas relacionadas ao título. Caracterizamos as respostas a considerar a tessitura do discurso, axiologias sociais, realces valorativos. Apresentamos na seção seguinte, as discussões e resultados da atividade implementadas.

DISCUSSÕES E RESULTADOS

A atividade de prática de análise linguística ora analisada foi desenvolvida a partir do ladrão de marabaixo, *Aonde tu vai rapaz*, de Raimundo Ladislau (Brasil, 2018):

Aonde tu vai rapaz

Aonde tu vai rapaz
 Por esses campos sozinho
 Vou construir minha morada
 Lá nos campos do Laguinho

Quando vim da minha casa
 Me perguntou como passou
 Rapaz eu não tenho casa
 Tu me dá um armador

Destelhei a minha casa
 Com a intenção de retelhar
 Mas a Santa Engrácia não fica
 Como a gente pode ficar?

Estava na minha casa
 Conversando com a companheira
 Não tenho pena da terra

Só tenho do meu coqueiro

Largo de São João
 Já não tem nome de santo
 Hoje é reconhecido
 Por Barão do Rio Branco

A Avenida Getúlio Vargas
 Tá ficando que é um primor
 Essas casas foram feitas
 Pra só morar os doutor

Dia primeiro de junho
 Eu não respeito o senhor
 Eu saio gritando viva
 Para o nosso governador
 (Raimundo Ladislau. Versão registrada no
Dossiê do Marabaixo pelo IPHAN, 2018, p.
 18-19).

Após análise dialógica do texto (Santos; Ohuschi, 2023), desenvolvemos proposta teórico-metodológica a partir de uma Sequência de Análise Linguística (Santos; Ohuschi, 2025), a qual foi elaborada em cinco módulos a contemplar a dimensão social e verbal do gênero. A primeira contemplou atividades voltadas às Relações Dialógicas Preliminares; Relações Dialógicas Imediatas, Relações Dialógicas Subsequentes; Constituição dialógica do enunciado concreto. A segunda, contemplou a Dimensão verbal do enunciado e abordou atividades de PAL a partir de Geraldi (2013[1994]), Polato (2017); Polato e Menegassi

(2019a); Ohuschi (2019); Mendes-Polato; Ohuschi; Menegassi (2020) Ritter; Ohuschi (2022). Essas atividades foram desenvolvidas a partir de agrupamentos temáticos do enunciado-texto: a) título e refrão do enunciado; b) 2ª, 3ª e 4ª estrofes; c) 5ª, 6ª e 7ª estrofes).

A proposta vislumbrou o estudo teórico-metodológico da PAL em perspectiva dialógica com as professoras participantes por meio de estudo teórico-prático. O objetivo era que as professoras compreendessem a constituição arquitetônica da PAL em suas dimensões conceituais e metodológicas assim como a relação entre o estilo verbal e o ensino de aspectos linguísticos, discursivos e enunciativos para o desenvolvimento da consciência socioideológica de sujeitos. Neste trabalho, detemo-nos nas atividades relacionadas ao título, a considerar: a) mediação nas atividades do título; b) análise das respostas docentes.

As atividades linguísticas desse bloco introduzem a abordagem ao tema do enunciado: a indignação do autor social em relação às decisões governamentais que remanejeram moradores do centro da cidade para o Laguinho, em Macapá-AP. As atividades epilinguísticas contemplam a reflexão sobre sentidos, valores, entonação expressiva, apreciação valorativa e valor social. Já as metalinguísticas abordam as variantes culturais e de registro, assim como o sinal de pontuação.

Ao mediarmos a abordagem de conceitos dialógicos, explicamos sobre a sigla PAL e que o trabalho com essa prática de linguagem envolve os valores humanos repercutidos na e pela linguagem e não os conceitos gramaticais. Em seguida, abordamos os conceitos de dimensão social e dimensão verbal, estilo verbal, axiologias sociais e tema. A seguir, demonstramos nossa abordagem em relação ao estilo e ao tema. Procuramos saber das professoras o que elas entendiam sobre o estilo verbal, pois é por meio dele que se efetivam as relações humanas, ao expressar sentidos e avaliações sociais construídas entre os interlocutores, em prol de um tema na interação social (Polato; Menegassi, 2017). Suas respostas demonstraram consciência acerca do estilo verbal como marca de autoria, por meio do qual é possível construir uma imagem social do sujeito, a partir do seu posicionamento, do jeito de se expressar, da linguagem utilizada no texto. Em relação ao tema em perspectiva dialógica, explicamos a diferença entre assunto e tema. Para tanto, usamos exemplos como os relacionados à redação do ENEM e à sua relação com a opinião e o posicionamento do autor:

PROFESSORA FORMADORA: (...)quando o meu aluno escreve cada um escreve de um jeito cada um demonstra ali o seu pensar... a sua opinião... né... o seu ponto de vista eh... a sua representação ideológica...é nesse momento que nós vamos ter a percepção do tema (56:10). (...) um exemplo clássico do tema é a redação do ENEM... (Módulo 11- Atividade Bloco 5 da SAL - A dimensão verbal do enunciado - título e refrão: 55min14eg – 57min12seg., Macapá-AP, 16.11.2023).

Dessa maneira, procuramos reforçar que o tema não é abstrato, mas implica em um envolvimento emocional e posicionado do autor com o seu projeto de dizer e se diferencia de assunto. Assim passamos a mediação das atividades de PAL.

As atividades linguísticas versaram sobre hipóteses acerca do tema e a compreensão dos valores ancestrais do Marabaixo; as epilinguísticas contemplaram a ausência do sinal de pontuação, a entonação expressiva e a apreciação valorativa; a metalinguística englobou a variação de registro e o valor social acerca das escolhas linguísticas dos sujeitos. Explicamos às docentes que as atividades linguísticas são atividades de leitura e produção textual (Geraldini, 2013), que envolvem a compreensão progressiva do tema a partir da exploração do sentido e do valor inseridos em enunciados situados social e historicamente (Mendes-Polato, Ohuschi, Menegassi, 2020). Em seguida, encaminhamos as orientações na expectativa de levar as professoras a desvelarem o tema do enunciado em um processo de compreensão que se esperava ser ativo-dialógica (Acosta-Pereira, 2022).

(Ling) O que o título do enunciado sugere sobre o tema do discurso?

Professora Formadora: vamos lá... o que o título do enunciado sugere sobre o tema do discurso... né? [...] aqui ... a gente... trabalhando uma **atividade de compressão e de relação dialógica com o extraverbal** quando eu falo que... por exemplo... esse tema... **ele não tá relacionado só ao que tá escrito... eu preciso acionar aquelas atividades que a gente fez antes... né... que estão voltadas ao extraverbal** que estão... **voltado ao contexto histórico... social...** (Módulo 11- Atividade Bloco 5 da SAL – A dimensão verbal do enunciado - título e refrão: 1h50min19seg – 1h51min29seg., Macapá-AP, 16.11.2023, destaque nosso).

Na mediação, procuramos identificar a atividade e recuperar explicações compartilhadas em atividades relacionadas à dimensão social, quando exploramos conceitos teórico-metodológicos como o extraverbal, a partir da compreensão do contexto sócio-histórico e ideológico. As respostas expressaram pontos de vista diferentes em relação aos sujeitos sociais representados no texto.

(Ling) O que o título do enunciado sugere sobre o tema do discurso?

“Sugere a desolação de quem ficou sem moradia” (Tia Zezé).

“O título do enunciado sugere sobre o **tema** do ladrão de marabaixo o **descontentamento** do **autor-criador** com a mudança de moradia, com a **retirada** da sua comunidade do **lugar de origem** para **outro mais periférico**” (Tia Gertrudes).

5. (Ling.) Os valores afrodescendentes e afro-brasileiros sob os quais a cultura do Marabaixo está assentada são a ancestralidade, a palavra, a religiosidade e o senso de comunidade. Avalie o título e comente: que valor ou valores afrocêntricos(s) e afro-brasileiro(s) é (são) mais evidente (s) no dizer que intitula o enunciado? Obtivemos como respostas:

Tia Zezé: “Os valores do reconhecimento do rapaz que passa como sendo um ser familiar, um membro da comunidade, praticante da mesma cultura, que vivencia desgostos e alegrias em comum”.

Tia Gertrudes: “Acredito que sejam os valores da palavra e do senso de comunidade, pois fica claro a preocupação do outro com seu amigo ou até mesmo vizinho, parente, ou seja, o autor o reconhece como alguém que faz parte da sua comunidade e a palavra porque é através dela que ele expressa toda sua vontade, seus desejos e preocupação com o outro” (Módulo 11- Atividade Bloco 5 da SAL – A dimensão verbal do enunciado - título e refrão: respostas elaboradas pelas professoras. Macapá-AP, 16.11.2023).

As professoras adotaram estilos distintos. Tia Zezé, ao adotar o estilo mais objetivo e expositivo marca sua subjetividade por escolhas linguístico-enunciativas que explicitam sua atenção à situação dos sujeitos e da cultura marabaixeira. Em relação à compreensão de tema, destaca-se a conexão ao extraverbal e aos significados sociais; em relação aos valores ancestrais do marabaixo, a atenção às vivências socioemocionais da comunidade afroamapaense. Suas respostas revelam internalização de conceitos como extraverbal, relações sociais, juízos de valores sociais e ancestrais do Marabaixo, os quais contribuem para a compreensão do gênero ladrão de marabaixo, em sua constituição verbal e sociocultural.

Tia Gertrudes dispõe de um estilo comentador, por meio do qual analisamos suas respostas às atividades linguísticas. Seu processo de compreensão é ativo e dialógico ao percebemos apropriação de terminologias inerentes à perspectiva dialógica em seu vocabulário. Com isso, ela expressa que, aos poucos, vai compreendendo seus significados e sentidos; desenvolve enunciados ampliados, cuja singularidade explicita explicações, comparações, demonstrando ampliação de sua consciência tanto em relação ao tema do ladrão de marabaixo quanto em relação à prática de análise linguística em perspectiva dialógica.

Ao focarmos nas atividades epilinguísticas, explicamos sua definição e aspectos envolvidos. Focalizamos, ainda, a necessidade de explorar recursos expressivos e a

importância da reflexão sobre sentidos e seus efeitos, sobre juízos de valor, emoções, relações, dialógicas, vozes sociais, representações espaço-temporais no texto na relação com o todo enunciativo. Polato e Menegassi (2019b) explicam que as atividades epilinguísticas dialógicas têm direta relação com as reflexões que incorrem na compreensão da inter-relação das axiologias inerentes aos contextos culturais, sociais, históricos e ideológicos das interações e estão configuradas na forma como o tema é abordado pelos interlocutores sociais. A partir da questão 3, a seguir, analisamos a resposta das professoras que focalizava a ausência da pontuação e sua relação na entonação expressiva e sua ressonância valorativa.

(Epi) A ausência da pontuação interfere na entonação expressiva do enunciado? Que apreciação valorativa pode ser observada a partir dessa ausência?

Professora Formadora: [...] “que apreciação valorativa, pode ser observada a partir dessa ausência?” [...] aqui... aí de novo... isso aqui é um processo que... nos leva a pensar... né... Tem um valor isso aqui... essa ausência? né? De novo vai fazer com que esse meu aluno retorne a esse lugar de pensar sobre a oralidade... pensar... sobre essa entonação e os juízos que se faz a respeito dessa ausência... da linguagem...então vamos observando que aqueles elementos... do estilo...do tema...eles estão presentes aqui...tão dentro desse enunciado ...desse título eu tenho aqui como estilo a ausência de pontuação ... um elemento importante e a entonação...que não deixa de ser uma pergunta... né... “Aonde tu vai rapaz?” E (ele) tem esse valor? Por que que começa... o título é (com)) uma pergunta?

(Módulo 11 Atividade bloco 5 da SAL – A dimensão verbal do enunciado - título e refrão: 01h53min32seg – 01h54min56seg., Macapá-AP, 16.11.2023).

Nossa orientação inicial em relação à atividade epilinguística foi de direcionar reflexões sobre a escolha expressiva do autor-criador com a ausência o sinal de pontuação e sua relação com a modalidade linguística, com a entonação e com os juízos de valor. Na mediação, assumimos um tom reflexivo ao instigar raciocínios sobre valores sociais, entonações, relacionados à variante linguística do grupo social representado no estilo e dissolvido no tema do enunciado. A atividade requereu explicação sobre os conceitos axiológicos e para aprenderem a nomear os valores sociais dos enunciados, o que realizamos a partir da explicação: “como é que eu aprendo o valor?... eu sempre penso que as coisas elas têm dois valores né... [...]ou ela é boa ou ela é ruim...ou ela é positiva ou é negativa...né? ou ela é grande ou pequena... então...as nossas avaliações elas são a partir de **antônimos**...a gente geralmente usa palavras que se opõem... né... então como é que a

amizade é vista entre as pessoas?” (Módulo 11: 40min31seg – 41min29seg., Macapá-AP, 23.11.2023, destaque nosso). Após as orientações, obtivemos as respostas docentes.

As professoras reconheceram a oralidade a partir de valores como marca sociocultural e identitária da comunidade marabaixeira, marcado pelo tom de orgulho e demonstram compreensão da entonação expressiva e apreciação valorativa. Os dados revelam que as professoras consideram o valor socio-identitário da oralidade, decorrentes de uma construção histórica e como refração da ancestralidade e da vitalidade linguística constitutiva dos sujeitos. A diferença está nos realces valorativos: tia Zezé reitera o legado cultural; tia Gertrudes, as tensões socioideológicas. Diante disso, entendemos que as professoras refletiram e apropriaram-se de aspectos da oralidade para além de suas materialidades linguísticas. O trabalho com a PAL, ao envolver a entonação valorativa, preserva a memória ancestral e contribui para formar sujeitos ativos, conscientes de direitos e deflagradores de posicionamentos éticos e engajados.

As atividades metalinguísticas foram orientadas, também, a partir da retomada de conceitos e explicações sobre seus desdobramentos. Ressaltamos que não se limitava às questões gramaticais como tradicionalmente conhecemos, mas direciona-se à compreensão dos valores humanos repercutidos pela linguagem em uso. Explicitamos que essas atividades envolvem reflexões lógicas e dialógicas sobre o funcionamento do sistema linguístico e atendem a uma ordem de abordagem para serem desenvolvidas, constituindo-se em ampliação e consequente às atividades epilinguísticas.

Ao orientarmos a questão 4, com centralidade na variedade de registro, destacamos a importância da atividade para os alunos desenvolverem hipóteses de escrita, experimentos com registros de língua diferentes, regidos por contextos reais de enunciação, balizados por reflexões que envolvem os valores sociais impressos na linguagem. A expectativa era de elucidar que as atividades metalinguísticas não limitam à abordagem pura e descritiva da gramática, mas à produção de sentidos e valores que incorrem na forma como avaliamos o outro, levando a **“fazer com que ele reflita [o aluno] que se você muda a forma de registro... você muda concepções de sentido e de valores...”** (Módulo 11- 01h 54min18seg – 01h56min05seg., Macapá-AP, 16.11.2023, destaque nosso). Após a explicação, obtivemos como resposta:

(Meta) Que sinais de pontuação e outros ajustes seriam apropriados à escrita do enunciado no registro culto da linguagem, conforme as regras da gramática normativa? Reescreva o enunciado usando a pontuação e a concordância adequada a essa variante da língua.

a) Que valor social a forma registrada em cada variante (a do autor social e que você reescreveu) representa?

Tia Zezé: Aonde tu vais, rapaz? **A variante do autor social representa uma classe de pessoas que não tiveram acesso aos estudos e que escrevem como falam.** A variante reescrita **representa uma classe social privilegiada.**

Tia Gertrudes: “Aonde tu vais, rapaz?” Na forma registrada pelo autor social fica claro que se trata de uma **variante informal**, voltada para o **cotidiano**, que é justamente a **linguagem valorada nas rodas de marabaixo**, enquanto a **variante que foi reescrita valoriza mais a norma de prestígio**, o que representa uma **classe com mais estudos e mais privilegiada.**

(Módulo 11- Atividade Bloco 5 da SAL – A dimensão verbal do enunciado - título e refrão: Macapá-AP, 16.11.2023, destaque nosso).

As respostas das professoras evidenciaram conhecimentos linguístico-cognitivos e socioideológicos ao deixarem entrever como a escrita, a escolarização se sobrepõe à oralidade e aos saberes de práticas culturais populares, como o Marabaixo. Nessa perspectiva, a questão abre um espaço necessário à reflexão sobre como o ladrão de marabaixo pode contribuir para desconstruir “verdades” sobre a relação entre sujeitos, linguagem e *status* social ao colocar no centro das reflexões não só a pertinência da variação da língua, mas sujeitos e discursos sociais excluídos historicamente. Assim, constatamos que as atividades metalinguísticas sobre o título do enunciado instigaram reflexões sobre a variação linguística dos sujeitos e a de prestígio, a servir de base para debates sobre a relação escrita e oralidade a partir de um olhar representativo de identidades e singularidades de sujeitos. As professoras expressam compreensão ativa, a evidenciarem os lugares dos sujeitos sociais e da linguagem que lhes representam. Tia Zezé destacou a dualidade oralidade x escrita pelo prisma social da relação entre inferioridade *versus* superioridade e tia Gertrudes destacou os contextos de usos, roda de marabaixo *versus* letramentos sociais, segundo os quais os praticantes do marabaixo são produtores de linguagem.

CONSIDERAÇÕES FINAIS

A partir da compreensão das professoras às atividades de PAL sobre o título, observamos as seguintes tendências: a) representar os sujeitos do discurso como sujeitos fragilizados e como agentes de cultura; b) representar os sujeitos do discurso em tensão,

combativos, resilientes; c) perceber os valores ancestrais como unidade cultural e como legado cultural; d) perceber a oralidade pelas lentes da escrita e os sujeitos como produtores de linguagem.

Em relação ao primeiro, notamos que a compreensão dos sujeitos, como fragilizados, como membros da comunidade reforçam a percepção do Marabaixo pelo viés da cultura. Já a compreensão em processo ativo-dialógico tende a acionar aspectos extraverbaes, relações dialógicas e responsividade a representar os sujeitos afroamapaense como combativos e pelo viés mais alteritário. A percepção dos valores ancestrais como unidade e legado tendem a realçar o discurso da tradição ao invés do discurso das transformações sociais. Assim, as professoras veem os valores culturais como aqueles que precisam ser absorvidos e afirmados pela consciência viva para poder se tornarem consciência cultural. Assim, ainda não está claro que é por meio de uma afirmação colorida por tons e valores sociais, refletidos por uma consciência participante, que cultura e vida se fundem (Bakhtin (2020 [1920-1924])).

Ao realçarem a oralidade pelo valor identitário, da memória coletiva e de constituição dos sujeitos postula-se as práticas culturais como deflagradoras de valores outros além do registro linguístico em si. Sob essa perspectiva, o lugar de constituição dos sujeitos e da linguagem são vistos pelos valores que a língua representa para seus grupos sociais. Isso reforça a necessidade de mudança de paradigmas em relação à oralidade, cuja valoração se dá pelo prisma da escrita formal. O ladrão de marabaixo oportuniza esse deslocamento: ao acentuar o valor ancestral da oralidade contribui para a desconstrução de modelos e “verdades” que impedem as expectativas de perceber o outro.

REFERÊNCIAS

ACOSTA PEREIRA, R. **A prática de análise linguística/semiótica de base dialógica: reflexões para leitores iniciantes.** [Digital] São Carlos: Pedro e João editores, 2022.

BAKHTIN, M. Os gêneros do discurso. Organização, tradução, posfácio e notas Paulo Bezerra. Notas da edição russa Serguei Botcharov. São Paulo: Editora 34, 2016.

BAKHTIN, M. **Para uma filosofia do ato responsável.** [Tradução aos cuidados de Valdemir Miotello e Carlos Alberto Faraco]. São Carlos: Pedro e João editores, 2020.

BRASIL, MINISTERIO DA CULTURA. **Dossiê de registro: Marabaixo** - Brasília, 2018. Disponível

em: http://portal.iphan.gov.br/uploads/ckfinder/arquivos/DOSSIE_MARABAIXO.pdf.

Acesso em: 18 jun. 2022.

GERALDI, J. W. **Portos de Passagem**. São Paulo: Editora WMF Martins Fontes, 2013.

LADISLAU, R. Aonde tu vai rapaz. In: BRASIL, MINISTÉRIO DA CULTURA. **Dossiê de registro**: Marabaixo. Brasília, 2018. Disponível

em: http://portal.iphan.gov.br/uploads/ckfinder/arquivos/DOSSIE_MARABAIXO.pdf.

Acesso em: 18 jun. 2022.

MENDES-POLATO, A. D.; OHUSCHI, M. C. G.; MENEGASSI, R. J. Análise Linguística em Charge: Sequência de Atividades Dialógicas. **Línguas & Letras**, [S.l.], v. 21, n. 49, jun. 2020. ISSN 1981-4755. Disponível em: <http://e-revista.unioeste.br/index.php/linguaseletras/article/view/24631>.

Acesso em: 27 jan. 2021.

OHUSCHI, M. C. G. **Proposta de atividades de análise linguística nos cadernos “Poetas da escola” e “Se bem me lembro” da Olimpíada de Língua Portuguesa**. Relatório Final de Estágio Pós-Doutoral em Letras (Estudos Linguísticos) - Universidade Estadual de Maringá, Maringá, 2019.

POLATO, A. D. M. **A Análise linguística: do estado da arte ao estatuto dialógico**. Tese (doutorado) - Universidade Estadual de Maringá, Centro de Ciências Humanas, Letras e Artes, Programa de Pós-Graduação em Letras, Maringá, PR, 2017.

POLATO, A.D.M; MENEGASSI, R. J. O estilo verbal como o lugar dialógico e pluridiscursivo das relações sociais: um estatuto dialógico para a análise linguística.

Bakhtiniana, São Paulo, 12 (2): 123-143, Maio/Ago. 2017. Disponível em:

<https://www.scielo.br/j/bak/a/PRxFHnPzbzrxRNvgqJ8dQ4h/?format=pdf&lang=pt>. Acesso em: 28 jun. 2023.

POLATO, A.D.M; MENEGASSI, R.J. A epistemologia dialógica da análise do discurso.

Fórum linguístico, Florianópolis, v.1 6, n.2, p.3742 - 3757, abr./jun. 2019a. Disponível em:

<https://periodicos.ufsc.br/index.php/forum/article/view/1984-8412.2019v16n2p3742>. Acesso em: 28 jun. 2023.

POLATO, A. D. M.; MENEGASSI, R. J. O estatuto dialógico da análise linguística:

caracterização teórico-pedagógica. **Acta Scientiarum**. Language and Culture, vol. 41, núm. 2, 2019b. Universidade Estadual de Maringá, Brasil. Disponível em:

<https://www.redalyc.org/articulo.oa?id=307462019012>. Acesso em: 11 jan. 2022.

POLATO, A. D. M.; MENEGASSI, R. J. Atividades linguísticas, epilinguísticas e

metalinguísticas: expansão dialógica. **Revista de Estudos da Linguagem**, [S.l.], v. 28, n. 3, p. 1059-1098, mai., 2020. Disponível em:

<http://www.periodicos.letras.ufmg.br/index.php/relin/article/view/15590>. Acesso em: 28 jun. 2023.

RITTER, L.C.B.; OHUSCHI, M.C.G. Leitura e análise linguística em perspectiva dialógica: caminhos possíveis. In.: ANGELO, C. M. P.; MENEGASSI, R. J.; FUZA, A. F. [orgs.]

Leitura e Ensino de Língua. São Carlos: Pedro & João Editores, 2022, p. 419-452.

SANTOS, G. V.; OHUSCHI, M. C. G. “O tambor fala, a palavra cria”: ressonâncias valorativas no ladrão de marabaixo Aonde tu vai rapaz. **Bakhtiniana: Revista de Estudos do Discurso**, v. 18, n. 3, p. e60487, 2023. Disponível em:

<https://revistas.pucsp.br/index.php/bakhtiniana/article/view/60487>. Acesso em: 16 ago. 2024.

SANTOS, G. V.; OHUSCHI, M. C. G. A prática de análise linguística a partir do Ladrão de Marabaixo: elo entre práticas e saberes culturais, ancestrais e contemporâneos, no ensino de Língua Portuguesa. **Línguas e Letras**, v. 26, n. 60, agosto de 2025. Disponível em:

<https://saber.unioeste.br/index.php/linguaseletras/article/view/34938>. Acesso em: 15 set. 2025.

VOLÓCHINOV, V. **Marxismo e filosofia da linguagem**: problemas fundamentais do método sociológico na ciência da linguagem. São Paulo: Editora 34, 2021[1929].

VOLÓCHINOV, V. **Palavra na vida e palavra na poesia.** Ensaios, artigos, resenha e poemas. Tradução de Sheila Grillo e Ekaterina Vólkova Américo. São Paulo: Editora 34, 2019 [1926].

ANÁLISE DAS IDEOLOGIAS DA LINGUAGEM RELACIONADAS AO INGLÊS EM COMENTÁRIOS DE VÍDEOS NO TIKTOK

PEREIRA, Bruno Henrique de Moraes¹

ST1 - Linguagem e sociedade: discursos, sujeitos, vivências e práticas

INTRODUÇÃO

O presente trabalho tem como objetivo geral analisar como as ideologias da linguagem relacionadas ao inglês são mobilizadas em comentários de vídeos na plataforma digital TikTok. Especificamente, pretende-se: 1) identificar e analisar manifestações dessas ideologias em comentários de vídeos de celebridades brasileiras falando em inglês no TikTok; 2) refletir sobre as implicações dessas ideologias na percepção pública do inglês falado por brasileiros.

Como breve justificativa para esta proposta destaca-se o enorme alcance das mídias digitais na vida das pessoas, as quais, por consumirem diariamente conteúdos diversos das redes sociais, além de serem influenciadas por discursos que valorizam e reforçam a ideia de um inglês “perfeito”, acabam, também, disseminando discursos hegemônicos em relação a tal assunto, por consequência, criando uma dicotomização sobre o modo como a LI é utilizada socialmente.

Nesse sentido, ao aprofundar a reflexão sobre a já consolidada presença das telas na vida deles – e sobre como vídeos de pessoas se expressando em inglês, muitas vezes, se tornam (ou não) alvo de chacota nesses ambientes virtuais – fizemo-nos, para guiar a investigação que se segue, o seguinte questionamento: 1) De que maneira discursos sobre “falar bem” em inglês, nas redes sociais, reproduzem e reforçam hierarquias raciais e linguísticas que legitimam determinadas formas de falar?

METODOLOGIA

¹ Mestrando, Programa de Pós-Graduação em Letras (PLE), Universidade Estadual de Maringá (UEM), *campus* sede, brunohenriqueuem@gmail.com.

O corpus de análise é constituído por comentários de três vídeos de celebridades se expressando em LI. Como aporte teórico, nos filiamos aos três eixos de diferenciação² proposto por Gal & Irvine (2019) para a análise do corpus. De maneira geral, tais mecanismos se configuram, na visão das autoras, como processos semióticos, resultado das ideologias da linguagem. São eles: rematização, que conecta traços linguísticos-discursivos em sinais de características pessoais e/ou morais dos falantes (índice p/ ícone); recursividade fractal, que projeta oposições entre grupos sociais e/ou variedades linguísticas, criando uma dicotomia entre elas; e, por fim, apagamento, que omite ou torna invisíveis determinadas práticas e repertórios linguísticos, reforçando a homogeneização (p. 19-20).

DISCUSSÕES E RESULTADOS

IDEOLOGIAS DA LINGUAGEM E RACIOLINGÜÍSTICA EM DIÁLOGO

Conforme explica Gal (2023, p. 1), é possível entender as ideologias da linguagem como “compreensões socialmente arraigadas sobre a natureza, a estrutura e o uso de formas linguísticas”, isto é, ideias coletiva e socialmente construídas pelas pessoas em torno da língua que definem o que é considerado uma forma “correta”, “adequada” ou “legítima” de falar, escrever ou usar um idioma.

No caso da LI, especificamente, trata-se de uma língua cujas variedades norte-americana e britânica conquistaram prestígio³ não por méritos linguísticos, mas por estarem atreladas a contextos de poder político, econômico e ideológico ao longo do tempo (Milroy, 2011). Logo, por ser considerada uma língua de prestígio, o inglês, nos dias atuais, é frequentemente visto e tido pelas pessoas como a única e principal chave para alcançar sucesso pessoal e profissional. Todavia, a variedade da língua que sustenta essa percepção se restringe às variedades mencionadas acima, as quais, além de estarem associadas a centros hegemônicos de poder, são também racializadas, pois estão diretamente ligadas à branquitude enquanto ideal normativo de fala e comportamento linguístico.

² Segundo a autora, se referem ao trabalho ideológico da linguagem. Isto é, funciona por meio das diferenciações entre os signos (Gal & Irvine, 2019).

³ De acordo com Milroy (2011), tal termo se refere ao valor simbólico atribuído pelos seres humanos à uma variedade linguística específica, geralmente aquelas utilizadas em contextos formais (como em escolas, por exemplo).

Flores & Rosa (2015), com base em Flores (2013), ao abordarem este assunto, trazem à luz as ideologias raciolinguísticas que, de modo geral, é concebida por eles como uma ideologia que:

vincula o sujeito branco falante e ouvinte a ideologias linguísticas monoglóssicas, que posicionam o monolinguismo idealizado em uma língua nacional padronizada como a norma à qual todos os sujeitos nacionais devem aspirar (p. 55, nossa tradução).

Ou seja, trata-se de um sistema cuja articulação é constituída pela raça e pelo padrão linguístico a fim de criar uma hierarquia na qual o falante branco que utiliza a variedade padrão é visto como modelo, enquanto todos os demais (negros, indígenas, falantes de variedades não padrão, bilíngues não hegemônicos etc.) são tidos como ilegítimos ou inferiores.

INGLÊS, CELEBRIDADES E JULGAMENTO SOCIAL NAS REDES SOCIAIS

Começamos a análise com o caso da influenciadora digital Gessica Kayane Rocha de Vasconcelos (Gkay). Alvo de piada e constantemente criticada pelo público por possuir um inglês marcado, em sua última entrevista cedida em Paris, a criadora foi absurdamente massacrada por discursos que desvalorizavam seu repertório linguístico. Vejamos:

- C1: A mulher tem todo esse dinheiro e não faz aulas particulares pra desenvolver o inglês?! Gente. Uma coisa é eu, uma coitada sem grana e não viaja pra Europa. Outra é uma mona cheia de grana e vive no exterior... pelamos
 C2: Diz tanto que estuda inglês
 C3: Tem tanto € e não me vai aprender a falar inglês
 C4: Pessoa rica que tem o inglês ruim⁴

Nota-se, por meio dos comentários, que os traços linguísticos da influenciadora considerados “ruins” no imaginário das pessoas, são reinterpretadas por elas como sinal de despreparo ou, até mesmo, fracasso pessoal, tendo em vista os comentários que sugerem que com as condições que ela tem, era obrigação dela se expressar “bem” em inglês.

⁴ Disponível em: <https://vm.tiktok.com/ZMSKdGQH3/>

Deste modo, tais comentários deixam evidente que o sotaque “marcado” da artista passou a ser rematizado como um marcador de sua condição financeira, o que se articula com Gal (2023), quando afirma que um índice – nesse contexto, o inglês abrigado – pode funcionar e se tornar um ícone de algo característico sobre a pessoa.

3.1.2 HIERARQUIZAÇÃO LINGÜÍSTICA ENTRE FIGURAS PÚBLICAS

Mobilizaremos aqui o eixo da recursividade fractal. Para tanto, utilizamos os comentários de um vídeo na qual a artista Anitta cede uma entrevista⁵ em inglês no Grammy⁶. É importante mencionar, a priori, que o repertório da cantora é extremamente elogiado pelas pessoas, ao passo que o público rematiza seu sotaque como explicação para seu sucesso internacional.

Por conta disso, é possível notar, por meio dos comentários abaixo, certa hierarquia idealizada pelas pessoas em relação aos repertórios linguísticos das celebridades, na medida em que o inglês de Anitta ora é considerado como superior em comparação ao de outras figuras públicas, ora é visto como inferior ao de artistas tidos como mais “legítimos”, como demonstrado, especificamente no C2:

C1: nunca que ninguém conseguirá chega aonde ele já chegou Anitta maravilhosa o orgulho do Brasil

C2: ta mt bom mas ainda puxa sotaque viu... perfeito msm ta o do wagner moura

C3: Quero ver a menina má chegar nesse nível aí né mooo haha

C4: ela é linda maravilhosa.... não que me sinta incapaz.. mais ela já chegou em lugares que nem um outro brasileiro chegou

Sendo assim, quando comparado a forma como os indivíduos de determinado grupo social se expressam socialmente cria-se uma divisão interna que as diferenciam (Gal & Irvine, 2019) e, por conseguinte, as categorizam. Em linhas gerais, obtém-se aqui duas subdivisões: **sotaque adequado x sotaque nativizado**.

DESVALORIZAÇÃO LINGÜÍSTICA E IDEOLOGIAS RACIAIS

⁵ Disponível em: <https://vm.tiktok.com/ZMScmqUxh/>

⁶ “[...] cerimônia de premiação anual da Academia de Gravação dos Estados Unidos, para reconhecer a excelência na indústria da música”.

Frequentemente atacada, assim como Gkay, nas mídias por possuir um inglês marcado, a cantora Ludmilla mesmo se esforçando ou, até mesmo se comunicando efetivamente em algumas ocasiões, tem seu repertório linguístico apagado. Os comentários abaixo, pertencentes a um vídeo repostado pelo perfil *fãludmilla*⁷, nos mostram a recepção do público acerca de um rápido diálogo entre a cantora e um entrevistador em Paris:

C1: Relo! Aime gude ande u? tenquiu beibi
 5 Disponível em:
 C2: O inglês Hi Lorena perfeito
 C3: Eu depois de fazer 5 minutos de Duolingo
 C4: I'm good
 (O certo seria I'm fine KKKKK – resposta de pessoa alheia ao C4)

Por mais que haja entre esses comentários um tom irônico e humorístico, eles carregam consigo julgamentos ideológicos sobre a competência linguística da cantora. Conforme mencionado anteriormente, o repertório da artista aqui é associado a um inglês cuja variedade não se trata do padrão, por conta disso, é motivo e alvo de piadas disfarçadas de ironia. Gal & Irvine (2019, p. 20) explicam isso mencionando que “[...] Tudo o que é inconsistente com o esquema ideologizado passa despercebido ou é explicado”. Neste caso, as pessoas fizeram de tudo para tentar explicar por que o inglês da artista não se encaixava na imagem que construíram de quem “fala bem” a língua.

Outrossim, isso nos leva a interpretar que tal ato coletivo foi construído com base nas ideologias raciolinguísticas (Flores & Rosa, 2015), pois, por ser uma mulher preta, lésbica e de origem periférica, as pessoas não conseguem associar sua imagem a uma carreira de sucesso internacional, como demonstra os comentários abaixo:

C1: Certeza que confundiram
 C2: Gente, desculpem. Mais ela não tem e nunca terá porte internacional.
 C3: Só um paparazzi falando com ela,aposto que ela pagou kkkkkkkk ela tenta
 forçar uma relevância internacional que só existe na cabeça dela kkkkk
 C5: Se achando a Madame kkk

⁷ Disponível em: <https://vm.tiktok.com/ZMSKfXVJa/>

Deste modo, para o público, como mulher com todas as suas características, como mencionado acima, seria consideravelmente difícil Ludmilla conseguir consolidar uma carreira global.

CONSIDERAÇÕES FINAIS

Portanto, conclui-se que os discursos digitais acerca do que se entende por “falar bem inglês” operam, na mente das pessoas, como dispositivos de reprodução de hierarquias linguísticas e raciais. Ou seja, a competência linguística continua sendo avaliada a partir de parâmetros que privilegiam a branquitude e o padrão nativo, por conseguinte, reforçando a centralidade das ideologias da linguagem historicamente associadas ao colonialismo e à exclusão social, especialmente em torno da LI.

REFERÊNCIAS

FLORES, N.; ROSA, J. Undoing appropriateness: Raciolinguistic ideologies and language diversity in education. **Harvard Educational Review**, 85, 149-171, 2015. Disponível em: <https://blogs.umass.edu/jdrosa/files/2015/01/HER-Undoing-Appropriateness.pdf>. Acesso em: 1 nov. 2023.

GAL, S. **Language Ideologies**. Printed from Oxford Research Encyclopedias, Linguistics, 2023. Disponível em: <https://doi.org/10.1093/acrefore/9780199384655.013.996>. Acesso em: 1 nov. 2023.

GAL, S.; IRVINE, J. T. **Introduction**. Signs of difference: Language and ideology is social life. Cambridge, RU: Cambridge University Press, 2019, p. 1-26.

MILROY, J. Ideologias linguísticas e as consequências da padronização. In: Lagares, Loan Carlos; BAGNO, Marcos (org). **Políticas da norma e conflitos linguísticos**. São Paulo: Parábola, 2011.

ANÁLISE DIALÓGICA DE DISCURSOS DE ATAQUE ÀS UNIVERSIDADES PÚBLICAS E À CIÊNCIA EM MÍDIAS DIGITAIS

ROCHA, Marcela dos Santos¹POLATO, Adriana Delmira Mendes²

ST1 - Linguagem e sociedade: discursos, sujeitos, vivências e práticas

INTRODUÇÃO

Ao longo da última década, em especial a partir de 2014, o Brasil tem vivenciado a intensificação da atuação de movimentos de direita e extrema direita no debate público sobre educação, ciência e universidade pública. Com forte presença nas redes sociais e no discurso político institucional, esses movimentos inserem-se em um cenário marcado pelo avanço do negacionismo, pela deslegitimação da ciência e por ataques à autonomia universitária. Como consequência, observa-se a adesão crescente a ideologias neoconservadoras, reacionárias e neoliberais, impactando diretamente a percepção da função social da universidade pública.

Nesse contexto, Lopes, Cunha e Costa (2022) apontam que o negacionismo e o populismo de direita atacam as instituições educacionais por meio da desvalorização simbólica da ciência e da caricaturização de práticas pedagógicas críticas. Para os autores, trata-se de uma tentativa de reconfigurar a narrativa dominante sobre a escola e a universidade, associando-as à “balbúrdia” e ao desperdício de recursos públicos. Nessa mesma linha, Trevisol e Garmus (2017) destacam que a nova direita brasileira promove ofensivas contra a autonomia universitária por meio de discursos moralistas, autoritários e privatistas, como parte de um projeto político neoliberal de reconfiguração do papel do Estado e da universidade. Tais tensões sociais se refratam em enunciados que circulam em diversas esferas da atividade humana, gerando disputas valorativas em torno da (des)valorização da universidade pública.

Diante disso, o presente estudo tem como tema central a análise dos discursos de orientação conservadora sobre a universidade pública e a ciência veiculados nas mídias

¹ Mestranda, Programa de Pós-Graduação Interdisciplinar Sociedade e Desenvolvimento (PPGSeD), Universidade Estadual do Paraná (Unespar), *campus* de Campo Mourão, mdgcmahh@gmail.com

² Doutora em Estudos da Linguagem - PLE/UEM, docente da Universidade Estadual do Paraná (Unespar), *campus* de Campo Mourão, ampolato@gmail.com

digitais. O objetivo geral é analisar dialogicamente esses discursos de ataque, considerando suas articulações com a ideologia conservadora e de direita. Especificamente, busca-se: (1) problematizar a constituição histórica das universidades brasileiras; (2) compreender as projeções ideológicas e valorativas presentes em vídeos de mesacast, TikTok e em posts estáticos; e (3) analisar como essas projeções se realizam estilístico-composicionalmente nos discursos selecionados.

Na sequência, a estrutura deste resumo está organizada em três momentos: a apresentação da metodologia, das discussões parciais e, por fim, das considerações finais.

METODOLOGIA

O estudo proposto é de natureza interdisciplinar, com enfoque qualitativo-interpretativista, tendo a análise a análise dialógica do discurso como perspectiva discursiva eleita.

A interdisciplinaridade nasce da necessidade de refletir criticamente sobre os impactos do avanço da ciência e da tecnologia em um mundo moderno, marcado, ao longo dos séculos, por profundas transformações sociais, culturais, político-econômicas e ideológicas. A partir da década de 1960, ela ganha destaque “como uma importante precursora não somente na crítica, mas, sobretudo, na busca de respostas aos limites do conhecimento simplificador, dicotômico e disciplinar da ciência moderna ou clássica” (Alvarenga et al., 2011, p. 20). Para Bicudo (2008, p. 144), o termo refere-se a “o que estabelece relações entre duas ou mais disciplinas ou ramos do conhecimento; que é comum a duas ou mais disciplinas”, indicando “uma atividade de investigação que coloque disciplinas em relação umas com as outras”.

As perguntas que precisam ser formuladas são: por quê, a partir do que e de que modo? Em termos ontológicos, podemos pensar o porquê a partir da complexidade do mundo atual e da tensão sempre presente entre as disciplinas, no que diz respeito aos seus limites, objetos e métodos (Bicudo, 2008, p. 144).

A partir desse referencial, este estudo interdisciplinar utiliza uma abordagem dialógica em articulação com contribuições provenientes da História da Educação e da comunicação em mídias digitais, buscando, assim, contribuir com o debate acerca desse tema tão relevante, mais do que nunca presente em nossa sociedade.

A pesquisa adota, em cerne, a concepção dialógica da linguagem desenvolvida pelo Círculo de Bakhtin (Bakhtin, 1988 [1975]; 2008 [1963]; 2011 [1954–1961, 1979]; 2014 [1927]; 2015 [1934–1935]), com as contribuições de Volóchinov (2013 [1930]; 2018 [1929–1930]; 2019 [1926]) e Medviédev (2019 [1928]). Essa base teórica é mobilizada para compreender as relações dialógicas estabelecidas em um debate de mesacast, em cinco vídeos do TikTok e em posts estáticos de mídias digitais, os quais abordam as valorações em torno da universidade pública brasileira. Complementarmente, a pesquisa fundamenta-se na abordagem teórico-metodológica da Análise Dialógica do Discurso, conforme defendida por Acosta-Pereira e Rodrigues (2015), bem como por Polato (2017, 2022) e Acosta-Pereira e Brait (2022).

Por fim, adota-se o perfil qualitativo-interpretativista, que privilegia a aceção dos significados atribuídos pelos atores envolvidos no fenômeno estudado. De forma instrumental, “a pesquisa qualitativa tem foco na compreensão da experiência das pessoas e seu significado a partir de suas próprias perspectivas e não do pesquisador” (Picalho et al., 2023, p. 2). Dessa forma, há uma interação recíproca com o objeto de estudo, isto é, “os valores engajamento e participação podem ser assumidos, as questões da linguagem e da intersubjetividade podem ser colocadas como relevantes de modo a constituírem se dados da pesquisa” (Bicudo, 2005, p. 24). Logo,

“[...] em um estudo na perspectiva dialógica de linguagem, há ainda que se levar em conta a complexa relação (dialógica e constitutiva) entre o pesquisador e o objeto de pesquisa (os dados, que são discursos proferidos por sujeitos sócio-historicamente constituídos). Tal relação não é neutra e nem pré-determinada, tendo em vista que o pesquisador, em todo o processo de pesquisa, também está permeado por seu horizonte valorativo, preponderante nas suas escolhas durante o processo de pesquisa, que vão desde a escolha desse objeto até o relato da análise dos dados (Rohling, 2014, p. 47).

A seguir, apresenta-se uma breve análise de uma charge publicada nas mídias digitais examinadas.

DISCUSSÕES E RESULTADOS

No cronotopo contemporâneo, a universidade pública brasileira enfrenta ataques à sua estrutura, conhecimento e valores, impulsionados pela lógica expansionista do sistema capitalista. Como consequência, setores da sociedade têm se alinhado a ideologias neoconservadoras, reacionárias e neoliberais, deslegitimando moralmente a universidade e promovendo preconceitos como racismo, machismo e homofobia, contra seus membros. Dessa forma, em meio à crise econômica, marcada pela precarização do trabalho e redução de direitos, cresce o discurso de que a universidade deve focar exclusivamente na formação profissional para o mercado, adotando uma educação tecnicista e imediatista, e que ignora sua função social ampla de produção de conhecimento crítico e transformação social.

Dentre as formas de materialização dos discursos ideológicos, destaca-se a produção de charges digitais, nas quais artistas expressam valores e posicionamentos que se disseminam amplamente em plataformas como X (antigo Twitter), Instagram, Facebook e WhatsApp. Neste trabalho, a charge é tomada como objeto de análise por sua capacidade de sintetizar e articular valores de distintos grupos sociais em contextos específicos. Ressalta-se, contudo, que se trata de uma análise breve, em razão das limitações próprias de um resumo expandido. Assim, apresenta-se a materialidade a ser analisada na Figura 1:

Figura 1 - Charge de Denyzz



Fonte: @denyzz50, 6 de abril de 2025 (perfil suspenso na plataforma X).

Para interpretar as valorações compartilhadas na charge, é fundamental considerar o contexto sociopolítico em que ela foi produzida. O cartunista responsável pela publicação é conhecido nas mídias por suas caricaturas e seus quadrinhos de cunho “politicamente incorreto”. Em sua nova conta na plataforma X (antigo Twitter), identificada como “Denyzz 8.0”, se apresenta com a frase: “Exercendo e elevando a liberdade de expressão e artística ao extremo”. Desse modo, sua produção artística se baseia em pautas atuais que envolvem questões políticas, sociais, econômicas e culturais.

Na charge analisada, o autor busca deslegitimar a universidade pública, representando-a como um espaço de desordem, ameaça, corrupção ideológica e subversão de normas sociais. Para isso, recorre a valores carregados de preconceito contra a homossexualidade, o feminismo e o enfrentamento ao racismo - temas que, no ambiente universitário, são tratados sob uma perspectiva humanística e científica, em oposição à visão distorcida promovida por discursos conservadores.

Apresentada em dois planos contrastantes, com foco apenas nas personagens em cena, a charge caricaturiza suas figuras, exagerando falas e posicionamentos valorativos dentro do contexto universitário hipotético sugerido pelo autor. Dessa forma, evidencia-se a intenção crítica da obra, que, por meio do exagero e da ironia, reforça uma percepção distorcida sobre a universidade pública e os sujeitos que dela fazem parte. A partir de uma ambientação disruptiva, o autor constrói um episódio de “degradação das instituições públicas brasileiras”, acionando, principalmente, valores lgbtfóbicos, em que “[...] seus dispositivos atuam capilarmente em processos heteronormalizadores de vigilância, controle, classificação, correção, ajustamento e marginalização [...]” (Junqueira, 2012, p. 68 apud Junqueira 2007, 2009).

Nesse sentido, inicia sua narrativa com uma oração incompleta, sem verbo, ou seja, sem a ação principal de seu discurso: “Enquanto isso, no banheiro da federal...”. Em seguida, apresenta duas imagens em banheiros masculinos distintos que reforçam a ideia do banheiro como pequeno cronotopo onde pessoas presumidamente transgressoras da norma social vigente se encontram. No primeiro banheiro, sem divisória entre os mictórios, são retratados um homem trans em atitude ameaçadora dizendo “Ei você, pare já com isso!”, homens gays

em ato libidinoso, um indivíduo fumando (sugerindo, pelo signo verde em sua blusa, o uso de maconha) e um homem negro pichando o símbolo do comunismo. Não é possível determinar com exatidão a quem a fala da personagem trans se dirige, já que os três cenários hipotéticos apresentados não são aceitáveis em nenhuma hipótese coerente em nossa sociedade. No entanto, pela posição do dedo da personagem, pode-se supor que seja direcionada ao casal gay.

No segundo quadro, por sua vez, é apresentado um banheiro com divisórias entre os vasos sanitários, porém sem portas. O destaque vai para a personagem trans, que aponta e diz: “Mijar em pé além de anti-higiênico, é capacitista e postura de macho não desconstruído!” - dirigindo-se ao único homem branco em pé que está fazendo suas necessidades. Tal enunciado revela uma linha de raciocínio que, de forma implícita, busca associar-se à chamada “ideologia de gênero”, compreendida como um suposto movimento de doutrinação nociva, no qual [as instituições de ensino] seriam acusadas de ensinar crianças e jovens a se tornarem homoafetivos ou a simpatizarem com aqueles que não se enquadram na heteronormatividade, além de apoiar suas pautas (Polato, 2022, p. 9). Em contrapartida, o homem ao lado, com *piercings*, urina sentado e lança um olhar de julgamento para o primeiro. Logo, a partir da mimetização de supostos comportamentos, identidades e atitudes recorrentes nas universidades públicas, atribuídas às personagens estereotipadas pelo autor, percebe-se um discurso hiperbolizado, característico das ofensivas contrárias à chamada “ideologia de gênero”, buscando gerar ou intensificar o pânico moral (Polato, p. 13 apud Cohen, 1972), ao mesmo tempo em que as relações dialógicas estabelecidas reforçam valores negativos sobre esse espaço e seus sujeitos, retratados como “subversivos” e “transgressores”. Para Bakhtin (2008), as relações dialógicas são todas as relações de sentido que se estabelecem entre enunciados já ditos e entre interlocutores, que permitem o compartilhamento de valores ancorados em partidas ideológicas.

A charge de Denyzz ao recorrer a estereótipos sob a aparência de uma crítica ao ambiente universitário fictício que constrói, acaba por expressar uma visão de mundo desdenhosa e vexatória em relação às lutas, pautas e espaços conquistados por corpos dissidentes. Isso é essencialmente problemático considerando o longo histórico de “silenciamento, invisibilização, [...] que agem como forças heterorreguladoras de dominação simbólica, (des)legitimação de corpos, saberes, práticas e identidades, subalternização, marginalização e exclusão” (Junqueira, 2012, p. 71) sobre esses grupos.

Desse modo, para uma parcela da sociedade conservadora brasileira, fundamentada em uma ótica neoliberal, a universidade pública não deve ser um espaço destinado à diversidade e à inclusão de grupos historicamente marginalizados. Esse tipo de discurso reflete os interesses de setores predominantes do capitalismo atual, que promovem agendas específicas, comprometendo seriamente a integridade e a missão do ensino superior. Assim, observa-se que o autor, por meio de um discurso excludente e carregado de preconceitos, alimenta discursos moralistas, discriminatórios ao classificar e estereotipar comunidades e grupos sociais excluídos do acesso à educação, cultura e conhecimento.

CONSIDERAÇÕES FINAIS

A partir da análise realizada, observa-se que a charge mobiliza valorações que surgem a partir de relações dialógicas e axiológicas verbo-visuais. Grupos sociais, como pessoas trans, gays, pessoas negras, são alvo de ataques e ridicularização fundamentados em valores preconceituosos, que os caracterizam como disruptivos ao ocuparem espaços públicos nacionais, como as universidades. Essa crítica se manifesta por meio de um humor absurdo, exagerado e de mau gosto, chegando a grandes níveis de sarcasmo por meio da combinação de diferentes entonações irônicas. Além disso, a charge reforça uma narrativa de luta contra a chamada “ideologia de gênero”, apresentando-a como uma ameaça às normas sociais e aos valores tradicionais, contribuindo para a construção de um pânico moral em relação às pautas de diversidade e às identidades dissidentes.

Com este trabalho, elucidamos um dos aspectos dos ataques discursivos contra as universidades públicas, em meio ao processo de desvalorização que enfrentam.

REFERÊNCIAS

- ALVARENGA, A. T. de; PHILIPPI JR, A.; SOMMERMAN, A.; ALVAREZ, S. M. de S.; FERNANDES, V. Histórico, fundamentos filosóficos e teórico-metodológicos da interdisciplinaridade. In: PHILIPPI JR, A.; NETO, A. J. S. (Orgs.). **Interdisciplinaridade em ciência, tecnologia & inovação**. Barueri-SP, Manole, 2011. Cap. 1, p. 3-68.
- BAKHTIN, M. M. **Problemas da Poética de Dostoiévski**. Tradução do russo, notas e prefácio de Paulo Bezerra. 4. ed. Rio de Janeiro: Forense Universitária, 2008 [1963].
- BICUDO, M. A. V. A pesquisa interdisciplinar: uma possibilidade de construção do trabalho científico/acadêmico. **Educ. Mat. Pesqui.**, São Paulo, v. 10, n. 1, pp. 137-150, 2008.

JUNQUEIRA, R. D. A Pedagogia do Armário: heterossexismo e vigilância de gênero no cotidiano escolar. **Educação Online**, Rio de Janeiro, Brasil, n. 10, p. 64–83, 2012.

LOPES, A. C.; CUNHA, É. V. R. da; COSTA, H. H. C. Como enfrentar o negacionismo e a crítica à educação em tempos de populismo de direita? **Sociologias**, v. 24, n. 60, p. 1–26, 2022. Disponível em: <https://www.scielo.br/j/soc/a/pbvqcSVCwcDNpZy64BxCnhh/>. Acesso em: 1 jul. 2025.

POLATO, A. D. M. O discurso transfóbico em púlpito legislativo. **Letras de Hoje**, [S. l.], v. 57, n. 1, p. e43528, 2022. Disponível em: <https://revistaseletronicas.pucrs.br/fale/article/view/43528>. Acesso em: 23 out. 2025.

RIBEIRO, Fernanda Borges Vaz. PICALHO, Antonio Carlos. CUNICO, Leticia. FADEL, Luciane Maria. Abordagem interpretativista e método qualitativo na pesquisa documental: descrição geral das etapas de coleta e análise de dados. **Revista Interdisciplinar Científica Aplicada**, Blumenau, v. 17, n. 1, p. 100-113, 2023.

ROHLING, N. A pesquisa qualitativa e análise dialógica do discurso: caminhos possíveis. **Cadernos de Linguagem e Sociedade**, Brasília, v. 15, n. 2, p. 44-60, dez. 2014.

TREVISOL, J. V.; GARMUS, R. A nova direita e os ataques à autonomia das universidades no Brasil. **Educação & Sociedade**, Campinas, v. 38, e013046, p. 1–20, 2017. Disponível em: <https://www.scielo.br/j/es/a/6pFzRLmsDzkypJ4PX7yNb4s/?lang=pt>. Acesso em: 1 jul. 2025.

VOLÓCHINOV, V. **Marxismo e filosofia da linguagem**: Problemas fundamentais do método sociológico na ciência da linguagem. Tradução, notas e glossário: Sheila Grillo; Ekaterina V. Américo. São Paulo: Editora 34, 2018[1929/1930].

ANÁLISE LINGÜÍSTICA OU ENSINO TRADICIONAL DE GRAMÁTICA? O TRABALHO COM VERBOS NO “RCO+AULAS” DO 6º ANO DO ENSINO FUNDAMENTAL

MARTINS, Júlia Lopes Pavão¹CIAVOLELLA, Bruno²

ST1 - Linguagem e sociedade: discursos, sujeitos, vivências e práticas

INTRODUÇÃO

O trabalho visa apresentar uma análise acerca da forma como o eixo de ensino da Análise Linguística³ (AL) tem sido abordado no material de apoio pedagógico “RCO+aulas”, da Secretaria Estadual de Educação do Paraná, dentro de uma sequência de aulas destinada ao 6º ano do Ensino Fundamental (EF) com enfoque nos verbos. A investigação apoia-se na concepção interacionista e dialógica de linguagem, respectivamente de Geraldi (1991) e Bakhtin (2011), entendendo que essas perspectivas não apenas fundamentam o conceito de AL e de práticas de ensino que a valorizem, mas também orientam os documentos normativos, especialmente a Base Nacional Comum Curricular (Brasil, 2018). Por priorizar um ensino atrelado ao texto, a AL tem como objeto a própria linguagem, a língua e os diversos usos que ela pode apresentar, abrangendo todas as situações comunicativas em que o sujeito se insere. Como afirma Geraldi (1991, p. 17),

A aprendizagem da linguagem é já um ato de reflexão sobre a linguagem: as ações linguísticas que praticamos nas interações em que nos envolvemos demandam esta reflexão, pois compreender a fala do outro e fazer-se compreender pelo outro tem a forma de diálogo.

¹ Graduanda em Letras - Português/Inglês, Universidade Estadual do Paraná (Unespar), *campus* de Paranavaí e integrante de Projeto de Iniciação Científica (PIC), julia.pavv@gmail.com.

² Doutor em Linguística pelo PLE - UEM, docente da Universidade Estadual do Paraná (Unespar), *campus* de Paranavaí, orientador de Projeto de Iniciação Científica (PIC), bruno.ciavolella@unespar.edu.br.

³ O termo Análise Linguística (AL) é utilizado para se referir a um dos eixos do ensino de Língua Portuguesa, de acordo com a Base Nacional Comum Curricular (BNCC). Por sua vez, o termo Prática de Análise Linguística é utilizado para se referir especificamente à abordagem de AL, a partir dos pressupostos interacionistas e dialógicos da linguagem.

O objetivo é estudar a língua como parte de um discurso, ou seja, de um texto, possibilitando que o aluno reflita não apenas sobre questões gramaticais, mas, sim, compreender como os recursos expressivos da língua são estratégias de dizer a partir dos quais sentidos e valores sociais são construídos

Dessa forma, justifica-se o objeto de estudo por considerar que o material “RCO+aulas” está em pleno uso nas salas de aula paranaenses, apesar de não passar por uma avaliação externa, como ocorre com os livros didáticos submetidos ao Plano Nacional do Livro Didático (PNLD). Atrelado a isso, entende-se que a AL, apesar de desempenhar um papel de extrema relevância no processo de ensino-aprendizagem dos estudantes, nem sempre se faz presente em sala de aula, e isso se deve, dentre outros motivos, por não ser abordada por materiais didáticos de forma significativa.

METODOLOGIA

Entende-se este trabalho como uma pesquisa de abordagem qualitativa (Bortoni-Ricardo, 2008), pois a investigação se dá pela interpretação dos autores em constante diálogo com o aporte teórico. Ademais, caracteriza-se como documental, por analisar um documento, o material de apoio pedagógico “RCO+aulas”. Para o desenvolvimento do trabalho, realizou-se o seguinte percurso metodológico: a revisão da literatura que fundamenta a concepção interacionista e dialógica da linguagem e a PAL, a solicitação de autorização à SEED para utilização do material (processo 23.515.214-2), a seleção de dados, que consistiu no recorte de cinco aulas de Língua Portuguesa do 6º ano, no 1º trimestre de 2024, que contemplam o eixo de AL e que tem o conteúdo verbo como foco. Após, realizou-se a definição dos critérios de análise e a aplicação destes a cada aula selecionada.

Para realizar a análise, elaboraram-se questões orientadoras vinculadas às atividades epilinguísticas e metalinguísticas, em diálogo com a teoria adotada. Sobre as atividades epilinguísticas, analisou-se se o material mobiliza atividades capazes de promover uma consciência sobre o funcionamento e sobre o valor dos recursos expressivos usados. Considerando as atividades metalinguísticas, investigou-se se as atividades são capazes de proporcionar a sistematização e o uso consciente dos recursos expressivos a partir de conhecimentos gramaticais, e se há o predomínio do raciocínio indutivo ou dedutivo no processo de construção do conhecimento.

DISCUSSÕES E RESULTADOS

Dentro do trabalho com a AL, tem-se a Prática de Análise Linguística (PAL), apresentada por Geraldi (1991) como um percurso metodológico de trabalho centrado nas interações discursivas que os falantes participam, e em recuperar a capacidade intuitiva de comparar, avaliar e relacionar os recursos expressivos. A PAL permite que haja uma mudança efetiva nos processos de ensino-aprendizagem de LP ao mudar o foco do ensino: não mais a gramática normativa, mas a língua em seu uso efetivo, para que, ao refletir sobre a língua quem usa, o aluno se entenda como um sujeito que age de forma ativa e crítica com e por meio da linguagem.

As atividades epilinguísticas, portanto, são aquelas responsáveis por propiciar para o aluno um espaço de reflexão acerca do uso e do valor de determinado recurso expressivo, levando-o a cogitar e analisar possibilidades de uso, valores e sentidos empregados no recurso expressivo, e como essas questões estão mobilizadas no texto. Ao considerar tal ponto, fez-se importante analisar a capacidade das atividades em promover uma consciência sobre o funcionamento e o valor dos recursos expressivos. Tem-se os resultados abaixo:

Imagem 1 - A presença de atividades epilinguísticas



Fonte: Os autores (2025).

A análise demonstra que a maioria das aulas com foco nos verbos do material não apresentam atividades epilinguísticas, visto que as atividades mobilizadas não possibilitam a reflexão de nenhum aspecto do recurso expressivo, mas levam o aluno apenas à reprodução de regras gramaticais previamente apresentadas nas mesmas aulas. Entende-se, assim, que nessas

aulas o aluno não reflete, de fato, com a atividade, mas apenas reproduz o que lhe foi inferido anteriormente.

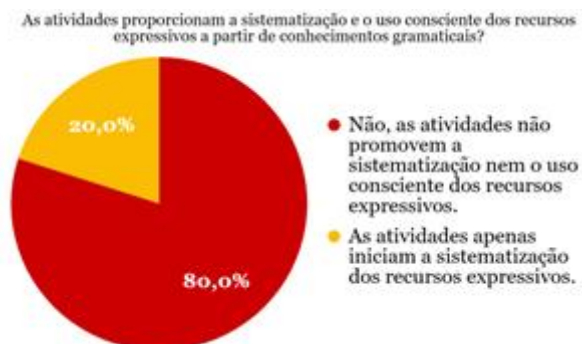
Além das atividades epilinguísticas, analisam-se as atividades metalinguísticas, que se caracterizam como as responsáveis por levar o aluno a construir noções acerca da língua, sistematizando suas reflexões atreladas à norma gramatical e às teorias linguísticas. É aqui que se cria o espaço para que o aluno construa o conhecimento sobre a língua que o permeia, pois parte de situações de usos e termina na conceituação. Acerca das questões metalinguísticas investigou-se a capacidade das atividades de possibilitar essa sistematização dos conhecimentos gramaticais pelos alunos e, se para isso, se utiliza do raciocínio indutivo ou dedutivo. Tem-se os seguintes resultados:

Imagem 2 - Atividades metalinguísticas



Fonte: Os autores (2025).

Imagem 3 - Raciocínio dedutivo ou indutivo



Fonte: Os autores (2025).

A maior parte das aulas, 80%, não apresentam atividades que possibilitariam a construção de uma sistematização e de uso consciente dos recursos expressivos pelos alunos, além de priorizar por um raciocínio dedutivo. Analisou-se que os exercícios privilegiam situações em que os alunos devem apenas reproduzir conceitos anteriormente memorizados, e treiná-los partindo de situações artificiais de uso. Em menor número, pode-se observar aulas que apresentam atividades com predomínio do raciocínio indutivo e que são capazes de iniciar a sistematização dos recursos expressivos, porém a presença é ínfima quando comparada. Portanto, conclui-se que nas atividades metalinguísticas a AL é abordada de forma extremamente superficial e descontextualizada.

CONSIDERAÇÕES FINAIS

A análise mostrou que, no que se refere às atividades epilinguísticas, as aulas não mobilizam a reflexão necessária sobre o funcionamento e o valor dos recursos expressivos, priorizando a reprodução da teoria gramatical à reflexão, de fato. Já nas atividades metalinguísticas, observou-se a falta de exercícios que propiciem a sistematização dos recursos expressivos pelos alunos e o predomínio do raciocínio dedutivo nas aulas. Com isso, entende-se que o material privilegia mais o ensino tradicional da gramática do que uma proposta efetiva de PAL, o que reforça a necessidade de repensar as práticas mobilizadas no material didático.

REFERÊNCIAS

BORTONI-RICARDO, Stella Maris. **O professor pesquisador**: introdução à pesquisa qualitativa. São Paulo: Parábola, 2008.

BRASIL. Ministério da Educação. **Base Nacional Comum Curricular**. Brasília, DF: MEC, 2017. Disponível em: <http://basenacionalcomum.mec.gov.br/download-da-bncc>. Acesso em: 30 jan. 2025.

CIAVOLELLA, Bruno. **Práticas de análise linguística com docentes do 5º ano do Ensino Fundamental**. 2022. 365 f. Tese (Doutorado em Letras) - Universidade Estadual de Maringá, Maringá, 2017. Disponível em: <http://www.ple.uem.br/tese-bruno-com-ficha-2.pdf>. Acesso em: 15 jul. 2025.

FRANCHI, Carlos. **Criatividade e gramática**. São Paulo: Secretaria da Educação, 1991 [1987].

GERALDI, João Wanderley. Concepções de linguagem e ensino de Português. In: GERALDI, João Wanderley (Org.). **O texto na sala de aula**: leitura e produção. Cascavel: Assoeste, 1984 [1981].

GERALDI, João Wanderley. **Portos de passagem**. São Paulo: Martins Fontes, 1991.

LÜDKE, Menga; ANDRÉ, Marli Eliza Dalmazio de Afonso. **Pesquisa em educação**: abordagens qualitativas. São Paulo: EPU, 1986.

MOITA LOPES, Luiz Paulo da. **Oficina de Linguística Aplicada**. Campinas: Mercado de Letras, 1996.

ATIVIDADES DE ANÁLISE LINGÜÍSTICA EPILINGÜÍSTICA: UMA PROPOSTA COM A CRÔNICA *O CARIOCA E A ROUPA* DE PAULO MENDES CAMPOS

BISPO, Gabriel¹CIAVOLELLA, Bruno²

ST1 - Linguagem e sociedade: discursos, sujeitos, vivências e práticas

INTRODUÇÃO

A Prática de Análise Linguística (PAL) é uma prática de linguagem e de ensino que se propõe a compreender como os recursos expressivos promovem a interação entre os interlocutores, a construção de sentidos e de valores sociais, a contribuir para a constituição do sujeito, uma vez que estão diretamente relacionados ao projeto de dizer e aos contextos sociais, culturais e históricos que perpassam a situação de interação discursiva (Geraldí, 1984 [1981]). O recorte temático deste texto é a elaboração didática para o desenvolvimento da PAL no Ensino Fundamental (EF).

A Análise Linguística (AL)³ é um componente essencial no ensino de Língua Portuguesa (LP) de acordo com os principais documentos orientadores dos currículos, em especial, a Base Nacional Comum Curricular - BNCC (Brasil, 2017) como um dos eixos de ensino, juntamente com a leitura, a oralidade e a produção textual. Assim, esta investigação se justifica em virtude de a AL, apesar de estar presente nos documentos norteadores, ser frequentemente, pouco valorizada no ensino de LP nas escolas. Conquanto haja um crescente debate e produção acadêmica sobre o tema, ainda existe uma lacuna entre a teoria e a prática no ambiente escolar. Além disso, há uma carência de materiais didáticos que auxiliem os docentes da Educação Básica a trabalharem com a PAL de forma interacionista e

¹ Graduando em Letras - Português/Inglês, Universidade Estadual do Paraná (Unespar), *campus* de Paranavaí e integrante de Projeto de Iniciação Científica (PIC) na modalidade voluntário, gabrielbisporamosdasilva@gmail.com.

² Doutor em Linguística pelo PLE - UEM, docente da Universidade Estadual do Paraná (Unespar), *campus* de Paranavaí, orientador de Projeto de Iniciação Científica (PIC), bruno.ciavolella@unespar.edu.br.

³ O termo Análise Linguística (AL) é utilizado para se referir a um dos eixos do ensino de Língua Portuguesa, de acordo com a Base Nacional Comum Curricular (BNCC). Por sua vez, o termo Prática de Análise Linguística é utilizado para se referir especificamente a abordagem de AL, a partir dos pressupostos interacionistas e dialógicos da linguagem.

dialógica, visto que o ensino de LP, sob esta perspectiva, distingue-se consideravelmente do ensino tradicional de gramática.

O objetivo geral deste texto é apresentar uma proposta teórico-metodológica de atividades de análise linguística e epilinguística aplicáveis no EF, sob a perspectiva interacionista-dialógica da linguagem e, mais especificamente, caracterizar atividades, a fim de elucidar como a teoria se materializa na prática para auxiliar futuras produções de atividades por outros educadores. As atividades elaboradas têm por enunciado base a crônica *O carioca e a roupa*, de Paulo Mendes Campos (1959). Para isso, a pesquisa se baseia nos pressupostos da concepção dialógica de linguagem do Círculo de Bakhtin (Bakhtin 2004 [1979]), e nas abordagens interacionistas do ensino de língua, especialmente, da PAL em sala de aula de LP, conforme os estudos de Geraldi (1984 [1981]) e Ciavolella (2022).

METODOLOGIA

A abordagem adotada nesta pesquisa é qualitativa (Bortoni-Ricardo, 2008), com foco na compreensão de fenômenos sociais, a partir de uma perspectiva sócio-histórica. Para tanto, a pesquisa se caracteriza como uma prospecção teórico-metodológica (Menegassi, 2024), pois objetiva propor atividades pedagógicas para orientar a PAL, fundamentadas nos pressupostos teóricos da concepção interacionista e dialógica de linguagem.

A prospecção teórico-metodológica, como um tipo de pesquisa de natureza qualitativa, se faz em quatro etapas, a saber: 1) Escolha do enunciado concreto; 2) Estudo analítico do enunciado; 3) Planejamento da elaboração didática e 4) Construção, exemplificação e caracterização das atividades. Inicialmente, foi escolhido o enunciado *O Carioca e a roupa* de Paulo Mendes Campos (Campos, 1959) como representativo do gênero crônica e, feito o estudo analítico, elegeu-se os adjetivos como recursos expressivos mobilizados para a construção de realidades sociais, identitárias e psicológicas às personagens. Para tanto, no planejamento, preparou-se uma produção que envolveu a leitura e análise do enunciado a destacar como os adjetivos constroem sentidos sociais, psicológicos e pessoais. Na seção seguinte, segue-se a apresentação e caracterização das atividades a partir do enunciado eleito para análise.

DISCUSSÕES E RESULTADOS

A partir de uma perspectiva interacionista e dialógica, o ensino de LP deixa de ser mera repetição para tornar-se espaço de reflexão sobre a língua como prática interativa e criativa (Franchi, 1991[1987]). Nesse sentido, não se abandona a gramática, mas a ressignifica, ao entendê-la como parte do funcionamento da língua, e não apenas como um catálogo de regras (Geraldi, [2009] 2015).

Assim, propõem-se atividades epilinguísticas que, segundo Geraldi (1984 [1981], p. 190), “refletem sobre a linguagem, e a direção desta reflexão tem por objetivo o uso destes recursos expressivos em função das atividades linguísticas em que está engajado”. Para a elaboração dessas atividades, torna-se necessário selecionar recursos expressivos específicos do enunciado como objeto de estudo. Na crônica *O Carioca e a roupa*, Paulo Mendes Campos retrata, com humor e ironia, o comportamento do carioca a partir de sua relação com o modo de vestir e revela aspectos de sua personalidade, cultura e visão de mundo. Os adjetivos desempenham papel central nessa construção, pois expressam julgamentos e valores que caracterizam o carioca de forma crítica e valorativa. Assim, a escolha por esse recurso expressivo justifica-se por seu potencial de construir realidades sociais, identitárias e psicológicas no enunciado, e permite refletir e refratar sentidos e valores. Ao qualificar grupos sociais, o narrador mobiliza tais adjetivos para revelar perspectivas valorativas fundamentais à compreensão do texto.

No quadro 1 apresenta-se quatro atividades elaboradas, as quais são explicadas e exemplificadas em sequência.

Quadro 1 - Elaboração das atividades epilinguísticas

Atividade 1 – Considere analisar o seguinte trecho: “Entre os meus conterrâneos, os econômicos mineiros[...]” para responder às atividades a seguir:

A) A qual palavra o narrador se refere ao dizer “conterrâneos” e “econômicos”?

R: *O narrador se refere à palavra mineiros.*

B) Se não houvesse a palavra “mineiros”, os vocábulos “conterrâneos” e “econômicos” poderiam existir nesta frase?

R: *Não, pois os adjetivos estão sempre relacionados a outros substantivos, são termos acessórios.*

Professor, na primeira atividade epilinguística, é importante selecionar um trecho para analisar e identificar o elemento linguístico-discursivo em foco, a iniciar por um raciocínio indutivo a instigar os estudantes a refletirem acerca do funcionamento do recurso expressivo para promover um raciocínio lógico da língua.

Atividade 2 – Acerca do funcionamento dos adjetivos “conterrâneos” e “econômicos”, neste trecho, responda:

- A) Qual o sentido atribuído pelo adjetivo “conterrâneos” aos mineiros?
 () Indica pertencimento à mesma profissão. (X) Indica pertencimento do narrador à Minas Gerais.
- B) Qual é o valor deste adjetivo neste trecho? Considere valor, como um juízo atribuído.
 (X) Valor positivo, afetivo e identitário, ao demonstrar pertencimento e empatia.
 () Valor negativo, ao sugerir desprezo pelos mineiros.
- C) Considere o adjetivo “econômicos”, qual o sentido atribuído ao substantivo “mineiros”?
 () Gastam muito com roupas e aparência.
 (X) São moderados e cuidadosos com os gastos ou espertos ao gastar seu dinheiro.
- D) Qual é o valor dedicado ao substantivo “mineiros” com o adjetivo “econômicos”?
 () Valor negativo, sugerindo descuido com a aparência.
 (X) Valor positivo, a destacar o jeito de ser: contido, não extravagante e moderado.

Professor, neste momento é importante destacar o sentido atribuído ao recurso utilizado no enunciado, justamente para construir um raciocínio lógico em relação à língua, além disso, é importante ampliar esse raciocínio para o identificar o valor deste vocábulo no texto.

Atividade 3 – Considere realizar construções com o trecho: “Entre os meus conterrâneos, os econômicos mineiros[...]”:

A) Reescreva a frase substituindo os adjetivos “conterrâneos” e “econômicos” por outros de sentido próximo aos do texto.

R: *Outras possibilidades para esta frase, poderiam ser: “Entre os meus regionais, os moderados mineiros[...]” ou “Entre os meus compatriotas, os comedidos mineiros [...]”.*

B) Reescreva a frase substituindo os adjetivos “conterrâneos” e “econômicos” por outros de sentido contrário, alterando, assim, o sentido original da mensagem.

R: *Outras possibilidades poderiam ser: “Entre os estrangeiros, os esbanjadores mineiros [...]”*

Professor, sob a perspectiva da análise linguística de base interacionista-dialógica, é essencial propor atividades de escrita [reescrita] com a língua tanto que sugiram alteração de sentido, como que preservem o significado original com variações lexicais.

Atividade 4 – Em relação ao mineiro, o carioca é valorado de modo diferente? Faça um parágrafo para sintetizar sua resposta a destacar o papel dos adjetivos.

R: *Sim, o carioca é valorado de modo diferente em relação ao mineiro, e os adjetivos evidenciam isso. Enquanto “econômico” sugere um mineiro contido e discreto que revela um valor positivo, “ironia corrosiva” atribui ao carioca uma postura crítica e provocadora de modo negativo. Esses adjetivos expressam julgamentos e ajudam a construir imagens contrastantes entre os dois.*

Neste momento, é importante sintetizar e contrastar as ideias em relação aos diferentes sentidos que os adjetivos atribuem às palavras, além de refletir sobre as funções que desempenham.

Fonte: autores (2025).

O quadro apresentou uma síntese de sugestão de atividades epilinguísticas que poderão ser feitas a partir do enunciado escolhido. Em geral, as atividades seguem modelos de construção de raciocínio indutivo em relação à utilização da língua. As atividades 1, 2, 3 partem da escolha de um excerto do enunciado e refletem sobre: a) a escolha do elemento

linguístico; b) seu sentido, e c) sua função no trecho. É possível verificar os “porquês” da utilização dos adjetivos e entender as valorações positivas construídas em torno dos mineiros – que, diga-se de passagem, são conterrâneos do narrador-autor – que objetiva contrastar com o comportamento preconceituoso do carioca. Por fim, a atividade 4 leva o aluno a refletir sobre os sentidos construídos pelo adjetivo em destaque. A proposta é fazer com que o aluno perceba o caráter valorativo do adjetivo, e como ele revela uma atitude cultural ou comportamental do carioca, construída na narrativa.

CONSIDERAÇÕES FINAIS

O objetivo deste texto foi apresentar uma proposta de atividades epilinguísticas que se coaduna com os pressupostos da PAL para o EF. Partiu-se da leitura do texto *O Carioca e a roupa*, selecionado por seu potencial de promover a análise dos sentidos e valores atribuídos pelos adjetivos. As atividades foram planejadas a partir de uma perspectiva interacionista-dialógica, que incentiva os estudantes a interpretar, comparar e manipular os recursos expressivos do enunciado, para desenvolver consciência crítica sobre a linguagem e suas valorações socioculturais. Como resultado, o texto apresenta materiais que fortalecem a integração entre leitura e reflexão linguística, a fim de contribuir para um ensino significativo de LP.

REFERÊNCIAS

- BAKHTIN, Mikhail Mikhailovich. **Estética da criação verbal**. Tradução de Paulo Bezerra. 2. ed. São Paulo: Martins Fontes, 2004 [1979].
- BORTONI-RICARDO, Stella Maris. **O professor pesquisador**: introdução à pesquisa qualitativa. São Paulo: Parábola, 2008.
- BRASIL. Ministério da Educação. **Base Nacional Comum Curricular**. Brasília, DF: MEC, 2017. Disponível em: https://www.gov.br/mec/pt-br/escola-em-tempo-integral/BNCC_EI_EF_110518_versaofinal.pdf Acesso em: 30 jan. 2025.
- CAMPOS, Paulo Mendes. O carioca e a roupa. **Revista Manchete**, Rio de Janeiro, mar. 1959. Disponível em: <https://cronicabrasileira.org.br/cronicas/18185/o-carioca-e-a-roupa>. Acesso em: 26 maio 2025.
- CIAVOLELLA, Bruno. **Práticas de análise linguística com docentes do 5º ano do Ensino Fundamental**. 2022. 365 f. Tese (Doutorado em Letras) – Universidade Estadual de Maringá,

Maringá, 2017. Disponível em: <http://www.ple.uem.br/tese-bruno-com-ficha-2.pdf>. Acesso em: 15 jul. 2025.

FRANCHI, Carlos. **Criatividade e gramática**. São Paulo: Secretaria da Educação, 1991 [1987].

GERALDI, João Wanderley. Concepções de linguagem e ensino de Português. In: GERALDI, João Wanderley (org.). **O texto na sala de aula: leitura e produção**. Cascavel: Assoeste, 1984 [1981].

MENEGASSI, Renilson José. O valor humano em atividades de leitura. In: CUNHA, Marcos André Dantas; FARIA JUNIOR, Fernando Maués. (org.). **Linguagens e escolas – e agora?:** problematizações, intervenções e desafios. Campinas: Pontes Editores, 2024.

DAS MARTHAS DE *O CONTO DA AIA* AO MOVIMENTO *TRAD WIFE* NAS MÍDIAS DIGITAIS: UMA ANÁLISE DIALÓGICA COMPARATIVA

ROGALESKI, Lorena Yasmim¹

POLATO, Adriana Delmira Mendes²

ST 1 - Linguagens e sociedade: discursos, sujeitos, vivências e práticas

INTRODUÇÃO

O encargo da realização das tarefas domésticas tem sido um assunto muito debatido nas últimas décadas, e de forma necessária. Apesar das conquistas alcançadas pela população feminina, o exercício doméstico ainda é muito associado como pertencente exclusivamente à mulher, a ponto de reflexões como as Jablonski (2010) tornarem-se fundamentais para que as novas gerações ponderem a respeito dos papéis sociais compreendidos por cada gênero na atualidade. E essa concepção não é atual: desde meados dos anos 1900, a mulher tem sido a responsável majoritária, senão a única, pelas tarefas domésticas e pelo cuidado dos filhos, enquanto o homem eleva a sua carreira profissional, sendo, portanto, o principal (senão o único) responsável por prover o lar. Tal percepção, segundo Amato, Booth, Johnson e Rogers (2007 *apud* Jablonski, 2010, p. 264), tem criado e reforçado ideais de casamento patriarcais, assim como os papéis de gênero a serem desempenhados.

Desde então, essa questão tem sido denunciada de diversas formas, inclusive na literatura. Em *O Conto da Aia* (2021 [1985]), de autoria de Margaret Atwood, o romance distópico apresenta uma sociedade chamada Gilead, que representa os Estados Unidos após um golpe realizado por regressistas, em que as mulheres passam a ter todos os seus direitos, anteriormente conquistados, retirados pelo novo governo – considerado conservador, patriarcal e totalitário. Dividida em classes sociais, a população de Gilead passa a adquirir uma hierarquia que inferioriza as mulheres, ao colocá-las em papéis submissos em relação aos homens. Esse é caso das Marthas, grupo social representado no romance e objeto de estudo deste trabalho.

¹ Mestranda do Programa de Pós-Graduação em Sociedade e Desenvolvimento (PPGSeD) pela Universidade Estadual do Paraná (Unespar), *campus* de Campo Mourão, lorenarogaleski63@gmail.com.

² Doutora em Letras, docente da Universidade Estadual do Paraná (Unespar), *campus* de Campo Mourão, ampolato@gmail.com.

As Marthas são caracterizadas como inférteis, tendo por responsabilidade exclusiva o cuidado das tarefas domésticas da casa dos Comandantes, homens que compõem a classe dominante do país. As Marthas representam na obra a tensão entre denúncia e realidade, - visto que essas personagens têm orientação temática na obra (Medviédev, 2019), (des)revelando a percepção de que as mulheres devem ser submissas, obedientes e as únicas responsáveis pelas tarefas domésticas, o que reforça os valores patriarcais inseridos na sociedade distópica de Gilead.

Ao nos deslocarmos da esfera literária e do romance distópico para a realidade concreta contemporânea, estabelecemos relações dialógicas entre a representação do grupo das Marthas com o movimento *Trad Wife*, corrente nas mídias digitais, de onde emerge a questão: seria possível relacionar as Marthas, classe social fictícia de um romance distópico escrito em 1985, às mulheres da atualidade?

Tendo origem nos anos 2010, o movimento *Trad Wife* tem ganhado força nas mídias digitais ao buscar o retorno dos valores tradicionais, nos quais as mulheres passam a se dedicar exclusivamente ao lar e aos filhos, devendo total obediência e submissão ao marido. Todo esse movimento se reverbera na recuperação de diferentes signos ideológicos, que subsidiam axiologias que sustentem a formulação desse papel social. A exemplo, nas representações midiáticas, as mulheres que se encaixam na categoria *Trad wives* usam vestimentas que se associam às primeiras décadas de 1900.

O movimento foi criado por Hannah Neeleman, uma mulher que desistiu da carreira de bailarina para ser dona de casa a pedido de seu marido – um herdeiro bilionário das companhias aéreas Azul e Jetblue –, e que, desde então, tem produzido vídeos nas plataformas *Instagram* e *Tik Tok* acerca de sua rotina, os quais têm viralizado a partir de 2020. Tendo mais de 10 milhões de seguidores em sua conta denominada “Ballerina Farm”, a mãe de oito filhos e esposa tradicional dependente financeiramente de seu marido influencia o seu público com um conteúdo voltado, majoritariamente, à produção da alimentação dos seus filhos e à limpeza de sua casa.

Nesse sentido, em vista da grande influência de Neeleman nas mídias sociais, este trabalho tem como objetivo analisar dialógica e comparativamente os discursos sobre as Marthas presentes no romance *O Conto da Aia* e os atuais discursos que sustentam o movimento das *tradwives* em *posts* de *Instagram*, a partir da teoria fundada pelo Círculo de

Bakhtin, de modo a fazer uma crítica a respeito das consequências deste movimento à sociedade atual.

METODOLOGIA

Metodologicamente, trata-se de uma pesquisa interdisciplinar, qualitativa, interpretativista, comparativa e bibliográfica, que que articula aportes teóricos de diferentes áreas, dentre elas a Crítica Literária, a Crítica Feminista, os estudos sociológicos e, especialmente, os pressupostos do dialogismo de Bakhtin e o Círculo. Coadunam-se o método sociológico de estudo da língua(gem) preconizado por Volóchinov (2018) e seus desdobramentos interpretativos e o método comparativo na literatura, que estuda as relações entre textos-enunciados literários e outras expressões artístico-semióticas.

Como posto anteriormente, é realizada uma análise comparativa entre os discursos do romance *O Conto da Aia* (2021) em relação às Marthas e os discursos propagados pelo movimento *Trad Wife*, em *posts* do *Instagram*. Para isso, escolheu-se um vídeo de Hannah Neeleman, no qual ela está preparando uma receita com seus filhos e excertos do romance que caracterizam o papel social das Marthas. A partir disso, pretende-se compreender como se estabelecem as relações dialógicas entre os dois discursos (literário e midiático), a fim de se refletir se a distopia prenunciada no romance se dissolveu ou se acentuou na atualidade. O vídeo será considerado em suas semioses verbais e visuais, conforme *print* de cena estática disposta na figura 1, posta em comparação a excertos de *O conto da aia* que caracterizam as Marthas.

Figura 1 - Hannah Neeleman preparando uma receita com seus filhos.



Fonte: *Ballerina Farm*, via *Instagram*³.

DISCUSSÕES E RESULTADOS

De acordo com Bakhtin (2008), as relações dialógicas orientam o uso da linguagem, seja a partir de um enunciado integral ou de uma palavra isolada. A todo momento, retomamos discursos já proferidos, discursos esses que carregam valores ideológicos, que refletem e refratam as condições de sua produção sócio-histórica, como a partir da reação e do posicionamento de um sujeito sobre uma questão considerada sensível a debate na sociedade (Freitas, 1999). Esse é o caso do encargo das tarefas domésticas, objeto de estudo deste trabalho.

Sendo uma questão desenvolvida em meio a um contexto repleto de valores conservadores e patriarcais⁴, a sua existência na atualidade possibilita com que discursos movidos por estas ideologias sejam, ainda, recorrentes. Esse fato se torna preocupante quando se compreende que os discursos têm o poder de influenciar o outro (Bakhtin, 2015), o que é demonstrado no romance *O Conto da Aia*, no qual a população de Gilead passa por uma espécie de “conversão ideológica”, a fim de se adequar aos novos ideais da sociedade – sob pena de morte aos que não aderirem às novas medidas. Assim, as Marthas são caracterizadas por usarem “um vestido habitual de Martha, que é verde desbotado, como um traje cirúrgico dos tempos anteriores” (Atwood, 2021, p. 20), além de serem consideradas inferiores devido à sua função: “Ela põe o véu para sair, mas ninguém se importa muito com quem vê o rosto de uma Martha” (Atwood, 2021, p. 20).

Da mesma forma, pode-se relacionar o poder da influência pelo discurso ao papel dos *influencers* no momento atual. É relevante destacar que toda expressão tem uma orientação social (Volóchinov, 2013), ou seja, o ato de gravar vídeos diante de uma determinada perspectiva tem uma motivação. De modo sintético, considerando as multissemioses do vídeo de Neeleman, permite-se perceber que ao produzir um vídeo preparando alimentos com os seus filhos, a *influencer* busca propagar o seu estilo de vida, fazendo uso de vestimentas que remetem à época do movimento *American Way of Life* – no qual as mulheres eram submissas aos seus maridos. Representa-se uma casa simples e sem luxos, o uso de música clássica, para

³ Vídeo disponível em: <https://www.instagram.com/reel/Cz5GeHFrZLM/?igsh=MW1hcms1MG4xZnR2aA==>. Acesso em: 17 out. 2025.

⁴ O patriarcado é definido pelo estudioso Thomas Bonnici (2007, p. 198) como uma forma de repressão à mulher, uma opressão social e, também, uma legitimação e perpetuação do poder e da agressão masculina.

remeter à tranquilidade e à tradição, bem como se representa uma vida voltada aos serviços do lar e à criação dos seus oito filhos. A mulher é representada confinada no ambiente do lar, espaço restrito que lhes é reservado nas sociedades tradicionais patriarcais. Sobre isso, Davis (2016) afirma que com “o fortalecimento do patriarcado [na atualidade] e a desvalorização do trabalho de cuidado no capitalismo [essas mulheres podem ser] redefinidas ideologicamente como as guardiãs de uma desvalorizada vida doméstica (Davis, 2016, p. 230).

Costa (2023), referenciando Davis (2016) argumenta que a noção da mulher como “serva do homem” está intrinsecamente ligada à evolução do capitalismo. No entanto, o ideal de “dona de casa” sempre foi, na prática, acessível apenas a famílias com poder aquisitivo. Essa ideologia de gênero, que confina a mulher ao lar, sempre teve um impacto prejudicial sobre as mulheres assalariadas, pois elas enfrentam, historicamente, condições de trabalho mais precárias e salários mais baixos que os homens, uma vez que necessitam se colocar fora do papel socialmente esperado. Atualmente, a questão econômica ainda impera, pois tanto o papel da mulher serva do homem quanto o do homem provedor podem ser problematizados à luz da sociedade capitalista, visto que tais papéis se tornam uma coerção violenta tanto a mulheres quanto a homens das classes menos favorecidas.

Na sociedade de Gilead, as Marthas apenas servem, são oprimidas fortemente e desconsideradas em qualquer outro papel social potencial, a não ser o de servir como escravas. Já nos vídeos de Neeleman, que tem mais de 10 milhões de seguidores em suas redes sociais, com poder de influência imenso, uma mulher milionária apresenta-se para compartilhar um papel social sustentado por sua condição econômica. Ela é casada com um herdeiro bilionário, o que faz com que a sua realidade seja extremamente difícil de ser reproduzida pelos seus seguidores. Ainda assim, pode-se afirmar que a reprodução das práticas tradicionais de sua parte possibilita uma propagação de discursos regressistas ao seu público, lançando uma proposta de retomar uma perspectiva inferiorizante aos papéis sociais das mulheres em geral, que, fora do seu papel predestinado de servir no lar, são inferiorizadas no mercado de trabalho ou acabam por passar por necessidades econômicas ainda mais severas, visto que nem sempre um homem assalariado é capaz de prover todas as necessidades da família. Em Gilead, temos as Marthas oprimidas e nos vídeos de Neeleman uma mulher rica que goza dos privilégios de sua classe enquanto tenta homogeneizar e moldar as necessidades das mulheres e os papéis de

gênero contemporâneos a uma realidade que não cabe a todas – uma forma diferente e indireta de opressão.

CONSIDERAÇÕES FINAIS

A partir da análise comparativa aqui apresentada, pode-se compreender que apesar de a obra *O Conto da Aia* (2021 [1985]) ser considerada um romance distópico, a classe social das Marthas, que reforça a percepção de que as mulheres devem ser as únicas responsáveis pelos afazeres domésticos, pode ser relacionada ao movimento atual *Trad Wife*, em que mulheres que vivem sob condições econômicas privilegiadas influenciam o seu público a partir da propagação de uma rotina repleta de valores conservadores e patriarcais em *posts* de *Instagram*.

Nesse sentido, embora seja uma prática de livre escolha, o poder de influência de Hannah Neeleman permite com que o seu público busque reproduzir o seu estilo de vida que, no entanto, se mostra quase impossível de ser alcançado caso os seus seguidores não possuam as mesmas condições econômicas que a *influencer*. Porém, isso não anula o fato de que há a possibilidade de seu público reproduzir e reforçar valores conservadores e patriarcais tão disseminados por Neeleman em seu perfil do *Instagram*, ainda que sofra as penas de não ter a mesma condição econômica. Neeleman não é um modelo de mulher universal, porque não representa todas, mas apenas uma parcela delas: a mulher branca, de classe favorecida.

REFERÊNCIAS

ATWOOD, Margaret. **O conto da Aia**. Rio de Janeiro: Rocco, 2021 [1985].

BAKHTIN. Mikhail Mikháilovitch. **Problemas da poética de Dostoiévski**. Tradução de Paulo Bezerra. 4. ed. Rio de Janeiro: Forense Universitária, 2008.

BAKHTIN, Mikhail Mikháilovitch. **Teoria do romance I: A estilística**. Tradução de Paulo Bezerra. São Paulo: Editora 34, 2015.

BONNICI, Thomas. **Teoria e crítica literária feminista: conceitos e tendências**. Maringá: Eduem, 2007.

COSTA, Cecília Maria Valter. O fortalecimento do patriarcado e a desvalorização do trabalho de cuidado no capitalismo. **Serviço Social & Sociedade**, São Paulo, v. 146, n. 3, e-6628347, 2023.

DAVIS, Angela. **Mulheres, raça e classe**. São Paulo: Boitempo, 2016.

FREITAS, Antonio Francisco de. **Palavra**: signo ideológico. Maceió: EDUFAL, 1999.

JABLOSNKI, Bernardo. A Divisão de Tarefas Domésticas entre Homens e Mulheres no Cotidiano do Casamento. **Psicologia: ciência e profissão**. v. 30, n. 2, 2010. Disponível em: <https://www.scielo.br/j/pcp/a/mJKLzrKLJCcMpnNHfr9PcGt/?lang=pt>. Acesso em: 16 out. 2025.

MEDVIÉDEV, Pável Nikoláievitch. **O método formal nos estudos literários**. São Paulo: Contexto, 2019.

VOLÓCHINOV, Valentin. O que é a linguagem. Tradução de João Wanderley Geraldi. In: **A construção da enunciação e outros ensaios**. São Carlos: Pedro & João Editores, 2013.

VOLÓCHINOV, Valentin. **Marxismo e filosofia da linguagem**. São Paulo: Editora 34, 2018.

DESASTRES AMBIENTAL E CLIMÁTICO: UMA ANÁLISE DIALÓGICA DE CHARGES NA FOLHA DE S.PAULO (2015-2025)

DALL'AGO, Rodrigo Cabrini¹

ROMUALDO, Edson Carlos²

ST 1 - Linguagens e sociedade: discursos, sujeitos, vivências e práticas

INTRODUÇÃO

Este trabalho apresenta o andamento da pesquisa de mestrado que investiga charges que abordaram questões ambientais-climáticas publicadas pela Folha de S.Paulo no período de 2015 a 2025. No contexto da crescente urgência socioambiental, a mídia assume um papel central na mediação entre os fatos e a opinião pública. Entre os textos da esfera jornalística, a charge se destaca como um enunciado de caráter opinativo, capaz de responder a eventos quase em tempo real, combinando linguagem verbal e não verbal para produzir sentidos complexos (Romualdo, 2000). Sob a perspectiva do Círculo de Bakhtin, a charge constitui um gênero do discurso que se constrói a partir da relação com outros textos, como notícias, relatórios e discursos oficiais, e utilizando a polifonia para criticar, ironizar ou amplificar visões de mundo (Bakhtin, 1981). A seguir, expõem-se a descrição do percurso metodológico realizado até o momento e a análise preliminar de uma charge, como ilustração do enfoque teórico-analítico a ser desenvolvido nas etapas subsequentes do estudo.

METODOLOGIA

Esta pesquisa, em andamento no primeiro ano do mestrado (2025), caracteriza-se pela natureza aplicada, pela abordagem quantitativa-qualitativa e pelo caráter exploratório-descritivo. Seu desenvolvimento fundamenta-se no levantamento bibliográfico sistemático e na análise documental, adotando um percurso metodológico realizado em três etapas até o momento (Gil, 2009).

A primeira etapa consistiu em uma extensa revisão bibliográfica, com o objetivo de delimitar o recorte temporal do corpus de análise. O estudo partiu da premissa de que a

¹ Mestrando, Programa de Pós-Graduação em Letras (PLE), Universidade Estadual de Maringá (UEM), rcdallago@gmail.com.

² Doutor em Letras, docente da Universidade Estadual de Maringá (UEM), ecromualdo@uem.br.

cobertura jornalística sobre mudanças climáticas é influenciada por marcos históricos e científicos. Como resultado, definiu-se o período de 2015 a 2025, justificado pela confluência de dois marcos globais decisivos: a assinatura do Acordo de Paris e o estabelecimento da Agenda 2030 para o Desenvolvimento Sustentável, ambos em 2015. Este recorte permite analisar uma década de consolidação, tensionamento e reconfiguração das diretrizes climáticas internacionais e sua reverberação no discurso jornalístico.

A segunda etapa compreendeu o levantamento longitudinal do corpus. Foram analisadas todas as edições diárias do jornal Folha de S.Paulo publicadas no caderno Opinião entre 1º de janeiro de 2015 e 31 de dezembro de 2024, totalizando 3.653 edições. O procedimento de identificação das charges foi realizado por meio da análise manual de cada edição, disponível no arquivo digital da Folha, selecionando aquelas que abordavam explicitamente questões ambientais e climáticas. Como resultado, foi constituído um corpus de 181 charges, conforme detalhado na Tabela 1. A análise quantitativa inicial revela uma variação significativa na frequência de publicação de charges sobre o assunto ao longo dos anos, com um pico notável em 2019 (11,5% das edições) e uma tendência de aumento a partir de 2022.

Tabela 1 - Quantitativo de charges sobre questões ambientais-climáticas na Folha de S.Paulo (2015-2024)

Ano	Dias	Nº edições	Charges	%
2015	365	365	17	4,7%
2016	366	366	1	0,3%
2017	365	365	3	0,8%
2018	365	365	1	0,3%
2019	365	365	42	11,5%
2020	366	366	18	4,9%
2021	365	365	13	3,6%
2022	365	365	19	5,2%
2023	365	365	32	8,8%
2024	366	366	35	9,6%
2025	365	Pendente	Pendente	Pendente
Total	4.018	3.653	181	5,0%

Fonte: Elaborado pelos autores.

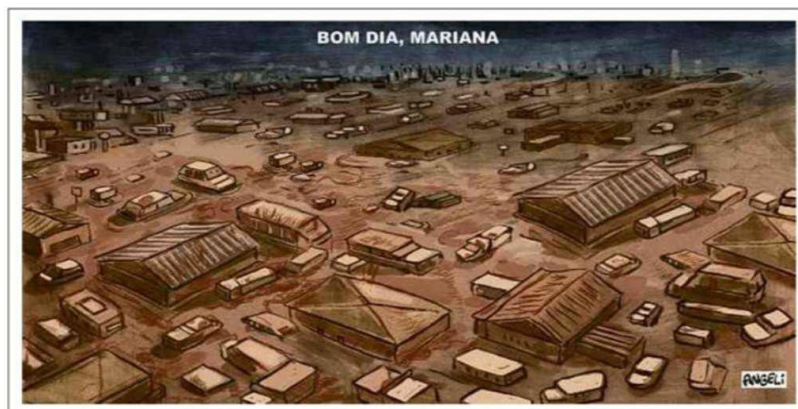
A terceira e atual etapa do trabalho dedica-se à conceituação da charge enquanto gênero do discurso. Está em curso uma revisão bibliográfica focada na caracterização da

charge jornalística, que servirá de base para a elaboração de uma proposição conceitual ancorada nos pressupostos teórico-metodológicos do Círculo de Bakhtin. A análise subsequente do corpus seguirá o movimento bakhtiniano, investigando inicialmente a dimensão extra verbal, os contextos históricos, sociais e ideológicos de produção e circulação, para, em seguida, examinar os elementos verbo-visuais que constituem o enunciado charge.

DISCUSSÕES E RESULTADOS

A análise da charge “Bom dia, Mariana” (Figura 1) serve como um exemplo do tipo de investigação que pretendemos aprofundar nas próximas etapas da dissertação. Ela demonstra a aplicação do referencial teórico-metodológico para demonstrar como a charge, enquanto gênero discursivo, articula recursos verbo-visuais para construir uma crítica.

Figura 1 - Charge “Bom dia, Mariana”



Fonte: Angeli (2016).

No plano verbal, a charge apresenta apenas o enunciado curto do título (“Bom dia, Mariana”). Visualmente, a imagem retrata uma paisagem devastada, em que casas, carros e ruas aparecem submersos pela lama de rejeitos, compondo uma atmosfera de destruição e silêncio. O contraste cromático entre o céu em tonalidade azul-escura e a predominância (na maior parte do quadro) do marrom da lama, nas casas e nos automóveis, intensifica a sensação de sufocamento e estagnação. A ausência de personagens humanos agrava a dramaticidade da cena, deslocando o olhar do leitor para os vestígios materiais do desastre.

No que diz respeito às relações intertextuais, a charge mostra um diálogo direto com o

acontecimento histórico do rompimento da Barragem do Fundão, configurando alto grau de aderência (Romualdo, 2000), já que retoma um evento amplamente divulgado e ainda vivo na memória social na época de sua publicação.

Sua construção estabelece conexões, respondendo aos discursos jornalísticos que circularam intensamente após a tragédia, em especial reportagens e notícias, que se tornaram intertextos constitutivos de sua leitura. Nesse sentido, a charge exemplifica a intertextualidade de conteúdo destacada por Koch (2024), visto que o texto verbo-visual não se limita a representar a cena, mas refrata os discursos já presentes na esfera midiática, dialogando com eles para propor uma nova interpretação crítica.

Essa articulação entre elementos verbais e visuais constitui a natureza da charge jornalística e potencializa seu efeito crítico (Romualdo, 2000). O enunciado verbal, “Bom dia, Mariana”, de aparentemente normalidade, entra em contraste com a cena visual de devastação, instaurando o que Koch (2024) denomina como intertextualidade das diferenças, em que o texto se apropria do intertexto para expor sua improcedência ou para ridicularizá-lo. Na charge em análise, esse jogo compõe a ironia, recurso através do qual o locutor evidencia a distância entre a saudação otimista e a realidade trágica da cidade.

Passetti (1995), a partir de Ducrot (1987), afirma que a ironia se configura como um jogo enunciativo instaurado pelo locutor do texto. De forma mais precisa: há, de um lado, o Enunciador 1, responsável pelo discurso absurdo e situado no nível do posto; de outro, o Enunciador 2, vinculado ao discurso sério e posicionado fora desse nível, com o qual o Locutor se identifica.

Entendemos que o enunciado verbal assume a posição de Enunciador 1, projetando uma visão inicial que será tensionada pela leitura da imagem, visto que essa aparente normalidade é rompida quando se observa a cena representada: uma paisagem devastada, marcada pela presença dominante da lama. Este enunciador representa a voz social de empresários e políticos neoliberais que apostam nos lucros em detrimento de qualquer questão climática ou ambiental. Percebe-se que não há, de fato, um “bom dia” sendo figurado; ao contrário, o “dia” é retratado como ruim e sombrio.

Na perspectiva do Enunciador 2, materializada pelo enunciado visual, a ironia alcança sua plenitude de sentido. Isso porque o Enunciador 2 introduz uma crítica direta ao discurso de normalização dos desastres ambientais, em especial ao rompimento da Barragem do

Fundão, cujas consequências permaneciam visíveis mesmo após um ano do ocorrido. Aqui, vemos representada a voz social da população, de cientistas e ambientalistas, que alertam sobre os riscos das mudanças climáticas e as consequências de desastres ambientais. A expressão verbal, que à primeira vista poderia sugerir um retorno à normalidade, é tensionada pela perspectiva do Enunciador 2, que mostra a crítica proposta pelo Locutor: não, não há normalidade possível, ao contrário do que sustentam certos discursos oficiais. Dessa forma, a ironia surge do contraponto tenso entre a linguagem verbal e a visual da charge.

CONSIDERAÇÕES FINAIS

A análise da charge “Bom dia, Mariana” demonstra a aplicação da abordagem bakhtiniana para demonstrar os mecanismos discursivos do gênero. A investigação da dimensão extra verbal (o contexto do desastre de Mariana), combinada com a análise dos elementos verbo-visuais, permitiu compreender como a charge constrói sentidos. Este exercício analítico valida o percurso metodológico proposto, sinalizando a potencialidade do corpus já mapeado. As análises futuras se dedicarão a identificar os principais temas, as vozes sociais e as estratégias linguístico-discursivas empregadas nas charges, cumprindo assim o objetivo de compreender como este gênero tem dialogado com a questão ambiental-climática no período de 2015 a 2025 na Folha de S.Paulo.

REFERÊNCIAS

- ANGELI. Bom dia, Mariana. **Folha de S.Paulo**, São Paulo, 04 nov. 2016. Disponível em: <https://acervo.folha.com.br/digital/leitor.do?numero=20764&anchor=6038494&origem=busca&originURL=&maxTouch=0>. Acesso em: 16 out. 2025.
- BAKHTIN, M. M (VOLOCHINOV). **Marxismo e filosofia da linguagem** (1929). Tradução Michel Wisnik e Yara Frasteschi Vieira. 2 ed. São Paulo: Hucitec, 1981.
- DUCROT, O. **O dizer e o dito**. Campinas: Pontes, 1987.
- GIL, A. C. **Como elaborar projetos de pesquisa**. 4. ed. São Paulo: Atlas, 2009.
- KOCH, I. G. V. **O texto e a construção dos sentidos**. 10. ed. São Paulo: Contexto, 2024.
- PASSETTI, Maria Célia Cortêz. **O discurso irônico: análise da argumentação irônica em textos opinativos da Folha de S.Paulo**. 1995. Dissertação (Mestrado em Letras) – Universidade

Estadual Paulista, Assis, 1995.

ROMUALDO, E. C. **Charge jornalística**: intertextualidade e polifonia - um estudo de charges da Folha de S. Paulo. Maringá: Eduem, 2000.

DISCURSOS SOBRE O APRENDIZ DE INGLÊS BRASILEIRO: UMA ANÁLISE DIALÓGICA DE ENUNCIADOS DE PROFESSORES/ INFLUENCIADORES NO INSTAGRAM

MARQUES, Larisse¹FRANCO, Neil²

ST 1 - Linguagens e sociedade: discursos, sujeitos, vivências e práticas

INTRODUÇÃO

A aprendizagem da língua inglesa no Brasil tem sido atravessada por discursos que constroem representações do sujeito brasileiro como inadequado e insuficiente diante da língua alvo, afetando sua trajetória como falante. Muitos estudantes manifestam medo do erro, receio de julgamento e vergonha de se expor na língua inglesa. Rajagopalan (2003) denuncia esse “lado mais nocivo e macabro da ideologia que norteou, por muito tempo, o ensino de línguas”. O autor afirma que é muito comum que “alunos se sintam envergonhados da sua própria condição linguística”, pelo fato de que a língua estrangeira, seu falante nativo e sua cultura foram sempre apresentados como superiores aos dos alunos.

Nesse sentido, Gal e Irvine (2000) explicam que as ideologias linguísticas funcionam como mediações sociais, e são sistemas culturalmente e historicamente construídos que naturalizam desigualdades sociais e moldam percepções de competência, pertencimento e legitimidade linguística.

No contexto atual, esse regime de desigualdade simbólica é intensificado pelo cronotopo sócio-histórico-discursivo da mercantilização da linguagem (Duchêne e Heller), que segundo os autores, trata-se do “surgimento generalizado de elementos discursivos que tratam língua e cultura sobretudo em termos econômicos” e que dessa forma, “muda os termos pelos quais a diferenciação social é feita e sob quais relações de poder ela é construída” (Duchêne e Heller, 2012, p. 3). Nessa perspectiva, é possível compreender o cronotopo, conforme propõem Franco, Acosta Pereira e Costa-Hübès (2019), como o espaço-

¹ Graduada em Letras – Português e Inglês pela Universidade Estadual do Oeste do Paraná (UNIOESTE). Participa, como aluna ouvinte, da disciplina Gênero do Discurso e Ensino, vinculada ao Programa de Pós-Graduação em Letras da Universidade Estadual de Maringá (UEM), larissemarquesd@gmail.com.

² Doutor em Estudos da Linguagem, docente do Departamento de Teorias Linguísticas e Literárias e do Programa de Pós-Graduação em Letras da Universidade Estadual de Maringá.

tempo social e ideológico que sustenta o projeto de dizer do sujeito, pois “o estudo do enunciado nos permite compreender as relações verbo-axiológicas do sujeito que, em determinadas bases cronotópicas e ideológicas, sustentam sua intenção enunciativa, validando, assim, seu projeto de dizer” (p. 282).

Parte-se do pressuposto de que, na contemporaneidade, a língua inglesa é mercantilizada como recurso econômico e cultural, estabelecendo um processo que aprofunda um regime de visibilidade de ideologias linguísticas e posições axiológicas dominantes, por meio de uma lógica mercadológica mais personalizada e performática de redes sociais, como o Instagram, que é própria de um cenário marcado pela globalização e pela economia neoliberal da linguagem. Trata-se de uma plataforma que permite, através das suas especificidades de interação, uma visibilidade pública, ou semipública, das práticas linguísticas de profissionais da educação e da comunicação, oferecendo acesso direto a suas escolhas de linguagem, marcação de identidade e posicionamento valorativo.

Esta comunicação apresenta uma proposta de análise discursivo-qualitativa a ser desenvolvida, cujo objetivo é analisar os discursos de professores e/ou influenciadores de inglês no Instagram, emoldurados pelo gênero discursivo digital vídeo post (reel), que constroem sentidos sobre o aprendiz brasileiro, observando como ideologias linguísticas se materializam nesse gênero discursivo multimodal.

Considerando as especificidades do ambiente digital, esta pesquisa ancora-se nas reflexões de Marie-Anne Paveau (2017, 2021) sobre os tecnôgêneros do discurso, compreendidos como formas enunciativas que emergem nas esferas digitais e, “portanto, marcado por ou derivado da dimensão tecnológica do discurso, o que implica um funcionamento e propriedades particulares” (Paveau, 2022, p. 336). Partindo da tradição bakhtiniana, em que os gêneros discursivos são compreendidos como formas socialmente relativamente estáveis de enunciação, Paveau propõe uma ampliação dessa concepção ao incluir as dimensões técnicas e algorítmicas das plataformas digitais, que passam a integrar o próprio processo de produção de sentido. Nessa perspectiva, o videopost no formato reels do Instagram é entendido como um tecnôgênero que mobiliza simultaneamente recursos verbo-visuais, sonoros e performáticos, ancorados em lógicas de visibilidade e engajamento próprias da esfera digital. Essa materialidade tecnodiscursiva produz novas formas de interação, de posicionamento axiológico e de valoração ideológica, permitindo observar como as vozes

sobre o aprendiz brasileiro de inglês são configuradas e amplificadas pelas possibilidades e coerções do ambiente digital.

Para tanto, estabelecemos as seguintes etapas: a) identificar as características do tecnogênero vídeo post que possibilitam a concretização do projeto discursivo dos autores/professores/ influenciadores; b) mapear valorações e posições axiológicas manifestas nos discursos; c) analisar os efeitos de sentido que emergem da integração entre recursos verbovisuais e extra-verbais nos reels e que constroem uma imagem negativa do aprendiz de inglês brasileiro.

METODOLOGIA

Para viabilizar esse estudo, optamos por uma abordagem por meio da análise dialógica do discurso (a partir de agora, ADD) desenvolvida em uma compreensão responsiva à obra do Círculo de Bakhtin, por pesquisadores brasileiros. A ADD é ancorada a partir de pressupostos e conceitos bakhtinianos como enunciado concreto, relações dialógicas, gêneros do discurso e valoração ideológica. De acordo com Franco, Costa-Pereira e Costa-Hubès (2019), a ADD orienta a análise para as “relações semântico-ideológico-valorativas” que atravessam o enunciado, entendidas como centrais para a construção de sentidos. Seguindo essa orientação, cada vídeo-post (reel) será tratado como enunciado concreto, isto é, uma unidade material na qual o “discurso é sempre atravessado por relações dialógicas - relações semânticas, ideológicas e valorativas que se constituem e funcionam por meio do diálogo com outros discursos” (Franco; Costa-Pereira; Costa-Hübès, p. 277).

Desse modo, o método adotado parte da concepção da língua no que sentido em que “o discurso é entendido como a língua viva, isto é, a língua em sua concretude, a língua mediando a interação” (Franco; Costa-Pereira; Costa-Hübès, p. 276). Partindo disso, o foco desta análise recai sobre o tecnogênero discursivo vídeo post, especificamente o formato reels, que mobiliza simultaneamente recursos verbo-visuais, estratégias de marketing digital e mecanismos de interação pública com seguidores.

O corpus será composto por vídeo posts de professores/ influenciadores brasileiros de inglês com atuação ativa no Instagram, selecionados com base nos seguintes critérios: a) enunciados que tematizam explicitamente o processo de aprendizagem do brasileiro; b) presença de avaliações axiológicas sobre o aluno brasileiro; c) evidente finalidade comercial

vinculada a cursos, mentorias e métodos próprios. Os vídeos serão coletados manualmente, com base em publicações recentes, entre janeiro e outubro de 2025. Até o presente momento, o corpus é composto por dois vídeos postados por professores/influenciadores de inglês brasileiros: @easierway, postado em março de 2025, 251 curtidas, 31 interações, 12 compartilhamentos e @gabimodestoteacher, publicado em setembro de 2025, 2,2 mil seguidores; posteriormente retirado da plataforma. Esses materiais foram selecionados de forma exploratória, com o objetivo de identificar regularidades discursivas e testar a pertinência analítica dos conceitos teóricos mobilizados.

Trata-se, portanto, de um método interpretativo e responsivo, orientado por uma concepção de linguagem como prática social e histórica, que reconhece o pesquisador como parte da cadeia enunciativa. Buscam-se, portanto, os modos pelos quais se configuram, nos tecnôgêneros digitais, as ideologias linguísticas e as valorações que moldam a experiência do brasileiro aprendendo inglês, compreendendo, com a ADD, que todo discurso é um campo de disputas valorativas e um espaço de produção de sentidos socialmente situados (Franco; Acosta Pereira; Costa-Hübès, 2019).

DISCUSSÕES E RESULTADOS

As primeiras aproximações ao *Reel* da página @easierway indicam que a unidade temática do enunciado se estrutura a partir da avaliação negativa do desempenho dos brasileiros em rankings internacionais de proficiência em inglês, associando o “inglês do brasileiro” a adjetivos como *ruim* e *sofrido*, e construindo o aprendiz como culpado por seu baixo rendimento, um sujeito “imediatista”, “metido a pedagogo e crítico político”, que “não quer estudar” e teria “QI abaixo de 80”.

Como desfecho, o professor oferece seu próprio método, descrito como inovador e inédito, apresentado como a solução para essa suposta ineficiência nacional. Nesse sentido, é possível reconhecer que “todo enunciado se constitui em um cronotopo, inscreve-se em um gênero discursivo que, por sua vez, corresponde ao campo de atividade humana em que são produzidos” (Franco; Acosta Pereira; Costa-Hübès, 2019, p. 282). Acreditamos que podemos aprofundar uma compreensão na qual o enunciado revela um projeto de dizer ancorado no cronotopo da mercantilização da linguagem, no qual a desqualificação do aprendiz brasileiro

funciona como estratégia para legitimar o discurso de autoridade do professor e, em seguida, introduzir o próprio método como produto de valor.

CONSIDERAÇÕES FINAIS

Essas observações configuram um movimento inicial de leitura, voltado a delinear caminhos possíveis para a aplicação da análise dialógica aos materiais selecionados. Em consonância com a perspectiva de Franco, Acosta Pereira e Costa-Hübès (2019), entende-se que toda análise constitui uma resposta provisória no contínuo diálogo entre pesquisador e objeto. Assim, o estudo ainda será aprofundado, a fim de examinar com maior rigor as relações de valor, as vozes em confronto e os efeitos ideológicos que atravessam os discursos sobre o ensino e a aprendizagem de inglês nas redes sociais digitais, buscando compreender como tais enunciados refratam e (re)produzem ideologias linguísticas na contemporaneidade.

REFERÊNCIAS

FRANCO, N.; ACOSTA PEREIRA, R.; COSTA-HÚBES, T. C. da. Por uma análise dialógica do discurso. In: GARCIA, D. A.; SOARES, A. S. F. **De 1969 a 2019: um percurso da/na análise de discurso**. Campinas, SP: Pontes Editores, 2019.

HELLER, M.; DUCHÊNE, A. Pride and profit: changing discourses of language, capital and nation-state. In: DUCHÊNE, A.; HELLER, M. (org.). **Language in late capitalism: pride and profit**. New York: Routledge, 2012.

IRVINE, J. T.; GAL, S. Language ideology and linguistic differentiation. In: KROSKRITY, P. V. (ed.). **Regimes of language: ideologies, politics, and identities**. Santa Fe: School of American Research Press, 2000.

PAVEAU, Marie-Anne. **Análise do discurso digital: dicionário das formas e das práticas**. Costa, Julia Lourenço; Baronas, Roberto Leiser (Orgs.). 2ª ed. Campinas, SP: Pontes Editores, 2022.

RAJAGOPALAN, K. **Por uma sociolinguística crítica: linguagem, identidade e a questão ética**. São Paulo, Parábola Editorial, 2003.

IRONIA, HUMOR E CRÍTICA NO EPISÓDIO “MENINAS NA MESA” DO SERIADO DE ANIMAÇÃO *SOUTH PARK*

SANTOS, Gabriel Velissimo¹

ROMUALDO, Edson Carlos²

ST 1 - Linguagens e sociedade: discursos, sujeitos, vivências e práticas

INTRODUÇÃO

No início da década de 90, mais precisamente entre os anos de 1992 e 1995, os produtores norte-americanos Trey Parker e Matt Stone desenvolveram dois curtas-metragens de animação intitulados *The Spirit of Christmas*, o segundo foi um marco viral para a internet, seu sucesso midiático impulsionou para a criação do então conhecido seriado de animação, *South Park*.

O seriado teve a sua estreia no dia 13 de agosto de 1997, e, ainda em atividade, estima-se que mais de 300 episódios foram transmitidos desde a sua criação com o episódio piloto. Sua estreia foi de grande sucesso, e sua recepção obteve os maiores índices de classificação de programas de TV a cabo. Em consequência de sua repercussão, no ano de 2021, o seriado foi renovado até o ano de 2027 e encontra-se no lançamento de sua vigésima sétima temporada, quase 30 anos de seu lançamento.

South Park teve sua recepção positiva além dos números, a crítica incluiu o seriado em várias publicações referente aos maiores programas de televisão dos últimos tempos. Além disso, a animação recebeu vários elogios, indicações a premiações, sendo vencedor de cinco *Primetime Emmy Awards* e um *Peabody Award*. Em 1999, com o lançamento de um filme teatral *South Park Bigger, Longer & Uncut*, obteve uma indicação à premiação do Oscar.

A animação é construída a partir de temáticas de cunho político, social e cultural. Por meio de sátiras que criticam diversos aspectos da sociedade global, ela apresenta episódios com temas específicos sobre religião, economia, mídia, política e celebridades. Os episódios,

¹ Mestrando, Programa de Pós-Graduação em Letras, Universidade Estadual de Maringá (UEM), gabrielvelissimo@gmail.com.

² Doutor em Letras, docente do Departamento de Teorias Linguísticas e Literárias, Universidade Estadual de Maringá (UEM), ecromualdo@uem.br.

em sua maioria, são desenvolvidos com um humor ácido e controverso para polemizar determinados assuntos e gerar repercussão entre os seus telespectadores.

Em 2019, foi ao ar a vigésima terceira temporada do seriado, a qual teve um de seus episódios intitulado “Meninas no tabuleiro”. O episódio tem como parte da construção de seu enredo o Concurso Anual de Mulheres Poderosas para competições esportivas, no qual uma das personagens, a Mulher Poderosa, termina, antes do evento, seu relacionamento com seu ex-namorado. Como uma representação da masculinidade frágil, o ex-namorado decide que é o momento certo para transicionar de gênero, em apenas uma semana, para competir no concurso e se vingar da Mulher Poderosa. Caracterizada pelo seu nome social de Heather, a “mulher trans” compete com as outras jogadoras, as agride e vence a luta contra suas oponentes para conquistar o troféu de primeiro lugar na competição.

O episódio produz uma combinação de humor e ironia que satirizam o comportamento de um homem que transiciona em duas semanas para competir com outras mulheres cis em competições atléticas. Assim, nosso objetivo neste trabalho é analisar a construção da ironia no episódio “Meninas na mesa”, do seriado *South Park*, demonstrando as perspectivas absurda e séria (Passetti, 1995) apresentadas pelo locutor irônico.

METODOLOGIA

O aporte teórico-metodológico baseia-se nos estudos sobre ironia de Ducrot (1988), Passetti (1995) e Romualdo e Rosa (2017) e propõe uma análise qualitativa-descritiva do material. O *corpus* de pesquisa constitui-se a partir do sétimo episódio “Meninas na mesa” da vigésima terceira temporada de *South Park*.

DISCUSSÕES E RESULTADOS

Ducrot (1987), ao contestar o pressuposto da “unicidade do sujeito falante” nos estudos linguísticos, propõe sua teoria polifônica. Segundo o autor, é possível verificarmos em um enunciado mais de um locutor – aquele responsável pelo o que está dito – e mais de um enunciador – aquele que apresenta pontos de vista, perspectivas diferentes dentro do enunciado.

A ironia caracteriza-se como um tipo de polifonia de enunciadores. Falar de modo irônico, segundo Ducrot (1987, p. 198, grifos nossos):

é, para um locutor L, apresentar a enunciação como expressando a posição de um enunciador. Posição de que se sabe por outro lado que o locutor L não assume a responsabilidade, e, mais que isso, que ele a considera absurda. Mesmo sendo dado como responsável pela enunciação, L não é assimilado a E, origem do ponto de vista expresso na enunciação.

Para Passetti (1995), na esteira de Ducrot (1987), a distinção do locutor e do enunciador permite explicitar o aspecto paradoxal da ironia: de um lado, a posição absurda é diretamente expressa (e não mais relatada) na enunciação irônica e, ao mesmo tempo, ela não é atribuída a L, já que é o responsável pelas palavras, sendo os pontos de vista manifestados nas palavras atribuídos a uma outra personagem – E.

Segundo Ducrot (1987), a ironia caracteriza-se pela conjunção dos seguintes elementos:

- 1 - Entre os pontos de vista apresentados no enunciado, há ao menos um que é absurdo e insustentável no contexto;
- 2 - O ponto de vista absurdo não é atribuído ao locutor;
- 3 - O enunciado não expressa no nível do posto nenhum ponto de vista oposto ao ponto de vista absurdo;
- 4 - O ponto de vista não absurdo deve ser depreendido da enunciação.

Romualdo e Rosa (2017), ao analisarem um texto irônico do Programa do Jô, demonstram que a ironia não reside apenas no conteúdo literal das frases – o posto no enunciado, mas na relação estabelecida entre o locutor, o gênero discursivo parodiado e a situação extralinguística. Dessa forma, é a combinação entre o contexto de produção, as marcas enunciativas e o conhecimento partilhado com o público que permite a construção do sentido irônico, transformando o humor em uma ferramenta de crítica social aguda.

No episódio de *South Park*, por se tratar de uma animação, a ironia depende também da leitura dos elementos verbais e visuais. A Figura 1, a seguir, demonstra os dois enunciadore

Figura 1- Premiação da “campeã” do Concurso Anual de Mulheres Poderosas



Fonte: South Park, temporada 23, episódio 7.

O Enunciador absurdo apresenta a “mulher trans” como a vencedora do Concurso. No entanto, ao analisarmos a linguagem visual, vemos que, de fato, não houve uma transição, dadas as características masculinas da personagem (físicas e de vestimentas), devido ao fato de ela “transicionar” em duas semanas. O enunciador sério apresenta a perspectiva da impossibilidade da transição ser feita dessa forma e os reais motivos da personagem para “transicionar”.

Dessa forma, no episódio, E1 é o enunciador que admite a ridicularização da identidade de mulheres trans e E2 é o de oposição, ou seja, aquele que recusa esse posicionamento. Assim, pode-se dizer que o locutor se identifica à perspectiva de E2, apesar de apresentar, no nível do posto, a perspectiva absurda de E1. Este enunciador, por sua vez, representa a uma voz coletiva, que menospreza o processo de transição e a identidade das mulheres trans, principalmente quando se trata de esportes.

A ironia, neste episódio, da posição absurda deve ser reconhecida pelo interlocutor, que precisa instituir, segundo Passetti (1995), no campo da recepção, também os enunciatários absurdo e sério. Assim, o interlocutor deve estranhar a apresentação de uma mulher trans trajada por roupas e detalhes masculinos, identificando esses elementos como marcas deixadas no enunciado do ponto de vista absurdo. O receptor irônico, por meio de tais marcas, identifica os dois pontos de vista, compreendendo, dessa forma, a ironia e produzindo o humor, pelo contrapondo entre os dois enunciadores. O alvo da ironia, nessa perspectiva, não é a mulher trans, mas a masculinidade frágil.

CONSIDERAÇÕES FINAIS

A compreensão da ironia a partir da teoria polifônica de Ducrot (1987) possibilitou mostrar que o episódio “Meninas na mesa”, do seriado de animação *South Park*, utiliza desse

fenômeno para a sua elaboração, produção do humor e crítica. Para a identificação da ironia, os interlocutores precisam, a partir de marcas deixadas no enunciado (Romualdo e Rosa, 2017) identificar, no campo da recepção, os enunciadores sério e absurdo (Passetti, 1995).

No episódio, a perspectiva absurda mostra a transição, em uma semana, da personagem. O locutor se assimila à perspectiva séria, que apresenta posição diferente dessa. A crítica e o humor advêm do contraponto dessas duas perspectivas. Cabe ao interlocutor compreender os dois enunciadores e, a partir disso, que o alvo da ironia não são as mulheres trans no esporte, ponto de vista absurdo manifesto no enunciado, mas a masculinidade frágil, que critica a partição delas em competições com mulheres cis.

REFERÊNCIAS

DUCROT, Oswald. **O dizer e o dito**. Campinas: Pontes, 1987.

PARKER, Trey (Produtor, Diretor); STONE, Matt (Produtor). **Meninas na mesa**. Direção de Trey Parker. In: **South Park**. Produtores: Trey Parker, Matt Stone, Brian Graden. [S. l.]: Comedy Central, 02 out. 2019. 1 episódio (Temporada 23, Episódio 2). Disponível em: <https://www.southparkstudios.com.br/episodios/5xm5ws/south-park-meninas-na-mesa-temporada-23-ep-7#:~:text=South%20Park%20%2D%20Season%2023%2C%20Episode%20%>. Acesso em: 26 out. 2025.

PASSETTI, Maria Célia Cortêz. **O discurso irônico**: análise da argumentação irônica em textos opinativos da Folha de S.Paulo. Assis, 1995. Dissertação. (Mestrado em Letras). Universidade Estadual Júlio de Mesquita Filho.

ROMUALDO, Edson Carlos; ROSA, N. G. Manual de conversação para as olimpíadas de 2016: ironia, gênero discursivo e humor no programa do Jô. In: SILVA, Telma Domingues; LARA, Renata Marcelle (Org.). **Mídia, produção textual e tecnologia**: da leitura, das imagens e do digital. 1ed. Campinas: Pontes, 2017, v. 1, p. 125-143.

MOVÊNCIAS DA MORTE: DESLOCAMENTOS DE SENTIDO NO FILME CONTÁGIO

DIAS, Wesley Mateus¹

ROMUALDO, Edson Carlos²

ST 1 - Linguagens e sociedade: discursos, sujeitos, vivências e práticas

DO CONTÁGIO À DISCURSIVIZAÇÃO: CONSIDERAÇÕES INICIAIS

O filme *Contágio* (*Contagion*, no original em inglês), dirigido por Steven Soderbergh e roteirizado por Scott Z. Burns, foi lançado em 2011 nos Estados Unidos. A narrativa aborda a disseminação de um vírus fictício e desconhecido, de difusão rápida, responsável por inúmeras mortes até a criação de uma vacina capaz de contê-lo.

Após o surgimento da pandemia de COVID-19, a obra ganhou nova notoriedade, registrando, conforme aponta Neves (2022), um crescimento de interesse, devido às relações de sentido estabelecidas pelos espectadores entre a narrativa ficcional e o contexto pandêmico real.

Ao assistirmos ao filme *Contágio*, somos interpelados pelo modo de o longa discursivizá-la, uma vez que ela é a todo mundo momento representada no/pelo discurso audiovisual. Portanto, questionamo-nos: como a morte é discursivizada no filme *Contágio*? Diante disso, objetivamos analisar a discursivização da morte no longa-metragem *Contágio* (2011). Especificamente, objetivamos: (i) observar analiticamente o jogo de formações ideológicas e discursivas na discursivização da morte; e (ii) analisar, no processo discursivo do filme, as movências e deslocamentos dos efeitos de sentido sobre morte.

O IR E VIR DO DISCURSO: PÊNDULO TEÓRICO-ANALÍTICO

A pesquisa ancora-se na Análise do Discurso materialista (AD), que, ao privilegiar a opacidade do discurso, busca compreender as relações discursivas entre interlocutores e romper com os efeitos de evidência, possibilitando múltiplas leituras (Orlandi, 2015). Para isso, mobilizam-se as noções de sequência discursiva (Pêcheux, 1995), materialidade

¹ Doutorando, Programa de Pós-Graduação em Letras, Universidade Estadual de Maringá (UEM), wesleymateus1997@gmail.com.

² Doutor em Letras, docente da Universidade Estadual de Maringá (UEM), ecromualdo@uol.com.br.

significante (Lagazzi, 2010) e memória discursiva (Pêcheux, 1999), articuladas pelo movimento pendular entre teoria e prática (Petri, 2013). Com base nesses aportes, o estudo analisa as formações ideológicas e discursivas, bem como os processos de paráfrase e polissemia (Pêcheux, 1995; Orlandi, 2015), que, sustentados pelas materialidades significantes, provocam movências e deslocamentos de sentido na discursivização da morte no filme *Contágio*.

ANÁLISE DA DISCURSIVIZAÇÃO DA MORTE EM *CONTÁGIO*

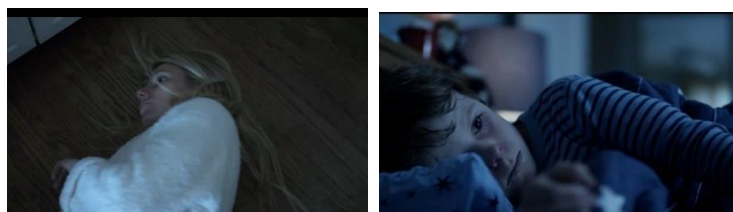
Nossa análise se fundamenta na abordagem de sequências discursivas (SD) do filme. Com base nesse procedimento, examinamos seis SD que sustentam e desestabilizam os efeitos de sentido sobre a morte no filme, provocando movências e deslocamentos de sentido. Dessa forma, começamos pela SD1.

SD1:



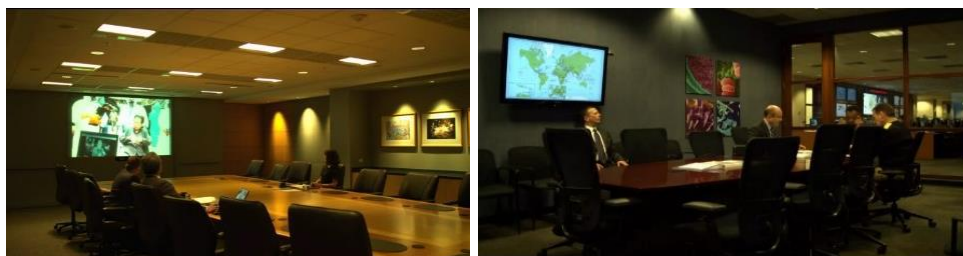
A SD1 apresenta cenas iniciais com pessoas ao redor do mundo manifestando sintomas do vírus MEV-1, culminando em mortes inesperadas durante atividades cotidianas. Observa-se que a morte, decorrente do mesmo vírus, provoca preocupação e desestabiliza a noção de morte distante e controlada, embora organizações sanitárias, como salienta Pimentel (2015), busquem silenciá-la para evitar pânico. Segundo Freud (2010a), a pulsão de morte gera destruição e interpela ações de preservação da vida.

SD2:



Na SD2, são apresentadas as mortes domésticas de Beth Emhoff e de seu enteado Clark. A morte inesperada de Beth, socorrida sem sucesso, e a morte de Clark em casa mostram o deslocamento da morte doméstica tradicional, uma vez que os antigos rituais de controle e organização do funeral não são respeitados. O marido de Beth, Mith, resiste à discursivização da morte, negando seu acontecimento, demonstrando a resistência presente no discurso.

SD3:



A SD3 mostra reuniões de organizações sanitárias em torno da proliferação do vírus, nas quais predomina a formação discursiva científica e o efeito ideológico de preservação da vida e controle da morte. As ações dessas entidades materializam estratégias biopolíticas voltadas à contenção da doença e à gestão dos corpos (Foucault, 1998), embora a morte resista aos interditos impostos pelo discurso científico e social.

SD4:



Na SD4, a médica Mears é infectada e morre em isolamento hospitalar, mostrando a morte como distante e solitária, em contraste com a morte doméstica da SD2. Sua trajetória demonstra que, mesmo envolvida na contenção do vírus, não acredita ser afetada pela morte,

como aponta Freud (2010b), e seu falecimento simboliza o fim de seu esforço na luta contra a doença.

SD5:



A SD5 mostra sepultamentos em valas comuns, rompendo com rituais tradicionais de despedida e apresenta a mercantilização do cemitério. A ausência de velório e individualização dos mortos cria um efeito de morte despersonalizada, reforçando a dimensão coletiva e distante da morte na modernidade em uma situação crítica.

SD6:



A SD6 representa a produção da vacina como símbolo de esperança e controle da morte, instaurando o efeito de vida preservada e retorno à normalidade. Apesar da resistência da morte e da desinformação, as intervenções científicas e estratégias biopolíticas promovem seu distanciamento e silenciamento, configurando um efeito de vitória sobre a pandemia.

CONSIDERAÇÕES EM CURSO

As considerações finais delineiam um percurso possível para compreender a discursivização da morte em *Contágio* (2011). A análise revela que a morte pandêmica se inscreve em uma rede interdiscursiva atravessada por formações ideológicas que produzem sentidos móveis e contraditórios.

Predomina a formação discursiva científica, mas em constante tensão com outras, o que confirma que “não há discurso sem resistência” (Pêcheux, 1995). Assim, os sentidos sobre a morte oscilam entre o medo, o silenciamento e a tentativa de controle. O isolamento dos doentes

desloca o sentido da morte para a solidão e o distanciamento, enquanto personagens como Mears demonstram a negação inconsciente da própria finitude (Freud, 2010b).

A quebra dos rituais fúnebres tradicionais, substituídos por valas comuns, simboliza o apagamento das individualidades e o silenciamento social da morte. Por fim, a produção da vacina reitera o efeito de controle e distância, instaurando o sentido de vitória e reconduzindo a morte ao silêncio.

REFERÊNCIAS

CONTÁGIO. Direção de Steven Soderbergh. Warner Bros, 2011.

FOUCAULT, M. A governamentalidade. In: FOUCAULT, M. **Microfísica do poder**. Rio de Janeiro: Edições Graal, 1998, p. 277-293.

FRANCO, F. L. **Governar os mortos**: necropolíticas, desaparecimentos e subjetividade. São Paulo: Ubu Editora, 2021. 176 p.

FREUD, S. **Obras completas**. Tradução de Paulo César de Souza. São Paulo: Companhia das Letras, v. 18, 2010a.

FREUD, S. **Introdução ao narcisismo**: ensaios de metapsicologia e outros textos. Tradução de Paulo César de Souza. São Paulo: Companhia das Letras, 2010b.

LAGAZZI, S. Linha de Passe: a materialidade significativa em análise. **Revista Rua**, v. 16, n. 2, p. 173-182, 2010.

NEVES, L. F. F. Contágio: cinema, divulgação científica e o potencial preditivo da ciência. **Revista Eletrônica de Comunicação, Informação e Inovação em Saúde**, v. 16, n. 2, 2022.

ORLANDI, E. P. **Análise de discurso**: princípios e procedimentos. 12ª Edição, Pontes Editores, Campinas, SP. 2015. 98 p.

PÊCHEUX, M. Papel da memória. In: ACHARD, Pierre *et al.* **Papel da Memória**. Campinas: Pontes Editores, 1999. 49-57p.

PÊCHEUX, M. **Semântica e discurso**: uma crítica à afirmação do óbvio. Tradução de Eni Pulcinelli Orlandi, Lourenço Chacon Jurado Filho, Manoel Luiz Gonçalves Corrêa, Silvana Mabel Serrani. 2 ed., Campinas, SP: Editora da UNICAMP, 1995. 298 p.

PETRI, V. O funcionamento do movimento pendular próprio às análises discursivas na construção do “dispositivo experimental” da Análise de Discurso. *In*: PETRI, V.; DIAS, C. (org.). **Análise do discurso em perspectiva**: teoria, método e análise. Santa Maria: Ed. da UFSM, 2013. 39-48p.

PIMENTEL, M. S. R. **Morte-mercadoria na sociedade contemporânea**: análise dos discursos de negatização e positização da morte no capitalismo. Tese (Doutorado - Programa de Pós-graduação em Letras e Linguística). Universidade Federal de Alagoas (UFAL). 2015.

O ADVERSÁRIO PODE JOGAR JUNTO? A DIALÉTICA ENTRE AJUSTES E EMBATES POLÍTICOS NA GOVERNANÇA LOCAL DE CAMPO MOURÃO

WANNER, Jaime Ricardo¹

DE PAULA, Rafael Freire²

CHIES, Claudia³

ST 1 - Linguagens e sociedade: discursos, sujeitos, vivências e práticas

INTRODUÇÃO

O estudo da política e da administração pública contemporânea tem se voltado crescentemente para a complexidade da governança em nível local, um espaço onde a proximidade entre representantes e representados expõe, de forma aguda, a tensão entre os modelos teóricos de democracia e a pragmática da gestão. A pergunta que intitula este trabalho – “O adversário pode jogar junto?” – sintetiza a problemática central da política municipal, a qual oscila constantemente entre a competição partidária (própria do regime democrático eleitoral) e a cooperação interpartidária e interinstitucional (necessária à entrega de políticas públicas efetivas). Em Campo Mourão, cidade polo regional no Centro-Oeste do Paraná, essa dialética assume contornos singulares, marcada por um arcabouço normativo rígido que convive com uma série de arranjos informais, ajustes de bastidores e embates públicos que definem a alocação de recursos e a implementação de projetos e Leis.

Este cenário impõe a necessidade de ir além da análise formal do sistema político. O foco não se restringe apenas à composição da Câmara Municipal ou à filiação partidária do Executivo, mas sim à identificação das forças que modelam a dinâmica decisória, pois o desenvolvimento da sociedade depende da capacidade dos atores de transcenderem suas divergências ideológicas em prol de objetivos comuns. O fenômeno investigado reside na zona de intersecção entre o embate democrático (adversário), inerente à lógica da oposição, e o ajuste pragmático (jogar junto), indispensável para a eficiência da gestão.

¹ Mestrando, Programa de Pós-Graduação Interdisciplinar Sociedade e Desenvolvimento (PPGSeD), Universidade Estadual do Paraná (Unespar), *campus* de Campo Mourão, jaimewanner@gmail.com.

² Doutor em Geografia, docente da Universidade Estadual do Paraná (Unespar), *campus* de Campo Mourão, rafael.depaula@ies.unespar.edu.br.

³ Doutora em Geografia, docente da Universidade Estadual do Paraná (Unespar), *campus* de Campo Mourão, claudia.chies@ies.unespar.edu.br.

Nesse sentido, este trabalho tem como objetivos centrais: Analisar o contexto histórico-político de Campo Mourão, que fomenta a tensão entre cooperação e conflito na administração local; investigar os mecanismos formais e informais que viabilizam o “jogo conjunto” entre adversários políticos no município; e avaliar a contribuição do pensamento complexo e da abordagem interdisciplinar para a compreensão das relações de poder e suas consequências no desenvolvimento socioespacial da cidade.

A relevância da pesquisa reside em fornecer um estudo de caso aprofundado que contribui para a teoria da governança local, oferecendo insights sobre como a política em municípios de médio porte, muitas vezes ignorada pela macro-análise, realmente funciona.

METODOLOGIA

O presente estudo se fundamenta em uma abordagem interdisciplinar e qualitativa, utilizando o município de Campo Mourão como estudo de caso. A natureza da pesquisa é exploratória e descritiva, visando aprofundar o conhecimento sobre as dinâmicas políticas que não são plenamente capturadas pela ciência política tradicional, a qual, muitas vezes, prioriza o nível federal ou grandes capitais. A metodologia empregada integra múltiplos procedimentos de coleta de dados, visando a compor uma visão complexa do fenômeno.

A primeira etapa consistiu em uma revisão bibliográfica e documental (dados secundários). A revisão não se limitou ao campo restrito do Direito ou da Administração, mas englobou a teoria da complexidade (Vasconcelos, 2013), a Sociologia Política (analisando o autoritarismo e a crise da democracia – Silva, 2021) e estudos sobre a produção do espaço e políticas públicas. A análise documental focou em fontes primárias de Campo Mourão, incluindo Atas da Câmara Municipal, Leis Orgânicas, planos diretores, e documentos de partidos políticos, buscando traçar a cronologia dos principais ajustes (formação de coalizões, aprovação de projetos consensuais) e embates (votações apertadas, confrontos públicos entre Executivo e Legislativo).

A segunda etapa consistiu na análise de discurso (segundo a linha francesa, originária de Michel Pêcheux), focada em capturar a retórica pública e a construção da imagem dos atores políticos. O corpus da análise foi composto por publicações veiculadas na mídia local tradicional (jornais e portais de notícias) e, crucialmente, nas páginas de redes sociais (*Facebook*, *Instagram*, *X* e outras) dos principais atores da oposição em Campo Mourão.

Esta etapa buscou identificar como os embates (conflitos) são publicamente articulados e como os ajustes (cooperações) são justificados ou dissimulados no discurso político. A metodologia empregada utilizou ainda o pensamento complexo (Vasconcelos, 2013) como referencial, permitindo que a interpretação dos dados reconhecesse a multiplicidade de variáveis, a imprevisibilidade dos resultados e a interconexão das esferas (social, econômica e política) que definem a governança. A análise do discurso buscou, assim, demonstrar a contradição entre a retórica de competição e a pragmática da cooperação, que não são excludentes, mas sim elementos da mesma estrutura dialética.

DISCUSSÕES E RESULTADOS

A vida política em Campo Mourão, assim como em grande parte dos municípios brasileiros, é regida pela dialética entre a competição e a cooperação. Teoricamente, a democracia eleitoral pressupõe o embate (Teoria Elitista do modelo Schumpeteriano), onde a oposição busca substituir a situação. Contudo, a necessidade da gestão pública de prover serviços básicos e impulsionar o desenvolvimento exige um nível mínimo de cooperação, especialmente no sistema presidencialista de coalizão que se reproduz em escala municipal. É aqui que o adversário precisa, frequentemente, “jogar junto”.

O estudo empírico revelou que os embates mais acirrados tendem a ocorrer em torno de questões de identidade ideológica ou partidária (como grandes projetos urbanos que envolvem especulação imobiliária ou crises morais). Por outro lado, os ajustes predominam em matérias de pragmatismo fiscal e administrativo, como a aprovação do orçamento anual, concessão de suplementações orçamentárias e votação de projetos que trazem recursos para a cidade. O “jogo conjunto” é, portanto, um fenômeno mediado pela urgência e conveniência. A oposição, mesmo ativa, tem um interesse estratégico em garantir o desenvolvimento da cidade, sob pena de ser acusada de obstrução, o que seria eleitoralmente custoso.

Os mecanismos informais de ajuste são centrais. A análise do discurso público, confrontada com os registros formais de votação na Câmara, revelou que a cooperação frequentemente não passa por acordos programáticos formais entre partidos, mas sugere negociações personalíssimas entre o chefe do Executivo e vereadores individuais, muitas vezes resultando na alocação de emendas parlamentares ou na indicação de aliados para cargos de segundo escalão em troca de apoio em votações cruciais.

Essa dinâmica de “presidencialismo de coalizão municipal” (conforme a literatura da Ciência Política), mostra-se mais fluida e menos ideologicamente ancorada do que no nível federal. A fidelidade partidária parece ser frequentemente submetida à lógica do clientelismo local e à necessidade de demonstrar serviços prestados à base eleitoral do vereador.

A adoção do pensamento complexo na metodologia mostrou-se vital para evitar a simplificação do quadro político. Se a análise se limitasse ao voto formal da Câmara, concluir-se-ia que a governabilidade é linear. Contudo, ao analisar a complexidade (Vasconcelos, 2013), percebe-se que as relações de poder em Campo Mourão são marcadas por elementos de multicausalidade e auto-organização. Por exemplo, a análise do discurso de um vereador de oposição pode mostrar uma crítica contundente a um projeto (o embate dissimulado), mas sua votação favorável pode se dar por uma negociação com um grupo empresarial local que financia sua campanha (o ajuste pragmático).

O estudo identificou que a crise de representatividade e o autoritarismo em nível nacional (Silva, 2021) têm reflexos diretos no cenário local. A polarização ideológica observada no país pode, paradoxalmente, forçar os políticos locais a buscarem mais ajustes pragmáticos. Isso ocorre porque o eleitor local espera resultados concretos em infraestrutura (a “entrega” real), e não apenas a reprodução da retórica ideológica nacional. Quando a competição se torna excessiva e impede o funcionamento da máquina administrativa, a classe política local parece se articular para contornar o conflito, reafirmando que o imperativo da gestão se sobrepõe, no dia a dia, à pureza da competição. Em suma, a política em Campo Mourão não é uma simples soma de votos ou uma mera reprodução da hierarquia partidária; é um sistema aberto, dialógico e imprevisível. O adversário pode “jogar junto” porque o custo de não fazê-lo (a paralisia administrativa) é maior para todos os atores envolvidos, inclusive para a própria oposição que deseja se apresentar como alternativa de governo viável.

CONSIDERAÇÕES FINAIS

A investigação sobre a dinâmica política em Campo Mourão, guiada pela questão “O adversário pode jogar junto?”, confirma a hipótese de que a governança local é um complexo campo de forças onde a cooperação e a competição não são excludentes, mas sim elementos de uma estrutura dialética que se auto-organiza em torno de interesses pragmáticos e estratégicos.

O adversário não apenas pode, mas deve “jogar junto” em momentos cruciais, sendo esse ajuste uma condição essencial de sobrevivência política e de viabilidade da gestão municipal. Os objetivos centrais do trabalho foram alcançados, demonstrando que os mecanismos que viabilizam esse “jogo conjunto” são predominantemente informais e mediados por uma pragmática política que coloca a necessidade de “entregas” e o atendimento ao eleitorado acima das diretrizes ideológicas ou partidárias rígidas.

O embate é reservado para o discurso público e para questões de alto apelo moral, enquanto os ajustes ocorrem nos bastidores para garantir o funcionamento da máquina administrativa, especialmente em relação a pautas orçamentárias. A contribuição da metodologia interdisciplinar e do pensamento complexo mostrou-se essencial para desvendar essa realidade, impedindo que a análise simplificasse a política local a uma mera guerra de siglas partidárias. O estudo sugere que o aprimoramento da governança municipal deve passar pelo reconhecimento e pela formalização de algumas dessas regras de cooperação interpartidária, visando a diminuir a dependência de negociações personalíssimas e aumentar a transparência do processo decisório.

REFERÊNCIAS

ABRANCHES, Sérgio. **Presidencialismo de coalizão**. Raízes e evolução do modelo político brasileiro. São Paulo: Companhia das Letras, 2018.

HAMERSKI, Bruna; SECCHI, Leonardo. Conselhos municipais e vinculações de decisões: Um estudo em Porto Alegre. **Dilemas**: Revista de Estudos de Conflito e Controle Social, v. 17, n. 1, p. e57174, 2024.

MORIGI, Josimari B.; MORIGI, Mauro C. A ocupação territorial e a evolução do espaço urbano de Campo Mourão - Paraná. In: **Anais do II SEURB**, Unespar, 2013.

PÊCHEUX, Michel. **Semântica e Discurso**: uma crítica à afirmação do óbvio. Tradução de Eni Puccinelli Orlandi et al. Campinas: Editora da Unicamp, 2014.

SCHUMPETER, Joseph A. **Capitalismo, socialismo e democracia**. Tradução de Luiz Antonio Oliveira De Araujo. São Paulo: Editora Unesp, 2017.

SILVA, Sabrina Aparecida da. Autoritarismo e crise da democracia no Brasil: entre o passado e o presente. **Revista Katálisis**, v. 24, p. 119-126, 2021.

VASCONCELOS, Eduardo Mourão. **Complexidade e pesquisa interdisciplinar**: epistemologia e metodologia operativa. 6ª ed. Petrópolis, RJ: Vozes, 2013.

QUANDO A GRAMÁTICA ABSOLVE: O APAGAMENTO DO AGRESSOR NAS MANCHETES SOBRE FEMINICÍDIO NO RIO GRANDE DO SUL

DE SOUZA, Sérgiane Mara Campos Pereira¹

PINTON, Francieli Matzenbacher²

ST 1 - Linguagens e sociedade: discursos, sujeitos, vivências e práticas

INTRODUÇÃO

Quando a gramática absolve, o discurso cumpre um papel que ultrapassa o da simples mediação da realidade: ele se torna instância de poder. No caso das notícias sobre feminicídio, o modo como as manchetes são estruturadas define não apenas o que é dito, mas o que é silenciado — quem age, quem sofre e quem é, discursivamente, absolvido. A linguagem, nesse contexto, assume função política e jurídica, pois ao narrar o crime, a imprensa também produz sentidos sobre a culpa, a violência e o gênero.

No Rio Grande do Sul, as notícias sobre feminicídio revelam a persistência de uma violência que resiste ao enfrentamento jurídico e cultural. Ainda que o Estado possua políticas consolidadas de combate à violência contra a mulher, o modo como esses crimes são narrados na mídia frequentemente reproduz estruturas simbólicas de desigualdade. Manchetes como “Mulher é morta por ex-companheiro” ou “Mulher é assassinada dentro de casa” evidenciam como a gramática jornalística, ao optar pela voz passiva e pelo apagamento do agente, ameniza a ação do agressor e desloca a violência do campo da intenção para o da fatalidade.

É nesse espaço de tensão – entre linguagem, poder e direito – que se insere este estudo. Amparado pela Análise Crítica do Discurso (Fairclough, 1992, 2001) e pela Análise Crítica de Gênero (Costa-Hübes; Pinton, 2022), o trabalho investiga como manchetes de jornais on-line publicadas entre 2023 e 2025 constroem discursivamente o feminicídio, observando de que modo as escolhas lexicais e sintáticas contribuem para a invisibilização do agressor e a atenuação da violência. Ao articular linguagem e direito, busca-se compreender como o

¹ Graduanda em Letras, Universidade Federal de Santa Maria, pesquisadora do NEPELIN, advogada, sergiane.souza@acad.ufsm.br.

² Doutora em Letras, docente do Departamento de Letras Vernáculas e do Programa de Pós-Graduação em Letras da Universidade Federal de Santa Maria, coordenadora do NEPELIN, francieli.matzenbacher@gmail.com.

discurso jornalístico participa da produção simbólica da justiça – uma justiça que, por vezes, é enfraquecida pela própria gramática que narra o crime.

METODOLOGIA

A pesquisa adota uma abordagem qualitativo-interpretativista, fundamentada na articulação entre a ACD e a ACG. Tal enquadramento teórico-metodológico parte da concepção de linguagem como prática social, capaz de revelar e sustentar formas de poder e ideologia.

O corpus é composto por manchetes publicadas entre 2023 e 2025 em portais e jornais on-line de grande circulação no Rio Grande do Sul que tratam de casos de feminicídio. A seleção foi feita a partir de buscas sistemáticas em fontes jornalísticas verificadas, com o objetivo de identificar textos que nomeiam, descrevem ou enquadram o crime. A escolha do gênero “manchete” decorre de sua função condensadora: em poucas palavras, define o enquadramento simbólico da violência.

As etapas de análise seguiram três planos complementares. O primeiro, textual, concentrou-se na materialidade linguística – verbos, vozes, agentes e grau de impessoalidade – para compreender como a estrutura da frase distribui responsabilidades e produz sentidos. O segundo, discursivo, examinou a circulação e a repetição de padrões de enunciação entre os veículos, observando como se consolidam representações de gênero e de violência que reforçam hierarquias simbólicas. Por fim, o plano sociocultural articulou os achados linguísticos às dimensões legais da Lei nº 11.340/2006 (Lei Maria da Penha) e da Lei nº 13.104/2015 (Lei do Feminicídio), discutindo o papel da mídia na legitimação – ou fragilização – do reconhecimento jurídico do feminicídio.

O percurso metodológico não busca quantificar ocorrências, mas interpretar os efeitos ideológicos e simbólicos das escolhas linguísticas, reconhecendo o discurso midiático como um ator social que disputa sentidos sobre a violência e a justiça.

DISCUSSÕES E RESULTADOS

A análise das manchetes demonstra que a gramática jornalística atua como dispositivo de poder simbólico, moldando percepções sociais sobre o feminicídio. O uso reiterado da voz passiva – “Mulher é morta”, “Vítima é encontrada”, “Companheiro é suspeito” – constrói uma

narrativa em que o crime parece ocorrer sem agente, naturalizando a violência e produzindo efeitos de apagamento do agressor.

A passivização do ato de matar desloca a responsabilidade e reforça a assimetria de representação: a mulher ocupa o lugar de sujeito gramatical, mas não de agente; o agressor, quando aparece, é mediado por expressões afetivas como “marido”, “companheiro” ou “ex-namorado”, que suavizam a violência e enquadram o crime como descontrole emocional, e não como violação de direitos. Essa estrutura discursiva gera uma gramática da impunidade simbólica, em que o silêncio sobre o agente produz absolvição implícita.

Fairclough (2001) observa que textos jornalísticos são práticas sociais que naturalizam relações de poder sob a aparência da neutralidade. No caso das manchetes gaúchas, o não-dito sobre o agressor e a centralidade da vítima configuram uma linguagem que absolve ao omitir, transformando o fato em fatalidade e o ato em consequência.

Por outro lado, manchetes institucionais, como “RS tem a quinta menor taxa de feminicídio do país” (Jornal Folha do Sul, 2025) e “Polícia Civil lança o Mapa dos Feminicídios 2023” (SSP/RS, 2024), evidenciam um discurso técnico e administrativo que privilegia números e indicadores, substituindo o drama social pela lógica da eficiência. A ênfase em dados contribui para o distanciamento afetivo e para a desumanização do fenômeno, reduzindo o feminicídio ao que pode ser contado, e não narrado.

Em contraste, manchetes como “Quem eram as dez mulheres assassinadas em quatro dias no RS” (Correio do Povo, 2025) propõem uma reorientação discursiva ao devolver nome, rosto e história às vítimas. Esses casos, ainda que pontuais, representam atos de resistência simbólica, em que a linguagem recupera sua potência ética e reparadora.

De modo geral, constata-se que o modo de dizer define o modo de reconhecer: quando o agressor é silenciado, o crime perde sua intencionalidade; quando a vítima é a única nomeada, ela se torna o centro da frase, mas não da narrativa. Portanto, o silenciamento gramatical não é mero artifício estilístico, mas uma categoria política pela qual se reproduzem relações de poder no discurso.

CONSIDERAÇÕES FINAIS

A análise das manchetes jornalísticas sobre feminicídio no Rio Grande do Sul evidencia que a gramática é mais do que uma estrutura formal, sendo na verdade uma forma

de poder simbólico. A maneira de dizer é também uma forma de julgar: cada escolha linguística, ao definir quem age e quem é silenciado, participa da construção social da culpa e da inocência.

O discurso jornalístico, ao narrar o feminicídio, molda o modo como a sociedade entende a violência. Quando o agressor é ocultado e o crime é apresentado como tragédia ou descontrole, a linguagem enfraquece a responsabilização e perpetua a desigualdade simbólica. Ainda assim, há sinais de mudança: manchetes que nomeiam o feminicídio e restituem a individualidade das vítimas apontam para uma cobertura mais consciente e comprometida com a justiça social.

Ao aproximar linguagem e direito, este estudo demonstra que a luta contra o feminicídio também se trava no campo discursivo. As palavras constroem fronteiras do que é reconhecido como violência e do que é legitimado como justiça. Assim, questionar a gramática que absolve é um ato de resistência – um modo de reescrever, na linguagem, a própria ideia de responsabilidade.

Enquanto a palavra continuar a suavizar o crime, a sociedade seguirá absolvendo o agressor. E é precisamente nesse espaço, entre o que se diz e o que se cala, que o discurso pode – e deve – começar a transformar a realidade.

REFERÊNCIAS

ACOSTA-PEREIRA, Rosângela; COSTA-HÜBES, Tânia; PINTON, Francieli Matzenbacher (Orgs.). **Abordagem crítica de gênero: práticas de ensino e formação docente**. Curitiba: Appris, 2022.

BAKHTIN, Mikhail. **Estética da criação verbal**. 4. ed. São Paulo: Martins Fontes, 1997.

BRASIL. Lei nº 11.340, de 7 de agosto de 2006. Cria mecanismos para coibir a violência doméstica e familiar contra a mulher. **Diário Oficial da União**, Brasília, DF, 8 ago. 2006. Disponível em: https://www.planalto.gov.br/ccivil_03/_ato2004-2006/2006/lei/111340.htm. Acesso em: 29 out. 2025.

BRASIL. Lei nº 13.104, de 9 de março de 2015. Altera o art. 121 do Decreto-Lei nº 2.848, de 7 de dezembro de 1940 – Código Penal, para prever o feminicídio. **Diário Oficial da União**, Brasília, DF, 10 mar. 2015. Disponível em: https://www.planalto.gov.br/ccivil_03/_ato2015-2018/2015/lei/113104.htm. Acesso em: 29 out. 2025.

CORREIO DO POVO. **Quem eram as dez mulheres assassinadas em quatro dias no RS**. Porto Alegre, 22 abr. 2025. Disponível em:

<https://www.correiodopovo.com.br/not%C3%ADcias/pol%C3%ADcia/quem-eram-as-dez-mulheres-assassinadas-em-quatro-dias-no-rs-1.1601176>. Acesso em: 29 out. 2025.

CNN BRASIL. **Mulher é morta pelo ex-companheiro na porta de hospital no RS.** São Paulo, 30 jan. 2025. Disponível em: <https://www.cnnbrasil.com.br/nacional/sul/rs/mulher-e-morta-pelo-ex-companheiro-na-porta-de-hospital-no-rs/>. Acesso em: 29 out. 2025.

DIÁRIO DE SANTA MARIA. **Região registrou cinco feminicídios em 2023, enquanto o RS fechou o ano com 87 mulheres assassinadas.** Santa Maria, 1º mar. 2024. Disponível em: <https://diariosm.com.br/noticias/policia-seguranca/regiao-registrou-cinco-feminicidios-em-2023-enquanto-o-rs-fechou-o-ano-com-87-mulheres-assassinadas.578992>. Acesso em: 29 out. 2025.

FAIRCLOUGH, Norman. **Language and power.** London: Longman, 1992.

FAIRCLOUGH, Norman. **Discurso e mudança social.** Brasília: Editora UnB, 2001.

JANKS, Hilary. Critical discourse analysis as a tool in critical literacy education. **Educational Research**, v. 46, n. 1, p. 69-90, 2006.

JORNAL FOLHA DO SUL. **RS tem a quinta menor taxa de feminicídio do país.** Bagé, 5 ago. 2025. Disponível em: <https://jornalfolhadosul.com.br/noticias/policia/rs-tem-a-quinta-menor-taxa-de-feminicidio-do-pais.15441216>. Acesso em: 29 out. 2025.

R7. **Mulher é morta a golpes de faca pelo ex-companheiro em São Leopoldo (RS).** São Paulo, 22 out. 2025. Disponível em: <https://noticias.r7.com/rio-grande-do-sul/balanco-geral-rs/mulher-e-morta-a-golpes-de-faca-pelo-ex-companheiro-em-sao-leopoldo-rs-22102025/>. Acesso em: 29 out. 2025.

SECRETARIA DE SEGURANÇA PÚBLICA DO RIO GRANDE DO SUL. **Polícia Civil lança o Mapa dos Feminicídios 2023.** Porto Alegre, 1º mar. 2024. Disponível em: <https://ssp.rs.gov.br/policia-civil-lanca-o-mapa-dos-feminicidios-2023>. Acesso em: 29 out. 2025.

SUL21. **RS registrou 87 feminicídios em 2023.** Porto Alegre, 1º mar. 2024. Disponível em: <https://sul21.com.br/noticias/geral/2024/03/rs-registrou-87-feminicidios-em-2023/>. Acesso em: 29 out. 2025.

SABERES E PODERES DA VIDA ACADÊMICA: UM ESTUDO FOUCAULTIANO DE ENUNCIADOS EM REDES SOCIAIS

BENETTI, Daiane Fernanda dos Santos¹

BAZZA, Adelli Bortolon²

ST 1 - Linguagens e sociedade: discursos, sujeitos, vivências e práticas

INTRODUÇÃO

As redes sociais se tornaram importantes ferramentas para a formação de memórias discursivas sobre o trabalho docente, uma vez que seus usuários produzem e disseminam incessantemente enunciados a respeito do que é e de como é ser professor. Considerando que a atividade de ensino requer a presença do professor e do aluno (Saviani, 2011), compreende-se que a discursivização sobre ensino e aprendizagem constitui verdades acerca do processo, bem como produz subjetivação dos sujeitos envolvidos.

A presente pesquisa tem como objetivo analisar o jogo de saberes que se constitui na interação entre docentes e discentes em ambientes educacionais, com ênfase no espaço universitário. O rastreamento dos discursos ocorre em postagens realizadas em redes sociais, mais especificamente no *TikTok*, cuja linguagem menos institucionalizada favorece enunciados com tom de desabafo e fala mais livre.

A relevância deste estudo decorre do fato de que a graduação é um espaço de formação profissional e humana. As experiências vivenciadas por docentes e discentes nesse contexto podem afetar profundamente suas trajetórias: para o professor, prejudicar seu trabalho e reforçar imagens negativas; para o aluno, comprometer o engajamento e até motivar a desistência do ensino superior.

METODOLOGIA

O *corpus* foi coletado no dia 18 de novembro de 2024, por meio da ferramenta de pesquisa do *TikTok*. Para delimitação do filtro a ser usado foram testadas busca com

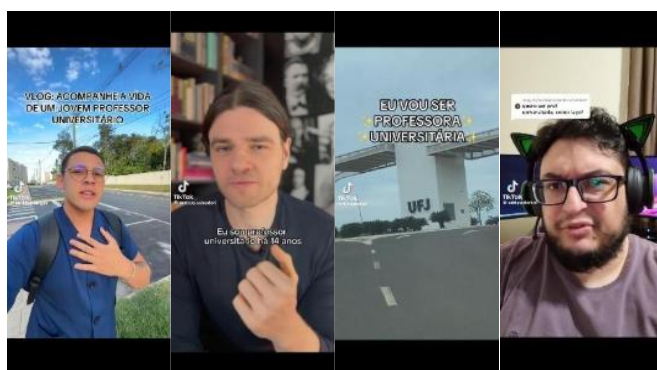
¹ Graduanda, Letras - Português e Inglês, Universidade Estadual do Paraná (Unespar), *campus* de Campo Mourão, dfbenetti@gmail.com.

² Doutora em Letras, docente da Universidade Estadual do Paraná (Unespar), *campus* de Campo Mourão, adelli.bazza@unespar.edu.br.

palavras como “faculdade”, “universidade” ou “vida universitária”, mas os resultados de busca obtidos não apresentavam conteúdos diretamente relacionados à vivência acadêmica. Dessa forma, foram utilizadas as palavras-chave “vida acadêmica aluno” e “vida acadêmica professor”, que resultaram no retorno de vídeos que exploram a temática enfocada nesta pesquisa.

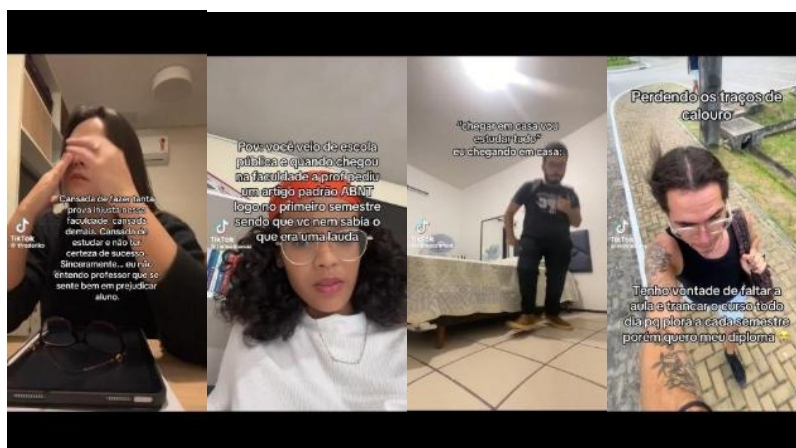
Foram selecionados quatro vídeos de autoria de professores e quatro de alunos. Os critérios de seleção incluíram número de visualizações, comentários, curtidas e compartilhamentos, priorizando os conteúdos com maior alcance e engajamento.

Professor:



- 1º vídeo: 10,4 mil visualizações / 927 curtidas / 50 comentários / 10 compartilhamentos
- 2º vídeo: 36,8 mil visualizações / 3854 curtidas / 23 comentários / 119 compartilhamentos
- 3º vídeo: 105,8 mil visualizações / 9950 curtidas / 195 comentários / 96 compartilhamentos
- 4º vídeo: 88,8 mil visualizações / 14,5 mil curtidas / 261 comentários / 301 compartilhamentos

Aluno:



1º vídeo: 632,8 mil visualizações / 89,5 mil curtidas / 625 comentários / 4376 compartilhamentos

2º vídeo: 824,8 mil visualizações / 127,2 mil curtidas / 1235 comentários / 637 compartilhamentos

3º vídeo: 2,7 milhões de visualizações / 601,8 mil curtidas / 4421 comentários / 47 mil compartilhamentos

4º vídeo: 345,5 mil visualizações / 43,2 mil curtidas / 253 comentários / 6771 compartilhamentos

A análise dos vídeos selecionados fundamenta-se na perspectiva foucaultiana de discurso, saber e poder apresentada principalmente por: Gregolin (2016); Bazza (2022); Bazza & Willians (2023) e Fisher (2001), considerando o enunciado como acontecimento histórico que produz verdades em regimes discursivos específicos.

DISCUSSÕES E RESULTADOS

De acordo com Bazza (2022), ao tecermos uma análise fundamentada na teoria foucaultiana, é preciso assumir que a verdade é produzida em um jogo de saberes e poderes possível em determinado momento histórico, no qual o universo acadêmico atua como um dispositivo, e de acordo com Fisher (2001, p. 211), “cada formação discursiva entra simultaneamente em diversos campos de relações, e em cada lugar a posição que ocupa é diferente, dependendo do jogo de poderes em questão”. Nesse sentido, a descrição do discurso posto em circulação a partir dos vídeos selecionados aponta para a construção de algumas verdades a respeito a vivência acadêmica:

1. A posição-sujeito do docente:

Nos vídeos produzidos por professores, emergem memórias relacionadas à rotina docente, às exigências da carreira universitária e à posição de autoridade atribuída à experiência profissional. Elementos como “ser jovem professor”, “ter longa trajetória na docência” e “passar em concurso público” organizam-se em discursos que tanto valorizam quanto desvalorizam a categoria.

O saber constituído reforça a ideia de que a profissão docente universitária exige dedicação extrema, persistência e mérito, mas é simultaneamente marcada pela precarização e pela desvalorização social.

2. A posição-sujeito do discente:

Nos vídeos produzidos por alunos, o foco está nas dificuldades da vida acadêmica. Os relatos apontam desgaste emocional, sobrecarga de avaliações e frustrações com o processo formativo. Alguns discursos apresentam críticas diretas aos professores; outros, ironizam a situação ou apenas expressam cansaço. O saber produzido nesses enunciados associa a universidade a um espaço de exigência constante, que regula as trajetórias estudantis e molda subjetividades atravessadas por tensões entre expectativa e realidade.

3. Contradições e jogos de verdade:

As diversas formas de ler os fatos e os discursos contribuem para produções de verdades. Para Foucault (*apud* Gregolin, 2016, p. 4), “[...] a verdade é da ordem do acontecimento, não é única nem atemporal, ela acontece sempre em um lugar e em um tempo.”. Nesse sentido, a análise do discurso foucaultiano não busca revelar uma verdade essencial por trás do texto, mas investiga os jogos de verdade que organizam o dizível e o pensável em determinado momento histórico.

Observa-se, portanto, uma contradição central: enquanto professores tendem a discursivizar a vida universitária como espaço de prestígio, mérito e reconhecimento, mesmo que atravessado por dificuldades; já os alunos enfatizam vivências negativas, marcadas pelo sofrimento acadêmico.

Essa oposição revela jogos de verdade distintos, nos quais a posição-sujeito professor é legitimada por dispositivos como a universidade, a experiência profissional e a produção científica, ao passo que a posição-sujeito aluno se constitui a partir das exigências institucionais e da sobrecarga emocional.

CONSIDERAÇÕES FINAIS

A análise evidencia que os discursos sobre a vida universitária, quando circulam em redes sociais, produzem subjetividades marcadas por contradições: valorização e desvalorização da carreira docente; prestígio e precarização; motivação e desgaste estudantil.

Os enunciados demonstram que a posição de professor universitário é atravessada por dispositivos de poder que legitimam a autoridade pelo saber institucionalizado, mas que também expõem fragilidades decorrentes da desvalorização social da profissão. Do lado discente, os discursos revelam experiências de sofrimento e críticas à estrutura acadêmica, reforçando a universidade como espaço regulador de subjetividades.

Espera-se, com esta pesquisa, contribuir para a reflexão sobre como os discursos em circulação nas mídias digitais moldam percepções sobre a universidade e como esses jogos de saber-poder impactam a constituição dos sujeitos docentes e discentes.

REFERÊNCIAS

ARCOVERDE, L. Concurso da PMDF: candidatas alegam que desclassificação foi injusta. **O Metrópole**. Disponível em: <https://www.metropoles.com/distrito-federal/concurso-da-pmdf-candidatas-alegam-que-desclassificacao-foi-injusta>. Acesso em: 22 maio 2025.

BAZZA, A. A interação professor-aluno como prática de subjetivação docente. **Revista da Anpoll**, [S. l.], v. 53, n. 2, p. 331-348, 2022.

BORTOLON BAZZA, A.; WILLIANS DE LIRIO VICENTE, C. Memes sobre o professor: a subjetividade docente atravessada pelo humor. **Revista do GELNE**, [S. l.], v. 25, n. 1, p. e31980, 2023.

FISCHER, R. M. B. Foucault e a análise do discurso em educação. **Cadernos De Pesquisas**, n. 114, p. 197-223, 2001.

GREGOLIN, M. R. F. V. Michel Foucault: uma teoria crítica que entrelaça o discurso, a verdade e a subjetividade. In: FERREIRA, R.; RAJAGOPALAN, K. **Um mapa da crítica nos estudos da linguagem e do discurso**. Campinas: Pontes, 2016.

LEITE, S. A. DA S.; KAGER, S. Efeitos aversivos das práticas de avaliação da aprendizagem escolar. **Ensaio: Avaliação e Políticas Públicas em Educação**, v. 17, n. 62, p. 109-134, jan. 2009.

SAVIANI, Demerval. **Pedagogia histórico-crítica: primeiras aproximações**. 11 ed. Campinas- SP: Autores Associados, 2011.

SHADOW CABINET: QUANDO PARTIDOS DE OPOSIÇÃO ALEGAM QUE AS VIAS LEGAIS DE CONTROLE ADMINISTRATIVO NÃO SÃO SUFICIENTES

WANNER, Jaime Ricardo¹

VELASCO, Lucas Cavalcanti²

PASCOAL, Matheus Mendes³

ST 1 - Linguagens e sociedade: discursos, sujeitos, vivências e práticas

INTRODUÇÃO

O controle da Administração Pública é um princípio essencial de qualquer democracia que busca transparência e responsabilização. Em contextos de desconfiança popular persistente, a oposição política assume papel que vai além da disputa eleitoral, convertendo-se em instrumento fundamental de fiscalização do Poder Executivo. No Brasil, embora a Constituição de 1988 estabeleça um robusto sistema de freios e contrapesos, há um descompasso entre o aparato normativo e a percepção social de sua efetividade, sobretudo quanto à celeridade e à correção de desvios administrativos. É nesse ambiente de insatisfação que partidos de oposição, por vezes, recorrem a estratégias não previstas formalmente na Constituição para ampliar o controle político.

Entre essas estratégias, destaca-se o Gabinete Sombra (*Shadow Cabinet*), prática consolidada em regimes parlamentaristas, tendo o Reino Unido como referência clássica. Nesse modelo, o principal partido de oposição estrutura-se paralelamente ao governo, com membros designados para acompanhar cada ministério, formando um “governo alternativo em espera” (Sirvent Gutiérrez, 2017). O presente trabalho analisa criticamente essa prática, com base em pesquisa primária e secundária, buscando discutir a viabilidade de sua adoção no contexto brasileiro.

Os objetivos são: identificar os argumentos favoráveis e contrários à instituição do *Shadow Cabinet* sob a ótica constitucional brasileira; avaliar a percepção dos agentes políticos sobre a suficiência dos mecanismos atuais de controle; e refletir sobre os possíveis impactos e

¹ Mestrando, Programa de Pós-Graduação Interdisciplinar Sociedade e Desenvolvimento (PPGSeD), Universidade Estadual do Paraná (Unespar), *campus* de Campo Mourão, jaimewanner@gmail.com.

² Mestre em Direito e Políticas Públicas, Universidade Federal de Goiás (UFG), contato@lucasvelasco.com.

³ Mestre em Sociedade e Desenvolvimento, docente da Rede de Ensino do Paraná, matheus.pascoal.ppgsed@estudante.unespar.edu.br.

limitações jurídicas de sua adoção em um sistema presidencialista. A pesquisa se justifica pela necessidade de compreender por que, mesmo com um conjunto de instrumentos legais, a sociedade e a oposição ainda consideram o controle insuficiente diante da possibilidade de corrupção e da ineficiência administrativa.

METODOLOGIA

A pesquisa é de natureza interdisciplinar, qualitativa e exploratória, articulando Ciência Política e Direito Administrativo. Foram utilizados métodos de coleta de dados primários e secundários para garantir uma análise crítica e empiricamente fundamentada.

Inicialmente, realizou-se revisão bibliográfica e documental, mapeando a evolução e a funcionalidade institucional do *Shadow Cabinet* no modelo *Westminster*, com base em autores como Sirvent Gutiérrez (2017) e Turner (2023). A análise comparou o desempenho dessa prática nos regimes parlamentaristas e sua escassa aplicabilidade em sistemas presidencialistas, identificando os fundamentos teóricos que sustentam sua legitimidade.

Também foram examinados o caso do “Governo Paralelo” do Partido dos Trabalhadores, entre 1989 e 1992, episódio que ilustrou a busca por controle mais efetivo em meio a uma crise política e o caso mais recente, em 2023, em que o ex-Procurador da República e então Deputado pelo Podemos-PR, Deltan Dalagnol, propôs a implantação imediata de um *Shadow Cabinet*, com o propósito de acompanhar, *pari passu*, a atuação dos principais ministérios.

Como diferencial, aplicaram-se questionários dissertativos abertos aos parlamentares que compuseram o grupo de trabalho que prometera levar adiante a iniciativa. Essa coleta de dados primários visou captar a percepção prática sobre a eficácia dos mecanismos de controle e compreender as causas da insatisfação com os instrumentos formais. As respostas foram analisadas segundo uma perspectiva interpretativa, à luz da teoria da agência e da separação de poderes, relacionando as percepções brasileiras à lógica funcional do *Shadow Cabinet*.

DISCUSSÕES E RESULTADOS

A consolidação do *Shadow Cabinet* na tradição *Westminster* representa uma institucionalização do dissenso que fortalece a democracia. Essa estrutura transforma a crítica política em fiscalização técnica e contínua, pois cada ministro-sombra atua como especialista

na pasta que acompanha. Além de elevar o nível do debate, o modelo garante estabilidade política, já que mantém uma alternativa de governo preparada para assumir o poder em caso de crise (Sirvent Gutiérrez, 2017).

Trata-se de um instrumento de escrutínio construtivo, que diferencia o parlamentarismo da fiscalização episódica típica do presidencialismo. O *Shadow Cabinet* mantém o governo sob vigilância constante, elevando os padrões de *accountability* e reforçando a legitimidade das críticas políticas (Souza-Pinto, 2021).

No Brasil, a discussão sobre o *Shadow Cabinet* relaciona-se à percepção de que os atuais mecanismos de controle são lentos e pouco eficazes. O Gabinete Sombra informal de 1989, mantido até o impeachment de Fernando Collor, revelou a carência de respostas rápidas em momentos de crise, reforçando a ideia de que o sistema formal não supre as demandas por fiscalização imediata.

Os resultados da pesquisa de campo confirmaram essa percepção: embora órgãos como o Tribunal de Contas da União (TCU) e o Ministério Público exerçam funções relevantes, sua atuação é predominantemente *ex post*, corretiva e judicializada – com respostas tardias diante da urgência política. As Comissões Parlamentares de Inquérito (CPIs), embora sejam o principal instrumento de controle legislativo, foram criticadas por sua baixa efetividade prática. Os respondentes as classificaram como arenas de grande visibilidade midiática, mas com escassos resultados concretos, muitas vezes travadas por disputas políticas ou por processos judiciais demorados (Santos, 2022).

Essa distância entre a intensidade das investigações e os resultados efetivos reforça a hipótese central: o aparato legal brasileiro não satisfaz plenamente a demanda por controle político e administrativo (Soares, 2022). A ausência de um acompanhamento técnico e contínuo – como o que o *Shadow Cabinet* proporcionaria – mantém a oposição dependente de instrumentos pontuais e frequentemente politizados.

Assim, apesar de seu potencial fiscalizador, a adoção do *Shadow Cabinet* no Brasil esbarra em barreiras estruturais e constitucionais. O principal entrave é o presidencialismo de coalizão, que difere radicalmente do sistema parlamentarista. No modelo britânico, o Executivo depende da confiança do Legislativo, podendo ser substituído por meio de moção de censura - o que torna o Gabinete Sombra funcional. No Brasil, o presidente tem mandato fixo, e sua destituição depende de um processo complexo e excepcional: o *impeachment*.

Sem a possibilidade de substituição imediata, um Gabinete Sombra brasileiro careceria de fundamento jurídico e poder efetivo, tornando-se apenas um fórum político informal. Sua institucionalização exigiria definir fontes de financiamento, delimitar competências e evitar sobreposição com comissões parlamentares já existentes. Além disso, criaria riscos de duplicidade de funções e burocratização, sem garantia de ganhos concretos de eficiência.

A Constituição de 1988 não prevê a figura de um “governo alternativo”, e qualquer tentativa de formalizá-lo exigiria emenda constitucional que alterasse a relação entre Executivo e Legislativo. Tal mudança implicaria uma reforma política profunda, improvável no cenário atual. Assim, a importação direta do modelo parlamentarista mostra-se inviável e incompatível com a lógica do presidencialismo brasileiro.

CONSIDERAÇÕES FINAIS

A análise da prática do *Shadow Cabinet* e das percepções dos agentes políticos brasileiros confirma a hipótese central: o Brasil não dispõe de arcabouço jurídico capaz de viabilizar legitimamente esse instrumento de controle. A insatisfação com a baixa efetividade das CPIs e de outros mecanismos reflete a fragilidade da *accountability* e explica a atração por modelos mais dinâmicos de fiscalização.

Entretanto, o Gabinete Sombra depende da lógica parlamentarista da responsabilidade ministerial, incompatível com a estrutura do presidencialismo de coalizão. A tentativa de 1989 demonstrou a possibilidade de uso simbólico desse modelo, mas não sua viabilidade como instrumento permanente, ao passo que a de 2023 mostrou-se de difícil aplicação. Assim, o desafio brasileiro não é importar novas estruturas, mas aperfeiçoar os mecanismos existentes, tornando-os mais céleres, técnicos e menos sujeitos a manipulações políticas.

O fortalecimento da *accountability* exige melhorar a efetividade das CPIs, garantir respostas institucionais rápidas e assegurar que as investigações resultem em sanções concretas, de modo a inibir ações prejudiciais à nação.

Em última análise, o debate sobre o *Shadow Cabinet* deve servir como reflexão crítica sobre a necessidade de modernizar o controle administrativo e ampliar a capacidade de resposta do Estado às demandas sociais por transparência e responsabilidade pública – objetivos que permanecem no centro do ideal democrático.

REFERÊNCIAS

- ABRANCHES, Sérgio. **Presidencialismo de coalizão**. Raízes e evolução do modelo político brasileiro. São Paulo: Companhia das Letras, 2018.
- BARDIN, Laurence. **Análise de conteúdo**. São Paulo: Edições 70, 2016.
- SANTOS, Rossemildo da Silva. O bolsonarismo e a Covid-19: biopoder e a negação e desprezo pela ciência. Notas sobre o Shadow Cabinet. **Revista Alembra – RA**, Confresa - MT. Vol. 4. Núm. 8. janeiro de 2022.
- SCHUMPETER, Joseph A. **Capitalismo, socialismo e democracia**. Tradução de Luiz Antonio Oliveira De Araujo. São Paulo: Editora Unesp, 2017.
- SILVA, Sabrina Aparecida da. Autoritarismo e crise da democracia no Brasil: entre o passado e o presente. **Revista Katálysis**, v. 24, p. 119-126, 2021.
- SIRVENT GUTIÉRREZ, C. (2017). El gabinete sombra en el gobierno inglés. **Revista de La Facultad de Derecho de México**, ed. 62(258), pp. 63-113. Disponível em: <https://revistas.unam.mx/index.php/rfdm/article/view/60724>. Acesso em: 25 out. 2025.
- SOARES, Ingrid. CPI da COVID: **Até hoje as pessoas aguardam o efeito prático da investigação**. Belo Horizonte: O estado de Minas, 07/02/2022.
- SOUZA-PINTO, Rodrigo A. D. de. Governo na Sombra. **Observador**. On line. 13 ago. 2021. Disponível em: <https://observador.pt/opiniao/governo-na-sombra/>. Acesso em: 13 out. 2025.
- TURNER, D. R. **The shadow cabinet in British politics**. [S.l.]: Taylor & Francis, 2023.

SUJEITO, MODALIZAÇÃO E CRÍTICA SOCIAL: UM ESTUDO DAS TIRINHAS DE LUKAS NA DÉCADA DE 1990

NUSS, Virginia¹

ST 1 - Linguagens e sociedade: discursos, sujeitos, vivências e práticas

INTRODUÇÃO

O presente trabalho² investiga como a modalização atua na construção do humor crítico em tirinhas multimodais de Lukas, publicadas no *O Diário do Norte do Paraná* (1990–2000). Partindo da hipótese de que a modalização — expressa por atitudes de certeza, dúvida, obrigação ou possibilidade — é tão relevante quanto a ironia ou a metáfora, a pesquisa analisa como o verbal e o visual se articulam na produção de sentidos. Fundamentado na Linguística Funcionalista (Neves, 1999, 2011; Castilho, 2010) e na perspectiva multimodal de Santaella (2012), o trabalho busca compreender como os recursos modais e imagéticos constroem crítica social e contribuem para formar leitores mais críticos e interpretativos.

METODOLOGIA

A pesquisa utiliza uma abordagem qualitativa de base funcionalista, fundamentada em Halliday (2004), Neves (1999, 2011) e Castilho (2010), aliada à semiótica visual de Santaella (2012) para examinar tirinhas multimodais. O corpus compreende tirinhas de Lukas publicadas no *O Diário do Norte do Paraná* na década de 1990, selecionadas pelo seu teor crítico e humorístico. A análise observa as marcas modais do texto verbal e sua relação com os elementos visuais, considerando vínculos de reforço, complementação ou contraste entre linguagem e imagem. Essa metodologia articula análise linguística e leitura multimodal para compreender como a modalização contribui para a construção do humor e da crítica social.

¹ Professora colaboradora da Universidade Estadual de Maringá (UEM) e da Universidade Estadual do Paraná (Unespar), campus de Campo Mourão, doutora em Análises Linguísticas, pós-doutoranda em Estudos Linguísticos, vmnuss2@uem.br.

² Este artigo apresenta um recorte da pesquisa de pós-doutorado em andamento na Universidade de São Paulo (USP), intitulada “A modalização em tirinhas impressas da década de 1990 no Norte do Paraná: estratégias de subjetividade e atenuação na construção do humor crítico sob uma perspectiva funcionalista”.

DISCUSSÕES E RESULTADOS

As tirinhas de Lukas, publicadas no *O Diário do Norte do Paraná* durante a década de 1990, compõem um corpus representativo do humor crítico e das tensões sociais e discursivas daquele período. A análise das ocorrências de modalização evidencia como o autor mobiliza recursos linguísticos e visuais para construir efeitos de humor e posicionamento ideológico, articulando crítica e ironia às práticas cotidianas de seu contexto histórico.

A discussão baseia-se na perspectiva funcionalista hallidayana (Halliday, 2004), que entende a linguagem como instrumento de interação social, e nos estudos de Neves (1999, 2011) e Castilho (2010) sobre as modalidades epistêmica, deôntica e dinâmica. Soma-se a isso a abordagem multimodal de Santaella (2012), que compreende o texto humorístico como produto da interação entre signos verbais e não verbais, cujos sentidos ultrapassam o nível lexical e alcançam dimensões pragmáticas e ideológicas.

Dessa forma, as análises a seguir examinam como os diferentes tipos de modalização se articulam à linguagem visual para expressar crenças, obrigações e possibilidades, compondo estratégias discursivas que reforçam a crítica social e constroem um sujeito enunciador irônico, observador e reflexivo.

A modalização epistêmica é um recurso linguístico que expressa o grau de certeza, dúvida ou crença do enunciador em relação à proposição. Na tirinha a seguir (Figura 1), o verbo “*achar*” é utilizado no sentido de *acreditar*, configurando uma avaliação subjetiva que atenua o compromisso com a verdade do enunciado. Esse uso revela o posicionamento do sujeito diante de um discurso socialmente compartilhado, caracterizando uma forma de envolvimento argumentativo e de crítica indireta.

Figura 1 - Exemplo de modalização epistêmica com o verbo “achar” (Lukas, década de 1990)



Fonte: Acervo Patrimônio Histórico de Maringá.

A modalização deontica, por sua vez, diz respeito aos valores de obrigação, permissão ou proibição expressos no discurso, e revela a presença de normas, deveres ou julgamentos. Na figura 2, observa-se o uso da forma verbal “vamos ter que”, que expressa uma imposição de caráter inevitável. O modal *ter que* marca uma relação assimétrica entre os interlocutores — o médico, representante de uma autoridade técnica, e o paciente, em posição de subordinação discursiva.

Esse tipo de modalização intensifica o caráter normativo da fala e evidencia um uso do discurso médico que ultrapassa a orientação e se aproxima do comando. A crítica social emerge justamente do excesso de autoridade e da automatização da relação profissional, aspecto comum nas tirinhas de Lukas. Assim, a modalização deontica contribui para o efeito de humor e para a construção de uma crítica às práticas institucionais rígidas, tornando o texto multimodal um espaço de questionamento das relações de poder.

Figura 2 - Exemplo de modalização deontica (Lukas, década de 1990)



Fonte: Acervo Patrimônio Histórico de Maringá.

A modalização dinâmica refere-se à capacidade, possibilidade ou disposição de um sujeito para realizar determinada ação, situando-se entre o domínio da vontade e o das condições concretas do mundo. Na figura 3, a modalização se manifesta na fala dos personagens que avaliam a possibilidade realizar determinada ação (“conseguir” - “não conseguir” tomar uísque). Esses enunciados evidenciam a percepção de limites individuais e contextuais, construindo o humor a partir do contraste entre a vontade expressa e a incapacidade de transformar a realidade.

Diferentemente da deôntica, que expressa imposição, e da epistêmica, que revela crença ou avaliação, a modalização dinâmica articula a noção de possibilidade à impotência prática dos sujeitos diante de um sistema maior – econômico, social ou institucional. A crítica emerge, assim, da distância entre o que poderia ser feito e o que efetivamente é possível fazer. Essa estratégia discursiva é recorrente na obra de Lukas e contribui para o efeito de humor crítico, pois revela um sujeito que reconhece as contradições da vida cotidiana, mas permanece imobilizado por fatores externos.

Figura 3 - Exemplo de modalização dinâmica (Lukas, década de 1990)



Fonte: Acervo Patrimônio Histórico de Maringá.

A análise das tirinhas de Lukas confirma o papel multifuncional da modalização na construção do discurso crítico e do sujeito enunciador. À luz do funcionalismo de Halliday (2004), observa-se que as modalidades epistêmica, deôntica e dinâmica atuam de modo integrado nas metafunções da linguagem, mediando a relação entre o dizer e as condições sociais de produção do discurso.

Na modalização epistêmica, expressões como “acho” marcam o grau de comprometimento do falante com o enunciado, produzindo um tom de dúvida e

distanciamento irônico. Essa estratégia, conforme Neves (1999, 2011), desloca o enunciador entre certeza e crença, conferindo ao humor de Lukas sutileza e crítica velada.

A modalização deôntica, expressa em formas como “*vamos ter que*”, revela a presença de vozes autoritárias ligadas ao poder institucional – figuras como o político ou o burocrata –, o que, segundo Castilho (2010), traduz valores de obrigação e dever. O humor emerge do contraste entre imposição e passividade, expondo as assimetrias sociais.

Já a modalização dinâmica tematiza a capacidade ou limitação de agir (“*conseguir*”, “*não conseguir*”), projetando um sujeito consciente de sua impotência diante das restrições impostas pela realidade social.

Sob a ótica multimodal de Santaella (2012), texto verbal e imagem se complementam na produção do humor e da crítica: gestos, expressões e enquadramentos ampliam os efeitos modais, criando incongruências entre o dito e o mostrado.

Em conjunto, as três modalidades linguísticas analisadas constroem um sujeito discursivo ambíguo e reflexivo, situado entre a denúncia e a conformidade, entre a autoridade e a solidariedade. Essa oscilação é constitutiva do discurso humorístico como prática social, pois, ao suavizar a imposição e introduzir a dúvida e a ironia, a modalização torna-se uma estratégia de resistência simbólica. Assim, o humor em Lukas revela um modo de enunciação crítica que, sem romper abertamente com o poder, o expõe por meio da sutileza linguística e da combinação entre palavra e imagem.

CONSIDERAÇÕES FINAIS

A análise das tirinhas de Lukas mostra que a modalização – epistêmica, deôntica e dinâmica – é um recurso central para entender como a linguagem expressa e constrói relações entre sujeito e sociedade. As escolhas linguísticas e visuais revelam um sujeito crítico, consciente de seu contexto histórico, que usa o humor como forma de resistência e reflexão social. A articulação entre texto e imagem evidencia que o efeito humorístico resulta da forma como o dizer modalizado orienta a leitura e questiona valores coletivos. Assim, o estudo destaca a modalização como eixo essencial para compreender o discurso humorístico multimodal e suas implicações ideológicas na linguagem.

REFERÊNCIAS

CASTILHO, Ataliba T. **Nova gramática do português brasileiro**. São Paulo: Contexto, 2010.

HALLIDAY, M. A. K. **An introduction to functional grammar**. 3. ed. London: Arnold, 2004.

LUKAS (Luiz Carlos Rodrigues). Tirinhas publicadas em O Diário do Norte do Paraná. Maringá: O Diário do Norte do Paraná, cadernos de variedades e cultura, década de 1990. **Acervo do Patrimônio Histórico de Maringá**.

NEVES, Maria Helena de Moura. **Gramática de usos do português**. São Paulo: Editora Unesp, 1999.

NEVES, Maria Helena de Moura. **A gramática funcional**. São Paulo: Contexto, 2011.

A ECONOMIA DA CULPA: RASKOLNIKOV E A LOGICA ESCOLÁSICA DO CRIME

SLUZALA, Bruna Mariana¹

SLUZALA, Bruno Renato²

ST 2 - Literatura e artes: interseccionalidades

INTRODUÇÃO

A economia é, antes de tudo, a gramática secreta das decisões humanas.

Ela traduz o que a alma calcula sem perceber: o custo da esperança, o valor da culpa, o preço da redenção. Desde Aristóteles, passando por Tomás de Aquino e chegando a Adam Smith, a economia tentou compreender o homem por seus atos de troca – mas talvez nunca se tenha visto, como em Crime e Castigo, um retrato tão brutal do cálculo moral.

Dostoiévski, em meio à Rússia convulsionada do século XIX, quando o dinheiro já começava a substituir a fé como medida das coisas, escreveu a equação mais amarga da literatura: a de um homem que tenta provar que a vida humana pode ser reduzida a uma variável de utilidade. Raskólnikov, estudante pobre, inteligente e faminto, resolve aplicar à moral o mesmo método que os economistas aplicam à riqueza – a otimização. Matar uma velha usurária, improdutiva e odiada, seria, em seu raciocínio, um investimento social: uma morte que libertaria centenas de vidas. O crime, portanto, nasce de um raciocínio econômico e morre num colapso metafísico.

Enquanto Tolstói via o bem como comunhão e Gogol via o mal como caricatura, Dostoiévski viu o mal como raciocínio. Ele compreendeu que, quando a razão se torna autônoma, a economia se converte em idolatria. A moeda, antes instrumento, torna-se medida da alma. Assim, em Raskólnikov, toda a modernidade russa se resume num ato: a tentativa de substituir a Providência pela planilha.

OBJETIVOS

¹ Graduanda em Jornalismo (UEPG), *campus* central de Ponta Grossa.

² Mestrando, Programa de Pós-Graduação Interdisciplinar Sociedade e Desenvolvimento (PPGSeD), Universidade Estadual do Paraná (Unespar), *campus* de Campo Mourão, bruno.sluzala@gmail.com.

Este ensaio busca demonstrar que as ações de Raskólnikov seguem uma lógica essencialmente econômica, fundada em critérios de eficiência e cálculo de consequências, e que sua derrocada reflete a falência dessa racionalidade quando dissociada da teologia moral. Pretende-se revelar que a filosofia escolástica – especialmente em Tomás de Aquino – oferece a leitura mais fiel ao espírito de Dostoiévski, por manter unidas as duas dimensões que o personagem tenta separar: o raciocínio e a graça.

Mais que uma análise literária, este trabalho propõe uma hermenêutica do cálculo, uma arqueologia do pensamento econômico no âmago da culpa. Entende-se que o ato de Raskólnikov é um experimento moral que imita a estrutura da ciência econômica, mas cuja variável invisível – a misericórdia – o leva ao fracasso inevitável.

METODOLOGIA E PROCEDIMENTOS DE ANÁLISE

A abordagem é hermenêutica, pois entende o texto como um campo de interpretações em movimento, e toma a filosofia escolástica como matriz para ler a economia enquanto ciência moral. Partindo da cronologia do romance – concepção do crime, execução, remorso e confissão –, o estudo interpreta cada fase como uma operação de racionalidade aplicada. O raciocínio do personagem obedece a um modelo quase algébrico: hipóteses, meios, resultados e correções.

Cada decisão de Raskólnikov é tratada como uma função em busca de equilíbrio. Ele tenta resolver o problema moral como quem resolve uma equação de duas variáveis: sofrimento e bem. Contudo, a função diverge, pois lhe falta o parâmetro transcendental. O crime torna-se uma simulação imperfeita do bem comum – um modelo sem lastro, como moeda sem ouro. A confissão final, ao contrário, é o ponto de equilíbrio em que o cálculo se dissolve no inefável.

A análise articula-se, portanto, entre duas ordens: a da lógica econômica clássica – centrada na eficiência e no resultado – e a da lógica escolástica – centrada na finalidade e na justiça. Quando o personagem confunde uma com a outra, o sistema entra em colapso. A hermenêutica revela esse colapso como uma falha estrutural de linguagem: a economia humana tenta descrever o infinito com símbolos finitos.

RESULTADO E DISCUSSÃO

À luz da leitura cronológica, nota-se que o crime é apenas o ponto médio de uma função muito mais extensa: começa no pensamento e termina na confissão. No início, Raskólnikov elabora um modelo de mundo onde os “homens extraordinários” têm direito de matar em nome do progresso – um raciocínio inspirado pela eficiência. Ele é o economista da moral: pensa em termos de rendimentos, juros espirituais, perdas aceitáveis. A morte da velha é, para ele, o sacrifício necessário ao avanço da humanidade.

Mas, uma vez cometido o crime, o equilíbrio se desfaz. A função moral entra em colapso – o erro cresce exponencialmente. Cada tentativa de justificar-se é uma iteração que o afasta ainda mais da origem. O remorso é o custo acumulado de um sistema que ignorou a transcendência. E, como toda equação que busca infinitamente seu ponto fixo, Raskólnikov descobre que o único resultado possível é a convergência para o nada.

Em termos econômicos, sua utilidade marginal da razão é negativa: quanto mais pensa, menos sentido encontra. A racionalidade excessiva se torna entropia. A alma, sem transcendência, perde valor.

Por isso, a confissão final não é mero arrependimento, mas uma reconciliação contábil – o fechamento de um balanço espiritual. Dostoiévski, nesse gesto, resgata o sentido escolástico da economia: ordenar os bens humanos à luz de um bem supremo.

A economia moderna diria que ele busca eficiência; a teologia diria que ele busca salvação. No fundo, são sinônimos que se desmentem. A escolha racional de Raskólnikov revela que o cálculo humano, isolado da graça, é um mecanismo autodestrutivo – como uma máquina que consome o próprio motor para seguir funcionando.

CONSIDERAÇÕES FINAIS

Para Dostoiévski, a redenção é a única variável que não cabe nas equações humanas.

Entende-se que toda tentativa de calcular o bem resulta em idolatria da razão.

Raskólnikov, ao converter a moral em fórmula, inaugura a economia da culpa.

Dado o percurso de suas ações, vê-se que o crime é apenas um teorema cuja prova exige sofrimento.

Ao final, resta-lhe a consciência de que o cálculo da alma não admite juros, nem saldo positivo.

O mais importante, contudo, é que o erro de Raskólnikov não foi o crime, mas a presunção de poder medir o valor do perdão. Assim se encerra a contabilidade do espírito: o saldo final não se escreve com números, mas com lágrimas. E quando a razão já não basta, a misericórdia – silenciosa e não quantificável – surge como a única moeda que não desvaloriza diante da eternidade.

REFERÊNCIAS

AQUINO, Tomás de. **Suma Teológica**: volumes 1-9. 1. ed. São Paulo: Edições Loyola, 2009-2012.

BERDIAEV, Nikolai. **O espírito de Dostoevski**. Rio de Janeiro: Panamericana, 1921.

DOSTOIÉVSKI, Fiódor. **Crime e Castigo**. Trad. Paulo Bezerra. São Paulo: Editora 34, 2001.

GÓGOL, Nikolai Vassilievitch. **Almas mortas**. Tradução de Tatiana Belinky. 2. reimpr. da 1. ed. de 2008. São Paulo: Perspectiva, 2014. (Coleção Textos; 22).

GUARDINI, Romano. **O Senhor**: meditações sobre a pessoa e a vida de Jesus Cristo. Tradução de Fernando Gil. Lisboa: Livraria Moraes Editora, 1964.

SMITH, Adam. **The theory of moral sentiments**. 6th ed. (1790). Edição digital de Sálvio Marcelo Soares, 1st ed., version a, 2005. Disponível em: https://www.ibiblio.org/ml/libri/s/SmithA_MoralSentiments_p.pdf. Acesso em: 31 out. 2025.

TOLSTÓI, Liev. **A morte de Ivan Ilitch**. Tradução de Marques Rebelo. São Paulo: Universidade de São Paulo, 2022. Disponível em: <https://sites.usp.br/fabulacoesdafamiliabrasileira/wp-content/uploads/sites/1073/2022/06/Liev-Tolstoi-A-Morte-de-Ivan-Ilitch.pdf>. Acesso em: 31 out. 2025.

WEBER, Max. **A ética protestante e o “espírito” do capitalismo**. Tradução de José Marcos Mariani de Macedo. São Paulo: Companhia das Letras, 2004.

A INCÔMODA PRESENÇA DO JUDEU ERRANTE, DE DRUMMOND DE ANDRADE

GONÇALVES, Lorena Goulart¹

OLIVEIRA, Carolina Oliva Rodrigues de²

ST 2 - Literatura e artes: interseccionalidades

INTRODUÇÃO

Esta pesquisa tem por objetivo fazer uma breve análise do poema “A incômoda companhia do judeu errante”, de Carlos Drummond de Andrade extraído do livro: *Boitempo-menino antigo*, de 1973, e que já representa a fase madura do autor, que nasceu na cidade de Itabira, interior de Minas Gerais, em 1902, e faleceu em 1987, no Rio de Janeiro. Nono filho de Carlos de Paula Andrade e d. Julieta Augusta Drummond de Andrade, uma família de fazendeiros, teve uma infância e juventude plena, durante a República Velha, momento em que a hegemonia se concentra no poderio dos grandes cafeicultores e pecuaristas.

No contexto histórico, nessa época da infância e juventude rememoradas por Drummond em sua fase memorialista, segundo a autora Rita de Cássia Barbosa (1988), há uma luta entre a sociedade agrária e os centros urbanos. Com o fim da escravidão e o início de intensa migração, o avanço da industrialização e da emergência de um Brasil moderno ficam gravadas na memória e são relembradas principalmente nos poemas de *Boitempo* (1973), cujo poema compõe esta análise. As reverberações da reestruturação estética da segunda fase modernista (1930-1945), à qual pertence Carlos Drummond de Andrade, agregam valor social às abordagens literárias enquanto focam na valorização de aspectos regionalistas, e fazem com que Drummond reformule os padrões estético-literários brasileiros da época ao apresentar uma outra noção: da aristocracia e da nova burguesia industrial.

Considerando seus aspectos estéticos, toda a sua obra registra o “sentimento do mundo” - que, para o poeta de Itabira já maduro e cauteloso, pertencente à segunda fase modernista, ao se apropriar da metalinguística e da crítica social, torna-se uma das funções

¹ Graduanda em Letras, Universidade Estadual do Paraná (Unespar), *campus* de Campo Mourão, goncalvesgoulartlorena@gmail.com.

² Graduada em História, mestra em História Pública (Unespar), graduanda em Letras, Universidade Estadual do Paraná (Unespar), *campus* de Campo Mourão, caahrolys@gmail.com.

essenciais do poeta - e relata tudo aquilo que rodeia o homem ou que a ele se refere: questões de ordem social, política, moral ou psicológica. E o faz com a ironia, a síntese, o humor, o poema piada, a esperança ou a desencença; sempre dialogando com o lugar do homem na sociedade frente ao contexto da guerra, com visão crítica e profundidade de conhecimento da fragmentada alma humana. Nesse sentido, o modernismo passa a atuar num plano histórico, repleto de crises. Alfredo Bosi (1994) pontua que:

Os melhores poetas da segunda metade do século têm respondido de modo vário aos desafios cada vez mais prementes que a cultura e a práxis lançam ao escritor. E que se chamam, por exemplo, guerra fria, condição atômica, lutas raciais, corrida interplanetária, neocapitalismo, Terceiro Mundo, tecnocracia... (Bosi, 1994, p. 489).

É pensando nessa citação, que serão investigados alguns elementos da poesia drummondiana, em sua fase madura e memorialística, aposentado e afastado das suas atividades burocráticas, para perceber a articulação entre suas preocupações sociopolíticas e o movimento de suas reminiscências para sua expressão artística, como: “(...) a denúncia do que aí está e a procura de uma comunicação mais livre e inteligente com o semelhante” (Bosi, 1994, p. 344).

METODOLOGIA

A pesquisa, de natureza qualitativa, tem como foco a análise do poema “A incômoda companhia do judeu errante”, de Carlos Drummond de Andrade, extraído da obra *Boitempo: Menino Antigo* (1973), pertencente à fase memorialista do autor. A análise, de caráter interdisciplinar, fundamenta-se em referenciais teóricos provenientes da Crítica Literária e da História.

DISCUSSÕES E RESULTADOS

Na fase memorialista, Drummond resgata, em tom lírico e subjetivo, lembranças da infância e juventude, marcadas por nostalgia e melancolia. O poeta revisita o passado com um olhar maduro, valorizando o universo da memória. A análise concentra-se no poema “A incômoda companhia do judeu errante”, presente na obra *Boitempo: Menino Antigo* (1973), representativa dessa etapa reflexiva de sua produção poética. A seguir, o poema na íntegra:

Não durmo sem pensar no Judeu Errante.
 A esta hora,
 Onde está, não estará,
 Pois caminha eterno, e seus passos ressoam
 Neste quarto, embaixo da cama,
 Na gaveta do armário, na porta do sono?

Para que foram me contar essa história de Judeu Errante,
 Que tem começo e nunca terá fim?
 Não sei se é pena ou medo
 Ou medopenamedo
 O que sinto por ele.
 Sei que me atinge. Me fere. Não há banco
 Nem cama para o Judeu Errante.
 Come no ar. Não para.
 Vestido de preto. Anda. Olhos sombrios. Anda.
 Deixa marca de pés? Como é sua voz?
 E anda e anda e pisa no meu sonho.
 Que mal fiz eu
 Para viver acorrentado à sua imagem?

Representante de uma lírica memorialística, o poeta mineiro busca resgatar, por meio da rememoração, suas impressões infantis e nostálgicas sobre a Itabira do início do século XX, delineando uma poética autobiográfica em busca da recuperação do sentido da vida humana. Por meio da rememoração, fragmentos da memória são mobilizados para reconstruir um tempo não linear, mas vivido, em que presente e passado se entrelaçam em uma relação dialética com o contexto histórico. O eu-lírico se depara com os móveis antigos, a desintegração do mundo rural, o definhamento dos hábitos tradicionalistas, a chegada dos estrangeiros e a opressão da estrutura familiar patriarcal. Tudo isso é observado com o olhar inocente e atento de um menino Drummond, privado de demonstrações de afeto, as quais, no contexto patriarcal em que vivia, eram tipicamente associadas ao universo feminino. Nesse sentido, nessas obras da fase memorialista, Drummond “não só contrapõe o Brasil arcaico, herança do século XIX, ao Brasil tecnológico do século XX, como resgata a estrutura semi-patriarcal, vigente ainda, nos primeiros decênios desse século” (Fortes, 1994, p. 62).

E destas impressões infantis, surge uma análise contextual dessa estrutura conservadora que a ideologia patriarcal exercia – inclusive pelo imaginário –, onde se constroem os estigmas e repudia o estranho, diante da justificativa da moral cristã. O tempo

da poesia é a chegada dos cristãos novos em território brasileiro, como estranhos, estrangeiros; é no construir dessas reminiscências que Carlos Drummond de Andrade, pela linguagem lírica do poema em forma e versos livres, nos fala sobre a “Incômoda presença do judeu errante”, em seus sonhos. O espaço é o de uma Minas Gerais caipira, vivida pelo pequeno Carlito, sob uma estrutura familiar interiorana, muito marcada pelo cristianismo conservador. Sua poesia é sobre uma concepção de mundo com marcas do passado.

No título, já encontramos três termos que remetem a historicidade de um povo e seu sofrimento, ao longo da sua diáspora, sendo construídos pelo estigma da estranheza e de um povo sem lugar. O comportamento singular desse personagem estrangeiro e fugitivo amedronta, tira o sono, “atinge” e “fere” o menino itabirano. Assim, a presença do imaginário do judeu errante perturba os sonhos do pequeno Drummond, que se sente culpado, agitado e deslocado diante desse visitante indesejado, cuja localização sequer é conhecida: “[...] não durmo sem pensar no judeu errante/ A esta hora, / Onde está, não estará, / Pois caminha eterno, e seus passos ressoam/ Neste quarto, embaixo da cama, / Na gaveta do armário, na porta do sono” (Drummond, 1980, p. 137).

Historicamente, a diáspora judaica refere-se a dispersão do povo judeu após a destruição do Segundo de Jerusalém pelos povos romanos em 70 d.C. Desde então, estudos buscam explicar as relações entre processos históricos, a relação de não pertencimento e ao sentido religioso que os judeus atribuem culturalmente a “Terra Prometida”. De acordo com Geiger (1998), em interlocução com Piveteau (1933), a condição judaica não se resume ao simples fato de alternar entre longas fases de vida exclusivamente na diáspora e outras em que também exerceu soberania sobre um território. Assim, “(...) há cerca de 2.500 anos a judeidade registra uma visão da relação homem/espaço, a qual também expressa também a tensão mundo, incomensurável, propondo uma relação privativa, íntima a cada homem” (Geiger, 1998, p. 86-87). Sobre essa mobilidade histórica de exílio e diáspora, cria-se um estigma da imagem estereotipada do judeu e o seu não pertencimento, provocando a discriminação caracterizando-os como “estranho”. Na especificidade do contexto brasileiro, simboliza a presença dos cristãos novos, que representa uma transição social com a chegada de estrangeiros que suscitam narrativas sobre o desconhecido. Considerando a estrutura conservadora da família de Drummond, precisamos considerar que sua criação aos moldes do catolicismo influencia na visão do menino, que nessa época só conhecia o temor e o pavor a

tudo que não é cristão: “(...) vestido de preto/anda/olhos sombrios/anda” (Drummond, 1980, p. 135).

Defronte ao contexto histórico da época de meninice de Drummond, o poema se torna ainda mais instigante. Conforme aponta Anita Novinsky (2000), o contexto brasileiro, especialmente em Minas Gerais, era altamente favorável à prática do criptojudáismo. À medida que os inquisidores intensificavam a perseguição aos judaizantes, esses se refugiavam cada vez mais profundamente no interior, buscando escapar da vigilância. A autora destaca, ainda, que “As numerosas ordens de prisão, que foram emitidos, mostram quantos cristãos-novos nunca foram encontrados. O marranismo deve ser entendido como um fenômeno Ibérico e latino-americano. (Novinsky, 1992, p. 19). E é essa estranheza historicamente construída que perpassa o plano onírico do eu-lírico, causando “medopenamedo”, atingindo e causando dor, sem nunca pertencer: “não há banco/nem cama para o judeu errante”. Drummond faz um resgate da lenda do judeu errante Castaphilus, sapateiro em Jerusalém, quando Cristo, com a cruz nos ombros, passou diante de sua loja, Ahasverus deixou o trabalho para empurrar o Salvador. Sendo assim, foi condenado por Jesus, a caminhar infinitamente pelo mundo sem descanso. Para Forte, esse resgate da vida interiorana através da poesia memorialista apresenta “o eu-lírico, menino, [que] fala das coisas irremediavelmente perdidas e da violenta pressão do universo adulto sobre o infantil. É a memória atualizando o perdido. (Fortes, 1994, p. 62).

CONSIDERAÇÕES FINAIS

Após essa breve leitura, concluímos que, em “*A incômoda companhia do judeu errante*”, Drummond resgata memórias de infância para refletir sobre o conservadorismo patriarcal e a intolerância religiosa presentes na sociedade mineira do início do século XX. A figura do judeu errante, marcada pelo movimento constante e pela desterritorialização, contrasta com a rigidez da tradição familiar e cristã. O poema, com versos livres e ritmo irregular, reflete o caminhar inquieto e simbólico desse personagem diaspórico. Ao incorporar essa figura ao seu universo lírico, o poeta expressa não apenas o incômodo infantil diante do “outro”, mas também revela uma subjetividade marcada pela inquietação existencial, conforme analisa Antônio Candido (2011), revelando uma fase madura de sua produção poética e crítica.

REFERÊNCIAS

BOSI, Alfredo. **História concisa da Literatura Brasileira**. 50. ed. São Paulo: Cultrix, 2015.

CANDIDO, Antonio. Inquietudes da poesia de Drummond. *In: Vários escritos*. 5 ed. Rio de Janeiro: Ouro sobre o azul, 2011.

FORTES, Rita Felix. Drummond e o tempo do lembrar. *In: FORTES, Rita Felix, ZANCHET, Maria Beatriz e SOARES, Claudia Campos. O texto poético: crítica e devaneio*. Cascavel: Assoeste, 1994.

GEIGER, Pedro Pinchas. O povo Judeu e o Espaço. **Revista Território**, ano III, n. 5, 1998.

NOVINSKY, Anita. **Cristãos-novos na Bahia: a Inquisição**. São Paulo: Perspectiva, 1992.

A PRODUÇÃO ARTÍSTICA DE MARIA SYLVIA SENFF PALÚ: ENTRE FLORES E PAISAGEM

PRIORI, Claudia¹

ST 2 - Literatura e artes: interseccionalidades

INTRODUÇÃO

A história da arte ocidental e também no contexto brasileiro, é marcada por diversas lacunas acerca da presença e protagonismo de mulheres no âmbito artístico e cultural. Por séculos, as artistas mulheres vivenciaram (e ainda vivenciam) processos de invisibilidade, silenciamento e exclusão que imperam nas narrativas, discursos e registros históricos. Se por um lado, a invisibilidade e silenciamento ocorrem devido às interdições sociais que lhes foram impostas, restringindo-as de acessarem determinados espaços, saberes, ocupações e profissões, tais como a profissão de artista, por outro lado, este apagamento do protagonismo e da produção artística de mulheres na história da arte se deve à predominância de um cânone artístico excludente, dominado pelos homens, os quais tinham acesso à educação e à criação artística. Além disso, esse cânone artístico excludente, também imperou na escrita (historiografia) da história da arte que, por séculos, foi registrada por homens e para homens, privilegiando exclusivamente suas trajetórias e produções, já que eram eles quem acessavam as letras, as ciências, as artes, e se profissionalizavam na área.

A partir do século XX, a historiografia da história da arte e movimentos feministas trouxeram para o debate acadêmico e social, importantes questionamentos sobre o silenciamento dos protagonismos e produção artística feita por mulheres. Neste aspecto, ou seja, no que se refere à emergência acerca das reflexões sobre a presença e participação de mulheres na história da arte e nos espaços expositivos, as décadas de 1960, 1970 e 1980 se destacam nessa seara, pois, tanto em nível internacional quanto nacional, houve uma série de fatores que colaboraram para alguns avanços sobre essa questão: seja pelas conquistas sociais e políticas em decorrência das lutas, organização e reivindicação dos movimentos feministas por direitos das mulheres; seja pelos debates teórico-metodológicos que, dentro e fora da

¹ Professora Associada do Curso de Licenciatura em Artes Visuais, Unespar, *campus* de Curitiba II, Docente Permanente do Programa de Pós-Graduação em Cinema e Artes do Vídeo (PPG-CINEAV), membro do Grupo de Pesquisa em Arte, Cultura e Subjetividades (GPACS/CNPq), claudia.priori@unespar.edu.br.

academia, traziam de forma crítica o questionamento do lugar social que fora atribuído às mulheres na história da arte e nas instituições. Nesse contexto podemos considerar autoras pioneiras deste debate, como Linda Nochlin, Griselda Pollock, Rozsika Parker, Harmony Hammond, Whitney Chadwick, entre outras. No âmbito dos movimentos de artistas feministas, se destacam a atuação e produção de Judy Chicago, Barbara Kruger, Betye Saar, Guerrilla Girls, nos Estados Unidos, e no Brasil, Ana Maria Maiolino, Letícia Parente, Lygia Klark, Sonia Andrade, Regina Vater, entre tantas outras.

O advento da história das mulheres, as teorias críticas feministas, as abordagens de gênero e suas interseccionalidades com classe, raça/etnia, sexualidade, geração, territorialidade e outras categorias, são estudos que tensionam um campo hegemônico e excludente, seja na prática social, seja na história da arte, contribuindo para maior visibilidade e reconhecimento social do protagonismo e trajetória das artistas, embora ainda insuficiente.

Nas últimas décadas, uma série de pesquisas tem trazido diversas contribuições teórico-metodológicas no âmbito da história da arte, em relação com a história das mulheres, os estudos de gênero e estudos feministas, evidenciando tanto no cenário internacional quanto no nacional, a atuação, a trajetória e a produção de artistas mulheres, desvelando suas imagens e representações que por tanto tempo ficaram invisíveis.

Na esteira dessas discussões, nosso interesse de pesquisa² tem se debruçado sobre o protagonismo de artistas mulheres na história da arte paranaense, principalmente a partir do contexto do século XX, tendo como problemática refletir como as dinâmicas das relações de gênero e suas interseccionalidades, implicam na trajetória e na produção artística feita por mulheres. Especificamente para esta comunicação, objetivamos discutir com base em algumas obras – pinturas - da artista paranaense, Maria Sylvia Senff Palú (1917-2007), como as temáticas por ela representadas, sua trajetória e produções pictóricas se articulam com as questões de gênero e relações de poder no âmbito artístico do estado, especialmente no cenário curitibano, onde a artista atuava.

METODOLOGIA

² Esta pesquisa foi contemplada no Programa Institucional de Pesquisa Universal (Básica e Aplicada) Chamada Pública 23/2024 - SETI - FA. Convênio entre a Fundação Araucária e a Unespar.

Nosso percurso teórico-metodológico promove um diálogo entre a imagem e as práticas culturais e sociais, no intuito de compreender a “construção social do visível e, mais ainda, a construção visual do social” (MENESES, 2012, p. 248), uma vez que a produção artística feita por Maria Sylvia Senff Palú, assim como por outras artistas, retrata aspectos do tempo vivido e também demonstra como a criação de imagens contribuiu e (contribuem) para a construção de uma cultura visual na história da arte paranaense.

A análise imagética da produção artística selecionada tem o intuito de conhecer seus modos de ver, ou de dar a ver, as relações humanas, as existências, o mundo, possibilitando adentrar as representações visuais feitas pela artista. Nesse sentido, dialogamos com as contribuições teórico-metodológicas de Ana Maria Mauad, Marie-José Mondzain e Ulpiano T. Bezerra de Meneses, que nos apontam que as imagens, de tipos variados, permeiam a existência humana nos mais distintos contextos históricos. A imagem visual é uma forma de comunicação, de produção de discursos, de transmissão de mensagens, e é composta por múltiplos elementos e símbolos repletos de significados. E esses elementos podem ser analisados, compreendidos, lidos e decodificados.

DISCUSSÕES E RESULTADOS

A discussão realizada na pesquisa e nesta comunicação tem o propósito de contribuir para a visibilidade dos protagonismos de mulheres no âmbito da História da Arte no estado do Paraná, minimizando lacunas ainda tão presentes na contemporaneidade. Ao nos pautarmos em referenciais teórico-metodológicos da história da arte, da história das mulheres e dos estudos de gênero em diálogo com os estudos da imagem/estudos visuais que nos proporcionam instrumentos tanto para a análise imagética das obras feitas pela artista, quanto para a compreensão do contexto sociocultural em que ela estava inserida, entendemos que estamos colaborando para os diálogos interdisciplinares entre a história e a arte, assim como para reflexões críticas e não-hegemônicas da história da arte.

CONSIDERAÇÕES FINAIS

O debate e discussão acadêmica e social feitos a partir da produção artística de mulheres é uma forma possível de abrir novas possibilidades de pesquisa na Área de Artes em diálogo com outras disciplinas e campos de pesquisa. Assim, compreendemos que a presente

investigação impacta a história da arte paranaense ao estimular a ampliação do repertório artístico-cultural para além do considerado já conhecido, o que contribui para a formação profissional, docente e artística, e ainda para a minimização de desigualdades históricas de gênero na história da arte no estado e no país.

REFERÊNCIAS

CHADWICK, Whitney. História da arte e a artista mulher. In: PEDROSA, Adriano; CARNEIRO, Amanda e MESQUITA, André (Orgs.). **Histórias das mulheres, histórias feministas**; vol. 2 - antologia. São Paulo: MASP, 2019, p. 151-170.

HESSSEL, Kate. **The history of art without men**. London: Hutchinson Heinemann, 1ª ed., 2022.

MAUAD, Ana Maria. Sobre as imagens na História, um balanço de conceitos e perspectivas. **Revista Maracanan**, vol. 12, n. 14, p. 33-48, jan/jun, 2016.

MONDZAIN, Marie-José. A imagem entre proveniência e destinação. In: ALLOA, Emmanuel (Org.). **Pensar a imagem**. Belo Horizonte: Autêntica Editora, 2015, p. 39-53.

MENESES, Ulpiano T. Bezerra de. História e Imagem: iconografia/iconologia e além. In: CARDOSO, Ciro Flamarion; VAINFAS, Ronaldo (Orgs.). **Novos Domínios da História**. Rio de Janeiro: Elsevier, 2012, p. 243-262.

NOCHLIN, Linda. Por que não houve grandes artistas mulheres? **ArtNews**, 1971.

A REPRESENTAÇÃO AUTÊNTICA DA PESSOA COM DEFICIÊNCIA NO CINEMA POR MEIO DA ANÁLISE DO FILME *ETERNOS* (2021)

GEORGOULA, Leonidas Silva¹

CARDOSO, Mirian de Oliveira²

ST 2 - Literatura e artes: interseccionalidades

INTRODUÇÃO

Esse trabalho nasce de uma pesquisa de nossa autoria realizada para o projeto Leituras Inclusivas e Anticapacitistas – LIA e para a XVI Feira de Iniciação Científica e Extensão (FICE) do Instituto Federal Catarinense - IFC Campus Camboriú, onde foi discutida a temática da representação autêntica da deficiência no cinema.

O resumo expandido, sob o título de “A representação autêntica da pessoa com deficiência no cinema por meio da análise de cinco filmes (1988-2024)” discute a questão da representação autêntica da deficiência, conceituada como:

[...] a representação autêntica ocorre quando o intérprete do personagem com deficiência na mídia fictícia (filme, curta, seriado de televisão, etc) também possui aquela deficiência na vida real, tornando esta representação fictícia uma representação autêntica. Uma representação não autêntica, por sua vez, refere-se a quando um ator sem deficiência interpreta um personagem com deficiência (Ruderman Family Foundation, 2020, apud Georgoula; Cardoso, 2025).

O trabalho se utilizou de cinco filmes para tecer suas discussões e considerações, sendo eles: *Rain Man* (1988), *Eu não quero voltar sozinho* (2010), *O silêncio* (2019), *Eternos* (2021) e *Pássaro Branco – Uma história de extraordinário* (2024). Após análise fílmica, constatou-se que apenas um dos filmes possuía representação autêntica da deficiência, *Eternos* (2021), dirigido por Chloé Zhao. Dessa forma, utilizando-se dos resultados desta pesquisa, entendemos que seria necessário nos aprofundarmos especificamente na análise do filme *Eternos* (2021), devido a sua característica de expressar a representação autêntica da

¹ Licenciande em Pedagogia e Mestrando, Programa de Pós-Graduação em Educação (PPGE), Instituto Federal Catarinense (IFC), campus Camboriú, lsgeorgoula@gmail.com.

² Doutora em Letras, docente do Instituto Federal Catarinense (IFC), campus Camboriú, mirian.silva@ifc.edu.br.

deficiência no cinema. Dessa forma, pretende-se, com este trabalho, realizar uma análise do filme *Eternos* (2021), para discutir questões como a representação autêntica da deficiência e as interseccionalidades presentes na personagem Makkari na obra.

METODOLOGIA

Esta é uma pesquisa qualitativa, bibliográfica e analítica que objetiva a discussão de conceitos teóricos junto a análise fílmica da obra *Eternos* (2021). A análise é articulada por meio do prisma da representação autêntica da deficiência e da interseccionalidade, sendo esta entendida como “uma conceituação do problema que busca capturar as consequências estruturais e dinâmicas da interação entre dois ou mais eixos da subordinação” (Crenshaw, 2002, p. 7).

DISCUSSÕES E RESULTADOS

O filme *Eternos* (2021), de direção de Chloé Zhao, conta a história do grupo de super-heróis homônimo, eles foram criados pelos Celestiais, que também criaram os Deviantes, os inimigos dos Eternos. A obra acompanha os dez eternos, incluindo Makkari, uma mulher afro-latina surda, na sua missão de destruir os Deviantes. Após completarem sua missão, os heróis se espalham pelo mundo e enfrentam questionamentos existenciais acerca do seu propósito.

Sobre a personagem Makkari, Perry (2025) observa as seguintes questões:

Os dez Eternos são muito diferentes uns dos outros, representando diferentes raças, habilidades, idades e sexualidades. Makkari, a primeira super-heroína surda e negra do universo Marvel, é interpretada por Lauren Ridloff, que é afro-latina. Makkari usa a Língua de Sinais Americana (ASL), tem pele morena e cabelos escuros e cacheados, e tem uma forte conexão com sua terra natal, o Olimpo (Perry, 2025, p. 17, tradução nossa).

Conforme Perry (2025) discute, o filme busca integrar a diversidade humana em todos os *Eternos*, pois, em relação aos dez heróis, existe uma proporção de gênero igualitária, com cinco homens e cinco mulheres. Em relação à raça/etnia constam quatro personagens brancos, três personagens asiáticos, um personagem negro, uma personagem latina e uma personagem afro-latina. Na questão da orientação sexual, constam nove personagens heteroafetivos e um

personagem homoafetivo; quanto à idade aparente, constam nove personagens adultos e uma personagem criança; já em relação à deficiência, constam nove personagens sem deficiência e uma personagem com deficiência (Zhao, 2021). No quadro abaixo apresentamos as interseccionalidades presentes nos personagens do filme Eternos (2021):

Quadro 1 - Interseccionalidades no filme Eternos (2021)

Personagem	Intérprete	Gênero	Raça/Etnia	Orientação sexual	Deficiência	Idade aparente	Eixos da subordinação
Ajak	Salma Hayek	Mulher	Latina	Heteroafetiva	Sem deficiência	Adulto	2
Druig	Barry Keoghan	Homem	Branco	Heteroafetivo	Sem deficiência	Adulto	0
Gilgamesh	Don Lee (Ma Dong-seok)	Homem	Asiático (Leste-asiático)	Heteroafetivo	Sem deficiência	Adulto	1
Ikaris	Richard Madden	Homem	Branco	Heteroafetivo	Sem deficiência	Adulto	0
Kingo	Kumail Nanjiani	Homem	Asiático (Sul-asiático)	Heteroafetivo	Sem deficiência	Adulto	1
Makkari	Lauren Ridloff	Mulher	Afro-latina	Heteroafetiva	Com deficiência (surdez)	Adulto	3
Phastos	Brian Tyree Henry	Homem	Negro	Homoafetivo	Sem deficiência	Adulto	2
Sersi	Gemma Chan	Mulher	Asiática (Leste-asiática)	Heteroafetiva	Sem deficiência	Adulto	2
Sprite	Lia McHugh	Mulher	Branca	Heteroafetiva	Sem deficiência	Criança	2
Thena	Angelina Jolie	Mulher	Branca	Heteroafetiva	Sem deficiência	Adulto	1

Fonte: Elaboração dos autores (2025) com base em Zhao (2021).

Dentre todos os dez Eternos, Makkari é a única personagem que experencia três eixos da subordinação, em relação ao seu gênero (mulher), em relação a sua raça/etnia (afro-latina) e em relação a sua deficiência (surdez). Makkari, a personagem da atriz, é uma mulher com deficiência auditiva que tem o poder da velocidade. Ela utiliza a linguagem de sinais para se comunicar desde a antiguidade, dessa forma, a surdez da personagem se apresenta sob uma concepção do modelo social da deficiência, já que a sua deficiência não define o seu personagem. Além disso, Makkari é uma personagem que vivencia as opressões do sexo, da cor, da deficiência e da nacionalidade (Georgoula; Cardoso, 2025).

Ao mesmo tempo, os eixos interseccionais vividos pela personagem também estão presentes na atriz que a interpreta, Lauren Ridloff, que é uma mulher afro-latina surda. Desse modo, o filme elencou a atriz Lauren Ridloff para interpretar a personagem Makkari, que vivencia interseccionalidades semelhantes às de sua personagem, sendo esta considerada uma representação autêntica (Ruderman Family Foundation, 2020). Dessa forma, por meio dessas interseccionalidades, é possível entender a vivência de sua personagem no filme, não sob um prisma restrito, mas sim amplo. Nesse sentido, conforme discute Walker (2023):

No filme, sua personagem Makkari também é surda, e isso a conecta como super-heroína. Em vez de fazer disso um obstáculo, ela usa isso a seu favor, e é uma grande parte de sua personagem. Ter uma personagem em uma franquia que seja popular entre crianças e adultos é necessário quando se discute representação. Esta não é uma personagem secundária colocada para ter uma trama secundária em um filme; ela é uma parte importante dos Eternos e tem um enredo em desenvolvimento (Walker, 2023, p. 18, tradução nossa).

Desse modo, segundo a autora, Makkari, assim como sua intérprete, Lauren Ridloff, se tornam parte importante de um movimento que busca trazer representação de pessoas com deficiência para o cinema. Entende-se, portanto, que essa representação precisa considerar a representação autêntica da deficiência, o protagonismo do personagem, o tempo de tela do personagem no filme em questão e as suas intersecções com o público que o personagem busca representar e atingir. Com base nessas abordagens, esse personagem poderá ser ainda mais representativo para o público, principalmente para as pessoas com deficiência.

Para Langbroek (2023), a questão da representação da deficiência e da surdez no cinema precisa ser discutida sob um prisma de autenticidade de quem está interpretando o personagem:

[...] atores não surdos e não deficientes não possuem as experiências vividas e o conhecimento em primeira mão necessários para interpretar personagens com deficiência/surdos com precisão e sensibilidade. Como resultado, suas atuações frequentemente parecem superficiais ou estereotipadas, e podem, involuntariamente, perpetuar concepções errôneas prejudiciais sobre a comunidade de pessoas com deficiência/surdos (Langbroek, 2023, p. 16-17, tradução nossa).

A autora, portanto, entende que as representações não autênticas são prejudiciais ao representarem pessoas com deficiência e pessoas surdas de forma errônea e estereotipada, o que não ocorreria se o intérprete do personagem na mídia fílmica fosse uma pessoa com deficiência. Desse modo, a existência interseccional da personagem é mais fielmente retratada, considerando que a atriz também vivencia tais relações de opressão.

CONSIDERAÇÕES FINAIS

A questão da representação autêntica da deficiência no cinema tem se tornado cada vez mais discutida na literatura. No filme analisado neste trabalho, *Eternos* (2021), constatou-se uma representação interseccional autêntica de uma personagem/intérprete, que é mulher afro-latina surda, o que evidencia um novo movimento na indústria cinematográfica. Esta, por sua vez, busca progressivamente a escalção de atores com deficiência para a interpretação de personagens com deficiência.

REFERÊNCIAS

- CRENSHAW, Kimberlé. Documento para o encontro de especialistas em aspectos da discriminação racial relativos ao gênero. **Revista estudos feministas**, v. 10, p. 171-188, 2002.
- GEORGOULA, Leonidas Silva; CARDOSO, Mirian de Oliveira. A representação autêntica da pessoa com deficiência no cinema por meio da análise de cinco filmes (1988-2024). **Anais da Feira de Iniciação Científica e Extensão (FICE)**, Campus Camboriú, 2025.
- LANGBROEK, Sanne. **Abandoned stereotypes and persisting tropes**: Exploring d/Deaf and disability representation in phase three and phase four of the Marvel Cinematic Universe. 2023. Dissertação de Mestrado. Iowa State University.
- PERRY, Mikayla. **Indigenous Deaf Women in Popular Media**. 2025. Tese de Doutorado. The Ohio State University.
- RUDERMAN FAMILY FOUNDATION. **The Ruderman White Paper on Authentic Representation in TV, 2018**. 2020. Disponível em: https://rudermanfoundation.org/white_papers/the-ruderman-white-paper-on-authentic-representation-in-tv/. Acesso em: 10 out. 2025.
- WALKER, Haylee J. **The Representation of Mental and Physical Disabilities in the Media**: A Literature Review. [S.l.]: [s.n.], 2023.
- ZHAO, Chloé. **Eternos**. [filme-vídeo]. Direção de Chloé Zhao. EUA, 2021. DVD, 156 min, color, som estéreo.

A REPRESENTAÇÃO DO AUTISMO E DA CEGUEIRA NOS ROMANCES *A VERDADE SEGUNDO GINNY MOON* E *ENSAIO SOBRE A CEGUEIRA*

BATISTA, Raphael Moreira¹

SILVEIRA, Micaela Alides Vargas²

CARDOSO, Mirian de Oliveira³

ST 2 - Literatura e artes: Interseccionalidades

INTRODUÇÃO

O presente trabalho tem como objetivo analisar as obras *Ensaio sobre a cegueira*, escrito por José Saramago e publicado em 1995, e a *Verdade segundo Ginny Moon*, de Benjamin Ludwig, publicado em 2020, com o intuito de analisar e compreender a representação da pessoa com deficiência nos romances. As obras analisadas foram abordadas não apenas como produções literárias, mas também como fontes relevantes para a compreensão e reflexão das temáticas investigadas, possibilitando a construção de relações diretas entre as narrativas e os resultados alcançados na pesquisa.

METODOLOGIA

Para este estudo foi utilizado uma abordagem qualitativa, a partir de uma pesquisa de natureza bibliográfica e analítica, visando relacionar os conceitos teóricos com a análise das obras selecionadas. As obras analisadas foram *A verdade Segundo Ginny Moon* (2020), de Benjamin Ludwig e *Ensaio sobre a Cegueira* (1995), de José Saramago, que abordam a temática da deficiência, focando nas representações, nas ausências e em narrativas inclusivas, buscando compreender como essas produções contribuem para o diálogo sobre a diversidade e inclusão.

¹ Discente da Licenciatura em Pedagogia, Instituto Federal Catarinense, *campus* Camboriú IFC-CAM, raphaterto21@gmail.com.

² Discente da Licenciatura em Pedagogia, Instituto Federal Catarinense, *campus* Camboriú IFC-CAM, alidesmicaela@gmail.com.

³ Doutora em Letras (UEM), docente do Instituto Federal Catarinense, *campus* Camboriú IFC-CAM, mirian.silva@ifc.edu.br.

A REPRESENTAÇÃO DA CEGUEIRA EM *ENSAIO SOBRE A CEGUEIRA*

A obra *Ensaio sobre a cegueira* (1995), de José Saramago, coloca em cena o drama de um homem que perde a visão repentinamente enquanto aguarda no semáforo. A cegueira se espalha como uma epidemia e atinge quase toda a população da cidade. Nesse cenário de caos, violência e perda de humanidade, apenas a mulher do médico mantém a visão, e, para sobreviver e se proteger, decide esconder isso e ajudar os outros. Assim, em um universo em que a cegueira é a realidade de todos, o romance aborda a postura social do governo para com os indivíduos que, nesse momento, podem ser considerados pessoas com deficiência devido à cegueira vivenciada coletivamente. A narrativa acompanha a degradação moral e física das pessoas, revelando tanto a fragilidade quanto a crueldade humana diante do colapso social.

Desse modo, o romance reflete uma realidade já vivenciada por pessoas com deficiência em nossa sociedade, isto é, a ausência de condições e preparo para a inclusão dessas pessoas. Isso pode ser percebido quando, segundo Monte (2016), as crises vividas pelos personagens cegos levam o governo a agir contra os direitos humanos básicos, enclausurando-os em um manicômio. Trata-se de um espaço “sem as mínimas condições de higiene e dignidade, restringindo o acesso até mesmo à saúde, posto que ninguém podia entrar, nem mesmo médicos para possivelmente tentar um diagnóstico” (Monte, 2016, n.p).

Em um trecho do livro, o narrador nos diz “Por que foi que cegámos, Não sei, talvez um dia se chegue a conhecer a razão, Queres que te diga o que penso, Diz, Penso que não cegámos, penso que estamos cegos, Cegos que vêem, Cegos que, vendo, não vêem” (Saramago, 1995, p. 281), expondo uma reflexão contundente sobre a cegueira que ultrapassa o campo físico para revelar uma cegueira social e simbólica. Essa cegueira não se refere apenas à perda da visão, mas à incapacidade ou resistência da sociedade em reconhecer e valorizar as múltiplas realidades e vozes que compõem o tecido social. Assim como Spivak (1985) discute a violência epistêmica e o silêncio dos sujeitos subalternos, percebe-se que essa cegueira simbólica evidencia a marginalização de sujeitos subalternos, aqui das pessoas com deficiência, frequentemente invisibilizadas e privadas do direito à autorrepresentação em narrativas culturais, sociais e, inclusive, pessoais.

Embora ficcional, esse contexto nos remete à institucionalização vivida por pessoas com deficiência, como vemos no livro *Holocausto Brasileiro* (2019), de Daniela Arbex. No livro, a autora retrata a realidade vivida por pessoas com deficiência no Centro Hospitalar

Psiquiátrico de Barbacena, onde eram submetidos à desumanização e, muitos, à morte lenta por negligência. Dentre os diversos públicos enclausurados, incluíam-se pessoas com deficiência.

Desse modo, a representação dos personagens com deficiência em *Ensaio sobre a cegueira* é carregada de simbolismo, uma vez que funciona como uma metáfora para a indiferença e a insensibilidade social. Contudo, também expõe como a deficiência é tratada em contextos de crise: muitas vezes com descaso, exclusão e violência. Saramago consegue provocar reflexão sobre a invisibilidade das pessoas com deficiência e sobre como as desigualdades se aprofundam quando a estrutura social entra em colapso.

A VERDADE SEGUNDO GINNY MOON: A REPRESENTAÇÃO DE PERSONAGEM COM AUTISMO

O romance *A verdade segundo Ginny Moon*, foi escrito por Benjamin Ludwig e publicado em julho de 2020. A obra narra a história de Ginny, uma adolescente que se desloca entre lares adotivos, com memórias fragmentadas e um olhar literal do mundo. Ginny parece ter uma maneira única de ver o mundo, e batalha para preservar um vínculo afetivo com a “Boneca Bebê”, que é um objeto simbólico e afetivo da protagonista, e enfrentar a mudança envolvendo sua mãe biológica (Glória), a Casa Azul e os Pais Para Sempre, que são instituições que acolhem pessoas com deficiência, ao mesmo tempo em que busca reconstruir sua identidade.

A protagonista Ginny Moon é apresentada a partir de comportamentos e percepções que revelam sua diferença de modo sensível, não apenas clínico. Sua fala literal e introspectiva evidência uma forma natural de compreender o mundo, como no trecho: “Porque o cérebro está dentro da cabeça. É um lugar muito, muito escuro, onde ninguém além de mim consegue enxergar algo.” (Ludwig, 2020, p. 12). Esse trecho provoca o sentimento de isolamento de Ginny, o “lugar escuro” é uma metáfora de como sua mente é confusa aos outros e de como a sociedade interpreta o autismo como barreira, e não como diferença. Embora o romance mencione que ela tem autismo e “dificuldades de desenvolvimento”, a narrativa apoia a perspectiva da própria personagem, convidando o leitor a enxergar o mundo conforme seu pensamento individual.

A partir disso, a narrativa é conduzida em primeira pessoa, o que insere o leitor na mente de Ginny e o convida a sentir empatia ao ter acesso privilegiado a seus pensamentos, raciocínios e medos. A técnica narrativa cria intimidade como “sou Ginny” e “faço as contas”, expondo assim as suas ambiguidades entre verdade e mentira, memória e interpretação. O efeito é ambíguo, por um lado aproxima o leitor da experiência sensorial e cognitiva da personagem, e por outro pode gerar estranheza, por ser uma personagem diferente dos padrões de normalidade.

A narrativa evidencia algumas violências vividas pela personagem, mostrando que pessoas com autismo podem sofrer por serem consideradas diferentes: “Sei que Glória era abusiva e negligente quando você estava com ela. Você manteve Krystal com K viva. Você a manteve segura e alimentada. Foi uma boa menina, Ginny, e eu me orgulho de você.” (Ludwig, 2020, p. 255). De acordo com Guerra (2021, p. 28), “O capitalismo é a opressão que nós as pessoas deficientes enfrentamos, e surge do sistema capacitista, que é o sistema social, político e econômico que discrimina, violenta, marginaliza e assassina as pessoas deficientes pelo fato de o serem”. No romance, Ginny, experimenta comportamentos capacitistas tanto sutis quanto evidentes: desde a infantilização de “pessoas especiais” e “sala cinco” até determinações institucionais relacionadas ao seu corpo e sua família. Isso pode ser observado no trecho a seguir:

E agora estou na sala cinco, que é onde faço parte do curso de artes da linguagem com outras crianças especiais. Porque eu tenho “autismo” e “dificuldades de desenvolvimento”. Ontem ninguém me falou que hoje haveria uma reunião. Imagino que seja sobre o bebê eletrônico de plástico (Ludwing, 2020, p. 16).

A menção de “crianças especiais” e o distanciamento escolar não só a limita como personagem, como nega o direito dela conviver e participar em sociedade em igualdade com as demais crianças. Essa perspectiva exclusiva da deficiência vai contra a proposição social da deficiência, que defende a inclusão dos sujeitos e a responsabilidade da sociedade em promover a eliminação de barreiras que impedem as pessoas com deficiência de viverem socialmente (Diniz, 2007). Assim, a narrativa mostra como a sociedade cria e mantém as barreiras que marginalizam corpos e mentes fora da norma, o que nos mostra a crítica de Guerra (2021) de que o capacitismo é estrutural e opera nas práticas cotidianas.

CONSIDERAÇÕES FINAIS

A análise das obras *Ensaio sobre a cegueira* (1995), de José Saramago, e *A verdade segundo Ginny Moon* (2020), de Benjamin Ludwig, evidencia como a literatura pode revelar e questionar as formas de exclusão e silenciamento das pessoas com deficiência. Na obra de Saramago, a cegueira funciona como a metáfora da indiferença social e da desumanização, refletindo a ausência de empatia e as falhas estruturais que negam dignidade aos sujeitos. Já na obra de Ludwig, Ginny rompe o silêncio imposto pelo capacitismo, permitindo compreender o autismo a partir da perspectiva da própria personagem e denunciando as violências e barreiras sociais que a cercam. Assim, as obras contribuem para ampliar o debate sobre a diversidade e a inclusão, mostrando que a literatura, ao representar experiências da deficiência, podem promover reflexão, empatia e transformação social.

REFERÊNCIAS

ARBEX, Daniela. **Holocausto Brasileiro**. São Paulo: Geração Editorial, 2019.

DINIZ, Debora. **O que é deficiência?** São Paulo: Brasiliense, 2007.

GUERRA, Itxi. O que é o capacitismo? In: GUERRA, Itxi. **A luta contra o capacitismo: anarquismo e capacitismo**. Brasil: Terra Sem Amos, 2021. Cap. 3. p. 28-30.

LUDWIG, Benjamin **A verdade segundo Ginny Moon**. Tradução Débora Isidoro. 1. ed. Rio de Janeiro/Campinas: Verus, 2020.

MONTE, Bianca Carol Soares. O processo de desumanização à luz da obra “Ensaio sobre a cegueira” de José Saramago. **Anais do CIDIL**, v. 2, p. 428-442, 2016.

SARAMAGO, José. **Ensaio sobre a cegueira**. São Paulo: Companhia das Letras, 1995.

SPIVAK, Gayatri Chakravorty. **Pode o subalterno falar?** Belo Horizonte: Editora UFMG, 2010.

AMORAS GRANDES E SUMARENTAS: ANÁLISE DO CONTO “VÓ A SENHORA É LÉSBICA?” DE NATALIA BORGES POLESSO

SOARES, Ludmila Vitória¹

ST 2 - Literatura e artes: interseccionalidades

INTRODUÇÃO

O presente trabalho tem como objetivo apresentar o uma análise do conto “Vó, a senhora é lésbica?”, que integra a obra *Amora*, publicada originalmente em 2015 por Natalia Borges Polesso, à luz dos Estudos Culturais e do Feminismo. Como aponta o crítico literário Antonio Candido (2011), a Literatura é uma forma de expressão humana que refrata a realidade social, revela as camadas de diversos círculos sociais e possui um caráter humanizador. Entretanto, algumas obras ganham mais destaques que outras e tornam-se canonizadas, ou seja, são aquelas obras que possuem um maior prestígio na sociedade. Além disso, os autores de maior prestígio pertencem a um grupo social específico: homens brancos, heterossexuais e cisgêneros. Nesse sentido, os outros grupos sociais foram excluídos para a publicação de livros ou aceitação da crítica literária: são os negros, pardos, indígenas, classes sociais desprivilegiadas, mulheres e os LGBTI². Em suma, a literariedade é uma variável, que depende do quadro de referência de cada época e dos valores sociais; e a obra, por sua vez, recebe um juízo de valor que a considera literária ou não.

Para Reis, o autor do ensaio *Cânon* (1992), ao questionar os pressupostos do cânone literário, ele afirma que “O cânone tem sido sustentado pela experiência ocidental, tomada pelo patriarcalismo, o arianismo, a moral cristã,” (Reis, 1992, p.4). Nesse contexto, a mulher escritora era restrita à produção de poesias, por se acreditar que esse gênero exige maior carga de sentimentalismo, apoiando-se na visão equivocada de que a mulher é mais sentimental que o homem. Até o século XIX, muitas mulheres usavam pseudônimos para não serem identificadas.

¹ Mestranda, bolsista CAPES, Programa de Pós-Graduação Interdisciplinar Sociedade e Desenvolvimento (PPGSeD), Universidade Estadual do Paraná (Unespar), *campus* de Campo Mourão, ludmilasoares0701@gmail.com.

² Sigla atualizada de acordo com a Aliança Nacional: <https://aliancagbti.org.br/>.

Para resumir, o patriarcalismo foi responsável por silenciar muitas vozes femininas. Nesse sentido, conforme aponta Cevasco (2003), a corrente teórica dos Estudos Culturais, surgida na Grã-Bretanha nos anos 1950, propõe um novo olhar social, por adotar uma perspectiva que rompe com paradigmas políticos e teóricos, valorizando autores que o patriarcalismo historicamente silenciou. A teoria é mobilizada por meio dos fenômenos culturais de uma sociedade, como a arte, a música, a dança, as tradições, a mídia e a literatura. Além disso, os Estudos Culturais possuem um caráter interdisciplinar, pois dialogam com diversas áreas do conhecimento, como a Sociologia, a Antropologia, a Filosofia, a História, a Comunicação e a Literatura. Essa característica permite uma abordagem mais ampla e crítica da cultura, entendendo-a como um campo de disputa simbólica, influenciado por relações de poder, gênero, sexualidade, classe, raça e identidade.

Em meio aos Estudos Culturais, a crítica feminista, possui um papel fundamental de desmascarar os princípios que fundam o cânone. Segundo o Zolin (2019), “Trata-se de promover a desestabilização de paradigmas estabelecidos e saberes instituídos” (Zolin, 2019, p. 319). Ou seja, a Crítica Literária Feminista tem a função de desestabilizar os paradigmas e dar visibilidade às mulheres escritoras. Sobre a Crítica Literária Feminista, Muzart (1997) acrescenta: “O resgate de nossas primeiras escritoras deverá mudar a historiografia oficial que só levou em conta o *corpus* de textos canônicos e, mais importante, deverá mudar nossa própria maneira de encarar nossa própria história” (Muzart, 1997, p. 84).

METODOLOGIA

Esta pesquisa é um recorte da dissertação de mestrado em andamento, intitulada provisoriamente “Amor(a): transformação social e luta por identidade de mulheres lésbicas na coletânea de Natalia Borges Polezzo”, e resulta da disciplina *Estudos Culturais e Humanidades: Epistemologias Contemporâneas*, cursada no ano de 2024. A metodologia adotada, de natureza bibliográfica, fundamenta-se em estudos interdisciplinares que, por meio do escopo teórico dos Estudos Culturais, articulam saberes de áreas como História, Sociologia, Literatura e Crítica Feminista. Esse diálogo dinâmico entre diferentes perspectivas proporciona uma compreensão mais ampla das questões abordadas em torno da literatura de autoria lésbica e, especificamente, do conto analisado na obra *Amora* (2022 [2015]), de Natalia Borges Polezzo.

DISCUSSÕES E RESULTADOS: ANÁLISE DO CONTO

A partir do que foi discutido, analisaremos o livro *Amora* (2022), da autora Natalia Borges Polesso, que aborda questões relacionadas a uma minoria sexual. Com a pós-modernidade e a liberdade criativa de escrita, surgem mais vertentes da literatura; no caso de Natalia Borges Polesso, sua obra se insere na literatura homoerótica feminina – ou literatura lésbica. Sobre o termo, cada autor(a) utiliza o que considera mais adequado. A própria autora justifica sua escolha ao optar por “literatura lésbica”:

optei por utilizar a palavra **lésbica** como parâmetro. Compreendendo que universalismos são homogeneizantes e redutores, o uso da rasura traz uma marca gráfica dessa discussão, que deixarei para outro momento, quiçá para um artigo específico. Aqui, penso em lésbica, como pensa Adrienne Rich, como existência e como **continuidade**. (Polesso, 2020, p. 5, grifos meus).

Para Polesso (2020), a literatura funciona como um dispositivo político que afeta o nosso mundo sensível. O adjetivo “lésbica” cria múltiplas possibilidades e recortes para um novo olhar sobre as produções literárias. É pertinente não reduzirmos esse tipo de literatura apenas ao recorte temático centrado na sexualidade, mas compreendê-lo também como um posicionamento político. Isso porque a produção literária articula-se a partir de um ponto de vista não conformista e que não se limita à reprodução da realidade.

O livro *Amora* (2015) aborda as relações humanas e os sentimentos em formato de prosa. De modo geral, os contos tratam da homoafetividade feminina, seja na descoberta da sexualidade ou do processo de assumir-se. Contudo, a abordagem muda em cada história. O título *Amora* é um neologismo e uma flexão do feminino para a palavra “amor”, por colocar mulheres no centro das narrativas. O conto “Vó, a senhora é lésbica?” inicia com o próprio título, em um tradicional almoço em família, no qual as crianças mostram-se curiosas a respeito da sexualidade da avó Clarissa. O clímax do conto está no próprio título: o momento de tensão ocorre quando as crianças, curiosas para saber a resposta da avó, provocam medo na neta Joana de que descubram que ela também é lésbica:

VÓ CLARISSA DEIXOU CAIR OS TALHERES NO PRATO, fazendo a porcelana estalar. Joaquim, meu primo, continuava com o queixo suspenso, batendo com o garfo nos lábios, esperando a resposta. Beatriz ecoou a

palavra como pergunta, “o que é lésbica?”. Eu fiquei muda (Polesso, 2024, p. 51).

Joana ficou muda com a situação e, a partir desse momento, o relato passa a ser composto por memórias da personagem. Após a demissão da babá em um episódio de incêndio, os netos começaram a passar as tardes de infância na casa da avó. A protagonista, Joana, é estudante de Letras e conheceu Taís em uma aula de latim, quando chegou com o pé machucado e ela lhe ofereceu ajuda. Com o passar do tempo, começaram a se encontrar nos corredores da área de humanas da biblioteca.

A narrativa apresenta um discurso articulado por meio de possíveis respostas da avó, utilizando *flashbacks* que mostram a neta Joana crescendo em contato com a avó Clarissa e a parceira, chamada pelas crianças de Tia Carolina. O conto traz indícios o tempo inteiro da resposta da avó sobre ser lésbica. Joana periodicamente vai lembrando de olhares, gestos e momentos felizes entre a avó e Carolina. Ao longo do conto, a neta vai ressignificando os momentos com Clarissa. Apesar de estarem na casa da avó, os netos eram isolados no quarto durante o chá da tarde. Além disso, Clarissa ficava radiante com Carolina, mas, quando estavam longe uma da outra, tornava-se triste, bebia e fumava escondida dos netos. Quinze anos depois, os netos concluem que a avó era lésbica.

É de suma importância destacar que a avó e a neta Joana são parecidas. A avó era professora de História, possuía muitos atlas, guias, revistas e livros em casa, e influenciou Joana a tornar-se leitora. Em um determinado momento, a neta lê *A Metamorfose* de Franz Kafka (1915). O livro retrata Gregor Samsa, um jovem que acorda transformado em um inseto, mas cuja única preocupação do personagem é o atraso para o trabalho. A grande metáfora para o romance é a submissão do jovem Gregor, que se transforma, de forma involuntária, em algo inferior – aquilo que ele não queria ser. Samsa torna-se estranho para a própria família, assim como a sexualidade de Joana e da avó é vista com estranhamento pelos primos.

A intertextualidade com a obra de Kafka é utilizada para evidenciar a imposição da heteronormatividade vivida pela avó. De acordo com Miskolci (2017), a heteronormatividade é um conceito que designa a sociedade como um espaço onde todos são criados para serem heterossexuais. Vivemos em uma sociedade assentada em uma heterossexualidade compulsória: “Fala-se tanto de orientação sexual, opção sexual, mas ninguém ainda pensa na heterossexualidade como algo opcional” (Miskolci, 2017, p. 14). Essa ideia pode ser

relacionada ao conto, uma vez que Clarissa tenta esconder sua verdadeira sexualidade ao orientar os netos a não a incomodarem enquanto está com Carolina. Para a análise, é pertinente destacar que a avó pertence a outra geração, marcada por valores mais conservadores, o que contribui para a não aceitação de sua sexualidade em razão da hegemonia heteronormativa.

CONSIDERAÇÕES FINAIS

A abordagem desse estudo, a partir do conto “Vó, a senhora e lésbica?”, de Natália Borges Polezzo, é especialmente relevante no contexto da literatura lésbica, pois permite que a análise literária revele não apenas os aspectos estéticos da obra, mas também ilumine as questões sociais, políticas e culturais que permeiam a vivência das mulheres lésbicas. Ao compreender o entrelaçamento entre a narrativa literária e o contexto social, a pesquisa torna-se uma ferramenta poderosa para promover a reflexão e a conscientização sobre os desafios enfrentados por essas mulheres, além de contribuir para o fortalecimento da luta por igualdade e respeito à diversidade sexual.

REFERÊNCIAS

- CANDIDO, Antonio. O direito à literatura. In: CANDIDO, Antonio (org.). **Vários escritos**. 5 ed. Rio de Janeiro: Ouro sobre azul; São Paulo: Duas Cidades, 2011.
- CEVASCO, Maria Eliza. **As Dez Lições Sobre os Estudos Culturais**. São Paulo: Boitempo Editorial, 2003.
- MISKOLCI, Richard. **Teoria Queer**: Um aprendizado pelas diferenças. 3. ed. rev. e ampl. Belo Horizonte: Autêntica Editora, 2017.
- MUZART, Zahidé Lupinacci. A questão do cânone. In: SCHMIDT, Terezinha (org.). **Mulheres e Literatura**: transformando identidades. Porto Alegre: UFRGS, 1997, p. 79-89.
- POLESSO, Natalia Borges. **Amora**. 2. ed. Porto Alegre: Dublinense, 2022.
- POLESSO, Natalia Borges. Sobre literatura lésbica e ocupação de espaços. **Seção Temática: Literatura LGBT+**, n. 61, 2020.
- REIS, Roberto. Cânon. In: Jobim, José Luís (org.). **Palavras de Crítica**. Rio de Janeiro: Imago, 1992.

ZOLIN, Lúcia Osana. Literatura de autoria feminina. *In*: BONNICI, Thomas; ZOLIN, Lúcia Osana (orgs.). **Teoria literária**: abordagens históricas e tendências contemporâneas. 4. ed. Maringá: Eduem, 2019, p. 319-330.

ENTRE CENSURA E RESISTÊNCIA: UMA ANÁLISE DE *EUDEMÔNIA*, DE CASSANDRA RIOS, SOB O OLHAR DA TEORIA *QUEER*

BENETTI, Daiane Fernanda dos Santos¹

COQUEIRO, Wilma dos Santos²

ESTEVES, Natacha dos Santos³

ST 2 - Literatura e artes: interseccionalidades

INTRODUÇÃO

Este trabalho, em estágio inicial de pesquisa de iniciação científica, tem como objetivo analisar o apagamento das existências *queer* durante a Ditadura Militar brasileira (1964–1985), a partir do romance *Eudemônia* (1949), da escritora Cassandra Rios. Reconhecida como uma das primeiras autoras a abordar abertamente a homossexualidade feminina na literatura brasileira, Rios produziu romances marcados por temáticas lésbicas e eróticas, que desafiavam diretamente os padrões morais da sociedade e do regime militar. Entre as décadas de 1960 e 1980, diversas de suas obras foram alvo da censura, sendo recolhidas, proibidas e jamais reintegradas ao mercado editorial.

A relevância da pesquisa está em refletir como a literatura de Rios, mesmo anterior ao regime ditatorial, já apresentava elementos capazes de incomodar a lógica repressiva instaurada nos anos seguintes. Como apontam Carneiro (2002) e Reimão (2011), a censura no Brasil atuou não apenas como controle político, mas também como mecanismo de silenciamento cultural e moral, atingindo especialmente autoras mulheres e produções dissidentes. Isso é destacado por Miskolci (2017), ao pontuar que o Brasil, durante a Ditadura Militar (1964-1985), “viviu sob a influência de uma ordem política e social que girava em torno de um poder predominantemente masculino” (p. 10) e binário, o que refletiu diretamente no silenciamento e na censura da literatura *Queer* no país. Nesse contexto, a literatura lésbica se consolidou como espaço de resistência, ainda que marginalizado, e

¹ Graduanda em Letras - Português e Inglês, Universidade Estadual do Paraná (Unespar), *campus* de Campo Mourão, pesquisadora de Iniciação Científica com fomento do CNPq, dfbenetti@gmail.com.

² Doutora em Estudos Literários (UEM), Docente Associada do Colegiado de Letras e do Programa de Pós-Graduação em Sociedade e Desenvolvimento (PPGSeD), Universidade Estadual do Paraná (Unespar), *campus* de Campo Mourão, wilmacoqueiro@email.com.

³ Doutoranda em Estudos Literários, Universidade Estadual de Maringá (UEM), natachaestevescm@email.com.

Cassandra Rios se tornou um nome central nesse embate entre silenciamento e afirmação identitária.

METODOLOGIA

A pesquisa, de natureza bibliográfica, fundamenta-se na análise literária de *Eudemônia* (1959), de Cassandra Rios, em articulação com estudos críticos sobre literatura de autoria feminina, teoria *queer* e censura durante a Ditadura Militar (1964-1985). Para isso, propõe-se a leitura e análise crítica da obra, com atenção especial à forma como representa a identidade lésbica e enfrenta as estruturas patriarcais de seu tempo. Paralelamente, realiza-se uma revisão bibliográfica a partir de autoras e autores como Carneiro (2002), Sarmet (2018), Polesso (2018), Figueiredo (2020) e Miskolci (2017), buscando compreender de que maneira a literatura, a política e a sexualidade se entrecruzam na ficção literária. Essa abordagem possibilita refletir sobre a marginalização da literatura lésbica e *queer* no Brasil, observando como a exclusão dessas produções do cânone literário se relaciona diretamente ao processo de censura e apagamento que se intensificou durante a Ditadura Militar. A partir desse percurso, pretende-se elaborar uma análise crítica da obra que articule as discussões teóricas contemporâneas com as representações do romance, evidenciando o papel subversivo da escrita de Cassandra Rios e sua relevância para o debate sobre dissidências sexuais e de gênero na literatura brasileira.

DISCUSSÕES E RESULTADOS: CONTRIBUIÇÕES DA FICÇÃO DE CASSANDRA RIOS À LITERATURA LÉSBICA BRASILEIRA

Segundo Polesso (2018) “há uma lacuna no campo literário quanto à autoria e representação da homossexualidade de mulheres na literatura, lacuna promovida por esquecimentos e apagamentos” (p.4). Por esse motivo, nos dias de hoje, existe a necessidade de afirmação de lesbianidade na literatura, como uma urgência de afirmar que esse ou aquele livro contém personagens ou representações *queer*.

Nesse sentido, os estudos de Miskolci (2017) e Sarmet (2018) contribuem para compreender a sexualidade como construção social e histórica, bem como para pensar o feminismo lésbico enquanto prática política de resistência. No caso de Rios, sua escrita autoetnográfica a posiciona como militante ao expor experiências lésbicas em um

momento de forte repressão. Já Figueiredo (2020) evidencia a exclusão de autoras lésbicas e *queer* do cânone, marcado pelo predomínio de homens brancos. Dessa forma, a censura de Rios não foi apenas resultado de uma moralidade conservadora, mas também de um sistema literário e cultural excludente.

A análise de *Eudemonia* (1959), ao evidenciar como a arte, e em especial a literatura, reflete a realidade social. Revela personagens femininas submetidas à repressão patriarcal, ao mesmo tempo em que afirma uma identidade lésbica não patologizada, em confronto direto com as perspectivas médicas e sociais da época. Ao narrar a resistência de suas personagens, Rios cria fissuras na norma heteronormativa, transformando sua literatura em espaço de visibilidade e contestação.

Publicado originalmente em 1949, *Eudemônia*, de Cassandra Rios, é um romance pioneiro na representação da lesbianidade na literatura brasileira e da censura no país. A obra narra a história de Eudemônia Forbes, jovem milionária internada em um hospital psiquiátrico por imposição do pai, após uma tentativa de assassinato motivada por um amor frustrado. No ambiente de confinamento e vigilância, ela se envolve afetiva e eroticamente com a Dr^a Méltia, sua psiquiatra, desafiando as normas morais e sexuais da época. O romance destaca-se ao oferecer um desfecho positivo para a relação entre duas mulheres, celebrando o amor homoafetivo de forma sensível e afirmativa.

A narrativa, permeada por erotismo e introspecção, revela os mecanismos de silenciamento impostos às mulheres e às dissidências sexuais por meio das figuras masculinas, principalmente, do pai e do médico, que são símbolos de uma autoridade patriarcal que controla o corpo e o desejo feminino. Em meio à repressão, Eudemônia reflete sobre sua própria condição de marginalidade:

Eudemônia considerou que realmente ela teria que viver escondida, ela era o ser estranho querendo habitar entre tanta gente diferente. Não havia lugar para ela no mundo dos que se julgam sãos só porque conseguem esconder seus instintos e refrear seus impulsos (Rios, 1959, p. 22-23).

A passagem evidencia o conflito entre a subjetividade lésbica e a norma social, apontando para a patologização e exclusão das identidades dissidentes. Como observa Reimão (2011), a censura durante a Ditadura Militar foi especialmente severa com obras que tratavam de sexualidade, sendo *Eudemônia* um dos livros de Rios que nunca recebeu

anistia. Isso demonstra o incômodo político e moral causado por sua escrita. Essa relação pode ser observada em *Eudemônia* na insistência em tratar a sexualidade da personagem como uma doença ou um desvio de caráter, e na voz de resistência que autora confere à protagonista, que, ao longo toda a obra, questiona e desafia as afirmações médicas, como no trecho: “Se não podem curar-me, é porque não estou doente” (Rios, 1959, p. 51). Essa censura não se restringia ao conteúdo “obsceno”, mas refletia, como aponta Carneiro (2002), o silenciamento histórico de minorias sexuais e de gênero em uma sociedade estruturada pelo patriarcado e pela heteronormatividade e, conseqüentemente, no seu apagamento.

Sob a perspectiva da Teoria *Queer*, Miskolci (2017) entende que a heteronormatividade funciona como um dispositivo de poder que regula os corpos e define o que é considerado aceitável ou desviante. Ao afirmar o desejo lésbico e construir uma narrativa de amor entre mulheres que não se encerra na tragédia, *Eudemônia* rompe com a lógica normalizadora, um gesto simbolizado pelo reencontro entre ela e Méltia no desfecho da obra:

Pulou para cima dela e envolveu-a nos braços empolgada por uma emoção terrível que provocara a surpresa do seu aparecimento ali. [...] Oh! meu amor... porque não há mais nada que traduza esta fúria que me enfebrece, porque eu tenho vontade de matá-la porque tenho vontade de morrer, por que eu não quero que este momento termine, nunca... nunca... Porque finalmente compreendi que sou realmente louca... E o beijo escondeu o nervosismo que lhe fazia tremer os lábios (Rios, 1959, p. 325).

Assim, a obra se constitui como um ato de resistência e afirmação de identidades *queer*, desafiando tanto o moralismo social quanto a exclusão literária. Como observa Figueiredo (2020), o cânone literário brasileiro ainda marginaliza as produções de autoria feminina e dissidente, o que reforça a importância de revisitar *Eudemônia* como documento histórico e político, um testemunho da repressão, mas também da persistência das vozes silenciadas.

Os resultados parciais já apontam que a literatura de Rios ocupa um lugar central na afirmação de identidades dissidentes e que a revisão de sua obra, à luz da teoria *queer*, pode

contribuir para ressignificar a memória literária brasileira, inserindo vozes historicamente apagadas.

CONSIDERAÇÕES FINAIS

Este estudo, em fase inicial, tem buscado compreender os mecanismos de silenciamento e invisibilidade impostos às minorias sexuais, em especial às mulheres lésbicas, no contexto da Ditadura Militar. Ao analisar *Eudemonia* (1949), reafirma-se o papel da literatura como espaço de resistência, enfrentamento e afirmação de identidades marginalizadas.

A pesquisa reforça a urgência de revisitar autoras como Cassandra Rios, reconhecendo sua relevância não apenas como escritora, mas como agente de resistência política e cultural. Dessa forma, contribui-se para a ampliação do debate sobre literatura *queer* no Brasil e para a reconstrução de um cânone literário mais inclusivo.

REFERÊNCIAS

CARNEIRO, Maria Luiza Tucci. **Minorias silenciadas**: história da censura no Brasil. São Paulo: EDUSP: Imprensa Oficial do Estado: Fapesp, 2002.

FIGUEIREDO, Eurídice. O Continuum lésbico. In: **Por uma crítica feminista**: leituras transversais de escritoras brasileiras. Porto Alegre: Editora Zouk, 2020. p. 327-351.

MISKOLCI, Richard. **Teoria Queer**: um aprendizado pelas diferenças. Belo Horizonte: Autêntica, 2017.

POLESSO, Natalia Borges. Geografias lésbicas: literatura e gênero. **Revista Criação & Crítica**, n. 20, p. 3-19, 2018.

POLESSO, Natalia Borges. Sobre literatura lésbica e ocupação de espaços. **Estudos de Literatura Brasileira Contemporânea**, Brasília, n. 61, e611, 2020.

REIMÃO, Sandra Lucia Amaral de Assis. **Repressão e Resistência**: censura a livros na ditadura militar. São Paulo, 2011.

RIOS, Cassandra. **Eudemônia**. 2. ed. São Paulo: Edições Spiker, 1959.

SARMET, Érica. Feminismo Lésbico. *In*: HOLLANDA, Heloisa Buarque de (Org.). **Explosão feminista: arte, cultura, política e universidade**. São Paulo: Companhia das Letras, 2018, p. 379-399.

SOPELSA, Aline. **Da censura aos livros de Cassandra Rios na ditadura militar aos ultraconservadorismos do sexênio 2016-2021: relações entre gênero, educação e literatura**. Curitiba, 2022.

LEITURAS INCLUSIVAS: UMA ANÁLISE DOS ROMANCES *A CAMAREIRA*, DE NITA PROSE, E *O GRANDE DESAFIO*, DE PEDRO BANDEIRA

VASCONCELOS, Jessica Almeida Oliveira¹

SILVA, Andrenara de Freitas²

CARDOSO, Mirian de Oliveira³

ST 2 - Literatura e artes: interseccionalidades

INTRODUÇÃO

O presente texto tem como objetivo central analisar os romances *A camareira*, publicado em 2022, por Nita Prose, e a obra *O grande desafio*, publicado em 2016, por Pedro Bandeira, de forma a estudar representação de uma possível neurodivergência no primeiro, e de uma cegueira progressiva no segundo. As obras foram estudadas não apenas como elemento literário, mas como fonte significativa para compreender e refletir sobre as questões investigadas, permitindo estabelecer conexões diretas entre a narrativa literária e os resultados obtidos na pesquisa.

METODOLOGIA

Para o desenvolvimento da análise, foram realizadas leituras fundamentais que oferecem aporte teórico-metodológico essencial. Portanto, trata-se de uma abordagem qualitativa, a partir de uma pesquisa de natureza bibliográfica e analítica, que visa relacionar os conceitos teóricos com a análise das obras selecionadas. A análise abrange romances que abordam a temática da deficiência, focando nas representações, nas ausências e em narrativas inclusivas, buscando compreender como essas produções contribuem para o diálogo sobre a diversidade e inclusão.

POSSIBILIDADES NEURODIVERGENTES? UMA LEITURA DO ROMANCE *A CAMAREIRA*, DE NITA PROSE

¹ Graduada em Pedagogia, especialista em Neuroscopedagogia, graduanda em Licenciatura em Educação Especial Inclusiva, Instituto Federal Catarinense (IFC).

² Graduanda em Licenciatura em Educação Especial Inclusiva, Instituto Federal Catarinense (IFC).

³ Doutora em Letras, docente do Instituto Federal Catarinense (IFC), *campus* de Camboriú, mirian.silva@ifc.edu.br.

Nita Prose é uma escritora canadense que estreou na ficção após anos de experiência como editora. Sendo seu primeiro romance, *A camareira* tornou-se um best-seller internacional, recebendo prêmios como o *Goodreads Choice Award* e foi finalista do *Edgar Award*. O romance em análise, *A camareira*, apresenta uma narrativa envolvente e emocional, que combina o mistério clássico com temas contemporâneos, como exclusão social, neurodivergência e empatia.

A obra apresenta uma protagonista que pode ser considerada neurodivergente, Molly Gray. A escolha de aprofundar o estudo desta obra é justificada pela maneira com que a autora aborda a neurodivergência sem rotulá-la de forma explícita, desviando da tradicional abordagem de superação ou cura frequentemente vista em personagens com deficiência. Segundo Beni *et al.* (2025) a neurodivergência “designa pessoas cujos padrões neurológicos se afastam da norma estatística e que, por isso, enfrentam barreiras significativas nos contextos educacionais e profissionais”.

A protagonista, Molly Gray, é retratada como uma personagem com dificuldades de interação social, com interpretação literal da linguagem e apego a rotinas, características que permitem refletir sobre a representação de pessoas que transitam pela neurodiversidade, especialmente dentro do espectro autista. Conforme aponta Santos (2016, p. 45): “enquanto, para a maioria das pessoas, conviver socialmente é um aprendizado natural, para a pessoa com TEA estabelecer contato visual, interpretar gestos e expressões faciais combinados ou não com a linguagem oral representa um grande desafio”.

Embora este texto não objetiva diagnosticar a personagem, ainda sim podemos perceber esses traços ao longo da narrativa, conforme a personagem vivencia contextos sociais de interação. Como podemos observar no trecho a seguir:

A verdade é que eu costumo ter dificuldade com situações de socialização; é como se as pessoas estivessem jogando um jogo elaborado, com regras complexas que todos conhecem, mas para mim é sempre a primeira vez. Cometo erros de etiqueta com uma regularidade preocupante, ofendo quando minha intenção é elogiar, interpreto errado a linguagem corporal das pessoas, digo a coisa errada na hora errada. Só graças à minha avó sei que um sorriso não necessariamente significa que a pessoa está feliz. Às vezes, as pessoas sorriem por estarem zombando de você. Ou agradecem, quando na verdade querem dar um tapa na sua cara (Nita Prose, 2022, p. 16).

Como vemos nesse excerto, a narradora se percebe diferente no meio social, demonstrando dificuldade de interação e de interpretar linguagem corporal. A narrativa revela a sensação de estranhamento diante dessas situações, como se a personagem sempre estivesse deslocada em relação às “regras invisíveis” que parecem perpassar o comportamento das outras pessoas. Ambiguidades, ironias e trejeitos que caracterizam a convivência humana também são perpassados por esse sentimento de deslocada que ela vivencia. O discurso revela que o mundo social pode ser excludente e opressor para aqueles que não se ajustam a um modelo hegemônico de comportamento, mas o romance evidencia que tais características e embates não são necessariamente limitações intrínsecas à neurodiversidade, embora mostrem conflito com os modos diversos de se perceber no mundo.

A obra também explora interseccionalidades, ao situar Molly como uma mulher, trabalhadora de baixa renda e inserida em uma função socialmente desvalorizada. Segundo Akotirene (2019), a interseccionalidade “permite-nos enxergar a colisão das estruturas, a interação simultânea das avenidas identitárias”. Marcadores como gênero, classe e profissão, se entrelaçam às características que remetem à neurodivergência da personagem, ampliando sua condição de vulnerabilidade. Ainda que vivenciando essa confluência, Molly não é uma vítima passiva: ela pensa, observa, erra, sente e age, o que lhe confere complexidade e humanidade, reforçando a importância de representações literárias mais inclusivas.

DEFICIÊNCIA VISUAL: UMA LEITURA DO ROMANCE O GRANDE DESAFIO

O romance *O grande desafio*, publicado em 1984, escrito por Pedro Bandeira de Luna Filho, tornou-se um clássico, principalmente em um período em que o país enfrentava grandes mudanças. O livro foi muito bem recebido pela crítica, sendo considerado uma narrativa envolvente, repleta de aventuras, suspense e mistério. Bandeira é um autor brasileiro, nascido em 1942, conhecido por suas obras infanto-juvenis.

A história se passa em uma escola, onde o protagonista cego, Toni, com sua inteligência e sensibilidade, percebe algo de errado quando o senhor Afonso, contador do colégio e pai de Carla, sua amiga e interesse amoroso, é preso injustamente, em circunstâncias estranhas e suspeitas: “Os policiais levavam preso alguém da escola! Quem? Toni, como se fosse sem querer, deu um passo à frente, justo na hora em que os três chegaram ao ponto onde ele estava. O pequeno grupo quase esbarrou no rapaz e, mesmo antes de ouvi-lo, Toni já sabia

que era seu Afonso que os policiais arrastavam algemado pelo corredor” (Bandeira, 2016, p. 14). Mesmo sem enxergar, o protagonista, que é especialista em informática, utiliza sua percepção e conta com o apoio dos amigos para investigar o caso e provar a inocência de Afonso, desvendando a trama que se escondia por trás da acusação.

Desse modo, o protagonista é um menino inteligente que vivencia contextos de amizade, capacitismo, preconceito e superação. A deficiência visual, no entanto, é tratada como parte do personagem e não como algo que o limite. Isso pode ser percebido quando, no enredo, o personagem demonstra consciência sobre o mundo ao seu redor, mesmo sem enxergar com os olhos, e assume o papel de líder do grupo de amigos: “Por favor, doutor Laércio, por que isso? ...o que eu não posso entender é por que seu Afonso saiu daqui algemado.” (Bandeira, 2016, p. 14).

Nas relações de amizade que constrói, por sua vez, os amigos o tratam como igual, sem preconceitos, sem superproteção ou superestimação, representando uma forma real de inclusão, como vemos na citação a seguir: “Veja, Toni: este é Claude Monet. Esta paisagem é como o movimento ‘Outono’, de ‘As quatro estações’, de Vivaldi. Não dá pra ouvir perfeitamente este quadro? Você conhece Vivaldi?” (Bandeira, 2016, p. 40).

Contudo, o romance, pende para o estereótipo do “herói superação”, pois o personagem é apresentado como um jovem que, ainda que cego, consegue realizar tarefas que podem ser desafiadoras. Essa forma de representação é muito comum na literatura, em que personagens com deficiência “superam limites”, sem desenvolver a vivência da deficiência de forma complexa, conforme aponta Buendgens e Carvalho (2016, p. 603), o “estereótipo nos permite discutir a própria personificação do preconceito, construída em nossa sociedade”. Desse modo, a cegueira é representada no romance como parte da identidade de Toni. O personagem é construído com autonomia, coragem e capacidade de liderança, evidenciando alguns estereótipos comuns.

CONSIDERAÇÕES FINAIS

A partir das leituras e análises realizadas, foi possível perceber que a literatura ainda apresenta uma representação limitada e, muitas vezes, estereotipada das pessoas com deficiência. A ausência de protagonismo e a recorrência de narrativas capacitistas evidenciam

a necessidade urgente de uma abordagem crítica e inclusiva na seleção, produção e leitura de obras literárias.

Entretanto, obras como *A Camareira* e *O grande desafio* demonstram avanços importantes ao apresentar personagens com traços de neurodivergência de forma complexa e humanizada, possibilitando reflexões sobre diversidade, empatia e justiça social. Esse estilo de narrativa contribui significativamente para a formação de leitores mais críticos e conscientes das diversidades sociais.

REFERÊNCIAS

AKOTIRENE, Carla. **Interseccionalidade**. São Paulo: Pólen, 2019.

BANDEIRA, Pedro. **O grande desafio**. 3. ed. São Paulo: Moderna Literatura, 2016.

BENI, Priscila Ferreira; BAGATINI, Daniela Duarte da Silva; BARONE, Dante Augusto de Couto; CARDOSO, Denise Andrade; GOMES, Fabiana Baptista Maurer; AMARAL, Liz; LOPES, Maura Corcini; JOVER, Renato Schneider Rivero. Neurodiversidade e os traços neurodivergentes não evidentes: guias de boas práticas institucionais e um modelo para inclusão no ensino superior e no ambiente de trabalho. **SciELO Preprints**, Porto Alegre, 2025. Disponível em: <https://doi.org/10.1590/SciELOPreprints.12091>. Acesso em: 10 out. 2025.

BUENDGENS, J. F.; Carvalho, D. C. de. **O preconceito e as diferenças na literatura infantil**. **Educação & Realidade**, Porto Alegre, v. 41, n. 2, abr./jun. 2016. Disponível em: <https://www.scielo.br/j/edreal/a/KGhdj6rYv6JCDgX8BCWbhKM/?lang=pt>. Acesso em: 10 out 2025.

PROSE, Nita. **A camareira**. Rio de Janeiro: Intrínseca, 2022.

SANTOS, Régia Vidal dos. **A escolarização de crianças com transtorno do espectro autista: uma possibilidade de emancipação**. 2016. 186f. Dissertação (Mestrado em Educação), Programa de Pós-Graduação em Gestão e Práticas Educacionais, Universidade Nove de Julho, São Paulo, 2016.

NARRAR A DOR E O HORROR: REPRESENTAÇÕES DA VIOLÊNCIA SEXUAL NO ROMANCE *O PESO DO PÁSSARO MORTO* (2017), DE ALINE BEI

SOUZA, Andressa Oliva de¹

ST 2 - Literatura e artes: interseccionalidades

INTRODUÇÃO

O romance *O peso do pássaro morto* (2017), da escritora paulistana Aline Bei (1987-), compõe a crescente lista de obras literárias que abordam a questão da violência de gênero, desde a violência simbólica, em sua sutileza, até o feminicídio, o último grau da violência contra a mulher. Com uma linguagem brutal e ao mesmo tempo poética e intimista, a autora aborda, entre tantos temas, o abuso sexual do qual a sua protagonista (anônima) foi vítima, aos 17 anos. Essa violência parte de uma pessoa próxima, Pedro, um rapaz com quem a personagem mantinha um relacionamento casual. Vários são os tipos de violência direcionadas à protagonista até chegar de fato ao estupro, apontando para um movimento ascendente de violências que vão se agravando à medida que a narrativa se desenvolve. A protagonista, por sua vez, não tem forças nem apoio para denunciar seu agressor, guardando somente para si a violência da qual foi vítima dentro da própria casa, vinda de uma pessoa de seu convívio, com a qual possuía um vínculo sentimental e emocional. A personagem não consegue contar sobre o ocorrido nem mesmo para seu filho, fruto do abuso sofrido. Após sofrer todas as violências a ela direcionadas e principalmente após o estupro, a personagem segue em seu silenciamento em um profundo sofrimento psíquico que a impede de viver plenamente e a faz definhando emocionalmente de forma progressiva, até morrer de uma forma muito simbólica e metafórica: por engasgamento.

Extrapolando as páginas do romance, vemo-nos diante de um cenário real estarrecedor: de acordo com Anuário Brasileiro de Segurança Pública de 2024 (Fórum Brasileiro de Segurança Pública, 2024), com estatísticas referentes ao ano de 2023, o Brasil registrou nesse

¹ Mestranda, Programa de Pós-Graduação Interdisciplinar Sociedade e Desenvolvimento (PPGSeD), Universidade Estadual do Paraná (Unespar), *campus* de Campo Mourão, deessa.oliva333@gmail.com. Este trabalho é um recorte da pesquisa que está sendo desenvolvida no programa sob a orientação da professora Dra. Wilma dos Santos Coqueiro. A dissertação “Violência de gênero e silenciamento feminino no romance *O peso do pássaro morto*: uma abordagem interdisciplinar” está em processo de escrita.

mesmo ano, o maior número de estupro e estupro de vulnerável: 83.988 vítimas. Em relação ao ano de 2022, houve um crescimento de 12%. É importante salientar que esses números resultam dos boletins de ocorrência em delegacias e que há uma grande subnotificação desse caso de agressão, ou seja, muitas das vítimas, assim como a protagonista de *O peso do pássaro morto* (2017), não denunciam seus abusadores, por motivos que vão desde o sentimento de culpa até a falta de apoio de familiares e instituições que deveriam cumprir o papel de protegê-las. Ainda segundo o mesmo documento, o número de casos de violência sexual segue em um aumento contínuo desde 2011, representando no período dos 13 anos seguintes um crescimento estarrecedor de 91,5%.

A partir desse grave problema social e sua presença constante na literatura, o objetivo desse trabalho é analisar as representações da violência sexual no romance *O peso do pássaro morto* (2017), de forma a perscrutar os recursos literários e estilísticos por meio dos quais o abuso sexual é refratado na obra. A relevância desse breve estudo consiste em olharmos a literatura - especialmente a literatura de autoria feminina brasileira contemporânea - para além de um produto social (Candido, 2023), mas também como um mecanismo de denúncia à naturalização de toda forma de violência contra a mulher, propondo uma revisão desses valores e reforçando uma performance política de denúncia das desigualdades de gênero (Gomes, 2017, p. 113).

METODOLOGIA

Buscando entender melhor as representações da violência sexual na obra escolhida para análise, nos apoiamos em uma abordagem interdisciplinar. Como defendido por Pombo (2008, p. 13), a interdisciplinaridade se dá “quando se ultrapassa essa dimensão do paralelismo, do pôr em conjunto de forma coordenada, e se avança no sentido de uma combinação, de uma convergência, de uma complementaridade”. Portanto, a partir do entendimento de que, diante de problemas tão complexos, como a violência contra a mulher e suas fortes bases sociais, reduzir a análise do texto literário apenas ao próprio texto seria minimizar também a problemática tratada apenas ao intratextual, desviando-se também da ideia de que texto literário e sociedade convergem-se em influências recíprocas (Candido, 2023). A interdisciplinaridade, como método, nos permite olhar os cruzamentos e atravessamentos que envolvem a violência contra a mulher para que possamos, aos poucos,

galgarmos degraus em direção a uma equidade de gênero por meio de uma atitude científica dialógica e também complexa.

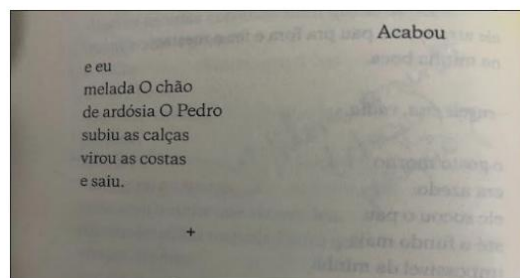
Com o intuito de respeitarmos o caráter multidimensional do problema da violência sexual contra mulheres, apoiamo-nos nas contribuições da História (Perrot, 2005, 2019; Lerner, 2019), da Sociologia (Saffiotti, 2015; Bourdieu, 2002) e dos Estudos Culturais, no que tange aos estudos e críticas feministas (Bonnici, 2007; Zolin, 2019; Bandeira, 2019; Figueiredo, 2020).

DISCUSSÕES E RESULTADOS

A narração do episódio da violência sexual sofrida pela protagonista de *O peso do pássaro morto* (2017) se realiza com crueza, sem poupar o leitor de vários detalhes sobre o horror vivido. Dessa forma, nós, enquanto leitores da obra, somos seus únicos confidentes e nos tornamos as únicas testemunhas do abuso sexual sofrido e da vida que foi arruinada. É impossível, diante das escolhas linguísticas e literárias feitas pela autora, que o leitor não se sinta desconfortável e desenvolva empatia pela personagem, acompanhando seu sofrimento até o fim da narrativa.

Além dos recursos linguísticos que denunciam a brutalidade do estupro, a própria organização da obra, em narrativa poética, aproveitando o espaço do papel para criar também cenários de rupturas, de um sujeito agora desfazelado após a violência. Para além da criatividade e originalidade da autora ao organizar sua narrativa, há também um trabalho minucioso com a linguagem ao estabelecer-se um equilíbrio entre as atrocidades narradas e o lirismo poético, que compõe o emaranhado de sentidos que é a escrita de Aline Bei e da própria literatura de autoria feminina brasileira contemporânea:

Figura 1 - Trecho de *O peso do pássaro morto* (2017)



Fonte: Bei, 2017, p. 60.

O trecho acima citado refere-se ao momento sequente à violência sexual sofrida pela personagem e é um exemplo de como a narrativa explora tantos os recursos estilísticos quanto linguísticos para representar, de forma honesta, o horror do estupro. A palavra “Acabou”, por exemplo, deslocada à direita da página pode ser interpretada como o próprio deslocamento da personagem após o abuso ou, ainda, pode trazer uma questão temporal, referindo-se ao tempo prolongado que a agressão sexual durou ou pareceu durar. Da mesma forma, as demais frases do trecho, não se apresentam por completo em cada verso, mas são partidas, esfaceladas, tal qual a protagonista agora já vítima. O chão, caracterizado como de ardósia, pode ser relacionado também à frieza e rispidez do ato sofrido, assim como a rocha se apresenta em seu aspecto.

A breve análise aqui apresentada exemplifica a riqueza de sentidos que emergem da obra e que, se cuidadosamente analisados, podem resultar em análises potentes da representação da violência contra as mulheres e, para além disso, em mecanismos de denúncia que operam de forma a provocar abalos em ideologias que social e historicamente tentam normalizar a dominação de corpos femininos por meio da violência.

CONSIDERAÇÕES FINAIS

É importante destacarmos que a obra de Aline Bei traz várias outras temáticas de relevância social. No entanto, preocupamo-nos em focarmos esse trabalho na representação da violência sexual justamente pela vasta ocorrência desse tema na literatura produzida por mulheres atualmente e, infelizmente, na realidade, no chão das vivências de tantas mulheres.

Acreditamos que *O peso do pássaro morto* (2017), assim como tantas outras obras que tratam da violência sexual contra mulheres desempenham uma fundamental importância não só por tratarem de temas sensíveis e ainda tidos como tabus na sociedade, mas também por se tornarem um espaço de voz para que mulheres narrem, contém a partir delas mesmas narrativas que revelam a sua perspectiva sobre si, sobre o outro e sobre o mundo, perspectiva essa silenciada e obscurecida ao longo da história. Reforçamos também a importância das contribuições dos estudos da História, da Sociologia e da Crítica Feminista para a realização das análises, no sentido de explorarmos a obra ao mesmo tempo em que alargamos suas fronteiras para além da ficção. Concluimos este breve estudo ressaltando a importância de

trazermos cada vez mais ao espaço acadêmico a literatura de autoria feminina e a concebermos como um legítimo objeto de estudo e pesquisa.

REFERÊNCIAS

BANDEIRA, Lourdes Maria. Violência de gênero: a construção de um campo teórico e de investigação. In: HOLLANDA, Heloisa Buarque de. **Pensamento feminista brasileiro: formação e contexto**. Rio de Janeiro: Bazar do Tempo, 2019, p. 293-313.

BEI, Aline. **O peso do pássaro morto**. São Paulo: Editora Nós, Edith, 2017.

BONNICI, Thomas. **Teoria e crítica literária feminista: conceitos e tendências**. Maringá: Eduem, 2007.

BOURDIEU, Pierre. **A dominação masculina**. 2 ed. Rio de Janeiro: Bertrand Brasil, 2002.

CANDIDO, Antonio. **Literatura e Sociedade**. São Paulo: Todavia, 2023.

FIGUEIREDO. **Por uma crítica feminista: leituras transversais de escritoras brasileiras**. Porto Alegre: Zouk, 2020.

FÓRUM BRASILEIRO DE SEGURANÇA PÚBLICA. **Anuário Brasileiro de Segurança Pública de 2024**. 2024. Disponível em: <https://publicacoes.forumseguranca.org.br/bitstreams/1d896734-f7da-46a7-9b23-906b6df3e11b/download>. Acesso em: 19 jun. 2024.

GOMES, Carlos Magno. Literatura e performances políticas sobre a violência contra a mulher. **Pontos de interrogação**, v. 7, n. 2, jul.-dez., p. 107-119, 2017. Disponível em: <https://revistas.uneb.br/index.php/pontosdeint/article/view/4498/2818>. Acesso em: 02 fev. 2025.

LERNER, Gerda. **A criação do patriarcado: história da opressão das mulheres pelos homens**. São Paulo: Cultrix, 2019.

PERROT, Michelle. **As mulheres ou os silêncios da história**. Bauru: EDUSC, 2005.

PERROT, Michelle. **Minha história das mulheres**. São Paulo: Contexto, 2019.

POMBO, Olga. Epistemologia da interdisciplinaridade. **Ideação**, Unioeste, Foz do Iguaçu, v. 10, n. 1, p. 9-40, 2008.

SAFFIOTI, Heleieth. **Gênero patriarcado violência**. 2 ed. São Paulo: Expressão Popular/Fundação Perseu Abramo, 2015.

ZOLIN, Lúcia Osana. Crítica feminista. In: BONICCI, Thomas; ZOLIN, Lúcia O. (Org.). **Teoria Literária: abordagens históricas e tendências contemporâneas**. 4 ed. Maringá: Eduem, 2019.

NARRATIVAS DA DIVERSIDADE: UMA LEITURA DOS ROMANCES *EU POSSO TE OUVIR* E *O ESTRANHO CASO DO CACHORRO MORTO*

GONÇALVES, Aline Martins¹

CASTRO, Gabriel Henrique Rocha de²

CARDOSO, Mirian de Oliveira Cardoso³

ST 2 - Literatura e artes: interseccionalidades

INTRODUÇÃO

A literatura funciona como um campo potente para a expressão sociocultural e a reflexão crítica, desempenhando um papel essencial na construção de imaginários sobre o corpo, a normalidade e a diferença. A pessoa com deficiência, embora muitas vezes marginalizada no conjunto de obras mais reconhecidas, sempre esteve presente nas narrativas. Por isso, o projeto Leituras Inclusivas e Anticapacitistas (LIA) se dedica a analisar obras literárias para compreender como elas abordam a pessoa com deficiência, buscando identificar o diálogo entre as histórias e temas cruciais como o capacitismo, a exclusão social e os estigmas, reforçando o potencial da literatura para promover a diversidade e a inclusão. Embora as representações históricas frequentemente ocorrem em estereótipos, reduzindo a pessoa com deficiência a símbolos de tragédia ou superação, as obras contemporâneas têm trazido protagonistas complexos e multifacetados, e com subjetividade. Alinhado a essa perspectiva de crítica e valorização de narrativas inclusivas, o presente estudo propõe a análise de dois romances, *Eu Posso Te Ouvir* (2018), que aborda a surdez, e *O Estranho Caso do Cachorro Morto* (2004), focado neurodiversidade, com o objetivo de examinar as diferentes formas de construção simbólica da deficiência e discutir as possibilidades de narrativas que desconstroem o capacitismo e ampliam a representação no campo literário.

¹ Graduanda em Licenciatura em Educação Especial Inclusiva, Instituto Federal Catarinense (IFC), alinegoncalvesmartinsedu.esp@gmail.com.

² Graduando em Sistemas de Informação, Instituto Federal Catarinense (IFC), gabriel.castro@estudantes.ifc.edu.br.

³ Doutora em Letras, docente do Instituto Federal Catarinense (IFC), *campus* de Camboriú, mirian.silva@ifc.edu.br.

METODOLOGIA

A presente análise fundamenta-se em uma abordagem qualitativa, de caráter bibliográfico e analítico. Foi utilizado alguns referenciais teóricos e a interpretação crítica das obras selecionadas, baseando-se em leituras que constituíram o aporte teórico necessário para a compreensão do estudo, permitindo estabelecer relações entre os conceitos de diversidade, inclusão e representação da deficiência.

A REPRESENTAÇÃO DE PERSONAGEM SURDO EM *EU POSSO TE OUVIR*

Cristina Valori é uma escritora brasileira conhecida por sua dedicação a histórias com foco em diversidade e particularmente personagens com deficiência. Seu romance *Eu posso te ouvir* (2018) narra a história de Carolina, uma estudante de enfermagem extrovertida e falante que se intriga por Matheus, um cliente misterioso que sempre está sozinho no restaurante. O enredo progride após Carolina descobrir que Matheus é surdo, e ela, impulsionada pelo afeto, busca quebrar a barreira linguística e emocional que ameaça o relacionamento.

O romance retrata um contraste entre as protagonistas através da comunicação. Carolina é definida pela sua característica mais marcante, sendo uma pessoa que amava conversar e para quem qualquer tema e qualquer assunto virava um jogo de palavras sem fim. Em contrapartida, a diferença em Matheus é a sua surdez, condição explicitamente nomeada e tratada não apenas como uma condição física, mas como uma vivência regida por exigências sociais. A narrativa demonstra que sua condição impõe a ele mecanismos constantes de adaptação e esforço, transformando habilidades em necessidades de sobrevivência: “Como surdo, ele fora obrigado desde pequeno a despertar seus outros sentidos. Enxergar muito além do que as pessoas ouvintes, fazia parte da sua sobrevivência” (Cristina 2018, p. 44).

Essa perspectiva é reforçada pela descrição da forma direta de comunicação da comunidade surda, marcada pela objetividade e por não usar metáforas ou rodeios, o que contrasta com a mania de Carolina de falar demais: “Somos sempre sinceros, não usamos metáforas, muitos na verdade nem as entendem. Nossos olhos são as bocas, ouvidos e razão. Por isso, gostamos e precisamos da objetividade” (Cristina, 2018, p. 59). Matheus é construído como um objeto de curiosidade boba e um cliente misterioso, o que, por um breve momento, cria uma estratégia de estranheza que poderia levar à exotização. No entanto, o tom muda após a revelação de sua surdez.

O humor e a ironia se aplicam à extroversão de Carolina, mas a condição de Matheus é tratada com seriedade, e a focalização revela seu mundo interior de dor e medo. Por trás do silêncio e da introspecção, Matheus esconde um profundo medo do julgamento, um trauma causado por experiências capacitistas anteriores.

De acordo com Campbell (apud Lage, Lunardelli e Kawakami (2023), o capacitismo diz respeito a uma rede de crenças, processos e práticas em que corpos, com características que divergem daqueles considerados normais, são marginalizados, como ocorre com a deficiência, que é considerada socialmente como um estado diminuído do ser humano. A narrativa força o leitor a confrontar essa vulnerabilidade do personagem, afastando-o da visão de um personagem meramente misterioso para um ser humano complexo e ferido: “Contudo, por mais que aceitasse o silêncio e abraçasse a linguagem dos sinais como sua comunicação, seu círculo social se limitava a outros surdos” (Cristina, 2018, p. 38-39).

Embora a surdez exija que Matheus desenvolva outros sentidos como meio de sobrevivência, a narrativa não glorifica como superação heroica. Em vez disso, concentra-se em sua vulnerabilidade e em seus traumas emocionais, como visto no trecho anterior, demonstrando que a barreira social do preconceito é o obstáculo mais difícil. O foco principal é a superação da barreira comunicacional e atitudinal para o relacionamento. Assim, o capacitismo é o conflito central do romance, pois o personagem o vivencia em nível interpessoal, manifestado no trauma de um relacionamento anterior: “demorou para compreender que os lábios que tanto adorava beijar tinham vergonha do namorado surdo” (Cristina, 2018, p.77). Essa vergonha, uma forma de capacitismo+, resulta no medo e no isolamento de Matheus, reforçando que o estigma social é a principal causa de seu sofrimento.

O ESTRANHO CASO DO CACHORRO MORTO: UMA POSSÍVEL REPRESENTAÇÃO DA NEURODIVERSIDADE

Mark Haddon é um escritor, poeta e artista britânico, conhecido pelo seu romance *O estranho caso do cachorro morto* (2004). A obra narra a história de Christopher que, após ser vítima de um mal-entendido ao ser encontrado afagando um cachorro morto no quintal de sua vizinha, busca provar sua inocência, desvendando o mistério da estranha morte. O romance apresenta Christopher como o protagonista que não se encaixa no padrão de normalidade social. A aversão sensorial dele e seu mecanismo de autorregulação (gemido) são respostas a

um ambiente que é hostil à sua diversidade, ilustrando a violência do preconceito. Isto é evidenciado quando seu gemido é comparado a ligar um rádio entre duas estações e aumentar o volume para obter um chiado que bloqueia o excesso de informações, sentindo-se “seguro porque não pode ouvir mais coisa nenhuma” (Haddon, 2012, p. 11). O protagonista é também narrador e o enredo é apresentado como um romance de mistério e assassinato que ele está escrevendo, fornecendo uma perspectiva literal, lógica e detalhada do mundo.

Embora não possamos diagnosticar o personagem, podemos perceber que sua personalidade e suas características podem remeter a uma pessoa neurodivergente, que, conforme Bliacheris e Hernandez (2024), conceitua uma noção social de que diferenças neurológicas como autismo e TDAH são diferenças possíveis do cérebro humano e não patologias. Esses traços se evidenciam quando Christopher apresenta alguns comportamentos neurotípicos, como podemos observar em: “Isto era devido ao estresse de tomar conta de alguém que tem problemas comportamentais como eu”, e também em outros momentos, como em: “Não gostar de ser tocado. [...] Não perceber quando as pessoas ficam zangadas comigo. [...] Dizer coisas que outras pessoas pensam que são rudes.” (Haddon, 2012, p. 73). A narrativa promove a imersão do leitor na perspectiva cognitiva e sensorial de Christopher, o que se dá pela construção da compreensão do seu sistema de funcionamento, como sua aversão a metáforas: “A segunda principal razão é que as pessoas sempre conversam usando metáforas. [...] Acho que isso deveria ser considerado uma mentira. E quando tento fazer uma imagem da frase na minha cabeça, isso me confunde todo” (Haddon, 2012, p. 29). O romance lida com os tropismos da diversidade de maneira complexa, utilizando a diferença de Christopher tanto para elementos de superação, quanto para gerar um humor baseado em seu intelecto. Christopher, portanto, se encaixa no tropo Supercrip (super-deficiente) (Velasco et al., 2018), devido às menções do autor às suas exímias habilidades, como quando o representa feito um gênio matemático como se fosse um poder. Embora Christopher possua essas características, ao ser escrito como gênio em contraste com o déficit social, o romance utiliza essa diferença não para inspirar pena ou zombaria, mas sim para validar uma forma de cognição que é lógica e superior na visão do narrador.

O capacitismo manifesta-se no romance através do estigma e das atitudes que depreciam Christopher, negando sua autonomia e potencial com base em sua neurodiversidade (Reis; Araújo; Glat, 2019). Esse preconceito se manifesta de diferentes

formas, como nas ofensas verbais, como quando um policial o ameaça: “se você fizer qualquer outra macaquice dessas, seu merdinha, vou perder a paciência de verdade. Está entendido?” (Haddon, 2012, p. 17); quando enfrenta obstáculos no acesso à educação: “não queria me tratar de forma diferente dos outros da escola porque então todos iriam querer ser tratados de modo diferente e isso ia abrir um precedente” (Haddon, 2012, p. 71); e pela forma com o que o tratam: “Mas isto é estúpido também porque tem vezes que as crianças da escola da estrada abaixo nos veem na rua quando estamos descendo do ônibus e elas gritam: ‘Necessidades Especiais! Necessidades Especiais!’” (Haddon, 2012, p. 71).

CONSIDERAÇÕES FINAIS

A leitura dos romances *Eu Posso Te Ouvir* e *O Estranho Caso do Cachorro Morto*, revela como a literatura pode ser um espaço de resistência e transformação ao abordar a diversidade sob perspectivas sensíveis, críticas e humanizadas. Ambas as obras constroem personagens que desafiam os padrões normativos: Matheus, por meio da surdez, e Christopher, por meio de uma possível neurodivergência. As narrativas convidam o leitor a refletir sobre os impactos do capacitismo, da exclusão social e das barreiras comunicacionais. Ao representar personagens com deficiência de forma complexa, os romances analisados contribuem para ampliar o repertório de narrativas inclusivas no campo literário, desafiando estereótipos e promovendo uma compreensão mais profunda das múltiplas formas de ser e estar no mundo.

REFERÊNCIAS

BLIACHERIS, Marcos Weiss; CALVO Hernández, Aline Reis. O movimento social da neurodiversidade e a consciência política autista. **Revista Psicologia Política**, São Paulo, v. 24, 2024.

HADDON, Mark. **O estranho caso do cachorro morto**. São Paulo: Editora Record, 2012.

LAGE, Sandra Regina Moitinho; LUNARDELLI, Rosane Suely Alvares; KAWAKAMI, Tatiana Tissa. O capacitismo e suas formas de opressão nas ações do dia a dia. **Encontros Bibli**, Florianópolis, v. 28, e93040, 2023.

VALORI, Cristina. **Eu posso te ouvir**. Florianópolis: Editora Qualis, 2018.

VELASCO, Amanda Paola; FERMINO, Antonio Luis; POFFO, Bianca Natália; SANTOS, Silvan Menezes dos. Yes, I can: a representação das pessoas com deficiência no videoclipe

10, 11 e 12 DE NOVEMBRO



Interdisciplinaridade, Universidade e Ação



PPGSED



“We’re the Superhumans” do Channel 4. **Motrivivência (Florianópolis)**, v. 30, n. 55, p. 34-57, jul./set. 2018.

NARRATIVAS DE ESCRIVÊNCIA E OLHARES DECOLONIAIS EM “DUZU-QUERENÇA”, DE CONCEIÇÃO EVARISTO

JESUS, Diana de Almeida Bini de¹

ST 2 - Literatura e artes: interseccionalidades

INTRODUÇÃO

Esta pesquisa tem como objetivo apresentar uma leitura do conto “Duzu-Querença”, que integra a obra *Olhos d'Água*, da escritora Conceição Evaristo, a partir da perspectiva dos Estudos Culturais e da decolonialidade. Os Estudos Culturais constituem uma corrente teórica que surgiu na Grã-Bretanha, na década de 1950, a partir de aulas noturnas destinadas a trabalhadores. Por esse motivo, carregam um olhar crítico e social, com o propósito de democratizar o acesso à cultura. Antes do advento dos Estudos Culturais, a produção cultural era restrita às elites, sendo inacessível às camadas populares. Cevalco (2009) evidencia que “o diferencial dos Estudos Culturais é que se propõe a ver produção cultural e modo de vida social como diferentes manifestações de um mesmo impulso” (Cevalco, 2000, p. 322). A partir desta corrente surgiram novos estudos, como a decolonialidade, que é um termo cunhado por Anibal Quijano no final do século XX, que estuda como os impactos causados pelos colonizadores ainda repercutem nos dias atuais nos países que foram colônias.

A elaboração intelectual do processo de modernidade produziu uma perspectiva de conhecimento e um modo de produzir conhecimento que demonstram o caráter do padrão mundial de poder: colonial/moderno, capitalista e eurocentrado. Essa perspectiva e modo concreto de produzir conhecimento se reconhecem como eurocentrismo (Quijano, 2005, p. 126).

No Brasil, especificamente, o pensamento eurocêntrico ainda permanece até os dias atuais, inclusive na cultura e na arte. Grupos minoritários, muitas vezes, não têm acesso a essas manifestações culturais, que acabam sendo restritas a um grupo privilegiado. A decolonialidade propõe a superação desse paradigma, questionando a centralidade do pensamento europeu e promovendo outras formas de conhecimento e expressão cultural.

¹ Aluna não regular/especial, Programa de Pós-Graduação Interdisciplinar Sociedade e Desenvolvimento (PPGSeD), Universidade Estadual do Paraná (Unespar), *campus* de Campo Mourão, membro do Grupo de Pesquisa Gênero, Trabalho e Políticas Públicas - GTTP, diana.bini@gmail.com.

METODOLOGIA

Este estudo é resultado das discussões e leituras realizadas na disciplina “Estudos Culturais e Humanidades: Epistemologias Contemporâneas”, vinculada ao Mestrado Interdisciplinar em Sociedade e Desenvolvimento da Universidade Estadual do Paraná (Unespar), *Campus* de Campo Mourão/PR, sob a orientação da professora Dra. Wilma Coqueiro. Para a elaboração deste trabalho, foram utilizadas pesquisas bibliográficas fundamentadas nos Estudos Culturais e nos Estudos Decoloniais.

DISCUSSÕES E RESULTADOS

Os momentos históricos decorrentes da escravização no Brasil tiveram (e ainda têm) impactos significativos na sociedade atual. A exclusão e a segregação de pessoas negras, pobres e mulheres perduram desde o período colonial. Os grupos sociais minorizados precisam ter garantido o seu lugar de fala, o qual Djamila Ribeiro (2023) define como: “Pensar em lugar de fala seria romper com o silêncio instituído para quem foi subalternizado, um movimento no sentido de romper com a hierarquia” (Ribeiro, 2023, p. 89). A ausência desse espaço de fala na sociedade contribuiu para a marginalização dessas pessoas, resultando, como consequência, na negação de direitos básicos, como acesso ao emprego, à educação, à saúde e a uma vida digna.

Atualmente, ocupar um lugar de fala significa romper com a marginalização histórica, sendo fundamental resgatar e narrar essas memórias para que as gerações futuras não repitam os erros do passado. A escritora Conceição Evaristo cunhou o termo *escrevivência* para representar, por meio da ficção literária, as vivências de pessoas historicamente marginalizadas. Inicialmente, o conceito foi associado às mulheres negras que, embora privadas de um lugar de fala, narravam histórias às crianças das famílias senhoriais, muitas vezes como forma de fazê-las adormecer:

Escrevivência, em sua concepção inicial, se realiza como um ato de escrita das mulheres negras, como uma ação que pretende borrar, desfazer uma imagem do passado, em que o corpo-voz de mulheres negras escravizadas tinha sua potência de emissão também sob o controle dos escravocratas, homens, mulheres e até crianças. Por isso, afirmo: “a

nossa escrevivência não é para adormecer os da casa-grande, e sim acordá-los de seus sonos injustos (EVARISTO, 2020, p. 30, grifos meus).

Nesta óptica, no conto “Duzu-Querença”, de Conceição Evaristo, Duzu, uma mulher negra, é a personagem central, que inicia o conto, vivendo na condição de mendiga na porta de uma igreja. Ela se alimenta de restos e as pessoas a olham com desprezo, pois aqueles(as) que vivem à margem da sociedade, muitas vezes, são invisibilizados(as). Essa situação de constantes violências estão presentes no curso temporal do conto, que a decolonialidade chama de matriz colonial de poder.

Duzu lambeu os dedos gordurosos de comida, aproveitando os últimos bagos de arroz que tinham ficado presos debaixo de suas unhas sujas. Um homem passou e olhou para a mendiga, com uma expressão de asco. Ela lhe devolveu um olhar de zombaria. O homem apressou o passo, temendo que ela se levantasse e viesse lhe atrapalhar o caminho (Evaristo, 2014, p. 31).

A protagonista, Duzu, em suas memórias de infância, recorda-se de sua família e da esperança que seu pai nutria ao chegarem à nova cidade. Quando ela recebe uma proposta de emprego, seu pai, movido pelo desejo de oferecer um futuro melhor à filha, aceita a oferta. Esse momento marca o ponto central do conto, pois é a partir daí que as violências têm início. Ao chegar ao novo local, Duzu encontra uma casa com vários quartos e descobre, com o passar do tempo, que se trata de uma casa de prostituição. A personagem passa por violências simbólicas que, nos termos de Bourdieu (1997, p. 16), consiste em “uma violência que se exerce com a cumplicidade tácita daqueles que a sofrem e também, frequentemente, daqueles que a exercem na medida em que uns e outros são inconscientes de a exercer ou a sofrer”. Dona Esmeraldina é a dona da casa de prostituição e a mulher que ofereceu emprego a Duzu. A menina iniciou sua vida na prostituição, sem mesmo saber o que estava acontecendo. A dona sempre pediu que Duzu batesse na porta dos quartos, mas foi em um “entrar - entrando” que foi inserida na prostituição infantil e teve seu corpo mercantilizado. Ela foi abusada por um homem branco, que pagava a Dona Esmeraldina.

A prostituição não pode ser caracterizada como um trabalho comum. Ela existe pelo fato de uma classe pagante tornar a mulher objeto de prazer, e esta por sua vez, que é fruto de uma pobreza crônica, sujeita-se. Algumas mulheres optam pela prostituição, mas de uma forma geral, são poucas que

têm autonomia de si mesmas, na medida em que a subjetivação da sua identidade é socialmente transformada (Rebolho, 2015, p. 194).

A menina Duzu compreendeu, a partir daquele momento, qual seria o rumo de sua vida e sua posição de subalternidade na sociedade. Nesse contexto, acumulam-se opressões interseccionais marcadas pelo classicismo, pelo racismo e pelo sexismo. Ela acaba, inclusive, acostumando-se às múltiplas violências que se tornam recorrentes em sua trajetória: “Acostumou-se às pancadas dos cafetões, aos mandos e desmandos das cafetinas. Habitua-se à morte como uma forma de vida” (Evaristo, 2014, p. 34). A violência não é simbólica como inicialmente, mas, agora é física.

É importante destacar que Duzu, ainda na infância, foi submetida à prostituição, tornando-se objeto de desejo e vítima de abuso, tendo sua inocência explorada. Com o avanço da idade e a perda do valor atribuído ao seu corpo, ela passou a viver em situação de rua, debilitada e portadora da AIDS, doença sexualmente transmissível adquirida por meio de relações sexuais desprotegidas. Conforme o Ministério da Saúde (2025), o HIV é um vírus que compromete o sistema imunológico, responsável pela defesa do organismo. Sem tratamento, a infecção pode evoluir para a AIDS, estágio em que o sistema imunológico está gravemente enfraquecido, tornando o corpo vulnerável a infecções oportunistas e alguns tipos de câncer. Na velhice, ela reside no morro de uma comunidade junto aos seus filhos e netos. As violências ainda continuam, mas agora com seus descendentes, que passam por racismo, segregação e marginalização. A fome e a escassez eram sempre presentes na vida da família de Duzu.

A dor das violências sofridas e as dores da vida que a mesma carrega acentua-se quando um de seus netos morrem: “Duzu entrou em desespero no dia em que soube da morte de Tático. Ele havia sido apanhado de surpresa por um grupo inimigo. Era tão novo! Treze anos. Tinha ainda voz e jeito de menino. Com a morte de Tático, Duzu ganhou nova dor para guardar no peito” (Evaristo, 2014, p. 35).

Duzu projeta, então, na neta Querença – personagem que dá título ao conto ao lado da avó – os sonhos que não pôde realizar por falta de oportunidades. No Carnaval, Duzu desfila na ala das baianas, conectando-se à sua ancestralidade e relembrando os familiares que perdeu após ser forçada à prostituição. Durante o desfile, ela morre. Querença, ao saber da notícia,

rememora as histórias e dores vividas pela avó, como a morte do primo e a fome. O conto se encerra no mesmo lugar onde se inicia: a escadaria da igreja.

CONSIDERAÇÕES FINAIS

A abordagem decolonial, aliada aos Estudos Culturais, permite uma análise crítica das questões sociais, culturais e raciais presentes em obras como o conto “Duzu-Querença”, de Conceição Evaristo, que reflete a realidade social vivida por muitas crianças e mulheres negras. Ao evidenciar as múltiplas opressões sofridas por crianças, mulheres e idosos envolvidos com a prostituição, o estudo propõe uma reflexão sobre a marginalização e a invisibilidade dessas vozes. Destaca-se, assim, a urgência de políticas públicas eficazes, da aplicação rigorosa das leis e da ampliação de canais de denúncia, já que muitas vítimas permanecem em situação de subalternidade, sem conseguir romper o ciclo de violência e exclusão social.

REFERÊNCIAS

Brasil, Ministério da saúde. **HIV/AIDS**. 2025. Disponível em: <https://www.gov.br/saude/pt-br/assuntos/saude-de-a-a-z/a/aids-hiv>. Acesso em: 12 out. 2025.

BOURDIEU, Pierre. **Sobre a televisão**: seguido de a influência do jornalismo e os jogos olímpicos. Rio de Janeiro: Zahar, 1997. 144 p.

CEVASCO, Maria Elisa. Literatura e Estudos Culturais. In: BONNICI, Thomas; ZOLIN, Lúcia Osana (orgs.). **Teoria Literária**: Abordagens históricas e tendências contemporâneas. 3. ed. Maringá: Eduem, 2009, p. 319-325.

EVARISTO, Conceição. A Escrivência e seus subtextos. In: DUARTE, C.L; NUNES, I.R. (orgs.). **Escrivência**: a escrita de nós: reflexões sobre a obra de Conceição Evaristo. Rio de Janeiro: Mina Comunicação e Arte, 2020, p. 26-47.

EVARISTO, Conceição. **Olhos d'água**. Rio de Janeiro: Pallas, 2014. 116 p.

QUIJANO, Anibal. Colonialidade do poder, Eurocentrismo e América Latina. **Clacso**: Consejo Latinoamericano de Ciencias Sociales, Buenos Aires, p. 107-142, 2005. Disponível em: <https://periodicos.uff.br/trabalhonecessario/article/view/62075/36367>. Acesso em: 04 out. 2025.

REBOLHO, Ana Claudia Figueiredo. **Estudo bibliográfico das atitudes e comportamentos ligados à prostituição da Pré-História aos dias atuais**. 2015. 264 f. Tese (Doutorado em Educação Escolar) - Universidade Estadual Paulista “Júlio de Mesquita Filho”, Faculdade de Ciências e Letras, Araraquara, 2015.

10, 11 e 12 DE NOVEMBRO



Interdisciplinaridade, Universidade e Ação



PPGSED



RIBEIRO, Djamila. **Lugar de Fala**. 10. ed. São Paulo: Jandaíra: Sueli Carneiro, 2023. 112 p.

O ENVELHECIMENTO FEMININO NA FICÇÃO DE MULHERES SOB UM VIÉS INTERDISCIPLINAR

ASSUMPÇÃO, Carolina Rocha de¹

ST 2 - Literatura e artes: interseccionalidades

INTRODUÇÃO

Ao longo da história, a literatura de autoria feminina foi silenciada e marginalizada, tendo suas condições de produção, de circulação e de consumo minorizadas pela ordem social hegemônica alicerçada no patriarcado. Essa exclusão das mulheres do mundo da escrita resultou na escassez de análises sobre a experiência do envelhecer feminino (Batalini, 2022). No entanto, com os avanços significativos provenientes da luta feminista, a escrita de autoria feminina tem conquistado maior espaço, reconhecimento e valorização, trazendo uma diversidade de vozes que enriquecem a produção literária, tornando-a cada vez mais plural e representativa (Zolin, 2019).

O envelhecimento é um processo complexo e progressivo que transforma a relação do sujeito com o mundo e com sua história, provocando alterações físicas, psicológicas e sociais que impactam diretamente a qualidade de vida e a saúde mental (Beauvoir, 2018; Oliveira, *et al.*, 2010). Quando atravessada pela questão de gênero, essa etapa da vida adquire contornos ainda mais desafiadores e complexos, exigindo uma diferenciação e um olhar minucioso às especificidades da vivência das mulheres (Neri, 2015). O corpo feminino, tangenciado historicamente por altíssimas exigências e expectativas de produtividade, beleza e cuidado, passa a ser alvo de um projeto de exclusão no envelhecimento ao perder sua serventia social e deixar de responder aos imperativos do capital e do patriarcado (Batalini, 2014). Nesse cenário, a posição subalterna à qual as mulheres foram submetidas no seio social somada à velhice constitui um território de sobreposição de opressões.

Para tanto, a abordagem interdisciplinar se revela essencial para a compreensão da complexidade do envelhecimento feminino, pois permite uma análise abrangente que integra várias áreas do conhecimento. A partir de um diálogo entre Psicologia, Estudos Culturais

¹ Mestranda, Programa de Pós-Graduação Interdisciplinar Sociedade e Desenvolvimento (PPGSeD), Universidade Estadual do Paraná (Unespar), *campus* de Campo Mourão, psicarolcrmp@gmail.com.

e História, propomos investigar as nuances existenciais e interpessoais que emergem de “A mulher desiludida” (2021 [1967]), de Simone de Beauvoir e *Nada a dizer* (2010), de Elvira Vigna². Ambas as autoras se dedicam à temática do envelhecimento feminino com profundidade crítica e literária, trazendo como pano de fundo uma crítica transversal à normatividade de gênero, às relações conjugais e organização familiar, à maternidade e ao ideal de produtividade. Nessa perspectiva, torna-se imprescindível a discussão de obras de autoria feminina por intermédio de estudos acadêmicos, uma vez que a disseminação dessas análises favorece debates abrangentes sobre a estrutura social opressora e contribui para a expansão da produção intelectual feminina.

METODOLOGIA

Este estudo trata-se de uma pesquisa bibliográfica e seu processo metodológico fundamenta-se na leitura e análise das obras literárias que compõem o *corpus*, segundo a proposta da Literatura Comparada (Carvalho, 2003), privilegiando as relações de convergência e divergência entre os textos, articuladas a uma base teórica interdisciplinar, construída a partir da Psicologia, da História e dos Estudos Culturais. Segundo Bicudo (2008), como interdisciplinar entende-se uma atividade de investigação entre duas ou mais disciplinas ou campos do conhecimento. Este modo de proceder uma pesquisa propicia a compreensão de conteúdos de maior complexidade e amplitude, porque, tal como descrito por Hahn (2020), é necessário romper com os limites epistemológicos da disciplina estruturalmente rígida e tradicional, lançando olhares diversos diante de uma problemática.

DISCUSSÕES E RESULTADOS: REFLEXÕES SOBRE AS OBRAS

As mudanças expressivas vividas pela sociedade contemporânea exigem das teorias sociais atenção a diversos contextos complexos e específicos, conforme explicita Kellner (2001). Assim, o teórico propõe que a combinação de teorias diversas é o caminho para análise de fenômenos da atualidade. Johnson (2014), por sua vez, chama a atenção para o caráter interdisciplinar dos Estudos Culturais, que oferecem contribuição significativa para a

² Este resumo expandido constitui um recorte da dissertação de mestrado em construção no Programa de Pós-Graduação Interdisciplinar Sociedade e Desenvolvimento (PPGSeD) da Universidade Estadual do Paraná (Unespar), voltada à investigação da representação do envelhecimento feminino na literatura de Simone de Beauvoir e Elvira Vigna.

investigar a produção e a disseminação de significados sociais. De acordo com Cevasco (2009, p. 324), este campo de investigação objetiva “impulsionar os anseios por um mundo mais justo através de uma intervenção nas formas que produzem os significados e valores que organizam nossa vida social”. Daí sua relevância na análise crítica de obras de arte contemporâneas, incluindo a literatura de mulheres. Em vista disso, a fruição de obras literárias pode auxiliar na compreensão das interações sociais e da vida diária, assim como seus valores, objetivos e papéis sociais.

Brandão, Pereira e Fazenda (2014) postulam que, dada a complexidade do processo de envelhecimento, somente um diálogo entre diferentes saberes é capaz de abarcar a questão, exigindo um “novo olhar, novo pensar a respeito dos vários significados e dimensões do envelhecer” (p. 68), sendo atitude indispensável para lidar com os desafios do aumento da população idosa de forma assertiva e integradora. Essa transição de paradigmas acerca do envelhecimento abre espaço para pesquisas interdisciplinares que contemplem a diversidade de experiências na velhice, reconhecendo que o envelhecer é vivido de maneira singular por cada sujeito e cada contexto sociocultural.

A Literatura, em interface com a Psicologia, constitui um espaço privilegiado para abordar a subjetividade, revelando a complexidade dos fenômenos humanos. Nessa convergência, uma disciplina enriquece e transforma a outra, o que Santos, Santos e Silva (2018) ressaltam ser um exemplo fidedigno de interdisciplinaridade, enfatizando que a compreensão mais abrangente da experiência humana, tanto na ficção, quanto na realidade, é um produto dessa interlocução de saberes.

Nessa conjuntura, “A mulher desiludida” de Simone de Beauvoir (2021) e *Nada a dizer* (2010) de Elvira Vigna exemplificam essa abordagem crítica. Em ambas as narrativas, mulheres de meia-idade enfrentam a desigualdade de gênero no envelhecimento, retratando a estrutura social do casamento e suscitando questionamentos e reinterpretações sobre o amor, o compromisso e a própria identidade. A composição psicológica das protagonistas dos dois enredos, por meio de potentes relatos em primeira pessoa, traz componentes memorialísticos dos acontecimentos e dos próprios pensamentos, ilustrando a dolorosa perda de si mesmas. As autoras denunciam modelos idealizados de feminilidade ao retratar o silenciamento, o abandono e a crise de identidade que emergem do processo de envelhecimento atravessado por componentes socioculturais e subjetivos. Desse modo, a investigação interdisciplinar

do envelhecimento feminino, a partir desse *corpus*, permite acessar os modos de subjetivação e os impactos das expectativas sociais sobre as mulheres.

CONSIDERAÇÕES FINAIS

Com efeito, a ficção de mulheres vai, pouco a pouco, abrindo novos caminhos e assumindo novos objetivos em direção à liberdade por meio da expressão das vivências femininas e da denúncia das opressões por elas ainda enfrentadas. Ao propor a articulação entre “A mulher desiludida” (2021) e *Nada a dizer* (2010) sob uma perspectiva interdisciplinar, buscamos contribuir com essa proposta, inscrevendo a temática do envelhecimento feminino no campo da crítica literária e evidenciando o valor da literatura de autoria feminina como espaço de criação de sentido e de resistências.

REFERÊNCIAS

BATALINI, Marcela Gizeli. **A representação da mulher idosa na literatura de autoria feminina contemporânea**: Lívia Garcia-Roza. 2014. 75 f. Dissertação (Mestrado) - Programa de Pós-Graduação em Letras, Universidade Estadual de Maringá, Maringá, 2014.

BATALINI, Marcela Gizeli. ‘Fios de ouro’, ‘fios de prata’, ‘fios de ferro’: representações da mulher idosa negra e indígena na literatura de autoria feminina brasileira e estadunidense. 2022. 172 f. Tese (Doutorado) - Programa de Pós-Graduação em Letras, Universidade Estadual de Maringá, Maringá, 2022.

BEAUVOIR, Simone. **A Mulher Desiludida**. Tradução de Helena Silveira. 8. ed. Rio de Janeiro: Nova Fronteira, 2021.

BEAUVOIR, Simone. **A velhice**. Tradução de Maria Helena Franco Monteiro. Rio de Janeiro: Nova Fronteira, 2018.

BICUDO, Maria Aparecida Viggiani. A pesquisa interdisciplinar: uma possibilidade de construção do trabalho científico/acadêmico. **Educ. Mat. Pesqui.**, São Paulo, v. 10, n. 1, pp. 137-150, 2008. Disponível em: <https://revistas.pucsp.br/index.php/emp/article/view/1647>. Acesso em: 1 maio 2024.

BRANDÃO, Vera Maria Antonieta Tordinio; PEREIRA, Beltrina da Purificação da Côrte; FAZENDA, Ivani Catarina Arantes. A interdisciplinaridade na gerontologia social. In: ANPEDE Sudeste, 2014, São João Del Rei. **Anais do 11º Encontro de Pesquisa em Educação da Região Sudeste**, São Paulo: UFSJ, 2014, p. 61-70.

CARVALHAL, Tânia Franco. Intertextualidade: a migração de um conceito. In: CARVALHAL, Tania Franco. **O próprio e o alheio**: Ensaio de literatura comparada.

São Leopoldo: Editora Unisinos, 2003. Disponível em:

<https://dtllc.fflch.usp.br/sites/dtllc.fflch.usp.br/files/O%20pr%C3%B3prio%20e%20o%20alheio.pdf>. Acesso em: 10 set. 2024.

CEVASCO, Maria Elisa. Literatura e Estudos Culturais. In: BONNICI, Thomas; Zolin, Lúcia Osana (Orgs.). **Teoria Literária**: abordagens históricas e tendências contemporâneas. 3 ed. Maringá: Eduem, 2009, p. 319-325.

HAHN, Fábio André. Os desafios da interdisciplinaridade: possibilidades de leitura para um jovem pesquisador. In: HAHN, Fábio André; MEZZOMO, Frank Antonio; PÁTARO, Cristina Satiê de Oliveira (Orgs.). **Interdisciplinaridade**: perspectivas e desafios. Guarapuava: Ed. Unicentro, 2020, p. 263-291.

JOHNSON, Richard. O que é, afinal, Estudos Culturais? In: SILVA, Tadeu Tomaz da (Org. e Trad.). **O que é, afinal, Estudos Culturais?** Belo Horizonte: Autêntica Editora, 2014, p. 7-85.

KELLNER, Douglas. “Guerra entre teorias e estudos culturais”. In: KELLNER, Douglas. **A cultura da mídia** - estudos culturais: identidade e política entre o moderno e o pós-moderno. Bauru: EDUSC, 2001, p. 25-74.

NERI, Anita Liberalesso. Velhice e qualidade de vida na mulher. In: NERI, Anita Liberalesso (Org.) **Desenvolvimento e envelhecimento**: perspectivas biológicas, psicológicas e sociológicas. Campinas: Papirus, 2015.

OLIVEIRA, Aldalan Cunha de *et al.* Qualidade de vida em idosos que praticam atividade física: uma revisão sistemática. **Revista Brasileira de Geriatria e Gerontologia**, v. 13, n. 2, p. 301-312, 2010. (SciELO). Disponível em: <https://www.scielo.br/j/rbagg/a/Fp5Fg4Lc4Dk5xWwQLKdgMqK/?lang=pt>. Acesso em: 07 dez. 2023.

SANTOS, Rosemary Conceição dos; SANTOS, João Camilo dos; SILVA, José Aparecido da. Psicologia da Literatura e Psicologia na Literatura. **Trends in Psychology / Temas em Psicologia**, Ribeirão Preto, v. 26, n. 2, p. 767-780, jun. 2018.

VIGNA, Elvira. **Nada a dizer**. São Paulo: Companhia das Letras, 2010.

ZOLIN, Lúcia Osana. Literatura de autoria feminina. In: BONNICI, Thomas; ZOLIN, Lúcia Osana (Orgs.). **Teoria literária**: abordagens históricas e tendências contemporâneas. 4. ed. Maringá: Eduem, 2019, p. 319-330.

OPRESSÃO E RESISTÊNCIA EM “É ASSIM QUE ACABA”, DE COLLEEN HOOVER

CORTE, Láine Sozim¹FERREIRA, Geniane Diamante²

ST 2 - Literatura e artes: interseccionalidades

INTRODUÇÃO

A violência contra a mulher é uma problemática crônica e estrutural que permanece fortemente presente na sociedade, mesmo após avanços significativos na legislação, como a criação da Lei Maria da Penha. Além disso, a Organização Mundial da Saúde aponta que uma em cada três mulheres já sofreu violência física ou sexual por parte de um parceiro íntimo. Esses dados alarmantes mostram que as medidas legais ainda são insuficientes para conter essa realidade, e que o tema continua subvalorizado e pouco debatido, tanto na sociedade quanto no meio acadêmico.

A violência de gênero não se resume apenas a agressões físicas ou verbais, mas está profundamente ligada a desigualdades históricas, discriminação e estereótipos de gênero que colocam as mulheres em posições de vulnerabilidade. Nesse contexto, a literatura se apresenta como uma ferramenta poderosa para refletir, denunciar e problematizar essas injustiças. Ao retratar experiências femininas e as relações de poder presentes na sociedade, a literatura permite uma análise crítica e sensível da realidade, fomentando o debate e a conscientização. Autores, ao abordar essas temáticas em suas obras, contribuem para ampliar a compreensão sobre a violência contra a mulher e podem inspirar transformações sociais.

A escassez de estudos acadêmicos sobre a representação da violência doméstica em contextos de privilégios, especialmente no Brasil, demonstra uma lacuna importante a ser preenchida. Um exemplo relevante nesse cenário é o romance *É assim que acaba*, de Colleen Hoover, que trata do tema de forma sensível e realista. O livro obteve grande sucesso no Brasil, sendo o mais vendido de 2022 segundo a revista PublishNews, e ganhou ainda mais visibilidade com sua adaptação cinematográfica em 2024, que arrecadou mais de 240 milhões

¹ Graduanda do Curso de Letras - Inglês, Universidade Estadual de Maringá (UEM), ra135117@uem.br.

² Doutora em Letras, docente da Universidade Estadual de Maringá (UEM), gdferreira@uem.br.

de dólares mundialmente. Essa popularidade reforça a importância de se analisar obras que dialogam com questões sociais relevantes, como a violência de gênero em condições socioeconômicas elevadas, oferecendo ao público uma nova perspectiva sobre o tema e incentivando discussões mais profundas e abrangentes na sociedade e na academia.

Analisar tal fenômeno é o que pretende esta pesquisa e os objetivos residem principalmente no fato de que a violência pode ocorrer em qualquer contexto social, inclusive em países desenvolvidos como os Estados Unidos e em um cenário de conforto e estabilidade, dado que a protagonista da história é uma mulher branca, em posição social privilegiada. Com isso, a pesquisa busca desconstruir a visão equivocada de que a violência doméstica afeta apenas mulheres em situações de vulnerabilidade extrema ou em países menos desenvolvidos, demonstrando seu caráter universal.

METODOLOGIA

Para a realização desta pesquisa, primeiramente foi escolhida a obra literária a ser analisada: “É Assim que Acaba”, da escritora Colleen Hoover. Posteriormente, foi realizado um levantamento de obras teóricas necessárias para fundamentar a pesquisa: Bonnici (2019), Woolf (1985), Bourdieu (2005) e Touraine (2007), Figueiredo (2020), Adichie (2012), Beltrán (2001), Butler (2019), Federici (2017), Holanda (2020), entre outros. Em seguida, procedemos à leitura e ao fichamento desses materiais, a fim de utilizar o embasamento teórico durante a análise.

A partir dessa sistematização, iniciou-se o processo de redação das análises, articulando os trechos selecionados da obra com os fundamentos teóricos estudados, de modo a estabelecer um diálogo entre literatura e a Crítica Literária Feminista. Assim, a análise foi sendo construída progressivamente, partindo da interpretação crítica das cenas e da relação entre as personagens, até a elaboração das considerações finais.

DISCUSSÕES E RESULTADOS

Inicialmente, traçamos um panorama geral da crítica feminista, a fim de situar o referencial teórico que fundamenta as interpretações propostas. Em seguida, examinamos os momentos de opressão observados na obra, bem como as estratégias de resistência

que emergem em resposta a tais situações. Por fim, foi considerada a influência do contexto histórico, social e cultural em que a personagem está inserida.

Dessa forma, no que concerne à Crítica Feminista, reputamos a literatura como uma ferramenta política e teórica de desconstrução dos paradigmas patriarcais e valorização da experiência feminina. Destacamos autoras como Virginia Woolf, Simone de Beauvoir e Kate Millett, que denunciaram a exclusão das mulheres e os estereótipos de gênero na literatura, além de pensadoras como Elaine Showalter, Teresa de Lauretis e Spivak, que ampliaram o escopo da crítica feminista ao incorporar debates sobre identidade, linguagem e subjetividade. Debates também o papel do feminismo contemporâneo na valorização da diversidade e da interseccionalidade, reconhecendo a importância da produção literária feminina como forma de resistência simbólica e transformação social.

Quanto à opressão, vimos como o romance *É Assim que Acaba*, de Colleen Hoover, narra a trajetória de Lily Bloom, marcada por experiências de violência doméstica desde a infância, que moldam sua visão sobre o amor e o poder nas relações. A história evidencia como a violência masculina – física, psicológica e simbólica – se perpetua por meio de ciclos intergeracionais e é legitimada por estruturas patriarcais e instituições sociais. A análise à luz de Pierre Bourdieu revela como a violência simbólica opera de forma inconsciente, levando a protagonista a internalizar normas de submissão e culpa.

Contudo, mesmo entre ambivalências e contradições, Lily inicia um processo de resistência, que não se dá apenas por rupturas visíveis, mas também por tomadas de consciência e rejeição gradual do sistema opressor. Assim, o romance denuncia a complexidade da opressão de gênero e aponta a resistência feminina como força transformadora diante de um modelo social historicamente desigual.

No que tange ao contexto social, a trajetória da personagem Lily Bloom revela como a violência doméstica é um fenômeno estrutural que ultrapassa questões de classe e como a resistência feminina é condicionada por aspectos como autonomia financeira, redes de apoio e acesso a novos referenciais simbólicos. Assim, a luta de Lily não é apenas pessoal, mas também coletiva, representando um processo de superação que envolve a desconstrução de estruturas patriarcais que organizam todas as camadas da sociedade.

CONSIDERAÇÕES FINAIS

A análise da obra *É Assim que Acaba*, de Colleen Hoover, sob a perspectiva da crítica feminista, evidenciou a complexidade da violência doméstica ao revelar suas múltiplas camadas de opressão e resistência. A trajetória da protagonista, Lily Bloom, vai além da narrativa de um relacionamento abusivo, tornando-se símbolo das dinâmicas de poder enraizadas em uma sociedade patriarcal. A obra destaca como a resistência feminina não é pontual, mas um processo contínuo e consciente, exigindo força e clareza crítica. Ao retratar a violência em um contexto de privilégio – com uma mulher branca, de classe alta e vivendo em um país desenvolvido – a narrativa desconstrói estereótipos, mostrando que a violência de gênero é um problema universal, e não restrito a contextos de marginalidade.

O sucesso da obra, tanto em sua versão literária quanto na adaptação cinematográfica, ampliou o alcance do debate sobre a violência contra a mulher, sensibilizando públicos diversos. A história de Lily expõe com profundidade questões como manipulação psicológica, dependência emocional e a dificuldade de romper ciclos abusivos. Assim, a literatura de Hoover contribui para a crítica feminista ao dar voz a mulheres silenciadas, retratando uma protagonista ativa em sua resistência. A obra reforça o papel transformador da literatura que, ao representar experiências femininas reais e dolorosas, não apenas conscientiza, mas também inspira outras mulheres a assumirem o protagonismo de suas histórias e lutarem contra a opressão estrutural que ainda persiste na sociedade.

REFERÊNCIAS

ADICHIE, C. **Sejamos todos feministas**. 1 ed. São Paulo: Companhia das Letras, 2012.

ANUÁRIO BRASILEIRO DE SEGURANÇA PÚBLICA 2024. São Paulo. **Fórum Brasileiro de Segurança Pública**, ano 18, 2024. ISSN 1983-7364. Disponível em: <https://publicacoes.forumseguranca.org.br/handle/123456789/253>. Acesso em: 20 ago. 2024.

BONNICI, Thomas; ZOLIN, Lucia Ozana (Org.). **Teoria Literária**. Abordagens Históricas e Tendências Contemporâneas. 2ª ed. Maringá: Eduem, 2005.

BOURDIEU, P. **A dominação masculina**. Trad. Maria Helena Kühner. 4ª ed. Rio de Janeiro: Bertrand Brasil, 2005.

BRASIL. Lei nº 11.340, de 07 de agosto de 2006. **Lex**: coletânea de legislação. São Paulo. v. 15. Suplemento.

BRASIL, N. U. **OMS: uma em cada 3 mulheres em todo o mundo sofre violência.** Disponível em: <https://brasil.un.org/pt-br/115652-oms-uma-em-cada-3-mulheres-em-todo-o-mundo-sofre-viol%C3%Aancia>. Acesso em: 20 ago. 2024.

FIGUEIREDO, E. **Por uma crítica feminista.** 1. ed. Porto Alegre: Zouk, 2020.

HOOVER, C. **É assim que acaba.** 1. ed. Rio de Janeiro: Galera Record, 2017.

It Ends with Us - Box Office Mojo. Disponível em:

<https://www.boxofficemojo.com/releasegroup/gr2879279621/>. Acesso em: 7 maio 2025.

SABOTA, G; FACCHINI, T. **Colleen Hoover domina a Lista dos Mais Vendidos do PublishNews 2022.** Disponível em:

<https://www.publishnews.com.br/materias/2023/01/06/colleen-hoover-domina-a-lista-dos-mais-vendidos-do-publishnews-2022>. Acesso em: 07 maio 2025.

TOURAINÉ, A. **O mundo das mulheres.** Trad. Francisco Morás. Petrópolis: Vozes, 2007.

WOOLF, Virginia. **Um teto todo seu.** Trad. Leonardo Fróes. São Paulo: Tordesilhas, 2014.

RACISMO É BURRICE: UM RECORTE DECOLONIAL BRASILEIRO

JESUS, Diana de Almeida Bini de¹

SOARES, Ludmila Vitória²

COQUEIRO, Wilma dos Santos³

ST 2 - Literatura e artes: interseccionalidades

CONSIDERAÇÕES INICIAIS

O presente estudo fundamenta-se nos Estudos Culturais e na perspectiva decolonial. Os Estudos Culturais constituem uma corrente teórica interdisciplinar surgida na Grã-Bretanha, na década de 1950, a partir de iniciativas como aulas noturnas voltadas à classe trabalhadora e aos grupos marginalizados. Essa abordagem propõe uma leitura crítica da realidade social por meio das manifestações culturais. Segundo Cevasco (2009), seu objetivo é promover um novo olhar sobre a sociedade a partir da análise de fenômenos culturais – entre os quais se insere a música, objeto deste trabalho. Já os estudos decoloniais, embora de origem distinta, dialogam com os Estudos Culturais ao compartilharem o interesse por movimentos sociais e pela transformação de paradigmas. Essa vertente busca compreender e contestar os efeitos persistentes da colonização, propondo alternativas que rompam com as estruturas de subordinação política, epistemológica e cultural herdadas do colonialismo.

A decolonialidade é uma categoria teórico-política voltada para a reversão da colonialidade. A colonialidade, por sua vez, é um padrão subjetivo de subalternidade do sul global perante o norte global, uma subalternidade para além da dimensão territorial. Ela também está relacionada à construção de um padrão ético, estético, epistêmico, cultural, religioso – tudo isso atravessa padrões de colonialidade. A decolonialidade vai na contramão, buscando descentralizar o pioneirismo e a potência do mundo que nos cerca, tendo como bases únicas o continente europeu e os Estados Unidos” (Pinheiro, 2023, p. 107).

¹ Aluna não regular/especial, Programa de Pós-Graduação Interdisciplinar Sociedade e Desenvolvimento (PPGSeD), Universidade Estadual do Paraná (Unespar), *campus* de Campo Mourão, membro do Grupo de Pesquisa Gênero, Trabalho e Políticas Públicas - GTPP, diana.bini@gmail.com.

² Mestranda, bolsista CAPES, Programa de Pós-Graduação Interdisciplinar Sociedade e Desenvolvimento (PPGSeD), Universidade Estadual do Paraná (Unespar), *campus* de Campo Mourão, ludmilasoares0701@gmail.com.

³ Doutora em Estudos Literários, Docente Associada do Colegiado de Letras e do Programa de Pós-Graduação Interdisciplinar Sociedade e Desenvolvimento (PPGSeD), Universidade Estadual do Paraná (Unespar), *campus* de Campo Mourão, wilmacoqueiro@email.com.

Com base nesse arcabouço teórico, este estudo propõe uma análise da música “Racismo é Burrice”, do rapper Gabriel Contino, conhecido como Gabriel, o Pensador, articulando os Estudos Culturais e a decolonialidade como perspectivas críticas para a compreensão de expressões culturais marginalizadas, como a obra em questão. Ao reconhecer a cultura como um campo de disputa simbólica e ideológica, e ao questionar as hierarquias herdadas da colonização, busca-se evidenciar como essas manifestações podem expressar estratégias de resistência, afirmação identitária e construção de novas narrativas sociais.

METODOLOGIA

Esse resumo configura-se como um estudo de natureza bibliográfica, centrado na análise interpretativa da música “Racismo é burrice”, de Gabriel, o Pensador. A análise fundamenta-se em aportes teóricos vinculados aos Estudos Culturais e os Estudos Decoloniais, estabelecendo um diálogo entre a interpretação crítica da música e os textos teóricos selecionados.

O BRASIL E A ESCRAVIZAÇÃO

O Brasil, foi o último país da América Latina a abolir a escravatura, pois, “Os negros eram ali não apenas os explorados mais importantes, já que a parte principal da economia dependia de seu trabalho” (Quijano, 2005, p. 117). Com muitas lutas do povo negro, a abolição oficial da escravatura ocorreu em 13 de maio de 1888; contudo, os ex-escravizados saíram das fazendas que “trabalhavam” e não tinham nada além da roupa do corpo e da mão de obra que podiam oferecer. A partir de então, os negros migraram e começaram a se organizar para conseguirem trabalho e uma vida digna. Em seguida, se iniciou as primeiras movimentações para o início do movimento negro. Segundo Gomes (2023), ao longo dos anos o Movimento Negro conquistou um lugar de existência afirmativa no Brasil, na qual trouxe um lugar de fala. Djamila Ribeiro (2023) define lugar de fala como aquele na qual “seria romper com o silêncio instituído para quem foi subalternizado” (Ribeiro, 2023, p. 89). Houve avanços com o movimento negro como leis e políticas públicas que já estão em vigor atualmente no país.

UMA REFLEXÃO SOBRE “RACISMO É BURRICE”

Através do lugar de fala que os negros vieram a ter através do Movimento Negro, houve um avanço também no campo da cultura. Com o advento do *Hip Hop* e do *Rap* no Brasil, nomes como Gabriel Contino⁴, conhecido como Gabriel Pensador, faz músicas com críticas à sociedade, através das letras de protesto, como na música “Racismo é burrice”, que integra o álbum *MTV ao Vivo*, de 2003, que iremos analisar a seguir:

Salve, meus irmãos africanos e lusitanos, do outro lado do oceano
 O Atlântico é pequeno pra nos separar
 Porque o sangue é mais forte que a água do mar
 Racismo, preconceito e discriminação em geral
 É uma burrice coletiva sem explicação
 Afinal, que justificativa você me dá para um povo que precisa de união?
 (RACISMO É BURRICE, 2003)

No primeiro verso, por meio de uma apóstrofe, o eu lírico brasileiro convoca africanos e lusitanos, referindo-se aos africanos que foram colonizados e aos lusitanos em uma alusão ao processo de colonização portuguesa. No segundo verso, “O Atlântico é pequeno para nos separar”, ele reforça a ideia da cultura que foi compartilhada, apesar da imensidão de um oceano. Em “Por que o sangue é mais forte que a água do mar”, enfatiza-se a ideia de miscigenação que foi gerada pelo processo de colonização. Mais adiante, há esse trecho:

Não seja um imbecil
 Não seja um ignorante
 Não se importe com a origem ou a cor do seu semelhante
 O quê que importa se ele é nordestino e você não?
 O quê que importa se ele é preto e você é branco
 Aliás, branco no Brasil é difícil, porque no Brasil somos todos mestiços
 Se você discorda, então olhe para trás
 Olhe a nossa história, os nossos ancestrais
 O Brasil colonial não era igual a Portugal
 (RACISMO É BURRICE, 2003)

O trecho acima é marcado por anáforas, repetições de “não seja” reforçando a ideia de que o racismo causa ignorância. A segunda anáfora: “O quê que importa se ele é” destaca a

⁴ SPOTIFY Post Docs - “Gabriel o Pensador: Derrubando muros, expandindo horizontes”. [S. l.: s. n.], 2016. 1 vídeo (25 min). Publicado pelo canal Spotify Brasil. Disponível em: https://www.youtube.com/watch?v=6airVCFC_t8. Acesso em: 9 jul. 2025.

diversidade brasileira, visto que, dentro do país, há culturas distintas de acordo com a região. O nordestino é citado pois sofre com os estereótipos de preguiçoso, analfabeto e dependente do governo. Isso configura-se como xenofobia regional. Em seguida, há uma antítese em preto e branco, pois o contraste auxilia no argumento da diversidade de cores da pele e o processo de miscigenação. No final do trecho, o autor destaca o processo de colonização brasileira pelos portugueses que foi baseada na exploração de recursos e na mão de obra escravizada.

A raiz do meu país era multirracial
 Tinha índio⁵, branco, amarelo, preto
 Nascemos da mistura, então por que o preconceito?
 Barrigas cresceram, o tempo passou
 Nasceram os brasileiros, cada um com a sua cor
 Uns com a pele clara, outros mais escura
 Mas todos viemos da mesma mistura
 Então presta atenção nessa sua babaquice
 Pois como eu já disse racismo é burrice
 Dê a ignorância um ponto final
 Faça uma lavagem cerebral
 (RACISMO É BURRICE, 2003)

Os versos destacados abordam a diversidade do povo brasileiro por meio do processo de colonização que gerou a miscigenação. O uso do termo “multirracial” introduz as raças que compõem a nação. Em seguida, há o uso de “barrigas cresceram” para descrever a população brasileira em processo de formação e, no final, há o argumento de que viemos da mesma mistura, em alusão ao processo de colonização e de escravização, explicando por que não devemos ser racistas. A repetição “lavagem cerebral” é um eufemismo novamente para arrematar a argumentação, devido à música original que possuía o nome homônimo.

Racismo é burrice
 O racismo é burrice mas o mais burro não é o racista
 É o que pensa que o racismo não existe
 O pior cego é o que não quer ver
 E o racismo está dentro de você
 Porque o racista na verdade é um tremendo babaca
 Que assimila os preconceitos porque tem cabeça fraca
 (RACISMO É BURRICE, 2003)

⁵ Atualmente o termo é revisitado para substituição para “povos originários” com a LEI Nº 14.402, de 8 de julho de 2022 - Institui o Dia dos Povos Indígenas e revoga o Decreto-Lei nº 5.540, de 2 de junho de 1943.

Esses versos criticam a negação do racismo na sociedade brasileira e apontam a hipocrisia de quem acredita que o racismo não existe. Eles atacam diretamente a ideia de “democracia racial”, um mito muito difundido no Brasil que sugere que vivemos em uma sociedade sem racismo devido à miscigenação. O eu lírico afirma que “o mais burro não é o racista/ É o que pensa que o racismo não existe”, evidenciando que negar o racismo é ainda mais prejudicial, pois perpetua sua existência de forma velada. Isso contrasta com o discurso da democracia racial, que ignora as desigualdades raciais reais e estruturais.

CONSIDERAÇÕES FINAIS

O presente estudo utilizou a abordagem decolonial e os estudos culturais como ferramentas para a análise de questões sociais, coloniais, raciais e culturais. Os grupos minoritários foram historicamente colocados à margem da sociedade. O racismo e o preconceito fizeram – e ainda fazem – parte da estrutura social brasileira desde o período colonial, resultando em dificuldades de acesso e permanência em diversos âmbitos. Com a implementação de políticas públicas, leis efetivas e denúncias constantes, é possível combater o racismo e o preconceito no Brasil. Músicas como “Racismo é Burrice”, ao associarem o racismo à ignorância e à falta de consciência crítica, evidenciam o lugar de fala de sujeitos historicamente subalternizados, promovendo tanto a denúncia quanto a conscientização e o enfrentamento do racismo, do preconceito e das discriminações em geral.

REFERÊNCIAS

CEVASCO, Maria Elisa. Literatura e Estudos Culturais. In: BONNICI, Thomas; ZOLIN, Lúcia Osana (Orgs.). **Teoria Literária: Abordagens históricas e tendências contemporâneas**. 3. ed. Maringá: Eduem, 2009, p. 319-325.

GABRIEL, O PENSADOR. Racismo é burrice. In: **MTV Ao Vivo**. Rio de Janeiro: Som Livre, 2003. 1 CD (17 faixas). Faixa 7.

GOMES, Nilma Lino. **O Movimento Negro Unificador: saberes construídos nas lutas por emancipação**. 1. ed. Petrópolis, Rj: Vozes, 2023. 160 p. 10ª impressão.

PINHEIRO, Barbara Carine Soares **Como ser um educador antirracista**. São Paulo: Planeta do Brasil, 2023. 160 p.

QUIJANO, Anibal. Colonialidade do poder, Eurocentrismo e América Latina. **Clacso**: Consejo Latinoamericano de Ciencias Sociales, Buenos Aires, p. 107-142, 2005. Disponível em: <https://periodicos.uff.br/trabalhonecessario/article/view/62075/36367>. Acesso em: 04 jul. 2025.

RIBEIRO, Djamila. **Lugar de fala**. 10. ed. São Paulo: Jandaíra: Sueli Carneiro, 2023. 112 p.

RESISTÊNCIA NO CONTO “O MANDACHUVA” DE CIDINHA DA SILVA

FERNANDES, Iris Alves¹

FERREIRA, Geniane Diamante Ferreira²

SEBASTIÃO, Clara Sanches³

ST 2 - Literatura e artes: interseccionalidades

INTRODUÇÃO

A Literatura, como arte que representa, não se furta de debater o racismo e sua estruturação na sociedade, apesar de a escravidão no Brasil ter sido supostamente abolida em 1888. Vemos, assim, no conto “O mandachuva”, de Cidinha da Silva, publicado no livro “Um Exu em Nova York”, de 2019, um bom exemplo para o estudo da discriminação no Brasil por meio da Arte. Em linhas gerais, o conto narra a história da personagem Maria Felipa, empregada e escravizada, que encontra coragem para planejar uma vingança contra a senhora branca que a escraviza. Para isso, conta com Nicássio, também escravizado e usado como reprodutor. Desse modo, vemos que, apesar da opressão exercida em virtude da escravidão, havia, sim, resistência. É esse conceito que pretendemos abordar neste estudo.

Nesse sentido, a pesquisa buscou verificar os meios de resistência de cada uma das personagens contra a estrutura da escravidão a que são submetidos representados no conto de Cidinha da Silva. Assim, pretendemos delinear e analisar as ações de resistência praticadas pela personagem Maria Felipa, de acordo com sua posição social de mulher escravizada e empregada na casa de uma senhora branca e detentora de centenas de escravizados negros; bem como das formas de resistência praticadas pelo personagem Nicássio, considerando sua posição de escravizado, reprodutor e homem; e, por fim, refletir acerca das consequências dos séculos de escravização na estrutura da sociedade brasileira atual.

Este resumo está organizado em quatro seções: a primeira desta introdução; a segunda da metodologia, em que são descritas as etapas pelas quais organizamos nossa pesquisa; a

¹ Graduanda, Licenciatura em Letras Português-Inglês, Universidade Estadual de Maringá (UEM), *campus* de Maringá, ra132976@uem.br.

² Doutora em Letras, docente da Universidade Estadual de Maringá (UEM), *campus* de Maringá, gdfferreira@uem.br.

³ Graduanda, Licenciatura em Letras Português-Inglês, Universidade Estadual de Maringá (UEM), *campus* de Maringá, ra132796@uem.br.

terceira é a das discussões e resultados, na qual mostramos alguns dos dados do nosso estudo bibliográfico, bem como os resultados da nossa análise; a última seção, das considerações finais, foi destinada às conclusões obtidas.

METODOLOGIA

A pesquisa é de cunho bibliográfico, portanto, posteriormente ao levantamento da fundamentação teórica e à leitura das obras selecionadas, seguimos para a análise e discussão, que dividimos em duas partes: da opressão e da resistência. Primeiro, descrevemos e analisamos as situações e os mecanismos que, durante o processo histórico de formação das mais diversas civilizações, foram usados para oprimi-los, relacionando-as aos acontecimentos narrados no conto, a partir de autores como Said (2007), Sussman (2014) e Todorov (2010), que desenvolvem suas teorias acerca das opressões exercidas de uma determinada civilização sobre outra, das mais variadas formas possíveis. Nesse sentido, Said (2007) discute a questão do orientalismo e problematiza como a distinção entre o oriente e o ocidente foi criada em função das crenças europeias de superioridade. Sussman (2014), por sua vez, faz um extenso levantamento, através dos anos, das formas como uma pseudociência buscou (e ainda tenta) justificar e comprovar a existência de uma raça superior, alimentando uma dicotomia bastante profunda entre brancos e pretos. Já Todorov (2010) narra quase biograficamente a conquista de Colombo, o famoso navegante espanhol, da América e o contato opressivo entre ele e sua tripulação para com os povos originários.

Em sequência, analisamos e discutimos os meios utilizados pelas personagens para resistir às diversas formas de violência com base nos estudos de Ashcroft (2001) e Bonnici (2009). No recorte deste conto, encaramos uma estrutura escravagista, em que a violência encontra-se, inclusive, enraizada na forma da organização de poder dessa sociedade. Referente à tal relação de discurso e poder, Bonnici (2005, p. 258) afirma que “O conhecimento e o saber dão direito às terras prometidas supostamente de ‘ninguém’, à divisão do mundo, ao heroísmo dos exploradores, à diversidade cultural, à alteridade, ao racismo”.

DISCUSSÕES E RESULTADOS

A análise do conto “O Mandachuva”, de Cidinha da Silva, evidenciou que a opressão e a resistência coexistem de forma complexa na narrativa, revelando a estrutura racial e social

herdada da escravidão. As personagens Maria Felipa e Nicássio são apresentadas sob um olhar desumanizador, que reflete o discurso colonial e patriarcal. A linguagem empregada pela autora explicita essa objetificação quando o narrador descreve Nicássio como “reprodutor numa fazenda” (SILVA, 2018, p. 53) e “unidade de reprodução”, aproximando-o da animalização. Essa escolha vocabular, como afirmam Said (2007) e Todorov (2010), representa uma das formas mais sutis e poderosas de dominação: o controle simbólico pela palavra. Said (2007, p. 15) define o orientalismo como um “estilo ocidental para dominar, reestruturar e ter autoridade sobre o Oriente”, e essa concepção foi aqui aplicada à compreensão de como o discurso da branquitude cria e mantém a hierarquia racial no conto.

A partir desse olhar, constatamos que a opressão em “O Mandachuva” não se limita ao trabalho forçado, mas se manifesta em dimensões simbólicas e psicológicas. A fazendeira branca, ao exercer domínio absoluto sobre o corpo e a função dos escravizados, reproduz a lógica eugenista e o pensamento de superioridade racial analisados por Sussman (2014). Esse autor observa que “a natureza codificou por cores grupos de indivíduos”, o que ilustra a tentativa histórica de justificar cientificamente a inferiorização das pessoas negras. Essa visão se reflete no comportamento da senhora, que, mesmo dependente do trabalho de Maria Felipa e Nicássio, os enxerga como corpos utilitários e descartáveis. Todorov (2010, p. 36) complementa que o colonizador “recusa a existência de uma substância humana realmente outra”, e é exatamente essa recusa que estrutura o tratamento desumanizador imposto aos personagens.

Em contrapartida, a resistência emerge como resposta à opressão e se manifesta de forma silenciosa, inteligente e estratégica. A personagem Maria Felipa, ciente da vulnerabilidade imposta a si, transforma sua condição de servidão em instrumento de enfrentamento, planejando uma vingança que subverte o poder da senhora. O artigo destacou esse aspecto ao afirmar que “Maria Felipa, além de usar a mesma forma de opressão sofrida pelos escravizados contra a fazendeira, ainda planeja uma resistência silenciosa e passiva” (artigo, p. 39). Essa resistência se realiza não pela força, mas pela astúcia: Felipa manipula as circunstâncias e as expectativas da senhora branca até conduzi-la ao próprio infortúnio. Tal postura remete ao conceito de apropriação de Bonnici (2009, p. 37), entendido como “a maneira pela qual a cultura colonizada usa os instrumentos da cultura dominante para contrapor-se ao controle político do dominador”.

Por fim, os resultados da pesquisa mostraram que a resistência no conto acontece tanto na narrativa quanto na autoria. Cidinha da Silva, ao escrever a história de uma mulher negra estrategista e consciente de sua força, realiza um ato de resistência literária e política. Para Ashcroft (2001, p. 20), “a característica mais fascinante das sociedades pós-coloniais é uma resistência que se manifesta como uma recusa a ser absorvida”, e essa recusa atravessa todo o conto – nas ações de Felipa, na cumplicidade de Nicássio e na linguagem da autora. Concluimos, portanto, que “O Mandachuva” denuncia as marcas da escravidão e reafirma a literatura negra como espaço de resistência, memória e reexistência. A leitura crítica dessa obra nos permitiu perceber que resistir, para as personagens e para a autora, é narrar, planejar e sobreviver – transformando o silêncio em voz e a dor em poder.

CONSIDERAÇÕES FINAIS

A pesquisa sobre o conto “O Mandachuva”, de Cidinha da Silva, permitiu compreender que a literatura atua como um espaço de resistência e de reconstrução histórica. As análises realizadas demonstraram que, por meio das personagens Maria Felipa e Nicássio, a autora retrata o enfrentamento às estruturas coloniais e patriarcais ainda presentes na sociedade brasileira. Observamos que a opressão é representada de forma múltipla – física, simbólica e discursiva – e que a resistência se revela, sobretudo, nas brechas da linguagem e na astúcia das personagens. Maria Felipa, ao planejar sua vingança e sabotar a senhora branca, rompe com o papel social que lhe foi imposto e representa a força intelectual e política da mulher negra.

Além de evidenciar as estratégias de resistência das personagens, o estudo revelou que a própria escrita de Cidinha da Silva é um ato político de afirmação identitária. Ao recontar a história da escravidão sob o olhar de sujeitos historicamente silenciados, a autora subverte o cânone literário e amplia o espaço de representação da literatura negra brasileira. Como afirma Ashcroft (2001, p. 20), “a característica mais fascinante das sociedades pós-coloniais é uma resistência que se manifesta como uma recusa a ser absorvida”, e é essa recusa – de apagamento, de submissão e de silêncio – que atravessa todo o conto. Nesse sentido, o texto de Cidinha reinscreve a voz do oprimido como centro do discurso literário, transformando o ato de narrar em instrumento de libertação.

Conclui-se, portanto, que “O Mandachuva” não apenas denuncia a violência e a desumanização herdadas do sistema escravocrata, mas também reafirma a potência da arte como forma de resistência e memória coletiva. A leitura crítica do conto evidencia que resistir é, ao mesmo tempo, existir e narrar – e que a literatura contemporânea de autoria negra, como a de Cidinha da Silva, tem papel essencial na reconstrução das identidades e na revisão dos discursos históricos. Assim, esta pesquisa contribui para compreender como a literatura pode não apenas representar a realidade, mas também transformá-la, recuperando vozes, corpos e histórias antes silenciados pela opressão.

REFERÊNCIAS

ASHCROFT, B. Resistance. In: ASHCROFT, B. **Post-Colonial transformation**. London: Routledge, 2001.

BONNICI, Thomas e ZOLIN, Lucia Ozana (org.) **Teoria Literária**. Abordagens Históricas e Tendências Contemporâneas. 2ª ed. Maringá: Eduem, 2005.

BONNICI, T. (org.) **Resistência e Intervenção nas literaturas pós-coloniais**. Maringá: Eduem, 2009.

SAID, E. **Orientalismo**. Trad. Rosaura Eichenberg. São Paulo: Companhia das Letras, 2007.

SILVA, Cidinha da. **Um Exu em Nova York**. Rio de Janeiro: Pallas Editora, 2018.

SUSSMAN, R. W. **The Myth of Race**. Cambridge: Harvard University Press, 2014.

TODOROV, T. **A Conquista da América**. Trad. Beatriz Perrone Moisés. 4ª ed. São Paulo: Martins Fontes, 2010.

VIR A SER MULHER: O AUTORRETRATO COMO EXPERIÊNCIA DE SI

NEVES, Silvileny Dayanne Poncette¹

GOMES, Mariele Eloísa Pinzan²

NUNES, Meire Aparecida Lóde³

ST 2 - Literatura e artes: interseccionalidades

INTRODUÇÃO

O presente resumo refere-se ao projeto de pesquisa de mestrado em andamento (2025-2027), Arte e existência: O autorretrato como expressão do ser mulher, desenvolvido no PPGSeD da Unespar, *campus* de Campo Mourão-PR. O estudo busca compreender como a identidade feminina vem sendo (re)construída ao longo dos últimos séculos em uma sociedade patriarcal, marcada por desigualdades de gênero e normas educativas que diferenciam os papéis de homens e mulheres. Nesse percurso histórico, transformações sociais, políticas e culturais estruturaram e continuam a influenciar a posição, a autonomia e a expressão das mulheres, abrindo caminhos para que ressignifiquem sua existência. Surge então a questão: como nos apropriamos daquilo que antes nos foi negado, tornando possível ser e existir em nossa autenticidade?

A reflexão sobre o vir a ser mulher ultrapassa o âmbito pessoal, inserindo-se em um contexto social e histórico mais amplo, no qual desafios coletivos, como a desigualdade, o silenciamento de seus desejos e a invisibilização de sua existência, atravessam a experiência feminina. Estudos de gênero indicam que a condição feminina não é natural, mas uma construção social e histórica, mediada por normas culturais, expectativas familiares e processos simbólicos. Nesse sentido, a mulher não é condenada a ser mulher, mas tem a possibilidade de se apropriar das oportunidades e escolhas que surgem em seu entorno (Beauvoir, 2009; Belotti, 1975).

¹ Mestranda do Programa de Pós-Graduação Interdisciplinar Sociedade e Desenvolvimento (PPGSeD), Universidade Estadual do Paraná (Unespar), *campus* de Campo Mourão, psico.silvilenyneves@gmail.com.

² Mestranda do Programa de Pós-Graduação Interdisciplinar Sociedade e Desenvolvimento (PPGSeD), Universidade Estadual do Paraná (Unespar), *campus* de Campo Mourão, marieleorientacao@gmail.com.

³ Doutora em Educação, docente do Programa de Pós-Graduação Interdisciplinar Sociedade e Desenvolvimento (PPGSeD), Universidade Estadual do Paraná (Unespar), *campus* de Campo Mourão, meire.lode@unespar.edu.br.

Nesse contexto, a pesquisa investiga como mulheres contemporâneas percebem a si mesma, (re)conhecem e (re)constróem a consciência de si e de sua identidade de vir a ser mulher, por meio da arte e da produção do autorretrato. O autorretrato atua tanto como instrumento de autoconhecimento quanto como ferramenta metodológica e simbólica para compreender a construção social do ser mulher e o processo contínuo.

O projeto contribui para ampliar o conhecimento sobre subjetividade, identidade e corporeidade feminina, adotando uma abordagem interdisciplinar que integra filosofia, artes e estudos de gênero. No plano social, busca fomentar a reflexão sobre identidade, expressão e resistência feminina, valorizando produções artísticas e promovendo seu reconhecimento cultural. Ao mesmo tempo, fortalece práticas de cidadania e engajamento social, alinhando-se às políticas de igualdade de gênero e aos Objetivos de Desenvolvimento Sustentável, com destaque para o ODS 05.

METODOLOGIA

A pesquisa é de natureza qualitativa e caráter interdisciplinar, articulando os campos da Filosofia, da Arte e dos Estudos de Gênero. Fundamenta-se na fenomenologia como via de investigação da experiência vivida e na arte como meio de expressão simbólica do ser.

O estudo empírico será desenvolvido com um grupo focal composto por 05 (cinco) mulheres adultas, participantes de um curso de pintura em tela e tecido no Centro Cultural de Umuarama-PR. As participantes serão convidadas a produzir autorretratos inspirados em diferentes fases de suas vidas (infância, juventude, vida adulta e maturidade), acompanhados de frases reflexivas sobre o processo criativo.

Cada encontro terá duração aproximada de 1h30min., dividido em etapas: acolhida; reflexão individual com perguntas disparadoras; produção do autorretrato; compartilhamento voluntário e encerramento simbólico. A coleta incluirá registros visuais, narrativas escritas e observações do processo.

A análise das produções artísticas seguirá os princípios da iconografia de Erwin Panofsky (2017), em três níveis: pré-iconográfico (elementos formais); iconográfico (significados simbólicos) e iconológico (interpretação existencial). As narrativas e reflexões das participantes serão interpretadas sob a luz da fenomenologia, conforme Husserl (2012) e

Merleau-Ponty (2011), que compreendem o corpo como ponto de encontro entre percepção, experiência e existência.

DISCUSSÕES E RESULTADOS

A discussão proposta articula a trajetória existencial do ser mulher (a partir de Simone de Beauvoir), a experiência artística de Tarsila do Amaral e a expressão simbólica do autorretrato como gesto de reconstrução subjetiva.

No eixo “O vir a ser mulher”, inspirado na trajetória de Simone de Beauvoir e tendo “O Segundo Sexo” (2009) como ponto de reflexão, parte-se da compreensão de que a mulher é um projeto em constante devir, constituído nas experiências concretas da vida: infância, juventude, vida adulta e maturidade. Pretende-se analisar como as narrativas femininas se transformam ao longo dessas fases, observando de que modo liberdade, identidade e corporeidade são ressignificadas em cada momento da existência.

No eixo “Arte: percepção e subjetividade”, a obra de Tarsila do Amaral será tomada como referência simbólica. O autorretrato *Manteau Rouge* (1923) inspira a leitura da arte como expressão do olhar feminino sobre si e sobre o mundo, em um movimento de ruptura com os modelos normativos de feminilidade. Espera-se que, ao dialogar com Tarsila, as participantes encontrem na criação artística um espaço de liberdade e afirmação de si. Também será analisada a trajetória da artista, compreendendo como sua produção reflete o entrelaçamento entre arte, identidade e condição feminina no contexto modernista.

Por fim, no eixo “(Re)conhecimento e (Re)construção de si: o autorretrato feminino”, pretende-se compreender o autorretrato como linguagem de introspecção e resistência simbólica. A expectativa é que, ao produzirem suas próprias imagens, as participantes expressem lembranças, sentimentos e vivências que ultrapassem o campo estético, revelando significados sobre o ser mulher em contextos ainda marcados por estruturas patriarcais.

Espera-se que o processo artístico favoreça a emergência de novas leituras de si, nas quais cada mulher possa reconhecer-se como sujeito ativo de sua história. O autorretrato tende a se configurar como um ato fenomenológico e político, no qual o olhar para si se transforma em escuta, reconhecimento e ressignificação de uma subjetividade historicamente silenciada.

Dessa forma, prevê-se que as narrativas visuais e verbais geradas no percurso da pesquisa evidenciem o autorretrato feminino como mediador simbólico entre memória e presente, entre o que a mulher foi e o que escolhe continuar sendo. Arte e existência, nesse contexto, entrelaçam-se como caminhos de emancipação e construção de sentido.

CONSIDERAÇÕES FINAIS

Ao reunir arte, filosofia e estudos de gênero, esta pesquisa busca promover um espaço de escuta sensível e reconhecimento das subjetividades femininas, compreendendo o autorretrato não apenas como objeto estético, mas como gesto existencial e político de afirmação do ser-mulher.

A arte, ao possibilitar que as mulheres olhem para si e representem suas vivências, revela-se como meio de autoconhecimento, resistência e reconstrução simbólica. A fenomenologia, por sua vez, oferece o suporte teórico para compreender essa experiência como expressão da existência encarnada, o corpo que sente, cria e significa. Assim, o autorretrato se torna um instrumento de visibilidade e de reescrita da própria história, reafirmando que ser mulher é um processo contínuo de tornar-se, no qual arte e existência se entrelaçam na busca por sentido, liberdade e reconhecimento.

REFERÊNCIAS

BELOTTI, Elena Gianini. **Educação e dominação feminina**. Petrópolis: Vozes, 1975.

BEAUVOIR, Simone de. **O segundo sexo**. Rio de Janeiro: Nova Fronteira, 2009.

HUSSERL, Edmund. **Ideias para uma fenomenologia pura e uma filosofia fenomenológica**. São Paulo: Martins Fontes, 2012.

MERLEAU-PONTY, Maurice. **Fenomenologia da percepção**. São Paulo: Martins Fontes, 2011.

ORGANIZAÇÃO DAS NAÇÕES UNIDAS (ONU). **Transformando Nosso Mundo: A Agenda 2030 para o Desenvolvimento Sustentável**. Nova York: ONU, 2015. Disponível em: <https://brasil.un.org/pt-br/sdgs>. Acesso em: 8 out. 2025.

PANOFISKY, Erwin. **Significado nas artes visuais**. São Paulo: Perspectiva, 2017.

A EUTONIA COMO ESTRATÉGIA PEDAGÓGICA PARA A AUTORREGULAÇÃO EMOCIONAL E O BEM-ESTAR SUBJETIVO DE CRIANÇAS COM TDAH

PIETCHAKI, Claudia Regina Ramos¹

LÓDE NUNES, Meire Aparecida²

ST 3 - Saúde e qualidade de vida na sociedade contemporânea

INTRODUÇÃO

A percepção das emoções e a forma como crianças vivenciam a felicidade têm recebido atenção crescente na literatura científica, sobretudo quando se trata de grupos com condições específicas, como o Transtorno de Déficit de Atenção e Hiperatividade (TDAH). Crianças diagnosticadas com TDAH apresentam, com frequência, dificuldades na identificação, compreensão e regulação das próprias emoções, o que impacta de modo significativo sua satisfação pessoal, as relações interpessoais e o desempenho escolar (Barkley, 2008; Wehmeier; Schacht; Barkley, 2010).

Essas limitações emocionais podem resultar em consequências relevantes, como baixa autoestima, vulnerabilidade ao estresse e dificuldades na construção de vínculos sociais estáveis (Eisenberg; Spinrad, 2004; Graziano et al., 2007). Estudos apontam que estudantes com TDAH frequentemente apresentam maior instabilidade emocional e níveis reduzidos de felicidade em comparação a colegas neurotípicos, revelando desafios persistentes na regulação afetiva e maior predisposição a sentimentos de frustração (Biederman; Faraone; Monuteaux, 2002; Parker et al., 2006).

Nesse contexto, as práticas de Eutonia configuram-se como recurso pedagógico capaz de favorecer a autopercepção dos estudantes, auxiliando-os na compreensão e no manejo de suas próprias emoções. Desenvolvida por Gerda Alexander (1985), a Eutonia insere-se no campo da Educação Somática e enfatiza a consciência corporal como fundamento para o autoconhecimento, a autorregulação emocional e o fortalecimento da saúde integral (Rebêlo, 2013).

¹ Mestra, Programa de Pós-Graduação Interdisciplinar Sociedade e Desenvolvimento (PPGSeD), Universidade Estadual do Paraná (Unespar), campus de Campo Mourão, claudia.ramos@gmail.com.

² Doutora, docente da Universidade Estadual do Paraná (Unespar), campus de Paranavaí, meire.lode@unespar.edu.br.

Por meio de exercícios que envolvem atenção plena ao corpo em movimento e em repouso, alongamentos conscientes, exploração de diferentes tônus musculares e pausas reflexivas, a Eutonia permite que o indivíduo reconheça sensações internas e estabeleça conexões entre estados corporais e emocionais. A trabalho defendida é que, ao favorecer a consciência corporal, a Eutonia amplia a capacidade de crianças com TDAH distinguirem suas emoções, identificando com maior clareza variações afetivas e aprendendo a lidar de forma mais adaptativa com elas.

Dessa forma, o estudo propõe compreender de que modo as práticas de Eutonia podem contribuir para a percepção da felicidade e a regulação emocional de crianças com TDAH, articulando o corpo e a emoção como dimensões interdependentes da aprendizagem e do desenvolvimento humano.

METODOLOGIA

A pesquisa caracteriza-se como um estudo qualitativo de natureza exploratória e interventiva, fundamentado na observação participante e na análise das percepções emocionais e corporais de estudantes diagnosticados com Transtorno de Déficit de Atenção e Hiperatividade (TDAH). O foco principal foi compreender de que modo práticas corporais baseadas na Eutonia e reflexões filosóficas epicuristas podem favorecer a autorregulação emocional, a atenção e o bem-estar geral dessas crianças.

O estudo foi realizado com estudantes dos anos iniciais do Ensino Fundamental, participantes com a temática *Consciência Corporal e a Percepção de Felicidade pelos Estudantes com TDAH*, desenvolvido em dez encontros semanais. Cada encontro teve contemplou momentos de acolhimento, práticas de Eutonia, exercícios respiratórios, atividades de atenção plena e discussões reflexivas mediadas pelas docentes responsáveis.

Durante as atividades, os estudantes foram convidados a identificar e expressar suas percepções emocionais e corporais, tanto de forma oral quanto por meio de instrumentos visuais, como a Escala de Cantril, que permitiu o registro da percepção subjetiva de felicidade ao início e ao final de cada encontro. Essa escala possibilitou observar oscilações no estado emocional e compreender o impacto das práticas corporais sobre o humor e a concentração dos participantes.

Para complementar os dados e oferecer um instrumento validado de avaliação do bem-estar infantil, foi aplicado o questionário KIDSCREEN, um instrumento internacionalmente reconhecido para mensurar qualidade de vida relacionada à saúde em crianças e adolescentes. O KIDSCREEN abrange dimensões como bem-estar físico, psicológico, autonomia, relações sociais e ambiente escolar. Sua aplicação, adaptada à faixa etária e ao contexto dos participantes, auxiliou na coleta de dados sobre o impacto global das intervenções corporais e emocionais na percepção de qualidade de vida dos estudantes com TDAH.

A metodologia também contou com anotações de campo e observações sistemáticas da pesquisadora durante as práticas, registrando aspectos comportamentais, reações corporais, verbalizações espontâneas e interações sociais dos alunos. Esses registros foram posteriormente analisados qualitativamente, buscando identificar padrões de mudança emocional, melhora na atenção e aumento da consciência corporal ao longo das intervenções.

Assim, a combinação entre a Eutonia, o referencial filosófico epicurista e a avaliação empírica por meio da Escala de Cantril e do questionário KIDSCREEN permitiu uma análise integral do desenvolvimento emocional e corporal dos participantes, valorizando o corpo como mediador da aprendizagem e da experiência de felicidade.

DISCUSSÕES E RESULTADOS

Os resultados evidenciaram que as práticas de Eutonia contribuíram para a consciência corporal, o relaxamento e a autorregulação emocional das crianças com TDAH. Durante os encontros, observou-se melhora na concentração, tranquilidade e reconhecimento das próprias emoções.

A Escala de Cantril mostrou que a maioria dos estudantes apresentou manutenção ou elevação na percepção de felicidade após as práticas, enquanto o questionário KIDSCREEN indicou avanços nas dimensões de bem-estar psicológico, ambiente escolar e autonomia. Esses dados sugerem que a Eutonia favoreceu tanto o equilíbrio emocional quanto a percepção positiva da rotina escolar.

A análise do diário de campo reforçou a revelação de maior engajamento, escuta ativa e diminuição da inquietação corporal. O diálogo entre a Eutonia e a filosofia epicurista permitiu compreender que o autoconhecimento e a serenidade corporal podem conduzir à tranquilidade interior (*ataraxia*), promovendo o bem-estar subjetivo.

Dessa forma, os instrumentos aplicados: Escala de Cantril e questionário KIDSCREEN, demonstraram ser eficazes na identificação dos efeitos positivos das práticas corporais e reflexivas sobre as emoções e a qualidade de vida de crianças com TDAH.

CONSIDERAÇÕES FINAIS

A análise dos dados indica que crianças com TDAH enfrentam desafios expressivos na percepção e regulação das emoções, impactando diretamente sua vivência de felicidade e bem-estar subjetivo. Entretanto, a inserção da Eutonia no contexto escolar mostrou-se um recurso promissor, capaz de fortalecer competências socioemocionais e ampliar a consciência de si.

Os resultados apontam que a estabilidade observada não representa ausência de progresso, mas sim um amadurecimento emocional, caracterizado por maior autopercepção e domínio sobre reações impulsivas. Além disso, o formato lúdico e participativo da Escala de Cantril adaptada mostrou-se um recurso inclusivo, acessível e sensível às particularidades das crianças com TDAH.

Assim, a Eutonia se consolida como estratégia pedagógica relevante no campo da educação inclusiva e emocional, promovendo o bem-estar, a autorregulação e a integração corpo-mente. Recomenda-se a ampliação de estudos longitudinais que explorem seus efeitos a longo prazo, considerando diferentes faixas etárias e contextos escolares.

REFERÊNCIAS

- BARKLEY, R. A. **Transtorno de Déficit de Atenção e Hiperatividade**: um manual para o diagnóstico e tratamento. 4 ed. Nova York: Guilford Press, 2015.
- DIAMOND, A. Funções Executivas. **Revisão Anual de Psicologia**, v. 64, p. 135-168, 2013.
- EPICURO. **Carta sobre a felicidade**: a Meneceu. 3. ed. São Paulo: Unesp, 2002. Disponível em: <https://fernandonogueiracosta.wordpress.com/wp-content/uploads/2015/01/epicuro-carta-sobre-a-felicidade.pdf>. Acesso em: 26 abr. 2024.
- FERNANDES, C.; SILVA, M. Práticas corporais e regulação emocional na infância: um estudo sobre Eutonia e atenção plena. **Revista Brasileira de Educação Física e Esporte**, v. 35, n. 2, p. 210-223, 2021.

10, 11 e 12 DE NOVEMBRO



Interdisciplinaridade, Universidade e Ação



PPGSED



GRUPO KIDSCREEN EUROPA. **Os questionários KIDSCREEN.** Questionários de qualidade de vida para crianças e adolescentes. Manual. Lengerich: Pabst Science Publishers, 2006.

A IMPORTÂNCIA DA PRÁTICA ESPORTIVA E PROMOÇÃO DA QUALIDADE DE VIDA E SAÚDE, POR MEIO DA ESCOLA DE FORMAÇÃO ESPORTIVA DA REDE MUNICIPAL DE PARANAGUÁ, PR

BONARDO, Juliana de Felix Canestraro¹

ARCEGA, Fabíola Soares²

NASCIMENTO, Thiago Casas³

ST 3 - Saúde e qualidade de vida na sociedade contemporânea

INTRODUÇÃO

A Educação Física tem um papel fundamental no âmbito escolar, principalmente nos anos iniciais do Ensino Fundamental onde ocorrem diversas transformações no desenvolvimento infantil, sendo um componente essencial no processo de ensino e aprendizagem dos alunos. Segundo a Base Nacional Curricular Comum (BNCC), a Educação Física contribui para o desenvolvimento integral dos estudantes, por meio da cultura corporal do movimento, promovendo experiências corporais que envolvem dimensões cognitivas, afetivas, sociais e culturais.

Assim, precisamos refletir sobre a importância da prática esportiva nas escolas, sendo ela essencial para compreender seu papel na promoção da saúde e na formação de sujeitos críticos e participativos na sociedade contemporânea. O conceito mais utilizado de saúde diante das pesquisas levantadas é o da Organização Mundial da Saúde (OMS) que define saúde como sendo o bem-estar físico e mental do indivíduo, consigo mesmo e no meio no qual está inserido e não apenas a ausência de doença. (Organização Mundial da Saúde, 2000).

Dessa forma o esporte no ambiente escolar desempenha um papel fundamental, uma vez que, além de promover a saúde física, favorece também o desenvolvimento cognitivo, emocional e social dos estudantes (Darido & Rangel, 2005).

A prática regular de atividades físicas desde a infância é determinante para a adoção de um estilo de vida ativo, prevenindo doenças crônicas e promovendo a qualidade de vida.

¹ Especialista em Educação Física Escolar, Pontifícia Universidade Católica do Paraná (PUC-PR), juliana.bonardo@gmail.com.

² Mestra, Programa de Pós-Graduação Ciências, Tecnologia e Sociedade (PPGCTS), Instituto Federal do Paraná - Campus Paranaguá (IFPR), fabiolasarcega@gmail.com.

³ Especialista em Educação Especial, docente da São Braz, campus de Paranaguá, thiagosonho2024@gmail.com.

Nesse cenário, a Secretaria Municipal de Educação e Ensino Integral (SEMEDI) de Paranaguá implantou, em 2025, a Escola de Formação Esportiva, com o propósito de descentralizar o acesso ao esporte nas unidades da Rede Municipal de Ensino. Este estudo tem como finalidade investigar os impactos dessa implantação, analisando de que maneira o projeto tem contribuído para ampliar as oportunidades de prática esportiva e fortalecer a presença do esporte no cotidiano escolar. Além disso, busca-se compreender como as ações realizadas ao longo de 2025 têm favorecido a promoção da saúde e a melhoria da qualidade de vida dos estudantes.

METODOLOGIA

Esta pesquisa adota uma abordagem quali-quantitativa, voltada à compreensão dos impactos da descentralização do esporte nas escolas da Rede Municipal de Ensino de Paranaguá-PR, implementado pela SEMEDI. As principais fontes de dados incluem os relatórios das atividades desenvolvidas nas escolas, as fichas de inscrições dos alunos por unidade escolar, o acompanhamento contínuo e registros fotográficos. Foram sistematizadas em planilhas descritivas segundo as modalidades esportivas oferecidas, quantitativos de alunos atendidos, e a faixa etária.

O processo analítico foi orientado pelos referenciais de Minayo (2001), permite compreender o fenômeno estudado em sua totalidade, integrando dados objetivos e subjetivos para uma análise mais ampla da realidade. Dessa forma, buscou-se não apenas mensurar os resultados obtidos, mas também interpretar os significados e percepções dos participantes envolvidos. Esses fundamentos teóricos permitiram examinar como as iniciativas da Escola de Formação Esportiva, enquanto promoção de saúde e qualidade de vida se articulam aos estudantes.

DISCUSSÕES E RESULTADOS

A implementação da Escola de Formação Esportiva em 2025, permitiu a coleta de dados significativos sobre sua atuação junto aos alunos atendidos e das modalidades esportivas oferecidas, na rede municipal de Paranaguá. A sistematização das informações em quadro descritivo revelou um crescimento progressivo no alcance das ações, com ampliação tanto no número de instituições atendidas quanto na diversidade das

modalidades ofertadas. Um dos resultados observados também foi a implantação de modalidades esportivas em 02 Centros Municipais de Educação Infantil, conforme ilustrado no Quadro 1.

Quadro 1 - Modalidades Esportivas por unidade escolar no ano 2025

ESCOLAS	MODALIDADES ESPORTIVAS	FAIXA ETÁRIA	QUANTIDADE DE ALUNOS ATENDIDOS
EM Edinéa M. M. Garcia	Mini-Handebol	06 a 12 anos	80
EM Edinéa M. M. Garcia	Ginástica-Rítmica	06 a 12 anos	44
EM Edinéa M. M. Garcia	Jiu-Jitsu	06 a 12 anos	55
EM Eloina L. Vianna	Futebol	06 a 12 anos	40
EM Eloina L. Vianna	Capoeira	06 a 12 anos	80
EM Eva Cavani	Paratletismo	06 a 12 anos	18
EM Eva Cavani	Vôlei Sentado	06 a 12 anos	05
EM Eva Cavani	Futsal	06 a 12 anos	18
EM Gabriel de Lara	Jiu-Jitsu	06 a 12 anos	100
EM Graciela A. Diaz	Judô	06 a 12 anos	80
EM Iná Xavier	Voleibol	06 a 12 anos	30
EM Luiz V. de Camões	Futsal	06 a 12 anos	18
EM Manoel Viana	Futebol de Campo	06 a 12 anos	29
EM Nascimento Júnior	Mini-Handebol	06 a 12 anos	80
EM Nascimento Júnior	Jiu-Jitsu	06 a 12 anos	25
EM Nascimento Júnior	Futsal	06 a 12 anos	10
EM Nayá Castilho	Mini-Handebol	06 a 12 anos	43
EM Nayá Castilho	Futebol de Rua	06 a 12 anos	100
EM Nayá Castilho	Capoeira	06 a 12 anos	25
EM Pres. Castelo Branco	Mini-Handebol	06 a 12 anos	42
EM Pres. Costa e Silva	Capoeira	06 a 12 anos	53
EM Pres. Costa e Silva	Surfe	06 a 12 anos	35
EM Pres. Costa e Silva	Voleibol	06 a 12 anos	34
EM Pres. Costa e Silva	Futsal	06 a 12 anos	34
EM Takeshi Oishi	Karatê	06 a 12 anos	76
EM Tiradentes	Mini-Handebol	06 a 12 anos	06
CMEI Aurora Xavier	Jiu-Jitsu	03 a 05 anos	59
CMEI Edite Amatuzzi	Jiu-Jitsu	03 a 05 anos	29

Fonte: Os Autores, 2025.

A análise dos dados de participação da Escola de Formação Esportiva evidenciou que, em 2025, foram atendidos 1.228 alunos distribuídos entre as modalidades Mini-Handebol,

Ginástica Rítmica, Jiu-Jitsu, Capoeira, Surfe, Karatê, Judô, Futsal, Futebol de Campo e Voleibol. Esses resultados apontam de forma significativa o impacto positivo no incentivo à prática de diferentes modalidades esportivas e na promoção da qualidade de vida, saúde e bem-estar dos estudantes participantes. Destaca-se, ainda o atendimento a alunos da classe especial e alunos com deficiência, o que reforça o comprometimento da iniciativa com a inclusão e a equidade no acesso às práticas corporais e esportivas, ampliando as oportunidades de participação e desenvolvimento integral de todos os alunos da rede municipal.

CONSIDERAÇÕES FINAIS

A Escola de Formação Esportiva afirma-se, no âmbito da rede municipal de ensino, como uma ação de grande importância voltada à promoção da saúde e à melhoria da qualidade de vida dos estudantes. Ao proporcionar um ambiente de aprendizado que estimula a prática esportiva, o desenvolvimento das habilidades motoras e a convivência social, o programa contribui de maneira significativa para a formação integral dos alunos e para o fortalecimento das políticas públicas de esporte e educação.

Os dados analisados em 2025 evidenciam que a Escola de Formação Esportiva ultrapassa o ensino técnico das modalidades, favorecendo a adoção de hábitos saudáveis, a socialização e o equilíbrio físico e emocional dos participantes. Assim, reafirma-se o papel essencial da Educação Física no processo educativo e na construção da cidadania, demonstrando que investir em iniciativas dessa natureza representa investir na saúde, no bem-estar e no futuro das crianças e jovens da rede municipal.

REFERÊNCIAS

- BRASIL. Ministério da Educação. **Base Nacional Comum Curricular**. Brasília: MEC, 2018.
- BRACHT, V. **Educação Física e aprendizagem social**. Campinas: Autores Associados, 1999.
- DARIDO, S. C.; RANGEL, I. C. A. **Educação Física na escola**: implicações para a prática pedagógica. Rio de Janeiro: Guanabara Koogan, 2005.

10, 11 e 12 DE NOVEMBRO



Interdisciplinaridade, Universidade e Ação



PPGSED



MINAYO, M. C. S. **O desafio do conhecimento: pesquisa qualitativa em saúde.** 8. ed. São Paulo: Hucitec, 2001.

ORGANIZAÇÃO MUNDIAL DA SAÚDE. **Global Forum for Health Research.** Genebra: Organização Mundial da Saúde, 2000.

APRENDIZADOS E DESAFIOS NO PLANO DECENAL: A EXPERIÊNCIA DOS BOLSISTAS DA UNESPAR - PARANAVAI

SILVA, Maria Lavínia¹

COSTA, Nicolas Favareti²

BOARETTO, Juliana Dias³

ST 3 - Saúde e qualidade de vida na sociedade contemporânea

INTRODUÇÃO

O esporte e a Educação Física são instrumentos importantes para a formação de valores, a socialização e o desenvolvimento humano. O esporte é um instrumento que permite a autodescoberta, o aumento da autoconfiança e da autoestima, mas é também um meio poderoso de mobilização, ao reunir pessoas de diferentes crenças, culturas e origens étnico-raciais (Unesco, 2013, p. 1). A Educação Física e o esporte, ministrados por sistemas formais e não formais de ensino, proporcionam o aprendizado de regras mínimas de convivência, além do respeito ao próximo.

Governos, autoridades públicas, escolas e agências privadas pertinentes, em todos os âmbitos, são responsáveis por unirem forças e planejarem, em conjunto, a disponibilização e o melhor uso das instalações, locais e equipamentos para a Educação Física e o esporte. E de acordo com a Constituição Federal de 1988, no Art. 217: “É dever do Estado fomentar práticas desportivas formais e não formais como direito de cada um” (BRASIL, 1988, n.p.).

A Secretaria de Estado do Esporte e o Conselho Estadual do Esporte do Paraná, por meio de deliberação conjunta, almejam entregar um legado de gestão e planejamento para o esporte para os próximos 10 anos, por meio da realização da Conferência Estadual do Esporte, tendo como tema o Plano Decenal do Esporte do Paraná.

Para subsidiar a Conferência Estadual do Esporte e o Plano Decenal do Esporte, o Governo do Estado do Paraná, por meio da Secretaria de Estado do Esporte, realizou um ciclo de debates em câmaras temáticas organizadas em Encontros Macrorregionais. Estas etapas

¹ Graduanda, Universidade Estadual do Paraná (Unespar), *campus* Paranavaí, maria-oliveira04@outlook.com.

² Graduando, Universidade Estadual do Paraná (Unespar), *campus* Paranavaí.

³ Doutora em Educação Física, docente da Universidade Estadual do Paraná (Unespar), *campus* de Paranavaí, julivictor@yahoo.com.br.

foram realizadas entre março e abril de 2025, e foram organizadas para debater e construir as propostas para o futuro do esporte no Estado. O objetivo foi coletar contribuições da sociedade civil, gestores esportivos e comunidades para a elaboração do plano, que visa a consolidação de hábitos saudáveis, formação esportiva e excelência no alto rendimento para os próximos 10 anos.

Estes encontros, envolvendo os municípios de todas as regiões do Estado do Paraná, culminarão na Conferência Estadual do Esporte, encontro final deliberativo para o delineamento do Plano Decenal do Esporte a ser realizada em Foz do Iguaçu. A partir do exposto, este trabalho tem como objetivo relatar a experiência dos acadêmicos bolsistas da Universidade Estadual do Paraná (Unespar), *campus* de Paranavaí, na participação e contribuição ao processo de construção do Plano Decenal do Esporte Paranaense, destacando os aprendizados, desafios e reflexões decorrentes dessa vivência.

METODOLOGIA

Esta pesquisa caracteriza-se como uma narrativa descritiva, construída na forma de relato de experiência, a partir de nossas vivências enquanto bolsistas no Plano Decenal do Esporte Paranaense. De acordo com Grollmus e Tarrés (2015, n.p.), o relato de experiência constitui um conhecimento transmitido com aporte científico, produzido em primeira pessoa e de modo subjetivo, permitindo expressar percepções, sentimentos e aprendizagens adquiridas ao longo do processo vivenciado.

Compreendemos o relato de experiência como uma oportunidade de descrever situações significativas, compartilhando detalhes, reflexões e aprendizagens que contribuíram para nossa formação e compreensão sobre o tema. Segundo Mendes (2025), esse tipo de estudo descritivo busca promover o diálogo entre a experiência pessoal e o conhecimento científico, permitindo que a vivência se torne um meio de produção e socialização de saberes. Dessa forma, buscamos relatar não apenas as atividades realizadas, mas também os sentimentos, percepções e reflexões que emergiram a partir delas.

Nosso relato foi elaborado a partir dos encontros do Plano Decenal do Esporte Paranaense, desenvolvidos em duas etapas. A primeira, denominada Macrorregional, ocorreu nos municípios de Ponta Grossa, Toledo, Londrina e Maringá. A segunda fase, composta por

etapas livres, foi organizada conforme as demandas apresentadas pela sociedade civil e entidades participantes.

Participamos da última macrorregional, realizada na cidade de Maringá, e, a partir dessa experiência, identificamos a necessidade de ampliar o debate sobre o esporte universitário, tendo em vista o número reduzido de propostas voltadas a essa temática. Diante dessa constatação, organizamos uma etapa livre denominada Conferência Universitária, que contou com a participação de atletas universitários, representantes das universidades, acadêmicos, professores da região e colaboradores de outras localidades. As propostas foram enviadas, discutidas e votadas coletivamente, proporcionando um espaço de diálogo, reflexão e construção coletiva de ideias acerca do papel do esporte universitário no contexto do Plano Decenal.

DISCUSSÕES E RESULTADOS

A etapa macrorregional contou com a participação de 168 representantes dos municípios da região, incluindo gestores, professores, acadêmicos e representantes da sociedade civil. Esse encontro constituiu uma oportunidade significativa para integrar demandas locais e regionais no debate estadual sobre o esporte. O evento ocorreu ao longo de três dias, com palestras, câmaras temáticas e sessões plenárias. Antes da realização da etapa, foram realizadas reuniões online e presenciais com o objetivo de alinhar as formas de trabalho. Além disso, foi realizada uma vistoria nos possíveis locais para a execução dos eixos temáticos, garantindo adequação à estimativa de público.

As discussões e votações foram organizadas em três eixos temáticos: 1. Formação Esportiva: foco na prática esportiva para crianças e adolescentes, visando seu desenvolvimento integral; 2. Esporte de Excelência: prática esportiva caracterizada pelo treinamento sistemático, intensivo e especializado, com objetivo de alcançar alto desempenho em competições regionais, nacionais e internacionais; 3. Esporte Para Vida Toda: promoção da prática contínua do esporte, atividade física e exercícios ao longo de toda a vida, incentivando hábitos saudáveis e lazer ativo (Plano Decenal).

No eixo Formação Esportiva, as discussões abordaram diferentes perspectivas sobre a importância de garantir o acesso de crianças e adolescentes à prática esportiva, respeitando suas individualidades e necessidades. Os debates incluíram temas como a diversidade das

práticas corporais, a relevância do esporte para o desenvolvimento integral e a necessidade de metodologias inclusivas e significativas. As votações foram conduzidas de forma democrática, priorizando o desenvolvimento integral e o prazer pelo movimento, e não apenas a formação de atletas.

No eixo Esporte de Excelência, as discussões foram objetivas e bem mediadas, com participação variada entre os presentes. Algumas pessoas contribuíram ativamente com ideias e sugestões, enquanto outras acompanharam passivamente. Apesar disso, o grupo conseguiu definir prioridades alinhadas à realidade dos participantes, e a votação ocorreu de maneira organizada e eficiente.

No eixo Esporte Para Vida Toda, as votações e ajustes das propostas transcorrem de forma tranquila, com participação menos ativa de alguns presentes. Algumas propostas foram alteradas, enquanto outras foram rejeitadas por não se enquadrarem na temática estabelecida. A maioria das propostas, no entanto, foi aprovada sem modificações, refletindo uma abordagem ampliada e transversal do esporte, entendido como instrumento de promoção do lazer, saúde, inclusão social e qualidade de vida em todas as fases da vida.

No total 107 propostas foram enviadas para votação nos três eixos: Formação Esportiva: 35 propostas; Esporte de Excelência: 24 propostas; Esporte Para Vida Toda: 48 propostas. O eixo Esporte Para Vida Toda recebeu o maior número de propostas, evidenciando a valorização de uma abordagem ampla do esporte, voltada para saúde, inclusão social e qualidade de vida.

CONSIDERAÇÕES FINAIS

A participação dos bolsistas da Unespar na construção do Plano Decenal do Esporte Paranaense (2026-2036) proporcionou uma vivência significativa de integração entre universidade, sociedade civil e governo, permitindo compreender de forma prática os desafios e a importância de processos participativos na formulação de políticas públicas esportivas.

Os três eixos temáticos – Formação Esportiva, Esporte de Excelência e Esporte Para Vida Toda – evidenciaram a diversidade de demandas e perspectivas sobre o esporte, desde o desenvolvimento integral de crianças e adolescentes até a promoção da prática esportiva ao longo da vida, mostrando a necessidade de abordagens inclusivas e colaborativas.

A experiência também possibilitou aos bolsistas desenvolver competências profissionais e pessoais, como trabalho em equipe, mediação de debates, sistematização de informações e reflexão crítica sobre gestão e planejamento esportivo, reforçando a importância da participação ativa na construção de políticas públicas efetivas. Em síntese, o relato de experiência demonstra que a articulação entre universidade, comunidade e governo é fundamental para consolidar um esporte mais democrático, inclusivo e estruturado, capaz de promover saúde, educação e qualidade de vida em todas as fases da vida.

REFERÊNCIAS

BRASIL. **Constituição da República Federativa do Brasil de 1988**. Diário Oficial da União, Brasília, 5 out. 1988. Disponível em: http://www.planalto.gov.br/ccivil_03/constituicao/constituicao.htm. Acesso em: 30 out. 2025.

GIL, A. C. **Métodos e técnicas de pesquisa social**. 7. ed. São Paulo: Atlas, 2019.

GROLLMUS, N. S.; TARRÉS, J. P. Relatos metodológicos: difractando experiencias narrativas de investigación. **Forum Qualitative Sozialforschung / Forum: Qualitative Social Research**, [S.l.], v. 16, p. 1-24, 26 abr. 2015. Disponível em: <http://dx.doi.org/10.17169/FQS-16.2.2207>. Acesso em: 30 out. 2025.

MENDES, L. **O relato de experiência como produção de conhecimento**: reflexões sobre a prática científica e formativa. Paranavaí: Universidade Estadual do Paraná, 2025.

MINAYO, M. C. de S. **O desafio do conhecimento**: pesquisa qualitativa em saúde. 15. ed. São Paulo: Hucitec, 2022.

OLIVEIRA, M. M. de. **Como fazer pesquisa qualitativa**. 10. ed. Petrópolis: Vozes, 2021.

ORGANIZAÇÃO DAS NAÇÕES UNIDAS PARA A EDUCAÇÃO, A CIÊNCIA E A CULTURA - UNESCO. **Esporte e desenvolvimento humano**: valores e benefícios do esporte. Paris: Unesco, 2013.

SECRETARIA DE ESTADO DO ESPORTE DO PARANÁ. **Plano Decenal do Esporte do Paraná 2026-2036**: relatório de construção e diretrizes. Curitiba: Governo do Estado do Paraná, 2025.

TOZONI-REIS, M. F. C. **Metodologia da pesquisa científica**: teoria e prática. Curitiba: InterSaberes, 2017.

ARTE E CUIDADO: OFICINAS COMO ESPAÇOS DE ESCUTA E CONSTRUÇÃO DE PROJETOS DE VIDA

LOMBARDI, Denise Aparecida Ramiro¹

LÓDE NUNES, Meire Aparecida²

ST 3 - Saúde e qualidade de vida na sociedade contemporânea

INTRODUÇÃO

A arte, quando compreendida como forma simbólica de expressão, transcende os limites estéticos e torna-se linguagem de cuidado e de subjetivação. E no campo da psicologia social e da saúde coletiva, ela adquire valor terapêutico e político, pois possibilita o diálogo entre afetos, sentidos e práticas sociais. Como afirma Japiassu (1976), a interdisciplinaridade não consiste na soma de saberes, mas na interação viva entre campos de conhecimento voltados à compreensão do humano em sua totalidade.

Segundo Japiassu (1976, p. 83), a interdisciplinaridade é “um processo de interação e de reciprocidade entre diferentes campos do saber, visando à compreensão global dos fenômenos humanos”. Tal princípio orienta a presente proposta, que une a psicologia social, interessada nas relações entre indivíduo e sociedade, à saúde coletiva, voltada às condições sociais, emocionais e culturais da vida.

A arte, nesse contexto, atua como linguagem mediadora, pois traduz conteúdos internos em formas visuais e simbólicas, favorecendo processos de insight, autorregulação e elaboração emocional. Como destaca Bechelli e Porcu (2022), os estados de personalidade são resultantes da interação contínua entre pensar, sentir e agir, de modo que o ato criativo permite a integração desses aspectos fragmentados da experiência humana.

A fundamentação teórica ancora-se na teoria da personalidade de Bechelli e Porcu (2022), que concebe o ser humano como sistema integrado em que pensamentos, sentimentos e comportamentos interagem de forma contínua, modelando tanto o equilíbrio

¹ Mestranda, Programa de Pós-Graduação Interdisciplinar Sociedade e Desenvolvimento (PPGSeD), Universidade Estadual do Paraná (Unespar), *campus* de Campo Mourão, psdeniseramiro@email.com.

² Doutora em Educação pela UEM, docente da Universidade Estadual do Paraná (Unespar), *campus* de Paranavaí, meire.lode@unespar.edu.com.

interno quanto as formas de adaptação social. Assim, no campo de observação e experimentação da dinâmica, o projeto objetiva a construção de oficinas de projetos de vida.

No âmbito da saúde coletiva, a proposta vincula-se à perspectiva da promoção de saúde (Czeresnia, 2003), que compreende o bem-estar não como ausência de doença, mas como capacidade de significar a própria experiência e construir sentidos para o viver. A oficina torna-se, portanto, um microespaço de produção de saúde, no qual a criação estética dialoga com o autoconhecimento e a coletividade.

A metodologia articula princípios de Japiassu (1976) sobre a interdisciplinaridade, integrando o referencial da teoria da personalidade de Luiz Paulo Bechelli e Mauro Porcu (2022), que compreende a interação entre pensamento, sentimento e comportamento. Cada oficina abordará um eixo temático e culminará na produção de um material artístico. O estudo objetiva analisar como a criação simbólica pode promover reflexões sobre o eu, o outro e o projeto de vida, fortalecendo dimensões de saúde mental, autoconhecimento e pertencimento social.

METODOLOGIA

A pesquisa caracteriza-se como qualitativa, exploratória e interventiva, fundamentada no paradigma interdisciplinar proposto por Hilton Japiassu (1976), que defende o diálogo entre campos de saber como via de superação da fragmentação do conhecimento.

Alinhada a essa visão propõe a implementação de oficinas artísticas como metodologia interdisciplinar entre a psicologia social e a saúde coletiva, voltada à promoção de espaços de escuta, expressão simbólica e acolhimento de jovens adultos em processo de construção de seus projetos de vida.

Participantes e Contexto

As atividades serão desenvolvidas em grupo com cinco participantes, na faixa etária de 18 a 25 anos, em oito encontros semanais de uma hora, realizados na Secretaria Municipal de Educação de Janiópolis/PR. O dispositivo metodológico consiste na criação e análise de produções artísticas que favoreçam a reflexão sobre identidade, emoções e futuro, considerando as especificidades dessa fase marcada por transições vocacionais, afetivas e sociais.

Estrutura das oficinas

Cada oficina terá:

- Um tema central (eixo temático);
- Um objetivo emocional e reflexivo;
- Um produto artístico final (pintura, colagem, escrita ou escultura leve);
- Um momento de diálogo coletivo e fechamento.

As atividades serão registradas em diário de campo e os resultados analisados à luz da psicologia social, da teoria da personalidade e dos princípios da saúde coletiva.

DESENVOLVIMENTO - OFICINA ARTÍSTICA COMO DISPOSITIVO DE SAÚDE

A oficina é compreendida como uma tecnologia leve de cuidado (Merhy, 2002), centrada na escuta e na interação. Ela possibilita a criação de vínculos e o fortalecimento da identidade pessoal e coletiva. Sob a ótica da psicologia social, a produção artística coletiva permite o reconhecimento do outro como espelho e limite do eu (Lane & Sawaia, 2001), enquanto na saúde coletiva, constitui uma ação de prevenção e promoção de saúde mental (Campos, 2017). As oficinas artísticas foram estruturadas de acordo com o quadro a seguir:

Quadro 1 - Oficina artística de projeto de vida

Nº de Sessões	Eixo Temático	Objetivo Específico	Atividade Artística
1	Identidade e pertencimento	Criar um autorretrato simbólico representando o “eu atual”	Desenho livre com espelhos e cores emocionais
2	Emoções e corpo	Identificar sensações e sentimentos	Pintura corporal simbólica em papel kraft
3	Narrativas de vida	Recontar fragmentos de histórias pessoais significativas	Colagem de memórias com recortes e imagens
4	Relações e vínculos	Refletir sobre laços afetivos e de amizade	Escultura coletiva em argila ou papel machê
5	Sonhos e futuro	Projetar desejos e metas pessoais	Mapa dos sonhos artístico (<i>vision board</i>)
6	Medos e superações	Externalizar inseguranças e desafios enfrentados	Criação de máscaras simbólicas
7	O outro e o coletivo	Reconhecer a interdependência e empatia	Mandala coletiva com símbolos compartilhados
8	Encerramento e sentido	Síntese simbólica da jornada	Instalação coletiva:

			"Meu projeto de vida"

Fonte: Elaborada pelas autoras.

DISCUSSÕES E RESULTADOS

A análise das produções e narrativas será conduzida segundo o referencial de Bechelli e Porcu (2022), interpretando os materiais a partir da interação entre pensamentos (discursos), sentimentos (cores e formas) e comportamentos (processos criativos e relacionais). A abordagem permite compreender como os participantes reorganizam suas experiências, integrando emoção e razão no processo de simbolização.

Na perspectiva da saúde coletiva, as oficinas configuram-se como práticas emancipadoras, pois resgatam a autonomia dos sujeitos sobre seus processos de vida e ampliam a noção de saúde para além da clínica individual. Assim, o espaço terapêutico é ampliado para um campo estético, ético e político que será desenvolvido pelas pesquisadoras.

As oficinas artísticas configuram-se como um instrumento interdisciplinar potente entre psicologia social e saúde coletiva, promovendo escuta ativa, expressão simbólica e fortalecimento de vínculos. Ao articular pensamento, sentimento e comportamento, conforme Bechelli e Porcu (2010), o ato criativo favorece o equilíbrio psíquico e o sentido de pertencimento social. A arte, enquanto linguagem universal, revela-se como meio terapêutico de elaboração da experiência e de construção do projeto de vida, ampliando a compreensão da saúde como processo coletivo e simbólico.

CONSIDERAÇÕES FINAIS

A presente pesquisa encontra-se em desenvolvimento e ainda será aplicada na prática, por meio da realização das oficinas artísticas propostas junto ao grupo participante. As etapas teóricas e preparatórias já executadas indicam grande potencial da metodologia interdisciplinar para o trabalho com jovens adultos em fase de construção de suas identidades e projetos de vida.

As oficinas artísticas se configuram como meios terapêuticos e inclusivos, capazes de promover escuta ativa, expressão simbólica e integração social. A articulação entre arte, psicologia e saúde coletiva demonstra-se, assim, uma estratégia promissora para compreender os processos de subjetivação na juventude.

As atividades criativas, orientadas por diversos estudos contemporâneos, no campo da psicologia social e da saúde coletiva, favorecem a integração entre pensamento, sentimento e

comportamento, ampliando o autoconhecimento e a capacidade de simbolização têm apontado essas práticas como espaços de acolhimento e elaboração de experiências emocionais, fortalecendo vínculos interpessoais e a consciência de pertencimento.

Embora os resultados empíricos ainda estejam por vir, a fundamentação teórica e a fase preparatória apontam para a relevância científica e social do estudo. Espera-se que a aplicação prática das oficinas contribua não apenas para o fortalecimento das identidades em construção, mas também para o desenvolvimento de práticas inclusivas de cuidado em saúde mental, reforçando a arte como um campo legítimo de mediação entre o clínico, o social e o coletivo.

REFERÊNCIAS

BECHELLI, L. P.; PORCU, M. **Personalidade e comportamento humano**. São Paulo: Dream Sellers, 2010.

CAMPOS, G. W. S. **A clínica do sujeito e a saúde coletiva**. São Paulo: Hucitec, 2017.

CZERESNIA, D. **O conceito de saúde e a diferença entre prevenção e promoção**. Rio de Janeiro: Fiocruz, 2003.

JAPIASSU, H. **Interdisciplinaridade e patologia do saber**. Rio de Janeiro: Imago, 1976.

LANE, S. T. M.; SAWAIA, B. **Psicologia social: o homem em movimento**. São Paulo: Brasiliense, 2001.

MERHY, E. E. **Saúde: a cartografia do trabalho vivo**. São Paulo: Hucitec, 2002.

MINAYO, M. C. S. **O desafio do conhecimento: pesquisa qualitativa em saúde**. 14. ed. São Paulo: Hucitec, 2014.

CONCEPÇÕES DE FELICIDADE NA CONTEMPORANEIDADE: UMA PERSPECTIVA HISTÓRICA E FILOSÓFICA COM ENFOQUE NA TEORIA DE EPICURO

OLIVEIRA, Lindomar Teles de¹

LÓDE-NUNES, Meire Aparecida²

ST 3 - Saúde e qualidade de vida na sociedade contemporânea

INTRODUÇÃO

A felicidade é um conceito universalmente buscado, mas historicamente controverso. Ao longo do tempo, diferentes culturas, correntes filosóficas e abordagens sociais atribuíram significados diversos a esse fenômeno subjetivo. Na contemporaneidade, a felicidade aparece associada a parâmetros de realização pessoal, sucesso econômico e consumo de bens materiais, muitas vezes ignorando aspectos subjetivos, emocionais e relacionais que compõem a experiência humana. Este trabalho, parte de uma dissertação de mestrado em andamento, tem por objetivo discutir os sentidos da felicidade a partir de uma análise histórica e filosófica, com ênfase na perspectiva de Epicuro (341-270 a.C.), articulando esse referencial com as demandas da sociedade contemporânea.

A escolha pelo recorte teórico se justifica pela ausência de uma discussão aprofundada sobre o papel das dimensões subjetivas e existenciais da felicidade em pesquisas aplicadas, especialmente aquelas voltadas à promoção do bem-estar. Além disso, as tensões entre o modelo de felicidade propagado pelo capitalismo e a experiência concreta de sofrimento psíquico, estresse e insatisfação crescentes na população mundial motivam o retorno a autores clássicos como Epicuro, que propõem caminhos para uma vida mais equilibrada e significativa.

METODOLOGIA

¹ Mestrando, Programa de Pós-Graduação Interdisciplinar Sociedade e Desenvolvimento (PPGSeD), Universidade Estadual do Paraná (Unespar), *campus* de Campo Mourão, lindomarteleso3@gmail.com.

² Doutora em Educação, docente da Universidade Estadual do Paraná (Unespar), *campus* de Paranavaí, meire.lode@unespar.edu.br.

Este trabalho integra uma pesquisa qualitativa, de abordagem interdisciplinar, em andamento no Programa de Pós-Graduação Interdisciplinar Sociedade e Desenvolvimento da Unespar. A dissertação tem como objetivo geral investigar como a prática da Educação Somática pode influenciar a percepção de felicidade de adolescentes e idosos. Contudo, este resumo expandido delimita-se à análise teórica da Seção 3 da dissertação, que versa sobre os conceitos de felicidade em diferentes momentos históricos.

A discussão baseia-se em levantamento bibliográfico de autores da filosofia clássica com destaque para Epicuro (2002) –, da psicologia positiva como Seligman (2011) e Frankl (2011), e de pensadores contemporâneos que problematizam a felicidade sob a ótica do consumismo e da sociedade de desempenho como Comte-Sponville (2005), Bruckner (2002), e Stearns (2022). Os dados estão organizados em quatro núcleos principais: (1) a felicidade na contemporaneidade; (2) a perspectiva epicurista; (3) os condicionantes culturais e socioeconômicos da felicidade e (4) as perspectivas de felicidade para adolescentes e idosos.

Embora os resultados empíricos da pesquisa de campo ainda não tenham sido analisados, a fundamentação teórica permite uma rica discussão conceitual que subsidiará a interpretação futura dos dados.

DISCUSSÃO

A sociedade contemporânea apresenta uma contradição em relação à felicidade: ao mesmo tempo em que a valoriza como objetivo supremo, também a transforma em produto de consumo e expectativa social. Como destacam Silva e Carvalhaes (2016), a ascensão do mercado como critério de valor afetou profundamente a forma como o bem-estar é entendido, reduzindo-o à aquisição de bens e à ostentação de sucesso. Comte-Sponville (2005), alerta que a obsessão contemporânea com a felicidade pode indicar justamente sua ausência real: “o fato de tanto se falar sobre a felicidade seria justamente um sintoma de que o homem contemporâneo não é feliz” (Sponville, 2005, p. 19). Por outro lado, Frankl (2011), aponta que a verdadeira felicidade está relacionada à busca de sentido na vida, e não à satisfação imediata de desejos. Já Seligman (2011), define a felicidade como resultado da combinação entre emoções positivas, engajamento, relacionamentos, sentido e realizações. Mazzi, Marques, Ripoll (2022, p. 1167) comentam ainda que: “A busca da felicidade é uma constante na história humana, e este fenômeno é um dos pilares básicos do humano sobre o sentido da

vida. Desde a época dos filósofos gregos até os dias atuais, têm se formulado múltiplos conceitos com o objetivo de compreender a felicidade e o sentido da vida [...]”.

Nesse contexto, o pensamento de Epicuro, apresenta-se como um contraponto à superficialidade contemporânea. Longe de propor a busca desenfreada pelo prazer vulgar, Epicuro valorizava o prazer moderado, a amizade e a tranquilidade como vias para a ataraxia (tranquilidade da alma) e a aponia (ausência de dor), os dois pilares da felicidade (Epicuro, 2002). Para ele, a filosofia era um caminho de cura, e a felicidade, um efeito da sabedoria prática (phronesis). Silva (2018), retoma o pensamento epicurista destacando sua atualidade: viver com moderação, cultivar relações significativas, conhecer os limites do desejo. Epicuro classificava os desejos em naturais e necessários e não naturais e não necessários. Somente os primeiros devem ser perseguidos. Essa hierarquização, que contrasta com o impulso consumista atual, revela uma compreensão mais sustentável da felicidade.

O capítulo 3 da dissertação também discute os fatores culturais e socioeconômicos que moldam a percepção de felicidade, com base no *World Happiness Report* (2025). Elementos como apoio social, liberdade, confiança nas instituições e saúde mental aparecem como mais determinantes da felicidade do que o Produto Interno Bruto (PIB). O Brasil, por exemplo, ocupa a 36ª posição no ranking global, ficando atrás de países como Uruguai e México, mesmo com indicadores econômicos semelhantes.

Finalmente, a seção analisa como diferentes grupos etários percebem a felicidade. Adolescentes buscam reconhecimento social e identidade (Costa et al., 2021), enquanto idosos priorizam paz interior, autonomia e relações familiares (Fonte e Coelho, 2023). Esses contrastes reforçam a necessidade de abordagens intergeracionais que respeitem os contextos emocionais de cada fase da vida.

CONSIDERAÇÕES FINAIS

A discussão teórica sobre a felicidade revela que o conceito não pode ser reduzido a um ideal universal e atemporal. Ao contrário, é influenciado por contextos históricos, culturais, econômicos e existenciais. A contribuição do pensamento epicurista está em resgatar a simplicidade, a moderação e a sabedoria como bases para o bem viver, em contraste com a ansiedade da produção do mundo contemporâneo, onde a busca incessante por eficiência e acumulação de bens pode gerar insatisfação e desconexão com o que realmente

traz bem-estar genuíno, que é levar uma vida tranquila, reflexiva e sustentável, com equilíbrio, e na busca por prazer duradouro, como o prazer simples e saudável das relações interpessoais e do autoconhecimento.

Embora os dados empíricos da pesquisa de campo ainda não tenham sido discutidos, esta base teórica oferece fundamentos sólidos para a interpretação das percepções de felicidade de adolescentes e idosos após as práticas de educação somática. As futuras análises permitirão observar em que medida essas experiências corporais refletem os princípios epicuristas de prazer consciente, tranquilidade e autossuficiência.

REFERÊNCIAS

BRUCKNER, Pascal. **A euforia perpétua**: ensaio sobre o dever da felicidade. Tradução de Antônio Cruz Belo. 1. ed. Lisboa: Editorial Notícias, 2002.

COMTE-SPONVILLE, A. C. **O Capitalismo é Moral?** São Paulo: Martins Fontes, 2005.

COSTA, N.; FRANCA, C. D.; GODOY, F.; NASCIMENTO, M.; MENEZES, V.; COLARES, V. Felicidade na adolescência e fatores associados: uma revisão da literatura. **Revista Psicologia, Saúde & Doenças**, v. 22, n. 3, p. 1003-1012, 2021. Disponível em: <https://doi.org/10.15309/21psd220319>. Acesso em: 19 mar. 2025.

EPICURO. **Carta sobre a Felicidade** (tradução de Álvaro Lorencini e Enzo Del Carratore). São Paulo: Editora Unesp, 2002.

FONTE, C. A. M. D.; COELHO, A. C. D. R. O papel da idade na felicidade dos indivíduos: estudo da vida agradável, comprometida e significativa. **Studies in Health Sciences**, Curitiba, v. 4, n. 4, p. 1522-1535, 2023.

FRANKL, V. E. **A vontade de sentido** (I. S. Pereira, trad.). São Paulo, SP: Paulus, 2011.

HELLIWELL, J. F. LAYARD, R.; SACHS, J. D. De Neve, J. E.; AKNIN, L. B.; WANG, S. (Eds.). **World Happiness Report 2025**. University of Oxford: Wellbeing Research Centre at the University of Oxford in partnership with Gallup, the UN Sustainable Development Solutions Network, and the WHR's Editorial Board. Nova Iorque: 13 mar. 2025. Disponível em: <https://worldhappiness.report/>. Acesso em: 15 jun. 2025.

MAZZI, R. A. P.; MARQUES, H. R.; RIPOLL, R. R. estado da arte da ciência da felicidade e o desenvolvimento local. **Revista Interações**, Campo Grande, MS, v. 23, n. 4, p. 1161-1177, out./dez. 2022. Disponível em: <https://www.scielo.br/j/inter/a/t7kd5HKzY4HF54zJkptPz9C/>. Acesso em: 08 set. 2024.

SELIGMAN, M. **A Vida que floresce**. Lisboa: Estrela Polar, 2011.

SILVA, E. S. **O conceito de felicidade em Epicuro**: análise teórica sobre a felicidade epicurista. Uberlândia, 2018. Trabalho de Conclusão de Curso (Licenciatura em Filosofia) - Universidade Federal de Uberlândia, 2018.

SILVA, R. B., CARVALHAES, F. F. D. Consumo e felicidade na contemporaneidade. **Revista Espaço Acadêmico**. n. 187. Dez. 2016, p. 71-82. Maringá, 2016. Disponível em: <https://periodicos.uem.br/ojs/index.php/EspacoAcademico/article/view/34331/17961>. Acesso em: 11 set. 2024.

STEARNS, Peter N. **História da felicidade**. Tradução de Roberto Cataldo. São Paulo: Editora Contexto, 2022.

CONFERÊNCIA LIVRE O ESPORTE QUE QUEREMOS: UM RELATO DE EXPERIÊNCIA

FERREIRA, João Miguel Silvestre¹

BOARETTO, Rodrigo Dias²

BOARETTO, Juliana Dias³

ST 3 - Saúde e qualidade de vida na sociedade contemporânea

INTRODUÇÃO

A compreensão do esporte ressalta em um sentido mais amplo, que não se restringe ao esporte em sua concepção estrita, mas que abrange demais práticas corporais, tais como: ginásticas, atividades de lazer, grupos de caminhadas, danças, entre outros. Destaca-se a necessidade de especial atenção aos grupos sociais que tem menos acesso à prática esportiva, seja por questões socioeconômicas, culturais ou estruturais. Pensando nisso o Governo do Estado do Paraná decidiu criar um plano de trabalho para o esporte visando os próximos dez anos.

Para subsidiar a Conferência Estadual do Esporte e o Plano Decenal do Esporte, o Governo do Estado do Paraná, por meio da Secretaria de Estado do Esporte, realizou um ciclo de debates em câmaras temáticas organizadas em Encontros Macrorregionais. Estas etapas foram realizadas entre março e abril de 2025, e foram organizadas para debater e construir as propostas para o futuro do esporte no Estado. O objetivo foi coletar contribuições da sociedade civil, gestores esportivos e comunidades para a elaboração do plano, que visa a consolidação de hábitos saudáveis, formação esportiva e excelência no alto rendimento para os próximos 10 anos.

A partir destas macrorregionais, foram elaboradas etapas livres, que foram propostas de acordo com a demanda da sociedade. A etapa a qual trabalhamos foi a etapa macrorregional de Maringá, e como parte faltante ficou identificado a baixa adesão do esporte universitário em todos os seus setores, logo a nossa etapa livre foi nomeada de Conferência

¹ Graduando em Educação Física, Universidade Estadual do Paraná (Unespar), *campus* de Paranavaí, joaomiguelsilvestre1940@gmail.com.

² Graduando em Educação Física, Universidade Estadual do Paraná (Unespar), *campus* de Paranavaí.

³ Doutora em Educação Física, docente da Universidade Estadual do Paraná (Unespar), *campus* de Paranavaí, juliana.boaretto@unespar.edu.br.

Universitária. Foram convidados atletas universitários, representantes das universidades, acadêmicos e professores da região, e pessoas de outras localidades puderam enviar propostas para serem discutidas e votadas em relação a temática.

Nesse contexto, a Conferência Livre surgiu como uma iniciativa fundamental para aproximar a comunidade externa da universidade, promovendo um espaço de escuta, diálogo e construção coletiva. Através dessa ação, buscou-se romper barreiras entre o saber acadêmico e os saberes populares, incentivando a participação ativa da população nas discussões sobre políticas públicas para o esporte e demais práticas corporais, fortalecendo o papel social da universidade como agente transformador da realidade.

A Conferência Estadual do Esporte Universitário foi realizada com o objetivo de fomentar o debate e ampliar a participação no desenvolvimento de políticas voltadas ao esporte universitário no estado. As conferências, que segundo Priberam (2025) são os “encontros de pessoas com objetivo de discutir temas de interesse comum”, configuram-se como espaços privilegiados de troca e construção coletiva, reforçando a importância desse tipo de iniciativa para o fortalecimento do esporte universitário no Paraná.

Contou ainda com a participação de atletas universitários, representantes das Instituições de Ensino Superior (IES), acadêmicos, professores e demais interessados, promovendo um espaço democrático de construção coletiva. Além dos participantes locais, pessoas de outras regiões também puderam contribuir com propostas, que foram discutidas e votadas de acordo com os eixos temáticos: Formação Esportiva, Excelência Esportiva e Esporte para Toda a Vida.

A organização desta etapa livre ficou a cargo do Departamento de Educação Física da Universidade Estadual de Maringá (UEM) e pelo Colegiado de Educação Física da Universidade Estadual do Paraná (Unespar), em parceria com a Secretaria de Estado do Esporte e o Conselho Estadual do Esporte. Realizada no dia 17 de julho, a conferência teve como principal intuito garantir a inclusão da comunidade acadêmica, do poder público e da sociedade civil na elaboração de propostas para o fortalecimento do esporte universitário. No ambiente universitário, esse diálogo se consolidou por meio da troca de conhecimentos, experiências e pesquisas, fortalecendo a construção coletiva e integrada de políticas públicas para o setor.

METODOLOGIA

A caracterização da pesquisa foi conduzida por meio de uma abordagem narrativa, estruturada a partir de relatos e observações decorrentes da participação na Conferência Estadual do Esporte Universitário. De acordo com Grollmus e Tarrés (2015, n.p.),

Relato de Experiência constitui uma forma de produção de conhecimento com fundamento científico, que busca descrever de maneira detalhada e contextualizada situações vivenciadas no âmbito de práticas ou eventos específicos.

Considerando a relevância da produção e disseminação do conhecimento científico, torna-se essencial compreender as diferentes possibilidades metodológicas e modalidades de escrita acadêmica, entre as quais se insere o Relato de Experiência (RE). Ressalta-se que o RE não se caracteriza, necessariamente, como uma pesquisa acadêmica formal, mas como o registro sistematizado e reflexivo de experiências significativas, capazes de contribuir para a construção de novos saberes (Lüdke; Cruz, 2010, n.p.).

A participação na Conferência Estadual do Esporte Universitário integrou uma mobilização regional voltada à ampliação do debate sobre o desenvolvimento do esporte nas Instituições de Ensino Superior (IES) do Estado do Paraná. A iniciativa contou com o envolvimento da Universidade Estadual do Paraná – *campus* de Paranavaí (Unespar) – e da Universidade Estadual de Maringá (UEM), enquanto instituições parceiras no processo de elaboração do Plano Decenal do Esporte Paranaense, promovendo a articulação entre a comunidade acadêmica, o poder público e a sociedade civil.

Durante a conferência, os dados e as propostas resultantes das discussões foram organizados conforme os eixos temáticos “Formação Esportiva”, “Excelência Esportiva” e “Esporte para Toda a Vida”, possibilitando a formulação de diretrizes mais coerentes e alinhadas à realidade das Instituições de Ensino Superior participantes.

DISCUSSÕES E RESULTADOS

A Etapa Livre da Conferência foi realizada em 17 de julho de 2025, em organização conjunta da Unespar e da UEM. Durante o processo preparatório, ocorreram reuniões presenciais e por chamada de vídeo, nas quais discutimos as formas de trabalho e planejamos

os detalhes necessários. Fizemos a leitura prévia de todas as propostas submetidas, a fim de verificar se estavam corretamente redigidas e alocadas no eixo temático adequado. Afinal, “organizar um evento exige arte e visão para superar a expectativa dos participantes através de serviços e atendimento eficientes” (Zanella, 2018, n.p.).

A previsão inicial era de 34 participantes e, embora tenham sido registrados 24 votos, o evento evidenciou significativo engajamento e compromisso da comunidade acadêmica e da sociedade civil.

Foram apresentadas 73 propostas distribuídas entre os eixos temáticos: 19 em Formação Esportiva, 29 em Excelência Esportiva e 25 em Esporte para Toda a Vida. Cada eixo possui uma temática a ser discutida. Formação esportiva: Desenvolvimento de programas e ações voltadas à formação de atletas e profissionais do esporte. Excelência esportiva: Promoção de alto rendimento e apoio a atletas de elite. Esporte para toda a vida: Incentivo à prática esportiva em todas as fases da vida, visando à saúde e bem-estar da população.

No eixo Formação Esportiva, as propostas destacaram a criação de programas de capacitação continuada, parcerias entre universidades e escolas públicas e o fortalecimento da iniciação esportiva desde a infância, especialmente para crianças de situação de vulnerabilidade. Houve também incentivo às práticas corporais diversas e não convencionais, bem como a integração de diferentes áreas do conhecimento no desenvolvimento dos projetos. Nesse contexto, estudos ressaltam que “O primeiro estágio da carreira esportiva apresenta como fatores de treinamento a predominância da busca por uma prática lúdica e gratificante e a experimentação de diferentes modalidades esportivas por crianças e adolescentes.” (Bloom, 1985; Salmela, 1994; Côté, 1999).

No eixo Excelência Esportiva, evidenciou-se a importância da implantação de centros de treinamento regionais, da ampliação dos Jogos Universitários e da concessão de bolsas para atletas e treinadores. O acompanhamento multidisciplinar foi considerado essencial para conciliar o rendimento esportivo com a saúde e o desenvolvimento humano. “A importância do apoio social no desenvolvimento de talento em atletas de sucesso é bem ilustrada em estudos recentes, com atletas bem-sucedidos, de ambos os sexos e em diferentes modalidades” (e.g., Holt; Dunn, 2004; Morgan; Giacobbi, 2006).

No eixo Esporte para Toda a Vida, o foco esteve na criação de clínicas comunitárias multiprofissionais, na oferta gratuita de espaços e programas de atividade física nos campi e

no desenvolvimento de projetos que contemplem públicos diversos, como idosos, mulheres, pessoas com deficiência e a comunidade LGBTQIAPN+. As propostas reforçam o entendimento de que a prática esportiva é um direito social e deve ser acessível a todas as fases da vida. Essa perspectiva dialoga diretamente com a promoção da saúde e a qualidade de vida. Nesse sentido, destaca-se que “Promoção da Saúde, como área de estudo, pode ser considerada como a ciência e a arte de ajudar as pessoas a modificarem seu estilo de vida para uma condição ótima de saúde” (Nahas, 2012).

As discussões destacaram a necessidade de fortalecer a infraestrutura esportiva nas IES, ampliar o acesso dos estudantes às práticas corporais e garantir maior apoio financeiro e institucional às modalidades universitárias. Ao final de cada etapa, as discussões e propostas geradas nas câmaras temáticas são consolidadas em um relatório. Esse documento serve como base para a elaboração de uma minuta de projeto de lei que será submetida à Assembleia Legislativa do Paraná. O objetivo é criar uma política pública sólida e estruturada para o esporte no Estado pelos próximos dez anos.

A sistematização das discussões demonstrou que, além da ampliação da oferta esportiva, é necessário investir em políticas de permanência estudantil que considerem o esporte como parte integrante da formação acadêmica. O diálogo entre os diferentes segmentos possibilitou a valorização da universidade como espaço de articulação entre conhecimento científico, práticas pedagógicas e demandas sociais, reafirmando seu papel transformador no desenvolvimento de políticas esportivas.

CONSIDERAÇÕES FINAIS

A Conferência Livre cumpriu seu papel de fomentar e ampliar o debate sobre o esporte universitário, proporcionando espaço de escuta e construção coletiva entre diferentes segmentos da sociedade. As propostas levantadas apontam caminhos importantes, como o fortalecimento da infraestrutura, o apoio institucional e a ampliação do acesso, mas ainda carecem de consolidação em políticas efetiva. Nesse contexto, o evento reafirmou a universidade como espaço privilegiado de diálogo entre ciência, gestão pública e sociedade civil, deixando em aberto a continuidade do processo. Assim, o relato evidencia o potencial transformador dessas iniciativas, que poderão contribuir de forma significativa para o desenvolvimento do esporte universitário no Paraná.

Quando aprovado pela assembleia legislativa do Estado do Paraná, O plano decenal do esporte paranaense se torna uma política pública oficial. Isso traz consequências diretas e indiretas para a sociedade: Estruturação e previsibilidade; Ampliação do acesso ao esporte; Formação e capacitação de profissionais; Saúde e bem-estar da população; Desenvolvimento do esporte competitivo; Impacto econômico e social; Sustentabilidade e planejamento a longo prazo.

REFERÊNCIAS

GROLLMUS, Nicholas S.; TARRÈS, Joan P. Relatos metodológicos: difractando experiencias narrativas de investigación. **Fórum Qualitative Social Research**, v. 16, n. 2, maio 2015. Disponível em: <https://ddd.uab.cat/record/132224>. Acesso em: 10 set. 2025.

LÜDKE, M.; CRUZ, G. B. DA. Contribuições ao debate sobre a pesquisa do professor da educação básica. **Formação Docente - Revista Brasileira de Pesquisa sobre Formação de Professores**, v. 2, n. 3, p. 86-107, 18 dez. 2010. Disponível em: <https://www.revformacaodocente.com.br/index.php/rbpf/article/view/20/18>. Acesso em: 10 set. 2025.

MATOS, D.S.; CRUZ, J.F.A.; ALMEIDA, L.S. Excelência no desporto: para uma compreensão da arquitetura psicológica dos atletas de elite. **Motri.**, Vila Real, v. 7, n. 4, p. 27-41, out. 2011. Disponível em: http://scielo.pt/scielo.php?script=sci_arttext&pid=S1646-107X2011000400004&lng=pt&nrm=iso. Acesso em: 21 set. 2025.

NAHAS, Markus Vinicius; BARROS, Mauro V. G. de; FRANCALACCI, Vanessa. O pentáculo do bem-estar - base conceitual para avaliação do estilo de vida de indivíduos ou grupos. **Revista Brasileira de Atividade Física & Saúde**, [S. l.], v. 5, n. 2, p. 48-59, 2012. Disponível em: <https://rbafs.org.br/RBAFS/article/view/1002>. Acesso em: 21 set. 2025.

PRIBERAM. Conferência. **Dicionário Priberam da Língua Portuguesa**, 2025. Disponível em: <https://dicionario.priberam.org/conferencia>. Acesso em: 10 set. 2025.

FLORES E QUALIDADE DE VIDA

SILVA, Debora Maressa da¹

ANACLETO, Adilson²

ST 3 - Saúde e qualidade de vida na sociedade contemporânea

INTRODUÇÃO

A relação entre o ser humano e as flores é uma constante histórica, afetiva e simbólica, manifesta em diversas culturas desde a Antiguidade. No Brasil, a prática do cultivo se incorporou ao cotidiano urbano e rural, refletindo hábitos e modos de vida que dialogam de maneira afetiva com a natureza. Com a intensificação da urbanização e das rotinas de trabalho nas últimas décadas, os jardins domésticos adquiriram um papel renovado, servindo como estratégias de equilíbrio emocional, introspecção e resistência sensível ao ritmo da vida moderna. O cultivo de flores em espaços residenciais, seja em vasos ou varandas, promove bem-estar e senso de pertencimento, estimulando uma reconexão com os ciclos naturais e valores como paciência e cuidado. Estudos contemporâneos, a exemplo de Soga et al. (2017) e Haviland-Jones et al. (2005), sugerem que o envolvimento com o solo e o contato com estímulos sensoriais das flores favorecem a saúde física, a redução do estresse, a melhoria do humor e ativam reações positivas no cérebro humano, promovendo um estilo de vida mais integrado. Contudo, persistem lacunas na literatura, especialmente no que tange à realidade de cidades brasileiras de médio porte, onde o impacto dessa prática pode variar conforme o contexto socioeconômico e cultural. Diante dessa escassez, este estudo teve como objetivo investigar se o cultivo de flores e jardins em ambientes doméstico influencia na qualidade de vida das pessoas, considerando dimensões culturais, psicológicas e emocionais. De forma específica, buscou-se analisar a manifestação da prática, compreendendo suas motivações, significados e possíveis efeitos sobre o bem-estar individual e coletivo. A pesquisa adota uma abordagem interdisciplinar que articula a sociologia, a terapia ocupacional e a educação,

¹ Mestranda, Programa de Pós-Graduação Interdisciplinar Sociedade e Desenvolvimento (PPGSeD), Universidade Estadual do Paraná (Unespar), *campus* de Campo Mourão, dmaressa@hotmail.com.

² Doutor em Agronomia, docente do Programa de Mestrado Interdisciplinar Sociedade e Desenvolvimento PPGSeD da Universidade Estadual do Paraná (Unespar), *campus* de Campo Mourão, adilson.anacleto@unespar.edu.br.

visando compreender o cultivo como prática cultural, ocupação significativa para a saúde emocional e instrumento formativo, respectivamente.

METODOLOGIA

O estudo se caracteriza como uma pesquisa de campo de natureza exploratória descritiva, utilizando uma abordagem mista (quali-quantitativa). O objetivo central foi compreender de forma ampla as práticas de cultivo e seus reflexos na qualidade de vida. A pesquisa foi desenvolvida em três etapas: revisão de literatura (em bases indexadas como *SciELO*, *Web of Science* e *Scopus*); definição dos instrumentos e da amostra; e registro e análise dos dados. A amostra foi definida por amostragem intencional e não probabilística, buscando a diversidade de praticantes quanto a faixa etária, gênero, escolaridade, tempo de prática e condições socioeconômicas. A coleta de dados foi realizada entre março e abril de 2025 com o uso de um questionário semiestruturado em formato digital. As perguntas abordaram aspectos sociodemográficos, hábitos, motivações pessoais e sentimentos envolvidos na jardinagem. Para a análise, utilizou-se a estatística descritiva no âmbito quantitativo (frequência de cultivo, renda, idade) e a análise de conteúdo para a dimensão qualitativa, interpretando as subjetividades e narrativas. As respostas sobre as palavras-chave que representavam a relação entre qualidade de vida e cultivo foram condensadas em uma nuvem de palavras, que evidenciou as frequências dos termos citados. A integração dos dados permitiu a triangulação para uma compreensão mais aprofundada do fenômeno (Figura 1).

Figura 1 - Nuvem de palavras sobre o cultivo de flores e jardinagem doméstica na percepção da qualidade de vida



Fonte: O autor (2025).

DISCUSSÕES E RESULTADOS

A análise dos dados sociodemográficos e das práticas de cultivo revelou que a jardinagem doméstica transcende a mera ornamentação e está profundamente relacionada ao contexto socioeconômico e cultural das famílias. Historicamente, o quintal no Brasil, desde o período colonial, atuou como um espaço multifuncional de produção, lazer, convivência e cultivo, refletindo as necessidades e possibilidades da família. Em contextos urbanos contemporâneos, o cultivo de flores em sacadas, varandas e vasos representa uma resiliência e criatividade das famílias frente às limitações de espaço e recursos. Em esferas sociais distintas, a prática varia: enquanto em comunidades de alta renda pode expressar *status* por meio de paisagismo sofisticado e espécies exóticas, em comunidades de baixa renda assume formas mais acessíveis de embelezamento e pode se ligar à sustentabilidade e ao empoderamento. No que se refere aos impactos na qualidade de vida, os achados qualitativos evidenciam que a jardinagem se configura como uma ação cotidiana carregada de sentidos, capaz de reorganizar o tempo, promover bem-estar integral e dar novos significados ao espaço doméstico. Na nuvem de palavras, as expressões mais recorrentes que associaram qualidade de vida e cultivo foram: amor, paz, cuidado, felicidade e gratidão. Tais termos demonstram que o ato de cultivar flores é percebido como uma dimensão simbólica e existencial, onde cuidar das plantas é uma forma de cuidar de si e do outro. A prática é, nesse sentido, um espaço de reconstrução emocional, introspecção e fortalecimento de vínculos com a natureza e com a própria história dos participantes.

CONSIDERAÇÕES FINAIS

O estudo confirma a pressuposição de que o cultivo de flores e jardins em ambientes domésticos possui o poder da transformação silenciosa, atuando como uma prática afetiva e integradora no cotidiano. A jardinagem doméstica se revela uma atividade que, ao envolver o autocuidado, a paciência e o convívio com o ciclo da vida vegetal, promove a resiliência emocional e o senso de pertencimento nos participantes. A abordagem interdisciplinar, integrando a Sociologia, a Terapia Ocupacional e a Educação, permitiu compreender o fenômeno para além da estética, como uma prática culturalmente estruturada e promotora de saúde e desenvolvimento de valores. Os resultados preliminares sugerem a necessidade de

popularização da atividade, reconhecendo-a como um instrumento para a melhoria da qualidade de vida em ambientes urbanos.

REFERÊNCIAS

ANACLETO, A.; SCHEUER, L. Between flowers and loves: the profile and behavior of the consumer with the purpose of seduction. **Ornamental Horticulture**, v. 29, p. 480-488, 2023.

AGOSTINHO, L. C. **Plantaê**: sistema de cultivo para ambientes internos. Rio de Janeiro, 2021. Disponível em: <https://pantheon.ufrj.br/bitstream/11422/16446/1/LCAgostinho.pdf>. Acesso em: 20 abr. 2025.

AMBI VERDE. (2025). **Jardinagem inclusiva: cultivando justiça social e ambiental**. Disponível em: <https://www.ambiverde.com.br/blog/jardinagem-inclusiva-cultivando-justica-social-ambiental>. Acesso em: 02 abr. 2025.

BARBIERI, R. L.; STUMPF, E. R. T. **Origem, evolução e história das rosas cultivadas**. Disponível em: <https://periodicos.ufpel.edu.br/index.php/CAST/article/view/1259/1050>. Acesso em: 02 abr. 2025.

BOURDIEU, P. Algumas propriedades do campo. In: BOURDIEU, P. **Questões de sociologia**. Tradução de Jeni Vaitsman. Rio de Janeiro: Marco Zero, 1983.

BURLS, A. (2007). People and green spaces: promoting public health and mental well-being through ecotherapy. **Journal of Public Mental Health**, 6(3), 24-39. Disponível em: https://www.researchgate.net/publication/254191213_People_and_green_spaces_Promoting_public_health_and_mental_well-being_through_ecotherapy. Acesso em: 20 abr. 2025.

CALANDRELLI, L. L.; CASTILHO, R. M. M. de. Jardinagem como forma de percepção do meio ambiente Ensino Fundamental II. 6º Congresso de Extensão Universitária da Unesp, 2011. Águas de Lindóia, SP. **Anais eletrônicos...** PROEX/UNESP. ISSN nº 2176-9761. p.0056 Disponível em: <https://repositorio.unesp.br/server/api/core/bitstreams/661bd5db-8adf-4059-869a-ee44716c99b9/content>. Acesso em: 02 abr. 2025.

CHIERRITO-ARRUDA, E. et al. Afetividade pessoa-ambiente nas hortas comunitárias: promoção da saúde e da sustentabilidade. **Saúde em Debate** [online]. v. 48, n. 141, e8732. Disponível em: <https://www.scielo.br/j/sdeb/a/r9YfdFWKTXcnYkFH7BqdLVz/?lang=pt>. Acesso em: 20 abr. 2025.

HAVILAND-JONES, J. et. al. An Environmental Approach to Positive Emotion: Flowers. **Evolutionary Psychology**, v. 3, n. 1, 2005. Disponível em: <https://journals.sagepub.com/doi/full/10.1177/147470490500300109>. Acesso em: 20 jun. 2024.

MARCONI, M. de A.; LAKATOS, E. M. **Fundamentos de metodologia científica**. 5. ed. São Paulo: Atlas, 2003.

SILVA, T. L. da. **Práticas de jardinagem na promoção de bem-estar humano**. Disponível em:
<https://dspace.bc.uepb.edu.br/xmlui/bitstream/handle/123456789/33625/TCC%20Thatiane%20Louren%C3%A7o%20da%20Silva%20depositook.pdf?sequence=1&isAllowed=y>. Acesso em: 02 maio 2025.

SOGA, M. et. al. Health Benefits of Urban Allotment Gardening: Improved Physical and Psychological Well-Being and Social Integration. **Int J Environ Res Public Health**, v. 14, n. 1, 2017. Disponível em: <https://pmc.ncbi.nlm.nih.gov/articles/PMC5295322/pdf/ijerph-14-00071.pdf>. Acesso em: 10 ago. 2024.

TOURINHO, H. L. Z.; SILVA, M. G. C. A. da. Quintais urbanos: funções e papéis na casa brasileira e amazônica Urban backyards: functions and roles in the Brazilian and Amazonian. **Bol. Mus. Para. Emílio Goeldi. Cienc. Hum.**, Belém, v. 11, n. 3, p. 633-651, set.-dez. 2016 633. Disponível em:
<https://www.scielo.br/j/bgoeldi/a/h5ZctxMyGgPxrtZfnLYwSHy/?format=pdf&lang=pt>. Acesso em: 13 abr. 2025.

ULRICH, R. S. View through a window may influence recovery from surgery. **Science**. 1984 Apr 27; 224 (4647): 420-1. Disponível em: <https://pubmed.ncbi.nlm.nih.gov/6143402/>. Acesso em: 20 abr. 2025.

PLANTAS ALIMENTÍCIAS NÃO CONVENCIONAIS (PANCs): A IMPORTÂNCIA DA INCLUSÃO NA CULINÁRIA BRASILEIRA

SANTOS, Marcelo Arcanjo dos¹

BACK, Miguel Florentino²

BOHM, Franciele Mara Lucca Zanardo³

ST 3 - Saúde e qualidade de vida na sociedade contemporânea

INTRODUÇÃO

Plantas Alimentícias Não Convencionais, ou PANCs, são espécies vegetais que já serviram de alimento no passado, mas atualmente são consideradas matos ou plantas daninhas (Kinupp e Lorenzi 2014). Muitas dessas plantas são verdadeiros tesouros nutricionais. A beldroega (*Portulaca oleracea*) é riquíssima em ômega-3, um nutriente que geralmente é associado apenas a peixe. Já a taioba, tão comum em quintais, concentra ferro, cálcio e vitaminas essenciais (Kinupp; Lorenzi, 2014; Carvalho; Ribeiro, 2018).

O Brasil, um dos países mais ricos em biodiversidade do mundo, é um verdadeiro berço de plantas com potencial nutritivo. Para comunidades tradicionais, como indígenas, quilombolas e rurais elas nunca deixaram de ter valor. Mas nas cidades, a diversidade é trocada por uma dieta cada vez mais padronizada (Souza; Camargo, 2020).

Mesmo com tantas qualidades, as PANCs enfrentam desafios. Muitas pessoas sequer sabem que essas plantas são comestíveis, e poucas têm acesso a informações seguras sobre como preparar. Como apontam Mateus et al. (2022), a falta de divulgação é uma das maiores barreiras para que elas ocupem seu espaço na nossa alimentação. Por isso, iniciativas de pesquisa, educação e popularização são tão importantes. Brito et al. (2020) lembram que a escola, por exemplo, pode ser o lugar perfeito para resgatar esses saberes, aproximando as crianças da biodiversidade e incentivando novos hábitos alimentares.

¹ Acadêmico do curso de Ciências Biológicas, Programa de Iniciação Científica e Tecnológica (PIBITI), Universidade Estadual do Paraná (Unespar), *campus* de Paranavaí, marceloarcanjomads@gmail.com.

² Acadêmico do curso de Ciências Biológicas da Universidade Estadual do Paraná (Unespar), *campus* de Paranavaí, miguelbackifpr@gmail.com.

³ Doutora em Ciências Biológicas, docente da Universidade Estadual do Paraná (Unespar), *campus* de Paranavaí, franciele.bohm@unespar.edu.br.

O presente trabalho teve como objetivo investigar o potencial de aceitação sensorial e educativa das PANCs, com ênfase na *Pereskia aculeata* (ora-pro-nóbis), por meio de sua inserção em receitas acessíveis ao público escolar. Buscou-se não apenas avaliar a receptividade dos estudantes à degustação de preparações culinárias com PANCs, mas também promover a valorização da biodiversidade brasileira, estimular a formação de hábitos alimentares mais saudáveis e fomentar a reflexão sobre sustentabilidade, cultura alimentar e segurança nutricional.

METODOLOGIA

A primeira etapa consistiu em uma pesquisa documental para identificar PANCs encontradas no estado do Paraná, que tenham propriedades medicinais, alto valor nutricional e que atuem na prevenção ou alívio de doenças. Foram selecionadas vinte plantas submetidas a análise documental rigorosa sobre as propriedades nutricionais, possíveis efeitos indesejáveis e o modo de preparo correto.

Na segunda etapa foi organizado um manual culinário, com a descrição de receitas de fácil preparo que podem ser usadas no cotidiano, acompanhadas de informações sobre as propriedades terapêuticas e nutricionais e efeitos indesejáveis. O manual foi confeccionado de forma digital, enviado para a Secretária de Saúde e da Educação do município de Indianópolis-PR, e para diretorias do colégio de Paranavaí-PR e Indianópolis-PR.

Na terceira etapa ocorreu a apresentação escolar das PANCs com apresentação da receita de *Pereskia aculeata*. Os locais de apresentação foram a Escola Municipal Izolda Rizzato Liuti, em Indianópolis-PR, Colégio Estadual Felisberto Nunes Gonçalves-EFM - Indianópolis-PR e Colégio Estadual Sílvio Vidal - Paranavaí-PR. Os alunos foram convidados a preencher uma tabela e atribuir notas após degustação de um bolo de ora-pro-nóbis. Os resultados obtidos foram analisados de forma descritiva.

DISCUSSÕES E RESULTADOS

Na Escola Municipal Izolda Rizzato Liuti, participaram as turmas 4º D, 5º C e 5º B, totalizando 54 alunos. Na turma do 4º D, composta por 17 estudantes, 16 atribuíram nota 10 e

1 aluno nota 8, representando aceitação positiva de 94,1%. Nas turmas do 5º C (19 alunos) e 5º B (18 alunos), 100% dos alunos atribuíram nota 10 à receita, indicando aprovação total.

No Colégio Estadual Felisberto Nunes Gonçalves, a turma do 7º ano, com 21 alunos, obteve 16 notas 10, 2 notas 9, 2 notas 8 e 1 nota 7,5, com índice de aceitação positiva de 95,2%. Na turma do 1º ano (30 alunos), 29 atribuíram nota 10, 6 nota 9 e 5 notas 8, totalizando aceitação positiva de 100%.

No Colégio Estadual Sílvio Vidal, a turma do 2º A, composta por 38 alunos, apresentou 25 notas 10, 5 notas 9 e 8 notas 8, resultando em 100% de aceitação positiva. Já a turma do 1º A, com 39 alunos, registrou 26 notas 10, 4 notas 9, 7 notas 8 e 2 notas 7, alcançando 94,9% de aceitação positiva.

Os resultados indicaram que o bolo foi bem aceito em todas as turmas. Isso não significa apenas que a receita agradou ao paladar dos alunos, mas que houve um encontro entre curiosidade, aprendizado e sabor.

Esse movimento de redescoberta já foi observado em outras iniciativas. Nascimento *et al.* (2021) destacam que a introdução de taioba em cardápios escolares também alcançou grande aceitação, justamente porque os preparos foram feitos em receitas simples, familiares e afetivas. PANCs deixam de ser “plantas estranhas” e passam a ser reconhecidas como comida de verdade.

Outro ponto relevante é o valor nutricional da *Pereskia aculeata*. Rica em proteínas, fibras, vitaminas e minerais, a planta contribui para a diversificação da dieta escolar e fortalece a segurança alimentar (Silva et al., 2020) que fazem diferença especialmente na infância e adolescência. Como reforçam Resende et al. (2020), a introdução das PANCs na merenda escolar pode ser uma estratégia simples e poderosa para combater deficiências nutricionais e promover segurança alimentar.

Durante as apresentações nas escolas, foi notável o envolvimento dos estudantes. Muitos nunca tinham ouvido falar da ora-pro-nóbis, e quando descobriram que aquela planta comum em quintais poderia virar bolo, o estranhamento deu lugar à surpresa. Houve perguntas, comentários curiosos e, principalmente, o prazer de provar algo novo e perceber que podia ser tão gostoso quanto qualquer sobremesa tradicional.

A estratégia adotada neste trabalho – a apresentação escolar das PANCs, seguida do preenchimento de fichas de avaliação – também promoveu aprendizagem significativa. Os

estudantes puderam conhecer a biodiversidade local, interagir com novos alimentos e refletir sobre escolhas alimentares, fortalecendo o caráter educativo da iniciativa.

Mais do que uma pesquisa sobre aspectos de nutrição, este estudo se transformou em uma experiência de reconexão. Reconexão com a biodiversidade, com o conhecimento tradicional e, principalmente, com a ideia de que comer também é um ato cultural, político e afetivo. Cada estudante que provou o bolo carregou consigo mais do que o sabor: levou a percepção de que nossa terra é fértil em possibilidades e que há riqueza escondida nas plantas que muitas vezes chamamos de “mato”.

CONSIDERAÇÕES FINAIS

Os resultados obtidos neste trabalho indicam que a implementação de PANCs no cardápio escolar é viável, tanto do ponto de vista nutricional quanto de aceitação sensorial. A alta taxa de aprovação encontrada na pesquisa sugere que estratégias semelhantes podem ser aplicadas em outras escolas, contribuindo para o fortalecimento da segurança alimentar e nutricional, além do resgate cultural de espécies alimentícias tradicionais.

REFERÊNCIAS

BRITO, C. C. et al. PANCs e educação alimentar: práticas pedagógicas e valorização da biodiversidade. **Educação Ambiental em Ação**, v. 18, n. 70, p. 1-12, 2020.

CARVALHO, F. A.; RIBEIRO, L. M. Compostos bioativos de plantas não convencionais: implicações nutricionais. **Revista de Nutrição Funcional**, v. 12, n. 1, p. 23-36, 2018.

KINUPP, V. F.; LORENZI, H. **Plantas alimentícias não convencionais (PANC) no Brasil**: guia de identificação, aspectos nutricionais e receitas ilustradas. São Paulo: Instituto Plantarum, 2014.

MATEUS, L. P. et al. Potencial das PANCs na alimentação contemporânea: desafios e perspectivas. **Revista Brasileira de Ciências da Saúde**, v. 20, n. 4, p. 55-64, 2022.

NASCIMENTO, J. P.; OLIVEIRA, C. R.; LIMA, T. A. Aceitação de receitas escolares com taioba (*Xanthosoma sagittifolium*). **Revista Brasileira de Nutrição Escolar**, v. 7, n. 2, p. 45-52, 2021.

RESENDE, D. M.; ARAÚJO, L. S.; BARBOSA, F. A. Inclusão de PANCs na alimentação escolar: desafios e perspectivas. **Revista Brasileira de Segurança Alimentar**, v. 25, n. 2, p. 1-12, 2020.

SILVA, R. M. et al. PANCs como alternativa sustentável na agricultura familiar. **Revista Agroecologia Hoje**, v. 9, n. 1, p. 33-47, 2019.

SOUZA, F. P.; CAMARGO, J. P. Diversidade alimentar e PANCs: uma revisão integrativa. **Revista Científica de Nutrição**, v. 8, n. 2, p. 120-134, 2020.

**PROGRAMA ACOLHER: PROMOÇÃO DA SAÚDE MENTAL DOCENTE E
 REDUÇÃO DO ABSENTEÍSMO NO MAGISTÉRIO DO MUNICÍPIO DE
 PARANAGUÁ, PR**

CALADO, Maria Madalena Ferreira Machado¹

ARCEGA, Fabíola Soares²

NASCIMENTO, Thiago Casas³

ST 3 - Saúde e qualidade de vida na sociedade contemporânea

INTRODUÇÃO

O cenário educacional brasileiro tem registrado crescimento significativo nos casos de adoecimento mental entre professores da rede pública, fenômeno que decorre da complexa interação entre aspectos individuais, institucionais e sociais inerentes à profissão. Pesquisas como a de Luz *et al.* (2019) demonstram que as condições de trabalho, o ambiente escolar e a qualidade das relações interpessoais exercem influência direta na saúde do educador, podendo desencadear desde distúrbios psicossomáticos até problemas musculoesqueléticos. Nesse sentido, a sobrecarga de atividades e a insuficiência de suporte emocional consolidam um ciclo de desgaste contínuo, com reflexos negativos tanto no equilíbrio psicológico do professor quanto na qualidade do processo educativo.

Penteado (2018) defende que a promoção da saúde mental no magistério exige uma abordagem interdisciplinar, centrada no reconhecimento do docente como um sujeito que necessita de cuidado e que deve exercer sua autonomia. Nessa perspectiva, o bem-estar do professor está intrinsecamente ligado a sentimentos de pertencimento, à valorização profissional e à construção de relações cooperativas, elementos fundamentais para transformar o espaço escolar em um ambiente genuíno de escuta e apoio coletivo. Apesar da Constituição Federal de 1988 assegurar a valorização dos profissionais do magistério e a garantia de condições dignas de trabalho (Brasil, 1988), a concretização desses direitos ainda esbarra em desafios estruturais, particularmente nas redes municipais de ensino. Medidas mais recentes,

¹ Mestra, Programa de Pós-Graduação Ciências, Tecnologia e Sociedade (PPGCTS), Instituto Federal do Paraná - Campus Paranaguá (IFPR), madalenafmcalado@gmail.com.

² Mestra, Programa de Pós-Graduação Ciências, Tecnologia e Sociedade (PPGCTS), Instituto Federal do Paraná - Campus Paranaguá (IFPR), fabiolasarcega@gmail.com.

³ Especialista em Educação Especial, docente da São Braz, Campus de Paranaguá, thiagosonho2024@gmail.com.

como a Lei nº 14.831/2024⁴ e a Norma Regulamentadora nº 1/2025⁵, vêm reforçar a ideia de que a atenção à saúde mental no serviço público é uma obrigação institucional indissociável de uma gestão responsável (Brasil, 2024; 2025).

Diante desse quadro, torna-se urgente a implementação de políticas públicas efetivas que transponham o campo das normativas e se materializem em ações concretas capazes de reverter os índices preocupantes de adoecimento docente. A literatura especializada tem apontado que intervenções sistêmicas, que articulem o individual ao coletivo e o psicológico ao organizacional, mostram-se mais promissoras para enfrentar essa problemática multifacetada.

Foi nesse contexto que a Secretaria Municipal de Educação e Ensino Integral (SEMEDI) de Paranaguá instituiu, em 2025, o Programa Acolher. A iniciativa tem como foco a promoção da saúde mental dos docentes mediante a implementação de ações sistemáticas de autocuidado e práticas integrativas de saúde. O presente estudo tem por objetivo analisar os impactos desse programa na redução dos índices de absenteísmo e na valorização dos educadores, tomando por base as atividades desenvolvidas e os resultados preliminares colhidos ao longo do ano de 2025.

METODOLOGIA

Esta pesquisa adota uma abordagem qualitativa e descritiva, fundamentada na análise documental e empírica das ações do Programa Acolher, implementado pela SEMEDI. As principais fontes de dados incluem o Portfólio Institucional do programa e os cronogramas mensais de atendimento referentes ao período de março a novembro de 2025.

Foram examinados registros administrativos, materiais de divulgação, formulários de avaliação e relatórios das unidades escolares, sistematizados em planilhas descritivas segundo tipo de atividade e público-alvo. O processo analítico foi orientado pelos referenciais de Luz *et al.* (2019), que investigam a relação entre condições de trabalho e saúde docente, e de Penteado (2018), que concebe o cuidado como prática coletiva. Esses fundamentos teóricos

⁴ Institui o Certificado Empresa Promotora da Saúde Mental e estabelece os requisitos para a concessão da certificação.

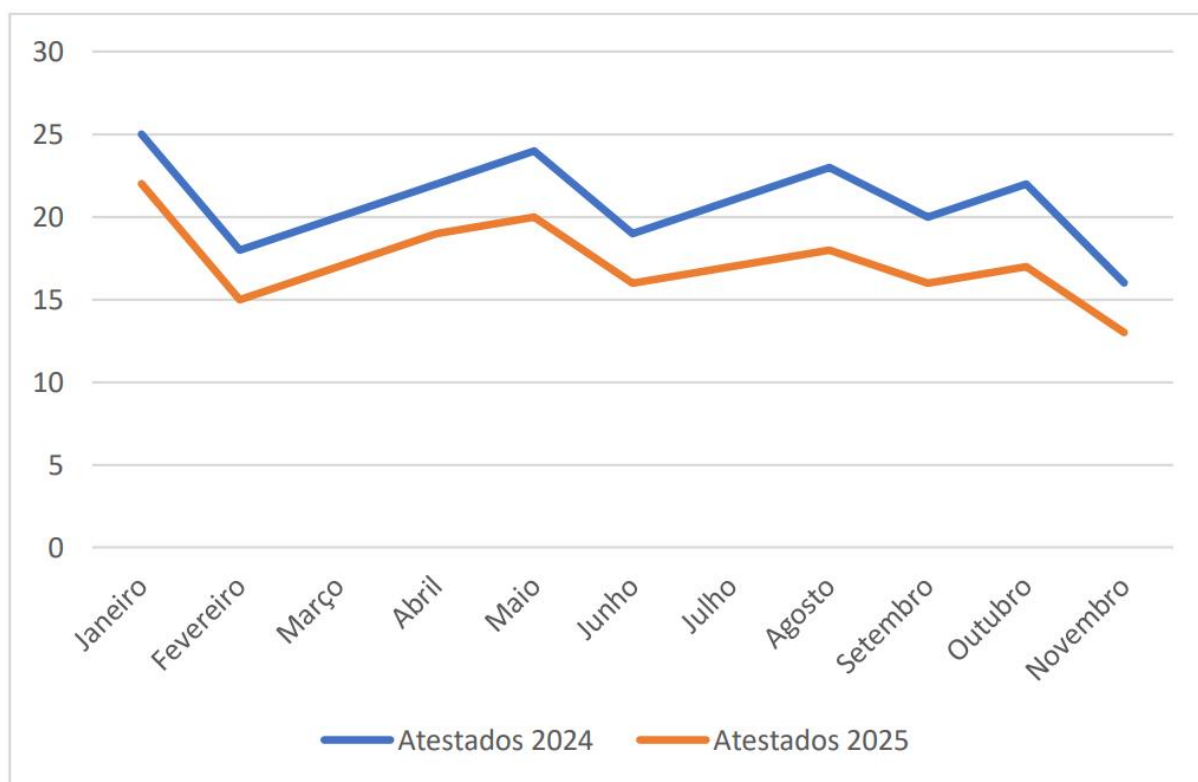
⁵ Norma Regulamentadora nº 1 (NR-1), promovida pelo Ministério do Trabalho e Emprego (MTE) em agosto de 2024.

permitiram examinar como as iniciativas de autocuidado e promoção da saúde mental do programa se articulam com o bem-estar dos educadores.

DISCUSSÕES E RESULTADOS

A implementação do Programa Acolher em 2025 permitiu a coleta de dados significativos sobre sua atuação junto aos profissionais da educação municipal de Paranaguá. A sistematização das informações em tabelas descritivas revelou um crescimento progressivo no alcance das ações, com ampliação tanto no número de instituições atendidas quanto na diversidade de atividades ofertadas. Um dos resultados mais expressivos observados foi a redução de aproximadamente 18% nos afastamentos entre janeiro e novembro de 2025, na comparação com o mesmo período de 2024. Essa diminuição sugere que as estratégias de escuta e autocuidado implementadas pelo programa começam a impactar positivamente o bem-estar docente, conforme ilustrado no Gráfico 1.

Gráfico 1 - Redução do absenteísmo - comparativo entre 2024 e 2025



Fonte: Os autores, 2025.

A correlação entre a oferta de suporte psicossocial e a melhoria nos indicadores de saúde mental encontra respaldo na literatura. Luz *et al.* (2019) já haviam assinalado que condições laborais adequadas e suporte emocional são determinantes para o equilíbrio psíquico dos professores. A trajetória de redução de afastamentos observada em 2025 vai ao encontro dessa perspectiva, reforçando que a intervenção em fatores de risco psicossociais pode reverter quadros de adoecimento. Além disso, conforme Penteado (2018), a construção de ambientes escolares saudáveis pressupõe uma visão coletiva do cuidado, o que se alinha com a proposta do programa.

Entre março e novembro de 2025, foram realizadas 70 ações presenciais, distribuídas nas Escolas e nos Centros Municipais de Educação Infantil (CMEIs), com participação de aproximadamente 1.200 profissionais. A diversidade temática e metodológica das atividades – que incluíram desde musicoterapia e yoga até formação em saúde vocal e autocuidado, possibilitou abranger distintas necessidades e perfis, conforme detalhado no Quadro 1.

Quadro 1 - Distribuição mensal das ações do Programa Acolher em Paranaguá, 2025

Mês	Inst. Atendidas	Ações Realizadas	Temáticas Principais
Março	3	3	Saúde do Professor
Abril	6	8	Musicoterapia, Técnica Vocal, Ginástica Laboral
Mai	9	10	Contação de História, Caminhos para o Autocuidado
Junho	12	13	Especialistas da Alegria, Autocuidado e Relaxamento
Setembro	11	11	Yoga, Projeto Help, Saúde Vocal
Outubro	10	12	Musicoterapia, Caminhos para o Autocuidado
Novembro	9	13	Projeto Help, Yoga e Formação de Gestoras

Fonte: Os Autores, 2025.

A análise dos registros de participação e dos relatórios avaliativos aponta que os encontros foram frequentemente descritos pelos docentes como "espaços de respiro e reflexão". Esse feedback ressalta a importância de momentos dedicados à desconpressão emocional e ao fortalecimento de vínculos entre os pares.

A experiência de Paranaguá com o Programa Acolher não apenas atende a preceitos legais recentes, como a Lei nº 14.831/2024 e a NR-1/2025, mas também se configura como uma prática inovadora de gestão de pessoas no serviço público educacional. A manutenção e expansão dessas ações revelam-se estratégicas para a consolidação de uma política

permanente de valorização docente, com potencial de replicação em outros contextos municipais.

CONSIDERAÇÕES FINAIS

Os resultados demonstram que o Programa Acolher impactou positivamente a saúde mental docente em Paranaguá, com redução de 18% nos afastamentos em 2025. As ações de autocuidado e práticas integrativas não apenas fortaleceram o bem-estar dos educadores, mas também promoveram uma cultura institucional de cuidado coletivo. A iniciativa mostrou-se alinhada tanto aos marcos legais recentes quanto às evidências científicas que relacionam condições de trabalho à saúde docente. A experiência bem-sucedida configura-se como modelo replicável para outras redes de ensino, destacando a importância de políticas públicas permanentes que articulem saúde mental, valorização profissional e qualidade da educação.

A continuidade do programa revela-se fundamental para consolidar esses avanços e aprofundar a transformação do ambiente escolar em espaço genuinamente acolhedor e promotor de saúde integral para os profissionais da educação.

REFERÊNCIAS

BRASIL. **Constituição da República Federativa do Brasil de 1988**. Brasília, DF: Senado Federal, 1988.

BRASIL. **Emenda Constitucional nº 135, de 28 de setembro de 2022**. Altera dispositivos da Constituição Federal sobre o regime de previdência e saúde dos servidores públicos. Brasília, DF: Presidência da República, 2022.

BRASIL. **Lei nº 14.831, de 27 de março de 2024**. Institui o Certificado Empresa Promotora da Saúde Mental. Brasília, DF: Presidência da República, 2024.

BRASIL. **Ministério do Trabalho e Emprego**. Norma Regulamentadora nº 1: Disposições Gerais e Gerenciamento de Riscos Ocupacionais. Brasília, 2025.

LUZ, J. G. da et al. Implicações do ambiente, condições e organização do trabalho na saúde do professor: uma revisão sistemática. **Research, Society and Development**, v. 8, n. 12, p. 4621-4632, 2019.

PENTEADO, Regina Zanella. Autonomia do professor: uma perspectiva interdisciplinar para a cultura do cuidado docente. **ETD - Educação Temática Digital**, Campinas, v. 20, n. 1, p. 234-254, jan./mar. 2018.

PREFEITURA MUNICIPAL DE PARANAGUÁ. **Portfólio Programa Acolher - 2025**. Secretaria Municipal de Educação e Ensino Integral (SEMEDI), Paranaguá, 2025.

PREFEITURA MUNICIPAL DE PARANAGUÁ. **Cronogramas mensais do Programa Acolher (março a novembro de 2025)**. Secretaria Municipal de Educação e Ensino Integral (SEMEDI), Paranaguá, 2025.

REVISÃO SISTEMÁTICA. **Adoecimento mental em professores brasileiros**: revisão sistemática da literatura. [S.l.: s.n.], 2020.

WITTER, Carla. Estresse no trabalho docente: causas e consequências. In: WITTER, Carla (Org.). **Psicologia Escolar e Educacional**. Campinas: Alínea, 2003. p. 33-46.

SATISFAÇÃO DA IMAGEM CORPORAL E ATITUDES ALIMENTARES EM ADOLESCENTES

CANDIOTTO, Diana Laura¹

PAPARAZZO, Lucas Gustavo²

FREITAS, Lorayne Lucarellis Verona de³

ST 3 - Saúde e qualidade de vida na sociedade contemporânea

INTRODUÇÃO

Em uma sociedade cada vez mais digital e amplamente visual, fica ainda mais evidente o papel do corpo como uma fonte de capital (Bourdieu, 2018). Corpos que se aproximam do padrão vigente possuem maior capital corporal, os que se afastam, são incentivados a investir no próprio corpo, alterá-lo, para se aproximar do padrão estético vigente, divulgado através da mídia com objetivo de lucrar (Bourdieu, 2018; Rodgers et al., 2023).

Sob o viés da interseccionalidade, o racismo, o capitalismo e o cis-heteropatriarcado são inseparáveis e produzem efeitos diferentes em cada grupos sociais (Akotirene, 2018). Com a imagem corporal (IC) não é diferente, sexo, gênero, faixa etária, raça, classe social, ausência ou presença de uma deficiência interferem na insatisfação com IC do indivíduo (Gonçalves *et al.*, 2020; Ferreira; Garcia; Pereira, 2022). As consequências dessa insatisfação com relação a IC podem ser refletidas nos comportamentos de risco para transtornos alimentares (TA), além de sofrimento psicológico (Carvalho, 2016).

O termo comportamento de risco para TA refere-se a presença dos sintomas clássicos dos TA, conforme Leal *et al* (2017), contemplando: dieta restritiva, compulsão alimentar, práticas purgativas ou jejum com o objetivo de emagrecimento. A presença desses fatores não significa a existência do TA, uma vez que são diagnósticos individualizados e

¹ Profissional de Saúde Residente do Programa de Residência em Atenção Básica e Saúde da Família da Autarquia Municipal de Saúde de Apucarana, candiotto.dl@gmail.com.

² Mestre em Educação Física, Professor do Programa de Residência em Atenção Básica e Saúde da Família da Autarquia Municipal de Saúde de Apucarana, ef.apucarana@gmail.com.

³ Especialista em Nutrição Clínica, Gestão e Saúde Pública e Preceptoria, Professor do Programa de Residência em Atenção Básica e Saúde da Família da Autarquia Municipal de Saúde de Apucarana, loraynev1@gmail.com.

multidimensionais, mas a existência desses fatores evidencia uma possibilidade de desenvolvê-los (Carvalho, 2016).

Com relação à faixa etária, o público adolescente é considerado um dos mais sensíveis às alterações no processo da IC em decorrência da puberdade e suas mudanças físicas, hormonais e psicológicas (Lacroix et al., 2023). Pensando no impacto de alterações na IC para a saúde do indivíduo (Carvalho, 2016), verifica-se a importância de uma identificação do nível de preocupação com o corpo e consequências nos hábitos adotados dos adolescentes.

Sob esse viés, objetivou-se analisar a satisfação da IC e atitudes alimentares em adolescentes de uma escola pública de um município de médio porte no norte do Paraná, identificando a insatisfação na autopercepção da IC dos adolescentes e verificando suas atitudes alimentares.

METODOLOGIA

Trata-se de um estudo de natureza aplicada, descritiva e de abordagem quantitativa transversal. O projeto foi aprovado no Comitê de Ética em Pesquisa da Faculdade de Apucarana sob o parecer de número 7.397.933. Foram incluídos na pesquisa alunos matriculados na escola participante, escolhida por fazer parte do território de atuação da pesquisadora, com idade entre 13 e 14 (8º e 9º ano), por se tratar de uma faixa etária que apresenta mudanças na percepção da imagem (Lacroix et al., 2023).

Foram excluídos da pesquisa alunos com alguma deficiência que impediu o preenchimento dos questionários. Participantes que não responderam os questionários em sua totalidade, ausentes, que se recusaram ou desistiram, foram perdidos. O participante correu o risco de ter gatilhos emocionais, caso se concretizasse seria realizado acolhimento e encaminhando para atendimento na Unidade Básica de Saúde em que a escola está inserida.

A pesquisa foi iniciada após seu esclarecimento para os participantes e a entrega do Termo de Consentimento Livre e Esclarecido (TCLE) e o Termo de Assentimento Livre e Esclarecido (TALE), sendo combinado mais de uma data para a coleta. No período de coleta, havia uma população de 142 alunos. O cálculo amostral sugeriu uma coleta com 103 alunos, adotando assim nível de confiança de 95% e erro máximo da estimativa de 5%. Os dados foram analisados por meio do Excel por estatística simples.

Inicialmente, para a caracterização da amostra foi coletado idade, gênero que se identifica (feminino, masculino, não-binário, agênero, intergênero / transgênero ou cisgênero), série escolar (8º ou 9º ano) e cor (branco, preto, pardo, amarelo e indígena).

Foi aplicado o Body Shape Questionnaire (BSQ), validado para o uso com adolescentes de 10 a 18 anos por Conti, Cordás e Latorre (2009) e traduzido para o português por Silva *et al* (2016). O resultado foi avaliado a partir da soma das pontuações atribuídas a cada uma das questões sendo inferior a 80: nenhuma insatisfação; de 80 a 110: leve insatisfação; de 111 a 140: moderada insatisfação e superior a 140: grave insatisfação.

Para avaliar as atitudes alimentares, foi utilizado o EAT-26, elaborado por Garner *et al.* (1982), traduzido e validado para uso em adolescentes do sexo feminino por Bighetti (2003) e no sexo masculino por Fortes, *et al.* (2017). O resultado foi obtido através da soma das questões, sendo os resultados entre 0 a 20 dentro da normalidade, e os iguais ou maior que 20 como indicativo de comportamento de risco para TA (Garner *et al.*, 1982).

DISCUSSÕES E RESULTADOS

Foram avaliados 99 adolescentes, entre 13 e 16 anos, sendo a maioria de 14 anos (n=47, 47,5%). Com relação ao ano escolar, a maioria foi do 8º ano (n=59) correspondendo à 59,6%. A maioria foi de meninos (51,5%, n=51), apenas 1 aluno se identificou como intergênero (1%) e 2% (n=2) como transgêneros. No que diz respeito à cor, a maioria se identificou como pardo, totalizando 47,5% (n=47), em seguida, 36,4% (n=36) como branco e 13,1% (n=13) como preto, 3% como indígena (n=3) e nenhum como amarelo.

A aplicação do questionário BSQ revelou 36,4% (n=36) de estudantes com algum grau de insatisfação com a IC. Com relação ao nível de insatisfação, 17,2% (n=17) apresentou leve insatisfação, 7,1% (n=7) moderada insatisfação e 12,1% (n=12) grave insatisfação. Os dados convergem com a literatura, sendo maiores quando investigado apenas o sexo feminino (Fonseca *et al.*, 2023), (Morais; Miranda; Priore, 2018) e (Lemes *et al.*, 2018).

Adiante, o questionário EAT 26 revelou 29,3% (n=29) dos respondentes com indicativo de comportamento de risco para TA. O resultado converge com outros estudos semelhantes como os de Santos *et al.* (2023) e de Santiago *et al.* (2021). Desses 29 alunos com alteração nas atitudes alimentares, 23 apresentaram alteração na imagem corporal e são do gênero feminino.

As perguntas que mais obtiveram respostas com a frequência “sempre” pertencem à dimensão “dieta” sendo elas: “Fico apavorada com a ideia de estar engordando”; “Penso em queimar calorias quando me exercito”, “Preocupo-me com o desejo de ser mais magra”, essas temáticas também foram mais frequentes no BSQ: prática de atividade física para perda de peso e medo de engordar. Em um menor quantitativo, estão presentes também o desejo de ser mais magra, evitar comer quando está com fome, demonstrar autocontrole diante dos alimentos e passar muito tempo pensando em comer.

CONSIDERAÇÕES FINAIS

Destarte, 36,4% da amostra analisada apresentou insatisfação com a IC em algum nível e 29,3% apresentaram indicativo de comportamento de risco para TA. Os instrumentos tiveram relação positiva entre si, isto é, dos 29 alunos com alteração nas atitudes alimentares, 23 apresentaram alteração na imagem corporal, e ainda, o público mais insatisfeito e com alterações no comportamento alimentar foi o do gênero feminino (79,3%). O percentual dos questionários corrobora com os dados apresentados na literatura, diferindo em alguns recortes como transsexuais, gênero não binário, agênero e cor pela limitação da amostra do trabalho.

A insatisfação com relação a imagem do corpo estudada a partir da aplicação do BSQ revelou as maiores respostas positivas para o medo de engordar e a busca de atividade física para mudança da forma do corpo. Sobre as atitudes alimentares, em concordância com o outro instrumento, o EAT-26 revela os mesmos achados, e em um quantitativo menor, estão presentes também o desejo de ser mais magra, evitar comer quando está com fome, demonstrar autocontrole diante dos alimentos e passar muito tempo pensando em comer.

Como estratégia de intervenção, trabalhar com o público adolescente a partir do recurso Programa Saúde na Escola abordando não só a importância da alimentação saudável e da atividade física, mas também imagem corporal, problemática das dietas restritivas, a influência da mídia e o padrão de beleza é uma excelente forma de exercer o conceito ampliado promoção de saúde, empoderando o sujeito para cuidar de si e entender as influências das teias sociais que moldam a formação humana.

REFERÊNCIAS

AKOTIRENE C. **O que é interseccionalidade?** Belo Horizonte: Letramento, 2018.

BIGHETTI, F. **Tradução e validação do Eating Attitudes Test (EAT-26) em adolescentes do sexo feminino na cidade de Ribeirão Preto**. Dissertação (Mestrado em Enfermagem em Saúde Pública). Escola de Enfermagem de Ribeirão Preto, USP, Ribeirão Preto, 2003.

BORDIEU, P. The forms of capital. In: GRANOVETTER, M. **The sociology of economic life**. 3ª Ed. Westport: Routledge, 2019.

CARVALHO, P. H. B. de. **Adaptação e avaliação do modelo teórico de influência dos três fatores de imagem corporal para jovens brasileiros**. 2016. Tese (Doutorado em Psicologia). Instituto de Ciências Humanas, Universidade Federal de Juiz de Fora, Juiz de Fora, 2016.

CONTI, M. A.; CORDÁS, T. A.; LATORRE, M. DO R. D. DE O. A study of the validity and reliability of the Brazilian version of the Body Shape Questionnaire (BSQ) among adolescents. **Revista Brasileira de Saúde Materno Infantil**, v. 9, set. 2009.

FERREIRA, J. C. de M.; GARCIA, R. M.; PEREIRA, E. G. B. *Mens sana in corpore mutatio*: a imagem corporal de mulheres trans para além do exercício físico. **Revista Brasileira de Ciência e Movimento**, v. 30, n. 4, 2022.

FORTES, L. DE S. *et al.* Qualidades Psicométricas do Eating Attitudes Test (EAT-26) para Adolescentes Brasileiros do Sexo Masculino. **Psicologia: Teoria e Pesquisa**, v. 32, 2017.

GARNER, D. M. *et al.* The eating attitudes test: psychometric features and clinical correlates. **Psychological Medicine**, v. 12, n. 4, nov. 1982.

GONÇALVES, F. T. D. *et al.* Imagem corporal feminina e os efeitos sobre a saúde mental: uma revisão bibliográfica sobre a intersecção entre gênero, raça e classe. **Revista Eletrônica Acervo Saúde**, n. 39, p. e2194, 23 jan. 2020.

LACROIX, E. *et al.* Normative body image development: A longitudinal meta-analysis of mean-level change. **Body Image**, v. 45, p. 238–264, 1 jun. 2023.

LEMES, D. C. M. *et al.* Satisfação com a imagem corporal e bem-estar subjetivo entre adolescentes escolares do ensino fundamental da rede pública estadual de Canoas/RS, Brasil. **Ciência & Saúde Coletiva**, v. 23, 2018.

MORAIS, N. de S.; MIRANDA, V. P. N.; PRIORE, S. E. Imagem corporal de adolescentes do sexo feminino e sua associação à composição corporal e ao comportamento sedentário. **Ciência & Saúde Coletiva**, v. 23, 2018.

RODGERS, R. F. *et al.* Body image as a global mental health concern. **Cambridge Prisms: Global Mental Health**, v. 10, 2023.

SANTIAGO, Luana Dantas *et al.* Relações entre atitudes alimentares, imagem corporal e estado nutricional de escolares do Ensino Médio integrado. **Revista de Educação Física, Saúde e Esporte**, v. 4, n. 1, 28 abr. 2021.

SANTOS, A. V. *et al.* Transtornos alimentares e insatisfação corporal nas práticas relacionadas ao bullying em adolescentes. **Arquivos de Ciências da Saúde da UNIPAR**, v. 27, n. 3, p. 2023.

A EDUCAÇÃO MEDIADA PELAS TELAS: A INFLUÊNCIA DAS TICS NO PROCESSO DE ENSINO-APRENDIZAGEM

GOMES, Mariele Eloísa Pinzan¹

MELLO, Cleverson Molinari²

ST 4 - Direitos humanos, políticas educacionais e educação digital: proposições
interdisciplinares

INTRODUÇÃO

A inserção das Tecnologias Digitais da Informação e Comunicação (TICs) no cotidiano social e educacional transformou radicalmente as formas de interação, aprendizado e sociabilidade. Na educação, esse fenômeno tem ampliado o acesso ao conhecimento, mas também gerado preocupações quanto à substituição da mediação humana pelas telas e à influência das tecnologias no desenvolvimento cognitivo, social e emocional das crianças. A presente pesquisa discute a atuação das TICs no processo de ensino-aprendizagem, considerando os efeitos do uso excessivo de dispositivos digitais na formação infantil e nas práticas pedagógicas contemporâneas. A partir de uma abordagem interdisciplinar, propõe-se refletir sobre como a educação mediada por telas desafia os papéis tradicionais da escola e da família, exigindo novas formas de mediação e responsabilidade compartilhada. O estudo ancora-se em autores como Moran (2000; 2015), Kenski (2007), Santaella (2003) e Lévy (1993), que discutem a relação entre tecnologia, conhecimento e cultura, problematizando as transformações no modo de aprender e de ensinar.

METODOLOGIA

Trata-se de uma pesquisa qualitativa e interdisciplinar, a ser desenvolvida no contexto do Programa de Pós-Graduação Interdisciplinar Sociedade e Desenvolvimento (PPGSeD/Unespar). Os dados empíricos serão coletados por meio de entrevistas

¹ Mestranda, Programa de Pós-Graduação Interdisciplinar Sociedade e Desenvolvimento (PPGSeD), Universidade Estadual do Paraná (Unespar), *campus* de Campo Mourão, marieleorientacao@gmail.com.

² Doutor em Educação, docente do Programa de Pós-Graduação Interdisciplinar Sociedade e Desenvolvimento (PPGSeD), Universidade Estadual do Paraná (Unespar), *campus* de Campo Mourão, cleverson.mello@unespar.edu.br.

semiestruturadas aplicadas a 48 participantes: 15 alunos(as), 15 pais e/ou responsáveis, 15 professores(as) e 3 pedagogos(as), pertencentes a três escolas públicas do município de Campo Mourão-PR, abrangendo realidades distintas (rural, central e periférica). A análise será realizada com base na técnica de Análise de Conteúdo proposta por Bardin (2016), buscando compreender as percepções sobre o uso das telas e os impactos observados no processo educativo. A metodologia qualitativa permite uma leitura aprofundada dos significados atribuídos pelos sujeitos pesquisados, considerando o contexto sociocultural e emocional em que as experiências com as tecnologias se manifestam.

DISCUSSÕES E RESULTADOS

As Tecnologias da Informação e Comunicação, conforme Kenski (2007), não se limitam a ferramentas, mas configuram um novo modo de ser e de aprender. Na escola, sua inserção redefiniu o papel do professor e o tempo da aprendizagem, promovendo novas possibilidades pedagógicas, mas também acentuando dilemas éticos e humanos. Pierre Lévy (1993) afirma que as tecnologias cognitivas sempre estiveram presentes na história do pensamento, mas, na contemporaneidade, o ritmo de transformação é tão intenso que desafia os processos tradicionais de ensino. Moran (2000) argumenta que a educação precisa integrar razão e emoção, ciência e vida cotidiana, construindo pontes entre o real e o virtual. Nesse sentido, a presença das telas pode ampliar horizontes quando orientada criticamente, mas também gerar dependência e superficialidade quando utilizada de forma indiscriminada. Santaella (2003) observa que vivemos uma revolução digital mais profunda que a industrial, pois altera não apenas as formas de comunicação, mas a própria constituição subjetiva dos indivíduos. A escola, inserida nessa dinâmica, precisa repensar seu papel formador diante de uma infância hiperconectada, em que a mediação tecnológica disputa espaço com as experiências concretas de convivência, afetividade e imaginação.

Desmurget (2020) alerta para os efeitos neurocognitivos do uso prolongado de telas, destacando prejuízos na atenção, linguagem e sociabilidade infantil. Esses dados dialogam com relatórios da UNESCO (2023) e da Sociedade Brasileira de Pediatria (2024), que apontam o uso excessivo de dispositivos digitais como fator de risco para o bem-estar físico e emocional. No campo educacional, observa-se que a tecnologia, quando não mediada pedagogicamente, tende a reforçar desigualdades, sobretudo entre alunos com menor

acesso a recursos ou com pouca orientação familiar. Kenski (2012) ressalta que o uso das TICs deve estar vinculado a objetivos educacionais claros, capazes de promover aprendizagens significativas e não apenas reproduzir práticas mecanizadas. O estudo evidencia que o equilíbrio entre o digital e o humano é indispensável para que as tecnologias cumpram sua função emancipatória e não alienante.

CONSIDERAÇÕES FINAIS

A reflexão proposta reforça que as TICs são instrumentos poderosos de democratização do saber, mas sua utilização requer criticidade, mediação e intencionalidade pedagógica. A educação não pode ser reduzida à mera instrumentalização tecnológica, devendo priorizar a formação integral do sujeito em suas dimensões cognitivas, afetivas e sociais. A pesquisa contribui para o debate sobre os limites e as potencialidades das tecnologias no ensino, apontando a necessidade de políticas educacionais que invistam na formação continuada de professores e na orientação das famílias. Defende-se uma educação digital humanizadora, capaz de integrar as inovações tecnológicas aos princípios éticos, críticos e democráticos que sustentam o processo educativo.

REFERÊNCIAS

BARDIN, L. **Análise de conteúdo**. São Paulo: Edições 70, 2016.

DESMURGET, M. **A fábrica de cretinos digitais**. Rio de Janeiro: Vozes, 2020.

KENSKI, M. G. M. S. **Tecnologias e ensino presencial e a distância**. Campinas: Papirus, 2007.

KENSKI, M. G. M. S. **Educação e tecnologias: o novo ritmo da informação**. Campinas: Papirus, 2012.

LÉVY, P. **As tecnologias da inteligência**. Rio de Janeiro: Editora 34, 1993.

MORAN, J. M. **A educação que desejamos: novos desafios e como chegar lá**. Campinas: Papirus, 2000.

SANTAELLA, L. **Culturas e artes do pós-humano: da cultura das mídias à cibercultura**. São Paulo: Paulus, 2003.

UNESCO. **Relatório de Monitoramento Global da Educação 2023**. Paris: UNESCO, 2023.

AMBIENTE ESCOLAR: ESPAÇO DE COMBATE OU REPRODUÇÃO DO RACISMO?

BOECHAT, Léia da Silva¹

ST 4 - Direitos humanos, políticas educacionais e educação digital: proposições
interdisciplinares

INTRODUÇÃO

A escola, campo da pesquisa apresentada neste ensaio, localiza-se no bairro Pantanal, no 1º distrito do município de Duque de Caxias/RJ. Localidade onde a autora atuou como assistente social, durante o ano de 2022, pelo Projeto Mães pela Educação (MAE), do Governo do Estado do Rio de Janeiro.

Tal bairro possui alto índice de criminalidade, histórico de alagamentos e predominância de subemprego entre os responsáveis pelos estudantes. Salientamos que: "Conhecer a comunidade, a política e a conjuntura educacional são essenciais no trabalho do assistente social em escolas." (Amaro, 2021, p. 23). Muitas questões emergiram ao longo dos atendimentos realizados pela autora, especialmente com alunos de 13 a 19 anos de idade, como transsexualidade, homossexualidade, bullying, automutilação, racismo e o luto em virtude da pandemia de COVID-19.

Ao longo dessa experiência profissional, a autora deparou-se com diversas demandas no enfrentamento da questão social, mas optou por tratar especificamente das denúncias de racismo. Cabe ressaltar que foram realizados atendimentos individuais com os estudantes e seus responsáveis. Durante esses atendimentos, muitos estudantes relataram episódios traumáticos relacionados ao racismo – inclusive ocorrências no ambiente escolar ainda na primeira infância, em escolas anteriores, desde o jardim da infância até o 5º ano do Ensino Fundamental.

A pesquisa realizada pela Inteligência em Pesquisa e Consultoria Estratégica (IPEC), contratada pelo Instituto de Referência Negra Peregum, coloca o ambiente escolar no topo da lista dos locais onde os brasileiros mais afirmam ter sofrido violência racial.

¹ Pós-graduanda, Especialização em Serviço Social Sociojurídico, Centro Universitário Augusto Motta (UNISUAM), boechat.as@gmail.com.

A escola foi apontada como o espaço mais citado por brasileiros onde foram vítimas desse tipo de violência, principalmente por meio de falas pejorativas com expressões como “cabelo duro”, “nariz de borracha”, “macaca”, entre outras. Enfrentar o racismo na escola não é apenas combater o bullying, mas desmontar uma lógica colonial que inferioriza corpos e culturas negras. Nesse sentido, é urgente transformar a educação em uma ferramenta de reparação, garantindo que crianças e adolescentes negros possam aprender e crescer em um ambiente livre de violência, no qual sua humanidade seja respeitada.

METODOLOGIA

A pesquisa teve base uma abordagem qualitativa (Minayo, 2010) e pautou na análise de trechos de atendimentos realizados pela autora aos alunos, os quais terão trechos apresentados a seguir. Ressaltamos que a identidade dos adolescentes atendidos foi preservada.

DISCUSSÕES E RESULTADOS

Relato 1:

Aluno negro (autoidentificação do aluno), de 16 anos de idade, direcionado ao atendimento social por estar dormindo em sala de aula e também por ter 18 faltas no mês de maio do ano de 2022, quando questionado o mesmo alegou que não faltou à aula, mas não conseguiu entrar porque os portões estavam fechados, por esse motivo ficava perto da escola até dar a hora da saída e ia para casa. Explicou também que estava dormindo porque trabalhou até de madrugada, num bar com sua mãe.

Ficam evidenciados as dificuldades que a pobreza impõe à vida escolar desse adolescente, ocasionando impactos profundos. Ele exerce uma atividade laborativa em um ambiente totalmente incompatível com sua idade, além de trabalhar em um horário que compromete seu sono e, consequentemente, seu desempenho escolar, prejudicando sua capacidade de concentração, memória e aprendizado. A ausência em sala de aula implica a perda de conteúdo e o risco de reprovação, fatores que podem levar à evasão escolar e limitar suas oportunidades futuras.

Os desafios enfrentados pela população periférica de Duque de Caxias são profundos e multifacetados, refletindo uma realidade que vai muito além da simples falta de recursos.

Nesse contexto, é evidente que a pobreza não é apenas uma questão econômica: ela se entrelaça com a escassez de oportunidades, o racismo, a violência e a exclusão social, criando um ambiente em que o acesso a serviços básicos se torna uma luta diária. Em outras palavras, o descaso do Estado configura uma forma de violência, que reforça o racismo estrutural² e, por consequência, contribui para a evasão escolar.

Relato 2:

Aluna negra (autoidentificação), de 16 anos, foi encaminhada ao atendimento social em virtude de uma crise de ansiedade. Sua professora havia encontrado uma carta de despedida escrita por ela. O acolhimento e a escuta ativa permitiram que a aluna compartilhasse diversos pensamentos suicidas. A profissional percebeu que a adolescente constantemente puxava o próprio cabelo para esconder o rosto. Questionada sobre esse gesto, respondeu que se considerava “feia e sem graça”.

Durante a conversa, relatou que sua mãe faleceu quando ela ainda era um bebê e que seu irmão mais velho a culpava pela morte. Explicou que viveu com diferentes familiares – primeiro com uma tia, depois com um tio – e que seu pai era ausente devido à depressão, agravada pela perda da esposa. A profissional solicitou a presença do tio, então responsável pela adolescente na escola, para buscar mais informações sobre sua vida. O tio afirmou não ter mais condições de cuidar da sobrinha, apesar de se esforçar ao máximo. Ele forneceu o contato do pai da adolescente, que, após telefonema, compareceu à escola para atendimento com o serviço social.

O pai declarou não ter condições de criar nenhuma das quatro filhas que possuía e que, após o falecimento da esposa, cada uma foi criada por um parente diferente. Em atendimentos subsequentes, a adolescente revelou ter sido vítima de violência sexual e racismo.

Ao longo desses atendimentos, observou-se uma complexa rede de conflitos emocionais e sociais, resultantes de múltiplas vulnerabilidades e violências vivenciadas. A autora interpreta o gesto da aluna de esconder o rosto com os cabelos como um reflexo da internalização de padrões racistas impostos socialmente.

O racismo está intimamente ligado à identidade e à autodepreciação. O racismo cotidiano refere-se às experiências subjetivas e constantes com o preconceito racial, presentes em discursos, imagens, olhares, gestos e ações do dia a dia.

Segundo Kilomba,

o racismo cotidiano não é um ‘ataque único’ ou um ‘evento discreto’, mas sim uma constelação de experiências de vida, uma exposição constante ao perigo, um padrão contínuo de abuso que se repete incessantemente ao longo da vida de alguém (2019, p. 80 apud Panta e Silva, 2024, p. 23).

O racismo cotidiano constitui uma forma de violência psicológica e social contínua, que mantém indivíduos e grupos em estado de vulnerabilidade. Ele reforça desigualdades por meio de mecanismos aparentemente “pequenos”, mas profundamente destrutivos, levando à internalização de estereótipos negativos e ao desenvolvimento de uma visão depreciativa de si mesmo. Isso pode resultar em uma personalidade fragilizada e em sentimentos de inferioridade, comprometendo inclusive a saúde mental dos adolescentes afetados.

CONSIDERAÇÕES FINAIS

A experiência acerca do desenvolvimento da pesquisa a qual parte está sendo exposta foi, ao mesmo tempo, desafiadora e reveladora. Lidar com relatos tão íntimos de violência racial, vulnerabilidade social e abandono institucional exigiu não apenas rigor metodológico, mas também sensibilidade ética para não reduzir histórias de vida a meros dados.

As dificuldades estavam, principalmente, em articular a dor exposta pelos adolescentes à complexidade do racismo estrutural, que muitas vezes se naturaliza até mesmo no ambiente escolar. Por outro lado, a principal conquista possibilitar eco a essas narrativas, muitas vezes, silenciadas, evidenciando como a discriminação racial se entrelaça à precariedade educacional e à exclusão social, perpetuando ciclos de desigualdade. Os resultados da pesquisa confirmam que o racismo não é um problema individual, mas um sistema que se manifesta nas relações cotidianas da escola, desde comentários pejorativos até a negligência pedagógica com estudantes negros.

A intersecção entre pobreza, violência e falta de representatividade curricular cria um ambiente hostil, onde adolescentes negros internalizam a desvalorização de sua identidade, refletida em baixa autoestima, evasão escolar e até ideações suicidas. Além disso, os dados demonstram que políticas públicas universais, sem recortes raciais e territoriais, falham em combater a raiz do problema: a colonialidade que ancora as estruturas educacionais.

REFERÊNCIAS

AMARO, Sarita. **Serviço social em escolas**: fundamentos, processos e desafios. 3. reimp. Petrópolis, RJ: Vozes, 2021.

MINAYO, Maria Cecília de Souza. **Pesquisa social**: teoria, método e criatividade. 29. ed. Petrópolis, RJ: Vozes, 2011.

PANTA, Mariana; SILVA, Maria Nilza da. Os impactos do racismo na trajetória de estudantes do ensino médio: experiências e percepções de negros e brancos. **Sociologias**, Porto Alegre, v. 26, p. e-1-31, 2024. Disponível em: <https://www.scielo.br/j/soc/a/Gbmtqq3YrxkZpFvjVrv4zXB/?lang=pt>. Acesso em: 15 mar. 2025.

RODRIGUES, Isadora Nunes et al. O impacto do racismo na permanência e desempenho escolar de populações negras na educação formal: um estudo da Educação de Jovens e Adultos da Comunidade Remanescente Quilombola Beco do Caminho Curto. In: **Semana Acadêmica de Direito da Univille - SADU**, 8, 2023, Joinville. Anais [...]. Joinville: Univille, 2023. Disponível em: https://www.univille.edu.br/community/novoportal/VirtualDisk.html/downloadDirect/374592/SADU_capa_1.pdf#page=18. Acesso em: 15 mar. 2025.

ATENDIMENTO EDUCACIONAL ESPECIALIZADO: ANÁLISE DAS PRÁTICAS INTERDISCIPLINARES NAS SALAS DE RECURSOS MULTIFUNCIONAIS

MATSUMOTO, Simone¹

ST 4 - Direitos humanos, políticas educacionais e educação digital: proposições interdisciplinares

INTRODUÇÃO

Este trabalho trata-se de uma pesquisa em andamento, realizada no Programa de Pós-Graduação Interdisciplinar em Sociedade e Desenvolvimento (PPGSeD), vinculado a Universidade Estadual do Paraná (Unespar/*campus* de Campo Mourão). Que tem como objetivo analisar o Atendimento Educacional Especializado (AEE) nas Salas de Recursos Multifuncionais (SRM) da rede municipal de Campo Mourão-PR por meio da abordagem interdisciplinar.

O AEE constitui-se por uma modalidade de ensino garantida por políticas públicas, destinada a promover a inclusão escolar de estudantes com deficiência, transtornos globais do desenvolvimento e altas habilidades/superdotação. Sua implementação ocorre principalmente por meio das SRM, espaços pedagogicamente organizados para eliminar barreiras à aprendizagem e assegurar o pleno desenvolvimento dos educandos (Paraná, 2024).

Historicamente entre as décadas de 1960 e início de 1990, a educação especial no Brasil foi fortemente influenciada por políticas de segregação com a criação de instituições e escolas específicas para o atendimento de crianças e jovens com deficiência e políticas de integração com a imposição de adaptação desses estudando à escola. As legislações vigentes tratavam a educação especial de maneira equivocada, e o modelo de atendimento educacional oferecido nesse período distanciava-se das concepções que passaram a vigorar no período pós-redemocratização do país.

A transição paradigmática em direção à inclusão escolar iniciou-se com influências internacionais mais fortemente entre as década de 1990 e 2000, destacando-se a Declaração

¹ Mestranda, Programa de Pós-Graduação Interdisciplinar Sociedade e Desenvolvimento (PPGSeD), Universidade Estadual do Paraná (Unespar), *campus* de Campo Mourão, simonematsumoto@gmail.com.

de Salamanca (1994), que estabeleceu diretrizes globais para a educação inclusiva, onde foi incorporado à legislação nacional por meio da LDBEN nº 9.394/1996, que reconheceu a educação especial como modalidade transversal a todos os níveis da educação básica; A Convenção sobre os Direitos das Pessoas com Deficiência da ONU, internalizada no Brasil pelo Decreto nº 6.949/2009, que assegurou o acesso a um sistema educacional inclusivo em todos os níveis.

Para operacionalizar esses princípios, foi instituída a Política Nacional de Educação Especial na Perspectiva da Educação Inclusiva (2008), regulamentada pelo Decreto nº 6.571/2008, que definiu as Diretrizes Operacionais da Educação Especial do AEE na educação básica. Nesse contexto, as antigas salas de recursos, surgidas na década de 1980, foram reestruturadas como Salas de Recursos Multifuncionais.

No estado do Paraná, a organização do AEE e das SRM é detalhada por instruções normativas que definem a organização e o funcionamento dessas salas como um espaço dotado de recursos materiais, de acessibilidade e profissionais especializados, organizadas por áreas de atendimento específica, como deficiência intelectual, deficiência visual, surdez e altas habilidades/superdotação. O trabalho pedagógico é planejado por meio do Plano de Atendimento Educacional Especializado (PAEE) e desenvolvido por atividades que incluem o uso de tecnologia assistiva, o ensino de sistemas de comunicação como Libras e Braille, e o enriquecimento curricular.

Entre as múltiplas atribuições do professor de SRM, as instruções normativas enfatizam a necessidade de estabelecer a articulação com os professores dos componentes curriculares, visando o trabalho pedagógico colaborativo para promover o acesso ao currículo (Paraná, 2024). É precisamente nesta diretriz que a interdisciplinaridade se insere como abordagem fundamental. O currículo escolar, concebido para além de uma listagem de conteúdo, deve proporcionar o acesso ao saber sistematizado de forma contextualizada e não fragmentada.

Segundo Fazenda (2011), a interdisciplinaridade caracteriza-se como uma atitude que se vive e exerce, demandando engajamento pessoal e trabalho coletivo constante. Ela possibilita a criação de “novas estruturas, novos conteúdos, novos métodos”, atuando como catalisadora da transformação da prática educativa. No contexto específico do AEE, a abordagem interdisciplinar amplia as possibilidades de uma educação genuinamente inclusiva,

permitindo que o educador, ao reconhecer as singularidades de cada aluno, identifique suas reais potencialidades e garanta sua participação ativa no processo de ensino, aprendizagem e desenvolvimento.

A relevância desta pesquisa fundamenta-se na identificação de uma lacuna significativa na produção acadêmica no que diz respeito a abordagem interdisciplinar nas práticas pedagógicas em SRM. Dessa forma, ao investigar como a interdisciplinaridade é incorporada (ou não) nas SRM da rede municipal de Campo Mourão, este estudo busca contribuir para o avanço do conhecimento científico sobre educação inclusiva, oferecendo subsídios para o aprimoramento do trabalho docente e das políticas públicas locais. A pesquisa justifica-se, portanto, por sua tripla relevância: acadêmica, ao preencher a lacuna teórica identificada; social, ao gerar insumos para a qualificação do AEE em SRM; e pessoal, ao articular-se com a trajetória profissional e acadêmica da pesquisadora.

METODOLOGIA

A pesquisa se caracteriza por uma abordagem qualitativa de cunho exploratório, organizada em duas etapas fundamentais. Inicialmente, será conduzida uma pesquisa bibliográfica e documental, envolvendo o levantamento e a análise de leis, decretos, normativas e documentos oficiais que regulamentam o AEE e as SRM no âmbito nacional e, especificamente, no estado do Paraná. Paralelamente, será realizada uma revisão da literatura especializada sobre interdisciplinaridade, currículo escolar e educação inclusiva.

Posteriormente, na segunda etapa teremos a pesquisa de campo que “caracteriza as investigações em que para além da pesquisa bibliográfica e/ou documental, se coletam dados junto de pessoas utilizando diversos tipos de pesquisa [...]” (Fonseca, 2002, p. 32). Será aplicado um questionário sociodemográfico, de forma online, com o propósito de traçar o perfil de todos os professores(as) atuantes nas SRM da rede municipal de Campo Mourão. Ademais, serão realizadas entrevistas semiestruturadas com cinco professores, que serão selecionados utilizando critérios como tempo de serviço e tipo de SRM que atua, posteriormente será realizada uma entrevista semiestruturada a coordenada do AEE da Secretaria Municipal de Educação e a coordenadora do AEE do Núcleo Regional de Educação de Campo Mourão.

A análise dos dados será centrada nas percepções, desafios e estratégias relatadas pelos participantes. Todo o processo seguirá rigor ético, garantindo o anonimato dos sujeitos envolvidos e a prévia aprovação do comitê de ética competente.

DISCUSSÕES E RESULTADOS

Antecipa-se que a análise dos dados permitirá uma compreensão aprofundada de como a interdisciplinaridade é (ou não) incorporada nas práticas pedagógicas do AEE nas SRM da rede municipal Campo Mourão. Espera-se identificar os principais desafios enfrentados pelos professores(as) especialistas para estabelecer uma articulação efetiva entre as diferentes áreas do conhecimento presentes no currículo escolar dos anos iniciais do ensino fundamental. Paralelamente, busca-se reconhecer as estratégias bem-sucedidas e as potencialidades existentes para a promoção de um trabalho interdisciplinar, que visa não apenas a superação de dificuldades pontuais, mas o enriquecimento curricular e o desenvolvimento pleno do potencial dos estudantes. Como resultado, almeja-se consolidar uma análise abrangente sobre a abordagem interdisciplinar, integrando as perspectivas tanto dos professores(as) das SRM quanto das coordenadoras do AEE da Secretaria Municipal de Educação e do Núcleo Regional de Educação de Campo Mourão.

CONSIDERAÇÕES FINAIS

Ao investigar a realidade local de Campo Mourão, o estudo visa não apenas preencher uma lacuna identificada na produção acadêmica, mas também fomentar reflexões críticas e propositivas entre os profissionais envolvidos. Espera-se que os resultados obtidos possam subsidiar a revisão de práticas pedagógicas, discussões sobre formação docente e o aperfeiçoamento das políticas públicas educacionais no âmbito municipal. Dessa forma, a pesquisa almeja transcender o diagnóstico acadêmico e converter-se em um instrumento de transformação da realidade educacional, promovendo, efetivamente um AEE que assegure o acesso, a participação e a aprendizagem de todos os estudantes, em consonância com os princípios de uma educação verdadeiramente inclusiva e de qualidade.

REFERÊNCIAS

BRASIL. **Decreto nº 6.949, de 25 de agosto de 2009.** Promulga a convenção internacional sobre os direitos das pessoas com deficiência e seu protocolo facultativo, assinado em Nova York em 30 de março de 2007. Disponível

em: https://www.planalto.gov.br/ccivil_03/_ato2007-2010/2009/decreto/d6949.htm. Acesso em: 13 abr. 2024.

BRASIL. Ministério da Educação. **Diretrizes Operacionais da Educação Especial para o Atendimento Educacional Especializado na Educação Básica**. Brasília, DF.: MEC, 2008. Disponível

em: http://portal.mec.gov.br/index.php?option=com_docman&view=download&alias=428-diretrizes-publicacao&Itemid=30192. Acesso em: 14 mar. 2024.

BRASIL. **Lei de Diretrizes e Bases da Educação Nacional nº 9.394/96**. 5. ed. Brasília: MEC, 2010. Disponível em: https://www.planalto.gov.br/ccivil_03/leis/19394.htm. Acesso em: 13 abr. 2024.

FAZENDA, Ivani Catarina Arantes. **Integração e interdisciplinaridade no ensino brasileiro: efetividade ou ideologia**. 6. ed. São Paulo: Loyola, 2011.

FONSECA, João José Saraiva. **Metodologia da pesquisa científica**. Fortaleza: UEC, 2002.

PARANÁ. **Instrução Normativa nº 003/2024 - DEDUC/SEED**. Estabelece a organização e funcionamento do Atendimento Educacional Especializado, por meio das Salas de Recursos Multifuncionais, na Rede Estadual de Educação do Paraná. Disponível

em: <https://www.documentador.pr.gov.br/documentador/pub.do?action=d&uuid=@.gtf-escriba-seed@41453ed2-c1eb-462a-840b-ee71b0d4ec81&emPg=true>. Acesso em: 09 set. 2024.

DOS PER(CURSOS) DA GRADUAÇÃO À PÓS-GRADUAÇÃO: CARTAS E RELATOS DE ESTUDANTES COTISTAS DA UNESPAR

BATISTA, Ingrid Yasmin Oliveira da Silva¹

FRANÇA, Fabiane Freire²

ST 4 - Direitos humanos, políticas educacionais e educação digital: proposições
interdisciplinares

INTRODUÇÃO

Este texto é um recorte da tese de doutorado intitulada “*(Sobre)vivências da negritude na Unespar: relatos e cartas pedagógicas sobre as cotas raciais no ensino superior*”³. Ao pesquisar sobre as cotas raciais, identificou-se a necessidade de incorporar temáticas relacionadas à negritude e à valorização da cultura afro-brasileira nos espaços formativos, compreendendo que essas discussões são fundamentais para o fortalecimento das políticas de ação afirmativa.

Ao pesquisar sobre as cotas raciais, identificamos a necessidade de incorporar temáticas relacionadas à negritude e à valorização da cultura afro-brasileira. Para compreender como as políticas afirmativas se efetivam na Universidade Estadual do Paraná (Unespar), foi desenvolvida esta pesquisa com o objetivo de analisar, a partir de relatos e cartas pedagógicas, as experiências acadêmicas e os sentidos atribuídos às cotas raciais e às estratégias de permanência no Ensino Superior.

Participaram da pesquisa 40 estudantes cotistas da Unespar, sendo 37 da graduação e 3 da pós-graduação, distribuídos em seus sete *campi*: Apucarana, Campo Mourão, Curitiba I, Curitiba II, Paranaguá, Paranavaí e União da Vitória. Na graduação, foram obtidos 8 relatos, e na pós-graduação, 3 cartas pedagógicas.

A questão central foi: como os cotistas da Unespar vivenciam as cotas raciais em sua trajetória acadêmica? A discussão das cotas raciais no contexto universitário deve considerar a Lei nº 12.711/2012 (Lei de Cotas), que assegura a reserva de vagas no ensino

¹ Doutora em Educação, Programa de Pós-Graduação em Educação (PPE), Universidade Estadual de Maringá (UEM), pedagogaingrit@gmail.com.

² Doutora em Educação, Programa de Pós-Graduação em Educação (PPE), docente da Universidade Estadual de Maringá (UEM), ffranca@uem.br.

³ Tese defendida em 23 de outubro do ano de 2025.

superior para estudantes pretos, pardos, indígenas e de baixa renda. Tais normativas não são “benefícios”, mas visam reparar desigualdades históricas e promover o acesso equitativo à educação superior pública brasileira.

A Unespar aprovou sua política de cotas raciais e sociais na graduação em maio de 2019, instituída pela Resolução nº 001/2019-COU (Unespar, 2019) e na pós-graduação a Resolução nº 022/2021 - CEPE/Unespar aprova a política de ações afirmativas, visando garantir maior equidade no acesso e permanência de estudantes historicamente sub-representados (Unespar, 2021).

De acordo com a Resolução nº 1/2004 do CNE (Brasil, 2004) e a Deliberação 04/06 do CEE/PR (Brasil, 2014), as instituições de ensino são incentivadas a revisar e reformular seus programas de ensino, incluindo a Educação das Relações Étnico-Raciais nos currículos de graduação e pós-graduação.

A autora Gomes (2025) destaca a Lei nº 12.711/2012 como um marco no processo de democratização do acesso à educação superior, ampliando as oportunidades para grupos historicamente marginalizados.

METODOLOGIA

O instrumento central foi a produção de cartas pedagógicas, entendidas como estratégias didáticas que favorecem a reflexão crítica sobre a realidade educacional. Conforme Paula (2018), as cartas pedagógicas resgatam a dimensão subjetiva e afetiva da escrita e permitem articular experiências pessoais e coletivas de quem escreve e de quem lê.

Batista (2019) destaca que, escrever cartas também é uma estratégia didática, além disso, devido à facilidade em digitar e observar as correções gramaticais e ortográficas de maneira online, a escrita à mão tem perdido espaço para dispositivos informáticos. No entanto, as cartas permanecem como ferramentas potentes de resistência.

A pesquisa foi aprovada pelo Comitê Permanente de Ética em Pesquisa com Seres Humanos (COPEP) da Universidade Estadual de Maringá e desenvolvida com estudantes negros(as) cotistas da Unespar, tanto da graduação quanto da pós-graduação. A coleta de dados ocorreu em três etapas: preenchimento de questionário via *Google Forms*, envio da autodeclaração étnico-racial e redação de uma carta pedagógica sobre cotas raciais, racismo e percurso formativo.

Felipe e Lima (2022) reforçam que a Política Nacional de Promoção da Igualdade Racial (PNPIR), instituída pelo Decreto 4.886/2003, foi essencial para a consolidação das cotas raciais nas universidades públicas e privadas.

DISCUSSÕES E RESULTADOS

Foram recebidos oito relatos da graduação e três cartas pedagógicas da pós-graduação. Os textos foram analisados segundo a técnica de análise de conteúdo proposta por Bardin (2016), o que permitiu a construção de categorias temáticas. O questionário semiestruturado contou com oito perguntas.

Para fins de exemplificação analítica, a questão três foi selecionada para aprofundamento para esse recorte da pesquisa: “Qual a sua opinião sobre a Política de Cotas Raciais e a reserva de vagas para estudantes pretos(as) e pardos(as) nas instituições?” possibilitou a construção da categoria “*Percepções sobre cotas raciais: importância, desafios e controvérsias*”, composta por quatro subcategorias: relevância histórica e social, promoção da diversidade, desafios institucionais e percepções contrárias. Na Subcategoria 1 - Relevância histórica e reparação, a maioria dos(as) estudantes destacou a política de cotas como medida de reparação e justiça social. Sobre essa questão, três dos(as) estudantes relataram:

Aline: “Super necessário, além de reparação histórica, promove a ampliação da diversidade no espaço acadêmico”.

Maria Eduarda: “Boa afirmativa, não porque negros tenham menos capacidade, mas como forma de reparar parte do passado escravocrata”.

Esses relatos reforçam a visão de Gomes (2017) e Carneiro (2005), que defendem as políticas afirmativas como instrumentos de correção de desigualdades históricas. As estudantes da pós-graduação também manifestaram apoio à política de cotas, como observa-se nos trechos extraídos das cartas.

Helena: “É necessário, para amenizar a cultura estabelecida em nosso país. Contribui para amenizar a desigualdade existente”.

Lélia: “Sou muito a favor das cotas raciais, elas são muito necessárias, não vejo a hora de ter mais representatividade dentro das instituições”.

Esses relatos evidenciam que, a permanência no ensino superior ainda depende de políticas estruturantes e de uma maior representatividade docente. As cartas e relatos analisados demonstram que o acesso por meio das cotas é percebido como direito e não privilégio, representando uma conquista coletiva e um movimento de reparação social.

O Núcleo de Educação para Relações Étnico-Raciais (NERA), da Unespar, foi destacado como espaço fundamental na promoção de políticas de equidade racial. As vivências destacam que a educação antirracista e o reconhecimento da negritude são fundamentais para consolidar a democratização do ensino superior público brasileiro.

CONSIDERAÇÕES FINAIS

Os resultados apontam que as cotas raciais são reconhecidas pelos(as) estudantes cotistas como um direito conquistado e uma medida de justiça social. A Unespar, ao implementar sua política de cotas raciais e sociais em 2019, consolidou um importante avanço no campo da democratização do acesso ao ensino superior no Paraná.

As cartas e relatos analisados evidenciam que as políticas de cotas raciais desempenham papel essencial na democratização do ensino superior e na valorização das identidades negras. Entretanto, permanece o desafio de garantir o acesso, a permanência e o fortalecimento de políticas de apoio, representatividade docente e inclusão curricular de perspectivas afro-brasileiras.

Nesse sentido, esta pesquisa reafirma a necessidade da escrita como ato político, e expressam que, aos poucos, a presença de corpos da população negra passam a ser percebidos nos espaços universitários, e que as políticas afirmativas têm transformado (per) cursos antes marcados pela exclusão.

REFERÊNCIAS

BARDIN, Laurence. **Análise de conteúdo**. São Paulo: Edições 70, 2016.

BATISTA, Ingrid Yasmin Oliveira da Silva. **“Cartas sobre o meu eu”**: trajetórias escolares de professores/as negros/as. Maringá: 136 f. Dissertação (Mestrado em educação) Universidade Estadual de Maringá, 2019.

BRASIL. Lei nº 12.711, de 29 de agosto de 2012. Dispõe sobre o ingresso nas universidades federais e nas instituições federais de ensino técnico de nível médio e dá outras providências. **Diário Oficial da União**: seção 1, Brasília, DF, 30 ago. 2012. Disponível em:

https://www.planalto.gov.br/ccivil_03/_ato2011-2014/2012/lei/112711.htm. Acesso em: 29 set. 2025.

BRASIL. Ministério da Educação. Conselho nacional de educação. **Resolução nº 1 de 17 de 17 de junho de 2014**. Disponível em: http://portal.mec.gov.br/dmdocuments/cnecp_003.pdf. Acesso em: 30 set. 2025.

BRASIL. Ministério da Educação. **Diretrizes curriculares nacionais para a educação das relações étnico-raciais e para o ensino de história e cultura afro-brasileira e africana**. Brasília: MEC/Secad, 2004.

CARNEIRO, Sueli. **A construção do outro como não-ser como fundamento do ser**. 2005. 339 f. Tese (Doutorado em Educação) - Faculdade de Educação, Universidade de São Paulo, São Paulo, 2005. Disponível em: <https://repositorio.usp.br/item/001465832>. Acesso em: 28 set. 2025.

FELIPE, Delton Aparecido; LIMA, Fernanda da Silva. **Cotas raciais: gestão, implementação e permanência**. Santa Cruz do Sul: Essere nel Mondo, 2022. 121 p. Disponível em: <https://www.esserenelmondo.com.br/us/law--cotas-raciais-ebook232.php>. Acesso em: 28 set. 2025.

GOMES, Nilma Lino. **O Movimento Negro educador: saberes construídos nas lutas por emancipação**. Petrópolis, RJ: Vozes, 2017.

GOMES, Nilma Lino. Prefácio. In: CAMPOS, Luiz Augusto; LIMA, Márcia (Orgs.). **O impacto das cotas: duas décadas de ação afirmativa no ensino superior brasileiro**. Belo Horizonte, MG: Autêntica Editora, 2025.

PAULA, Ercília Maria Angeli Teixeira. **Cartas pedagógicas: estratégias didáticas revisitadas para novos tempos**. Curitiba: CRV, 2018.

UNIVERSIDADE ESTADUAL DO PARANÁ. **Resolução nº 001/2019-COU**. Institui a política de cotas raciais e sociais para os cursos de graduação da UNESPAR. Aprovada em 29 de maio de 2019. Paranavaí: Unespar, 2019. Disponível em: <https://propedh.unespar.edu.br/assuntos/documentos/resolucoes/resolucao-no-001-politica-de-cotas-copia-em-conflito-de-gabinete-reitoria-2019-05-31%205.pdf/@download/file/2019%20COU%20-%20Poli%CC%81tica%20de%20Cotas%20Graduac%CC%A7a%CC%83o%20.pdf>. Acesso em: 26 set. 2025.

UNIVERSIDADE ESTADUAL DO PARANÁ. **Resolução nº 022/2021 - CEPE/Unespar**. Dispõe sobre a política de cotas raciais e sociais para os cursos de Pós-Graduação da Unespar. Paranavaí: Unespar, 2021.

FOCO EM TECNOLOGIA: TECNOLOGIAS DIGITAIS E A CONSTRUÇÃO DE ESPAÇOS EDUCACIONAIS INCLUSIVOS PARA SURDOS

MEGDA, Eduardo Alberto¹

SILVA, Taynan Alécio da²

ST 4 - Direitos humanos, políticas educacionais e educação digital: proposições interdisciplinares

INTRODUÇÃO

Nos últimos anos, a mudança das formas digitais fez grandes mudanças na maneira que as pessoas ensinam! Aprender tem sido diferente com o texto desde que as novas tecnologias chegaram. No lugar da educação para todos, o uso! O uso de ferramentas de tecnologia dá uma chance real para acabar com as barreiras de comunicação e sociais. Historicamente, os surdos não tinham espaço nas escolas. No Brasil, a partir da lei número 10.436 de 2002 que reconhece o Língua Brasileira de Sinais, as Libras são consideradas canais legítimos para a conversação e fala. É importante um modo de comunicação! O texto aqui trata de um momento muito importante, onde é o Decreto número 5.626 em 2005, que regula a maneira de usar Libras para ajudar mais no ensino. É sobre um conjunto de regras que fazem mais forte a inclusão de alunos com surdez.

Mesmo se houver avanços legais e de ensino, ainda é difícil fazer práticas. A presença de ferramentas tecnológicas nas escolas não garante por si só, a inclusão é inclua uma visão que se preocupa com o bilinguismo, um jeito de pensar crítico e sensível às necessidades. Os problemas são as características linguísticas e culturais do grupo de surdos.

O presente estudo tem como objetivo analisar o importante papel de tecnologias modernas e digitais em fazer espaços educativos onde surdos podem aprender com a garantia de direitos iguais para todos, de acordo com as normas dos humanos, com políticas educacionais que promovem a inclusão e o uso de educação digital. O artigo fala sobre como adicionar as tecnologias de forma cuidadosa e pensada pode ajudar práticas pedagógicas mais abertas do povo, fácil de usar e que deixa a turma participar.

¹ Mestrando, Programa de Pós-Graduação Interdisciplinar Sociedade e Desenvolvimento (PPGSeD), Universidade Estadual do Paraná (Unespar), *campus* de Campo Mourão, dudumegda@gmail.com.

² Doutorando e Mestre em Educação, Universidade Estadual de Maringá (UEM), nanalecio@gmail.com.

METODOLOGIA

O estudo caracteriza-se como uma pesquisa de natureza qualitativa, de abordagem bibliográfica e exploratória, fundamentada na análise de publicações acadêmicas, legislações e documentos oficiais sobre inclusão digital e educação de surdos. Foram consultadas fontes como artigos indexados na *SciELO*, *Google Scholar* e repositórios institucionais, bem como documentos normativos do Ministério da Educação (MEC), da Organização das Nações Unidas (ONU) e da UNESCO, publicados entre 2005 e 2024.

A seleção dos materiais considerou a relevância para os seguintes eixos temáticos:

- Tecnologias digitais aplicadas à educação inclusiva;
- Políticas públicas voltadas à inclusão de pessoas surdas;
- Abordagens bilíngues e recursos tecnológicos acessíveis em Libras;
- Direitos humanos e equidade no contexto educacional.

A análise foi realizada por meio da técnica de análise de conteúdo, conforme proposta por Bardin (2016), permitindo a identificação de categorias interpretativas relacionadas às potencialidades e limitações do uso das tecnologias digitais no processo inclusivo.

DISCUSSÕES E RESULTADOS

A revisão de literatura evidencia que as tecnologias digitais, quando integradas de forma crítica e pedagógica, podem atuar como mediadoras de inclusão, contribuindo para o fortalecimento da comunicação, da autonomia e da participação dos estudantes surdos. Entre os principais recursos identificados estão os ambientes virtuais de aprendizagem bilíngues, os aplicativos de tradução automática para Libras, os vídeos educacionais com interpretação e legendagem e os materiais multimodais interativos.

Segundo Quadros e Karnopp (2004), a aprendizagem do aluno surdo deve ser pautada em práticas bilíngues que reconheçam a Libras como primeira língua e o português escrito como segunda. As tecnologias digitais, nesse contexto, ampliam o acesso a conteúdos em Libras e permitem a construção de materiais didáticos multimodais que valorizam a visualidade característica central da cultura surda.

Além disso, as políticas públicas recentes – como a Base Nacional Comum Curricular (BNCC) e o Plano Nacional de Educação (PNE 2014-2024) – reconhecem a importância da

inclusão digital como componente de equidade social. No entanto, os estudos indicam que a formação docente ainda constitui um dos principais desafios. Muitos professores relatam dificuldades em integrar tecnologias e recursos acessíveis em Libras, o que compromete a efetividade das práticas inclusivas (Lacerda, 2020).

Por outro lado, experiências exitosas relatadas em escolas bilíngues e centros de educação inclusiva demonstram que a utilização de tecnologias, como avatares 3D tradutores de Libras, softwares educativos bilíngues e plataformas colaborativas com suporte visual, favorece a aprendizagem significativa e a participação ativa dos estudantes surdos.

Dessa forma, constata-se que a tecnologia, quando mediada por práticas pedagógicas conscientes, pode se constituir como instrumento de emancipação e fortalecimento identitário, contribuindo para a efetivação dos direitos humanos e para a democratização do acesso ao conhecimento.

CONSIDERAÇÕES FINAIS

O presente estudo evidencia que as tecnologias digitais possuem potencial transformador na construção de espaços educacionais inclusivos para surdos, desde que utilizadas de forma crítica, planejada e contextualizada. A inclusão digital não se resume à disponibilização de equipamentos, mas requer formação continuada de professores, políticas públicas consistentes e infraestrutura acessível que respeite a diversidade linguística e cultural dos estudantes surdos.

Conclui-se que a integração entre educação digital, políticas de inclusão e direitos humanos é fundamental para garantir uma educação democrática e equitativa. É imprescindível que a tecnologia seja compreendida não apenas como ferramenta instrumental, mas como linguagem cultural e meio de empoderamento, capaz de promover o protagonismo e a cidadania das pessoas surdas.

Sugere-se, para pesquisas futuras, o aprofundamento de estudos sobre o impacto de tecnologias emergentes – como inteligência artificial, realidade aumentada e tradução automática em Libras – no fortalecimento de práticas pedagógicas inclusivas e na formação docente bilíngue.

REFERÊNCIAS

BARDIN, L. **Análise de conteúdo**. Lisboa: Edições 70, 2016.

BRASIL. **Lei nº 10.436, de 24 de abril de 2002.** Dispõe sobre a Língua Brasileira de Sinais - Libras. Diário Oficial da União, Brasília, 2002.

BRASIL. **Decreto nº 5.626, de 22 de dezembro de 2005.** Regulamenta a Lei nº 10.436/2002. Diário Oficial da União, Brasília, 2005.

BRASIL. **Plano Nacional de Educação (PNE 2014-2024).** Brasília: MEC, 2014.

LACERDA, C. B. F. de. **Educação de surdos e formação docente:** desafios contemporâneos. São Paulo: Cortez, 2020.

ONU. **Convenção sobre os Direitos das Pessoas com Deficiência.** Nova York: ONU, 2006.

QUADROS, R. M.; KARNOPP, L. B. **Língua de sinais brasileira:** estudos linguísticos. Porto Alegre: Artmed, 2004.

UNESCO. **Diretrizes sobre Políticas de Inclusão na Educação.** Paris: UNESCO, 2017.

FORMAÇÃO DOCENTE EM MUNICÍPIOS DE BAIXO IDH: AÇÕES DO EIXO 1 DO OBSERVATÓRIO DA EDUCAÇÃO/NAPI

AGOSTINIS, Bruna¹

FRANÇA, Fabiane Freire²

ST 4 - Direitos humanos, políticas educacionais e educação digital: proposições
interdisciplinares

INTRODUÇÃO

O NAPI Educação do Futuro é um dos eixos temáticos do programa Novos Arranjos de Pesquisa e Inovação (NAPI), é uma iniciativa do Governo do Paraná que busca articular universidades, centros de pesquisa e órgãos públicos para promover inovação, pesquisa aplicada e desenvolvimento regional. Seu objetivo é articular pesquisa, inovação e formação docente, contribuindo para o fortalecimento da educação pública paranaense diante dos desafios contemporâneos. O NAPI organiza-se em três eixos principais. O Eixo 1 Observatório da Educação Básica Pública produz diagnósticos e estudos para subsidiar políticas educacionais. O Eixo 2 Competências Digitais dos Professores foca na formação continuada e no desenvolvimento de habilidades tecnológicas docentes. O Eixo 3 Educação e Desenvolvimento Regional Sustentável articula educação e contexto local, promovendo equidade e inclusão social.

A presente pesquisa tem como foco as formações continuadas ofertadas pelo Eixo 1 do Observatório da Educação, vinculado ao Novos Arranjos de Pesquisa e Inovação (NAPI). O estudo busca analisar as ações formativas voltadas ao desenvolvimento de competências digitais e à inclusão digital de professores(as) da rede municipal de ensino em municípios paranaenses de baixo Índice de Desenvolvimento Humano (IDH) que aderiram voluntariamente às formações do Observatório.

Constata-se que o avanço das Tecnologias Digitais (TD) transformou significativamente as formas de aprender, ensinar e produzir conhecimento (Silva & Behar,

¹ Doutoranda, Programa de Pós-Graduação em Educação (PPE), Universidade Estadual de Maringá (UEM), brunaagostinis22@gmail.com.

² Doutora em Educação, docente do Programa de Pós-Graduação em Educação (PPE), Universidade Estadual de Maringá (UEM), ffranca@uem.br.

2019), demandando que docentes adquiram competências que integrem a tecnologia aos processos pedagógicos (Unesco, 2008). Como destaca Aquino (2004), é necessário reconhecer o estilo digital de apreensão do conhecimento, garantindo que a escola se insira nos novos espaços de produção e leitura mediados pelas tecnologias.

METODOLOGIA

A metodologia proposta, consiste em um estudo de caso com abordagem quali-quantitativa, utilizando um questionário estruturado – elaborado por pesquisadores(as) do NAPI – aplicado a professores(as) da rede municipal. O instrumento buscará identificar percepções sobre o uso das tecnologias, a inclusão digital e os impactos das formações recebidas. Posteriormente, será realizado o mapeamento e análise das ações formativas promovidas pelo Eixo 1 do Observatório, em articulação com as secretarias municipais de educação, para compreender o grau de atendimento das necessidades formativas locais.

O estudo pretende contribuir para o aprimoramento das estratégias de formação continuada docente em contextos de vulnerabilidade social, evidenciando desafios e potencialidades das ações formativas voltadas à inclusão e às competências digitais nos pequenos municípios do Paraná.

O projeto será submetido ao Comitê de Ética em Pesquisa, conforme a Resolução nº 510/2016 do Conselho Nacional de Saúde, assegurando aos participantes o sigilo e o consentimento livre e esclarecido. Os sujeitos da pesquisa serão professores/as da rede municipal de ensino de municípios paranaenses com baixo Índice de Desenvolvimento Humano (IDH), selecionados a partir dos dados do Atlas do Desenvolvimento Humano no Brasil (PNUD).

Complementarmente, serão mapeados e analisados documentos e registros institucionais das secretarias municipais de educação, identificando temas, formatos e públicos das formações promovidas. A análise dos dados seguirá abordagem descritiva, conforme Reis e Reis (2002), articulando elementos quantitativos e qualitativos, conforme Minayo e Sanches (1993), para evidenciar o alinhamento entre as necessidades formativas locais e as ações do Observatório, contribuindo para o aprimoramento das políticas de formação docente em contextos de vulnerabilidade social.

DISCUSSÕES E RESULTADOS

A revisão de literatura realizada, conforme apontam Amaral e Souza (2021), constitui uma etapa essencial em todo trabalho científico, pois influencia todas as fases da pesquisa e permite a construção de um embasamento teórico sólido e sistematizado. O levantamento bibliográfico envolveu a busca, seleção e análise de artigos, teses e dissertações disponíveis no Portal de Periódicos da CAPES, no Catálogo de Teses e Dissertações da CAPES e no Google Acadêmico, utilizando como descritores os termos “competências digitais”, “docentes” e “ensino fundamental”. Foram incluídas produções publicadas entre 2010 e 2024, escritas em português e acessíveis em texto integral.

O levantamento no Catálogo de Teses e Dissertações da CAPES resultou em quatro produções relevantes – três dissertações e uma tese – que discutem as competências digitais docentes em diferentes contextos educacionais. As análises desses estudos apontam que a inserção das tecnologias digitais no campo educacional exige não apenas o domínio técnico, mas uma mudança de postura e de concepção pedagógica por parte dos/as professores/as. Conforme Almeida (2021), a integração das tecnologias à educação demanda o rompimento de fronteiras disciplinares, institucionais e espaço-temporais, exigindo um novo papel do/a docente como mediador/a de aprendizagens em ambientes digitais e híbridos.

Nesse sentido, Souza (2015) evidencia que o avanço das Tecnologias da Informação e Comunicação (TIC) transformou profundamente as linguagens midiáticas e os modos de ensinar e aprender, exigindo que os/as docentes desenvolvam novas competências relacionadas à comunicação, à curadoria de conteúdos e ao uso crítico das mídias. Costa (2021) complementa essa perspectiva ao destacar que as mídias sociais assumiram papel central na vida contemporânea, sendo espaços de interação, produção de sentido e compartilhamento de saberes, o que também impacta diretamente os processos formativos.

As orientações da Unesco (2008) convergem com essa discussão ao afirmar que, em sociedades cada vez mais complexas e baseadas no conhecimento, alunos e professores/as devem utilizar as tecnologias de modo efetivo, desenvolvendo habilidades para buscar, analisar e avaliar informações, resolver problemas, tomar decisões e atuar como cidadãos críticos, criativos e responsáveis.

Essas reflexões apontam para a necessidade de uma formação docente que contemple as dimensões técnica, pedagógica e ética do uso das tecnologias, considerando o contexto

social e cultural em que se inserem os sujeitos. De acordo com Quadrado e Ferreira (2020), a sociedade contemporânea, permeada pelas novas tecnologias, transformou as formas de exercício da cidadania e do ativismo político, exigindo da escola e dos/as educadores/as um olhar atento às relações de poder e aos discursos presentes no espaço digital.

Dessa forma, os estudos revisados indicam que a construção das competências digitais docentes vai além da simples instrumentalização tecnológica. Trata-se de um processo que envolve autonomia intelectual, criticidade e compromisso social, articulando o uso das tecnologias à promoção de uma educação democrática e inclusiva, capaz de dialogar com os desafios e potencialidades da era digital.

CONSIDERAÇÕES FINAIS

O presente estudo evidencia a relevância de compreender e fortalecer as políticas de formação continuada em contextos educacionais marcados por desigualdades sociais e estruturais. Por meio análise das ações formativas promovidas pelo Eixo 1 do Observatório da Educação/NAPI, em municípios paranaenses com baixo Índice de Desenvolvimento Humano (IDH), será possível refletir sobre o alcance e a efetividade dessas iniciativas frente às necessidades reais dos territórios.

Constata-se que a formação continuada de professores/as, quando articulada às especificidades locais, contribui para o desenvolvimento profissional docente e para o fortalecimento das redes municipais de ensino, especialmente em regiões de maior vulnerabilidade. Diante das rápidas transformações tecnológicas e das novas exigências impostas à prática educativa, torna-se imprescindível investir em estratégias formativas que promovam a inclusão digital, o desenvolvimento de competências docentes e a equidade educacional.

Assim, a ampliação e o aprimoramento das políticas públicas voltadas à formação continuada devem considerar as particularidades regionais e socioeconômicas, de modo a garantir que todos os/as educadores/as tenham acesso a oportunidades formativas de qualidade. Espera-se que este estudo possa contribuir para o debate e a construção de práticas e políticas mais sensíveis às realidades locais, fortalecendo uma educação pública democrática, inclusiva e comprometida com a justiça social.

REFERÊNCIAS

- AQUINO, Mirian de Albuquerque. Metamorfoses da cultura: do impresso ao digital, criando novos formatos e papéis em ambientes de informação. **Ciência da informação**, Brasília, v. 33, n. 2, p. 7-14, maio/ago., 2004.
- COSTA, Kevin Keslley Rodrigues da. Liberdade de expressão e discurso de ódio nas mídias sociais. **Revista Eletrônica do Ministério Público do Estado do Piauí**, [s. l], p. 324-343, jun. 2021.
- SILVA, Ketia Kellen Araújo Da; BEHAR, Patricia Alejandra. Competências digitais na educação: uma discussão acerca do conceito. **Educação em Revista**, Belo Horizonte, v. 35, 2019.
- SÁ-SILVA, Jackson Ronie et al. Pesquisa documental: pistas teóricas e metodológicas. **Revista Brasileira de História & Ciências Sociais**, v. 1, n. 1, p. 1-15, 2009.
- QUADRADO, Jaqueline Carvalho; FERREIRA, Ewerton da Silva. Ódio e intolerância nas redes sociais digitais. **Revista Katálisis**, Florianópolis, v. 23, n. 3, p. 419-428, dez. 2020.
- MINAYO, Maria Cecília; COSTA, Antônio Pedro. Fundamentos teóricos das técnicas de investigação qualitativa. **Revista Lusófona de Educação**, n. 40, p. 11-25, 2018.
- MINAYO, M. C. S. & SANCHES, O. Quantitativo-Qualitativo: oposição ou complementaridade? **Cad. Saúde Públ.**, Rio de Janeiro, v. 9, n. 3, p. 239-262, jul/set. 1993.
- YIN, R. K. **Estudo de caso: planejamento e métodos**. Porto Alegre: Bookman, 2001.

ODS QUATRO - EDUCAÇÃO DE QUALIDADE E O ÍNDICE IPARDES DE DESEMPENHO MUNICIPAL EM MUNICÍPIOS PARANAENSES

SANTOS, Daniel Pereira dos¹

OLIVEIRA, Lilian Castro Rodrigues de²

ST 4 - Direitos humanos, políticas educacionais e educação digital: proposições
interdisciplinares

INTRODUÇÃO

Este trabalho tem como objetivo analisar as taxas referentes a três indicadores da educação básica, na região imediata de Campo Mourão, com base na coleta de dados disponibilizada nos anos de 2010 e 2022, pelo Instituto Paranaense de Desenvolvimento Econômico e Social (IparDES). A região imediata de Campo Mourão é compreendida pelos seguintes municípios: Altamira do Paraná, Araruna, Barbosa Ferraz, Boa Esperança, Campina da Lagoa, Campo Mourão, Corumbataí do Sul, Engenheiro Beltrão, Farol, Fênix, Goioerê, Iretama, Janiópolis, Juranda, Luiziana, Mamborê, Moreira Sales, Nova Cantu, Peabiru, Quarto Centenário, Quinta do Sol, Rancho Alegre D'Oeste, Roncador, Ubitatã.

A interpretação dos gráficos acontece a partir dos seguintes indicadores: Taxa de Reprovação no Ensino Fundamental (TxREF); Taxa de Reprovação no Ensino Médio (TxREM); Taxa de Abandono no Ensino Fundamental (TxAEF); Taxa de Abandono no Ensino Médio (TxAEM); Taxa de Distorção Idade Série no Ensino Fundamental (TxDisEF); Taxa de Distorção Idade Série no Ensino Médio (TxDisEM). Os resultados auxiliam a compreender quais municípios estão mais comprometidos com a formação dos jovens de sua comunidade. A busca pela qualidade da educação se consolidou nas últimas décadas, como um dos principais desafios das instituições de ensino, sobretudo no Brasil, em que os desafios para a permanência escolar são diversos, mas principalmente marcados por desigualdades.

¹ Mestrando, Programa de Pós-Graduação Interdisciplinar Sociedade e Desenvolvimento (PPGSeD), Universidade Estadual do Paraná (Unespar), *campus* de Campo Mourão, danielpeereira@gmail.com.

² Mestranda, Programa de Pós-Graduação Interdisciplinar Sociedade e Desenvolvimento (PPGSeD), Universidade Estadual do Paraná (Unespar), *campus* de Campo Mourão, lilian.castrorodrigues84@gmail.com.

O conceito de qualidade, além de possuir diversos significados, evoluiu ao longo do tempo. Nas palavras de Vasconcelos (2021), ao citar Boto (2005) e Oliveira (2007), “o primeiro movimento focou a possibilidade de acesso à escola pública, após esta conquista, procura-se atender padrões de exigências focadas na maior qualidade do ensino, alinhadas ao direito a educação, com um atendimento por meio da escola pública, gratuita, obrigatória e laica” (Vasconcelos, 2021). A noção de qualidade deve ser interpretada a partir das condições historicamente situada no tempo e espaço, pelas ideologias, por fatores políticos, pela concepção de desenvolvimento humano e aprendizagem, e até mesmo pelos valores culturais, portanto a definição de uma educação de qualidade não é determinística e varia ao longo do tempo, entre sociedades, grupos e indivíduos (Vasconcelos, 2021).

O acesso à educação pública, passou a exigir que se pense em outros fatores como a permanência na escola e o reconhecimento das desigualdades que persistem. A partir da interpretação dos gráficos, na análise dos municípios da região imediata de Campo Mourão, é possível compreender os esforços empenhados para cumprir o estabelecido na Agenda 2030, principalmente no tocante ao quarto Objetivo de Desenvolvimento Sustentável (ODS), que visa assegurar a educação inclusiva e equitativa e de qualidade, e promover oportunidades de aprendizagem ao longo da vida para todos (IPEA, 2019).

METODOLOGIA

Este artigo utiliza o Índice Iparde de Desempenho Municipal (IPDM) para tratar de dados no âmbito dos municípios do Estado do Paraná, notadamente os indicadores na educação básica. A partir dos dados disponibilizados na Base de Dados do Estado (BDEWeb), no sítio do Iparde, selecionam-se todos os municípios da região imediata de Campo Mourão, no intuito de verificar as melhores e piores colocações para os indicadores mencionados: TxREF; TxREM; TxAEF; TxAEM; TxDisEF e TxDisEM.

Os gráficos gerados não são apresentados neste resumo expandido, apenas interpretados textualmente de forma sucinta. A metodologia utilizada é mista, esta abordagem combina métodos qualitativos e quantitativos no escopo do estudo, com o objetivo de obter uma compreensão mais abrangente, profunda e integrada do fenômeno investigado. Neste sentido, recorreremos à revisão bibliográfica acerca da educação, do objetivo de desenvolvimento sustentável número quatro, e de temas complementares.

DISCUSSÕES E RESULTADOS

No primeiro gráfico a maioria dos municípios apresentam queda na TxREF, ou seja, valores negativos, indicando redução no indicador. Apenas dois municípios registraram aumento que foram os municípios de Peabiru (27,91%) e Juranda (25,49%). O município com maior redução percentual na TxREF foi Ubiratã (-88,24%). Alguns municípios tiveram variações negativas menos severas, como Farol (-24,19%) e Goioerê (-26,25%). Campina da Lagoa (-2,33%) apresenta uma taxa próxima de zero, indicando estabilidade no indicador ao longo dos anos. Esses dados mostram uma redução bastante significativa no indicador, acima de 80% em alguns casos. Os municípios que obtiveram redução do percentual podem servir como referência de boas práticas ou políticas públicas eficazes.

No segundo gráfico a maioria dos municípios apresentam queda na TxREM, ou seja, valores negativos, indicando redução no indicador. Faltam dados da cidade de Rancho Alegre D'Oeste para o ano de 2022, portanto, a cidade não fez parte desta análise. No total cinco municípios registraram aumento percentual, entre eles estão Quarto Centenário (76,92%) e Peabiru (38,00%). Os municípios com maior redução percentual na TxREM foi Barbosa Ferraz (-92,31%). Alguns municípios tiveram variações negativas menos severas, como Altamira do Paraná (-10,67%) e Boa Esperança (-13,79%). Mamborê (-8,20%) apresenta uma taxa próxima de zero, indicando estabilidade no indicador. Esses dados mostram uma redução bastante significativa no indicador, acima de 90% no caso de Barbosa Ferraz. As exceções extremas merecem atenção, pois podem necessitar de políticas públicas mais eficazes.

No terceiro gráfico todos os municípios apresentam queda na TxAEF, ou seja, valores negativos, indicando redução no indicador. Alguns municípios não apresentaram dados para o ano de 2022 e, portanto, não foram analisadas. O município com maior redução percentual na TxAEF foi Moreira Sales (-95,45%). Alguns municípios tiveram variações negativas menos severas, como Goioerê (-25,00%) e Luiziana (-27,27%). Esses dados mostram uma redução bastante significativa no indicador, acima de 90% em alguns casos. Os municípios que obtiveram uma grande redução do percentual merecem atenção e estudo, pois podem servir como referência de boas práticas ou políticas públicas eficazes.

No quarto gráfico a maioria dos municípios apresentam queda na TxAEM, ou seja, valores negativos, indicando redução no indicador. Cinco municípios registraram aumento, que foram os municípios de Nova Cantu (85,19%), Engenheiro Beltrão (66,67%), Fênix (38,94%) e Farol (8,33%). O município com maior redução percentual na TxAEM foi Altamira do Paraná (-93,26%). Alguns municípios tiveram variações negativas menos severas, como Janiópolis (-9,09%), Goioerê (-10,17%) e Barbosa Ferraz (-11,63%). Enquanto o município de Luiziana (2,60%) teve variação positiva menos severa, indicando estabilidade no indicador ao longo dos anos. Esses dados mostram uma redução bastante significativa no indicador, acima de 90% em alguns casos.

No quinto gráfico todos os municípios apresentam queda na TxDisEF, ou seja, valores negativos, indicando redução no indicador. O município com maior redução percentual na TxDisEF foi Altamira do Paraná (-76,56%). Alguns municípios tiveram variações negativas menos severas, como Rancho Alegre D'Oeste (-14,04%), Fênix (-21,09%) e Luiziana (-22,62%). Nova Cantu (-2,37%), Campina da Lagoa (-4,68%) e Farol (-6,86%) apresentam taxas próximas de zero, indicando estabilidade no indicador ao longo dos anos. Esses dados mostram uma redução bastante significativa no indicador, acima de 70% em alguns casos.

No sexto gráfico todos os municípios apresentam queda na TxDisEM, ou seja, valores negativos, indicando redução no indicador. Exceto a cidade de Farol, que se manteve estagnada ao longo dos anos. Os municípios com maior redução percentual na TxDisEM foram Altamira do Paraná (-74,58%), Ubiratã (-65,59%) e Boa Esperança (-63,41%). Alguns municípios tiveram variações negativas menos severas, como Mamborê (-1,23%) e Fênix (-6,15%). Farol (-0,00%) apresenta uma taxa igual a zero, indicando estabilidade no indicador ao longo dos anos. Esses dados mostram uma redução bastante significativa no indicador, acima de 60% em alguns casos. As exceções positivas (Altamira do Paraná, Ubiratã e Boa Esperança) merecem atenção e estudo, pois podem servir como referência de boas práticas ou políticas públicas eficazes.

CONSIDERAÇÕES FINAIS

Este artigo utiliza o Índice Iparides de Desempenho Municipal (IPDM) para tratar de ações públicas no âmbito dos municípios do Estado do Paraná, notadamente na educação. A

partir dos dados do Iparades, verifica-se os municípios da região imediata de Campo Mourão com melhores e piores colocações para os seguintes indicadores: TxREF; TxREM; TxAEF; TxAEM; TxDisEF; TxDisEM. Evidenciar a evolução dos indicadores auxiliam a medir o sucesso e os desafios das políticas públicas da educação básica. Têm-se, de um lado, aqueles municípios que atingiram status de alto desempenho em determinado indicador, ao longo dos anos, de 2010 a 2022. Alguns municípios permaneceram estagnados ou apresentaram discreta evolução. E, de outro lado, têm-se os municípios que tiveram desempenho altamente inferior ao longo dos anos.

Os municípios que atingiram status de alto desempenho nos indicadores analisados merecem atenção e estudo, pois podem servir como referência de boas práticas ou políticas públicas eficazes. Por outro lado, os municípios que tiveram desempenho inferior ao longo dos anos, podem carecer de políticas públicas na área da educação, ou então as políticas em vigência podem necessitar de revisão. A permanência e conclusão do ensino fundamental e ensino médio na idade correta é responsabilidade dos pais, dos estudantes e de toda a comunidade acadêmica.

A partir da análise dos gráficos é possível compreender os esforços empenhados para cumprir o estabelecido no âmbito da Agenda 2030, principalmente no tocante ao quarto Objetivo de Desenvolvimento Sustentável (ODS), que visa assegurar a educação inclusiva e equitativa e de qualidade, e promover oportunidades de aprendizagem ao longo da vida para todos. Entender esses dados e buscar a melhora nos índices pode ser, ainda, fator decisivo para a internacionalização destas escolas estaduais.

REFERÊNCIAS

IPEA. **ODS 4 - Educação de Qualidade - Objetivos do Desenvolvimento Sustentável.** Disponível em: <https://www.ipea.gov.br/ods/ods4.html>. Acesso em: 23 jun. 2025.

PARANÁ. **Instituto Paranaense de Desenvolvimento Econômico e Social (Iparades).** Disponível em: <https://www.ipardes.pr.gov.br/>. Acesso em: 13 maio 2025.

VASCONCELOS, V. M. S de. **Qualidade na gestão escolar:** as melhorias contínuas em instituição de educação profissional. 2021. Dissertação (Mestrado Profissional em Gestão e Desenvolvimento da Educação Profissional) - Centro Estadual de Educação Tecnológica Paula Souza, São Paulo, 2021. Disponível em: https://sucupira-legado.capes.gov.br/sucupira/public/consultas/coleta/trabalhoConclusao/viewTrabalhoConclusao.jsf?popup=true&id_trabalho=11133468. Acesso em: 26 jun. 2025.

PLATAFORMAS DIGITAIS NOS ANOS INICIAIS DO ENSINO FUNDAMENTAL

RINALDO, Márcia Regina Lima¹

MELLO, Cleverson Molinari²

ST 4 - Direitos humanos, políticas educacionais e educação digital: proposições
interdisciplinares

INTRODUÇÃO

A inserção das tecnologias digitais no contexto educacional brasileiro, especialmente após a pandemia da COVID-19, trouxe transformações profundas na dinâmica da escola pública brasileira. O uso de Recursos Educacionais Digitais (REDs), como plataformas e aplicativos, passou a integrar o cotidiano das salas de aula, impondo novos desafios aos profissionais da educação e estudantes. Entretanto, a adoção dessas ferramentas ocorreu, em grande parte, de forma emergencial, sem o devido planejamento, infraestrutura adequada ou formação prévia dos professores(as) em competências digitais.

Diante dessa realidade, a presente pesquisa teve como objetivo analisar os desafios e as potencialidades do uso da plataforma *Aprimora* nos anos iniciais do ensino fundamental da rede pública de Campo Mourão – PR, sob a ótica de professores(as) e estudantes. Com uma aplicação pedagógica sociointeracionista, embasada na teoria histórico-cultural de Vygotsky, o estudo buscou compreender como o uso de tecnologias digitais pode contribuir para a aprendizagem e o desenvolvimento cognitivo dos estudantes.

A pesquisa insere-se na linha de Formação Humana, Processos Socioculturais e Instituições, do Programa de Pós-Graduação Interdisciplinar Sociedade e Desenvolvimento (PPGSeD/Unespar), e reflete o compromisso de compreender a integração entre tecnologia e educação como um processo interdisciplinar que requer mediação, reflexão e criticidade.

¹ Mestranda, Programa de Pós-Graduação Interdisciplinar Sociedade e Desenvolvimento (PPGSeD), Universidade Estadual do Paraná (Unespar), campus de Campo Mourão, marciarrinaldo@gmail.com.

² Doutor em Educação, docente da Universidade Estadual do Paraná (Unespar), campus de Paranaguá, cleverson.mello@unespar.edu.br.

METODOLOGIA

Trata-se de uma pesquisa de abordagem mista, com ênfase em um estudo de caso desenvolvido na rede pública municipal de Campo Mourão - PR. Participaram 208 professores(as) do 1º ao 5º ano e 423 estudantes do 3º ao 5º ano do ensino fundamental, distribuídos em 21 escolas. Os dados foram coletados por meio de questionários estruturados aplicados via *Microsoft Forms*, contemplando questões abertas e fechadas que buscavam identificar percepções e práticas relacionadas ao uso da plataforma *Aprimora*.

O estudo fundamentou-se na teoria histórico-cultural, enfatizando a mediação social e o papel das tecnologias digitais como instrumentos culturais de aprendizagem, pois, conforme afirma Vygotsky (1987), o desenvolvimento humano não pode ser reduzido a um processo biológico, mas deve ser entendido como um movimento histórico que ocorre na interação entre indivíduo e coletividade.

A análise quantitativa se apoiou em relatórios dos anos de 2023 e 2024, da própria plataforma (*dashboard* do Hub Educacional), os quais apresentavam indicadores de acesso; engajamento e evolução de proficiência em Língua Portuguesa e Matemática, organizados em níveis, conforme mostra a tabela a seguir:

Tabela 1 - Comparação dos níveis de proficiência em Língua Portuguesa

Níveis de proficiência em Língua Portuguesa	Módulos concluídos em 2023	Módulos concluídos em 2024
Iniciante	120.998	85.504
Básico	100.832	19.663
Proficiente	30.295	31.469
Avançado	0	0
Total de módulos concluídos	252.080	136.636

Fonte: Elaboração própria (2025).

A análise qualitativa, por sua vez, buscou compreender as percepções de professores(as) e estudantes acerca dos desafios e potencialidades da ferramenta em seus processos de ensino e aprendizagem, procurando identificar de que forma o *Aprimora* impactou esses sujeitos ao longo do período de utilização.

DISCUSSÕES E RESULTADOS

A análise dos dados evidenciou que, embora a plataforma *Aprimora* apresente potencialidades significativas para o processo de ensino e aprendizagem, sua utilização

enfrenta desafios estruturais e pedagógicos. Entre as potencialidades destacam-se a possibilidade de personalização das atividades, o acompanhamento individualizado do desempenho dos estudantes e o estímulo à autonomia e ao interesse pela realização das atividades, por meio da gamificação. Tais características reforçam o papel das tecnologias digitais como mediadoras culturais, capazes de ampliar o engajamento e favorecer a aprendizagem significativa.

Contudo, os principais desafios identificados dizem respeito à infraestrutura tecnológica insuficiente nas escolas, à falta de conectividade adequada, à insuficiência de competências digitais por parte dos(as) professores(as), o que gera insegurança e resistência no uso da plataforma por conta da dificuldade de entendimento de suas funcionalidades técnicas e pedagógicas, o que compromete o potencial educativo da ferramenta. Entretanto, é fundamental entendermos que a insuficiência de competências digitais dos professores(as) tem causas que precisam ser tratadas. A profissão docente no Brasil, segundo Silva *et al* (2023), enfrenta um contexto de precarização que impacta diretamente a saúde mental dos professores. Embora exista motivação e compromisso com a prática pedagógica, a realidade é marcada pela desvalorização social, baixos salários, sobrecarga de tarefas e ausência de políticas efetivas de apoio à formação continuada dos docentes.

A análise dos relatórios de desempenho revelou que os estudantes tendem a apresentar melhores resultados quando há mediação efetiva do(a) professor(a) e quando as atividades propostas são articuladas ao currículo escolar. A pesquisa também mostrou que o uso obrigatório e monitorado da plataforma, sem contextualização pedagógica, pode gerar efeitos contrários aos desejados, resultando em um mero preenchimento de tarefas, de forma desmotivada e mecânica, sem contribuição à aprendizagem. Dessa forma, destaca-se a importância de políticas públicas que garantam acesso igualitário e formação docente (inicial e continuada) de qualidade, evitando o uso meramente instrumental das tecnologias educacionais.

CONSIDERAÇÕES FINAIS

A pesquisa permitiu compreender que o uso de plataformas digitais, como o *Aprimora*, pode contribuir de forma significativa para o processo de ensino e aprendizagem nos anos iniciais, desde que utilizado de forma crítica, planejada e integrada às práticas pedagógicas.

As potencialidades da ferramenta estão diretamente relacionadas à intencionalidade do(a) professor(a) e à sua capacidade de promover mediações que articulem o letramento digital ao letramento acadêmico dos estudantes.

Segundo Moran (2015, p. 59), “sem a mediação efetiva do professor, o uso das tecnologias na escola favorece a diversão e o entretenimento, e não o conhecimento”. Para o autor, cabe ao professor(a) “orientar, organizar e contextualizar o uso das ferramentas digitais, garantindo que os recursos tecnológicos se transformem em instrumentos de aprendizagem significativa e não apenas em elementos de distração”.

Dessa forma, vemos que é importante valorizar o protagonismo do estudante, porém, entendendo que o estudante protagonista não é aquele que faz tudo sozinho, mas o que tem uma boa mediação do professor, ensinando-lhe o caminho a ser percorrido, para que seja capaz de seguir na direção apropriada, sem se desviar dos objetivos a serem alcançados (Moran, 2011).

Constatou-se que a interdisciplinaridade entre educação e tecnologia é essencial para a construção de práticas pedagógicas inovadoras e inclusivas. No entanto, a efetiva integração das tecnologias digitais à educação pública brasileira requer investimentos em infraestrutura, conectividade, suporte técnico e, principalmente, na formação continuada de professores(as).

Em síntese, o estudo evidencia que as tecnologias digitais só contribuem para o processo de ensino e aprendizagem se estiverem alinhadas às práticas pedagógicas mediadas e intencionais, devendo ser compreendidas como instrumentos de mediação e não como substitutos do trabalho docente. O desafio está em transformar o uso dos recursos educacionais digitais em oportunidades de aprendizagem significativa, contribuindo para uma educação pública mais equitativa, crítica e humanizadora.

REFERÊNCIAS

LIBÂNEO, José Carlos. **Didática**. 2. ed. São Paulo: Cortez, 2012.

MORAN, José Manuel. **A educação que desejamos: novos desafios e como chegar lá**. 5. ed. Campinas: Papirus, 2011.

MORAN, José Manuel. **Novas tecnologias e mediação pedagógica**. Campinas: Papirus, 2015.

POMBO, Olga. **Epistemologia da interdisciplinaridade**. Lisboa: Texto Editores, 2008.
SILVA, Jerto Cardoso da; LEAL, Luiza Tamara Almeida; SCHMIDT, Stefanie; FUHR, Maiara da Silva; SARAIVA, Eduardo Steindorf. Saúde mental, adoecimento e trabalho docente. **Psicologia Escolar e Educacional**, v. 27, e-242262, 2023. Disponível em: <https://doi.org/10.1590/2175-35392023-242262><https://doi.org/10.1590/2175-35392023-242262>. Acesso em: 20 out. 2025.

VYGOTSKY, Lev. **A formação social da mente**. 6. ed. São Paulo: Martins Fontes, 1987.

PUNIDOS POR NÃO TER E POR SER: O MITO DA IMPUNIDADE COMO MECANISMO DE CONTROLE SOCIAL

JULIANI, Marisa Eliete do Nascimento¹

MORGADO, Suzana Pinguello²

ST 4 - Direitos humanos, políticas educacionais e educação digital: proposições
interdisciplinares

INTRODUÇÃO

O mito da impunidade penal de adolescentes foi construído como crítica à nova norma jurídica estabelecida na década de 1990, com a promulgação da Lei nº 8.069 - Estatuto da Criança e do Adolescente (ECA). A concepção equivocada de que o ECA só traria direitos contribuiu para a desinformação, disseminada por mídias e discursos populistas. Contudo, na contramão dessa percepção, identifica-se que esses jovens sempre foram severa e duplamente punidos ao longo da história do sistema jurídico brasileiro: punidos por não ter e punidos por ser.

O tema central deste trabalho articula-se com a complexa trajetória da responsabilização juvenil, marcada pela seletividade penal que criminaliza a pobreza demarcada por raça, com narrativas que distorcem a legislação vigente. Desmistifica-se a ideia de que o adolescente não é responsabilizado, uma vez que tal discurso, na prática apenas serve de cunho ideológico para deslocar a responsabilidade estatal para a criminalização das camadas mais vulneráveis.

Assim, o objetivo deste trabalho é analisar criticamente o discurso do mito da impunidade, demonstrando como ele oculta a criminalização seletiva das juventudes vulneráveis e evidenciar a responsabilização juvenil como uma questão de cidadania, indissociável da proteção integral, que exige o compromisso e a responsabilidade compartilhada entre Estado, sociedade e família. A efetivação dessa política rompe com a

¹ Mestranda, Programa de Pós-Graduação Interdisciplinar Sociedade e Desenvolvimento (PPGSeD), Universidade Estadual do Paraná (Unespar), *campus* de Campo Mourão, marisanjuliani@gmail.com.

² Doutora em Educação, docente da Universidade Estadual de Maringá (UEM) e Professora Colaboradora do Programa de Pós-Graduação Interdisciplinar Sociedade e Desenvolvimento (PPGSeD), *campus* de Campo Mourão, spmorgado@uem.br.

lógica punitivista, e exige uma ação direta do Estado por meio de políticas públicas de inclusão.

METODOLOGIA

Esta pesquisa se deu na perspectiva interdisciplinar e adota uma abordagem qualitativa, tendo o materialismo histórico-dialético como método de análise, por meio das categorias de totalidade, reprodução e ideologia, propicia uma interpretação dinâmica, abrangente e crítica da realidade, o que é fundamental para a desconstrução do mito da impunidade na sociedade brasileira. O desenvolvimento deste estudo se baseia em procedimentos de metodologia de pesquisa bibliográfica e documental, em uma abordagem interdisciplinar que articula saberes jurídicos, históricos, sociais e pedagógicos.

DISCUSSÕES E RESULTADOS

O mito da impunidade se assenta na percepção social difundida de que adolescentes autores de atos infracionais, após a promulgação do ECA, não são responsabilizados, perpetuando a ideia de que para o “menor não dá nada”. Essa expressão, de viés discriminatório, ainda se encontra presente no imaginário coletivo e decorre de uma interpretação equivocada da legislação

O cerne da crítica reside no fato de que o mito da impunidade se estabelece como o maior obstáculo à plena efetivação do ECA, distorcendo a concepção de responsabilização juvenil e alimentando o clamor social por punição. A desinformação sobre o sistema socioeducativo contribui para que a sociedade se surpreenda ao descobrir que os adolescentes podem ser legalmente responsabilizados e sentenciados, inclusive à internação por até três anos.

Este mito não é um fenômeno isolado, mas uma construção ideológica que atua como um mecanismo de controle social. A ideologia, na perspectiva do materialismo histórico-dialético, é um conjunto de ideias, valores e crenças que mascaram as desigualdades estruturais. Ao disseminar a ideia de que o problema reside na suposta “impunidade” do jovem, o discurso dominante consegue desresponsabilizar o Estado pelas causas estruturais da criminalidade juvenil e transferir toda a carga da culpa ao indivíduo (Chauí, 2008; Santos, 2021).

Ao romper com a lógica punitivista do Código de Menores, estabelecendo a responsabilização juvenil, o ECA não eliminou a responsabilidade dos adolescentes, mas a

subordinou a normas jurídicas específicas, respeitando a condição peculiar de pessoa em desenvolvimento. Em contraste com o mito da impunidade, a nova ordem jurídica estabeleceu uma espécie de "Direito Penal Juvenil", no qual os jovens são responsabilizados por atos infracionais (condutas tipificadas no Código Penal como crime ou contravenção). Dentro desta norma, garantem-se direitos sociojurídicos semelhantes aos dos adultos (amplo direito à defesa, devido processo legal) e que o adolescente não pode sofrer sanção mais grave do que a aplicada a um adulto, rompendo com a arbitrariedade da Doutrina da Situação Irregular (Saraiva, 2002; Cunha, 2015). A responsabilização, nesse novo paradigma, é vista como um processo de cidadania, que deve seguir os parâmetros legais e estar atrelado ao acesso a direitos fundamentais, exigindo responsabilidade compartilhada entre Estado, sociedade e família (Valente; Oliveira, 2015).

Por meio da Criminologia Crítica, compreende-se que o mito da impunidade, na verdade, oculta a seletividade penal inerente ao sistema (Zaffaroni, 1991; Baratta, 2002). Longe de serem impunes, os adolescentes das classes mais vulneráveis são o principal alvo do encarceramento seletivo. Dados do Conselho Nacional de Justiça, no primeiro semestre de 2025, atestam que 75,1% dos adolescentes que cumpriam medida socioeducativa privativa ou restritiva de liberdade eram pardos e pretos (Brasil, 2025). Quanto à questão da renda, o Levantamento anual 2023, feito pelo SINASE (Brasil, 2023), constatou que, dos adolescentes que cumprem medidas socioeducativas restritivas de liberdade, 19,1% tem renda familiar de até 1 salário-mínimo e 58,9% têm renda indefinida ou não informada, deixando uma lacuna de análise, com conjecturas, segundo o órgão, de que se refere a famílias que vivem da informalidade.

A criminalização da pobreza é um traço marcante da história da infância no Brasil, na qual jovens negros e pobres foram frequentemente associados à periculosidade, como nos demonstra Saraiva (2013), acerca do contingente atendido pela FEBEM na década de 1970, quando 80% dos adolescentes internados naquela instituição eram provenientes da população mais vulnerável da sociedade, ou seja, prendiam a vítima.

Disseminar a ideia da impunidade é crucial para manter essa seletividade, pois gera temor e clamor por punição, visto que a desinformação constrói o adolescente pobre com um estereótipo perigoso, legitimando o aparato repressivo do Estado (Giddens; Sutton, 2017; Baratta, 2002) o que mascara a dupla punição, já que os dados estatísticos confirmam que a

população mais desassistida é a mais responsabilizada e duplamente punida. Assim, justifica a exclusão e transfere o foco da violência estrutural (desigualdade, não oferta de direitos) para a violência individual (ato infracional) (Baratta, 2002; Xavier, 2008).

O mito da impunidade, portanto, serve como um instrumento ideológico de reprodução social. Ele contribui para a manutenção do *status quo*, pois naturaliza a desigualdade e a exclusão. A nova legislação, não gerou impunidade, mas estabeleceu que a responsabilização está relacionada ao conceito de ato infracional, conduta tipificada como crime ou contravenção penal, e não mais ao vago conceito de “menor em situação irregular”. Nesta perspectiva, o adolescente é responsabilizado pelo que faz, e não pelo que é (Saraiva, 2002; Brasil, 1990) e as medidas socioeducativas devem ter função pedagógica e de alteração da realidade sociofamiliar do adolescente, com ênfase na Justiça Restaurativa e na reinserção social (Brasil, 1990; Brasil, 2012).

CONSIDERAÇÕES FINAIS

O mito da impunidade demonstra que a crença na ausência de responsabilização penal juvenil é uma construção ideológica que desvia a atenção das falhas estruturais da sociedade visto que a realidade dos adolescentes em conflito com a lei, comprovada por dados de seletividade penal, é a de uma população que sempre foi duplamente punida e continua a ser: pela condição de pobreza e pela prática do ato. O mito não apenas distorce a lei, mas também alimenta práticas repressivas, e para seu enfrentamento é necessário que o Estado reconheça que a responsabilização juvenil deve ir além da punição, transformando-se em um processo ético-político de emancipação e inclusão dos(as) adolescentes.

Este processo foi concebido pelo legislador na dimensão de responsabilidade intrinsecamente compartilhada entre o Estado, a sociedade e a família, condição essa indispensável para garantir a efetiva proteção e o desenvolvimento integral do adolescente e sua inclusão. O enfrentamento desse mito exige que a sociedade e o Estado reconheçam que a responsabilização juvenil deve ir além da punição, transformando-se em um processo ético-político de emancipação e inclusão dos(as) adolescentes.

REFERÊNCIAS

BARATTA, Alessandro. **Criminologia crítica e crítica do direito penal**: introdução à Sociologia do Direito Penal. Tradução Juarez Cirino dos Santos. 3ª ed. Rio de Janeiro: Editora Revan: Instituto Carioca de Criminologia, 2002.

BRASIL, Estatuto da Criança e do Adolescente. Lei nº 8.069, de 13 de julho de 1990. **Diário Oficial da União**: seção 1, nº 135, p. 13563. Brasília, DF, 16 jul. 1990.

BRASIL. Lei nº 12.594, de 18 de janeiro de 2012. Institui o Sistema Nacional de Atendimento Socioeducativo (Sinase) e dá outras providências. **Diário Oficial da União**: seção 1, nº 14, Brasília, DF, 19 jan. 2012. p. 3-8.

BRASIL. Ministério dos Direitos Humanos e da Cidadania. **Levantamento Nacional de Dados do SINASE - 2023**. Brasília: Ministério dos Direitos Humanos e da Cidadania, 2023.

BRASIL. Conselho Nacional de Justiça. **Cadastro Nacional de Inspeções em Unidades e Programas Socioeducativos - Cniups - 1º Bimestre jan/fev. 2025**.

CHAUÍ, Marilena. **O que é ideologia?** São Paulo: Brasiliense, 2008.

CUNHA, Rogério Sanches. **Manual de Direito Penal**. Parte geral. Volume Único. 3ª ed. Ed. JusPodivm, Bahia, 2015.

GIDDENS, Anthony; SUTTON, Philip W. **Conceitos essenciais da Sociologia**. 2ª. ed. São Paulo: Editora Unesp, 2017.

SANTOS, Anne Caroline de Almeida. **“Socioeducação” colocando o conceito entre aspas**. 1ª ed. Curitiba: Appris, 2021.

SARAIVA, João Batista Costa. **Desconstruindo o mito da impunidade**: um ensaio de Direito (Penal) Juvenil. Brasília, 2002.

SARAIVA, João Batista Costa. **Adolescente em conflito com a lei**: da indiferença à proteção integral: uma abordagem sobre a responsabilidade penal juvenil. 4.ed. rev. e atual. Porto Alegre: Livraria do Advogado Editora, 2013.

VALENTE, Fernanda Pinheiro Rebouças; OLIVEIRA, Maria Cláudia Santos Lopes de. Para além da punição: (re)construindo o conceito de responsabilização socioeducativa. **Estudos e Pesquisas em Psicologia**, v. 15, n. 3, 2015.

XAVIER, Arnaldo. A construção do conceito de criminoso na sociedade capitalista: um debate para o Serviço Social. **Rev. Katál**. Florianópolis, v. 11, n. 2, p. 274-282, jul./dez 2008.

ZAFFARONI, Eugenio Raúl. **Em busca das penas perdidas**: a perda da legitimidade do sistema penal. Rio de Janeiro: Revan, 1991 (5ª ed. 2001).

REFLEXÕES SOBRE A EDUCAÇÃO EM DIREITOS HUMANOS NA REDE MUNICIPAL DE PEABIRU/PR

AGOSTINIS, Bruna¹

FRANÇA, Fabiane Freire²

MACIEL, Fred³

ST 4 - Direitos humanos, políticas educacionais e educação digital: proposições
interdisciplinares

INTRODUÇÃO

A presente pesquisa tem como objetivo analisar as evidências da Educação em Direitos Humanos (EDH) nas práticas pedagógicas desenvolvidas nas escolas públicas municipais de Ensino Fundamental Anos Iniciais do município de Peabiru/PR, a partir das representações docentes sobre a temática. Parte-se da perspectiva de que os Direitos Humanos estão presentes em diferentes dimensões da vida social e, por isso, o conhecimento e o acesso a essa temática são essenciais para a construção de uma sociedade mais justa e democrática.

Nesse sentido, compreender e promover os Direitos Humanos contribui para o fortalecimento da liberdade, da dignidade e do bem-estar coletivo. Nesse sentido, a Educação em Direitos Humanos constitui-se como uma ferramenta fundamental para fomentar uma visão de sociedade pautada na equidade, na diversidade e na pluralidade dos direitos. Assim, busca-se evidenciar a importância de uma formação docente em EDH efetiva, de modo que os(as) profissionais da educação possam desenvolver práticas pedagógicas reflexivas, conscientes e comprometidas com a promoção dos direitos e com a valorização humana no cotidiano escolar.

Em suma, a garantia e a promoção dos Direitos Humanos estão intrinsecamente relacionadas à defesa e à consolidação da democracia. Conforme Salgado (1996), todos os

¹ Doutoranda, Programa de Pós-Graduação em Educação (PPE), Universidade Estadual de Maringá (UEM), brunaagostinis22@gmail.com.

² Doutora em Educação, docente do Programa de Pós-Graduação em Educação (PPE), Universidade Estadual de Maringá (UEM), ffranca@uem.br.

³ Doutor em História, docente do Programa de Pós-Graduação Interdisciplinar Sociedade e Desenvolvimento (PPGSeD), Universidade Estadual do Paraná (Unespar), *campus* de Campo Mourão, fred.maciell@ies.unespar.edu.br.

indivíduos vivenciam cotidianamente experiências vinculadas aos direitos fundamentais, por meio de ações simples do dia a dia. Tais práticas são reconhecidas como direitos justamente porque encontram respaldo em normas socialmente aceitas ou legalmente instituídas, que no contexto brasileiro se materializam nas leis.

Nesse sentido, Comparato (1998) explica que o pleonasmo da expressão “direitos humanos” é justificável, pois se refere a exigências de comportamento fundamentadas na condição de pertencimento de todos os seres humanos ao mesmo gênero humano, independentemente das diferenças individuais ou sociais que os distinguem. Solon (2005) complementa essa reflexão ao destacar que, desde os primórdios da formação do direito internacional, estudiosos já identificavam princípios universais que constituem a base das relações entre os povos e os membros da sociedade internacional.

Ao tratar da realidade brasileira, Chauí (2022) ressalta que, em nossa sociedade, as diferenças de ordem social e pessoal são frequentemente transformadas em desigualdades, estabelecendo-se, assim, relações hierárquicas de poder. Diante desse cenário, reforça-se a necessidade de uma sociedade verdadeiramente democrática, sustentada em direitos, deveres e na igualdade de condições. Nessa perspectiva, Candau e Scavino (2013) defendem os Direitos Humanos como instrumentos fundamentais para a construção e o fortalecimento de democracias efetivas, capazes de promover a justiça social, o respeito à diversidade e a dignidade humana.

METODOLOGIA

Para o desenvolvimento da investigação, realizou-se, em um primeiro momento, uma pesquisa bibliográfica de natureza qualitativa, com o propósito de identificar produções científicas – artigos, teses e dissertações – que abordassem a articulação entre Educação em Direitos Humanos, formação docente e suas repercussões nas práticas pedagógicas escolares. O mapeamento foi conduzido nas plataformas *Scientific Electronic Library Online* (SciELO) e no Catálogo de Teses e Dissertações da Coordenação de Aperfeiçoamento de Pessoal de Nível Superior (CAPES), utilizando-se as seguintes palavras-chave: *Educação em Direitos Humanos; Escolas Municipais; Formação Docente; Práticas Pedagógicas; Educação Básica e Ensino Fundamental*.

Na sequência, o segundo procedimento metodológico consistiu na realização de um levantamento de dados empíricos por meio de entrevistas semiestruturadas, de caráter qualitativo, com nove professores(as) pertencentes a cinco escolas municipais de Ensino Fundamental – Anos Iniciais – do município de Peabiru/PR, da rede pública de ensino. O instrumento principal da pesquisa foi a entrevista semiestruturada, utilizada com o intuito de compreender as contribuições da Educação em Direitos Humanos para as práticas pedagógicas e a formação docente no contexto das escolas municipais de Peabiru.

De acordo com Duarte (2004), a entrevista semiestruturada possibilita alcançar os objetivos previamente definidos, ao articular uma estrutura orientadora com a abertura necessária para emergirem novas perspectivas e reflexões. Para a coleta de dados, empregou-se a técnica de interrogação, que, conforme Gil (2002), envolve a interação face a face entre pesquisador(a) e participante, sendo essencial o cuidado na formulação das perguntas e na condução do diálogo, a fim de evitar interferências ou induções nas respostas.

O aporte teórico que fundamenta esta pesquisa se baseia nos Estudos Culturais, os quais, segundo Johnson, Escosteguy e Schulman (2000), não configuram uma nova disciplina, mas resultam da insatisfação com os limites das áreas tradicionais, constituindo-se como um campo interdisciplinar que investiga os aspectos e as dinâmicas culturais da sociedade contemporânea.

DISCUSSÕES E RESULTADOS

A partir da análise das entrevistas, notamos que os docentes possuem diferentes compreensões sobre a Educação em Direitos Humanos. Enquanto alguns a associam a valores de respeito e igualdade, e valorizar as diferenças. Outros a restringem ao cumprimento de normas disciplinares e à transmissão de valores morais. Enquanto outros, não identificaram a relação dos Direitos Humanos com a Educação. Essa diversidade de representações sociais é fundamental para compreendermos os desafios da inserção da EDH no cotidiano escolar.

Eu não tenho conhecimento sobre Direitos Humanos na educação. Eu não estudei sobre Direitos humanos, não sei se agora tem essa disciplina, ou algo voltado pra isso na faculdade, mas na minha época não tinha. O que eu sei é o que eu assisto na TV que é os direitos humanos, daquele ladrão que roubou um celular e matou a vítima, que era um pai de família. E aí? Que ajuda essa vítima tem? É mais fácil o bandido receber ajuda (P4, 2024).

Além da falta de conhecimento sobre o tema, alguns docentes relataram dificuldades na abordagem de temas sensíveis, como diversidade de gênero e questões raciais, por receio de resistências por parte da comunidade escolar e familiar ou por falta de formação, de tempo suficiente para abordar os conteúdos do currículo, e a falta de materiais orientadores. Pensando nesse fator é que desenvolvemos uma WQ como instrumento de formação continuada, no qual é organizada com conteúdo científicos e sugestões de materiais, e atividades. Esses desafios reforçam a importância de formação contínua e de materiais pedagógicos que ofereçam suporte para uma abordagem pedagógica mais segura e fundamentada.

E assim, a escola não precisa estar só na formação dessas crianças, mas estender essa formação para as famílias, em orientações, reuniões, conversas individuais ou até a família na escola. Nós temos o projeto do município “família na escola” que acontece em todas as escolas, em que cada escola tem uma semana que ela tem que trazer a família para a escola, e vai abordar diversos assuntos, não específicos em Direitos Humanos. Mas acontece em diversos formatos, em reuniões, apresentações ou evento, palestra de instrução. Ano passado foi sobre os sentimentos, que foi abordado sobre as várias formas de amor, e não deixa de ser um direito da criança. O direito de ser amada e respeitada também (P2, 2024).

A interdisciplinaridade se justifica como relevante nesse cenário por incorporar uma série de disciplinas e conhecimentos, e torná-lo válido na prática escolar no município de Peabiru. A interdisciplinaridade se deixa pensar, não apenas na sua faceta cognitiva – sensibilidade à complexidade, capacidade para procurar mecanismos comuns, atenção a estruturas profundas que possam articular o que aparentemente não é articulável – mas também em termos de atitude – curiosidade, abertura de espírito, gosto pela colaboração, pela cooperação, pelo trabalho em comum. Sem interesse real por aquilo que o outro tem para dizer não se faz interdisciplinaridade (Pombo, 2005, p. 13).

Apesar dos desafios e obstáculos identificados, também foram evidenciadas práticas pedagógicas que demonstram o potencial de fortalecimento da EDH nas escolas municipais. Alguns docentes citaram algumas literaturas infantis que utilizaram assim como projetos, e atividades trabalhar valores como solidariedade e respeito às diferenças.

Para ampliar essas experiências, faz-se necessário um maior investimento em formação continuada, alinhada à realidade dos docentes e às demandas do contexto escolar. Conforme destaca Freire (1987), a educação deve ser um processo dialógico, em que educadores/as e educandos/as constroem conhecimentos de forma crítica e participativa.

CONSIDERAÇÕES FINAIS

A pesquisa teve como objetivo compreender as representações docentes sobre a Educação em Direitos Humanos (EDH) nas escolas municipais de Peabiru/PR. Constatou-se que, embora os(as) professores(as) reconheçam a relevância da temática, sua efetivação nas práticas escolares ainda enfrenta desafios relacionados à formação continuada, à ausência de materiais pedagógicos contextualizados e ao receio em tratar temas sensíveis, como gênero e diversidade.

O estudo, de abordagem quali-quantitativa, desenvolveu-se por meio de pesquisa bibliográfica e entrevistas semiestruturadas com nove docentes de cinco escolas municipais. Os resultados revelam o interesse dos(as) professores(as) em aprofundar seus conhecimentos sobre EDH, o que motivou a elaboração de uma *WebQuest* com sugestões de conteúdos e práticas voltadas ao tema. Fundamentada nos Estudos Culturais, a pesquisa reforça a importância de políticas educacionais que integrem de forma crítica e sistemática a Educação em Direitos Humanos na formação docente e no cotidiano escolar, contribuindo para a construção de uma sociedade mais justa, democrática e inclusiva.

REFERÊNCIAS

CANDAU, Vera Maria Ferrão; SCAVINO, Susana Beatriz. Educação em Direitos Humanos e formação de educadores. **Educação**, Porto Alegre, v. 36, n. 1, p. 59- 66, 2013.

CHAUÍ, M. Direitos Humanos e Educação. **Revista Interdisciplinar de Direitos Humanos**, Bauru, v. 10, n. 2, p. 23-26, 2022.

COMPARATO, Fábio Konder. Fundamento dos direitos humanos. **Cultura dos direitos humanos**. São Paulo: LTR, p. 53-74, 1998.

DUARTE, Rosália. Entrevistas em pesquisas qualitativas. **Educar**, Curitiba, n. 24, p. 213-225, 2004.

FREIRE, Paulo. Carta de Paulo Freire aos professores. **Estudos Avançados**, São Paulo, v. 15, n. 42, maio-ago. 2001.

Gil, Antonio Carlos. **Como elaborar projetos de pesquisa**. 5. ed. São Paulo: Atlas, 2002.
 JOHNSON, Richard; ESCOSTEGUY, Ana Carolina; SCHULMAN, Norma. **O que é, afinal, Estudos Culturais?** 2. ed. Belo Horizonte: Autêntica, 2000.

POMBO, O. Interdisciplinaridade e integração dos saberes. **Liinc em Revista**, v. 1, n. 1, março 2005, p. 3-15.

SALGADO, Joaquim Carlos. Os direitos fundamentais. **Revista Brasileira de Estudos Políticos**. n.82, jan., 1996.

SOLON, Clara M. Responsabilidade internacional agravada do Estado: violações graves de normas de jus cogens e o sistema interamericano de proteção dos Direitos Humanos. **Revista do Instituto Brasileiro de Direitos Humanos**, Instituto Brasileiro de Direitos Humanos, v. 6, n. 6, p. 59-79, 2005.

VIOLÊNCIA SIMBÓLICA NA EDUCAÇÃO INFANTIL E FORMAÇÃO DOCENTE: DISCUSSÕES INICIAIS

PEREIRA, Ana Carla de Oliveira¹

MORGADO, Suzana Pinguello²

ST 4 - Direitos humanos, políticas educacionais e educação digital: proposições
interdisciplinares

INTRODUÇÃO

O presente resumo concerne à pesquisa intitulada *Violência simbólica na educação infantil: análise das políticas de formação inicial de pedagogos no Paraná*, que está sendo desenvolvida no Programa de Pós-Graduação Interdisciplinar Sociedade e Desenvolvimento (PPGSeD), na Linha de pesquisa *Formação Humana, Processos Socioculturais e Instituições*, sob orientação da Professora Dra. Suzana Pinguello Morgado. O estudo, que ainda está em desenvolvimento, é financiado pelo Conselho Nacional de Desenvolvimento Científico e Tecnológico (CNPq), e busca compreender em que medida as discussões sobre violência simbólica estão presentes na política de formação inicial de pedagogos no Paraná, que atuam na educação infantil.

O objetivo geral é analisar como a violência simbólica é abordada – ou silenciada – nos documentos oficiais e nos currículos que orientam a formação docente no estado, tendo como base teórica autores como Pierre Bourdieu e Passeron (1975), em diálogo com o Materialismo Histórico-Dialético, por meio de uma perspectiva interdisciplinar. O estudo adota uma abordagem qualitativa, de caráter bibliográfico e documental, voltada à análise dos Projetos Político-Pedagógicos (PPPs) de cursos de Pedagogia de universidades públicas paranaenses e das principais diretrizes nacionais que regem a formação docente no Brasil.

Assim, a investigação busca contribuir para a compreensão de como os documentos de política educacional influenciam na formação e de que maneira podem reforçar ou combater determinadas práticas.

¹ Mestranda, Programa de Pós-Graduação Interdisciplinar Sociedade e Desenvolvimento (PPGSeD), Universidade Estadual do Paraná (Unespar), *campus* de Campo Mourão, acop1205@gmail.com.

² Doutora em Educação, docente da Universidade Estadual de Maringá (UEM) e Professora Colaboradora do Programa de Pós-Graduação Interdisciplinar Sociedade e Desenvolvimento (PPGSeD), *campus* de Campo Mourão, spmorgado@uem.br.

METODOLOGIA

A pesquisa caracteriza-se como bibliográfica e documental. Conforme Cellard (2008), a análise documental permite compreender um fenômeno a partir de materiais que ainda não receberam tratamento analítico sistemático, revelando contextos, intencionalidades e contradições. A abordagem é qualitativa, pois, segundo Gil (2002), esse tipo de pesquisa busca descrever e interpretar fenômenos complexos, priorizando a compreensão dos sentidos presentes nos discursos e nas práticas analisadas.

O corpus do estudo é composto pelos Projetos Político-Pedagógicos (PPPs) dos cursos de Pedagogia das universidades públicas do Paraná e pelas Diretrizes Curriculares Nacionais para o Curso de Pedagogia e para a formação inicial de professores – Resoluções CNE/CP nº 1/2006, nº 2/2015, nº 2/2019 e nº 04/2024, além de outros documentos, como a Constituição Federal de 1988, a Lei de Diretrizes e Bases da Educação Nacional (LDB nº 9.394/1996) e outros que foram relevantes no que diz respeito às mudanças na formação docente desde 1939 (quando foi criado o curso de Pedagogia no Brasil) até a atualidade.

De acordo com o Painel Estatístico do Censo da Educação Superior (INEP, 2024), o Paraná possui 101 cursos de Pedagogia, sendo 31 públicos (7 de universidades federais, 22 de estaduais, 2 de municipais) e 70 privados. Diante dessa amplitude, o recorte considera apenas as instituições públicas, tanto em razão do tempo disponível para o desenvolvimento da pesquisa de mestrado, quanto pelo compromisso com a defesa de uma educação pública, gratuita e de qualidade – contexto no qual se construiu a trajetória pessoal e acadêmica da pesquisadora.

A análise será desenvolvida a partir do método do Materialismo Histórico-Dialético, tomando como categorias centrais a totalidade e a contradição para a compreensão das determinações históricas e sociais que conformam o objeto de estudo. A discussão será complementada pelo conceito de violência simbólica, formulado por Pierre Bourdieu, que contribuirá para elucidar as formas sutis de reprodução cultural e social no espaço escolar. Além disso, serão considerados estudos recentes sobre a temática, identificados em plataformas como o Banco de Teses e Dissertações da CAPES e a SciELO, que possibilitam reconhecer as discussões mais atuais sobre formação docente e violência simbólica. Também serão mobilizados autores como Sacristán (2000) e Saviani (2016), entre outros que discutem

o currículo e a formação de professores sob a ótica das contradições históricas e sociais que permeiam a educação brasileira.

A interdisciplinaridade constitui o eixo teórico-metodológico e se faz indispensável nesta pesquisa. Edgar Morin (2003, p. 14) destaca que a compartimentalização do conhecimento gera uma “inadaptação crescente, profunda e grave entre os saberes separados, fragmentados [...] e realidades cada vez mais multidimensionais”. Na mesma direção, Bicudo (2008, p. 141) afirma que os desafios contemporâneos “tensionam as fronteiras disciplinares”, impulsionando a busca por abordagens interdisciplinares.

Assim, a pesquisa propõe o diálogo entre Educação, Sociologia, História e Política Educacional. A educação oferece o eixo teórico-prático da investigação; a sociologia permite compreender as manifestações da violência simbólica nas relações sociais e pedagógicas; a história propicia a compreensão dos processos históricos que contribuíram para chegarmos ao modelo de educação que temos atualmente; e a política educacional possibilita analisar de que maneira os documentos e legislações podem influenciar na formação docente, de modo a reforçar ou combater determinadas práticas.

DISCUSSÕES E RESULTADOS

Embora a pesquisa ainda se encontre em fase inicial, algumas inferências preliminares orientam o percurso investigativo. A hipótese central é que, apesar dos avanços legais e pedagógicos das últimas décadas, as políticas e os currículos de formação de pedagogos ainda não contemplam de modo suficiente o debate sobre a violência simbólica, o que contribui para sua naturalização no cotidiano das práticas docentes.

Conforme Bourdieu (1998, p. 7), a violência simbólica é “uma violência que se exerce com a cumplicidade tácita daqueles que a sofrem e também, frequentemente, daqueles que a exercem, na medida em que uns e outros são inconscientes de a exercer ou a sofrer”, conceito que orienta a compreensão das formas sutis de dominação presentes nas práticas educacionais. E em consonância com o Materialismo Histórico-Dialético, Bourdieu e Passeron (1975, p. 64) destacam que “todo sistema de ensino institucionalizado deve as características específicas de sua estrutura e de seu funcionamento ao fato de que lhe é preciso produzir e reproduzir [...] um arbitrário cultural do qual ele não é o produtor [...] e cuja reprodução contribui à reprodução das relações entre os grupos ou as classes”, evidenciando que as instituições

educacionais não são neutras: funcionam como um mecanismo de manutenção da ordem social na medida em que contribuem com a reprodução cultural e social, reforçando as relações de exploração e dominação.

A partir dessas reflexões e demais contribuições teóricas, busca-se compreender de que forma as políticas e os documentos oficiais que orientam a formação docente no Paraná expressam – ou silenciam – discussões sobre a violência simbólica na educação infantil.

CONSIDERAÇÕES FINAIS

O estudo busca contribuir com o debate sobre a formação inicial de pedagogos que atuarão na educação infantil, destacando a importância de reconhecer e enfrentar as práticas de violência simbólica que atravessam o cotidiano escolar. Espera-se que os resultados possibilitem refletir sobre políticas e currículos que considerem a condição peculiar do desenvolvimento infantil e que contribuam para a construção de um processo educativo mais inclusivo.

Pretende-se que as conclusões não se limitem à denúncia das práticas de violência simbólica, mas que contribuam para o fortalecimento de políticas e práticas formativas que articulem teoria e prática, valorizem a reflexão crítica e promovam uma educação comprometida com a transformação social e com o desenvolvimento integral dos sujeitos – crianças e futuros professores.

REFERÊNCIAS

BICUDO, Maria Aparecida Viggiani. A pesquisa interdisciplinar: uma possibilidade de construção do trabalho científico/acadêmico. **Educ. Mat. Pesqui.**, São Paulo, v. 10, n. 1, pp. 137-150, 2008.

BOURDIEU, Pierre. **O poder simbólico**. Rio de Janeiro: Bertrand Brasil, 1998.

BOURDIEU, Pierre; PASSERON, Jean-Claude. **A reprodução**: elementos para uma teoria do sistema de ensino. Rio de Janeiro: Francisco Alves, 1975.

INSTITUTO NACIONAL DE ESTUDOS E PESQUISAS EDUCACIONAIS ANÍSIO TEIXEIRA (INEP). **Censo da Educação Superior 2024**. Brasília: MEC/INEP, 2024.

MORIN, Edgar. **A cabeça bem-feita**: repensar a reforma, reformar o pensamento. 8ª ed. Rio de Janeiro: Bertrand Brasil, 2003.

SACRISTÁN, José Gimeno. **O currículo**: uma reflexão sobre a prática. 3. ed. Porto Alegre: Artmed, 2000.

SAVIANI, Dermeval. Educação escolar, currículo e sociedade: o problema da Base Nacional Comum Curricular. **Movimento**: Revista de Educação, v. 3, n. 4, 2016.

WEBQUEST NA FORMAÇÃO CONTINUADA: REPRESENTAÇÕES DAS CONFIGURAÇÕES FAMILIARES NA LITERATURA INFANTIL

ALVES, Maria¹

COQUEIRO, Wilma dos Santos²

ST 4 - Direitos humanos, políticas educacionais e educação digital: proposições
interdisciplinares

INTRODUÇÃO

O conceito de família vem sofrendo inúmeras transformações de caráter público e privado em decorrência do interesse e do redimensionamento da sociedade ao longo do tempo. Nessa pesquisa de mestrado cuja dissertação foi defendida em 2024, objetivou-se identificar as configurações familiares observadas nos contos e nas histórias infantis que fazem parte do acervo literário da educação formal. A finalidade da pesquisa foi compreender as configurações familiares trabalhadas na prática educativa por meio de contos e histórias infantis que refratassem essa temática. Para a pesquisa, de viés bibliográfico, foi utilizada uma variedade de contos diversos e histórias infantis que pudessem corroborar com o entendimento acerca das diferentes formas de configurações familiares presentes na sociedade atual.

Com base em abordagens interdisciplinares – oriundas de áreas como Educação, Sociologia, Psicologia e Teoria da Literatura – buscou-se investigar as produções da literatura infantil que retratam os diferentes tipos de família. Apresentando dados qualitativos, os resultados coletados foram divulgados por meio do recurso metodológico tecnológico da WebQuest para disseminar produções literárias e oferecer subsídios aos(as) docentes para uma educação inclusiva pautada em direitos humanos. O resultado do estudo demonstrou a existência da diversidade familiar e a possibilidade do entrosamento entre a instituição familiar e a escolar, mediante o processo de ensino e aprendizagem com a educação inclusiva embasada em Direitos Humanos.

¹ Mestra, Programa de Pós-Graduação Interdisciplinar Sociedade e Desenvolvimento (PPGSeD), Universidade Estadual do Paraná (Unespar), *campus* de Campo Mourão, alvesmaria1964@gmail.com.

² Doutora em Letras, docente da Universidade Estadual do Paraná (Unespar), *campus* de Campo Mourão, wilmacoqueiro@gmail.com.

A TEMÁTICA FAMILIAR EM UMA PRÁTICA DE EDUCAÇÃO INCLUSIVA

Na atual conjuntura, observamos as mudanças que afetam a instituição familiar e os diferentes contextos existentes, como a pluralidade de configurações já historicamente notadas que parecem ser impelidos a uma permanente reformulação dos significados vivenciados.

Desta forma, conhecer e compreender essas estruturas familiares passou a fazer parte fundamental da trajetória escolar. Segundo Teperman (2012), as famílias que diferem dos padrões tradicionais, tais como famílias homoparentais, recompostas e produções independentes, são denominadas de “novas configurações familiares”. Para a pesquisadora, alguns educadores costumam erroneamente delegar as dificuldades de aprendizagens dos alunos à estrutura familiar do educando, sem observar outras possibilidades.

Nessa perspectiva, o desenvolvimento do trabalho pedagógico por meio dos Contos de fadas e das Histórias infantis visou demonstrar que sempre houve uma diversidade de tipos de famílias que foram desconsideradas. Porém, ao nos pautarmos em estudos que dão base e sustentação para uma reflexão crítica dos fatos históricos que permearam a trajetória dos seres humanos e sua atuação no mundo, considerando os fatores determinantes dos tipos de sociedades dominantes em cada tempo e local, observamos que a história sempre teve mais de uma visão. Porém, nem sempre essa nova visão pôde estar visível.

Assim, ao buscar uma educação fundamentada em direitos humanos, a literatura infantil se torna uma ferramenta poderosa para trabalhar de forma interdisciplinar com a educação de crianças, especialmente em relação ao tema das “configurações familiares”, tendo em vista que a literatura infantil oferece a oportunidade de explorar as diversas culturas e tradições familiares ao redor do mundo, contribuindo para a compreensão e valorização da diversidade de vidas.

RECURSO TECNOLÓGICO E DIDÁTICO - *WEBQUEST* COMO FORMAÇÃO METODOLÓGICA

Em um mundo que se transforma rapidamente, educadores(as) devem preparar-se para auxiliar os(as) estudantes a analisarem situações complexas e inesperadas, a desenvolverem a criatividade, a utilizarem de forma racional a imaginação criadora e a respeitar às diferenças.

Também devem demonstrar terem senso de responsabilidade e sensibilidade tátil, visual, auditiva, sinestésica, entre outras. Nesse sentido, com o intuito de colaborar com a prática educacional, organizamos uma proposta de formação continuada, que foi disponibilizada de forma online por meio de uma *WebQuest*³.

O educador brasileiro Paulo Freire (1996), na década de 1970, já defendia práticas e processos pedagógicos com o uso das tecnologias para a necessária integração, reinvenção e formação docente. O estudioso defende que relações de poder dentro da escola sejam assumidas e explicitadas para que possam ser transformadas, ainda que essa seja uma tarefa difícil, pois abordar temas relativos à vida humana, como os referentes à família e à escola, não se esgota, podendo ser abordados de forma crítica. O estudioso brasileiro recomenda o uso da tecnologia como fonte de conhecimento, não na aceitação passiva de cultura de massas, mas numa concepção de tecnologia pautada em princípios éticos que devem promover a dignidade da vida humana, em especial, por meio de currículos temáticos, pela interdisciplinaridade e a participação em processos decisórios.

Assim, temos o entendimento de que a formação continuada oferece possibilidades de transformação nas práticas pedagógicas, com perspectivas de promover mudanças possíveis do contexto escolar, integrando as tecnologias à capacitação docente por meio das contribuições da metodologia de navegação orientada. Os resultados têm se mostrado relevantes ao protagonismo dos(as) educadores(as) e na aquisição de habilidades com o manejo das tecnologias, uma vez que esta estimula o desenvolvimento da autonomia do(a) participante, tendo em vista que os benefícios proporcionados pela WQ superam as dificuldades.

De acordo com Dodge (1995), a “[...] WebQuest é uma atividade investigativa em que alguma ou toda a informação com que os alunos interagem provém da Internet”. Ela tem por objetivos oportunizar a realização de pesquisas, utilizando o sistema global de redes de computadores interligados que usam um protocolo comum, a internet, com a possibilidade de utilização de ferramentas de comunicação e informação. Ademais, pode-se, ainda, criar a habilidade de trabalho, com o aproveitamento das tecnologias educacionais interativas. A WQ

³ *WebQuest* é uma metodologia de ensino que, em livre tradução, significa busca pela *Web*. A ideia é incorporar o aprendizado a uma atividade feita totalmente online, em que os alunos devem acessar informações e recursos digitais para completar a proposta do professor. Apesar de parecer um conceito novo, a *WebQuest* surgiu no ano de 1995, pelo professor Bernie Dodge, da Universidade de San Diego, que criou a proposta com a intenção de aliar as estratégias de ensino que valorizam a autonomia e a facilidade de acesso aos conteúdos digitais.

é uma pesquisa orientada, na qual algumas ou todas as informações são originadas de recursos da Internet, cujo objetivo é a aquisição e integração do conhecimento, no qual o(a) pesquisador(a) terá entrado em relação com um número significativo de informações de forma rápida.

Para a criação da WQ – intitulada “WebQuest: uma possibilidade de formação continuada por meio da representação das configurações familiares nos contos e nas histórias infantis” – foi utilizado o *Google Sites* como recurso tecnológico, uma ferramenta gratuita de criação de páginas de informação na web, publicada e disponibilizada⁴ aos(as) educadores(as) da rede municipal, como uma possibilidade de experiência pedagógica para a discussão da temática familiar, sistematizando e organizando o conteúdo e a atividade pedagógica articulada com as mídias digitais.

Assim, a utilização dessa WQ se deu em consonância com a formação docente incorporada às práticas pedagógicas.

CONSIDERAÇÕES FINAIS

Ao refletir sobre o contexto de práticas pedagógicas com a temática das novas configurações familiares, verificamos que é possível promover práticas educativas que possibilitem contemplar a maioria dos(as) educandos(as) em suas particularidades e singularidades. Nesse sentido, conjecturamos a questão a partir da interdisciplinaridade, considerando teorias educacionais, psicológicas, multiculturais, sociológicas, a partir de uma análise da literatura infantil.

Nesta perspectiva, a Formação Continuada por meio da metodologia da WQ, produzida com base em pesquisas, foi capaz de agregar ao currículo do(a) educador(a) o poder motivador dos recursos da Internet e fomentar a aprendizagem. Por tudo isso, fica explícito que buscar um novo fazer pedagógico que aproxime os(as) docentes com a temática das configurações familiares em práticas pedagógicas pautadas em Direitos humanos – mas que também integre esse profissional de modo efetivo às novas tecnologias – configura-se como uma forma de dissipar a exclusão digital e transformar formações monótonas em situações de aprendizagem significativa e compromissada com a qualidade do ensino.

⁴ Link do site da WebQuest disponibilizada aos(as) professores(as):
<https://sites.google.com/view/tiposdefamliasnoscontos/in%C3%ADcio>

Numa forma de otimização do tempo, essa metodologia pode auxiliar na comunicação e acesso ao conhecimento por parte da comunidade escolar, adaptando às necessidades da escola, das famílias e da sociedade de maneira articulada com uma efetiva educação pautada em Direitos Humanos.

Assim, cada vez que são apresentados(as) a um novo método ou estratégia pensada com esta intenção, a reação dos(as) educadores(as) é sempre positiva, pois é desejo de todos(as) os(as) profissionais da educação é transformar a escola em um ambiente agradável e propício à construção de conhecimentos. Além disso, o trabalho com as WQ abre espaço para formação dentro das instituições de educação, como também fora dela.

REFERÊNCIAS

DODGE, Bernie. **WebQuest: uma técnica para aprendizagem na rede internet**. 1995. Disponível em: http://www.WebQuest.futuro.usp.br/artigos/textos_bern timerie.html. Acesso em: 12 dez. 2023.

FREIRE, Paulo. **Pedagogia da autonomia: saberes necessários à prática educativa**. São Paulo: Paz e Terra, 1996.

TEPERMAN, Daniela Waldman. **Família, parentalidade e época: um “nós” que não existe**. 2012. Tese (Doutorado em Psicologia e Educação) - Faculdade de Educação da Universidade de São Paulo, São Paulo, 2012.

A EDUCAÇÃO RURAL LATINO-AMERICANA: SABERES, POLÍTICAS E DESAFIOS NA CONSTRUÇÃO DE UMA EDUCAÇÃO EMANCIPATÓRIA

ARCEGA, Fabíola Soares¹

CALADO, Maria Madalena Ferreira Machado²

BONARDO, Juliana de Felix Canestraro³

ST 5 - Desafios e relações da/na América Latina

INTRODUÇÃO

O presente texto apresenta um recorte de uma pesquisa em andamento vinculada ao Programa de Pós-Graduação em Educação da Universidade Tuiuti do Paraná (UTP), desenvolvida no âmbito do Núcleo de Pesquisa em Educação do Campo, Movimentos Sociais e Práticas Pedagógicas (NUPECAMP). A investigação tem como foco compreender as políticas públicas, os materiais didáticos e as práticas pedagógicas que conformam o campo da educação rural na América Latina, analisando suas expressões em seis países: Argentina, Bolívia, Colômbia, México, Peru e Venezuela.

Partindo de uma perspectiva histórico-crítica, a pesquisa busca identificar como os processos educativos rurais, em suas diferentes realidades sociopolíticas, têm se articulado às lutas dos movimentos camponeses e às propostas de emancipação dos sujeitos do campo. A análise considera que a educação rural latino-americana não se restringe à escolarização, mas constitui um projeto de formação humana integral, vinculado à terra, à cultura e à produção da vida coletiva (Freire, 1979; Caldart, 2004; Arroyo, 2012).

Os materiais didáticos e as práticas pedagógicas assumem papel central nesse processo, pois expressam tanto as políticas estatais quanto as resistências locais. Nesse sentido, compreender o modo como o conhecimento é produzido, distribuído e apropriado no contexto rural latino-americano implica reconhecer as contradições entre a lógica do agronegócio e as pedagogias da terra (Molina; Caldart, 2011).

¹ Doutoranda em Educação, Programa de Pós-Graduação em Educação, Universidade Tuiuti do Paraná, fabiolasarcega@gmail.com.

² Mestra, Programa de Pós-Graduação Ciências, Tecnologia e Sociedade (PPGCTS), Instituto Federal do Paraná, campus Paranaguá (IFPR), madalenafmcalado@gmail.com.

³ Especialista em Educação Física Escolar, Pontifícia Universidade Católica do Paraná (PUC-PR), juliana.bonardo@gmail.com.

METODOLOGIA

A pesquisa adota uma abordagem qualitativa de caráter bibliográfico e documental, fundamentada na análise crítica de políticas públicas, currículos e materiais didáticos voltados à educação rural nos países selecionados. O estudo está estruturado a partir de um mapeamento comparativo, considerando três dimensões principais: (a) Políticas públicas voltadas à educação rural e ao desenvolvimento territorial; (b) Materiais didáticos e currículos utilizados nas escolas rurais e interculturais; (c) Práticas pedagógicas articuladas aos movimentos sociais e experiências comunitárias.

As fontes utilizadas incluem documentos oficiais de Ministérios da educação, relatórios da Unesco (2023) e produções acadêmicas de referência sobre o tema. A análise se orienta pela perspectiva do pensamento educacional crítico latino-americano, que compreende o conhecimento como prática de libertação e como expressão das lutas históricas por justiça social (Fals Borda, 1987; Walsh, 2013).

DISCUSSÕES E RESULTADOS

A educação rural na América Latina reflete a diversidade cultural, social e territorial que caracteriza o continente, ao mesmo tempo em que evidencia as profundas desigualdades históricas entre o campo e a cidade. Em cada país, as políticas públicas e as práticas pedagógicas expressam projetos de sociedade e de formação humana que dialogam com contextos políticos específicos, ora reforçando estruturas centralizadoras, ora promovendo processos de emancipação e valorização dos saberes locais. Nesse cenário, os materiais didáticos assumem papel estratégico, pois constituem instrumentos de mediação entre o conhecimento científico, as culturas populares e as experiências de vida das comunidades camponesas.

As experiências analisadas a seguir – desenvolvidas na Argentina, Bolívia, Colômbia, México, Peru e Venezuela – evidenciam distintas formas de enfrentamento das contradições históricas da educação rural latino-americana. Enquanto alguns países ainda reproduzem modelos pedagógicos urbanos e homogêneos, outros vêm avançando em políticas decoloniais e interculturais, que reconhecem a pluralidade étnica e linguística dos povos do campo. Tais experiências demonstram que a educação rural não pode ser compreendida apenas como extensão da escola urbana, mas como um espaço de resistência, de produção de

saberes e de fortalecimento da identidade territorial (Caldart, 2004; Walsh, 2013; Freire, 1979).

A partir dessa perspectiva, o estudo busca identificar como os sistemas educativos desses países vêm articulando políticas públicas, formação docente e elaboração de materiais didáticos com vistas à inclusão social e à construção de uma pedagogia própria do campo. Trata-se de compreender as práticas e os desafios que se colocam diante de um projeto de educação comprometido com a justiça social, a sustentabilidade e a dignidade das populações rurais latino-americanas.

A política de educação rural na Argentina está vinculada ao Programa Nacional de Educación Rural (PNER), que busca garantir acesso e permanência de estudantes em contextos rurais. No entanto, a distribuição desigual de recursos e a centralização dos materiais didáticos ainda reproduzem um modelo urbano de ensino. Há, contudo, experiências inovadoras, como as escolas rurais interculturais da Patagônia, que incorporam saberes locais e linguagens mapuches, fortalecendo identidades territoriais.

A Bolívia representa um marco importante com a implementação da Lei de Educação “Avelino Siñani - Elizardo Pérez” (2010), que consagra a educação como “intra, intercultural e plurilíngue”. Os materiais didáticos valorizam os saberes indígenas e camponeses, promovendo uma pedagogia comunitária que articula produção agrícola, língua materna e cosmovisão andina. Trata-se de um modelo decolonial que inspira outros países, ao propor a superação do eurocentrismo na formação docente (Walsh, 2013).

Na Colômbia, a Educação Rural Integral (ERI) busca enfrentar a exclusão histórica do campesinato, marcada pelo conflito armado e pelo deslocamento forçado. Os materiais didáticos produzidos por universidades e movimentos sociais enfatizam a agroecologia e a cultura da paz. Entretanto, a precariedade da infraestrutura e a violência territorial limitam a efetivação das políticas, exigindo mediações pedagógicas que considerem as condições concretas de vida no campo (Fals Borda, 1987).

O México destaca-se pela experiência das escolas normais rurais, criadas após a Revolução Mexicana, que continuam sendo espaços de resistência e formação crítica de professores camponeses. Os materiais didáticos dessas instituições refletem um compromisso com a justiça social e a valorização da cultura popular. Apesar das tentativas de desmonte

neoliberal, as escolas mantêm viva a pedagogia freireana, que articula trabalho, cultura e consciência crítica.

O Peru enfrenta grandes desigualdades entre áreas urbanas e rurais. O programa *Educación Intercultural Bilingüe* (EIB) busca promover o ensino em línguas originárias, mas enfrenta desafios quanto à formação docente e à produção de materiais didáticos contextualizados. As escolas rurais que dialogam com comunidades indígenas têm desenvolvido práticas pedagógicas voltadas à sustentabilidade e à valorização da cultura local (Unesco, 2023).

A Venezuela, com a criação das Missões Educativas (Robinson, Ribas e Sucre), promoveu a inclusão de comunidades rurais e camponesas no sistema educativo. Os materiais didáticos elaborados no contexto bolivariano enfatizam a soberania alimentar, o cooperativismo e o pensamento latino-americano. Ainda que o país enfrente instabilidades políticas, tais programas consolidaram uma concepção de educação popular com forte vínculo comunitário (Martí, 2007; Freire, 1996).

CONSIDERAÇÕES FINAIS

Os resultados parciais indicam que, embora os países latino-americanos apresentem contextos políticos distintos, compartilham desafios semelhantes: a fragmentação das políticas públicas, a centralização curricular e a persistência de desigualdades entre o campo e a cidade. Por outro lado, observa-se o fortalecimento de práticas pedagógicas emancipatórias, sustentadas por movimentos sociais, comunidades e educadores comprometidos com uma pedagogia da terra e da libertação.

Os materiais didáticos, quando elaborados a partir da realidade camponesa e das culturas locais, tornam-se instrumentos de resistência e de reconstrução da identidade latino-americana. Assim, a educação rural se afirma como espaço de luta e de esperança, na direção de um projeto educativo que reconhece o campo como território de saberes e de produção de vida.

REFERÊNCIAS

ARROYO, Miguel. **Ofício de Mestre: imagens e autoimagens**. Petrópolis: Vozes, 2012.

CALDART, Roseli. **Pedagogia do Movimento Sem Terra**. São Paulo: Expressão Popular, 2004.

FALS BORDA, Orlando. **Conocimiento y poder popular**. Bogotá: Siglo XXI, 1987.

FREIRE, Paulo. **Pedagogia do Oprimido**. Rio de Janeiro: Paz e Terra, 1979.

FREIRE, Paulo. **Pedagogia da Esperança**. Rio de Janeiro: Paz e Terra, 1996.

MARTÍ, José. **Nuestra América**. La Habana: Editorial de Ciencias Sociales, 2007.

MOLINA, Mônica; CALDART, Roseli. **Educação do Campo**: história, práticas e desafios no Brasil e na América Latina. Brasília: MDA, 2011.

UNESCO. **Educación y Territorio en América Latina**: desafíos para la justicia social. París: UNESCO, 2023.

WALSH, Catherine. **Interculturalidad, Estado, Sociedad**: luchas (de)coloniales de nuestra época. Quito: Abya-Yala, 2013.

A GESTÃO DOS SENTIMENTOS POLÍTICOS E A ASCENSÃO DAS EXTREMAS DIREITAS NA AMÉRICA LATINA: UM ESTUDO COMPARATIVO ENTRE BRASIL E MÉXICO

NARCIZO, Makchwell Coimbra¹

ST 5 - Desafios e relações da/na América Latina

INTRODUÇÃO

A ascensão das extremas direitas latino-americanas nas duas últimas décadas evidencia um fenômeno político que atravessa fronteiras e desafia democracias consolidadas. No continente, forças conservadoras, nacionalistas e autoritárias se reorganizam a partir da gestão dos sentimentos políticos, especialmente do ressentimento e da memória, como instrumentos de mobilização social e legitimidade eleitoral.

O caso brasileiro, simbolizado pela ascensão de Jair Bolsonaro, e o caso mexicano, articulado em torno de movimentos como *El Yunque* e figuras como Eduardo Verástegui, revelam estratégias semelhantes: o uso político de afetos, a instrumentalização de discursos morais e religiosos, e a criação de identidades coletivas baseadas na oposição ao “outro”. A partir de uma abordagem histórico-política, este trabalho busca compreender como Brasil e México assumem papéis centrais na irradiação da nova extrema direita latino-americana, identificando conexões discursivas, redes transnacionais e convergências emocionais que sustentam essas mobilizações.

METODOLOGIA

A pesquisa é de natureza qualitativa e explicativa, articulando métodos das Ciências Humanas e Sociais. Parte de revisão bibliográfica e documental com base em autores como Pierre Ansart (2019), Maria Rita Kehl (2014), Stuart Hall (2006, 2014) e Christophe Prochasson (2005), além de fontes empíricas como discursos, entrevistas e reportagens.

A investigação estrutura-se em duas etapas:

¹ Doutor em História Social, Professor visitante no Programa de Pós-Graduação em História (PPGH), Universidade Federal do Amazonas (UFAM), makch01@hotmail.com.

1. Análise bibliográfica e teórica sobre sentimentos políticos, ressentimento, memória e identidade como dimensões da ação política;
2. Análise comparativa empírica dos contextos brasileiro e mexicano, examinando manifestações, discursos eleitorais, redes de apoio e eventos transnacionais como a *Conferência Política de Ação Conservadora (CPAC)*, realizada no México em 2022, com participação de lideranças do VOX (Espanha) e do bolsonarismo.

Essa abordagem permite compreender como afetos e memórias coletivas são mobilizados para produzir coesão política, reforçar identidades e normalizar discursos autoritários.

DISCUSSÕES E RESULTADOS PARCIAIS

A análise histórica revela que o crescimento da extrema direita latino-americana não é um fenômeno isolado, mas uma reorganização de estruturas políticas e simbólicas de longa duração. No caso brasileiro, o bolsonarismo reatualizou ressentimentos sociais ligados à corrupção, à moralidade e à nostalgia da ditadura militar. No México, a extrema direita assume feições religiosas e ultraconservadoras, articuladas à *El Yunque* e à retórica da “defesa da civilização ocidental”.

Em ambos os países, o ressentimento é politicamente gerido como uma energia coletiva. Ele se traduz em narrativas de perda, ameaça e vingança simbólica, que constroem solidariedades e justificam o autoritarismo. A gestão da memória, ao reinterpretar o passado recente e selecionar inimigos internos, funciona como ferramenta de legitimação. Assim, sentimentos políticos são instrumentalizados para gerar pertencimento e direcionar hostilidades.

O México e o Brasil configuram polos complementares: enquanto o Brasil exporta práticas discursivas e simbólicas do bolsonarismo, o México atua como articulador internacional dessas redes, abrigando conexões com a extrema direita estadunidense e europeia. Essa interdependência evidencia a dimensão transnacional da radicalização afetiva contemporânea.

CONSIDERAÇÕES FINAIS

A ascensão das extremas direitas latino-americanas é sustentada por uma engenharia política dos sentimentos. O estudo comparativo entre Brasil e México permite compreender como ressentimentos históricos, identidades fragmentadas e memórias manipuladas produzem coesão e ação política em democracias frágeis.

A pesquisa propõe um diálogo interdisciplinar entre História, Ciência Política e Psicologia Social, contribuindo para a reflexão sobre as novas formas de autoritarismo no continente. A gestão dos sentimentos políticos, categoria proposta por Pierre Ansart e aqui aplicada ao contexto latino-americano, revela-se fundamental para explicar a persistência e a expansão dessas forças.

Mais do que fenômenos eleitorais, as extremas direitas representam projetos de poder que operam sobre as emoções coletivas e reconfiguram a experiência democrática. Entender essas dinâmicas é um passo necessário para pensar resistências políticas e culturais na América Latina contemporânea.

REFERÊNCIAS

ANSART, Pierre. **A gestão das paixões políticas**. Curitiba: UFPR, 2019.

HALL, Stuart. **A identidade cultural na pós-modernidade**. Rio de Janeiro: DP&A, 2006.

KEHL, Maria Rita. **Ressentimento**. São Paulo: Casa do Psicólogo, 2014.

PROCHASSON, Christophe. Emoções e política: primeiras aproximações. **Varia História**, v. 21, n. 34, 2005.

SANTOS, Márcia Pereira dos. História e memória: desafios de uma relação teórica. **Opsis**, v. 7, n. 9, 2007.

SEIXAS, Jacy Alves de. Percursos de memórias em terras de história. In: BRESCIANI, S.; NAXARA, M. (Orgs.). **Memória e (res)sentimento**. Campinas: Unicamp, 2009.

ENCONTROS E DESENCONTOS NAS POLÍTICAS DE FORMAÇÃO CONTINUADA DE PROFESSORES NO CONTEXTO DA EDUCAÇÃO ESPECIAL¹

Rúbia de Cássia Cavali²

ST 5 - Desafios e relações da/na América Latina

INTRODUÇÃO

A formação e a atuação de professores licenciados do ensino regular, principalmente nos anos finais do Ensino Fundamental e Ensino Médio, necessita ser discutida quanto à prática desenvolvida em sala de aula regular, quando se tem estudantes Público da Educação Especial (PEE).

Neste contexto, várias pesquisas apontam o desconforto dos professores, por falta de conhecimento já que, o estudado na formação inicial não foi suficiente, bem como, a falta de apoio e estrutura escolar precária não favorecem a inclusão. (Hernandes, 2021); (Soares, 2022) A formação continuada seria uma resposta, porém, também deixa a desejar. Entendemos que esta condição é resultado de orientações políticas que estão em desencontro com as práticas dos docentes. Neste cenário, propomos como problematização: Quais são os encontros e desencontros das políticas de formação continuada de professores de sala de aula regular para atuar com Público da Educação Especial?

Nosso objetivo principal foi: identificar os encontros e desencontros nas políticas de formação continuada dos professores no contexto da Educação Especial. Para tanto nos propusemos a: conhecer os determinantes legais expressos nos documentos de organismos internacionais; identificar os determinantes das políticas de formação continuada de professores; e apontar os encontros e desencontros.

METODOLOGIA

Trata-se de um estudo exploratório, pois que, segundo Severino (2013) na medida em que se busca informações sobre nosso objeto de pesquisa, podemos mapear as condições e

¹ Este texto é uma versão preliminar sobre as reflexões tendo como base o estudo exploratório do objeto da pesquisa de doutorado que trata da formação continuada no contexto da Educação Especial desenvolvido pela autora.

² Graduada em Pedagogia, Mestra e Doutoranda em Educação, Universidade Tuiuti do Paraná, rubia.cavali@gmail.com.

como se manifestam. Da mesma forma, podemos entender como convergem ou divergem as práticas pertinentes à formação continuada de professores para trabalhar com Educação Especial no espaço de sala de aula regular.

Nesta esteira e com base em estudos documentais foram analisadas as principais orientações do Banco Mundial (BM), Organização para a Cooperação e Desenvolvimento Econômico (OCDE) e Organização das Nações Unidas para Educação, Ciência e Cultura (UNESCO) para a formação continuada de professores nos últimos dez anos, no que diz respeito à inclusão de estudantes PEE em sala de aula regular, pois que são as diretrizes para a organização política e legal dos países na América Latina no que diz respeito à educação em geral.

Os documentos analisados foram os disponíveis no site da UNESCO, <https://siteal.iiep.unesco.org>, que disponibiliza orientações dos organismos multilaterais; leis nacionais gerais de educação; leis e programas para formação continuada de professores; assim como legislação da Educação Especial de cada país latino americano.

Neste arcabouço serão apresentados e discutidos os principais encontros e desencontros entre as políticas orientadas pelos organismos multilaterais e as formulações de programas de formação continuada dos professores para atuar com estudantes PEE.

DISCUSSÕES E RESULTADOS

Sabe-se que há uma distância entre as intenções e necessidades dos grupos e minorias sociais quando se tem em pauta a luta por seus direitos e o que as políticas e a legislação preconizam.

Reflexo dessa situação são os direitos à educação de pessoas com deficiências evidenciadas desde 1990 com a Declaração de Jomtien, seguida em 1994 com a Declaração de Salamanca e demais documentos que vieram para legitimar as pautas reivindicadas pelos movimentos em prol da educação inclusiva.

Nesta direção, as pessoas com deficiência não estão somente buscando privilégios, mas sim equidade, ou seja, condições justas para que possam participar plenamente da sociedade, sem serem impedidas por barreiras físicas, atitudinais ou institucionais. Na pauta das reivindicações como acessibilidade (arquitetônica, comunicacional, digital); emprego

digno e com apoio necessário; saúde especializada; mobilidade e autonomia; entre outras, está a educação inclusiva e de qualidade. (Mantoan, 2003)

Dessa forma, as necessidades das pessoas com deficiência são concretas, reais e necessitam ser contínuas. No entanto, os interesses políticos, por outro lado, nem sempre estão alinhados com essas necessidades.

Nos documentos analisados por exemplo, foi possível estabelecer os determinantes que orientam as políticas de formação continuada de professores e o que se considera como práticas adotadas pelo Brasil e pelos países da América Latina. Porém, os documentos oficiais não destacam práticas para a atuação com estudantes, público da Educação Especial nas escolas comuns.

Isso pressupõe a universalização e desconSIDERAÇÃO dos direitos dos estudantes com deficiência. Diante destas diretrizes selecionamos oito pontos que se destacam: 1 - A profissionalização docente com foco em resultados e vinculados à progressão de carreira; 2 - O desenvolvimento de competências práticas, provindas das necessidades dos professores e com evidências na aprendizagem dos estudantes; 3 - O incentivo ao uso de recursos tecnológicos;

4 - A obrigatoriedade, estruturação, sistematização, monitoramento e avaliação constante para garantir qualidade nas formações; 5 - A formação colaborativa, em serviço e em ambientes escolares que seja reflexiva e contextualizada de acordo com as necessidades dos professores, combinando diferentes formatos; 6 - O incentivo à autonomia profissional e aprendizagem ao longo da vida; 7 - A formação em práticas centradas nas questões de sala de aula e situações reais, com foco na inclusão, equidade e justiça social; 8 - Práticas que devem ser observadas e avaliadas por docentes mais experientes.

Percebe-se das análises que, por muito tempo, as pessoas com deficiências foram invisibilizadas nos debates políticos e sociais do país. Ainda hoje, apesar de avanços legais e discursivos, as necessidades reais dessa população frequentemente colidem com os interesses políticos dominantes, que muitas vezes priorizam estratégias eleitorais, ações pontuais e *marketing* em detrimento de políticas públicas duradouras e efetivas.

Enquanto as intenções e necessidades das pessoas com deficiência são claras, legítimas e baseadas em direitos fundamentais, como o acesso à educação, saúde, mobilidade

urbana, emprego digno e autonomia, os interesses políticos nem sempre acompanham essa mesma lógica.

As diretrizes apontadas pelos organismos internacionais e ajustadas pelos países latino-americanos estão em conflito com as práticas adotadas para formação de professores que têm estudantes com deficiência em suas salas. Haja visto cursos aligeirados, pontuais, de curta duração, como transmissão de informação, com tecnologias e estruturas precárias, atendendo a lógica do mercado de cursos, sem escutar as reais necessidades dos professores.

Além disso as condições de trabalho dos professores como valorização, salário e reconhecimento são negligenciados frente a tecnologização e plataformização das atividades educativas que desmerecem o trabalho docente, consequentemente seu desenvolvimento profissional ao longo da vida, obedecendo assim, à lógica neoliberal.

A efetivação dessas leis depende de vontade política, financiamento e compromisso com a inclusão. E é justamente nesse ponto que surge o conflito entre as intenções e necessidades das pessoas com deficiência, as necessidades dos professores e os interesses políticos.

CONSIDERAÇÕES FINAIS

Ao responder à pergunta de pesquisa podemos afirmar que um dos principais encontros identificados se refere ao compromisso formal que o Brasil assumiu com os organismos multilaterais no tocante à promoção da inclusão educacional. Há consonância entre os marcos legais nacionais e os princípios estabelecidos em documentos como a Declaração de Salamanca (1994), a Convenção sobre os Direitos das Pessoas com Deficiência (2006) e os Objetivos de Desenvolvimento Sustentável (ODS) da Agenda 2030.

O Brasil, em geral, incorporou em suas legislações dispositivos que asseguram o direito à educação inclusiva e preveem a formação continuada dos professores como meio de garantir a efetividade desse direito. Contudo, embora esses compromissos estejam legalmente formalizados, seu desdobramento prático mostra-se incipiente ou desalinhado.

Apesar da existência de orientações gerais que reforçam a importância da formação continuada, os documentos analisados revelam vaguidade, generalidade e ausência de diretrizes concretas sobre como essa formação deve ocorrer, especialmente no que se refere à

atuação com o público da Educação Especial - PEE. (Leite, 2005); (Soares, 2021); (Hernandes, 2025)

Além disso, observa-se uma ausência de articulação entre os documentos normativos e as políticas formativas implementadas nos sistemas educacionais. Os programas de formação continuada muitas vezes são desconectados da realidade das escolas e não consideram as especificidades do trabalho docente com estudantes com deficiência. Há também uma carência de espaços de reflexão crítica e diálogo coletivo sobre as práticas inclusivas.

Esse desencontro entre o previsto e o praticado aponta para uma lacuna estrutural nas políticas públicas, que, embora normativamente orientadas para inclusão, não garantem os recursos, metodologias e condições adequadas para que os professores se apropriem das competências necessárias para atuar com o PEE.

Neste sentido, o principal desencontro está na realização destas prescrições no espaço de formação e aplicação prática, pois não há uma interface, uma interdependência entre os documentos que esclareçam como deve ser a formação continuada de professores de sala de aula regular para atuar com PEE. Esta questão evidencia a invisibilidade desse público e expõe a distância entre o previsto nas leis e o realizado na prática pedagógica.

REFERÊNCIAS

BRASIL. Lei nº 13.146, de 6 de julho de 2015. Institui a Lei Brasileira de Inclusão da Pessoa com Deficiência (Estatuto da Pessoa com Deficiência). **Diário Oficial da União**, Brasília, DF, 7 jul. 2015.

HERNANDES, Camila Martins. **Transtorno do espectro autista: a prática com ênfase nas políticas públicas educacionais inclusivas**. 2021. Dissertação (Mestrado em Educação) - Universidade do Oeste Paulista, Presidente Prudente, 2021.

IMBERNÓM, Francisco. **Formação Continuada de Professores**. Artmed. São Paulo, 2010.

LEITE, Lucia Pereira; ARANHA, Maria Salete Fábio. Intervenção reflexiva: instrumento de formação continuada do educador especial. **Revista de Psicologia: Teoria e Pesquisa**, v. 21, n. 2, 2005.

MANTOAN, M. T. E. **Inclusão escolar: o que é? Por quê? Como fazer?** São Paulo: Moderna, 2003.

SOARES, Rosângela Teles Carminati. **A inclusão de alunos com transtorno do espectro autista (TEA) na educação infantil: formação de professores, políticas públicas e práticas**

10, 11 e 12 DE NOVEMBRO



Interdisciplinaridade, Universidade e Ação



PPGSED



pedagógicas. 2022. Dissertação (Mestrado em Sociedade, Cultura e Fronteiras) - Universidade Estadual do Oeste do Paraná, Foz do Iguaçu, 2022.

ENTRE A ADAPTAÇÃO E A EMANCIPAÇÃO: CONTRIBUIÇÕES DA PEDAGOGIA DE PAULO FREIRE PARA UMA LEITURA CRÍTICA DO PIBID LETRAS/IFG À LUZ DA DECOLONIALIDADE

ALVES, Thainá Vieira¹

ST 5 - Desafios e relações da/na América Latina

INTRODUÇÃO

O presente resumo expandido analisa as contribuições da pedagogia de Paulo Freire para uma leitura crítica do Programa Institucional de Bolsa de Iniciação à Docência (PIBID), com foco no curso de Letras do Instituto Federal de Goiás (IFG). Parte-se da compreensão da teoria freiriana como práxis, unidade dialética entre ação e reflexão, para discutir sua dimensão crítica, política e decolonial. O trabalho busca compreender de que modo o PIBID se configura como espaço de formação docente atravessado por tensões entre adaptação e emancipação, articulando conceitos como colonialidade do saber, ecologia de saberes e interculturalidade crítica.

A escolha pela teoria de Paulo Freire se justifica por sua atualidade e relevância para os debates sobre a formação docente. Freire compreende a educação como prática social e histórica, indissociável das condições materiais e políticas da realidade. Sua pedagogia, mais do que um método de ensino, constitui uma teoria crítica da educação, comprometida com a transformação das relações opressoras e com a emancipação dos sujeitos.

Como afirma o autor: “Toda prática educativa implica uma teoria de educação. Sua finalidade, seus métodos, seus conteúdos, sua concepção de homem e de mundo traduzem, explícita ou implicitamente, uma concepção de educação” (Freire, 2005, p. 81). Essa afirmação ressalta que não há neutralidade na educação, e que toda ação pedagógica está a serviço de um projeto de sociedade.

Ao estabelecer um diálogo entre Freire e os autores da crítica decolonial, como Aníbal Quijano (2009), Boaventura de Sousa Santos (2009), Catherine Walsh (2006) e Ramón Grosfoguel (2009), este trabalho busca compreender de que modo a pedagogia freiriana pode

¹ Mestranda em Educação, Programa de Pós-Graduação em Educação, Instituto Federal de Goiás (PPGE/IFG), professora de História na educação básica e superior, thainaa71@gmail.com.

contribuir para o enfrentamento da colonialidade do saber presente nas práticas formativas do PIBID Letras/IFG.

METODOLOGIA

A pesquisa é teórico-bibliográfica, de natureza qualitativa e interpretativa. Parte da análise crítica das obras de Paulo Freire, articuladas aos referenciais da decolonialidade e da ecologia de saberes. São mobilizados autores latino-americanos que problematizam as relações entre educação, poder e epistemologia, com o intuito de compreender como a formação docente pode se tornar, de fato, uma prática emancipadora.

O percurso metodológico foi orientado pela análise de textos fundamentais de Paulo Freire – *Pedagogia do Oprimido* (2016), *Pedagogia da Autonomia* (2016) e *Educação como prática da liberdade* (2003) – e de pensadores decoloniais como Quijano, Walsh e Santos. A partir desses referenciais, foram extraídas categorias freirianas centrais, como práxis, diálogo, historicidade, consciência crítica e libertação, que serviram de base para refletir sobre as práticas formativas no âmbito do PIBID.

A pesquisa se apoia ainda na experiência prévia da autora como bolsista do PIBID de História, que forneceu subsídios empíricos e reflexivos para compreender o programa como espaço de formação docente marcado por contradições. Essa vivência sustenta uma leitura crítica das práticas educativas nas licenciaturas e fundamenta a proposta de diálogo entre a teoria freiriana e as perspectivas decoloniais no contexto do PIBID Letras/IFG.

DISCUSSÕES E RESULTADOS

A pedagogia de Paulo Freire propõe uma educação como prática de liberdade, capaz de formar sujeitos críticos e autônomos, conscientes de seu papel histórico. Em sua perspectiva, a educação nunca é neutra: “Ela é ou libertadora ou domesticadora” (Freire, 2016, p. 105). Esse princípio orienta a análise do PIBID como um espaço de disputa política e epistemológica, onde coexistem práticas de adaptação e de emancipação.

A teoria educacional, para Freire, deve ser compreendida como práxis, unidade entre ação e reflexão, rompendo com a fragmentação entre teoria e prática. Essa concepção se opõe à lógica tecnicista e bancária de ensino, que reduz o educando a receptor passivo de conteúdo.

Freire propõe uma educação dialógica e problematizadora, centrada na realidade dos sujeitos e na leitura crítica do mundo.

Essa proposta encontra eco nas epistemologias do Sul (Santos, 2009), que denunciam o caráter excludente do conhecimento eurocêntrico e valorizam saberes situados, enraizados nas experiências locais e populares. Para Grosfoguel (2009), o pensamento moderno ocidental “apaga o lócus de enunciação” e universaliza uma perspectiva particular como se fosse neutra. Freire, ao contrário, afirma que “a cabeça pensa onde os pés pisam” (Freire, 1992, p. 77), enfatizando a historicidade e a contextualização do saber.

Essa articulação entre Freire e os autores decoloniais permite compreender a educação como campo de resistência à colonialidade. Quijano (2009) mostra que a modernidade produziu hierarquias raciais, culturais e epistêmicas que ainda estruturam o sistema educativo. Walsh (2006) propõe a interculturalidade crítica como caminho para relações horizontais entre saberes. Essas ideias se entrelaçam à pedagogia freiriana, que defende o diálogo entre conhecimentos científicos e populares.

No caso do PIBID Letras/IFG, essa leitura revela contradições fundamentais. O programa, enquanto política pública, tem potencial emancipador ao aproximar licenciandos da realidade das escolas e promover práticas reflexivas. Contudo, pode também reproduzir lógicas adaptativas, quando reduz a formação a mera aplicação técnica de métodos de ensino. A pedagogia freiriana oferece instrumentos para identificar essas tensões e orientar a ação docente para a transformação.

A práxis docente, nesse contexto, deve articular-se ao compromisso político e ético com a libertação e a autonomia dos sujeitos. Freire afirma: “A libertação não se dá pelo acaso, mas pela práxis de sua busca; pelo conhecimento da necessidade de lutar por ela” (Freire, 2016, p. 65). Assim, compreender o PIBID à luz da teoria freiriana implica reconhecer a docência como prática social inserida em relações de poder, onde se decide entre a reprodução da ordem e a emancipação dos educandos.

CONSIDERAÇÕES FINAIS

A pedagogia de Paulo Freire mantém-se como uma das mais potentes referências para pensar a formação docente crítica e decolonial. Sua compreensão da educação como práxis,

ação-reflexão-ação, oferece bases sólidas para enfrentar os desafios da colonialidade do saber e das práticas pedagógicas adaptativas.

No contexto do PIBID Letras/IFG, essa abordagem possibilita uma leitura complexa do processo formativo: de um lado, evidencia o potencial transformador do programa; de outro, alerta para o risco de reprodução de práticas eurocentradas e tecnicistas. A teoria freiriana, articulada às epistemologias do Sul, reafirma que a formação docente deve valorizar saberes locais, experiências comunitárias e relações dialógicas.

Ao articular Freire com Quijano, Santos, Walsh e Grosfoguel, compreende-se que a educação latino-americana precisa ser repensada a partir de seus próprios contextos históricos e culturais. O diálogo entre saberes e a interculturalidade crítica representam caminhos para a construção de uma docência comprometida com a justiça social e a emancipação humana.

Assim, o PIBID pode se consolidar como espaço de formação de professores intelectuais críticos, capazes de integrar teoria e prática e atuar como agentes transformadores na sociedade. Como lembra Freire, “a libertação não é um presente, uma doação, mas uma conquista” (Freire, 2016, p. 47). Esse horizonte ético e político deve orientar a prática educativa e o compromisso do educador com a transformação do mundo.

REFERÊNCIAS

- BALLESTRIN, Luciana. **América Latina e o giro decolonial**. Revista Brasileira de Ciência Política, n. 11, p. 89-117, 2013.
- FREIRE, Paulo. **Educação como prática da liberdade**. Rio de Janeiro: Paz e Terra, 2003.
- FREIRE, Paulo. **Pedagogia da Autonomia: saberes necessários à prática educativa**. São Paulo: Paz e Terra, 2016.
- FREIRE, Paulo. **Pedagogia do Oprimido**. Rio de Janeiro: Paz e Terra, 2016.
- GROSFOGUEL, Ramón. Para descolonizar os estudos de economia política e os estudos pós-coloniais. In: SANTOS, Boaventura de Sousa; MENESES, Maria Paula (Orgs.). **Epistemologias do Sul**. São Paulo: Cortez, 2010.
- QUIJANO, Aníbal. Colonialidade do poder, eurocentrismo e América Latina. In: LANDER, Edgardo (Org.). **A colonialidade do saber: eurocentrismo e ciências sociais - perspectivas latino-americanas**. Buenos Aires: CLACSO, 2005.

SANTOS, Boaventura de Sousa. Para além do pensamento abissal: das linhas globais a uma ecologia de saberes. In: SANTOS, Boaventura de Sousa. **Epistemologias do Sul**. Coimbra: Almedina, 2009.

WALSH, Catherine. **Interculturalidad y colonialidad del poder**. Buenos Aires: Signo, 2006.

IGUALDAD DE GÉNERO Y TRABAJO DE LAS MUJERES EN ZONAS RURALES DEL LITORAL NORTE DE PARANÁ

ANACLETO, Adilson¹

PEREIRA, Priscilla Dias²

HERNÁNDEZ, Huberney Londoño³

ST 5 - Desafios e relações da/na América Latina

INTRODUCCIÓN

La agricultura familiar ha sido históricamente responsable de la mayor parte de la producción de alimentos básicos en Brasil, representando el 85,2% de todos los establecimientos rurales. También desempeña un papel social significativo en la generación de ingresos, dado que la comercialización de productos agrícolas y una parte significativa de esta fuerza laboral la realizan en Brasil las mujeres (CURVELO et al., 2016).

La situación de las mujeres rurales en Brasil pone claramente de manifiesto la persistencia de las desigualdades de género, que se expresan en diferentes dimensiones de la vida social, económica, política y cultural. Si bien hombres y mujeres comparten algunos desafíos en las zonas rurales, como el aislamiento geográfico, la precaria infraestructura y el acceso limitado a los servicios básicos, son las mujeres quienes sufren con mayor intensidad los efectos de una estructura social marcada por la desigualdad (ANACLETO et al., 2020).

El ámbito social refuerza este marco de desigualdad, dado que las mujeres rurales se enfrentan a una multitud de tareas, y la sobrecarga las obliga a trabajar jornadas agotadoras y poco reconocidas, generando un agotamiento físico y psicológico que rara vez se reconoce. A esto se suma la baja apreciación cultural y simbólica de los roles de las mujeres en las zonas rurales, marcada por prácticas y discursos que perpetúan el machismo estructural en el campo. Según Silva y Schneider (2010), la desigualdad de género no es un elemento periférico, sino

¹ Doutor em Agronomia, docente do Programa de Mestrado Interdisciplinar Sociedade e Desenvolvimento PPGSeD da Universidade Estadual do Paraná (Unespar), *campus* de Campo Mourão, adilson.anacleto@unespar.edu.br.

² Bolsista CNPq - Iniciação Científica, Universidade Estadual do Paraná (Unespar), *campus* de Paranaguá, cilokadias@gmail.com.

³ Magíster en Administración, docente de la Universidad del Valle, seccional Zarzal, miembro del Grupo de Investigación Interdisciplinar en Gestión Empresarial, Desarrollo, Sociedad y Cultura (GEDESC), huberney.londono@correounivalle.edu.co.

el eje estructurante de las dificultades que enfrentan las mujeres rurales en Brasil. La acumulación de roles, la invisibilidad de su trabajo, la exclusión de puestos de poder y toma de decisiones, así como la desatención de políticas públicas con perspectiva de género, perpetúan un ciclo de marginación. Por otra parte, Nascimento et al. (2023) destacan la importancia de escuchar las voces y experiencias de este grupo de personas como elemento principal para reflexionar, afrontar y transformar su propia realidad. Por lo tanto, esto requiere incluir información relevante y actualizada desde una perspectiva de género en las zonas rurales. Solo reconociendo la especificidad de la condición femenina y deconstruyendo las jerarquías de género será posible promover la justicia social y la plena inclusión de las mujeres rurales.

Por lo tanto, con el propósito de contribuir a una comprensión de la situación actual de las mujeres rurales y las múltiples actividades agrícolas familiares que realizan en la costa de Paraná, se presentan los resultados de un estudio orientado a analizar los impactos de la crisis en las pequeñas propiedades, atendiendo a sus implicaciones económicas, sociales y psicológicas para este grupo poblacional, así como las medidas de respuesta adoptadas en la producción y el comercio rural de alimentos.

METODOLOGÍA

La metodología del estudio se basó en los supuestos de autopercepción descritos por Anacleto et al. (2020), así como en estudios exploratorios descriptivos según las propuestas de Silva y Schneider (2010) y Nascimento et al. (2023). La investigación es de naturaleza cualitativa, la cual se refleja en las técnicas de recolección de datos, basadas principalmente en la autopercepción de las agricultoras entrevistadas, sin utilizar técnicas estadísticas. Estas técnicas permitieron elaborar un diagnóstico de la situación actual, con la participación de 20 mujeres residentes en zonas rurales, durante el periodo comprendido entre mayo y septiembre de 2025.

Esta recolección de datos se realizó en los hogares de las mujeres rurales, mediante un cuestionario semiestructurado con base en la propuesta de Vergara (2015). Asimismo, siguiendo la propuesta de Anacleto et al. (2020), las mujeres aceptaron voluntariamente participar en el estudio.

Tras la recopilación de datos, según lo propuesto por Vergara (2015) y Anacleto et al. (2020), se adoptó un análisis interpretativo mediante la técnica de triangulación de datos con agrupaciones similares, centrándose en clasificar los elementos que pudieran percibirse como similares o relativamente homogéneos según el conjunto de preguntas investigadas. De este modo, se buscó homogeneizar los posibles objetos dentro de los grupos y, simultáneamente, maximizar la heterogeneidad dentro del grupo investigado.

RESULTADOS Y DISCUSIÓN

El estudio reveló que, entre las entrevistadas, las mujeres casadas representaban la gran mayoría (n=82%), seguidas de las que vivían en unión estable (n=10%) y las personas solteras y divorciadas, con una menor incidencia en ambos grupos (n=4% cada uno). La edad promedio de los entrevistados era de 36,2 años, y en cuanto a la educación, la mayoría tenía educación primaria (n=54%), seguida de educación secundaria (n=40%), educación superior (4%) y posgrado (2%).

Todas las propiedades rurales eran fincas familiares y tenían, en promedio, 12,8 hectáreas, clasificadas como pequeñas propiedades rurales. En promedio, 3,5 personas, incluidas mujeres, trabajaban en el campo, generando un ingreso promedio de 4,2 salarios mínimos brasileños (US\$1.190,00). Todas las propiedades visitadas se encuadran también en el concepto de pluriactividad rural, es decir, la ejecución de muchas actividades productivas simultáneamente, con énfasis en la producción de banano, yuca, arroz, frutas diversas, pero con énfasis en el cultivo de maracuyá, hortalizas y la transformación de los excedentes de producción en conservas artesanales caseras.

En cuanto a los productos artesanales típicos, en la mayoría de las propiedades visitadas, todas las etapas estaban a cargo de mujeres (80%), quienes se encargaban no solo de la producción, sino también de la comercialización. Entre los principales productos típicos de la zona rural de la costa norte se encontraban la harina de yuca blanca, las conservas de vegetales y palmito, las mermeladas, los licores, el dulce de plátano, la artesanía caiçara, los productos y, especialmente, la gastronomía.

Las entrevistadas afirmaron que la producción artesanal tenía una capacidad comercial limitada, en parte debido a la oferta de PATs, que a menudo no satisfacía plenamente la

demanda de los consumidores y requería ajustes, especialmente en el empaque y la estructura de producción.

Todas las entrevistadas indicaron que los mayores desafíos con respecto a los PAT, en particular, eran la escasez de mano de obra, dado que también trabajaban en otras áreas de las propiedades, como la combinación de actividades de producción y comercialización con las domésticas, y la dificultad para registrar los PATs ante los organismos reguladores debido a los procesos burocráticos.

Además de ser responsables de la producción y venta de PATs, todas las mujeres entrevistadas afirmaron trabajar en el campo, ayudando a sus esposos e hijos. Este es un aspecto histórico y tradicional de la vida rural, y se clasifica como la principal actividad masculina, junto con el cuidado de los animales y los huertos.

El estudio reveló que, en todos los roles masculinos descritos, las mujeres también participaban de forma solidaria. Sin embargo, al preguntarles sobre la reciprocidad masculina, se observó que el machismo estructural aún impone la desigualdad de género (Tabla 1), especialmente en la producción de alimentos para el consumo familiar.

Tabla 1 - Multiplicidad de actividades asignadas a las mujeres en áreas rurales del litoral norte de Paraná, Brasil

	Actividades asignadas a las mujeres en el área doméstica	% que recibieron solidaridad masculina en actividades
1	Cocinar	15
2	Cuidar la casa	20
3	Cuidar a los niños	20
4	Cuidar el huerto	30
5	Producir los PATs	40
6	Cuidar el entorno del hogar	70
7	Cuidar a los animales	70

Nota. En la tabla se presentan, de menor a mayor, las actividades en las que las mujeres reciben apoyo solidario por parte de los hombres en el hogar rural.

Los resultados del estudio ponen de relieve la acumulación y multiplicidad de funciones, conciliando actividades agrícolas, domésticas y de cuidado familiar, que generan otras múltiples situaciones que sobrecargan a las mujeres en el ámbito rural (Tabla 2).

Tabla 2 - Principales situaciones que generaron mayor malestar a las mujeres de zonas rurales del litoral norte de Paraná, Brasil

	Situaciones que generaron mayor malestar en las mujeres rurales	% de citación
1	Dificultad para registrar los PAT ante las instituciones reguladoras	80
2	Inaccesibilidad o accesibilidad limitada a los asuntos financieros y al uso y distribución de los ingresos obtenidos	80
3	Desgaste físico por la sobrecarga de las actividades productivas y comerciales de las PAT	80
4	División sexual del trabajo (cosa de mujeres)	70
5	Agotamiento mental/psicológico por la intensidad de actividades que no pueden fallar	60
6	Dificultad para acceder a los servicios de salud debido a las condiciones geográficas	40
7	Subrepresentación en los espacios asociativos	30

Nota. En la tabla se presentan, de mayor a menor, las situaciones que generan mayor malestar a las mujeres rurales entrevistadas.

CONSIDERACIONES FINALES

En el estudio se evidencia la persistencia de una estructura social rural marcada por la desigualdad de género, pese a la creciente participación de la mujer en las actividades productivas y de comercialización. Las mujeres entrevistadas, en su mayoría son mujeres casadas y con un bajo nivel educativo, desempeñan un rol central en la economía del familiar, realizando labores tanto agrícolas y de comercialización, como domésticas y de cuidado del hogar, principalmente de los hijos, siendo esto aun un desafío para una redistribución equitativa de las responsabilidades entre mujeres y hombres, así como la visibilización de la mujer, su reconocimiento social e institucional.

La caracterización socioeconómica revela un escenario de pluriactividad en las pequeñas propiedades de alrededor de 12 hectáreas, donde las mujeres asumen múltiples tareas simultáneamente, lo que deriva en una sobrecarga física y emocional, intensificada por la limitada solidaridad masculina en las actividades domésticas y de cuidado. El apoyo de los hombres se concentra en actividades externas al hogar, mientras que las labores tradicionales femeninas como cocinar, cuidado de la casa, cuidado de los niños, continúa recayendo exclusivamente sobre las mujeres.

Por otra parte, los principales factores de malestar de las mujeres de las zonas rurales del litoral norte están relacionadas con la burocracia institucional para registrar los PATs, restricción de acceso y control de los ingresos, la sobrecarga laboral y el desgaste físico y psicológico, esto sumado a la división sexual del trabajo y a la escasa representación femenina en los espacios asociativos, refuerzan las brechas de género y limitan la autonomía económica de las mujeres rurales.

Finalmente, los hallazgos de este estudio, pone de manifiesto que, aunque las mujeres son un pilar fundamental en la sostenibilidad económica y social de las pequeñas propiedades rurales del litoral norte, su trabajo continúa siendo invisibilizado, subvalorado y desigualmente distribuido. Es importante que se promuevan políticas públicas y estrategias de apoyo orientadas a favorecer el acceso a la formación técnica, tecnológica y profesional, así como a los recursos productivos e instancias de participación institucional, garantizando condiciones más justas para las mujeres rurales del litoral norte de Paraná.

REFERÊNCIAS

- ANACLETO, Adilson; FRARE, Emmanuel Lehn; DAS NEVES, João Vitor Batista. Novo coronavírus (Covid-19) e a agricultura familiar no litoral do Paraná: implicações econômicas, sociais e psicológicas. **Revista Brasileira de Agroecologia**, v. 15, n. 4, p. 185-195, 2020.
- CURVELO, E. B. C. et al. As mulheres empreendedoras e as feiras livres no litoral do Paraná. **Revista Faz Ciência**, v. 18, n. 27, 2016.
- NASCIMENTO, E.; Costa, C.; CLEMENTE, M. Articulando feminismo decolonial, interseccionalidade e educação popular em pesquisa com mulheres negras. **Interritórios**, v. 9, n. 17, p. 1-18, 2023.
- SILVA, Carolina Braz de Castilho; SCHNEIDER, Sérgio. Gênero, trabalho rural e pluriatividade. **Gênero e geração em contextos rurais**. Florianópolis: Ed. Mulheres, p. 183-207, 2010.
- VERGARA, S. **Metodologia de pesquisa**. Rio de Janeiro: Atlas, 2015.

MEMÓRIAS À MESA: A COZINHA DE PIT DOGS E A VIDA URBANA

MARTINS, Gabriel Sulino¹

ST 5 - Desafios e relações da/na América Latina

INTRODUÇÃO

A presente proposta discute a cozinha de Pit Dogs localizados na Rua 10, no Setor Central de Goiânia, considerando esse espaço como lugar de produção de memória, sociabilidade e identidade urbana. Os Pit Dogs, estabelecimentos tradicionais na paisagem goianiense, não se configuram apenas como pontos de alimentação, mas como parte do modo de viver, conviver e sentir a cidade. A partir das relações estabelecidas entre trabalhadores, consumidores e o próprio espaço urbano, a cozinha dos Pit Dogs emerge como um território de significados onde práticas cotidianas são continuamente compartilhadas e atualizadas.

Entendendo, como aponta Gilberto Velho (2003), que as experiências urbanas são construídas em tramas de interações, atravessadas por valores, afetos e pertencimentos, a Rua 10 pode ser compreendida como espaço onde a memória é vivida e atualizada. Com isso, comer um sanduíche na Rua 10 não se reduz a um ato alimentar, mas constitui uma prática simbólica que ativa lembranças individuais e coletivas.

A patrimonialização da cozinha de Pit Dog como patrimônio cultural imaterial nos níveis municipal e estadual evidencia um movimento de reconhecimento público da importância desses espaços como marcadores culturais da cidade, articulados por trabalhadores que afirmam sua presença e sua história como parte da memória urbana.

METODOLOGIA

A pesquisa foi desenvolvida com abordagem etnográfica, incluindo observação participante em diferentes períodos e horários na Rua 10, acompanhando o cotidiano dos Pit Dogs, suas dinâmicas de trabalho e circulação de frequentadores. A etnografia foi realizada

¹ Graduado em Ciências Sociais, Mestre em Antropologia Social, graduando em Museologia, Universidade Federal de Goiás (UFG), campus Goiânia, sulinogabriel13@gmail.com.

presencialmente e, durante o contexto pandêmico, também em ambientes digitais, onde discursos, lembranças e disputas simbólicas sobre esses espaços se manifestaram.

Entrevistas abertas e conversas informais contribuíram para a compreensão das narrativas de trabalhadores e consumidores, observando especialmente vínculos afetivos, experiências vividas e trajetórias pessoais relacionadas ao local. Além disso, foram analisados documentos referentes ao processo de patrimonialização da cozinha dos Pit Dogs.

A metodologia permitiu compreender como significados são construídos e compartilhados no ato de comer, trabalhar e conviver, evidenciando como memória e cidade se entrelaçam em práticas cotidianas.

DISCUSSÕES E RESULTADOS

Os resultados mostram que a cozinha de Pit Dog é percebida pelos trabalhadores como espaço de trabalho, criação, cuidado e permanência, e pelos consumidores como espaço de convivência, afeto e lembrança. A Rua 10 opera como “rua de significados”, local onde diferentes trajetórias sociais se cruzam, criando sentimento de pertencimento ao território urbano.

A patrimonialização resultou de articulações protagonizadas pelos próprios trabalhadores, que reivindicaram reconhecimento cultural e histórico dessa prática culinária. Tal movimento pode ser compreendido como forma de cidadania cultural e afirmação territorial.

As memórias evocadas pelos Pit Dogs são tanto individuais quanto coletivas. Comer nesse espaço ativa lembranças ligadas à infância, à juventude, às relações afetivas e às experiências marcadas pela cidade. Assim, os Pit Dogs se consolidam como parte da identidade cultural de Goiânia, constituindo-se como referência simbólica e afetiva em seu espaço urbano.

CONSIDERAÇÕES FINAIS

A cozinha dos Pit Dogs se constitui como território que articula dimensões materiais e simbólicas, reunindo práticas culturais, afetos e sociabilidades que produzem memória e identidade. Compreender os Pit Dogs como patrimônio cultural significa reconhecer a importância de suas práticas, relações e saberes no tecido urbano de Goiânia.

Portanto, estudar os Pit Dogs é também estudar a própria cidade, seus modos de estar junto, seus percursos afetivos e suas formas de lembrar.

REFERÊNCIAS

CALDAS, Waldenyr. **A cultura da alimentação: identidade, memória e sociabilidade**. São Paulo: Edusp, 2009.

CANDAU, Joël. **Antropologia da Memória**. Rio de Janeiro: FGV, 2016.

CONNERTON, Paul. **Como as sociedades recordam**. São Paulo: WMF Martins Fontes, 1999.

HALBWACHS, Maurice. **A memória coletiva**. São Paulo: Centauro, 2006.

MARTINS, Gabriel Sulino. **Caminhos da memória: na rua de significados se encontra a cozinha de Pit Dogs**. 2023. Dissertação (Mestrado em Antropologia Social) - Universidade Federal de Goiás, Goiânia, 2023.

VELHO, Gilberto. **Projeto e Metamorfose: antropologia das sociedades complexas**. Rio de Janeiro: Zahar, 2003.

O REFORÇO DA COLONIALIDADE DO PODER: A DICOTOMIA EXPLORAÇÃO/POVOAMENTO COMO INSTRUMENTO DE HEGEMONIA DOS ESTADOS UNIDOS SOBRE A AMÉRICA LATINA

BARBOSA, Laura¹

MARTINS, Jordanna²

ST 5 - Desafios e relações da/na América Latina

INTRODUÇÃO

A dicotomia historiográfica que separa a colonização europeia na América em “colônias de povoamento” (associadas ao sucesso e desenvolvimento dos Estados Unidos) e “colônias de exploração” (vinculadas ao “atraso” e subdesenvolvimento da América Latina) é um constructo ideológico que carece de respaldo histórico consistente (Karnal, 2015). Tal narrativa surge e é retroalimentada por ideologias como o Destino Manifesto, que postula o excepcionalismo estadunidense como um projeto quase profético, em contrapartida à interpretação errônea e depreciativa do processo de formação latino-americano. Conforme aponta a análise crítica, a insistência nesse binômio não apenas simplifica processos complexos, mas também representa uma tentativa de explicar o presente a partir de elementos simplificados do passado, ignorando a complexidade das interações de interesses, apropriações e características geográficas que moldaram as Américas (Junqueira, 2018).

A crítica a essa dicotomia, sustentada por uma historiografia que revela um processo de colonização nos Estados Unidos marcado por perseguições religiosas, organização em pequenos grupos e, essencialmente, um projeto de “colonização de empresa, não de Estado” (Karnal, 2015), desmantela a ideia de um planejamento integral e altruísta de povoamento. Ambas as colonizações compartilharam a mentalidade exploratória, com o extermínio dos povos nativos e a apropriação de recursos, sendo a principal diferença o modelo de administração e os interesses específicos da metrópole em cada território. Dessa forma, o objetivo deste resumo expandido é analisar as consequências estruturais e ideológicas da

¹ Graduanda em História, Instituto Federal de Goiás (IFG), bolsista no Programa Institucional de Bolsas de Iniciação à Docência (PIBID) e no Programa Institucional de Bolsas de Iniciação Científica (PIBC), laurabarbosacf2505@gmail.com.

² Graduanda em História, Instituto Federal de Goiás (IFG), bolsista no Programa Institucional de Bolsas de Iniciação à Docência (PIBID), jordannampereira@gmail.com.

manutenção dessa falsa dicotomia na formação latino-americana, com foco no reforço da colonialidade do poder e na internalização da subalternidade, elementos cruciais para a hegemonia continuada do norte americano sobre a formação social e cultural latino-americana.

METODOLOGIA

O presente trabalho adota uma abordagem de pesquisa qualitativa e exploratória, utilizando o método de revisão bibliográfica crítica. O foco é a análise e a confrontação de correntes historiográficas que discutem a formação das Américas, com ênfase na desconstrução da dicotomia “colônia de exploração x colônia de povoamento”. O corpus teórico é composto por autores que oferecem um olhar crítico sobre o excepcionalismo americano, o Destino Manifesto e suas implicações para a América Latina. Especificamente, a análise se apoia nos argumentos de Mary Anne Junqueira e Leandro Karnal, que desvelam a insuficiência histórica e a funcionalidade ideológica da dicotomia. A pesquisa se concentra na identificação dos mecanismos pelos quais essa narrativa binária contribuiu e continua contribuindo para o reforço da colonialidade do poder, ou seja, a persistência de padrões de poder historicamente estabelecidos pela colonização, mesmo após a independência política. A análise dos dados e dos argumentos busca correlacionar a permanência desse mito com as estruturas de desigualdade e dependência que marcam a formação social e econômica dos países latino-americanos.

DISCUSSÕES E RESULTADOS

A manutenção da falsa dicotomia “colônia de exploração x colônia de povoamento” funciona como um poderoso dispositivo ideológico que reforça a colonialidade e a subalternidade latino-americana, sustentando a hegemonia dos Estados Unidos.

A primeira consequência direta é a legitimação do Excepcionalismo Americano. Ao apresentar as Treze Colônias como resultado de um projeto puro de “povoamento” e desenvolvimento virtuoso, o discurso ignora os fatos verídicos, como o extermínio, a manipulação e a origem da colonização por companhias comerciais com fins exploratórios (Karnal, 2015). Essa narrativa, amparada no Destino Manifesto, eleva os Estados Unidos a um status de potência eleita, cujas ações de apropriação de recursos e exploração da mão de obra em favor de seu capital são justificadas pela própria superioridade de seu modelo fundacional.

Em contrapartida, a América Latina é condenada a uma internalização da inferioridade. O suposto “fracasso” ou “subdesenvolvimento” regional é imputado a uma vocação exploratória congênita, desviando a atenção da complexidade histórica e das estruturas de dependência. A crítica aponta que o que realmente diferencia os processos não é um modelo binário, mas sim a complexa interação de interesses e características, que em ambos os casos envolveram a devastação e a exploração (Junqueira, 2018).

Finalmente, o mito contribui diretamente para a manutenção da subalternidade econômica e política. A dicotomia não apenas simplifica a história, mas também projeta no imaginário a ideia de que a desigualdade estrutural latino-americana é inevitável. Isso favorece a continuidade de um ciclo onde o capital e a centralidade de poder estadunidenses são elevados, enquanto a América Latina permanece fixa na ideia de subalternidade, tornando-se um território propício para a exploração contínua de recursos e mão de obra em função da acumulação de capital no Norte. Ao expor que o nascimento dos Estados Unidos foi repassado em uma “grande mentira, sem levar em consideração nenhum dos seus respaldos históricos”, o argumento central é que nada que venha desse centro de poder deve ser aceito como verdade absoluta, forçando a América Latina a encarar a própria história com criticidade e a dismantelar os pilares dessa colonialidade imposta.

CONSIDERAÇÕES FINAIS

A análise crítica da dicotomia “colônia de exploração x colônia de povoamento” demonstra que ela é mais do que um erro historiográfico; é um instrumento de colonialidade do poder com profundas consequências para a formação latino-americana. Ao legitimar a excepcionalidade estadunidense e condenar a América Latina à subalternidade histórica, esse mito impede o reconhecimento da complexidade de sua própria trajetória e dificulta a superação das estruturas de desigualdade e dependência herdadas. A desconstrução dessa narrativa é, portanto, um ato político e epistemológico essencial para que a região possa romper com o ciclo da subalternidade imposto, e reivindicar sua história e autonomia, livre da sombra de um “grande sonho americano” que, em sua essência, foi construído sobre o extermínio e a manipulação.

REFERÊNCIAS

10, 11 e 12 DE NOVEMBRO



Interdisciplinaridade, Universidade e Ação



PPGSED



JUNQUEIRA, Mary Anne. **Estados Unidos: Estado Nacional e Narrativa da Nação** (1776-1900). São Paulo: Editora da Universidade de São Paulo, 2018.

KARNAL, Leandro. **História dos Estados Unidos**. 1. ed. São Paulo: Contexto, 2007.

QUANDO POLÍTICA E RELIGIÃO SE (DE)SENCONTRAM: EVA PERÓN NO DORSO DA MEMÓRIA

MARQUES, Ivana Aparecida da Cunha Marques¹

ST 5 - Desafios e relações da/na América Latina

INTRODUÇÃO

A santificação da figura da primeira-dama argentina Maria Eva Duarte de Perón (1919-1952) já acontecia antes mesmo de seu falecimento, ocorrido em 26 de julho de 1952, de modo que política e religiosidade se amalgamaram formando uma doutrina religiosa, e segundo o jornalista Tomás Eloy Martínez (1996, p. 33): “Em cada casa humilde, havia um altar onde as fotos de Evita, arrancadas da revista, ficavam iluminadas por velas e flores do campo”.

Com o peronismo engendrando a sua própria santa, o religioso fora secularizado e o leigo tornou-se sacro, fazendo com que o projeto político em questão passasse a representar uma ameaça e uma afronta ao catolicismo, força social da qual até então ele era aliado.

Considerando o recorte temporal de 1952 a 1955, para o jornal carioca *Tribuna da Imprensa*, comandado pelo jornalista e político Carlos Frederico Werneck de Lacerda (1914-1977), material que servirá como fonte central para a produção do presente trabalho, o peronismo forjou uma santa política, tida como Mãe da Nação e dos *Descamisados* (trabalhadores/as argentinos/as). E tal movimento significou um aviltamento aos preceitos católicos, uma vez que Eva era tida como uma pecadora, e o projeto peronista, uma organização totalitária que manipulava os adjetivos da primeira-dama por meio de sua propaganda oficial, tornando-a uma personagem sacra e socialmente aceita.

Este texto, ao analisar o contexto imediato após o falecimento de Eva Perón, o que é realizado por intermédio de um jornal brasileiro declaradamente antiperonista, objetiva entender de que forma os ataques direcionados à primeira-dama em questão pelo *Tribuna da Imprensa* serviram, à contragosto de seus idealizadores, para fortalecer o ideal do mito, fomentando o processo de santificação dessa personalidade política.

¹ Mestra e Doutora em História, Professora colaborada da Universidade Estadual do Paraná (Unespar), *campus* de Paranavaí, ivanamarques19@gmail.com.

METODOLOGIA

O recorte temporal a ser analisado consiste no período de 1952 a 1955, considerando os anos de falecimento de Eva Perón, e do golpe militar que retirou o presidente Juan Perón (1895-1974) do poder, respectivamente. O levantamento das edições do jornal lacerdista *Tribuna da Imprensa* foi realizado na hemeroteca digital da Biblioteca Nacional, e busca entender de que modo a imprensa brasileira antigetulista – e antiperonista, consequentemente – compreendeu o fenômeno da morte da primeira-dama argentina e todos os desdobramentos político-sociais decorrentes deste evento que mobilizou milhares de pessoas na capital portenha.

Para tanto, considerou-se examinar a receita resultante da mistura entre memória, política e religiosidade, ao considerar as rixas por poder geradas entre catolicismo e peronismo, duas forças sociais que buscavam obter, entre outras coisas, o domínio dos imaginários populares.

DISCUSSÕES E RESULTADOS

Apesar do Vaticano ter recusado os pedidos para beatificar Eva Perón, a sua santificação fora ocorrendo de maneira popular e espontânea, acelerada pelos estímulos do Estado peronista, cujas ações, dotou cidades, edifícios e escolas com o nome de Eva Perón, ergueu bustos em sua homenagem e gravou medalhas com seu rosto. Essas iniciativas peronistas só podem ser profundamente compreendidas à luz do rompimento deste projeto político com a Igreja Católica, que se sentia destituída de poderio e autoridade:

Com a separação formal da Igreja e do Estado peronista, a Confederação Geral do Trabalho (CGT) aprovou ‘[...] a veneração laica de Eva Perón em todos os lugares sindicais, locais de trabalho e demais instalações em que os trabalhadores venerem a memória da falecida (Tribuna da Imprensa, 09 de dezembro de 1954, nº 1501, p. 05).

Suplantando essas rixas, Eva Perón ressoava nas orações populares, as quais a mantinha viva e pediam a sua perenização por meio da santificação:

Deus te salve, Maria Eva, cheia sois de graça, todo o povo está contigo. Bendita sois entre as crianças, entre os homens e mulheres, e bendito o fruto de teu engenho. A Razão da Minha Vida; Santa Maria Eva, mãe do Justicialismo, roga por nós, trabalhadores, agora e mais ainda na hora de nossas reivindicações. Assim seja (Díaz, 2002, p. 172).

Em meio a esses conflitos materiais, Eva era paulatinamente mitificada a partir do reavivamento de componentes de sua trajetória de vida, mas também era mergulhada em questões divinas. O povo, por sua vez, a idealizava pela identificação com uma mulher nascida na pobreza e construída sob os holofotes da elite política; mas, para além disso, a louvava como uma figura transcendente que representava esperanças e desenhava horizontes (Gandin, 2010).

Dessa forma, dada a popularidade e força política de Eva, o peronismo traçou estratégias para mantê-la viva e atuante, mesmo após a sua morte, o que representaria, consequentemente, salvaguardar o próprio projeto político do peronismo. Esse movimento ocorreu especialmente por meio do investimento peronista na propaganda, o que explica o fato de “o material propagandístico fabricado em torno de Eva Perón e suas realizações ser muito superior ao referente a Perón ou Vargas” (Capelato, 1997, p. 214).

Nesse entremeio, analisa-se o rompimento do peronismo e do catolicismo, de que modo o *Tribuna da Imprensa* valeu-se dessa desavença para afrontar o governo argentino, e como tais ataques eram dirigidos à Eva Perón, que mesmo morta ainda representava a coluna dorsal do ideário peronista.

CONSIDERAÇÕES FINAIS

Se o rompimento com o catolicismo oferecia riscos para o peronismo, a morte de Eva podia causar a desvinculação da trajetória de Juan em relação aos/as trabalhadores/as, o que significava o risco mais considerável para a manutenção daquele projeto político. Por isso mesmo, era necessário recuperar a imagem de Evita (como essa primeira-dama ficou carinhosamente conhecida pelo povo) como a intermediadora, ou ainda, a *ponte* pela qual os mais necessitados podiam atravessar para chegar ao Estado argentino. Não obstante, toda a paixão suscitada pela Eva morta resultou numa aversão declarada do *Tribuna da Imprensa* que, temendo o Brasil se inspirar nas políticas peronistas, se utilizou do antiperonismo – e antievitismo – para atacar, direta e indiretamente – o getulismo, considerado um “peronismo tupiniquim”.

REFERÊNCIAS

CAPELATO, Maria Helena Rolim. A propaganda política no varguismo e no peronismo: aspectos teóricos-metodológicos de uma análise sobre história política. **História: Questões & Debates**, Curitiba, v. 14, n. 26/27, p. 196-218, jan./dez. 1997. Disponível em: <https://bibliotecadigital.tse.jus.br/xmlui/handle/bdtse/2858>. Acesso em: 15 out. 2025.

DÍAZ, Martha Susana. O mito de Eva Perón Evita: uma mulher imaginada. In: FERREIRA, S.L.; NASCIMENTO, E.R. (Orgs.). **Imagens da mulher na cultura contemporânea**. Salvador: NEIM/UFBA, 2002, p. 165-178.

GANDIN, Lucas. A Sacralização do Político. In: **XXXIII Congresso Brasileiro de Ciências da Comunicação**, Caxias do Sul, set. 2010.

LACERDA, Carlos F. W. **Tribuna da Imprensa**, Rio de Janeiro, 1952-1955.

MARTÍNEZ, Tomás Eloy. **Santa Evita**. Trad: Sérgio Molina. São Paulo: Companhia das Letras, 1995.

A SELETIVIDADE TERRITORIAL DOS ESPAÇOS PÚBLICOS: UMA ANÁLISE COMPARATIVA ENTRE O CENTRO DE LUANDA E O MUNICÍPIO DE CACUACO

MALUNDO, Albano Dias¹COLAVITE, Ana Paula²

ST 6 - Espaços públicos e cidades

INTRODUÇÃO

As reflexões sobre a produção e apropriação do espaço urbano não constituem uma preocupação recente. Apesar da visibilidade que o tema tem ganhado nas últimas décadas, sua problematização remonta a discussões sobre o modo como o espaço é produzido, controlado, percebido e vivido. Autores como Henri Lefebvre, David Harvey, Manuel Castells, Michel Foucault, entre outros, contribuíram de forma significativa para compreender o espaço como produto social e político, estruturado por relações de poder e por mecanismos de exclusão e pertencimento.

Mais recentemente, outros estudiosos como Neil Brenner, Saskia Sassen, Milton Santos, Raquel Rolnik e Erminia Maricato, só para destacar alguns, ampliaram essa discussão, ao evidenciarem a seletividade territorial que marca as cidades contemporâneas. No pensamento desses autores, essa seletividade se manifesta nos modos diferenciados de acesso, uso e valorização dos espaços públicos, revelando como o espaço urbano é regulado por uma lógica econômica política que privilegia determinados grupos sociais.

No contexto de Angola, essa discussão é ainda pouco percebida, apesar do problema adquirir contornos ainda mais expressivos com o aumento da distância entre o rico e o pobre. A capital, Luanda, materializa um processo de urbanização seletiva, no qual os espaços públicos, sobretudo de lazer, que deveriam se configurar como bens coletivos, tornam-se instrumento de distinção e segregação socioespacial. Essa dinâmica não apenas revela a forma como as políticas públicas contribuem para a segregação social, como também revela as

¹ Mestrando, Programa de Pós-Graduação Interdisciplinar Sociedade e Desenvolvimento (PPGSeD), Universidade Estadual do Paraná (Unespar), *campus* de Campo Mourão, malundodias@email.com.

² Doutora em Geografia, docente da Universidade Estadual do Paraná (Unespar), *campus* de Campo Mourão, ana.colavite@unespar.edu.br.

contradições entre os discursos de urbanização apoiados na sustentabilidade e as práticas cotidianas de exclusão.

Os parques e largos urbanos assumem papel estratégico na promoção da qualidade de vida, ambiental e na integração social, funcionando não apenas como espaços atrativos de uma cidade, mas também como pontos de encontro e sociabilidade. Na acepção de Imbronito e Carlini (sd, p. 596), “o espaço público livre é um local [...], de uso comum e posse coletiva, local de convívio e trocas entre os diversos grupos que compõem a sociedade urbana [...]”. Sua existência contribui para a noção de cidade e garante a melhoria e qualificação dos territórios urbanos. Esse texto tem como objetivo: analisar a seletividade territorial dos espaços públicos em Luanda, comparando a concentração de parques e largos no centro da cidade e no município de Cacuaco.

Estudar a seletividade territorial dos espaços públicos em Luanda e Cacuaco é pertinente por três razões principais. Primeiro, porque a desigualdade na oferta de áreas verdes e de lazer reflete a permanência de uma lógica centro-periferia que compromete a sustentabilidade urbana. Segundo, porque compreender a distribuição e o alcance desses equipamentos pode subsidiar políticas públicas voltadas à equidade espacial e à justiça socioambiental. Por fim, o tema é atual e relevante para os debates sobre a Nova Agenda Urbana e o Objetivo de Desenvolvimento Sustentável 11 (Cidades e Comunidades Sustentáveis), que defendem o acesso inclusivo e seguro a espaços públicos de qualidade.

METODOLOGIA

A pesquisa adota uma abordagem qualitativa com suporte quantitativo e geoespacial. Foi estruturada em três etapas principais: a) Levantamento cartográfico e documental: coleta de dados secundários sobre os espaços públicos existentes, b) Análise espacial: uso de ferramentas de geoprocessamento (QGIS) para elaboração de mapas temáticos, análise de áreas de influência e comparação entre centralidade e periferia. c) Interpretação crítica: fundamentação com base em autores da geografia urbana e da sociologia, articulando conceitos como seletividade territorial, centralidade e justiça espacial.

DISCUSSÕES E RESULTADOS

A cidade de Luanda, marcada por contrastes socioespacial e desigualdades estruturais, enfrenta a difícil tarefa de harmonizar o crescimento populacional com a conservação ambiental e a justiça social. Atualmente, o modelo de desenvolvimento adotado, como destaca Cruz (2013), tende a privilegiar mais a infraestrutura física e o progresso material de uma parte da cidade, em detrimento do bem-estar coletivo e da sustentabilidade ambiental.

Seguindo essa lógica, pensamos ser possível estabelecer a ação do Estado na materialização das políticas públicas ambientais com o pensamento de Achille Mbembe (2016) sobre a *necropolítica*³. Para esse ensaio, adaptamos a *necropolítica ambiental* como o direito à natureza e ao lazer que é negado a determinadas pessoas.

Na figura 1, observa-se a concentração de parques no centro da cidade, delimitados por círculos concêntricos que indicam suas áreas de influência. O mapa revela espaços verdes nas zonas de Luanda, Maianga e Alvalade. Essa concentração reflete um padrão histórico de urbanização que privilegiou o centro administrativo e as áreas de maior prestígio social, em detrimento das periferias, como Rangel, Cazenga e Kilamba Kiaxi, que aparecem fora do alcance direto desses equipamentos.

Figura 1 - Parques e lagos no centro de Codade



Fonte: Os autores, 2025.

³ Entendida como o exercício do poder de decidir quem pode viver e quem pode morrer.

A figura 2 evidencia a questão da centralidade isolada do largo de Cacuo como o único espaço público verde. As linhas azul, laranja e amarela delimitam as zonas de influência da acessibilidade desse espaço. A Organização Mundial da Saúde (OMS) recomenda que cada habitante tenha acesso a uma área verde pública a uma distância de até 500m em relação à sua residência. No entanto, nessa figura, observa-se que bairros como 17 de setembro, Ecocampo, Paraíso, Salinas localizam-se fora dessa faixa ideal de acessibilidade, o que se configura numa inequidade ambiental.

Figura 2 - Largo municipal de Cacuo



Fonte: Os autores, 2025.

CONSIDERAÇÕES FINAIS

Em síntese, a análise das figuras e das dinâmicas espaciais de Luanda evidencia que o acesso desigual aos espaços verdes não é apenas um problema de planejamento urbano, mas também uma expressão concreta da *necropolítica ambiental*, na qual o direito à natureza e ao lazer é seletivamente distribuído. A concentração dos parques em áreas centrais e a escassez de espaços públicos nas periferias revelam uma cidade fragmentada, onde a sustentabilidade é privilégio de poucos. Assim, repensar as políticas ambientais de Luanda implica reconhecer

que a justiça socioespacial começa pelo reconhecimento do direito igualitário ao verde urbano, um direito que, quando negado, reforça as fronteiras invisíveis da exclusão.

REFERÊNCIAS

CRUZ, Domingos da. **Pensar Angola**: a sociedade, a cultura e o poder. Luanda: Edições Mulemba, 2013.

IMBRONITO, Maria Isabel; CARLINI, Juliana Cunha. Acessibilidade nos espaços públicos: um olhar crítico sobre a reforma da Praça Barão do Rio Branco em Santos-SP. **PUC**, s/v, s/n, 2025, p. 595-608. Disponível em: https://www.researchgate.net/publication/389791934_ACESSIBILIDADE_NOS_ESPACOS_PUBLICOS. Acesso em: 20 out. 2025.

MBEMBE, Achille. **Necropolítica**. n-1 ed. São Paulo: Artes & Ensaios, 2016.

ORGANIZAÇÃO MUNDIAL DA SAÚDE (OMS). **Urban Green Spaces and Health**. Copenhagen: WHO Regional Office for Europe, 2016.

AS BIBLIOTECAS PÚBLICAS DA UNESPAR: O QUE PENSAM OS AGENTES ADMINISTRATIVOS - BIBLIOTECÁRIOS

SILVA, Liane Cordeiro da¹

FRANCISCO, Lucilene Aparecida²

ST 6 - Espaços públicos e cidades

INTRODUÇÃO

Refletir sobre o espaço público implica compreender sua dimensão simbólica, política e social, reconhecendo-o como um produto cultural em constante transformação. Nessa perspectiva, torna-se necessário repensar as formas de uso, apropriação e produção desses espaços, especialmente aqueles dedicados à difusão do conhecimento e à formação cidadã, como escolas, teatros, bibliotecas e centros culturais.

As bibliotecas universitárias exercem um papel fundamental como pilares do conhecimento, da intelectualidade e da pesquisa, reunindo em seus acervos livros, periódicos, teses, dissertações, materiais multimídia e bancos de dados on-line. Elas oferecem suporte indispensável a professores, estudantes e pesquisadores por meio de coleções físicas e digitais, serviços de empréstimo e orientação acadêmica. Esses recursos são essenciais para o desenvolvimento dos estudos, das investigações e, conseqüentemente, para a produção e difusão do saber.

Para Galvão (2014, p. 212), apesar de essenciais, as bibliotecas das universidades públicas enfrentam pelo menos quatro grandes preocupações: “o público e o acesso; a constituição dos acervos; a necessidade de controle sobre os modos de ler; e o papel do profissional responsável por essa instituição”. Soma-se a esses desafios a carência de edificações modernas e adequadas, o que, em muitos casos, compromete a qualidade dos espaços, tornando-os ambientes ultrapassados e pouco atrativos.

Portanto, observa-se que muitos desses espaços enfrentam carências estruturais e tecnológicas, reflexo da insuficiência de políticas públicas e de investimentos contínuos.

¹ Mestre em Sociedade e Desenvolvimento e bibliotecária da Universidade Estadual do Paraná (Unespar), *campus* de Campo Mourão, liane.silva@unespar.edu.br.

² Doutora em Ciência da Informação e bibliotecária da Universidade Estadual do Paraná (Unespar), *campus* de Apucarana, luclene.francisco@unespar.edu.br.

Segundo Santa Anna (2018, p. 452), “[...] de forma equivocada e até exagerada, [...] muitos se arriscam a afirmar que ela poderá ser extinta da sociedade do futuro”. Tal percepção reforça a necessidade de reafirmar a relevância dessas instituições, que, embora não produzam lucro econômico, geram valor social ao formar cidadãos críticos e conscientes.

Diante do contexto contemporâneo marcado pela revolução digital, as bibliotecas enfrentam o desafio de se reinventar sem perder sua essência. Santa Anna (2018, p. 01) captura bem esse momento de tensão ao comentar que “parece que a biblioteca perde, para alguns, essa parceria e reciprocidade que possui com o ser humano”. No entanto, o que se verifica é uma reinvenção: longe de abandonarem sua essência, as bibliotecas têm incorporado as tecnologias digitais como aliadas. A internet e as plataformas virtuais ampliaram o acesso à informação, romperam barreiras geográficas e temporais e permitiram uma relação mais dinâmica entre usuários e conhecimento. Assim, a prática bibliotecária se desloca gradualmente do espaço físico para o ambiente digital, sem perder sua relevância cultural e educativa.

Com base nesse cenário, a presente pesquisa teve como objetivo compreender a percepção dos agentes administrativos e bibliotecários sobre as condições de infraestrutura, funcionamento e desafios enfrentados nas bibliotecas da Universidade Estadual do Paraná (Unespar). Pretendeu-se identificar como esses profissionais avaliam o papel das bibliotecas universitárias e quais melhorias consideram necessárias para fortalecer sua função educativa e social.

METODOLOGIA

A pesquisa apresenta caráter desqualificativo, desenvolvida com base em entrevistas semiestruturadas aplicadas aos agentes universitários que atuam nas bibliotecas da Unespar. As entrevistas foram realizadas por meio da plataforma *Google Meet*, respeitando o anonimato dos participantes, identificados pelas siglas AA1, AA2 e assim sucessivamente.

O estudo foi previamente autorizado pelo Comitê de Ética da Unespar³, garantindo o cumprimento dos princípios éticos estabelecidos pela Resolução nº 466/2012 do Conselho Nacional de Saúde.

³ Projeto aprovado pelo Comitê de Ética da Unespar sob o nº CAAE: 64600522.1.0000.9247 do dia 28 fev. 2023.

Os dados coletados foram organizados em planilhas eletrônicas no Microsoft Excel 10.0 e analisados de forma descritiva e interpretativa, buscando evidenciar percepções, desafios e sugestões apresentadas pelos participantes. Todos os respondentes assinaram o Termo de Consentimento Livre e Esclarecido (TCLE), que assegurou o sigilo das informações e a liberdade de desistência.

As entrevistas foram transcritas na íntegra e submetidas a uma análise crítica, o que possibilitou uma compreensão mais aprofundada sobre a rotina e os desafios enfrentados pelos profissionais das bibliotecas universitárias.

DISCUSSÕES E RESULTADOS

Os resultados evidenciaram que, embora os bibliotecários e agentes administrativos reconheçam as bibliotecas como o “coração da universidade”, espaço essencial ao desenvolvimento do ensino, da pesquisa e da extensão, há fragilidades significativas no que diz respeito à estrutura física, ao conforto e à segurança.

Os principais problemas apontados referem-se a mobiliários antigos, prédios adaptados, excesso de ruído e falta de vigilância, fatores que comprometem a concentração e o bem-estar dos usuários. Um dos entrevistados relatou:

Um dos problemas é quando não há aula, ficamos isolados. Como não existe muro, podem entrar pelos fundos, hoje em dia com essa questão de invasão, de ataque, dá bastante medo. E o outro acontece quando há aula, é muito barulho na frente da biblioteca. Se resolver essas duas questões. Haver mais segurança no lugar quando não tem aula, e quando temos aula haver mais silêncio, o centro de convivência da cantina é aqui na frente da biblioteca, os bancos da cantina estão aqui perto, então faz com que os alunos se reúnam na frente da biblioteca para conversar, para ouvir música até para tocar instrumento, isso atrapalha quem está dentro da biblioteca estudando⁴.

Embora um profissional note que a biblioteca atende bem às expectativas e possua bom acervo, lamenta que ela não seja totalmente explorada. Muitas bibliotecas funcionam em ambientes não projetados para essa finalidade, com dimensões inadequadas e ausência de climatização. Além disso, há uma clara necessidade de renovação do mobiliário, pois a infraestrutura defasada acaba classificando o local como um “espaço ruim” desestimulando o

⁴ Entrevista de pesquisa concedida em 12 maio 2023.

usuário a permanecer para estudo ou pesquisa, como pontuou um dos entrevistados declarando que “por muito tempo a biblioteca foi tida como um depósito de livros, apesar do acesso aberto, o aluno não era incentivado a ir buscar livros na estante, motivado pela curiosidade de folhear o livro”.

No geral, a avaliação é que as bibliotecas “estão longe de serem modernas” e exigem melhorias urgentes que proporcionem conforto, acessibilidade e recursos tecnológicos adequados. Também destacaram a necessidade de cabines para estudo em grupo e mobiliário que favoreçam a inclusão de pessoas com deficiência.

No que diz respeito à infraestrutura, espaço físico e biblioteca universitária ideal, Estela e Cunha (2017), corroboram explanando que:

A biblioteca universitária ideal se caracteriza por ser um lugar agradável, confortável, com iluminação adequada, mesas confortáveis, tomadas suficientes, ventilação adequada. Com isso a biblioteca geralmente é abrigada em belos e espaçosos prédios, com áreas para salas de leitura, para reuniões em grupo com o necessário silêncio e conforto para facilitar as tarefas ligadas ao aprendizado e a interação com o conhecimento registrado e, o mais importante, atendendo a seus usuários alvos (Estela; Cunha, 2017, p. 181).

Em relação aos recursos digitais, os entrevistados relataram que a instituição utiliza as plataformas Minha Biblioteca e Biblioteca Virtual da Pearson como importantes ferramentas de apoio. Apesar de serem recursos valiosos, ainda são considerados insuficientes para atender plenamente às demandas acadêmicas e às exigências do Ministério da Educação (MEC). De modo geral, os profissionais reconhecem o papel da biblioteca como mediadora do conhecimento e da inclusão acadêmica, mas alertam para a necessidade urgente de investimentos em infraestrutura, acessibilidade e recursos tecnológicos.

Em suma, os bibliotecários enfrentam o desafio de gerenciar espaços essenciais que falham em oferecer o básico: um ambiente silencioso e seguro para a comunidade acadêmica e uma infraestrutura moderna compatível com o conforto e a ergonomia necessários para a pesquisa universitária.

CONSIDERAÇÕES FINAIS

Apesar das limitações, os bibliotecários demonstram profundo comprometimento com a missão de facilitar o acesso ao conhecimento e orientar a comunidade acadêmica. Contudo, reconhecem que a infraestrutura defasada e o imprevisto acabam desestimulando o uso desses espaços. O desafio é garantir que as bibliotecas deixem de ser vistas como meros depósitos de livros e se tornem ambientes vivos de aprendizagem, convivência e inovação.

Em síntese, a pesquisa revela a urgência de investimentos públicos e institucionais que revitalizem as bibliotecas universitárias da Unespar, tornando-as mais atrativas, acessíveis e integradas ao contexto digital contemporâneo. A biblioteca, como espaço público e educativo, deve ser concebida como lugar de inclusão, diálogo e criatividade, contribuindo para a formação crítica e cidadã de toda a comunidade acadêmica. A partir dessa compreensão, reafirma-se que a modernização das bibliotecas é condição indispensável para que elas continuem exercendo seu papel transformador na sociedade e nas universidades.

REFERÊNCIAS

- ESTELA, Flor de María Silvestre; CUNHA, Murilo Bastos da. Biblioteca universitária e os indicadores do SINAES: estudo do caso da Universidade de Brasília. **Revista Inf. & Soc.:** Est., João Pessoa, v. 27, n. 1, p. 175-186, jan./abr. 2017. Disponível em: https://www.brapci.inf.br/_repositorio/2017/04/pdf_d758adf1fe_0000023070.pdf. Acesso em: 31 out. 2023.
- GALVÃO, Ana Maria de Oliveira. Velhos problemas? Público, acervos, leitura e bibliotecários em cenas da história da biblioteca pública. **Perspectivas em Ciência da Informação**, v. 19, n. Especial, p. 211-226, out./dez. 2014. Disponível em: <https://periodicos.ufmg.br/index.Php/pci/article/view/22677/18261>. Acesso em: 10 nov. 2022.
- SANTA ANNA, Jorge. A biblioteca universitária e sua intervenção no contexto social: fomentando práticas multifuncionais. **RICI: Revista Ibero-Americana Ci. Inf.**, Brasília, v. 11, n. 2, p. 449-69, maio/ago., 2018. Disponível em: <https://periodicos.unb.br/index.Php/RICI/article/view/8337/9615>. Acesso em: 21 nov. 2022.

AVALIAÇÃO E PROPOSTA DE AÇÃO PARA O PLHIS DE CAMPO MOURÃO COM ENFOQUE NA FERRAMENTA 5W2H

FRANCISCON, Anderson¹

ST 6 - Espaços públicos e cidades

INTRODUÇÃO

A habitação é um direito social fundamental, previsto na Constituição Federal de 1988 (BRASIL, 1988) e consolidado pela Emenda Constitucional nº 26/2000. No entanto, o contexto brasileiro ainda apresenta déficits significativos, com políticas habitacionais frequentemente marcadas por descontinuidade e baixa efetividade. Nesse cenário, destaca-se o Plano Local de Habitação de Interesse Social (PLHIS) de Campo Mourão, instituído pela Lei Complementar nº 26/2013, que orienta o planejamento e a execução das ações habitacionais municipais em consonância com o Sistema Nacional de Habitação de Interesse Social (SNHIS), criado pela Lei nº 11.124/2005 (BRASIL, 2005).

Após uma década de implementação, o PLHIS apresenta avanços pontuais, mas ainda enfrenta entraves como déficit habitacional, limitações orçamentárias, lentidão administrativa e insuficiência de infraestrutura nas áreas destinadas à habitação de interesse social. A falta de integração entre políticas habitacionais, planejamento urbano e gestão territorial compromete a efetividade do plano, como destacam Bonduki (1998) e Rolnik (2009).

Este estudo propõe uma análise técnica e interdisciplinar do PLHIS de Campo Mourão, utilizando a ferramenta gerencial 5W2H, que estrutura planos de ação a partir de sete questões: What (O quê), Why (Por quê), Where (Onde), When (Quando), Who (Quem), How (Como) e How much (Quanto custará), permitindo definir responsabilidades, prazos e recursos. A pesquisa integra arquitetura e urbanismo, sociologia, direito público e administração pública, buscando compreender os fatores condicionantes à execução das políticas habitacionais locais e propor estratégias para aumentar a efetividade do PLHIS e a integração entre planejamento urbano e gestão pública.

¹ Servidor na Prefeitura Municipal de Campo Mourão-PR, Doutorando, Programa de Pós-Graduação em Arquitetura e Urbanismo (PPU), Universidade Estadual de Maringá (UEM), Bolsista CAPES, a.franciscon@hotmail.com.

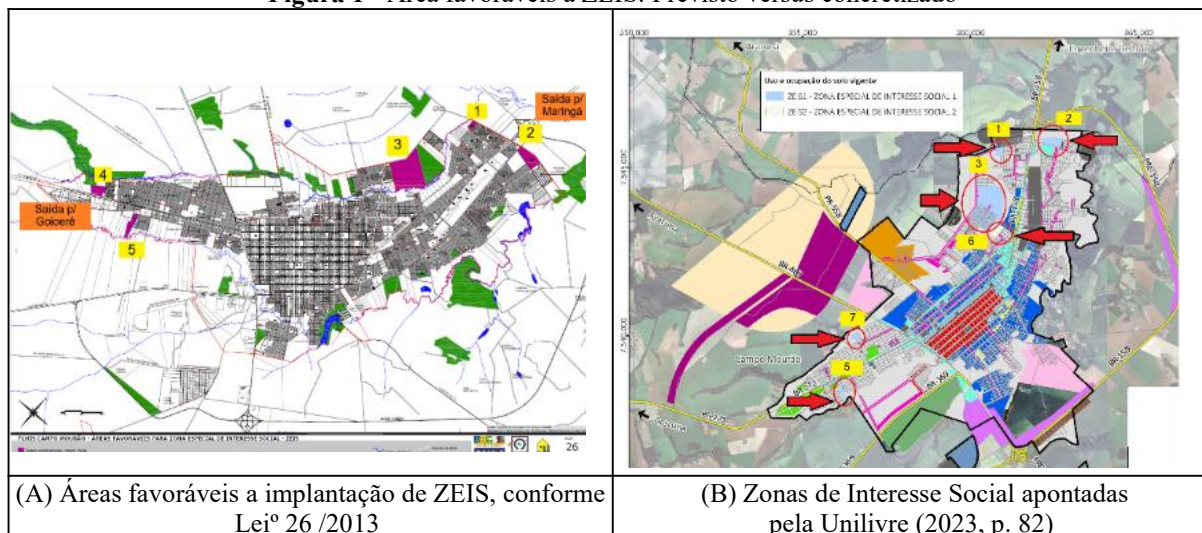
A relevância do trabalho está em sua contribuição prática e metodológica: propõe um modelo de gestão aplicável a Campo Mourão e a outros municípios de porte similar, com base em um instrumento simples e orientado a resultados. Do ponto de vista acadêmico, reafirma a importância da interdisciplinaridade no enfrentamento dos desafios urbanos, demonstrando que o uso de ferramentas de gestão fortalece a governança pública e potencializa a efetividade das políticas de habitação de interesse social.

METODOLOGIA

A pesquisa adota abordagem qualitativa, com caráter técnico e exploratório, baseada na análise documental, revisão bibliográfica e aplicação de ferramenta gerencial. O percurso metodológico compreendeu quatro etapas complementares: (1) levantamento e análise do Plano Local de Habitação de Interesse Social (PLHIS); (2) revisão teórica sobre políticas habitacionais, urbanismo, infraestrutura urbana e gestão pública, fundamentada em autores como Bonduki (1998), Rolnik (2009), Ventura e Suquizaqui (2020) e Andrade Neto (2021); (3) diagnóstico das Zonas Especiais de Interesse Social (ZEIS), com base em dados da Unilivre (2023); e (4) proposição de plano de ação estruturado pela metodologia 5W2H, visando permitir transformar o diagnóstico em ações práticas e mensuráveis.

DISCUSSÕES E RESULTADOS

O contexto de Campo Mourão reflete as dificuldades observadas nas políticas habitacionais brasileiras: fragmentação institucional, desarticulação entre urbanismo e habitação e limitada capacidade de execução. Instituído em 2013, o PLHIS previa a implantação de cinco Zonas Especiais de Interesse Social (ZEIS), distribuídas entre as regiões Leste e Oeste do município. Contudo, conforme levantamento da Unilivre (2023), apenas uma ZEIS foi efetivamente consolidada, correspondendo a 20% do previsto. Essa realidade é ilustrada na Figura 1, que compara as áreas previstas no plano original com as ZEIS efetivadas até 2023, evidenciando o descompasso entre planejamento e execução.

Figura 1 - Área favoráveis a ZEIS: Previsto versus concretizado


Fonte: Adaptado de Lei 23/2013 e Unilivre (2013).

A análise revela que, apesar do aumento do número de áreas designadas a ZEIS (de cinco para seis), somente a ZEIS nº 5, correspondente ao Conjunto Habitacional Fortunato Perdoncini, foi implementada. Essa área abriga um empreendimento do Programa Minha Casa Minha Vida (PMCMV), destinados à faixa de renda 1, representando o público mais vulnerável. Conforme Coelho (2021) e Silva e Postali-Santana (2022), o conjunto conta com 824 unidades habitacionais e cerca de 3 mil moradores, configurando o maior empreendimento de habitação social da cidade. Entretanto, estudos apontam desafios relacionados à sua localização periférica e ao distanciamento de equipamentos urbanos essenciais, como bancos, unidades de saúde e transporte coletivo.

O diagnóstico do PLHIS identificou 4 fragilidades principais: (1) cobertura habitacional insuficiente; (2) infraestrutura urbana deficitária; (3) limitação orçamentária; e (4) baixa transparência e participação social. Para superar essas lacunas, foi desenvolvido um plano de ação baseado na ferramenta 5W2H, conforme Quadro 1.

Quadro 1 - Plano de ação estruturado pela metodologia 5W2H

What (O quê)	Why (Por quê)	Who (Quem)	When (Quando)	Where (Onde)	How (Como)	How Much (Quanto)
Fortalecer participação comunitária no PLHIS	Aumentar transparência e legitimidade social	Secretaria de plan.; ONGs; lideranças	Início imediato	Bairros prioritários	Audiências públicas e portais informativos	Custos de comunicação
Melhorar infraestrutura urbana nas ZEIS	Garantir habitabilidade e qualidade urbana	Obras, Saneamento, Transporte	Início imediato	Áreas habit.	Convênios e planos integrados	Custo por km de rede
Capacitar equipe técnica municipal	Aprimorar gestão e uso do 5W2H	Prefeitura; Instituições de ensino	Início imediato	Prefeitura	Cursos e mentorias	Recursos de capacitação
Monitorar e avaliar desempenho do PLHIS	Acompanhar metas e resultados	Secretaria de Habitação; Controle social	Relatórios semestrais	Município	Indicadores e painéis de gestão	Suporte tecnológico

Fonte: Os autores, 2025.

Os resultados demonstram que a incorporação de metodologias gerenciais à gestão pública, especialmente o 5W2H, pode aumentar a eficiência administrativa, reduzir prazos de execução e garantir maior clareza nas atribuições institucionais. Essa integração reforça o caráter interdisciplinar da pesquisa, ao articular gestão, urbanismo, políticas públicas e eficiência administrativa.

CONSIDERAÇÕES FINAIS

A pesquisa evidencia que o PLHIS de Campo Mourão carece de ajustes estruturais para alcançar sua plena efetividade. O uso da ferramenta 5W2H mostra-se eficiente para reorganizar fluxos, estabelecer prazos e responsabilizar atores, aproximando a gestão pública municipal de uma prática mais transparente, integrada e orientada a resultados.

Como conclusão, destaca-se que a interdisciplinaridade, articulando Arquitetura e Urbanismo, Gestão Pública, Planejamento Territorial, assim constituindo-se um eixo fundamental para enfrentar os desafios habitacionais. Assim, o estudo demonstra que a aplicação de metodologias de gestão pode contribuir significativamente para a democratização do acesso à moradia e para a melhoria da infraestrutura urbana.

Recomenda-se, portanto, que o município institucionalize práticas contínuas de monitoramento e avaliação do PLHIS, amplie a participação social e fortaleça as interfaces

entre planejamento urbano e políticas sociais, consolidando uma habitação mais eficaz, inclusiva e sustentável.

REFERÊNCIAS

ANDRADE NETO, Eduardo Belém de. O uso da ferramenta 5W2H em organizações públicas no contexto da pandemia da COVID-19: um estudo de caso no Centro de Ciências Jurídicas da UFPB. **Anais do Congresso de Gestão Pública do RN**, 2021. Disponível em: <https://11nk.dev/UCiUZ>. Acesso em: 24 out. 2025

BRASIL. **Constituição da República Federativa do Brasil de 1988**. Brasília: Assembleia Nacional Constituinte, 1988.

BRASIL. **Emenda Constitucional nº 26, de 14 de fevereiro de 2000**. Altera a Constituição Federal para incluir o direito à moradia no art. 6º da Constituição Federal. Portal da Legislação, Brasília, DF, Presidência da República, 2000.

BRASIL. **Lei nº 11.124**, de 16 de junho de 2005. Dispõe sobre o Sistema Nacional de Habitação de Interesse Social - SNHIS. Diário Oficial da União, Brasília, 2005.

BONDUKI, N. **Origens da habitação social no Brasil**: arquitetura moderna, lei do inquilinato e difusão da casa própria. São Paulo: Estação Liberdade, 1998.

CAMPO MOURÃO. **Lei Complementar nº 26, de 25 de julho de 2013**. Institui o Plano Local de Habitação de Interesse Social, define princípios, diretrizes, estratégias e instrumentos para a realização das ações de planejamento habitacional no Município de Campo Mourão e dá outras providências. Campo Mourão: Paço Municipal “10 de outubro”, Campo Mourão, 25 de julho de 2013.

COELHO, S. de A. **Produção do espaço urbano de Campo Mourão - PR**: análise dos conjuntos habitacionais financiados pelo Programa Minha Casa Minha Vida. 2021. Dissertação (Mestrado em Sociedade e Desenvolvimento) - Universidade Estadual do Paraná, Campo Mourão, 2021.

ROLNIK, R. Democracia no fio da navalha: limites e possibilidades para a implementação de uma agenda de Reforma Urbana no Brasil. **Revista Brasileira de Estudos Urbanos e Regionais**, [S. l.], v. 11, n. 2, p. 31, 2009. Disponível em: <https://sl1nk.com/TQAaz>. Acesso em: 14 jul. 2025.

SILVA, C. H. da; POSTALI-SANTANA, V. B. Análise da segregação socioespacial na cidade de Campo Mourão (PR) a partir de estudos de caso. **Geomae**, Campo Mourão, v. 13, n. 1, p. 99-112, 2022. Disponível em: <https://encurtador.com.br/QsvaC>. Acesso em: 14 jul. 2025.

VENTURA, Katia Sakihama; SUQUISAQUI, Ana Beatriz Valim. Aplicação de ferramentas SWOT e 5W2H para análise de consórcios intermunicipais de resíduos sólidos urbanos. **Ambiente Construído**, [S. l.], v. 20, n. 1, p. 333-349, 2020. Disponível em: <https://s11nk.com/9EcHZ>. Acesso em: 30 set. 2025

UNILIVRE. **Volume I - Análise Temática Integrada**. Revisão do Plano Diretor de Campo Mourão - PR. Curitiba, 2023.

CAMPO MOURÃO-PR EM FLUXO: DESAFIOS E PERSPECTIVAS PARA UMA MOBILIDADE URBANA

LEME, Guilherme Junges¹

BOVO, Marcos Clair²

ST 6 - Espaços públicos e cidades

INTRODUÇÃO

A partir dos anos 1980, com os impactos do êxodo rural no meio urbano e da ineficiência das políticas públicas em promover o bem-estar da população, os problemas urbanos foram cada vez mais intensificados (Ministério das Cidades, 2004).

Dentre as diversas consequências dessa urbanização desordenada, como a favelização e a ineficiência em serviços essenciais, destacam-se os graves desafios da mobilidade urbana, tais quais os congestionamentos, altos índices de mortes no trânsito, ineficiência do transporte público e a inviabilização de meios de transporte não motorizados como a bicicleta e a caminhada, gerando demandas por soluções integradas para a complexidade que o meio urbano e seus problemas exigem (Boareto, 2021).

Assim sendo, Lopes; Martorelli; Costa (2020) destacam que a mobilidade vai além dos diferentes trânsitos e transportes estando atrelada à acessibilidade dos cidadãos aos bens e serviços presentes nas cidades, possibilitando o acesso com qualidade e às finalidades da população, seja do trabalho, estudo, lazer, serviços, dentre outros.

Eis que surge o interesse da pesquisa pelo tema da mobilidade urbana, com foco em sua realidade no município de Campo Mourão-PR, com o objetivo de “analisar a política de mobilidade urbana de Campo Mourão/PR, evidenciando os aspectos sociais, econômicos e ambientais” dessa realidade no município.

¹ Mestrando, Programa de Pós-Graduação Interdisciplinar Sociedade e Desenvolvimento (PPGSeD), Universidade Estadual do Paraná (Unespar), *campus* de Campo Mourão, guijungesleme@yahoo.com.

² Doutor em Geografia, docente da Universidade Estadual do Paraná (Unespar), *campus* de Campo Mourão, mcbovo69@gmail.com.

METODOLOGIA

O estudo adota o materialismo histórico-dialético como método de análise, baseando-se na premissa de que as dinâmicas sociais se desenvolvem por processos históricos e dialéticos interligados, exigindo a análise do passado e presente para explicar o tema. Sua centralidade reside em analisar as dinâmicas sociais, políticas e culturais a partir da perspectiva da estrutura econômica vigente, ou seja, pelo sistema capitalista de produção (Gil, 2018). Em complementação, a pesquisa é de natureza exploratória-descritiva, visando a aproximação e compreensão do fenômeno da mobilidade urbana no estudo de caso de Campo Mourão/PR.

As metodologias implementadas iniciam-se a partir do levantamento e estudo bibliográfico em periódicos e bancos de teses (CAPES), utilizando palavras-chave como planejamento urbano, mobilidade e políticas públicas. Há também a análise documental de políticas públicas nos âmbitos municipal, estadual e federal.

DISCUSSÕES E RESULTADOS

O sistema capitalista vigente possui mecanismos dentro da nossa sociedade, capaz de articular para a sua própria manutenção, com foco primeiro na reprodução e acumulação de capital, utilizando até mesmo da vida urbana e dos espaços de vivência da população para o atendimento desses interesses (Lefebvre, 2008).

A principal característica de perpetuação da desigualdade imposta por esse sistema na mobilidade urbana, é que ele a utiliza para garantir que o tempo e forma de deslocamento possibilite apenas o acesso do trabalhador a sua jornada de trabalho, a qual lhe garantirá o salário e o consumo, mas inviabiliza sua qualidade de vida, sua reposição de energia, seu tempo com a família e demais relações sociais, independentemente do tipo de modal de transporte utilizado (Cáccia, 2015; Reis, Vêras, 2024).

A pesquisa também evidencia a desigualdade de direito à cidade durante o deslocamento da população com relação ao meio de transporte utilizado. Enquanto o carro possui privilégios no sistema de mobilidade urbana, como vias e obras destinadas para o seu tráfego cada vez mais insustentável nas cidades, os usuários de outros meios de transportes geralmente não são abarcados no processo de planejamento da mobilidade urbana (Boareto, 2021; Pereira *et al.*, 2021).

Assim sendo, Boareto (2021) afirma que os motociclistas figuram enquanto as principais vítimas de acidentes fatais. Os usuários dos transportes coletivos enfrentam a superlotação, demora na realização do trajeto e tarifas abusivas com relação ao serviço ofertado (Boareto, 2021). Os ciclistas enfrentam a mesma falta de segurança e de espaços nas vias que os motociclistas e pedestres, de modo que se o cálculo de acidentes for realizado levando em consideração a quilometragem percorrida, os ciclistas ocupam o segundo lugar no quesito vítima fatal, com um óbito a cada 7 quilômetros percorridos pelos que utilizam esse modal. Os pedestres não sofrem menos, precisam percorrer trajetos com calçadas irregulares, além de estarem logo atrás dos ciclistas nas estatísticas de acidentes fatais no trânsito (ANTP, 2018).

Uma das principais ferramentas para mudar a realidade do sistema de mobilidade visto na atualidade são as políticas públicas. Com relação a mobilidade urbana, a Política Nacional de Mobilidade Urbana (PNMU), que foi publicada no diário oficial da União em 2012, apenas 17 anos após o início da tramitação do projeto original, ainda enfrenta dificuldades para que suas diretrizes pautadas na equidade e sustentabilidade do sistema de mobilidade sejam aplicadas nos municípios brasileiros.

No município de Campo Mourão/PR, os últimos anos foram marcados por um avanço significativo com relação à temática, tendo em vista o início da elaboração do Plano de Mobilidade Urbana (PMU) do município em 2023, concomitante e atrelado a readequação do Plano Diretor municipal. O PMU passou pelos devidos processos de formulação com base em metodologias norteadas pela PNMU, que envolve diversos aspectos, dentre eles as consultas públicas perante a população, estando atualmente em processo final de avaliação para ser efetivado enquanto a principal política pública de mobilidade já realizada no município.

O município de Campo Mourão/PR possui 78 anos de existência, com sua emancipação do município de Pitanga/PR datada em 1947. De lá pra cá houve um vertiginoso crescimento tanto da malha quanto da população urbana, que atualmente está estimada em uma população de 104.122 habitantes, segundo o Instituto Brasileiro de Geografia e Estatística (IBGE, 2023).

Com avenidas largas nas áreas centrais, compostas por duas vias em sentidos opostos para o tráfego de veículos, composta por um canteiro central que separa essas vias, possui um modelo de tráfego de veículos automotores no mínimo peculiar, que viabiliza até

os dias atuais conversões de uma via preferencial para outra, junto a possibilidade de atravessamento dessas conversões por veículos oriundos das ruas paralelas as avenidas preferenciais, além de oportunizar que veículos dessas ruas paralelas e não preferenciais também possam retornar nesse mesmo cruzamento para o sentido de onde vieram antes de parar no cruzamento, sem que haja sinalizações semaforicas ou de placas capazes de orientar os usuários do sistema de mobilidade, isso dificulta a circulação desses veículos.

Dessa forma, o crescimento da malha e da população urbana do município em décadas anteriores adotou esse modelo de tráfego de veículos que não gerava tantos problemas, atualmente o município apresenta um elevado número de acidentes em comparação com outros municípios de mesmo porte habitacional (Unilivre, 2023), demonstrando a urgência de implementação das adequações propostas no recém formulado PMU do município.

É importante mencionar que a pesquisa segue em processo de aprofundamento na realidade da mobilidade urbana do município, tanto com relação a análise do Plano de Mobilidade Urbana proposto, quanto da aplicação de questionários para a população, que serão devidamente relacionados junto aos aspectos teóricos-conceituais do estudo que se encontra em elaboração.

CONSIDERAÇÕES FINAIS

A mobilidade urbana é tema que extrapola o simples deslocamento de pessoas, cargas e veículos nas cidades. Está intimamente atrelada a qualidade de vida, envolvendo aspectos ambientais, sociais, econômicos e políticos capazes de gerar equidade e direito à vida urbana, com importância significativa no âmbito da saúde e segurança pública para a população. Se pensarmos assim, estudos capazes de abarcar a complexidade do tema com vistas a mudanças de paradigmas vigentes do planejamento urbano, que impactam diretamente no modo de vida desigual imposto a população, que sejam capazes de gerar sustentabilidade ambiental, econômica, mas principalmente social para a população, serão estudos defendidos pela população, pela academia, mas principalmente por gestões urbanas que pensam na população em primeira instância de interesse.

AGRADECIMENTOS

CAPES - Coordenação de Aperfeiçoamento de Pessoal de Nível Superior pelo apoio na pesquisa.

REFERÊNCIAS

ASSOCIAÇÃO NACIONAL DE TRANSPORTES PÚBLICOS (ANTP). **Sistema de Informações da Mobilidade Urbana - SIMOB/ANTP**: relatório geral 2014. São Paulo: ANTP, 2018. Disponível em: <https://files.antp.org.br/simob/simob-2014-v10.pdf>. Acesso em: 15 maio 2025.

BOARETO, Renato. Os desafios de uma Política de Mobilidade Urbana transformadora das cidades. **RBC**. Ribeirão Preto [s.n.], 2021. Disponível em: https://www.researchgate.net/publication/349413519_Os_desafios_de_uma_Politica_de_Mobilidade_Urbana_transformadora_das_cidades. Acesso em: 15 maio 2025.

BRASIL. Ministério das Cidades. **Política Nacional de Mobilidade Urbana Sustentável**. Brasília: Ministério das Cidades, 2004. Disponível em: <https://www.ta.org.br/site2/Banco/7manuais/6PoliticaNacionalMobilidadeUrbanaSustentavel.pdf>. Acesso em: 15 maio 2025.

CÁCCIA, Schmitt. Lara. **Mobilidade Urbana: políticas públicas e apropriação do espaço em cidades brasileiras**. 2015. 185 f. Dissertação (Mestrado em Geografia) - Universidade Federal do Rio Grande do Sul, Porto Alegre, 2015.

GIL, Antonio Carlos. **Métodos e técnicas de pesquisa social**. 6ª edição. São Paulo: Atlas, 2018.

IBGE, Instituto Brasileiro de Geografia e Estatística. **Cidades@ – Campo Mourão (PR)**. Rio de Janeiro: IBGE, 2025. Disponível em: <https://www.ibge.gov.br/cidades-e-estados/pr/campo-mourao.html>. Acesso em: 15 maio 2025.

LEFEBVRE, Henri. **O direito à cidade**. 5. ed. São Paulo: Centauro, 2008.

LOPES, Dario Reis; MARTORELLI, Martha; COSTA, Aguiar Gonzaga Vieira da. **Mobilidade Urbana: conceito e planejamento no ambiente brasileiro**. 1ª edição. Curitiba/PR: Appris, 2020.

PEREIRA, Rafael H. M. et al. (2021): **Tendências e desigualdades da mobilidade urbana no Brasil I: o uso do transporte coletivo e individual**. Texto para Discussão, No. 2673, Instituto de Pesquisa Econômica Aplicada (IPEA), Brasília, 2021. Disponível em: https://www.ipea.gov.br/acessoportunidades/publication/2021_td2673_tendencias_mob_br1_transporte_coletivo_individual/. Acesso em: 15 maio 2025.

REIS, Eduardo Castellani Gomes dos; VÉRAS, Maura Pardini Bicudo. Desigualdades sociais, territórios da vulnerabilidade e mobilidade urbana. **Cadernos Metrópole**. São Paulo, v. 26, n. 60, pp. 537-560, 2024. Disponível

em: <https://revistas.pucsp.br/index.php/metropole/article/view/63374>. Acesso em: 15 maio 2025.

UNIVERSIDADE LIVRE DO MEIO AMBIENTE (UNILIVRE). **Plano Municipal de Mobilidade Urbana de Campo Mourão**. 9 v. Curitiba, 2024. Disponível

em: <https://campomourao.atende.net/atende.php?rot=1&aca=119&ajax=t&processo=viewFile&ajaxPrevent=1698091209609&file=C2223AAC1D6B1BFBE6023746293B97BA800AD48E&sistema=WPO&classe=UploadMidia> . Acesso em: 24 out. 2025.

CARACTERÍSTICAS, CAMINHOS E POSSIBILIDADES QUE LEVAM O ENSINO DAS ESCOLAS INTEGRAIS DO MUNICÍPIO DE PARANAGUÁ ATÉ A PRAÇA

BATISTA FERREIRA PEREIRA, Sheila Regina¹

TONETTI, Emerson Luis²

ST 6 - Espaços públicos e cidades

INTRODUÇÃO

A urbanização acelerada e as mudanças no estilo de vida das sociedades contemporâneas têm gerado impactos significativos nos espaços públicos urbanos. As praças e parques, tradicionais elementos urbanos, há muito tempo desempenham um papel crucial como centros de convívio e interação social nas cidades. No entanto, à medida que as cidades crescem e se desenvolvem, as praças muitas vezes são negligenciadas ou subutilizadas, perdendo parte de sua vitalidade original.

Miguel Arroyo (2000) enfatiza a valorização das experiências de vida dos sujeitos pensar em uma educação que acolha em sua totalidade, considerando seus territórios, suas vivências e suas culturas. Os parques, nesse sentido, são espaços que desafiam a lógica disciplinar, neste espaço o tempo é outro, o corpo pode se expressar livremente, e o conhecimento emerge da experiência concreta.

É possível aprender sobre meio ambiente, história, cidadania e até sobre si mesmo, ao se perceber parte de algo maior. Assim, os parques se afirmam como espaços educativos legítimos, onde se aprende com o viver – como propõe Arroyo (2004) – em sua forma mais ampla e humana.

Nos últimos anos, o debate sobre o papel do território na formação de crianças e adolescentes norteou a elaboração de políticas públicas que compreendem a cidade como Território Educativo. Para a Associação Internacional de Cidades Educadoras, as cidades por si só já são educativas, porém tornam-se educadoras quando assumem a intenção consciente

¹ Doutoranda, Programa de Pós-Graduação em Educação, Universidade Tuiuti do Paraná, *campus* de Curitiba, sheilaasemedi@gmail.com.

² Doutor em Geografia, Programa de Pós-Graduação em Ciência, Tecnologia e Sociedade, Instituto Federal do Paraná, emersontonetti@ifpr.edu.br.

de aplicar algumas propostas, gerando a consequência em atitudes e convivências que acabam gerando valores, saberes e destrezas.

Anísio Teixeira acreditava que a educação deveria ser centrada no desenvolvimento global do indivíduo e não apenas na transmissão de conhecimentos. Em 1927, ele criou a Escola Parque, no Rio de Janeiro, que serviu como um modelo de escola na qual integrava atividades pedagógicas, culturais e esportivas (MEC, 2018).

Dessa maneira, o presente estudo buscou entender como este espaço tem potencial para contribuir com o desenvolvimento cultural e educacional da população, bem como para a promoção de um estilo de vida equilibrado e saudável.

METODOLOGIA

Nesta pesquisa foi realizada um conjunto de etapas que são baseadas em métodos etnográficos combinados com uma revisão da literatura, para explorar contextos culturais e sociais e obter *insights* mais profundos. Essa abordagem permite uma compreensão mais abrangente e específica do tema a ser pesquisado.

Segundo Gil (2019), é importante ressaltar que a pesquisa etnográfica não se destaca tão somente das técnicas de entrevista de observação, mas também da análise de documentos, de fotografias e filmagens. Nesse sentido, é comum que instrumentos de coleta de dados e de análise de dados dessa abordagem de pesquisa necessitem muitas vezes de modificações ou recriações para responder à realidade do trabalho de campo.

Ainda foram usadas práticas da teoria Ator-Rede desenvolvida por Bruno Latour, John Law entre outros pesquisadores – apresenta um olhar voltado para as práticas cotidianas envolvendo ciência, tecnologia e sociedade. Temos amarrações de humanos e não-humanos – que, por sua vez, são também mais amarrações-configurando, portanto, um emaranhado de redes que fragmentam qualquer solidez em micro conexões ou desconexões. Tal emaranhado nos possibilita pensar não mais em termos de unidade, mas a partir de um dinamismo processual e sempre constante de associações (Nobre; Pedro, 2020).

Tais conexões e dinâmicas resultantes da interação entre os elementos humanos e não humanos pode ser interpretada, assumindo o que diz Milton Santos (2008), como a paisagem, ou seja, o conjunto de formas que num dado momento exprime as heranças que representam as sucessivas relações localizadas entre homem e a natureza no espaço.

DISCUSSÕES E RESULTADOS

A evolução da ocupação urbana no município de Paranaguá, tem relação direta com o desenvolvimento e aumento das atividades portuárias devido aos ciclos econômicos do Estado do Paraná, que usam o Porto Dom Pedro II como local de escoamento de sua produção (Caneparo, 2000).

Nos últimos anos, observou-se um crescente interesse na interseção entre espaço público, qualidade de vida e práticas sociais. Em cidades de médio porte como Paranaguá, o uso e a valorização de espaços públicos desempenham um papel crucial na promoção do bem-estar urbano. As praças, enquanto espaço de lazer e cultura, emergem como um ponto focal para a análise de como ambientes urbanos podem influenciar positivamente a qualidade de vida e a integração social.

No levantamento realizado para estratificar as escolas municipais integrais e as praças apresentou a existência de espaços próximos às escolas, as regularidades em relação às distâncias, mobilidade do pedestre e relativa segurança nos caminhos entre as escolas e as praças, ou seja, são caminhos possíveis de serem planejados e percorridos com os educandos do Ensino Fundamental I.

CONSIDERAÇÕES FINAIS

Aponta que existe certa homogeneidade no conjunto das praças e certa diversidade individual, em relação a presença do mobiliário disponível para atender aos estudantes. Desta forma, pode-se afirmar que existe a potencialidade para a relação entre as escolas municipais da rede pública de ensino integral e as praças do seu entorno, no Município de Paranaguá no litoral do Estado do Paraná.

Contudo, é preciso investimento do poder público em expandir esta oferta, enfatizando a questão do respeito às normas de acessibilidade, para ampliar a democratização do uso desses espaços públicos.

Este estudo levou à compreensão de que existem inúmeras possibilidades de uso desses espaços, proporcionando o despertar nos educandos do sentimento de pertencimento nesses espaços e a necessidade de uma mudança no olhar docente das estruturas pedagógicas e culturais das praças.

Além disso, as praças possuem histórias, memórias e qualidades muito peculiares, cada quadro é único e oferece um amplo leque de possibilidades, também não significa que a proposta educativa deva ser totalmente direcionada. As pessoas podem ficar livres para interagirem com o local e seus elementos, mas esse processo precisa ser planejado.

REFERÊNCIAS

AICE. ASSOCIAÇÃO INTERNACIONAL DAS CIDADES EDUCADORAS. Barcelona, Espanha. Disponível em: <http://www.edcities.org>. Acesso em: 16 jul. 2024.

ARROYO, Miguel. **Imagens quebradas**: trajetórias e tempos de alunos e mestres. 4. ed. Petrópolis, RJ: Vozes, 2004.

BRASIL. Constituição da República Federativa do Brasil, de 5 de outubro de 1988. **Diário Oficial da União**, Senado Federal, Brasília, DF. Disponível em: http://www.planalto.gov.br/ccivil_03/constituicao/constituicao.htm. Acesso em: 16 jul. 2024.

CANEPARO, S. C. Análise da dinâmica espacial da ocupação antrópica em Paranaguá/PR (1952-1996), através do uso de Sistema de Informações Geográficas. **Raega - O Espaço Geográfico em Análise**, Curitiba, v. 4, p. 111-130, 2000.

FREIRE, Paulo. **Pedagogia do oprimido**. 17. ed. 23. reimpressão. Rio de Janeiro: Paz e Terra, 1987.

GADOTTI, Moacir. A escola na cidade que educa: sobre o conceito e a experiência das “Cidades educadoras”. In: GADOTTI, Moacir; PADILHA, Paulo Roberto; CABEZUDO, Alicia (orgs). **Princípios e experiências das cidades educadoras**. São Paulo: Editora Cortez/IPF, 2004.

IPEA. **ODS 4**: Garantir educação inclusiva, equitativa e de qualidade, e promover oportunidades de aprendizagem ao longo da vida para todos. 2023. Disponível em: <https://www.ipea.gov.br/ods/ods4.html>. Acesso em: 03 abr. 2024.

LATOUR, B. **Ciência em ação**: como seguir cientistas e engenheiros sociedade afora. São Paulo: Editora UNESP, 2000.

NOBRE, Júlio Cesar de Almeida; PEDRO, Rosa Maria Leite Ribeiro. Reflexões sobre possibilidades metodológicas da Teoria Ator-Rede. **Cadernos UniFOA**, edição n. 14, 2020.

NUCCI, J. C. **Qualidade ambiental e adensamento urbano**: um estudo de ecologia e planejamento da paisagem aplicado ao distrito de Santa Cecília (MSP). 2. ed. Curitiba: Edição do autor, 2008. 142 p. Disponível em: <https://tgpusp.files.wordpress.com/2018/05/qualidade-ambiental-e-adensamento-urbano-nucci-2008.pdf>. Acesso em: 03 abr. 2024.

SANTOS, Milton. **Por uma outra globalização**: do pensamento único à consciência universal. 18. ed. Rio de Janeiro: Record, 2008.

SZEREMETA, B. E.; ZANINI, P. H. T. A importância dos parques urbanos e áreas verdes na promoção da qualidade de vida em cidades. **Revista Ra'eGA**, v. 29, p. 177-193, 2013.

TONETTI, Emerson Luis; NUCCI, João Carlos; VALASKI, Simoine. Espaços livres na área urbana de Paranaguá, Paraná, Brasil. **REVSBAU**, Piracicaba, v. 7, n. 2, p. 37-50, 2012.

ENSINAR AS PEQUENAS CIDADES: PERCEPÇÕES E DESAFIOS DOS PROFESSORES DE GEOGRAFIA

SALMERON, Lucas da Silva¹

ENDLICH, Angela Maria²

ST 6 - Espaços públicos e cidades

INTRODUÇÃO

O urbano brasileiro é caracterizado por sua heterogeneidade e complexidade, expressando uma diversidade de formas, funções e significados que exigem uma atenção específica dos pesquisadores que se debruçam frente aos estudos urbanos. Cada realidade urbana, portanto, apresenta singularidades que merecem ser investigadas e debatidas.

Defendemos que o estudo das pequenas cidades, objeto central dessa discussão, não deve ser dissociado da rede urbana, pois compreender suas dinâmicas requer reconhecer as múltiplas interações que se estabelecem entre si e com outros centros urbanos. Contudo, observa-se que o espaço ocupado pelas pequenas cidades ainda é relativamente restrito, tanto no meio acadêmico quanto no contexto educacional. As discussões e os materiais didáticos tendem a privilegiar as metrópoles, especialmente São Paulo e Rio de Janeiro, como principais exemplos da urbanização brasileira (Moreira Júnior, 2016; Fresca, 2001).

É certo, pois, que os livros didáticos não conseguem contemplar a totalidade dos 5.569 municípios do país, mas a ausência de representações das pequenas cidades nas aulas de Geografia contribui para sua invisibilidade. Incluir as pequenas cidades no processo de ensino-aprendizagem é fundamental para ampliar a compreensão sobre a diversidade urbana nacional, bem como permitir que estudantes reconheçam suas vivências cotidianas nos conteúdos escolares.

É necessário, portanto, que essa discussão ultrapasse o campo acadêmico e alcance o ambiente escolar, promovendo o reconhecimento e a valorização dessas realidades no ensino de Geografia. Logo, ao pensar a respeito da inserção das pequenas cidades no ensino,

¹ Doutor em Geografia (UEM), docente do Colegiado de Geografia na Universidade Estadual do Paraná (Unespar), *campus* de Campo Mourão, lucas.salmeron@unespar.edu.br.

² Doutora Geografia (Unesp), docente do Departamento de Geografia da Universidade Estadual de Maringá (UEM), amendlich@gmail.com.

algumas questões podem ser estabelecidas: os professores incorporam o espaço vivido pelos alunos em suas aulas de Geografia, especialmente aqueles que habitam nas pequenas cidades? De que maneira esse trabalho é desenvolvido no contexto escolar? Quais desafios e limitações se apresentam nas práticas docentes ao tratar da realidade desses municípios? Partindo dessas problemáticas, este trabalho busca apresentar como professores da Educação Básica abordam a temática das pequenas cidades em suas aulas de Geografia.

METODOLOGIA

A pesquisa desenvolvida é de cunho qualitativo, voltada à compreensão das percepções e práticas de professores de Geografia acerca da inserção das pequenas cidades no processo de ensino-aprendizagem. Essa opção metodológica se justifica pela necessidade de compreender a realidade educacional a partir da perspectiva dos sujeitos envolvidos, valorizando suas experiências, interpretações e significados atribuídos à prática docente.

O trabalho foi fundamentado em duas etapas principais: a pesquisa bibliográfica e a pesquisa de campo. A pesquisa bibliográfica teve como objetivo reunir e discutir contribuições teóricas sobre o ensino de Geografia, a temática das pequenas cidades e a importância do espaço vivido na formação escolar. Já a etapa empírica se concretizou por meio da realização de entrevistas semiestruturadas com quatro professores da rede estadual de ensino do estado do Paraná, atuantes nos municípios de Peabiru e Mamborê, pertencentes à Região Geográfica Imediata de Campo Mourão.

As entrevistas foram registradas, transcritas e posteriormente submetidas a um processo de análise qualitativa de conteúdo, conforme a proposta de Bardin (2011) da Análise de Conteúdo, permitindo identificar categorias emergentes relacionadas às percepções, dificuldades e possibilidades apontadas pelos professores. Assim, a metodologia adotada buscou não apenas descrever as práticas docentes, mas compreender os significados que os professores atribuem à abordagem das pequenas cidades em suas aulas.

DISCUSSÕES E RESULTADOS

Nesta subseção são apresentadas as percepções dos professores de Geografia atuantes nos colégios dos municípios de Peabiru e Mamborê (PR), com o objetivo de compreender suas concepções sobre as pequenas cidades e como ocorre o ensino da Geografia nesses

contextos. As identidades foram preservadas, sendo adotadas as denominações P1, P2, P3 e P4.

As entrevistas buscaram investigar em que medida os docentes incorporam o espaço vivido pelos alunos em suas aulas, de que forma essa abordagem é realizada e quais os principais obstáculos enfrentados. Serão apresentados os resultados dessas entrevistas de forma sintetizada, destacando alguns dos principais pontos destas.

A P1, professora do município de Peabiru, afirmou trabalhar o espaço local de modo superficial, destacando o uso de recursos como dados do IBGE e o *Google Earth* para aproximar os conteúdos da realidade dos alunos. Nas palavras da docente:

P1: Eu trabalho muito com o IBGE, com os dados do IBGE, pra conseguir fazer com que eles entendam, e com o *Google Earth*, que a gente trabalha configuração, como que é né, mais esses aspectos assim né, mas aprofundar a gente não... não dá pra aprofundar sabe, é bem superficial. [...] Eles gostam bastante. Mas não é sempre que dá pra trazer né. Aí muitas vezes eles não sabem ainda mexer, aí até você conseguir é muito tempo sabe? A gente tem uma cobrança muito grande de conteúdo agora nesse governo, daí se a gente pega uma aula para trabalhar um pouquinho, [...] a gente daí é cobrado pelo o que faltou.

Como destaca a P1, há limitações de tempo e a pressão por cumprimento de conteúdos impostos pelo currículo estadual, fatores que reduzem a possibilidade de aprofundamento das temáticas locais. O P2, também de Peabiru, enfatizou a importância de relacionar os conteúdos à realidade local, buscando integrar a dimensão física e humana do espaço geográfico.

A P3, do município de Mamborê, por sua vez, relatou que procura tornar os conteúdos mais atrativos utilizando exemplos próximos dos alunos, como dados populacionais e fatores socioeconômicos do município. Entretanto, observa que os materiais didáticos tendem a privilegiar as grandes metrópoles, sobretudo São Paulo e Rio de Janeiro, o que distancia o conteúdo da realidade dos estudantes. Segundo as palavras da docente, “eles [os alunos] ficam intrigados quando a gente está trabalhando e começam a entrar na localidade, não numa coisa tão distante deles”.

A P4, docente de Mamborê, relatou situação semelhante, apontando que o estudo do local ocorre apenas de forma pontual. Em um dos exemplos citados, ao abordar o tema da

urbanização, a professora convidou um ex-professor do município para tratar da história local, já que os livros didáticos não contemplavam esse conteúdo. A professora destacou também a rigidez do sistema educacional estadual, que define previamente o planejamento das aulas por meio do Registro de Classe Online (RCO). Qualquer alteração de conteúdo exige trâmites burocráticos, dificultando a autonomia docente e a adaptação das aulas às especificidades locais.

Quando questionados sobre o livro didático, os quatro professores afirmaram que o material aborda a realidade local de forma incipiente. Segundo a P1, apenas algumas atividades esparsas mencionam o local de moradia dos alunos, enquanto a P4 cita o tópico “Mão na massa”, presente nos materiais da Secretaria de Educação do Paraná, que propõe exercícios simples sobre o município. Assim, qualquer aprofundamento sobre o espaço local depende da iniciativa do próprio professor.

Essa necessidade, porém, é dificultada pela elevada carga horária, pela pressão curricular e pela falta de tempo para o planejamento que os professores enfrentam atualmente nas salas de aula. O P2 reforça que, por ser um material de alcance nacional, o livro didático não contempla especificidades regionais, cabendo ao professor contextualizar o conteúdo. Como corrobora Almeida (2013, p. 82), “[...] sobre o professor recai a responsabilidade de resgatar aquilo que o aluno sabe e conhece a fim de dialogar com esse conteúdo científico, pois é nesse processo que o conhecimento avança”.

Entre as principais dificuldades relatadas, a P1 destacou a escassez de estudos e materiais científicos sobre pequenas cidades que possam ser utilizados em sala de aula, indicando a necessidade de maior aproximação entre a produção acadêmica e a educação básica. O P2 acrescentou problemas estruturais, como a falta de recursos para atividades fora da escola e a sobrecarga de conteúdos no currículo, o que reduz o tempo disponível para o aprofundamento dos temas. As professoras P3 e P4 reforçaram a carência de materiais sobre as realidades locais, afirmando que é preciso recorrer a teses e dissertações acadêmicas, em alguns casos, para encontrar informações sobre os municípios.

De modo geral, as entrevistas revelam que o ensino das pequenas cidades ainda é um desafio nas escolas públicas paranaenses. A ausência de materiais didáticos específicos, a sobrecarga de conteúdos e a rigidez curricular limitam as possibilidades de inserção da realidade local nas aulas de Geografia. Apesar disso, os docentes demonstram interesse

e empenho em promover práticas que valorizem o estudo do espaço geográfico dos alunos, ainda que de forma pontual.

CONSIDERAÇÕES FINAIS

A partir das constatações e debates aqui propostos, defende-se que o estudo das pequenas cidades desempenha um papel de grande relevância na formação dos estudantes e na construção de uma consciência espacial e cidadã. Se faz importante superar o ensino da realidade urbana do país com o foco exclusivo nas grandes metrópoles, e passar, portanto, a integrar outros espaços, tais como o das pequenas cidades, nas discussões geográficas nas salas de aula.

Não obstante, ressalta-se que o estudo das pequenas cidades não deve se destinar apenas aos alunos que vivem nessas localidades, mas que todos os alunos possam compreender a complexidade da rede urbana e suas diversas formas de organização do espaço. A constatação, a partir das falas dos docentes, de que as pequenas cidades são pouco contempladas nos materiais didáticos e nos currículos oficiais, evidencia, portanto, a necessidade de uma reflexão mais aprofundada sobre a representatividade das diferentes escalas de análise no ensino de Geografia.

Torna-se evidente, assim, a necessidade de maior diálogo entre a escola e a universidade, de modo que o conhecimento produzido nas pesquisas sobre pequenas cidades possa se refletir em práticas pedagógicas que contemplem a diversidade e as especificidades do urbano brasileiro.

REFERÊNCIAS

ALMEIDA, Renata Maria. **Imagens do livro didático de Geografia: representações do espaço geográfico**. 2013. 168 f. Dissertação (Mestrado em Geografia) - Universidade Estadual do Oeste do Paraná, Francisco Beltrão, 2013.

BARDIN, Laurence. **Análise de conteúdo**. São Paulo: Edições 70, 2011, 229 p.

FRESCA, Tânia Maria. Em defesa dos estudos das cidades pequenas no ensino de Geografia. **Geografia**, Londrina, v. 10, n. 1, p. 27-34, jan./jun. 2001.

MOREIRA JUNIOR, Orlando. As cidades pequenas como componente curricular para a geografia escolar. **Revista Formação (Online)**, Presidente Prudente, vol. 2, n. 23, p. 20-37, 2016.

EVOLUÇÃO DAS TAXAS DE NATALIDADE E MORTALIDADE NA MICRORREGIÃO DE CAMPO MOURÃO: UMA ANÁLISE COMPARATIVA DE 2010 E 2022

PENAROTTI, Ronaldo de Miranda¹

LOMBARDI, Denise Ramiro²

ST 6 - Espaços públicos e cidades

INTRODUÇÃO

Este estudo tem como objetivo analisar as variações nas taxas de natalidade e mortalidade infantil geral na microrregião de Campo Mourão entre 2010 e 2022, com base em dados quantitativos. Os resultados indicam uma redução na natalidade, uma estagnação na taxa de mortalidade infantil e diferenças no contingente de população absoluta na área de estudo. A metodologia baseia-se na coleta de dados da plataforma Instituto Paranaense de Desenvolvimento Econômico e Social (IPARDES), comparando valores regionais mínimos e máximos, cálculo de média, variação percentual e desvio padrão. Para tanto, foram elaborados quadros comparativos com os dados obtidos. Conclui-se que a microrregião de Campo Mourão segue a tendência nacional de redução de natalidade e aumento do envelhecimento populacional. A coleta e análise sistemática de dados sobre natalidade, mortalidade e estrutura etária permitem identificar tendências, avaliar o impacto das intervenções e direcionar recursos de forma mais eficiente.

METODOLOGIA

Para a análise demográfica da região imediata de Campo Mourão, foram coletados dados secundários junto ao Instituto Paranaense de Desenvolvimento Econômico e Social (IPARDES), abrangendo o período de 2010 a 2022. O estudo focou nas seguintes taxas: Taxa de Natalidade: número de nascidos vivos por mil habitantes. Taxa de Mortalidade Infantil: óbitos de menores de um ano por mil nascidos vivos. Taxa de Mortalidade Geral: óbitos totais

¹ Mestrando, Programa de Pós-Graduação Interdisciplinar Sociedade e Desenvolvimento (PPGSeD), Universidade Estadual do Paraná (Unespar), *campus* de Campo Mourão, penarottironaldo@gmail.com.

² Mestranda, Programa de Pós-Graduação Interdisciplinar Sociedade e Desenvolvimento (PPGSeD), Universidade Estadual do Paraná (Unespar), *campus* de Campo Mourão, psdeniseramiro@gmail.com.

por mil habitantes. A análise estatística incluiu o cálculo do percentual de variação, média e desvio padrão para as taxas de natalidade, mortalidade infantil e geral, entre os anos de 2010 e 2022. Para o estudo do caso da microrregião de Campo Mourão, foram realizadas comparações entre os municípios da região a fim de identificar disparidades demográficas.

A taxa de variação indica o percentual de aumento ou diminuição de um indicador entre dois períodos. Um valor maior que 1 indica crescimento, menor que zero indica queda, é igual a zero indica estagnação. A média é uma medida de tendência central que representa o valor típico de um conjunto de números. Já o desvio padrão, mede a dispersão dos dados em relação à média. Um desvio padrão elevado indica grandes desproporções entre os dados analisados, sugerindo disparidades significativas entre os municípios da região. Para compor esta análise, buscou-se comparar as taxas de natalidade, mortalidade infantil e mortalidade geral dos 25 municípios que compõem a região imediata de Campo Mourão, a fim de identificar possíveis diferenças regionais acerca da natalidade e mortalidade.

DISCUSSÕES E RESULTADOS

A transição demográfica, proposta por Chaimowicz, (2022), descreve quatro fases: 1. pré-transição: alta natalidade e mortalidade (crescimento lento); 2. explosão demográfica: queda da mortalidade, mantendo-se alta natalidade; 3. desaceleração: redução da natalidade e mortalidade; 4. estabilização: baixas taxas de natalidade e mortalidade. No Brasil, essa transição ocorreu de forma acelerada, em consonância com o processo de urbanização, implicando na redução da fecundidade e aumento da expectativa de vida (Araújo, 2022). Contudo, conforme Santos (2005) argumenta que a urbanização é capaz de reproduzir desigualdades espaciais onde as cidades-polo, como Campo Mourão, concentram serviços de saúde e educação, enquanto municípios periféricos enfrentam carências estruturais.

Analisando os dados relativos às taxas de natalidade entre os anos de 2010 e 2022 identificou-se que a maior parte dos 25 municípios apresentaram reduções neste indicador, enquanto apenas Araruna - 6,1%, Barbosa Ferraz - 2,8%, Fênix - 15, 9%, Janiópolis - 6,3%, Nova Cantu - 11,6% e Roncador 19,8% obtiveram aumento positivo de natalidade. Mesmo com algumas localidades apresentando aumento de natalidade, de modo geral, a região seguiu uma tendência contrária, fato nítido ao observar a variação máxima e mínima e o desvio padrão da natalidade no período de estudo. O quadro abaixo expressa os valores máximos,

mínimos e a variação em pontos percentuais na taxa de natalidade para a microrregião de Campo Mourão:

Variação da taxa de natalidade entre 2010 e 2022			
	Taxa de natalidade - 2010	Taxa de natalidade - 2020	Variação %
Valor mínimo	10,07	8,79	-14,6
Valor máximo	16,27	14,73	-10,5

Fonte: Elaborado pelos autores conforme dados do IPARDES, 2022.

A média faz referência a um valor central dentro de um conjunto de dados, obtido através da soma dos elementos dividido pela quantidade de elementos do conjunto. Alguns cuidados devem ser tomados ao interpretar os resultados, pois neste caso, algumas localidades podem indicar tendências a dispersão em relação ao valor central, o que pode ser mostrado ao calcular o desvio padrão. Quanto mais distante de 0, na reta numérica positiva, pode indicar que algum local apresentou valor muito acima da média e quando negativo, indica fuga do valor central muito abaixo da média. No quadro a seguir pode-se conferir a média e desvio padrão da taxa de natalidade para os anos de 2010 e 2022.

Taxa de natalidade média e desvio padrão		
	2010	2022
Média	12,70	11,42
Desvio Padrão	1,60	1,62

Fonte: Elaborado pelos autores conforme dados do IPARDES, 2022.

Os resultados mostram que a região, assim como o “Brasil se encontra na terceira fase da transição demográfica, com a ocorrência do bônus demográfico, ou seja, com a maior parte da população em idade ativa” (Silva, 2025). Dado que confirma o mencionado por Chaimowicz (2022), a terceira fase: “desaceleração: redução da natalidade e mortalidade”. O desvio segue também indicando que todos os municípios possuem a mesma tendência, não havendo grandes diferenças regionais acerca da quantidade de nascimentos médios para a área de estudo.

As taxas de natalidade, mortalidade infantil e mortalidade geral podem nos fornecer informações importantes ao comparar períodos diferentes. Elas podem ser

indicativos usados para medir a dinâmica ou evolução populacional, econômica e social. Através delas podemos analisar o crescimento vegetativo ao comparar períodos diferentes, além de servir para apoiar decisões de políticas públicas ou investimentos. O quadro a seguir demonstra os valores máximos e mínimos e o desvio padrão obtidos para a mortalidade infantil e geral.

Variação da taxa de mortalidade geral e infantil				
Mortalidade infantil ‰			Mortalidade geral ‰	
	2010	2022	2010	2022
Valor Mínimo	0	0	5,1	7,9
Valor Máximo	41	59	9,6	18,1
Desvio Padrão	10	15	0,7	2,2

Fonte: Elaborado pelos autores conforme dados do IPARDES, 2022.

As taxas de mortalidade são calculadas para grupos de 1000 habitantes, em localidades com baixa população absoluta, mesmo com poucas mortes podem indicar valores extrapolando a média. Ao analisar os valores máximos e mínimos para a mortalidade infantil entre os anos de 2010 e 2022 apresentou variações, assim como o desvio padrão, indicando que algum município apresentou grande dispersão em relação ao valor médio.

O município que apresentou valores divergentes em relação aos demais foi Engenheiro Beltrão, devido a sua baixa população absoluta, mesmo com registro de poucas mortes de recém-nascidos ao estimar a mortalidade por grupos de iguais, poucas mortes representam grandes percentuais. Quanto a mortalidade geral, embora em números absolutos, representa um contingente maior em relação a mortalidade infantil, houve menores disparidades entre o valor médio de 2012 de 7.4% e 2022 de 10.2% enquanto a mortalidade infantil sofreu variação de 9% em 2010 para 24% em 2020, devido à desproporcionalidade apresentada por Engenheiro Beltrão.

CONSIDERAÇÕES FINAIS

A coleta e análise sistemática de dados sobre natalidade, mortalidade, migração, estrutura etária e outros indicadores permitem identificar tendências, avaliar o impacto das intervenções e direcionar recursos de forma mais eficiente. Esse monitoramento deve ser

granular, permitindo a identificação das especificidades de cada município da COMAM, a fim de desenvolver ações mais focalizadas e equitativas.

Em suma, o estudo aponta que a região imediata de Campo Mourão vivencia uma fase de transição demográfica estável, sendo caracterizada pela queda na natalidade e algumas variações nas taxas de mortalidade. As diferenças populacionais e também econômicas entre municípios, contudo, reforçam a necessidade de ações públicas integradas que promovam equidade regional e planejamento demográfico responsável.

Essas diferenças revelam que o avanço demográfico não ocorre de forma homogênea e que o envelhecimento populacional pode se tornar um novo desafio, exigindo políticas preventivas e intersetoriais. Considera-se, portanto, que a necessidade de leitura dos dados demográficos deve ir além da dimensão estatística, incorporando interpretações sociais e territoriais que permitam compreender os processos de desigualdade e orientar estratégias de desenvolvimento regional sustentável.

REFERÊNCIAS

ARAÚJO, Cristiane Alessandra Domingos de. **A fecundidade nas macrorregiões do Brasil no cenário da pandemia de Covid-19 e da crise econômica**. 2021. 99 f. Trabalho de Conclusão de Curso (Graduação em Ciências Atuariais) - Departamento de Demografia e Ciências Atuariais, Universidade Federal do Rio Grande do Norte, Natal, 2021. Disponível em: <https://repositorio.ufrn.br/handle/123456789/38035>. Acesso em: 10 jun. 2025.

CHAIMOWICZ, Flávio; CHAIMOWICZ, Gabriel de Faria. Envelhecimento populacional no Brasil. **PISTA: Revista Política, Sociedade, Tradução e Arte**, Belo Horizonte, v. 4, n. 2, p. 06-26, 2022. Disponível em: <https://periodicos.pucminas.br/pista/issue/view/1377>. Acesso em: 10 jun. 2025.

INSTITUTO PARANAENSE DE DESENVOLVIMENTO ECONÔMICO E SOCIAL (IPARDES). **Base de Dados do Estado do Paraná**. Curitiba: IPARDES, 2022. Disponível em: <https://www.ipardes.pr.gov.br/>. Acesso em: 28 out. 2025.

SANTOS, Milton. **A urbanização brasileira**. 5. ed. São Paulo: EdUSP, 2005.

SILVA, Jose Alderir da; SILVA, William Gledson e; GOMES, Thiago Geovane Pereira. Transição demográfica e janela de oportunidade no Brasil. **Princípios**, [S. l.], v. 44, n. 172, p. 297-317, 2025. Disponível em: <https://doi.org/10.14295/principios.2675-6609.2025.172.014>. Acesso em: 19 jun. 2025.

MAPEAMENTO DAS POLÍTICAS PÚBLICAS DIRECIONADAS AOS OBJETIVOS DE DESENVOLVIMENTO SUSTENTÁVEL (ODS) EM IRETAMA - PR

PENAROTTI, Ronaldo de Miranda¹

ST 6 - Espaços públicos e cidades

INTRODUÇÃO

Após as Revoluções Industriais, impera uma rápida e crescente evolução do sistema Capitalista, reforçando cada vez mais a dualidade entre natural e artificial, criando um modelo de desenvolvimento baseado na crescente extração dos recursos naturais e uma constante produção e reprodução do Espaço Geográfico. Contudo, impactos ambientais tornaram-se cada vez mais evidentes sendo evidenciados pelos primeiros movimentos ambientalistas.

No início do século XX, as causas exigiram respostas em escala internacional. Sendo realizada a Conferência de Estocolmo (1972), pioneira na discussão sobre o meio ambiente. Diante deste evento, outras conferências mundiais como a ECO-92, a Rio+20 e a Conferência de Paris são realizadas, a fim de propor novas metas de desenvolvimento baseadas na sustentabilidade, sendo proposto pela Organização das Nações Unidas em 205 17 objetivos de desenvolvimento sustentável (ODS), sendo estes: erradicação da pobreza, fome zero e agricultura sustentável, saúde e bem-estar, educação de qualidade, igualdade de gênero, água potável e saneamento básico, energia limpa e acessível, trabalho decente e crescimento econômico, indústria, inovação e infraestrutura, redução das desigualdades sociais, cidades e comunidades sustentáveis, consumo e produção sustentável, ação contra a mudança global do clima, vida na água, vida terrestre, paz, justiça e instituições eficazes e parcerias e meios de implementação.

Nesse sentido, o Brasil encarrega-se de elaborar políticas públicas relacionadas à proposta da ONU, das quais os estados e municípios também devem adotar políticas públicas para a promoção do desenvolvimento sustentável a nível municipal alinhados à agenda 2030 e os 17 ODS. No que tange às pequenas são encontradas algumas barreiras como problemas financeiros e organizacionais para formular e aplicar tais ações. Portanto esta pesquisa tem

¹ Mestrando, Programa de Pós-Graduação Interdisciplinar Sociedade e Desenvolvimento (PPGSeD), Universidade Estadual do Paraná (Unespar), *campus* de Campo Mourão, penarottironaldo@gmail.com.

como objetivo central analisar o conceito de desenvolvimento e as políticas públicas municipais voltadas ao cumprimento das metas propostas pelos ODS no município de Iretama - PR, assim como também caracterizar o desenvolvimento sob as dimensões econômica, social e ambiental, mapear as políticas públicas relacionadas aos ODS em âmbito federal, estadual e municipal e, posteriormente, avaliar quais objetivos estão próximos ou distantes de serem alcançados conforme indicam os dados da plataforma IDSC-BR. Essa análise torna-se crucial, visto que os pequenos centros urbanos enfrentam desafios como produção de dados atualizados, gestão eficiente dos recursos naturais, promoção da qualidade de vida dos seus habitantes e dependência de recursos financeiros. Como apontam os estudos de Hooghe & Marks (2003).

O referencial teórico-metodológico adotado será a interdisciplinaridade, integrando Geografia, Administração e Economia, com caráter qualitativo realizado através da análise documental. A metodologia será dividida em três etapas: revisão bibliográfica sobre desenvolvimento e ODS, mapeamento de políticas públicas e análise dos indicadores do IDSC-BR. Utilizar-se-ão fontes primárias e secundárias para compor a análise documental. Os resultados esperados incluem identificar as políticas públicas existentes em Iretama, sua eficácia no alcance dos ODS e impacto na produção do espaço geográfico local e contribuições para o debate sobre sustentabilidade em pequenos municípios. A pesquisa visa ainda fortalecer a articulação entre as esferas de governo e as metas globais de desenvolvimento sustentável.

METODOLOGIA

A pesquisa adotará uma análise interdisciplinar, de natureza qualitativa, tendo como base a análise documental, articulando conhecimentos das áreas de Geografia, Administração e Economia para compreender o impacto das políticas públicas voltadas aos Objetivos de Desenvolvimento Sustentável (ODS) no município de Iretama-PR. O caráter exploratório “proporciona maior familiaridade com o problema, com vistas a torná-lo mais explícito”, enquanto o descritivo “tem como objetivo primordial a descrição das características de determinada população ou fenômeno” (Marconi e Lakatos, 2003. p 71). Assim, a presente investigação busca não apenas descrever e mapear políticas públicas, mas também interpretar seus efeitos no contexto social, econômico e ambiental local.

O mapeamento das políticas públicas será desenvolvido por meio da análise documental, tendo como fonte a “coleta de dados [...] restrita a documentos, escritos [...], constituindo o que se denomina de fontes primárias” (Marconi e Lakatos, 2003, p. 174). Quando não disponíveis em sites e documentos da prefeitura municipal de Iretama - PR, ocorrerão também consultas em fontes secundárias através de acessos a sites e plataformas oficiais do governo federal e estadual.

A metodologia será dividida em três etapas: 1ª) análise da evolução do conceito de desenvolvimento e como originou a formulação dos objetivos de desenvolvimento sustentável e a importância da formulação de políticas públicas para atingir tais metas e objetivos; 2ª) mapeamento das políticas públicas federal, estadual e do município de Iretama-PR, voltadas às metas e objetivos de desenvolvimento sustentável; 3ª) Análise das políticas públicas do município de Iretama-PR elaboradas em consonância com os ODS, identificando os setores de maiores evoluções e os setores que apresentam maiores dificuldades.

Para avaliar os setores de maior e menor evolução, serão tomados como base os dados disponíveis na plataforma IDSC - BR, uma vez que esta ferramenta é capaz de oferecer informações confiáveis e concisas, pois adota uma metodologia científica com dados, informações atualizadas e um conjunto de indicadores adaptado para a realidade das cidades brasileiras. Esta avaliação tem a vantagem de aproveitar dados locais, produzidos no país, que normalmente não podem ser utilizados em avaliações internacionais. Neste sentido, os objetivos são avaliados de 0 a 100, sendo representados em cores: verde, significa que está próximo de 100, o valor ideal, amarelo, representando um desafio intermediário, vermelho, distante do ideal; e cinza quando não há informações para avaliar o indicador ou objetivo.

Após realizar o mapeamento das políticas públicas e identificar os objetivos mais próximos e distantes de serem alcançados, serão verificadas quais foram as ações que o poder público tem realizado, impactando na qualidade de vida dos cidadãos e na evolução do indicador de sustentabilidade do local de estudo.

DISCUSSÕES E RESULTADOS

Ao analisar o ranqueamento do índice de sustentabilidade disponível na plataforma IDSC-BR, a área de estudo apresentou uma pontuação de 46,96 - dos 100 pontos validados pela plataforma, apresentando-se na 2666ª posição de um total de 5570 municípios no Brasil.

Estes dados levam-nos a refletir previamente sobre quais são as políticas públicas existentes e se estão direcionadas para atender os Objetivos de Desenvolvimento Sustentável, evidenciando desta maneira quais estão mais próximos e mais distantes de serem alcançados.

CONSIDERAÇÕES FINAIS

A produção e levantamento de informações científicas, tanto de cunho quantitativo como qualitativo é mais abrangente quando se trata de grandes centros urbanos, no que tange às pequenas cidades a produção e levantamento científico torna-se menos abrangente e escassa, portanto, considera-se de extrema importância a produção científica relacionada às políticas públicas e ODS no município de Iretama-PR, o que pode servir ao poder público para avaliar implementações e propostas de políticas desenvolvimentista que atenda de forma significativa os objetivos postulados pela Organização das Nações Unidas ao propor os 17 ODS e que isso impacte também positivamente na qualidade de vida dos cidadãos iretamenses.

REFERÊNCIAS

MARCONI, M. A.; LAKATOS, E. M. **Fundamentos de metodologia científica**. 5. ed. São Paulo: Atlas, 2003.

HOOGHE, L.; MARKS, G. Unraveling the central state, but how? Types of multi-level governance. **American Political Science Review**, v. 97, n. 2, p. 233-243, 2003.

ORGANIZAÇÃO DAS NAÇÕES UNIDAS (ONU). **Agenda 2030 para o Desenvolvimento Sustentável**. Nova York: ONU, 2015. Disponível em: <https://brasil.un.org/pt-br/sdgs>. Acesso em: 31 out. 2025.

INSTITUTO CIDADES SUSTENTÁVEIS. **Índice de Desenvolvimento Sustentável das Cidades - Brasil (IDSC-BR)**. São Paulo: Instituto Cidades Sustentáveis, 2023. Disponível em: <https://idsc.cidadessustentaveis.org.br/>. Acesso em: 31 out. 2025.

MOVIMENTOS INSURGENTES E O DIREITO À MORADIA: FORMAS DE ACESSO, AUTOGESTÃO E RESISTÊNCIA NA PRODUÇÃO SOCIAL DO ESPAÇO URBANO

FRANCISCON, Anderson¹

ST 6 - Espaços públicos e cidades

INTRODUÇÃO

O direito à moradia é representativo ao direito à cidade e constitui um dos principais desafios das políticas públicas brasileiras contemporâneas. As transformações urbanas das últimas décadas consolidaram um modelo de cidade marcado pela desigualdade socioespacial, pela mercantilização do solo urbano e pela negação sistemática de direitos à população de baixa renda. Frente a esse cenário, emergem os movimentos sociais de moradia, que se afirmam como grupos insurgentes na luta pelo reconhecimento da habitação como direito, explica Holston (2013).

A partir da redemocratização e da Constituição de 1988, o direito à cidade foi incorporado ao ordenamento jurídico brasileiro, e consolidada pelo Estatuto da Cidade (Lei nº 10.257/2001). Entretanto, a efetividade dessas garantias depende da ação política e social organizada, que desafia as estruturas excludentes do espaço urbano. Nesse contexto, os movimentos insurgentes se tornam protagonistas de uma nova forma de fazer cidade, com base na autogestão, na participação e na solidariedade, em contraponto à produção privada e à especulação imobiliária (Maricato, 2011; Comarú; Barbosa, 2019).

Este trabalho tem por objetivo analisar as formas de acesso e gestão dos movimentos sociais de moradia no Brasil, enfatizando o papel da autogestão e das ocupações urbanas como estratégias de resistência e de produção social do espaço. Trata-se de uma abordagem interdisciplinar, que integra fundamentos da arquitetura, urbanismo, sociologia, administração pública e ciência política, compreendendo o morar como prática social e política.

METODOLOGIA

¹ Servidor na Prefeitura Municipal de Campo Mourão-PR, Doutorando, Programa de Pós-Graduação em Arquitetura e Urbanismo (PPU), Universidade Estadual de Maringá (UEM), Bolsista CAPES, a.franciscon@hotmail.com.

A pesquisa adota uma abordagem qualitativa e interdisciplinar, fundamentada em revisão bibliográfica e análise documental de políticas habitacionais e experiências de movimentos sociais de moradia. O estudo integra saberes da arquitetura e urbanismo, sociologia e gestão pública, buscando compreender como práticas autogestionárias e formas de resistência popular contribuem para a democratização da cidade.

DISCUSSÕES E RESULTADOS

Os movimentos insurgentes de moradia representam formas de resistência coletiva diante da exclusão urbana e da negação do direito à cidade. São “insurgentes” porque desafiam a ordem estabelecida e evidenciam que há um problema estrutural a ser enfrentado, sendo um deles, a desigualdade no acesso à moradia e à terra urbana (Holston, 2013; Maricato, 2017). Assim, essas organizações populares atuam por meio de ocupações, mutirões e programas autogeridos, propondo alternativas à lógica mercantil e centralizadora das políticas públicas.

A análise das políticas habitacionais brasileiras revela que, embora o país tenha avançado institucionalmente desde a criação do Banco Nacional da Habitação (BNH) nos anos 1960, as ações públicas continuaram a reproduzir desigualdades, conforme explica Bonduki (2014). A fragmentação institucional e a prevalência da lógica mercantil resultaram na exclusão de grande parte da população urbana do acesso à moradia formal.

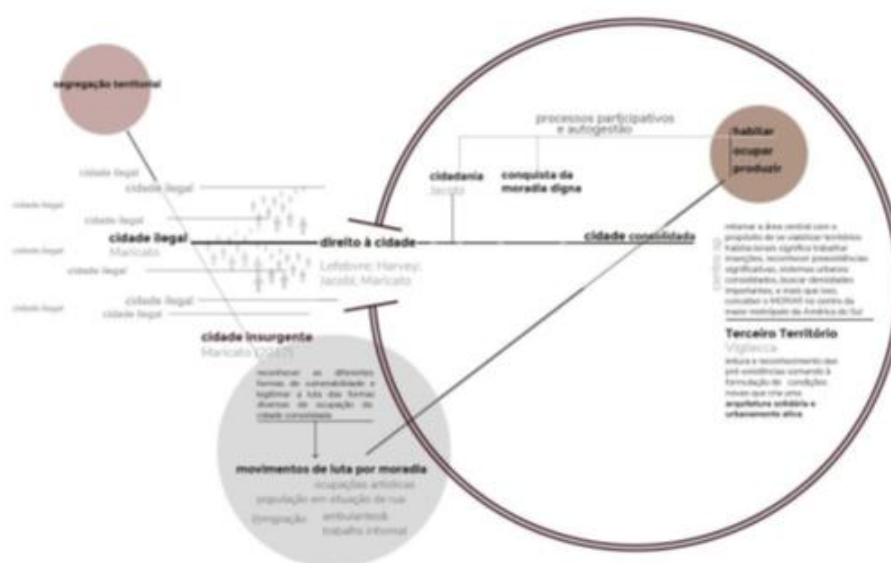
Os movimentos sociais de moradia surgem, nesse contexto, como resposta insurgente à segregação territorial e à omissão do Estado. Desde as primeiras ocupações urbanas nos anos 1970 até a consolidação de entidades como o Movimento Nacional de Luta por Moradia (MNLN), a União Nacional por Moradia Popular (UNMP) e o Movimento dos Trabalhadores Sem Teto (MTST), essas organizações construíram novas formas de gestão e apropriação do espaço urbano. Entre as principais formas de acesso à moradia promovidas pelos movimentos destacam-se (quadro 01):

Forma de acesso	Descrição
Ocupações urbanas	Reivindicam o uso social de imóveis ociosos, baseadas na função social da propriedade prevista Constituição Federal de 1988
Programas públicos autogeridos	Crédito Solidário e o Minha Casa Minha Vida Entidades, nos quais as cooperativas populares atuam diretamente na gestão dos empreendimentos (Ferreira, 2012)
Mutirões autogestionários	Resgatam a dimensão coletiva do trabalho e a solidariedade na produção habitacional (UNMP, 2019; Fiorotto, 2020)
Regularização fundiária	transformam ocupações consolidadas em territórios reconhecidos legalmente

Fonte: Elaboração do autor, 2025.

Essas formas de atuação materializam o conceito de autogestão, entendido como prática, na qual o usuário se torna sujeito da produção de sua própria moradia. Ferreira (2012) enfatiza que a autogestão é, simultaneamente, um modo de produzir habitação e uma escola de cidadania. A UNMP (2019) reforça esse entendimento ao afirmar que a autogestão é o direito de decidir coletivamente sobre o espaço que se habita. Além do mais, os movimentos insurgentes atuam veemente na busca do direito a cidade, partindo da cidade ilegal, para a cidade legal, conforme figura 1.

Figura 1 - Relação entre os movimentos insurgentes com relação a cidade legal e ilegal



Fonte: Sanches; Martins (2021).

A Figura 1 sintetiza a contradição estrutural do espaço urbano brasileiro. A representação ilustra a tensão entre dois modos de produção da cidade. De um lado, a cidade insurgente, marcada pela segregação territorial, pela informalidade e pela luta cotidiana por reconhecimento; de outro, a cidade consolidada, onde prevalece a legalidade, o planejamento e o melhor acesso a infraestrutura e serviços. No ponto de intersecção, emerge o direito à cidade, conceito formulado por Lefebvre, Harvey, Jacobi e Maricato, como reivindicação de apropriação coletiva do espaço urbano. A figura também destaca a importância dos processos participativos e autogestionários, entendidos por Maricato (2017) como caminhos para democratizar a cidade e aproximar o “habitar, ocupar e produzir” da conquista da moradia digna.

Portanto, a “cidade insurgente” não é apenas um espaço de carência, mas também um território de invenção e resistência, onde os moradores constroem formas alternativas de cidadania. Essa leitura reforça o caráter interdisciplinar do fenômeno, que envolve dimensões espaciais, políticas, econômicas e simbólicas.

CONSIDERAÇÕES FINAIS

Os movimentos insurgentes de moradia constituem significativa luta pelo direito à cidade no Brasil. Ao reivindicarem o uso social da terra e praticarem a autogestão como princípio, não apenas produzem moradia, mas também redefinem o próprio conceito de cidadania. Suas práticas revelam que o morar é uma construção coletiva e política resultando um processo de resistência à lógica mercantil e de afirmação de novos modos de viver a cidade.

Assim, esta investigação demonstra que a interdisciplinaridade é essencial para compreender essa realidade complexa. Arquitetura e urbanismo oferecem instrumentos técnicos para planejar e projetar; a sociologia e a ciência política explicam as dinâmicas sociais e de poder; a administração pública pode propor ferramentas para a gestão participativa; e o direito fornece base normativa para a efetivação da função social da propriedade. Nesse contexto, conclui-se que a cidade insurgente é um ato na busca da cidade democrática.

REFERÊNCIAS

BONDUKI, Nabil Georges. **Os pioneiros da habitação social**. São Paulo: Editora Unesp; Editora SESC, 2014.

BRASIL. **Constituição da República Federativa do Brasil de 1988**. Brasília, 1988.
 Disponível em: https://www.planalto.gov.br/ccivil_03/constituicao/constituicao.htm. Acesso em: 30 out. 2025.

BRASIL. **Lei nº 10.257**, de 10 de julho de 2001 - Estatuto da Cidade. Disponível em: https://www.planalto.gov.br/ccivil_03/leis/leis_2001/110257.htm. Acesso em: 30 out. 2025.

BRASIL. **Medida Provisória nº 2.220**, de 4 de setembro de 2001. Disponível em: https://www.planalto.gov.br/ccivil_03/mpv/2220.htm. Acesso em: 30 out. 2025.

COMARÚ, Francisco; BARBOSA, Benedito. **Movimentos sociais e habitação**. Salvador: UFBA, 2019.

FERREIRA, Regina Fátima Cordeiro Fonseca. Movimentos de moradia, autogestão e política habitacional no Brasil: do acesso à moradia ao direito à cidade. **2º Fórum de Sociologia “Justiça Social e Democratização”**, Buenos Aires, de 01 a 04 de agosto de 2012.

FIOROTTO, Veridiana Lopes Ribeiro. **Movimentos de moradia e pandemia**: um olhar crítico para as redes de solidariedade a partir das relações com o território e o Estado. Trabalho de Conclusão de Curso. Associação Escola da Cidade, Faculdade de Arquitetura e Urbanismo. São Paulo, dezembro de 2020. Disponível em: https://sp.unmp.org.br/wp-content/uploads/2020/12/TC_Veridiana-Fiorotto_movimentos-de-moradia-e-pandemia_R01.pdf. Acesso em: 30 out. 2025.

HOLSTON, James. **Cidadania insurgente**: disjunções da democracia e da modernidade no Brasil. São Paulo: Companhia das Letras, 2013.

MARICATO, Ermínia. **O impasse da política urbana no Brasil**. Petrópolis: Vozes, 2011.

UNMP. **Cartilha de Autogestão em Habitação**. São Paulo: UNMP, 2019.

O ESPAÇO E O DIREITO SOCIOTÉCNICO

CAMPOS JUNIOR Amauri de¹
 REINALDO DA SILVA, Sidney²
 ST 6 - Espaços públicos e cidades

INTRODUÇÃO

O estudo sobre o espaço urbano e o direito à cidade, proposto por Henri Lefebvre (2016), apresenta uma crítica profunda às relações entre sociedade, produção e urbanização. Para o autor, o espaço não é neutro, mas o resultado histórico das relações sociais de produção. Em meio à expansão do capitalismo e da racionalidade técnica, o espaço se torna instrumento político e econômico, moldado por interesses de poder e pela lógica do produtivismo. Nesse contexto, o direito à cidade surge como uma reivindicação utópica, que busca reapropriar os tempos e os espaços da vida cotidiana diante da alienação e da mercantilização do espaço urbano.

A partir de Henri Lefebvre (2019), suas reflexões sobre a revolução urbana partem de uma análise profunda das transformações espaciais e sociais decorrentes da urbanização moderna. Para o autor, o fenômeno urbano ultrapassa a simples expansão das cidades, configurando-se como um processo histórico que reflete mudanças estruturais nas formas de produção, de consumo e de sociabilidade. Assim, compreender a revolução urbana é entender como o espaço urbano se tornou o centro das relações econômicas, políticas e culturais na sociedade contemporânea.

METODOLOGIA

A presente pesquisa tem como objetivo compreender por meio de uma análise conceitual o significado de urbanização numa perspectiva filosófica na formação do bairro Ilha dos Valadares, localizado na cidade de Paranaguá/Paraná, sendo conduzido inicialmente por pesquisa bibliográfica-exploratória seguida de entrevistas e/ou questionários almejando

¹ Mestrando, Programa de Pós-Graduação Ciência, Tecnologia e Sociedade (PPGCTS), Instituto Federal do Paraná (IFPR), *campus* de Paranaguá, bolsista CNPq; 20251mcts0006@estudantes.ifpr.edu.br.

² Doutor em Filosofia, docente do Instituto Federal do Paraná (IFPR), *campus* de Paranaguá, sidney.silva@ifpr.edu.br.

apresentar uma narrativa do bairro a partir do design crítico no contexto da Teoria Crítica da Tecnologia.

DISCUSSÕES E RESULTADOS

Lefebvre (2016) compreende o espaço como produto social – uma construção resultante do trabalho, da divisão do trabalho e das práticas sociais que o configuram. A cidade, enquanto obra humana, é tanto um centro de decisão quanto de produção simbólica, abrigando relações de poder, riqueza e conhecimento. A urbanização acelerada transforma o espaço em mercadoria, e a cidade em uma mediação entre as dinâmicas econômicas e políticas do capitalismo avançado.

O autor destaca que toda sociedade produz seu próprio espaço, revelando assim uma “política do espaço”. Essa política se manifesta nas estratégias urbanísticas, na especulação imobiliária e na apropriação desigual do território, que reforçam processos de exclusão e segregação social. O espaço urbano, portanto, é também campo de luta: ele expressa tanto a dominação quanto a resistência.

A filosofia, nesse sentido, interroga a prática social e política do espaço, propondo uma leitura crítica da vida cotidiana e das formas como a técnica e o design participam da produção sociotécnica do espaço. Lefebvre (2019) sugere que o espaço deve ser compreendido como intermediário – não como ponto de partida ou de chegada –, mas como processo em constante transformação, no qual se cruzam o econômico, o político e o simbólico.

No interior da sociedade capitalista, o espaço torna-se mediação e instrumento. Para as classes dominantes, ele é fonte de lucro e instrumento de exclusão; para as classes subalternas, é um território de disputa por visibilidade, cidadania e direito à vida urbana plena. O direito à cidade, portanto, propõe a superação das relações socioeconômicas que separam campo e cidade, visando a abolição da lógica capitalista que fragmenta o espaço e aliena o cotidiano.

Lefebvre (2016) observa que a industrialização impulsionou um intenso processo de transformação do espaço, convertendo o campo em extensão subordinada à cidade. O tecido urbano, como expressão desse predomínio, reúne as manifestações do consumo e da produção, evidenciando a centralidade da vida urbana. Nesse contexto, a rua deixa de ser apenas um

espaço de circulação para tornar-se uma rede organizada pelo e para o consumo, mediando o encontro entre pessoas, mercadorias e desejos.

A cidade, portanto, é apresentada como um espaço de acumulação e de desejo, marcada por uma hierarquia que reflete a exploração e a dominação próprias da sociedade industrial. O espaço urbano transforma-se também em um espaço político – lugar e objeto de estratégias de poder – no qual o tempo e o cotidiano são moldados pela lógica da produção e do capital. Assim, a urbanização não é apenas um processo físico, mas um fenômeno social total, pois envolve dimensões econômicas, culturais e políticas que configuram novas formas de viver e de experimentar o espaço.

Os resultados esperados inicialmente, é relacionar uma reflexão filosófica a partir do design sociotécnico ao aprofundar o papel da tecnologia e seus artefatos na formação do bairro e sua interação com o rio, com a vegetação nativa e o protagonismo dos moradores nesse processo de construção social.

CONSIDERAÇÕES FINAIS

O pensamento de Henri Lefebvre convida a repensar o espaço urbano como uma construção sociotécnica e política, e não como mero suporte físico. A cidade contemporânea, marcada pela especulação e pela mercantilização, expressa as contradições do capitalismo, mas também oferece possibilidades de transformação social.

O direito à cidade aparece como horizonte crítico e utópico – um projeto de emancipação que exige a reapropriação do espaço como obra coletiva, lugar de encontro e convivência, e não como mercadoria. Assim, compreender o espaço é compreender a própria sociedade e as condições para reinventar a vida urbana de modo mais justo e democrático.

A reflexão de Lefebvre revela que a revolução urbana é mais do que o crescimento das cidades: é a transformação do próprio modo de vida. O urbano, ao se sobrepor ao rural, passa a dominar o espaço e o tempo da existência humana, orientando o desejo, o consumo e as relações sociais. O estudo do autor convida a repensar a cidade não apenas como cenário, mas como produto e produtor das dinâmicas sociais, evidenciando a necessidade de compreender o espaço urbano como campo de disputa e de criação coletiva.

REFERÊNCIAS

LEFEBVRE, Henri. **Espaço e política: o direito à cidade II**. 2. ed. rev. e ampl. Belo Horizonte: Editora UFMG, 2016.

LEFEBVRE, Henri. **A revolução urbana**. 2. ed. Belo Horizonte: Editora UFMG, 2019.

O PAPEL DAS ÁREAS VERDES NA PROMOÇÃO DA SUSTENTABILIDADE E BEM-ESTAR EM CONTEXTOS URBANOS

ARAÚJO, Uelerson Ricardo da Costa¹

ST 6 - Espaços públicos e cidades

INTRODUÇÃO

Apesar de serem fundamentais para a criação de cidades sustentáveis, conforme estabelecido pelo ODS 11 da Agenda 2030 da ONU, as áreas verdes urbanas ainda enfrentam o desafio de uma definição conceitual unificada, mesmo com a sua maior visibilidade acadêmica.

Para Cavalheiro e Del Picchia (1992) o conceito de área verde, refere-se a uma área livre, que abarca inclusive as águas superficiais, considerando que a mesma integra espaços diferentes, tanto no papel ecológico, como no estético e lazer propondo que este seja o termo a ser utilizado ao invés de áreas verdes.

Já Geiser (1975, p. 30), define as áreas verdes como “[...] áreas com vegetação fazendo parte dos equipamentos urbanos, parques, jardins, cemitérios existentes, áreas de ‘pequenos jardins’, alamedas, bosques, praças de esportes, ‘playgrounds’, ‘play-lots’, balneários, ‘camping e margens de rios e lagos’”.

Para Toledo e Santos (2008) as áreas verdes são espaços fundamentais para à qualidade de vida e bem-estar da população, sendo estes, espaços destinados à preservação, implantação de vegetação e/ou ao lazer público. Aqui podemos perceber que há distinções dentro dos conceitos, além de lacunas sobre as especificidades que definem uma área verde, como tipo de vegetação e seu porte.

Para o presente trabalho, utilizaremos a proposta de Bargas e Matias (2011), que conceituam áreas verdes como categoria de espaço livre urbano, composta de vegetação arbórea e arbustiva, solos livres de edificações ou cobertura impermeabilizante (até 70% da área) de acesso público ou não, e que exerçam em algum grau as funções ecológicas, estéticas

¹ Graduado em Geografia (Licenciatura), Universidade Estadual do Paraná (Unespar), *campus* de Campo Mourão, bolsista Fundação Araucária, uelersonsabotage@hotmail.com.

e de lazer. Como podemos observar, para que uma área seja considerada área verde, ela deve dispor de três funções: ecológica, estética e lazer.

Assim sendo, Bargas e Matias (2011) descrevem que, a função ecológica diz respeito ao provimento de melhorias no clima da cidade e na qualidade do ar, água e solo, resultando no bem-estar dos habitantes, devido à presença da vegetação, do solo não impermeabilizado e de uma fauna mais diversificada nessas áreas. Já a função estética é relativa à diversificação da paisagem construída e embelezamento da cidade. Por sua vez, o lazer está relacionado à função social, possibilitando a socialização e desfrute dos benefícios que a natureza pode trazer.

Para tanto, esta pesquisa objetiva compreender o conceito de áreas verdes evidenciando os impactos socioambientais no ambiente urbano.

METODOLOGIA

O presente estudo foi realizado mediante o levantamento de pesquisa bibliográfica, por meio das plataformas: *SciELO*; *Google Scholar*; Biblioteca Virtual em Saúde (BVS). Os materiais utilizados foram, livros, teses, dissertações e material jornalístico. Para tanto, foram realizadas através do uso e combinação de palavras-chave: “áreas verdes urbanas”, “cidades sustentáveis”, “áreas verdes urbanas e saúde”, “áreas verdes e ODS” que foram analisadas pelo pesquisador.

DISCUSSÕES E RESULTADOS

As Revoluções Industriais não representaram apenas uma ruptura tecnológica, mas redefiniu completamente o modo de produzir e ocupar o espaço no mundo. O êxodo rural acarretado pela urbanização, sem planejamento adequado, fez surgir cidades com graves problemas estruturais e ambientais, como aponta Santos (1988, p. 16) ao alertar que “as mudanças são quantitativas e qualitativas”. Para o autor “a cidade é um meio artificial, uma vez que no início dos tempos modernos as cidades ainda contavam com jardins, algo cada vez mais raro, tornando o meio ambiente urbano, cada vez mais artificial, fabricado de restos da natureza primitiva crescentemente encoberta pelas obras dos homens”.

Todavia, cabe aqui pontuarmos que por natureza, os seres humanos tendem a buscar contato com o meio natural, pois, segundo Spirn (1995, p. 45) os habitantes do meio urbano

ao longo da história sempre buscaram contato com a natureza, através de jardins, parques, alamedas entre outras tentativas.

No Brasil, a população urbana compõe 87,4% dos habitantes, segundo o IBGE. O processo de urbanização brasileiro foi intenso e gerou grande degradação das áreas verdes, comprometendo a qualidade de vida urbana. Segundo Loboda e De Angelis (2005) a qualidade de vida urbana está diretamente ligada a fatores como infraestrutura e meio ambiente, já que áreas verdes são imprescindíveis ao bem-estar da população.

A poluição atmosférica é hoje uma das maiores ameaças à saúde pública. De acordo com a Organização Mundial da Saúde (OMS), 99% da população global respira ar com poluentes acima do recomendado. Esse aumento tem elevado a incidência de doenças respiratórias e cardiovasculares, além de gerar maiores gastos com saúde pública.

Diante disso, Nucci (2008) ressalta os importantes e negligenciados atributos da cobertura vegetal no meio urbano, pontuando que além das necessidades humanas em relação a vegetação, as cidades apresentam-se cada vez mais poluídas, com esta poluição concentrando-se principalmente no ar e nos rios, destacando como a preservação da vegetação local pode reduzi-la substancialmente.

Outros autores, dentre eles, Cavalheiro e Del Picchia (1992) e Oliveira (1996) trazem os benefícios que as áreas verdes fornecem ao meio urbano, sendo estes: controle da poluição do ar e sonora, conforto ambiental, estabilidade das superfícies mediante a fixação do solo pelas raízes, redução do escoamento superficial, umidade do ar, proteção as nascentes, diversificação da paisagem, valorização visual do ambiente e valorização econômica das propriedades.

A relação entre espaços verdes e saúde é evidenciada ainda em pesquisas sobre hábitos e práticas físicas. Na pesquisa realizada por Angelis e Perehouski (2014) com 362 usuários de uma Unidade Básica de Saúde (UBS), foi apontado pela maioria dos entrevistados que áreas verdes oferecem ar puro, limpo e saudável, fatores estimulantes à prática de atividades físicas. Foi destacado ainda que variáveis como distância entre a habitação e parques são impeditivos.

Diante disso, Londe e Mendes (2014) afirmam que a “qualidade de vida urbana, as áreas verdes, além de atribuir melhorias ao meio ambiente e ao equilíbrio ambiental; contribuem para o desenvolvimento social e traz benefícios ao bem-estar, a saúde física e

psíquica da população”. Assim sendo, os autores destacam que estas ao “proporcionarem condições de aproximação do homem com o meio natural, e disporem de condições estruturais que favoreça a prática de atividades de recreação e de lazer”.

Dentro da psicologia constatou-se que ambientes naturais apresentam propriedades restauradoras que auxiliam na mitigação do estresse, na otimização da função cognitiva e na promoção da saúde mental. Em contrapartida, os ambientes construídos exigem atenção constante e intensa, gerando desgaste mental. Estudos mais recentes, na área da psicologia, reforçam que o contato visual e sensorial com a natureza pode aliviar o estresse e melhorar as funções cerebrais.

CONSIDERAÇÕES FINAIS

Os trabalhos analisados apontam todos numa mesma direção, de modo quase uníssono, os autores destacam que o meio natural não só é necessário, como benéfico ao dia-a-dia do bem estar social, indo além de suas funções biológicas que preveem a segurança do meio físico no qual são realizados o processo de urbanização, dentro deste meio artificial, o verde desponta como um guardião da saúde, principalmente num momento de grandes mudanças climáticas, indo além e sendo um importante aliado no processo de socialização.

Dessa forma, consideramos a necessidade da gestão pública municipal criar planejamento que busque concentrar espaços verdes, criando corredores ecológicos, ao invés do atual modelo de parcelamento do solo, apesar de estes fragmentos por si cumprirem as funções ecológicas, deve-se buscar áreas capazes de cumprir as funções sociais que implica na presença de estrutura adequada, como áreas de passeio, academias de primeira e terceira idade, mirantes e afins, que tornem o ambiente habilitado ao uso irrestrito da população, no fortalecimento das boas práticas e socialização com a comunidade local, criando um sentimento de pertencimento, atingindo assim as cidades e assentamentos humanos inclusivos e sustentáveis.

AGRADECIMENTOS

À Fundação Araucária pelo apoio no Projeto de Pesquisa Básica Aplicada - Convênio nº. 751/2025.

REFERÊNCIAS

BARGOS, Danúbia Caporusso; MATIAS, Lindon Fonseca. Áreas verdes urbanas: um estudo de revisão e proposta conceitual. **Revista da Sociedade Brasileira de Arborização Urbana**, v. 6, n. 3, p. 172-188, 2011. Disponível em: <https://revistas.ufpr.br/revsbau/article/view/66481>. Acesso em: 30 out. 2025.

CAVALHEIRO, Felisberto; DEL PICCHIA, Paulo Celso Dornelles. Proposição de terminologia para o verde urbano. **Boletim informativo da SBAU**, v. 7, n. 3, p. 7, 1999. Disponível em: <https://tgpusp.wordpress.com/wp-content/uploads/2018/05/cavalheiro-et-al-1999.pdf>. Acesso em: 30 nov. 2025.

LOBODA, Carlos Roberto; DE ANGELIS, Bruno Luiz Domingues. Áreas verdes públicas urbanas: conceitos, usos e funções. **Ambiência**, v. 1, n. 1, p. 125-139, 2005. Disponível em: <https://revistas3.unicentro.br/index.php/ambiencia/article/view/157>. Acesso em: 28 out. 2025.

LONDE, Patrícia Ribeiro; MENDES, Paulo Cezar. Qualidade ambiental das áreas verdes urbanas na promoção da saúde: O caso do Parque Municipal do Mocambo em Patos de Minas. **Hygeia: Revista Brasileira de Geografia Médica e da Saúde**, v. 12, n. 22, p. 177, 2016. Disponível em: <https://seer.ufu.br/index.php/hygeia/article/view/34968>. Acesso em: 28 out. 2025.

NUCCI, João Carlos. **Qualidade ambiental e adensamento**: um estudo de planejamento da paisagem do distrito de Santa Cecília (MSP). 1996. Tese (Doutorado) - Universidade de São Paulo, São Paulo, 1996. Disponível em: <https://repositorio.usp.br/item/000745742>. Acesso em: 30 out. 2025.

OLIVEIRA, Carlos Henke. **Planejamento ambiental na Cidade de São Carlos (SP) com ênfase nas áreas públicas e áreas verdes**: diagnósticos e propostas. 1996. Dissertação (Mestrado) - Universidade Federal de São Carlos, São Carlos, 1996.

ONU - Organização das Nações Unidas. **Transformando nosso mundo**: a agenda 2030 para o desenvolvimento sustentável. Disponível em: <https://brasil.un.org/sites/default/files/2020-09/agenda2030-pt-br.pdf>. Acesso em: 28 out. 2025.

PEREHOUSKEI, Nestor Alexandre; DE ANGELIS, Bruno Luiz Domingos. A influência das áreas verdes nos serviços públicos de saúde na cidade de Mandaguari, Paraná, Brasil. **Journal of Health & Biological Sciences**, v. 2, n. 2, p. 74-83, 2014. Disponível em: <https://unichristus.emnuvens.com.br/jhbs/article/view/63>. Acesso em: 29 out. 2025.

SANTOS, Milton. **Metamorfoses do espaço habitado**: fundamentos teóricos e metodológicos da geografia. São Paulo: Edusp, 2022.

SPIRN, Anne Whiston. **O jardim de granito**: a natureza no desenho da cidade. São Paulo: Edusp, 1995.

TOLEDO, Fabiane dos Santos; SANTOS, Douglas Gomes dos. Espaços livres de construção. **Revista da Sociedade Brasileira de Arborização Urbana**, v. 3, n. 1, p. 73-91, 2008. Disponível em: <https://revistas.ufpr.br/revsbau/article/view/66254/38130>. Acesso em: 25 out. 2025.

**OLHARES PARA O AEROPARQUE EM UMA ABORDAGEM CIÊNCIA,
 TECNOLOGIA E SOCIEDADE: ALGUMAS REFLEXÕES SOBRE ESPAÇO E
 LAZER NA CIDADE DE PARANAGUÁ**

ALMEIDA, Kellen Araújo de¹
 ESCOMAÇÃO, Kevyn Roger Leal²
 TSCHOKE, Aline Vivan³
 ST 6 - Espaços públicos e cidades

INTRODUÇÃO

O espaço público constitui um dos elementos estruturantes da vida urbana, lugar de encontro, expressão e conflitos, no qual se manifestam as múltiplas dimensões da vida em sociedade. A cidade, como construção histórica e social, é permeada por relações simbólicas que conferem sentidos diversos aos espaços compartilhados. Este estudo busca refletir sobre o Aeroparque de Paranaguá⁴, equipamento urbano que vem se consolidando como espaço de lazer, convivência e práticas socioculturais. A partir de múltiplos primeiros olhares, propõe-se compreender como diferentes grupos sociais utilizam, percebem e se apropriam desse espaço, revelando as dinâmicas de pertencimento, exclusão e identidade que atravessam o cotidiano urbano. O trabalho se insere no eixo temático “Espaço público e cidades”, articulando-se a uma perspectiva interdisciplinar que envolve campos como o urbanismo, a antropologia, a sociologia e a geografia. Assim, mais do que um cenário físico, o Aeroparque é tomado aqui como território de experiências, onde o lazer se manifesta tanto como prática social quanto como direito urbano.

¹ Mestranda, Programa de Pós-Graduação em Ciência, Tecnologia e Sociedade (PPGCTS), Instituto Federal do Paraná (IFPR), *campus* Paranaguá, 20251mcts0018@estudantes.ifpr.edu.br.

² Mestrando, Programa de Pós-Graduação em Ciência, Tecnologia e Sociedade (PPGCTS), Instituto Federal do Paraná (IFPR), *campus* Paranaguá, kevynr94@gmail.com.

³ Doutora em Educação Física, docente do Instituto Federal do Paraná, *campus* Paranaguá, aline.tschoke@ifpr.edu.br.

⁴ Localiza-se na Rua Bento Munhoz da Rocha Neto – Itiberê, na cidade de Paranaguá. Fonte: <https://secultur.paranagua.pr.gov.br/item/aeroparque/>. Acesso em: 30 out. 2025.

METODOLOGIA

A metodologia adotada foi a caminhada antropológica, inspirada em Magnani (2003), que propõe uma aproximação sensível com o território urbano. A caminhada é compreendida como prática investigativa e interpretativa, na qual o pesquisador se torna também caminhante, percorrendo o espaço e observando suas dimensões materiais, simbólicas e relacionais. As observações foram realizadas no Aeroparque de Paranaguá (PR), equipamento urbano implantado na antiga área do aeroporto municipal, reconfigurada como parque público. O local abriga pistas de caminhada e ciclismo, quadras, academias ao ar livre, áreas de lazer infantil, quiosques, espaços de convivência e zonas abertas de circulação.

Durante a caminhada, foram registrados diferentes aspectos do parque, permitindo observar a variação de usos e públicos. Anotações de campo, registros fotográficos e conversas informais com frequentadores ajudaram a construir um diário de impressões sobre o espaço. A visita ao Aeroparque de Paranaguá ocorreu no dia 18 de outubro de 2025, como parte da disciplina “Lazer, Educação e Cultura”, ministrada pela Dra. Aline Vivan Tschoke no Programa de Pós-Graduação em Ciência, Tecnologia e Sociedade do IFPR. Participaram da atividade os mestrandos da turma de 2025, acompanhados pela docente, em uma proposta de observação orientada pela metodologia da caminhada antropológica.

A atividade teve duração aproximada de duas horas, no período matutino, abrangendo percursos pelas principais áreas do parque, incluindo pistas de caminhada, quiosques, quadras, brinquedos infantis e monumentos.

A expressão “múltiplos primeiros olhares” refere-se ao caráter coletivo e interdisciplinar da observação realizada. Por se tratar de um grupo de pesquisadores com diferentes formações e trajetórias, cada olhar lançou luz sobre aspectos distintos do Aeroparque – o lazer, a sociabilidade, a memória, a organização do espaço, o cuidado urbano, entre outros. Esses olhares, ainda iniciais, constituem um mosaico de percepções que se complementam e ampliam a compreensão do lugar. Assim, o estudo não apresenta uma visão única, mas um conjunto de impressões inaugurais que revelam a complexidade do espaço público e suas múltiplas dimensões sociais e culturais.

PRIMEIRAS REFLEXÕES FRENTE À OBSERVAÇÃO

A partir das observações em campo, emergiram seis categorias de análise que sintetizam as principais percepções construídas pelo grupo. Essas categorias não foram definidas a priori, mas surgiram da própria experiência da caminhada e das conversas entre os pesquisadores, refletindo a diversidade de usos, práticas e significados atribuídos ao espaço.

1. Espaços para as crianças:

O primeiro olhar que se destaca é o das crianças que ocupam o Aeroparque com energia e espontaneidade. Os brinquedos coloridos, as pistas e os gramados se transformam em territórios de invenção. As brincadeiras infantis imprimem vida ao espaço, revelando o lazer como prática de apropriação e pertencimento. Inspirando-se em Certeau (1995), pode-se afirmar que as crianças exercem táticas urbanas genuínas: reinventam os usos planejados, transformam o escorregador em palco, o gramado em campo de futebol, o banco em navio imaginário. Esses gestos conferem vitalidade ao Aeroparque e simbolizam a dimensão mais autêntica do direito à cidade: o de brincar, correr e habitar o espaço de forma criativa.

2. Espaços privados no espaço público:

Notou-se que o Aeroparque abriga também práticas de privatização simbólica e/ou física. Alguns quiosques e grupos ocupam áreas de forma exclusiva, criando fronteiras sutis entre o “nosso espaço” e o “espaço dos outros”. Em certos momentos, eventos fechados ou delimitados restringem o acesso de quem circula livremente. Essas dinâmicas revelam o que Lefebvre (2008) denominaria contradição do espaço urbano: o público é produzido socialmente, mas constantemente tensionado por interesses particulares. Assim, o Aeroparque reflete tanto o ideal de convivência democrática quanto as desigualdades que atravessam o cotidiano da cidade.

3. Fé e homenagem:

Entre os percursos, encontram-se símbolos de fé e memória, como o “Monumento Bíblia Sagrada” e o “Memorial às Vítimas da Covid-19”⁵. A presença do monumento no interior do parque amplia o sentido simbólico do lugar, que deixa de ser apenas um espaço de lazer para se tornar também um território de afeto e memória. Assim, fé, saudade e

⁵ Durante a observação, também foi mencionada a antiga escultura da “sereia”, que fazia parte da memória afetiva de moradores de Paranaguá, simbolizando a presença do mar e da cultura local – embora não esteja mais no local, permanece lembrada por frequentadores. A sereia foi substituída pelo “Memorial às Vítimas do Covid-19”.

convivência se entrelaçam, revelando o Aeroparque como um ambiente onde a cidade expressa suas perdas, mas também sua capacidade de reconstrução e esperança. Esses elementos conferem ao Aeroparque uma dimensão afetiva e espiritual. São marcos que relembram histórias e vínculos comunitários, transformando o parque em território de lembrança. Essas manifestações espontâneas demonstram, conforme Magnani (2003), como os sujeitos transformam o espaço em “pedaço” um lugar que carrega sentido para um grupo, por meio da memória e da presença simbólica. A fé, nesse contexto, não se opõe ao lazer: ela se mistura a ele, compondo a paisagem humana do parque.

4. Clubes e associações:

O Aeroparque é também um espaço de organização coletiva. Durante as observações, notaram-se grupos de corrida, ciclismo, patinação e corrida ao ar livre que se reúnem regularmente. Esses agrupamentos transformam o lazer em forma de sociabilidade e de pertencimento. Essas práticas revelam o potencial integrador do espaço público, mas também sua seletividade: há grupos que se apropriam intensamente de determinadas áreas, enquanto outros permanecem como simples espectadores. As redes formadas em torno dessas atividades fortalecem a noção de comunidade, demonstrando que o lazer urbano é também campo de construção identitária.

5. O cuidado fechado e o desleixo aberto:

Uma das contradições mais visíveis no Aeroparque é a diferença entre as áreas bem cuidadas e as zonas degradadas. Em certos trechos, a grama é cortada, os bancos estão limpos, em outros, observa-se lixo acumulado, brinquedos quebrados e iluminação precária. A academia ao ar livre, localizada próxima à entrada principal, apresenta bom estado de conservação e é um dos espaços mais utilizados pelos frequentadores, especialmente por idosos e grupos de caminhada. Já as quadras esportivas revelam uma situação oposta: enquanto a quadra coberta destinada a projetos esportivos organizados permanece bem cuidada e com manutenção regular, as demais quadras abertas exibem desgaste, rachaduras e falta de redes, indicando uma diferença significativa no investimento e no cuidado com os equipamentos de uso geral. Esses contrastes reforçam a coexistência de áreas de prestígio e zonas de abandono dentro do mesmo espaço público, também materializa as tensões entre o cuidado institucional e o abandono cotidiano. Enquanto alguns espaços recebem manutenção constante, outros parecem invisíveis ao poder público. O cuidado fechado concentrado em

áreas de maior visibilidade convive com o desleixo aberto, que denuncia as desigualdades de atenção e investimento. Esse contraste pode ser observado, por exemplo, entre a quadra coberta utilizada pelo Projeto Ágata – iniciativa voltada à formação esportiva e inclusão social de crianças e adolescentes – e as quadras abertas de uso livre. A quadra vinculada ao projeto apresenta manutenção constante, boa iluminação e pintura recente, evidenciando o cuidado institucional e o investimento voltado às atividades organizadas. Já as quadras abertas, utilizadas pela comunidade em geral, mostram sinais de desgaste, rachaduras e falta de redes, dependendo da iniciativa espontânea dos moradores para permanecerem ativas.

Essa diferença explicita como determinadas áreas do parque são priorizadas por sua visibilidade e vinculação a projetos oficiais, enquanto outras permanecem em situação de descuido e imprevisto. Como afirma Lefebvre (2008), a cidade revela em suas formas o reflexo das relações sociais: o espaço fala, e o descuido é também uma forma de discurso.

6. Os paredões vazios:

Por fim, chamam atenção os paredões vazios que margeiam o Aeroparque. Grandes muros sem intervenção artística compõem uma paisagem silenciosa, quase neutra. Esta que pode ser interpretada com um potencial simbólico: são superfícies à espera de expressão, à luz de Certeau (1995), esses muros podem ser compreendidos como “brechas” do urbano, lugares propícios à invenção. Ou de outro ângulo essa organização pode ser entendida como uma característica que contribui para o sentimento de insegurança dos usuários, pois como apontam os Jacobs (2000), uma cidade saudável deve ser vibrante e diversa, com espaços públicos que incentivem a convivência e a troca entre os cidadãos, e grandes espaços ou quadras contínuas de uma estrutura “vazia”, sem usos combinados não contribui para criação de ambientes mais dinâmicos e inclusivos, o que favoreceria a segurança e a coesão social.

CONSIDERAÇÕES FINAIS

Os múltiplos primeiros olhares sobre o Aeroparque de Paranaguá revelam um espaço público em processo de construção. A caminhada antropológica permitiu perceber o parque como território plural, atravessado por contrastes e potencialidades. O Aeroparque é, simultaneamente, lugar de lazer, fé, encontro e disputa, um microcosmo da cidade em movimento.

Inspirados por Lefebvre, entende-se que o espaço não é dado, mas produzido continuamente pelas práticas sociais. Seguindo Certeau, observamos que os usuários, com suas táticas e astúcias cotidianas, reinventam o lugar, transformando o planejamento urbano em experiência vivida. E com Magnani, reconhecemos a importância de caminhar para compreender o urbano, de olhar o “pedaço” como expressão das sociabilidades e pertencimentos locais.

Mesmo ainda incipientes, os resultados apontam para a necessidade de políticas públicas de manutenção, participação comunitária e incentivo cultural, que ampliem o uso democrático do Aeroparque. O contraste entre áreas cuidadas e abandonadas, a presença de usos privados no espaço coletivo e o potencial simbólico não explorado dos paredões são questões que merecem novas investigações e ações.

Conclui-se que o Aeroparque é mais que um parque: é um laboratório vivo de urbanidade, onde se experimenta o convívio, o lazer e a cidadania. Seus caminhos revelam o que a cidade tem de mais humano: a capacidade de se reinventar, de transformar o espaço em lugar e o cotidiano em narrativa. O olhar inicial aqui apresentado é apenas o começo de um percurso mais amplo, que convida à continuidade das pesquisas e à escuta atenta das vozes que habitam e dão vida a esse pedaço de Paranaguá.

REFERÊNCIAS

CERTEAU, M. de. **A invenção do cotidiano** (1. Artes de fazer). Petrópolis: Vozes, 1995.

JACOBS, J. **Morte e vida de grandes cidades**. São Paulo: Martins Fontes, 2000.

LEFEBVRE, Henri. **O Direito à cidade**. 5. ed. São Paulo: Centauro, 2008.

MAGNANI, José Guilherme Cantor. **Festa no pedaço: cultura popular e lazer na cidade**. 3. ed. São Paulo: Ed. Unesp, 2003.

PERCEPÇÕES URBANAS E DIÁLOGOS INTERDISCIPLINARES NO ESPAÇO PÚBLICO: O CASO DO CALÇADÃO ÍNDIO BANDEIRA DE CAMPO MOURÃO-PR

FRANCISCON, Anderson¹

ST 6 - Espaços públicos e cidades

INTRODUÇÃO

Os espaços públicos configuram-se como o núcleo social e interação da vida urbana (concreto e abstrato), onde se materializam as experiências humanas e a produção do cotidiano. Na contemporaneidade, compreender sua dinâmica requer superar a análise meramente física e incorporar dimensões simbólicas, perceptivas e também do comportamento humano. O Calçadão Índio Bandeira, localizado no centro de Campo Mourão-PR, constitui o principal eixo de convivência e circulação da cidade, refletindo tanto as potencialidades quanto os desafios das cidades brasileiras em articular vitalidade, conforto e coesão social.

A literatura clássica de Carr et al. (1992), Jacobs (2014), Lynch (1997), Whyte (2001), Castells (2011), e Gehl (2013) fundamenta o entendimento de que a qualidade urbana decorre da interação entre forma física e comportamento social. Esses autores convergem ao afirmar que a percepção do espaço público é resultado de uma relação sensorial e simbólica que envolve movimento, apropriação e reconhecimento coletivo.

O presente estudo investiga como os fatores sociodemográficos: gênero, idade, renda e escolaridade influenciam a percepção e o uso do Calçadão Índio Bandeira, relacionando aspectos físicos e sociais que condicionam a experiência urbana. A pesquisa apresenta um diálogo interdisciplinar entre Arquitetura e Urbanismo (morfologia e desenho urbano), Psicologia Ambiental (comportamento e estímulos sensoriais), Geografia Urbana (centralidades e fluxos), Sociologia Urbana (coesão social e convivência) e Gestão Pública (planejamento e políticas de requalificação). Essa convergência de campos possibilita

¹ Servidor na Prefeitura Municipal de Campo Mourão-PR, Doutorando, Programa de Pós-Graduação em Arquitetura e Urbanismo (PPU), Universidade Estadual de Maringá (UEM), Bolsista CAPES, a.franciscon@hotmail.com.

compreender o espaço público como sistema “vivo”, articulando estética, funcionalidade e pertencimento coletivo.

METODOLOGIA

A pesquisa segue uma abordagem qualitativa, exploratória e descritiva, baseada em observação e interpretação empírica. Inicialmente, realizou-se levantamento bibliográfico e documental sobre teorias clássicas e contemporâneas de espaço público e percepção urbana. Em seguida, efetuou-se observação direta do Calçadão Índio Bandeira, registrando fluxos, permanências e usos em diferentes horários, por meio da aplicação de questionários estruturados aos usuários, contemplando perfil sociodemográfico e percepção de conforto, segurança, funcionalidade e estética. Por fim, os dados foram analisados de forma interpretativa e cruzada, relacionando respostas, para subsidiar um plano de ação voltado à qualificação do espaço público e à promoção da coesão social.

DISCUSSÕES E RESULTADOS

A análise revelou que as percepções sobre o espaço público variam segundo as características sociodemográficas e os contextos de uso, confirmando que o Calçadão é um ambiente dinâmico, mas com limitações relacionadas ao conforto e à segurança.

Assim, do ponto de vista conceitual, a pesquisa corrobora Gehl (2013) ao demonstrar que o tempo de permanência e a diversidade de usos são indicadores de qualidade urbana. Entretanto, fatores ambientais, como sombreamento, ventilação e mobiliário, afetam diretamente o comportamento dos usuários, aproximando-se das observações de Whyte (2001) sobre o conforto e a vitalidade dos espaços. Jacobs (1961), ao tratar da segurança urbana, reforça a importância da presença constante de pessoas e da visibilidade mútua (“os olhos da rua”), aspecto percebido de forma distinta entre gêneros e faixas etárias no Calçadão.

A partir do cruzamento entre perfil sociodemográfico e percepção ambiental, observou-se que mulheres e idosos manifestam maior sensibilidade às condições de conforto, iluminação e segurança, enquanto jovens e adultos de renda intermediária valorizam a mobilidade e o dinamismo. As diferenças de renda e escolaridade influenciam o nível de

criticidade quanto à estética e à manutenção urbana, refletindo a pluralidade (quadro 01) de expectativas sobre o uso do espaço público.

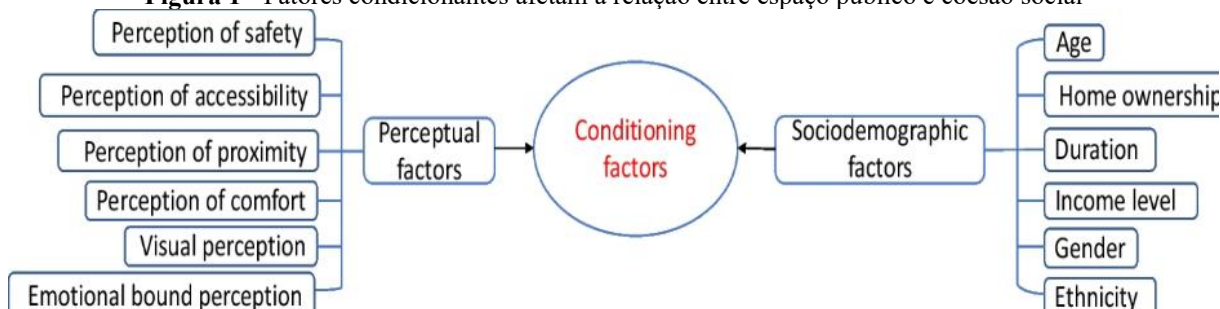
Quadro 01 - Síntese da percepção do Calçadão Índio Bandeira segundo perfil sociodemográfico

Fator	Conforto Ambiental	Segurança	Uso e Permanência	Síntese Analítica
Gênero	Mulheres apontam maior desconforto térmico e insegurança noturna	Sensação de vulnerabilidade associada à iluminação deficiente	Homens usam mais como passagem; mulheres permanecem menos	Indica necessidade de estratégias de iluminação e conforto térmico
Idade	Jovens valorizam vitalidade; idosos apontam falta de assentos e sombra	Idosos relatam insegurança em horários de menor movimento	Jovens permanecem em grupos; idosos por curtos períodos	Necessidade de mobiliário inclusivo e acessível
Renda	Jovens valorizam vitalidade; idosos apontam falta de assentos e sombra	Segurança mais criticada por usuários de menor renda	Usuários de maior renda usam para lazer; demais, para deslocamento	A heterogeneidade socioeconômica reflete percepções distintas de valor e uso
Escolaridade	Maior escolaridade associa-se a avaliação crítica sobre estética e manutenção	Percepção mais analítica da segurança institucional	Permanência seletiva e uso em horários específicos	A leitura crítica do espaço cresce com o nível educacional

Fonte: O autor, 2025.

Os resultados demonstram que a coesão social e a apropriação do espaço dependem da interação entre fatores físicos, simbólicos e usuais, conforme ilustrado na Figura 01, que representa a rede de condicionantes entre infraestrutura, conforto ambiental e convivência. Quando esses fatores se equilibram, o espaço público atua como mediador de laços sociais e identitários; quando se desajustam, emergem percepções de insegurança e desuso. Assim, essas constatações reafirmam o potencial das abordagens perceptivas e interdisciplinares no planejamento urbano.

Figura 1 - Fatores condicionantes afetam a relação entre espaço público e coesão social



Fonte: Qi, Mazumdar e Vasconcelos (2024).

A leitura sensorial e comportamental, somada à análise morfológica, permite compreender o espaço público como campo de vivência e interações sociais. Em Campo Mourão, o Calçadão Índio Bandeira traduz um recorte urbano onde o encontro entre funcionalidade, estética e convivência ainda demanda aprimoramento e conhecimento entre a relação ambiente construído versus forma de usar, ou seja, a relação materialidade/imaterialidade conforme apresentada por Claude Raynaut (2014).

Assim, a pesquisa conclui que a valorização do olhar interdisciplinar – que articula Arquitetura, Psicologia, Sociologia, Geografia e Gestão Pública – é essencial para requalificar os espaços públicos, garantindo sua humanização, segurança e vitalidade.

CONSIDERAÇÕES FINAIS

A pesquisa evidenciou que fatores sociodemográficos, como: escolaridade, renda, gênero e idade influenciam diretamente quanto ao uso de um determinado espaço. O espaço se configura como lugar vivido e simbólico, capaz de gerar vínculos sociais e afetivos, mas sua avaliação varia conforme o perfil dos usuários. Mulheres, idosos e pessoas de baixa renda tendem a perceber maiores riscos e desconfortos, enquanto usuários de maior escolaridade ou renda destacam aspectos estéticos e funcionais.

Os resultados confirmam que a qualidade do espaço público, além de sua qualidade formal, também é relacional, dependendo das expectativas e experiências dos diferentes grupos. A pesquisa reforça a importância de políticas públicas urbanas que considerem a diversidade de perfis, promovendo inclusão, segurança e acessibilidade, assim sugere expandir estudos comparativos para outros espaços urbanos e analisar a incorporação das demandas da população no planejamento municipal.

Conclui-se que compreender a relação entre perfil sociodemográfico e percepção do espaço público é fundamental para a construção de cidades mais justas e inclusivas, e que o Calçadão Índio Bandeira reflete tanto a centralidade urbana quanto as desigualdades sociais da cidade.

REFERÊNCIAS

CARR, Stephen; FRANCIS, Mark; RIVLIN, Leanne G; STONE, Andrew M. **Public Space**. Cambridge: Cambridge University Press, 1992.

CASTELLS, Manuel. **A Questão Urbana**. São Paulo: Paz e Terra, 2011.

GEHL, Jan. **Cidades para pessoas**. 1. ed. São Paulo: Perspectiva, 2013.

JACOBS, Jane. **Morte e vida de grandes cidades**. São Paulo: Martins Fontes, 2014.

LEFEBVRE, Henry. **O direito à cidade**. São Paulo: Centauro, 2001.

LYNCH, Kevin. **A imagem da cidade**. São Paulo: Martins Fontes, 1980.

QI, Jie; MAZUMDAR, Suvodeep; VASCONCELOS, Ana. C. Understanding the Relationship between Urban Public Space and Social Cohesion: A Systematic Review. **International Journal of Community Well-Being**, v. 7, p. 155-212, 2024.

RAYNAUT, Claude. Os desafios contemporâneos da produção do conhecimento: o apelo para a interdisciplinaridade. In: GAUTHIER, Alvaro Ostumi et al. (Orgs.). **Interdisciplinaridade: teoria e prática**. Florianópolis: UFSC/UCG, 2014.

WHYTE, William. **The Social Life of Small Urban Spaces**. Nova York: Project for Public Spaces, 2001.

REFLEXÕES JURÍDICAS SOBRE A EVOLUÇÃO DOS PROJETOS DE HABITAÇÃO SOCIAL NO BRASIL E O PROGRAMA PROZEIS

QUINTINO, Leonardo¹

FERREIRA, Antonio Rafael Marchezan²

ST 6 - Espaços públicos e cidades

INTRODUÇÃO

A efetivação do direito à moradia no Brasil enfrenta obstáculos históricos, frequentemente marcados por uma política urbana que, na prática, perpetua a segregação socioespacial. Programas locais de parceria público-privada, como o ProZEIS em Maringá, exemplificam esse dilema: embora concebidos para ampliar o acesso à habitação, sua arquitetura jurídica e dependência da lógica de mercado acabam por reforçar a especulação e a periferização que visavam combater. Diante da urgência em reavaliar criticamente este modelo, esta pesquisa amplia os parâmetros de análise, investigando paradigmas internacionais consolidados que demonstraram sucesso na provisão de moradia digna em larga escala. O estudo foca em três casos de referência: Viena (Áustria), Singapura e Amsterdã (Países Baixos). A análise não busca uma transposição direta, mas sim identificar um repertório de estratégias e arranjos institucionais que estes modelos oferecem em eixos críticos, notadamente: os mecanismos de financiamento progressivo e autossustentável; a integração entre fundos de capitalização e política habitacional; e os modelos de governança descentralizada que promovem a coesão social.

METODOLOGIA

O estudo foi conduzido por meio de uma análise de direito comparado, baseada em revisão bibliográfica e documental da legislação e do planejamento urbano dos modelos de habitação social de Viena (Áustria), Singapura e Amsterdã (Países Baixos). A abordagem analítico-crítico para dissecar os arranjos institucionais e financeiros que fundamentam o

¹ Discente da Universidade Estadual de Maringá, tendo realizado mobilidade acadêmica na Universidade de Coimbra, ra130331@uem.br.

² Doutor em Direito Urbanístico, Professor Adjunto da Universidade Estadual de Maringá (UEM), armferreira@uem.br.

sucesso de cada paradigma. A análise foi estruturada em eixos comparativos centrais: 1) o modelo de financiamento e justiça fiscal, exemplificado pelo imposto progressivo sobre aluguéis (*Wohnbausteuer*) de Viena; 2) a integração institucional entre previdência social e política habitacional, como a simbiose entre o *Housing and Development Board (HDB)* e o *Central Provident Fund (CPF)* em Singapura; e 3) a filosofia de governança e alocação, destacando o protagonismo das associações de habitação em Amsterdã. O objetivo foi extrair um repertório de estratégias e lições passíveis de adaptação, visando enriquecer o debate sobre a reestruturação de políticas habitacionais no Brasil.

DISCUSSÕES E RESULTADOS

A análise comparativa revelou que os modelos internacionais de sucesso se baseiam em arranjos institucionais e financeiros fundamentalmente distintos da abordagem brasileira. Os resultados demonstram que, enquanto o ProZEIS de Maringá se configura como uma política reativa de incentivo fiscal que aprofunda a segregação, os paradigmas de Viena, Singapura e Amsterdã operam como sistemas proativos, com focos claros em justiça fiscal, capitalização do cidadão e coesão social.

A lição central do modelo vienense, consolidado na “Viena Vermelha” (1920-1933) e responsável pela construção de 60.000 unidades habitacionais para 200.000 pessoas, é seu mecanismo de financiamento: o *Wohnbausteuer*. Este não era um imposto sobre a propriedade, mas um tributo marcadamente progressivo incidente sobre o *valor do aluguel*. Sua eficácia redistributiva é demonstrada nos dados: inquilinos de apartamentos modestos (86% do total) arcavam com apenas 23,6% da arrecadação, enquanto a elite em residências de luxo (menos de 0,5% das propriedades) contribuía com 41,7% do imposto. Esse tributo dedicado era complementado por um robusto sistema de taxas acessórias, que incluíam o *Fürsorgeabgabe* (um tributo de bem-estar social de 4% sobre a folha de pagamento de grandes companhias), o *Lustbarkeitsabgabe* (incidente sobre espetáculos públicos e eventos), e o *Nahrungs-und Genußmittelabgabe* (cobrado de restaurantes de luxo). Esse ecossistema fiscal criou uma fonte de receita autossustentável para produzir habitação de alta qualidade e integrada ao tecido urbano, com bibliotecas, jardins e comércio.

De forma distinta, o caso de Singapura demonstra uma solução estrutural baseada no poder de império do Estado e em uma engenhosa engenharia jurídico-institucional. O pilar do

modelo é o *Housing and Development Board (HDB)*, criado em 1960 como uma autarquia estatal. A pesquisa identificou que o HDB foi investido com uma autoridade legal sem precedentes, viabilizada por “legislação de exceção”, que lhe conferiu poderes extraordinários para a desapropriação de terras. Isso permitiu que a autarquia centralizasse o poder e adotasse uma “abordagem total”, conferindo-lhe jurisdição sobre todo o ciclo habitacional, desde o planejamento, a montagem fundiária e a construção, até a gestão patrimonial de longo prazo. A inovação financeira crucial foi juridicamente adaptar o *Central Provident Fund (CPF)*, um fundo de segurança social de capitalização integral baseado em contribuições obrigatórias, para permitir que os cidadãos utilizassem suas poupanças forçadas para financiar a aquisição de arrendamentos públicos. O resultado dessa simbiose entre uma autarquia legalmente robusta e um fundo de previdência social adaptado foi a massificação do acesso à propriedade, saltando de 29% em 1970 para 88% em 1990.

Finalmente, o modelo holandês oferece uma lição de governança regulatória em um sistema focado no arrendamento social (56% do estoque de Amsterdã em 1999). A reforma jurídico-administrativa dos anos 1990 promoveu a descentralização, transferindo a responsabilidade legal da provisão habitacional do governo central para associações de habitação, entidades de natureza não lucrativa que atuam como protagonistas do sistema. O diferencial reside no arcabouço regulatório de acesso: a obtenção de uma moradia é condicionada por critérios legais rigorosos, que incluem o registro formal, a obtenção de uma “autorização de moradia” (alvará) e a comprovação de um “vínculo legítimo” (seja por trabalho, estudo ou laços familiares) com a localidade. Esse marco legal é reforçado por robustas normas de proteção ao inquilino, como a legislação que impede o despejo por aumento de renda, e por um mecanismo de solidariedade financeira onde, por lei, inquilinos de renda mais alta subsidiam indiretamente os custos daqueles com menor poder aquisitivo.

CONSIDERAÇÕES FINAIS

As discussões demonstram que a política habitacional brasileira, exemplificada pelo ProZEIS, ao se basear em uma parceria público-privada de renúncia fiscal e definição casuística de potencial construtivo, acaba por ser capturada pela lógica do mercado imobiliário, reforçando a segregação e a especulação que deveria combater. A análise

comparativa, contudo, não aponta para um beco sem saída, mas oferece um valioso repertório de soluções para uma reestruturação fundamental.

O modelo de Viena inspira a substituição da renúncia fiscal por mecanismos de financiamento robustos e autossustentáveis, como o fortalecimento do Fundo Municipal de Habitação com recursos da captura de mais-valias urbanas (Outorga Onerosa) ou tributos progressivos nos moldes do *Wohnbausteuer*. A experiência de Amsterdã, por sua vez, sugere uma mudança na governança: em vez de negociar diretamente com empreendedores privados, o município poderia fomentar associações de habitação ou cooperativas sem fins lucrativos para gerir projetos em terrenos públicos, adotando critérios de acesso que, a exemplo do modelo holandês, promovam a coesão socioeconômica ao vincular o morador à localidade.

Finalmente, o exemplo de Singapura reforça a necessidade de um Estado protagonista, que lidere a política habitacional de forma integrada, e não um ente reativo dependente de parcerias desiguais. Conclui-se, portanto, que o caminho para aprimorar a política habitacional em municípios como Maringá exige uma mudança de paradigma: de um modelo dependente da iniciativa privada para um modelo proativo, liderado pelo poder público, que mobilize seus vastos terrenos públicos ociosos e institua uma governança que priorize a integração urbana sobre a especulação.

REFERÊNCIAS

AALBERS, Manuel B.; HOLM, Andrej. Privatising social housing in Europe: the cases of Amsterdam and Berlin. In: ADELHOF, K. et al. (Eds.). **Urban trends in Berlin and Amsterdam**. Berlin: Geographisches Institut der Humboldt-Universität zu Berlin, 2008. p. 12-23 (Berliner Geographische Arbeiten, n. 110).

BRASIL. Constituição (1988). **Constituição da República Federativa do Brasil**. Brasília, DF: Senado Federal, 1988. Disponível em: https://www.planalto.gov.br/ccivil_03/constituicao/constituicaocompilado.htm. Acesso em: 20 nov. 2024.

KEMPEN, Ronald van; PRIEMUS, Hugo. Revolution in Social Housing in the Netherlands: Possible Effects of New Housing Policies. **Urban Studies**, v. 39, n. 2, p. 237-253, 2002.

MARICATO, Ermínia. **Metrópole na periferia do capitalismo**: ilegalidade, desigualdade e violência. São Paulo: Editora Hucitec, 1996. Disponível em: https://erminiamaricato.wordpress.com/wp-content/uploads/2016/11/metropole_periferia_capitalismo_completo.pdf. Acesso em: 20 nov. 2024.

MATTL, Siegfried. O caso da Viena Vermelha. **Lua Nova**, São Paulo, n. 89, p. 191-213, 2013. Disponível em:

<https://www.scielo.br/j/ln/a/63NQRJqWtQk8vvSKgj5LcNB/?lang=pt&format-pdf>. Acesso em: 03 fev. 2025.

PHANG, Sock-Yong; HELBLE, Matthias. **Housing Policies in Singapore**. Tóquio: Asian Development Bank Institute, 2016 (ADBI Working Paper Series, n. 559). Disponível em:

<http://www.adb.org/publications/housing-policies-singapore/>. Acesso em: 08 abr. 2025.

UMA ANÁLISE DA GOVERNANÇA DIGITAL E DIREITOS HUMANOS EM MARINGÁ

BALISCEI, Marina Miranda¹

FERREIRA, Antonio Rafael Marquazan²

ST 6 - Espaços públicos e cidades

INTRODUÇÃO

A era contemporânea é definida pela ascensão global das Cidades Inteligentes (*Smart Cities*), modelos urbanos que integram Tecnologias da Informação e Comunicação (TICs) para otimizar a gestão e promover a sustentabilidade, evoluindo de um foco meramente tecnológico para uma visão centrada no bem-estar social e na participação cidadã. Essa transformação, porém, intensifica a necessidade de salvaguardar os Direitos Digitais, garantindo a proteção dos direitos humanos fundamentais na esfera online. A digitalização massiva dos serviços urbanos gera uma vasta pegada de dados, tornando imperativas as questões de privacidade, segurança e uso ético das informações, além de exigir a superação da persistente exclusão digital que impede a plena cidadania.

Alinhada às tendências nacional e internacional, Maringá incorporou o conceito de Cidade Inteligente em seu Plano Diretor (PDM) de 2023, estabelecendo o dever do poder público de garantir o Direito à Cidade Inteligente e, crucialmente, a salvaguarda da privacidade e segurança dos dados dos cidadãos. Para mensurar o progresso em direção a essa inteligência urbana, utilizam-se sistemas de indicadores padronizados, como a norma ISO 37122, que permite a avaliação de desempenho. Contudo, para garantir que o desenvolvimento seja verdadeiramente centrado no humano, a simples adoção de tecnologia e métricas não é suficiente.

É nesse contexto que emerge a importância de um *framework* ético, como a *Cities Coalition for Digital Rights* (CCDR), uma iniciativa global que trabalha para que princípios de direitos humanos, como privacidade, liberdade de expressão e democracia, sejam incorporados *by design* nos ambientes digitais urbanos. O objetivo central da pesquisa é,

¹ Graduanda em Direito, Universidade Estadual de Maringá (UEM), marinambaliscei@gmail.com.

² Doutor em Direito Urbanístico, Professor Adjunto do Departamento de Direito Privado e Processual da Universidade Estadual de Maringá (UEM), armferreira@uem.br.

portanto, investigar como Maringá pode se consolidar como uma Cidade de Direitos Digitais, buscando harmonizar seu planejamento local (PDM), seus padrões de desempenho (ISO 37122) e este *framework* ético global (CCDR), a fim de identificar convergências, lacunas e fornecer recomendações estratégicas para um futuro desenvolvimento justo e acessível.

METODOLOGIA

O presente estudo se estrutura como uma pesquisa de natureza qualitativa, de abordagem exploratória e análise documental. O foco metodológico é a análise crítica e comparativa de arcabouços normativos e padrões internacionais, combinando expertises do Direito Urbanístico, Estandarização Técnica e Governança Global. A interseção dessas disciplinas é fundamental, pois a complexidade da Cidade Inteligente exige um olhar que integre a eficácia tecnológica com a justiça social (Husár; Ondrejčka; Variš, 2017).

O corpus documental primário é composto por três elementos centrais: 1) A Seção IV, Capítulo II, Título I do Plano Diretor de Maringá (PDM), de 2023, que articula o Direito à Cidade Inteligente e os deveres de governança digital do município; 2) A norma ISO 37122:2019 e sua versão brasileira ABNT NBR ISO 37122:2020 Versão Corrigida: 2021, que fornecem os indicadores padronizados para medição do desempenho de cidades inteligentes; e 3) Os Princípios e a Declaração da Cities Coalition for Digital Rights (CCDR), que estabelecem o padrão ético de direitos humanos e as diretrizes de governança digital centrada nas pessoas.

O procedimento analítico adotado é tripartite e comparativo: a) Mapeamento da Intenção Legal (compromissos formais de Maringá via PDM); b) Mapeamento Métrico (avaliação das limitações da ISO 37122 em métricas quantificáveis, com destaque para Governança, Telecomunicações e Inclusão Social); e c) Análise de Convergência e Dissonância (comparação crítica dos achados entre PDM/CCDR e ISO).

DISCUSSÕES E RESULTADOS

A análise documental revela um compromisso formal de Maringá com a Cidade Inteligente, alinhando-se aos princípios da Carta Brasileira para Cidades Inteligentes. O Plano Diretor de Maringá (PDM) estabelece que o desenvolvimento deve ser norteado por estratégias inclusivas e participativas.

O PDM de 2023 expressa o dever do poder público em promover o Direito à Cidade Inteligente, detalhando cinco eixos de atuação, incluindo a promoção da participação social e, categoricamente, o dever de “Zelar pela privacidade dos cidadãos e segurança dos dados” (Maringá, 2023, p. 17). Este reconhecimento legal é crucial, especialmente no contexto da Lei Geral de Proteção de Dados (LGPD) no Brasil. No entanto, a plena efetividade desse direito exige a superação da exclusão digital, um problema multidimensional que engloba barreiras de acesso, renda e educação (Holanda; Ávila, 2006, p. 13-42). O desafio reside em Maringá traduzir esse compromisso de inclusão em políticas proativas que fortaleçam o letramento digital e mitiguem desigualdades.

A norma ISO 37122:2019 (e a ABNT NBR ISO 37122:2020) é uma referência vital para a medição do desempenho de cidades inteligentes, abordando temas como mitigação da divisão digital e eficiência de serviços de e-governança. A adoção desses indicadores facilita a comparabilidade global e atrai investimentos (Melatto, 2021, p. 102). Contudo, a análise crítica aponta lacunas significativas, como a falta de indicadores explícitos para avaliar a proteção e o vazamento de dados. Além disso, a fragmentação normativa, ao separar a avaliação de *smartness* (ISO 37122) da sustentabilidade (ISO 37120) e da resiliência (ISO 37123), pode limitar a obtenção de panoramas urbanos integrados.

A *Cities Coalition for Digital Rights* (CCDR), que congrega mais de 50 cidades globalmente, oferece um framework ético focado nos direitos humanos, buscando garantir que a digitalização seja centrada nas pessoas e que os direitos sejam incorporados por princípio (*by design*). A abordagem da CCDR transcende a mensuração técnica da ISO 37122, sendo estruturada em cinco princípios, incluindo: Acesso universal e letramento digital; Privacidade e proteção de dados; Transparência e não-discriminação de algoritmos; Democracia participativa; e Padrões de serviços abertos e éticos. O foco em Transparência e Responsabilidade Algorítmica é um elo crucial, incentivando ferramentas como Avaliações de Impacto em Direitos Humanos para novos projetos de tecnologia, que complementam os deveres legais de Maringá (PDM) e os indicadores técnicos (ISO 37122).

Para harmonizar o planejamento de Maringá com os padrões globais e garantir seu avanço como uma “Cidade de Direitos Digitais”, são propostas as seguintes ações: Aprimorar a Governança de Dados: Implementar políticas de dados abertos que assegurem a transparência e a segurança, com atenção à anonimização de dados, em conformidade com a

LGPD e a Lei de Acesso à Informação; Fortalecer a Infraestrutura e Letramento Digital: Priorizar o acesso equitativo à internet de qualidade em todas as áreas, investindo em programas de capacitação digital para todas as faixas etárias, mitigando a divisão digital; Adotar um Modelo de Avaliação Ética (CCDR): Integrar a lente dos direitos digitais no planejamento e aquisição de tecnologias, complementando a ISO 37122 com um Observatório da Transformação Digital para monitorar o impacto das tecnologias nos direitos humanos, conforme sugerido pela Carta Brasileira; e Promover a Participação Cidadã: Criar plataformas e mecanismos para a cocriação e participação ativa dos cidadãos na avaliação das soluções digitais, garantindo que as tecnologias atendam às necessidades da comunidade.

CONSIDERAÇÕES FINAIS

Maringá avança em sua jornada para se tornar uma Cidade Inteligente, com seu Plano Diretor já estabelecendo o compromisso com a privacidade e a inclusão digital. Embora utilize a norma ISO 37122 para avaliar seu progresso, a cidade precisa integrar de forma mais profunda os princípios da *Cities Coalition for Digital Rights* (CCDR) para garantir uma governança digital ética e centrada nos direitos humanos. A consolidação de Maringá como uma Cidade de Direitos Digitais requer um esforço contínuo para harmonizar o planejamento local, os indicadores de desempenho e o *framework* ético global, focando no fortalecimento da infraestrutura, na transparência da governança de dados, na alfabetização digital e na participação cidadã, servindo assim como um modelo de uso responsável da tecnologia.

REFERÊNCIAS

ABNT. ASSOCIAÇÃO BRASILEIRA DE NORMAS TÉCNICAS. **NBR ISO 37122**. Versão Corrigida - 2021: Cidades e comunidades sustentáveis - Indicadores para cidades inteligentes. Rio de Janeiro: ABNT, 2021.

ABREU, J. P. M. de; MARCHIORI, F. F. Ferramentas de avaliação de desempenho de cidades inteligentes: uma análise da norma ISO 37122:2019. **PARC - Pesq. em Arquit. e Constr.**, Campinas, SP, v. 14, n. 00, p. e023002, 2023. Disponível em: <https://doi.org/10.20396/parc.v14i00.8668171>. Acesso em: 26 jun. 2025.

BRASIL. Ministério do Desenvolvimento Regional. **Carta Brasileira para Cidades Inteligentes**. 2020. Disponível em: <https://www.gov.br/mdr/pt-br/assuntos/desenvolvimento-urbano/carta-brasileira-para-cidades-inteligentes/CartaBrasileiraparaCidadesInteligentes2.pdf>. Acesso em: 26 jun. 2025.

COSTA, A.; EGLER, T. T.; CASELLAS, A. Política urbana de inovação tecnológica: experiências de cidades digitais no Brasil. **Finisterra**, v. 54, n. 110, p. 93-113, 2019. Disponível em: <https://revistas.rcaap.pt/finisterra/article/view/15347>. Acesso em: 14 jun. 2025.

HOLANDA, G. M. de; ÁVILA, I. M. A. Inclusão digital no Brasil: uma perspectiva sociotécnica. In: SOUTO, Á. A.; DALL'ANTONIA, J. C.; HOLANDA, G. M. de (Orgs.). **As cidades digitais no mapa do Brasil: uma rota para a inclusão digital**. Brasília, DF: Ministério das Comunicações, 2006. p. 13-60.

HUSÁR, M.; ONDREJIČKA, V.; VARIŠ, S. C. Smart Cities and the Idea of Smartness in Urban Development - A Critical Review. **IOP Conference Series: Earth and Environmental Science**, v. 245, n. 8, 2017. Disponível em: <https://doi.org/10.1088/1757-899X/245/8/082008>. Acesso em: 26 jun. 2025.

ISO. INTERNATIONAL ORGANIZATION FOR STANDARDIZATION. **ISO 37122:2019** (en): Sustainable cities and communities - Indicators for smart cities. Genebra: ISO, 2019. Disponível em: <https://www.iso.org/obp/ui/#iso:std:iso:37122:ed-1:v1:en>. Acesso em: 26 jun. 2025.

KOCA, G.; EGILMEZ, O.; AKCAKAYA, O. Evaluation of the smart city: applying the dematel technique. **Telematics and Informatics**, v. 62, sept. 2021. Disponível em: <https://doi.org/10.1016/j.tele.2021.101625>. Acesso em: 26 jun. 2025.

MARINGÁ. Prefeitura da Cidade. **Versão Preliminar da Minuta da Lei Geral do Plano Diretor**. Maringá, PR: IPPLAM, maio 2023.

MELATTO, R. A. P. B. **A atuação do Banco Interamericano de Desenvolvimento (BID) em cidades inteligentes e sustentáveis no Brasil**. 2021. 138 p. Dissertação (Mestrado em Cidades Inteligentes e Sustentáveis) - Programa de Pós-Graduação em Cidades Inteligentes e Sustentáveis, Universidade Nove de Julho, São Paulo, 2021. Disponível em: <https://bibliotecatede.uninove.br/handle/tede/2452>. Acesso em: 29 jun. 2025.

MELO ANDRADE, D. C.; DOS SANTOS CRUZ, L. F.; RODRIGUES, F. F. Cidades digitais e sociedade em rede: interseções e desafios de uma construção sociotécnica. **Interfaces Científicas - Educação**, v. 10, n. 2, p. 66-79, 2020. Disponível em: <https://doi.org/10.17564/2316-3828.2020v10n2p66-79>. Acesso em: 25 jun. 2025.

UN-HABITAT. **Mainstreaming Human Rights in the Digital Transformation of Cities: A Guide for Local Governments**. Nairobi: UN-Habitat, 2022. Disponível em: <https://unhabitat.org/mainstreaming-human-rights-in-the-digital-transformation-of-cities-a-guide-for-local-governments>. Acesso em: 26 jun. 2025.

A COMUNICAÇÃO E OS CUIDADOS PALIATIVOS NA ONCOLOGIA EM CONTEXTO HOSPITALAR

BRITO, Adriana Ângela de¹

ST 7 - Percursos científicos em processos educativos e socioculturais: desafios emergentes ao desenvolvimento da sociedade

INTRODUÇÃO

A comunicação constitui um dos pilares fundamentais da prática em saúde, especialmente nos cuidados paliativos oncológicos, em que o diálogo, a escuta e a empatia se tornam instrumentos terapêuticos tão relevantes quanto os recursos técnicos e medicamentosos. No contexto hospitalar, marcado por rotinas intensas e sofrimento físico e emocional, a forma como os profissionais interagem com pacientes e familiares influencia diretamente a qualidade do cuidado, a adesão ao tratamento e a experiência de finitude (Pessini; Bertachini, 2004; Hermes; Lamarca, 2013).

No campo da oncologia, os desafios comunicacionais são intensificados pela complexidade das decisões clínicas e pelo impacto psicológico do diagnóstico. Embora as políticas públicas e diretrizes nacionais reconheçam a importância da comunicação humanizada nos serviços de saúde, há que se considerar a ausência de protocolos claros e a carência de preparo emocional e técnico por parte das equipes. Assim, compreender como a comunicação ocorre nos cuidados paliativos hospitalares e quais fatores a dificultam ou fortalecem torna-se essencial para o aprimoramento das práticas assistenciais e formativas.

Por essas razões, desenvolvemos este trabalho, parte de uma pesquisa em andamento, inserida no Programa de Pós-Graduação Interdisciplinar em Sociedade e Desenvolvimento (PPGSeD-Unespar), que busca refletir sobre os desafios comunicacionais no setor de Oncologia de um hospital filantrópico do Paraná, articulando o campo da saúde, da linguagem e da interdisciplinaridade, com vistas à consolidação de uma prática dialógica e integral. Para este trabalho, apresentamos os resultados parciais de uma revisão bibliográfica de estudos

¹ Mestranda, Programa de Pós-Graduação Interdisciplinar Sociedade e Desenvolvimento (PPGSeD), Universidade Estadual do Paraná (Unespar), campus de Campo Mourão, adriangelabrito@gmail.com.

relacionados à temática proposta para esta discussão, como parte do estado da arte de nossa pesquisa.

Para tanto, fundamentamos nossos estudos na premissa de que a comunicação em saúde não se restringe à transmissão de informações, mas envolve dimensões relacionais, simbólicas e éticas. De acordo com Morin (2005), compreender a complexidade do humano implica reconhecer o entrelaçamento entre razão e emoção, ciência e sensibilidade, dimensões essenciais nos cuidados paliativos. Assim, o diálogo entre profissionais, pacientes e familiares deve ser entendido como espaço de construção de significados e de humanização do cuidado.

Este estudo dialoga também com autores nacionais que analisam a comunicação em contextos oncológicos e paliativos, como Bezerra (2023), além de diretrizes da Organização Mundial da Saúde (OMS, 2023) e do Manual de Cuidados Paliativos do Ministério da Saúde (2022), que destacam a importância da escuta ativa e da tomada de decisão compartilhada.

METODOLOGIA

No que se refere à metodologia deste estudo, para este trabalho, tomamos por base a revisão de literatura, pautando-nos também na abordagem qualitativo-interpretativista (Bortoni-Ricardo, 2008). Com isso, realizamos uma busca de estudos relacionados à temática proposta para este texto, a partir do tema central desta discussão. Assim, sistematizamos os textos encontrados conforme mostra o Quadro 1. Para este trabalho, selecionamos 9 textos de modo a contribuir para uma discussão inicial acerca da temática tratada.

Quadro 1 - Estudos encontrados relacionados à temática estudada

Autor / Ano	Instituição / Programa	Título da Pesquisa	Objetivo	Resultados
COSTA, M. C.; ALMEIDA, J. R. (2024)	Acervo Mais Saúde	Comunicação em cuidados paliativos como fator de melhoria na qualidade de vida	Analisar a comunicação em cuidados paliativos e seu impacto na qualidade de vida dos pacientes.	- Importância da comunicação clara e empática como essencial para reduzir sofrimento, medo e ansiedade; - Fortalecimento de vínculos e promoção do cuidado humanizado.
SOUZA, A. P.; RODRIGUES, L. M.	ResearchGate	Comunicação de más notícias	Identificar estratégias e desafios da	- Auxílio do uso do protocolo SPIKES ² no trabalho da

² O modelo *SPIKES*, desenvolvido por Baile et al. (2000), é um protocolo estruturado em seis etapas que orienta profissionais de saúde na comunicação de más notícias: *Setting* (preparar o ambiente), *Perception* (compreender

(2024)		realizadas por enfermeiros para pacientes em cuidados paliativos: revisão integrativa	comunicação de más notícias em cuidados paliativos.	equipe, mas com barreiras emocionais e institucionais que dificultam o processo.
PEREIRA, L. F.; OLIVEIRA, R. A. (2021)	Revista Sociedade & Desenvolvimento	Comunicação na transição do paciente oncológico para os cuidados paliativos	Analisar evidências sobre comunicação entre equipe e paciente oncológico na transição para cuidados paliativos.	- Falhas na comunicação que atrasam o início do cuidado paliativo; - Recomendação de capacitação da equipe pelo diálogo interdisciplinar.
SANTOS, D. C.; MORAIS, I. C. (2020)	RSD Journal	O processo de comunicação eficaz do enfermeiro com o paciente em cuidados paliativos	Investigar como a comunicação interfere na relação enfermeiro-paciente em cuidados paliativos.	- Importância da escuta ativa e da empatia por melhorarem a adesão e a satisfação do paciente; - Comunicação deficiente que gera sofrimento e insegurança.
FERNANDES, H. S. et al. (2022)	Revista FATEC Paraná	Cuidados paliativos em pacientes oncológicos: revisão narrativa	Discutir os principais desafios no cuidado paliativo de pacientes oncológicos.	- Importância da comunicação e do acolhimento; - Necessidade de educação permanente da equipe multiprofissional.
SILVA, I. B. S. et al. (2020)	Revista Brasileira de Cancerologia	Avaliação da qualidade de vida de pacientes oncológicos em cuidados paliativos	Avaliar a qualidade de vida de pacientes oncológicos em cuidados paliativos, considerando sintomas e bem-estar global.	- Impacto direto dos sintomas físicos e emocionais na qualidade de vida; - Necessidade de comunicação, empática e acompanhamento multiprofissional.
COSTA, M. C.; ALMEIDA, J. R. (2024)	Acervo Mais Saúde	Comunicação em cuidados paliativos como fator de melhoria na qualidade de vida	Analisar a comunicação em cuidados paliativos e seu impacto na qualidade de vida dos pacientes.	- Importância da comunicação clara e empática como essencial para reduzir sofrimento, medo e ansiedade; - Fortalecimento de vínculos e promoção do cuidado humanizado.
SOUZA, A. P.; RODRIGUES, L. M. (2024)	ResearchGate	Comunicação de más notícias realizadas por enfermeiros para pacientes em cuidados paliativos: revisão integrativa	Identificar estratégias e desafios da comunicação de más notícias em cuidados paliativos.	- Auxílio do uso do protocolo SPIKES no trabalho da equipe, mas com barreiras emocionais e institucionais que dificultam o processo.

Fonte: A autora, 2025.

a percepção do paciente), *Invitation* (verificar quanto o paciente deseja saber), *Knowledge* (transmitir a informação), *Emotions* (acolher reações emocionais) e *Strategy & Summary* (definir estratégias e resumir os próximos passos). Tal protocolo é amplamente utilizado em contextos como cuidados paliativos, oncologia e situações críticas.

Estes estudos nos auxiliam a entender mais ampliamente o papel da comunicação e dos cuidados paliativos no campo da oncologia em contexto hospitalar, o que pode contribuir significativamente para nossa pesquisa em andamento.

DISCUSSÕES E RESULTADOS

Os resultados parciais apontam que a comunicação entre equipe multiprofissional, pacientes e familiares ainda é permeada por barreiras emocionais, institucionais e formativas. A falta de preparo para lidar com a finitude, o medo de gerar sofrimento e a sobrecarga assistencial contribuem para a comunicação truncada e, muitas vezes, evasiva.

As análises iniciais, dos textos encontrados, evidenciam a necessidade de fortalecer práticas como reuniões interdisciplinares, escuta empática, uso sistemático de protocolos como o SPIKES e educação permanente em comunicação em saúde. Estudos recentes (Santos; Moraes, 2020; Pereira; Oliveira, 2021; Souza; Rodrigues, 2024) têm corroborado esses achados, destacando que a comunicação assertiva favorece a adesão ao cuidado, reduz o sofrimento e amplia a confiança entre os sujeitos envolvidos.

Além disso, a revisão de literatura, sistematizada anteriormente, demonstrou o crescimento de publicações nacionais entre 2020 e 2024 sobre o tema, revelando a relevância contemporânea da discussão e a necessidade de pesquisas que abordem a comunicação no contexto mencionado de forma interdisciplinar e humanizada.

CONSIDERAÇÕES FINAIS

A comunicação nos cuidados paliativos em oncologia transcende o ato técnico de informar, constituindo um ato ético, relacional e terapêutico. No contexto hospitalar, compreender os desafios e as potencialidades deste processo é fundamental para o fortalecimento da humanização e da integralidade do cuidado.

Por essas razões, a pesquisa em andamento busca contribuir para o desenvolvimento de práticas comunicacionais mais sensíveis, capazes de integrar ciência e humanidade, emoção e razão, técnica e escuta. Esperamos, com os resultados, oferecer subsídios para a criação de protocolos institucionais e programas de formação continuada, além de estimular a reflexão sobre a implantação de uma Comissão de Cuidados Paliativos na instituição estudada, ampliando o suporte à equipe multiprofissional, aos pacientes e às famílias.

REFERÊNCIAS

BAILE, Walter F. *et al.* SPIKES - A six-step protocol for delivering bad news: Application to the patient with cancer. **The Oncologist**, v. 5, n. 4, 2000.

BEZERRA, A. R. **Comunicação em cuidados paliativos: desafios multiprofissionais**. Dissertação (Mestrado) - Universidade Federal de Pernambuco, 2023.

BORTONI-RICARDO, S. M. **O professor pesquisador: introdução à pesquisa qualitativa**. São Paulo: Parábola, 2008. 135p. (Série Estratégias de Ensino, n. 8).

BRASIL. **Manual de Cuidados Paliativos**. Ministério da Saúde, 2022.

COSTA, M. C.; ALMEIDA, J. R. **Comunicação em cuidados paliativos como fator de melhoria na qualidade de vida**. Acervo Mais Saúde, 2024.

FERNANDES, H. S. et al. Cuidados paliativos em pacientes oncológicos: revisão narrativa. **Revista FATEC**, Paraná, 2022.

HERMES, H. R.; LAMARCA, I. C. A. Cuidados paliativos: comunicação e escuta ativa. **Rev. Bioética**, 2013.

MORIN, E. **Introdução ao pensamento complexo**. 6. ed. Lisboa: Instituto Piaget, 2005.

ORGANIZAÇÃO MUNDIAL DA SAÚDE (OMS). **Cuidados paliativos: diretrizes globais**. Genebra, 2023.

PEREIRA, L. F.; OLIVEIRA, R. A. Comunicação na transição do paciente oncológico para os cuidados paliativos. **RSD Journal**, 2021.

PESSINI, L.; BERTACHINI, L. **Humanização e cuidados paliativos**. São Paulo: Loyola, 2004.

SANTOS, D. C.; MORAIS, I. C. **O processo de comunicação eficaz do enfermeiro com o paciente em cuidados paliativos**. RSD Journal, 2020.

SOUZA, A. P.; RODRIGUES, L. M. **Comunicação de más notícias realizadas por enfermeiros para pacientes em cuidados paliativos**. ResearchGate, 2024.

A PLATAFORMIZAÇÃO NA EDUCAÇÃO BÁSICA: DESAFIOS AO ENSINO DE MATEMÁTICA NO CONTEXTO MUNICIPAL

RAMOS, Claudinês Bombana¹

TOGNATO, Maria Izabel Rodrigues²

ST 7 - Percursos científicos em processos educativos e socioculturais: desafios emergentes ao desenvolvimento da sociedade

INTRODUÇÃO

Em função das demandas do sistema educacional, temos constatado, em especial, no ensino de Matemática na Educação Básica, a plataformização como um grande desafio, uma vez que tem ocasionado uma sobrecarga de trabalho, impedindo a realização do trabalho docente pela redução da autonomia do professor em suas práticas pedagógicas e em toda a sua situação de trabalho. Por essas razões, visamos a apresentar um recorte de uma pesquisa em andamento, no que tange ao estado da arte acerca sobre a temática tratada. Com isso, consideramos o papel da plataformização frente a seus desafios nas práticas educacionais uma questão central. Para tanto, tomamos por base a perspectiva da pesquisa interdisciplinar (Alvarenga *et al.*, 2011), vinculada à Teoria da Complexidade (Morin, 1990).

Em relação à metodologia, no que tange à natureza da pesquisa, pautamos nosso estudo na abordagem qualitativo-interpretativista (Bortoni-Ricardo, 2008). Para este trabalho, realizamos um levantamento de algumas pesquisas relacionadas à temática proposta, como parte do estado da arte de nossa pesquisa em andamento, tomando por base o objeto de estudo destas investigações, de modo a ressignificar nossa investigação ainda em construção.

Quanto à organização textual, apresentamos a introdução, a metodologia, as discussões e resultados e, por fim, as considerações finais.

¹ Mestrando, Programa de Pós-Graduação Interdisciplinar Sociedade e Desenvolvimento (PPGSeD), Universidade Estadual do Paraná (Unespar), *campus* de Campo Mourão, bombanamath@yahoo.com.br.

² Doutora em Linguística Aplicada e Estudos da Linguagem, docente da Universidade Estadual do Paraná (Unespar), *campus* de Campo Mourão, maria.tognato@ies.unespar.edu.br.

METODOLOGIA

No que concerne à metodologia, em relação à natureza da pesquisa, pautamo-nos na abordagem qualitativo-interpretativista (Bortoni-Ricardo, 2008). Assim, para este estudo, realizamos uma busca de pesquisas relacionadas à temática da plataformização no ensino de Matemática no contexto da Educação Básica na base de dados da *Scielo* e também do *Google Acadêmico*. Desse modo, usando como descritores a temática mencionada, encontramos 11 artigos. No entanto, após lermos os títulos e os resumos como critérios de exclusão e inclusão, em função de espaço, selecionamos 5 artigos, sendo 2 do *Google Acadêmico* e 3 da base *Scielo*. Além disso, ao buscar pesquisas no Catálogo de Teses e Dissertações da CAPES e na Biblioteca Digital Brasileira de Teses e Dissertações (BDBTD), no período de 2024 a 2025, encontramos 2 dissertações no banco de dados da CAPES e 1 tese no banco de dados da BDBTD.

DISCUSSÕES E RESULTADOS

No que diz respeito aos artigos científicos encontrados, o primeiro artigo, intitulado *Plataformização da educação pública: desafios para autonomia docente e inclusão discente* (Silva; Carolei, 2024) discute o panorama da plataformização da educação pública no Brasil explicitando os riscos para a autonomia docente e para a autoria e emancipação discente, especialmente, quando tratamos de inclusão. Este texto também aborda os riscos e desafios quanto ao controle das ações pedagógicas e aos problemas enfrentados pelos educadores.

O segundo artigo, intitulado *Plataformização da aprendizagem e o protagonismo de humanos e não humanos nas práticas pedagógicas* (Silva; Couto, 2024), trata do uso das plataformas digitais e da importância da *internet* e as tecnologias digitais. Este artigo defende o uso das plataformas digitais em sala de aula, mencionando as principais ferramentas necessárias às práticas pedagógicas, de modo efetivo e colaborativo. No entanto, há que se considerar que, a cada dia, o uso de novas plataformas tem se tornado frequente, assim como a obrigatoriedade de o professor acessar e trabalhar com essas plataformas.

O terceiro texto analisado, intitulado *Plataformização da Educação no Estado do Paraná: Caminhos para a Padronização do Trabalho Pedagógico* (Pasini; Silva, 2024), trata da plataformização, sua origem no sistema educacional paranaense, descrevendo suas

vantagens e desafios, bem como as dificuldades enfrentadas pelos professores. Nesse contexto, os caminhos percorridos pela Educação têm resultado no esvaziamento do currículo formativo, no excesso de burocratização, acarretando no aumento da organização do trabalho pedagógico, na redução do seu papel social para um executor de tarefas e atividades prontas e disponíveis nas diferentes plataformas digitais, além do uso mecânico das plataformas digitais pelos alunos. Além disso, devemos considerar a questão do planejamento, pois planejar atividades que problematizam conteúdos, considerando o contexto da sala de aula, perfil dos alunos, dificuldades de aprendizagem e a seleção dos conteúdos adequados ao ensino demanda tempo. Tempo este, que tem sido utilizado para preencher planilhas, rever e analisar plataformas, dar *feedbacks* das atividades das muitas plataformas utilizadas pelo sistema de ensino.

O quarto artigo estudado intitulado *Plataformas Digitais, Estado e Desigualdade no Trabalho Docente com Dados* (Viegas; Lamb, 2025), aborda as características do fenômeno da plataformização do trabalho docente como um processo em movimento, no qual conceitos e categorias estão sendo traçados por estudiosos por uma perspectiva crítica. Neste cenário, os professores e professoras têm sofrido com o aumento da carga de trabalho decorrente das exigências da plataformização, pela redução da autonomia docente e da capacidade criadora.

O quinto artigo aborda a *Plataformização da Educação e Modelagem Matemática: Uma Possibilidade de Descaminho da Padronização em Sala de Aula* (Silva; Pinho, 2025) apresentando diferentes plataformas e programas mais utilizados no Estado do Paraná, como os aplicativos da *Google*, em especial, o *Google Classroom*, o *Google Meet*, a *Jamboard*, os *Slides Google* e o *Google Drive*; além da *Microsoft*, a partir do *Power Business Intelligence* (BI). Segundo as autoras, as medidas oferecidas pelo sistema educacional, tais como: o Programa Presente na Escola, o RCO+aulas, a Prova Paraná, o BI Matemática – plataforma *Matific*, a *Educatron*, a Tutoria Pedagógica, dentre outros controlam o trabalho pedagógico. Tal abordagem inibe a liberdade do professor em implementar práticas diferenciadas em sala de aula, visto que a plataformização apresenta planejamentos com aulas prontas e materiais pré-estabelecidos a serem utilizados em sala de aula, como *slides*, vídeos e exercícios propostos.

No que concerne às dissertações e teses encontradas, a primeira dissertação, intitulada *Plataformização da Educação: Uma Análise de Plataformas Utilizadas para Atuação Docente na Escola* (Guedes, 2024), aponta desafios da plataformização como a

necessidade de desenvolvimento do exercício da cidadania em uma sociedade cada vez mais conectada e influenciada pela cultura digital. A segunda dissertação analisada, intitulada: *Plataformização da Educação: Impactos e Desafios no Trabalho do Professor do Estado do Paraná* (Ramos, 2024) destaca que a plataformização compromete a qualidade do ensino e do trabalho docente, indicando a necessidade de se revisar políticas educacionais que primem pela equidade, autonomia pedagógica e o bem-estar dos educadores. Os resultados desta pesquisa evidenciam a falta de preparo dos alunos para lidar com as tecnologias específicas, a pressão intensificada sobre os professores para cumprir metas de desempenho, a precariedade da infraestrutura da *internet* das escolas, a falta de condições adequadas aos alunos para uso dos recursos digitais, além da falta de formação docente adequada para atender toda essa demanda.

Por fim, encontramos a tese intitulada *EdTech e a plataformização da educação* (Silva, 2022), a qual investiga as *EdTech*, empresas que oferecem serviços envolvendo uso de tecnologia destinada à educação. A autora conclui que a privatização passa a depender cada vez mais das *Big Tech* e suas ramificações para ser operacional, tanto no provimento de serviços públicos como a educação, quanto em outras atividades. Os resultados deste estudo também indicam que, no caso da educação, a compra de pacotes tecnológicos ou a contratação de empresas como *EdTech*, por parte do Estado, tende a ser cada vez mais estimulada.

Enfim, na medida em que o processo de plataformização da educação avança, suas consequências são pouco contabilizadas. Diante disso, constatamos a sinalização da precarização e do esvaziamento do trabalho docente e da Educação como um todo.

CONSIDERAÇÕES FINAIS

Diante do exposto, destacamos a necessidade de aprofundarmos os conhecimentos acerca do tema proposto. Nesse sentido, este estudo permitiu-nos obter um maior entendimento sobre a plataformização, seu papel frente aos desafios nas práticas educacionais, conforme mencionamos na introdução deste trabalho. No entanto, há que se considerar que ainda há lacunas que precisam ser investigadas, discutidas e estudadas.

Por essas razões, consideramos este trabalho uma oportunidade de entender os desafios educacionais trazidos pelas plataformas e de promover uma reflexão crítica sobre os

processos formativos envolvidos na prática profissional docente, evidenciando o papel das plataformas e as dificuldades encontrados pelos educadores em relação ao seu trabalho docente. Com isso, esta experiência permitiu-nos entender a relevância social da discussão proposta, uma vez que implica na qualidade do trabalho docente e do processo de aprendizagem.

Enfim, esperamos que este trabalho contribua para o aprofundamento da temática tratada, a fim de que possa servir de referência para pesquisas futuras.

REFERÊNCIAS

ALVARENGA, A. T. de *et al.* Histórico, fundamentos filosóficos e teórico-metodológicos da interdisciplinaridade. In: PHILIPPI JÚNIOR, A.; SILVA NETO, A. J. (Orgs.). **Interdisciplinaridade em ciência, tecnologia & inovação**. Barueri: Manole, 2011.

BORTONI-RICARDO, S. M. **O professor pesquisador**: introdução à pesquisa qualitativa. São Paulo: Parábola. 135p. (Série Estratégias de Ensino, n. 8., 2008.

GUEDES, M. I. **Plataformização da educação**: uma análise de plataformas utilizadas para atuação docente na escola. 2024. Dissertação (Mestrado em Educação em Ciências) - Universidade Federal de Itajubá, Itajubá, 2024.

MORIN, E. O paradigma da complexidade. In: MORIN, E. **Introdução ao pensamento complexo**. Lisboa: Instituto Piaget, 1990.

PASINI, J.F.S.; SILVA, I.G. Plataformização da educação no estado do Paraná: caminhos para a padronização do trabalho. **Pleiade**. Inovações e Reformas Educacionais, v. 18, n. 43, 2024.

RAMOS, L. R. **Plataformização da educação**: impactos e desafios no trabalho do professor do estado do Paraná. 2024. Dissertação (Mestrado em Formação Docente) - Universidade Estadual do Paraná, *campus* de Paranavaí, Paranavaí, 2024.

SILVA, P. A. P. da. **EdTech e a plataformização da educação**. Tese (Doutorado em Educação) - Universidade do Estado do Rio de Janeiro, 2022.

SILVA, N. A. G. da; CAROLEI, P. Plataformização da educação pública: desafios para autonomia docente e inclusão discente. **Revista Docência e Cibercultura**, [S. l.], v. 8, n. 4, 2024. Disponível em: <https://www.e-publicacoes.uerj.br/re-doc/article/view/84769>. Acesso em: 30 jun. 2025.

SILVA, P.; COUTO, E. S. Plataformização da aprendizagem e o protagonismo de humanos e não humanos nas práticas pedagógicas. **EDUR - Educação em Revista**, v.40, 2024.

Disponível em: <https://periodicos.ufmg.br/index.php/edrevista/article/view/39146/44596>.

Acesso em: 14 maio 2025.

SILVA, K. A. P. da; PINHO, D. C. B. Plataformização da educação e modelagem matemática: uma possibilidade de descaminho da padronização em sala de aula. **REVEMAT. Revista Eletrônica de Educação Matemática**, Florianópolis, v. 20, p. 01-23, jan./dez. 2025.

VIEGAS, M. F.; LAMB, M. E. Plataformas digitais, estado e desigualdade no trabalho docente com dados. Dossiê. Novas Facetas da Desfiguração do trabalho Docente. **Cad. Cedes**, Campinas, v. 45, e289632, 2025.

ADOECIMENTO PSÍQUICO DOCENTE: UM OLHAR INTERDISCIPLINAR SOBRE A SITUAÇÃO DE TRABALHO DESTE PROFISSIONAL

SANTOS, Welton Fernando dos¹

TOGNATO, Maria Izabel Rodrigues²

ST 7 - Percursos científicos em processos educativos e socioculturais: desafios emergentes ao desenvolvimento da sociedade

INTRODUÇÃO

O adoecimento psíquico docente tem tomado uma dimensão crescente na produção científica, destacando a relevância da saúde mental e do bem-estar no contexto educacional. Entretanto, mesmo diante de avanços investigativos voltados à qualidade de vida no ambiente escolar, fatores estruturais que desestabilizam a saúde psicológica dos professores, tais como: cobranças intensificadas por desempenho, excesso de trabalho, desvalorização profissional e demandas externas que extrapolam suas atribuições, persistem.

Diante deste cenário, e motivados a debater acerca do sofrimento psíquico de docentes, este estudo busca apresentar os resultados parciais de uma pesquisa em andamento, que visa a compreender, sob uma perspectiva interdisciplinar, os impactos do trabalho docente na saúde psíquica das professoras de uma escola pública do Oeste do Paraná. Para isso, a pesquisa se orienta pelos seguintes objetivos específicos: (1) descrever as condições objetivas do trabalho docente investigado; (2) analisar os fatores que impactam a saúde mental docente e que favorecem o adoecimento psíquico e/ou psicológico e (3) identificar as estratégias de prevenção e enfrentamento acionadas pelas professoras diante das demandas de trabalho. No entanto, para este trabalho, nos limitaremos a discutir o segundo objetivo específico em função de espaço.

Com isso, pretendemos responder às urgências do campo empírico e contribuir para o avanço da produção científica sobre saúde mental na Educação.

¹ Mestrando, Programa de Pós-Graduação Interdisciplinar Sociedade e Desenvolvimento (PPGSeD), Universidade Estadual do Paraná (Unespar), *campus* de Campo Mourão, welton.girotto@email.com.

² Doutora em Linguística Aplicada e Estudos da Linguagem, docente da Universidade Estadual do Paraná (Unespar), *campus* de Campo Mourão, maria.tognato@ies.unespar.edu.br.

Para sustentar esta investigação, pautamo-nos na perspectiva da pesquisa interdisciplinar (Alvarenga *et al.*, 2011), articulada à Teoria da Complexidade (Morin, 1991, 2005, 2016), à Psicologia do Trabalho, especialmente ao escopo da Clínica da Atividade Francesa (Clot, 1999[2006]; Faita, 2002, 2005; Roger, 2007), bem como aos pressupostos da Educação (Freire, 1996[2002]) e do Trabalho Docente (Tardif; Lessard, 2008). Quanto à natureza da pesquisa, tomamos por base a abordagem mista, integrando métodos qualitativos e quantitativos (Lakatos, 2010, 2015, 2018; Creswell; Clark, 2018).

METODOLOGIA

No que se refere aos procedimentos metodológicos, a pesquisa envolveu estudos bibliográficos sobre o fenômeno investigado e uma coleta de dados com oito professoras. A natureza da investigação fundamenta-se em uma abordagem mista, integrando métodos qualitativos e quantitativos (Lakatos, 2010; Creswell; Clark, 2018). Assim, as participantes foram convidadas a responder um questionário *online*, via *Google Forms*, acompanhado de Carta Convite e Termo de Consentimento Livre e Esclarecido (TCLE), seguindo as diretrizes éticas e aprovado pelo Comitê de Ética em Pesquisa da Unespar³.

Para as análises, pautamo-nos nos princípios da Teoria da Complexidade (Morin, 1991, 2005, 2016), mais especificamente na compreensão da relação entre as partes e o todo.

DISCUSSÕES E RESULTADOS

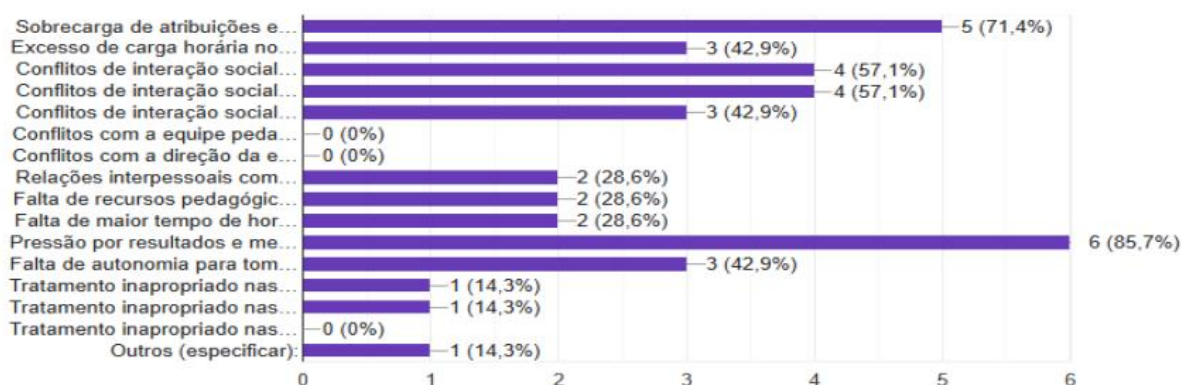
Para a discussão de resultados neste trabalho, selecionamos um recorte dos dados obtidos e sistematizados, bem como a interpretação das respostas obtidas pelo questionário aplicado às professoras participantes, o que nos permitiu identificar os fatores que interferem diretamente a saúde mental das docentes no contexto investigado. Posteriormente, discutimos analiticamente os dados, o que demonstrou impactos significativos das demandas educacionais sobre o bem-estar psíquico das docentes.

As respostas colhidas permitem-nos constatar que a sobrecarga de trabalho, a multiplicidade e complexidade das atribuições como planejamento, correção de atividades e preenchimento de documentos, associadas à pressão por metas e à indisciplina discente,

³ Projeto aprovado pelo CEP da Unespar em 23 de fevereiro de 2025, sob CAAE: 84989924.9.0000.9247 e Número do Parecer: 7.404.101.

configuram elementos centrais do desgaste emocional vivenciado pelas participantes, como se pode evidenciar por meio dos dados expostos no Gráfico 1, referentes ao objetivo geral de nossos estudos.

Gráfico 1 - Fatores que afetam negativamente o bem-estar psicológico e/ou psíquico em situação de trabalho

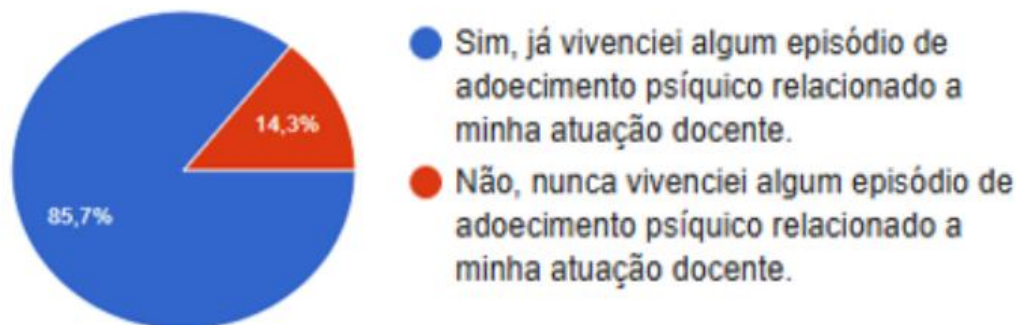


Fonte: Os autores, com base nos dados obtidos do questionário *online* aplicado pelo *Google Forms*.

Os dados apresentados no Gráfico 1 permite-nos entender que a rotina escolar, com enfoque nas demandas que atravessam as realidades docentes, é marcada por múltiplas responsabilidades como planejamento de aulas e correção de atividades fora da carga horária remunerada, além do cumprimento de demandas administrativas e pressão constante por resultados. Isso constitui um fator de estresse contínuo, que interfere diretamente no equilíbrio emocional e desencadeia maiores possibilidades de adoecimento mental.

A maioria das participantes relatou ter vivenciado episódios de adoecimento psíquico relacionados à docência, incluindo sintomas de ansiedade, estresse e exaustão emocional, o que reforça a gravidade e a persistência do problema investigado. Esses dados nos revelam não apenas a dimensão individual do impacto sobre a saúde mental docente, mas também implicações para a qualidade do ensino, a motivação das professoras e a dinâmica do ambiente escolar, envolvendo a dimensão coletiva, evidenciando a necessidade urgente de estratégias de prevenção e cuidado no contexto educativo, como ilustra o Gráfico 2, ao apontar-nos um número substancial de casos vivenciados pelo adoecimento docente.

Gráfico 2 - Vivência de episódio de adoecimento psíquico relacionado ao trabalho docente



Fonte: Os autores, com base nos dados obtidos do questionário online aplicado pelo *Google Forms*.

Por fim, entendemos que, apesar do papel social relevante que as professoras participantes da pesquisa desempenham na formação humana e na construção da sociedade, as docentes estão inseridas em um sistema educacional que não oferece condições adequadas para o cuidado, o reconhecimento e a manutenção da qualidade de vida e de trabalho. Assim, concluímos que há urgência em repensar políticas e estratégias institucionais que possam prevenir o adoecimento no sentido de promover um ambiente de trabalho mais saudável, garantindo que as professoras possam desempenhar sua função de forma digna e sustentável.

CONSIDERAÇÕES FINAIS

Esta pesquisa interdisciplinar tem nos evidenciado a complexidade do adoecimento mental docente, demonstrando de que forma as demandas do contexto educacional afetam a saúde psíquica das professoras participantes. Ao articular saberes provenientes de distintas áreas do conhecimento, tornou-se possível apreender os múltiplos fatores que atravessam tanto a dimensão individual, quanto a coletiva das profissionais, revelando impactos significativos sobre seu bem-estar e desempenho profissional. A análise dos dados indica que o adoecimento mental das docentes não se restringe a questões pessoais isoladas, mas está intrinsecamente ligado às estruturas e condições institucionais que moldam a prática pedagógica.

Os resultados, centrados no objetivo geral da pesquisa, compreender os impactos do trabalho docente sobre a saúde psíquica das professoras de uma escola pública do Oeste paranaense, apontam que a sobrecarga de atribuições, o excesso de carga horária e a pressão

por metas educacionais constituem os principais fatores que comprometem o bem-estar psicológico das participantes. Estes elementos revelam um cenário de intensificação do trabalho, no qual tempo e energia são consumidos por tarefas burocráticas e exigências externas, muitas vezes, desalinhadas com as possibilidades humanas das docentes.

Por fim, o desenvolvimento desta pesquisa, pela perspectiva interdisciplinar, tem se mostrado fundamental para entender a complexidade do fenômeno investigado. A integração de diferentes campos do saber possibilita-nos uma leitura mais ampla e sensível das múltiplas dimensões que atravessam o trabalho docente. Diante do exposto, concluímos que discutir saúde mental na educação exige considerar não apenas fatores individuais, mas também as condições materiais, simbólicas e relacionais que sustentam ou fragilizam a prática pedagógica. Nesse contexto, as respostas das professoras demonstram que, apesar das dificuldades, frustrações e desafios crescentes da profissão, persiste um vínculo afetivo profundo com a docência, expresso pela dedicação e pelo comprometimento com o ensino, ainda que reconheçam a necessidade de mudanças estruturais que possam tornar a prática docente e sua situação de trabalho mais saudável, digna e sustentável.

REFERÊNCIAS

ALVARENGA, A. T. de et al. Histórico, fundamentos filosóficos e teórico-metodológicos da interdisciplinaridade. In: PHILIPPI JÚNIOR, A.; SILVA NETO, A. J. (orgs.). **Interdisciplinaridade em ciência, tecnologia & inovação**. Barueri: Manole, 2011.

CLOT, Y. **A função psicológica do trabalho**. Trad. A. Sobral. Petrópolis: Vozes, 1999 [2006].

CRESWELL, J. W.; CLARK, V. L. P. **Designing and conducting mixed methods research**. 3. ed. Thousand Oaks: Sage Publications, 2018.

FAÏTA, D. Análise das práticas languageiras e situações de trabalho: uma renovação metodológica imposta pelo objeto. In: SOUZA-E-SILVA, M. C. P.; FAÏTA, D. **Linguagem e trabalho: construção de objetos de análise no Brasil e na França**. São Paulo: Cortez, 2002.

FAÏTA, D. **Análise dialógica da atividade profissional**. Trad. M. B. França; M. G. C. di Fanti; M. A. M. Vieira. Rio de Janeiro: Imprinta Express, 2005.

FREIRE, P. **Pedagogia da autonomia: saberes necessários à prática educativa**. 25. ed. São Paulo: Paz e Terra, 1996 [2002].

LAKATOS, E. M.; MARCONI, M. de A. **Metodologia científica**. 7. ed. São Paulo: Atlas, 2010.

MORIN, E. **Introdução ao pensamento complexo**. Lisboa: Instituto Piaget, 1991.

MORIN, E. **Ciência com consciência**. Trad. M. D. Alexandre; M. A. S. Dória. 8. ed. Rio de Janeiro: Bertrand Brasil, 2005.

MORIN, E. **Reinventar a educação**: abrir caminhos para a metamorfose da humanidade. São Paulo: Palas Athena, 2016.

ROGER, J.-L. **Refaire son métier**: essais de clinique de l'activité. Ramonville Saint-Agne: Érès, 2007.

TARDIF, M.; LESSARD, C. **O trabalho docente**: elementos para uma teoria da docência como profissão de interações humanas. Trad. J. B. Kreuch. 4. ed. Petrópolis: Vozes, 2008.

DIVULGAÇÃO CIENTÍFICA: UM INSTRUMENTO PARA OS LETRAMENTOS ACADÊMICOS-CIENTÍFICOS

NASCIMENTO, Eduarda de Jesus do¹

ST 7 - Percursos científicos em processos educativos e socioculturais: desafios emergentes ao desenvolvimento da sociedade

INTRODUÇÃO

Tomando por base alguns estudos (Silva, 2006) a respeito da Divulgação Científica, temos constatado a consolidação desta ação como uma prática fundamental para a democratização do conhecimento, uma vez que possibilita o acesso ao saber científico. Isso contribui para uma formação acadêmica e, conseqüentemente, para a construção de uma sociedade mais crítica e informada, propiciando uma ligação entre a participação do público amplo e os temas científicos. Daí a necessidade de aprofundarmos esta temática, visto que pode contribuir para que outras pessoas para além do contexto acadêmico, como a sociedade em geral, possam ter acesso a diferentes pesquisas desenvolvidas no âmbito do Ensino Superior.

Por essas razões, este trabalho visa a apresentar resultados parciais de um estudo de Iniciação Científica em desenvolvimento, no que diz respeito ao estado da arte sobre a temática estudada, por meio de um levantamento bibliográfico. Tais atividades compõem este estudo como práticas de letramentos em nosso percurso formativo como pesquisadora, pois entendemos que o trabalho de revisão de literatura é fundamental para tomarmos conhecimento sobre o que tem sido realizado no campo investigado. Quanto à teoria norteadora deste trabalho, ancoramos nossos estudos nos aportes dos Letramentos Acadêmico-Científicos (Lea; Street, 2014) e da Divulgação Científica (Cristovão; Braz; Belinelli, 2024) A Divulgação Científica, de acordo com Silva (2006), pode ser caracterizada como um vasto conjunto de atividades, sendo elas escritas, orais, visuais e até mesmo, multimodais.

¹ Graduanda no Curso de Letras - Português/Inglês, bolsista de Iniciação Científica, Fundação Araucária (Pesquisa Básica e Aplicada), Universidade Estadual do Paraná (Unespar), *campus* de Campo Mourão, eduarda.jn24@gmail.com.

Em relação aos procedimentos metodológicos, no que tange à natureza da pesquisa, pautamos nosso estudo na abordagem qualitativo-interpretativista (Bortoni-Ricardo, 2008). Para este estudo, realizamos uma revisão de literatura, com o intuito de identificar os temas tratados em diferentes estudos relacionados à temática deste trabalho.

Em relação à organização textual, este trabalho divide-se nas partes constitutivas, a saber: introdução, metodologia, discussões e resultados e, por fim, as considerações finais, conforme veremos a seguir.

METODOLOGIA

No que se refere aos procedimentos metodológicos, em relação à natureza da pesquisa, pautamo-nos na abordagem qualitativo-interpretativista (Bortoni-Ricardo, 2008). Assim, para este estudo, realizamos uma busca de pesquisas relacionadas à temática tratada neste trabalho por meio de um estudo bibliográfico, tomando por base os trabalhos de Silva (2006), sobre o conceito de Divulgação Científica, de Massola, Crochik e Svartman (2015), sobre uma crítica a respeito da Divulgação Científica, e de Bueno (2010), que discute a dimensão política e ideológica da divulgação.

Além disso, fundamentamos nossos estudos em Lakatos e Marconi (2007) ao defenderem o método indutivo acerca da importância de se tecer conclusões, a partir de um conteúdo mais amplo, bem como nos estudos de Gil (2008) sobre o raciocínio indutivo, por meio do qual a generalização deve ocorrer pela especificidade dos dados.

DISCUSSÕES E RESULTADOS

As atividades realizadas desde o período inicial deste estudo envolveram leituras e estudos bibliográficos, como uma atividade inicial de pesquisa, relacionados às temáticas propostas para este trabalho. Para isso, realizamos algumas leituras de textos teóricos, no sentido de aprofundarmos os estudos, com o intuito de reconhecer a o papel social da Divulgação Científica.

Desse modo, a leitura dos textos encontrados nos permitiram entender mais ampliadamente a concepção de Divulgação Científica. Com isso, para este trabalho, focamos no objetivo geral destes estudos de modo a identificar os temas por eles trabalhados, conforme mostra o Quadro 1.

Quadro 1 - Temas apresentados nos textos encontrados

TEXTOS	TEMAS
1	Conceitos educação não formal e divulgação científica
2	Definição de divulgação científica
3	Possibilidade de como letramento científico na educação básica, interfere na identificação de notícias falsas
4	Crítica relacionada ao que seria “Divulgação Científica” e a forma como é disseminada ao público amplo
5	Análise dos traços que distinguem a comunicação científica da divulgação científica
6	Debate em relação a necessidade da alfabetização científica relacionada à divulgação científica
7	Reflexões sobre as relações de poder no processo de divulgação científica
8	Reflexões acerca dos objetivos buscados quando textos de divulgação científica são empregados como recurso didático no ensino de ciências
9	Eficácia das mídias sociais na propagação científica
10	Dialogismo na divulgação científica

Fonte: A autora, 2025.

No entanto, há que se considerar a importância de um maior entendimento acerca das temáticas propostas para discussão neste trabalho de modo a obtermos uma compreensão mais efetiva dos conhecimentos.

CONSIDERAÇÕES FINAIS

Diante do exposto, retomando a importância e a necessidade de aprofundarmos os conhecimentos acerca de gêneros textuais relacionados aos Letramentos Acadêmico-Científicos, em especial, o gênero Divulgação Científica, o presente estudo permitiu-nos obter um maior entendimento sobre os conceitos estudados, em especial, em relação a Divulgação Científica, mostrando-se um recurso fundamental para a formação acadêmico-científico do estudante de graduação, mais especificamente, para quem participa de IC. Esta experiência representa uma oportunidade de desenvolver e promover uma reflexão crítica sobre os processos formativos envolvidos na prática da pesquisa, além de evidenciar a relevância e a urgência de um aprofundamento teórico sobre conceitos e temas essenciais à formação no contexto do Ensino Superior, assim como no campo de letramentos científicos.

Enfim, esperamos que este trabalho contribua para a expansão das temáticas tratadas, a fim de que os conhecimentos acerca dos letramentos acadêmico-científicos, em especial, do gênero Divulgação Científica, possam constituir os processos formativos no Ensino Superior.

REFERÊNCIAS

BORTONI-RICARDO, S. M. **O professor pesquisador**: introdução à pesquisa qualitativa. São Paulo: Parábola, 2008.

CRISTOVÃO, V. L. L.; BRAZ, B. O.; BELINELLI, G. P. Ciência, Linguística e divulgação científica: entendimentos de estudantes brasileiros/as e portugueses/as: understandings of Brazilian and Portuguese students. **Raído**, v. 18, n. 46, p. 121-147, 2024. Disponível em: <https://ojs.ufgd.edu.br/Raído/article/view/18091>. Acesso em: 31 out. 2025.

GIL, A. C. **Métodos e técnicas de pesquisa social**. 6. ed. São Paulo: Atlas, 2008.

LAKATOS, E. M.; MARCONI, M. de A. **Fundamentos de metodologia científica**. São Paulo: Atlas, 2007.

LEA, M.; STREET, B. O modelo de “letramentos acadêmicos”: teoria e aplicações. **Filologia e linguística Portuguesa**, v. 16, n. 2, p. 477-493, jul./dez. 2014.

MAGALHÃES, T. G.; CRISTOVÃO, V. L. L. Letramento científico, gêneros textuais e ensino de línguas: uma contribuição na perspectiva do Interacionismo Sociodiscursivo. **Raído**, Dourados, v. 12, n. 30, p. 52-72, 2018. Disponível em: <https://ojs.ufgd.edu.br/index.php/Raído/article/view/9382/4938>. Acesso em: 22 fev. 2024.

MASSOLA, G. M.; CROCHIK, J. L.; SVARTMAN, B. P. **Por uma crítica da divulgação científica**. 2015.

SCHNEUWLY, B.; DOLZ, J. **Gêneros orais e escritos na escola**. Campinas: Mercado de Letras, 2004.

SILVA, H. C. da. O que é divulgação científica? **Ciência & Ensino**, 2006.

STREET, B. V. Dimensões escondidas na escrita de artigos acadêmicos. **Perspectiva**, Florianópolis, v. 28, n. 2, p.541-457, 2010.

EDUCACIÓN Y VALORES EN LA ENSEÑANZA MEDIA: PRÁCTICA TRANSVERSAL SOBRE VIOLENCIA ESCOLAR CON ESTUDIANTES CHILENOS

SILVA, Bruna Ercoles da¹

ARDILES, René Traslaviña²

ST 7 - Percursos científicos em processos educativos e socioculturais: desafios emergentes ao desenvolvimento da sociedade

INTRODUÇÃO

La convivencia es una de las bases del desarrollo de la identidad humana, se construye a través de las relaciones que se establecen desde que el ser humano es un bebé con sus cuidadores y sigue al largo de la vida con la ampliación de su círculo de amistad, bien como las experiencias del convivio social. En esa percepción, los espacios educativos se caracterizan por ser el lugar donde niños(as), adolescentes y jóvenes pasan, frecuentemente, la mayor parte de su día y se torna el sitio con mayores interacciones con la diversidad humana, ya que se relacionan con personas con diferencias físicas, psíquicas, ideológicas, de género, culturales, etc. (Araújo, 2007; Galvão, 2004; La Taille, 2010; Puig, 1998; Sastre; Moreno, 2002).

Como lo señala la LGE en su artículo N°29, la educación media también tendrá como objetivo que los y las estudiantes desarrollen los conocimientos, habilidades y actitudes que les permitan trabajar en equipos e interactuar en contextos socioculturales heterogéneos, relacionándose positivamente con otros, cooperando y resolviendo adecuadamente los conflictos (UCE, Mineduc 2025). Así mismo, el currículum nacional establece diversos objetivos transversales de aprendizaje, como aquellos relacionados a la dimensión sociocultural y ciudadana.

A partir de esa perspectiva, se presenta en este trabajo una práctica que tiene el objetivo de superar modelos pedagógicos enfocados solamente en la transmisión de contenidos curriculares, en vez de eso, considera aquellas que se desarrollan transversalmente

¹ Mestre em Sociedade e Desenvolvimento, Universidade Estadual do Paraná (Unespar), *campus* de Campo Mourão, profesora de Lengua y Literatura en el liceo Jorge Alessandri Rodríguez, Tierra Amarilla, Chile, bruna.ercoles@slepatacama.cl.

² Mestre, gestor de convivencia educativa en el liceo Jorge Alessandri Rodríguez, Tierra Amarilla, Chile, rene.ardiles@slepatacama.cl.

desde el ámbito pedagógico-formativo y que cumplen con la doble función de la educación: Instruir en los contenidos científicos y formar éticamente.

METODOLOGIA

El método utilizado en la investigación parte desde la comprensión de que la educación escolar debe tener 2 objetivos indisolubles: Instrucción y formación ética, eso es, entender que al mismo tiempo que se instruye los alumnos y alumnas en los contenidos curriculares, también se les forma éticamente por medio del trabajo con valores necesarios para la construcción de sociedades democráticas. Además, se entiende que los valores éticos no son innatos ni heredados genéticamente, por el contrario, se desarrollan a partir de las relaciones que las personas establecen entre sí y con la sociedad a lo largo de su vida. De esa manera se producen por medio de sujetos activos que actúan sobre el mundo objetivo y subjetivo en el que viven (Araújo, 2014; Freire 1997; Moreno, 2002; Sastre y Moreno, 2002, Piaget, 1994).

Para abordar esa temática, el proyecto realizado utilizó como base distintas Metodologías Activas, como el Aprendizaje Basado por Proyectos, Aprendizaje Basado en la Investigación (Merino *et al.* 2024) y el Estudio de Caso, ambos buscaron estimular la participación, el diálogo y la investigación como fuente enriquecedora del pensamiento crítico y la motivación por el aprendizaje experiencial y social, en el que los/las estudiantes investigan un fenómeno concreto que forma parte de la convivencia educativa.

DISCUSSÕES E RESULTADOS

A partir de lo expuesto, se desarrolló un proyecto en un Liceo Municipal ubicado en la localidad de Tierra Amarilla - Atacama - Chile. Esta práctica es realizada en la asignatura de Lengua y Literatura desde el año 2024, y es ejecutada principalmente por todos los/las estudiantes de primer año medio, quienes tienen la importante labor de formar grupos de trabajo que se dedican a profundizar en la temática de interés. En su primera versión se realizó una investigación en el ámbito de drogas, y en 2025 se profundizó en el ámbito de la violencia escolar.

El trabajo se inició con la elaboración de preguntas por parte de los estudiantes que, posteriormente fueron clasificadas y utilizadas en una encuesta para investigar el fenómeno de

la violencia escolar dentro del establecimiento. Los datos fueron recolectados por los investigadores (alumnos) y luego analizados por ellos orientados por la profesora. En total, 366 estudiantes de 1° a 4° medio respondieron las preguntas.

Los resultados encontrados mostraron una realidad bastante alarmante, en la cual 64,3% de los encuestados afirmaron que el liceo es el lugar dónde más han presenciado algún tipo de violencia. Esa cifra se identifica con la realidad vivenciada dentro del establecimiento, en la cual hechos violentos aumentaron 40% en los últimos 3 años consecutivos, habiendo 12 casos de violencia en el primer semestre de 2025, de acuerdo a los registros internos.

También llama la atención la cantidad de estudiantes que no cuentan con herramientas para resolver sus conflictos de forma pasiva, 59,7% afirmaron que serían violentos con alguien si los provocan. Entre las razones por las cuáles actuarían de esa manera se presentan las siguientes: 55,1% cuando insultan a su mamá; 38,4% cuándo los provocan; 36,2% cuando insultan a su hermano o a alguien que quieren; y solamente 21,6% de los encuestados no serían violentos con otras personas en ninguna situación.

Paralelamente a la encuesta realizada, los estudiantes analizaron noticias de casos reales sucedidos en escuelas chilenas bien como artículos sobre distintos tipos de violencia. Además, construyeron y ejecutaron una acción de prevención a la violencia en el establecimiento, entre ellas podemos destacar la elaboración de afiches, podcast, cartas, cajas sorpresa con mensajes positivos, entre otros. Para finalizar el trabajo investigativo, realizaron una disertación oral en la cual presentaron los resultados de sus análisis e investigaciones.

El trabajo desarrollado ejemplifica la interacción y articulación de los 2 objetivos centrales de la educación antes mencionados (Instrucción y formación ética), en el que toma especial énfasis el aspecto formativo, considerando que la convivencia educativa es un proceso de aprendizaje dinámico e interaccional que se enseña y aprende, además que forma parte de las bases curriculares como un proceso pedagógico que debe desarrollar la educación hacia el pleno desarrollo de las personas.

Posterior a la finalización del proyecto, se realizaron distintas conversaciones con los(as) alumnos(as), en el cual nombraron el trabajo realizado como una oportunidad para repensar sus propias prácticas, entre ellos, una participante afirmó:

[...] nos ayudó a especializarnos y conocer sobre el tema y también a mejorar la convivencia entre nosotros, porque muchas acciones que hacíamos no sabíamos que al final de cuentas eran violencia y dañan a la otra persona [...] esto cambió mucho la convivencia como curso porque dejamos los insultos, los empujones y otras cosas que nos afectaban mucho (Datos de la investigación, 2025).

Sumado al relato de la estudiante, también pudimos observar una disminución significativa en los casos de violencia dentro del Liceo, ya que en el momento que el trabajo fue realizado (mayo a agosto, 2025) se contaba con 12 casos registrados, en cambio, después de la finalización del proyecto, hasta el presente momento no se ha registrado ningún caso.

CONSIDERAÇÕES FINAIS

Cómo ha podido observarse, el trabajo considera la participación activa de los/las estudiantes como principales diseñadores, creadores y ejecutores de las temáticas de interés, el que se hace presente la metodología educativa del aprendizaje basados en la investigación (ABI) y del aprendizaje basado en proyectos ABP (Merino *et al.* 2024), lo que permitió a los/las estudiantes involucrarse más allá del aspecto literario en la temática trabajada, desarrollando aprendizajes de base, permitiendo aperturar el diálogo de los/las estudiantes con temáticas atingentes y coherentes a la realidad educativa e interaccionar con otros miembros de la comunidad. Las experiencias en entrevistas, trabajos en grupo y búsqueda de fuentes permitieron una comprensión más profunda con el fenómeno investigado, despertando el interés y el apoyo de diferentes estamentos de la comunidad educativa en esta acción, permitiendo su amplia valoración.

Esta práctica ha sido ampliamente valorada por la comunidad educativa y por las diferentes redes territoriales que colaboran día a día con la institución. Dicha relevancia e importancia ha generado que esta práctica forme parte del nuevo plan de gestión de la convivencia educativa para los años próximos, como una práctica pedagógica institucionalizada que permitirá abordar los diferentes fenómenos que se desarrollan en la convivencia a través de los aprendizajes formativos experienciales del desarrollo personal y social, que contribuye al bienestar de todos y todas.

REFERÊNCIAS

ARAÚJO, Ulisses Ferreira. A construção social e psicológica dos valores. In: ARANTES, Valéria Amorim. **Educação e Valores**. São Paulo: Summus, 2007.

ARAÚJO, Ulisses Ferreira. **Temas transversais, pedagogia de projetos e as mudanças na educação**. São Paulo: Summus, 2014.

GALVÃO, Izabel. **Cenas do cotidiano**: conflitos sim, violência não. Petrópolis, RJ: Vozes, 2004.

LA TAILLE, Yves. Moral e ética: uma leitura psicológica. **Psicologia**: teoria e pesquisa, São Paulo, vol. 26, n. especial, p. 105-114, 2010.

MERINO, J.L. et. Al. **Fundamentos educativos para edificar el conocimiento**. Madrid: Dykinson, 2024.

MORENO, Montserrat. Temas transversais: um ensino voltado para o futuro. In: MORENO, M; BUSQUETS, M. D. et al. **Temas transversais em Educação**: bases para uma formação Integral. São Paulo: Ática, 2002.

PIAGET, Jean. **O juízo moral na criança**. SP: Summus, 1994.

PUIG, Josep Maria. **A construção da personalidade moral**. São Paulo: Ática, 1998.

SASTRE, Genoveva; MORENO, Montserrat. **Resolução de conflitos e aprendizagem emocional**: gênero e transversalidade. São Paulo: Moderna, 2002.

UCE. **Documento de vinculación curricular de nivel básica y media**. Chile: Ministerio de Educación, 2025.

**FELICIDADE CONTEMPORÂNEA E FILOSOFIA EPICURISTA:
 APROXIMAÇÕES E DISTANCIAMENTOS INTERGERACIONAIS NA
 FORMAÇÃO HUMANA**

SILVA, Paula¹

ST 7 - Percursos científicos em processos educativos e socioculturais: desafios emergentes ao desenvolvimento da sociedade

INTRODUÇÃO

A felicidade é um tema que perpassa a história do pensamento humano, sendo abordada por diversas áreas do saber, como filosofia, psicologia e ciências sociais. Na contemporaneidade, o tema ganha novos contornos diante das transformações culturais e tecnológicas que afetam a forma como os sujeitos percebem e constroem o sentido de ser feliz. O presente trabalho está vinculado ao Programa de Pós-Graduação Sociedade e Desenvolvimento (PPGSeD) da Unespar, linha de pesquisa Formação Humana, processos socioculturais e instituições, e pertence aos estudos desenvolvidos no Grupo de Pesquisa LEC - Laboratório de Estudos Corporais. Busca-se compreender como a filosofia epicurista pode dialogar com os desafios contemporâneos da formação humana, propondo uma reflexão sobre a felicidade como equilíbrio e serenidade diante da vida.

A pesquisa parte da constatação de que a felicidade, cada vez mais associada ao consumo e à visibilidade social, tem se tornado um imperativo cultural que gera adoecimento e frustração. Frente a esse contexto, revisitar a filosofia epicurista possibilita refletir sobre valores como simplicidade, amizade e moderação, que permanecem atuais para o desenvolvimento humano integral. O estudo propõe, portanto, analisar aproximações e distanciamentos entre a visão ética de Epicuro e a concepção contemporânea de felicidade, considerando especialmente a perspectiva intergeracional.

¹ Mestranda, Programa de Pós-Graduação Interdisciplinar Sociedade e Desenvolvimento (PPGSeD), Universidade Estadual do Paraná (Unespar), campus de Campo Mourão, paulaemanuelafelix@gmail.com.

METODOLOGIA

A pesquisa adota uma abordagem qualitativa e teórico-reflexiva, fundamentada na base filosófica. A análise é orientada por uma revisão bibliográfica de obras clássicas e contemporâneas sobre a felicidade. O estudo dialoga com produções recentes no campo da educação e da formação humana, visando compreender a felicidade como um componente ético e formativo. A metodologia contempla uma análise reflexiva entre as concepções de felicidade predominantes entre diferentes gerações, identificando como os discursos atuais refletem ou se distanciam dos princípios epicuristas.

DISCUSSÕES E RESULTADOS

A filosofia epicurista compreende a felicidade como a ausência de perturbações da alma e de dor física, alcançada pela moderação dos desejos e pela busca de prazeres naturais e necessários. Epicuro (2001) defendia que o prazer verdadeiro é aquele que liberta o ser humano do medo e da dor, sendo a serenidade o caminho para uma vida plena. Essa visão propõe um hedonismo racional, em que o prazer não é fim em si mesmo, mas meio de alcançar a tranquilidade interior.

Aristóteles, em *Ética a Nicômaco*, também via a felicidade (eudaimonia) como o fim supremo da vida humana, alcançado pela prática das virtudes e pelo uso equilibrado da razão. Para ele, a felicidade nasce da coerência entre o pensar e o agir, sendo resultado de uma vida vivida com prudência e equilíbrio (Aristóteles, 2000). Reale (2005) observa que a ética aristotélica influenciou profundamente o pensamento ocidental, mantendo-se atual por valorizar o autodomínio e a busca por sentido.

A modernidade, contudo, transformou a felicidade em um ideal associado à conquista e ao progresso. Stearns (2021) argumenta que o capitalismo e a cultura de consumo converteram a felicidade em mercadoria, um produto disponível a quem possa comprá-lo. Bauman (2007) reforça essa leitura ao afirmar que, na modernidade líquida, o sujeito tornou-se simultaneamente consumidor e mercadoria: um ser que busca preencher vazios existenciais com o efêmero. Nesse cenário, a promessa de felicidade tornou-se permanente, mas raramente alcançada.

Na contemporaneidade, autores como Kahneman (2011) e Seligman (2011) recolocam o debate sobre a felicidade em bases psicológicas. Kahneman distingue entre o “eu que vive”

e o “eu que recorda”, mostrando que a felicidade depende tanto das experiências imediatas quanto da forma como as interpretamos. Já Seligman, ao propor o modelo PERMA, enfatiza que o bem-estar deriva do equilíbrio entre prazer, engajamento, sentido, realizações e relacionamentos. Ambos, de modo distinto, retomam o princípio epicurista de que a felicidade é construída na moderação e no autoconhecimento.

Ao analisar diferentes gerações, percebe-se que a ideia de felicidade muda conforme a fase da vida e o contexto social. Estudos apontam que adolescentes tendem a associar felicidade a reconhecimento e aceitação, fortemente influenciados pelas redes sociais (Pinheiro; Freitas; Gerhard, 2020). Já os idosos tendem a valorizar o equilíbrio, a saúde e as relações afetivas duradouras (Pereira, 2022). Essa diferença expressa não apenas o impacto da idade, mas também o modo como cada geração constrói sentido em meio às pressões e às promessas do seu tempo histórico.

Epicuro, ao defender uma vida pautada na prudência, no autodomínio e na amizade, oferece um contraponto valioso a esse cenário. Sua filosofia convida o ser humano a desejar menos e a viver com mais presença. Reale e Antiseri (2002) destacam que, ao propor o prazer moderado e a amizade como pilares da existência, Epicuro nos ensina que a felicidade está menos em acumular e mais em saber contentar-se. Essa lição ecoa com força no mundo atual, em que o excesso de informação e de estímulos ameaça a serenidade e a conexão com o essencial.

Revisitar o pensamento epicurista, portanto, é redescobrir a delicadeza de viver com leveza. Em tempos de urgência e performance, a simplicidade aparece como ato de resistência e forma de liberdade. A felicidade, entendida sob essa ótica, deixa de ser um produto e se torna uma prática – um exercício cotidiano de prudência, reflexão e afeto.

A filosofia epicurista compreende a felicidade como a ausência de perturbações da alma e de dor física, alcançada por meio da moderação dos desejos e da busca por prazeres naturais e necessários. Epicuro propõe uma vida pautada na prudência e na serenidade, na qual a amizade e a reflexão ocupam lugar central. Esses princípios contrastam com a sociedade contemporânea, marcada pela aceleração, pelo excesso e pela lógica da performance. Ao observar as percepções de adolescentes e idosos sobre felicidade, constata-se que as gerações mais jovens tendem a associá-la a conquistas e reconhecimento social, enquanto os idosos a relacionam à estabilidade emocional e às relações afetivas duradouras.

Essa distinção revela que, apesar das mudanças culturais e tecnológicas, a busca por equilíbrio e bem-estar permanece uma constante na experiência humana. A retomada do pensamento epicurista oferece um caminho de reflexão crítica sobre o modo de vida contemporâneo, incentivando a valorização da simplicidade e das relações humanas como vias para uma felicidade mais autêntica. Os resultados parciais indicam que a filosofia epicurista, reinterpretada no contexto atual, pode contribuir significativamente para o campo da formação humana, especialmente ao promover uma educação ética e emocional.

CONSIDERAÇÕES FINAIS

Compreender a felicidade sob o viés filosófico de Epicuro é reconhecer que o bem-estar não se reduz ao prazer imediato, mas se realiza na prudência, na amizade e na serenidade. O estudo evidencia que a formação humana pode se beneficiar de uma aproximação com os princípios éticos da Antiguidade, especialmente quando se busca contrapor a lógica do consumo e da superficialidade às dimensões mais profundas da existência. A reflexão sobre a felicidade é também um exercício de formação e liberdade, que contribui para o desenvolvimento de uma consciência mais humana e crítica.

REFERÊNCIAS

ARISTÓTELES. **Ética a Nicômaco**. São Paulo: Martins Fontes, 2000.

BAUMAN, Zygmunt. **Vida para consumo**: a transformação das pessoas em mercadoria. Rio de Janeiro: Zahar, 2007.

EPICURO. **Máximas principais**. Tradução de M. R. de Oliveira. São Paulo: Martins Fontes, 2001.

KAHNEMAN, Daniel. **Pensar, rápido e devagar**. São Paulo: Companhia das Letras, 2011.

PEREIRA, R. D. **Felicidade e qualidade de vida**: análise da percepção juvenil e idosa no contexto brasileiro. São Paulo: Universidade de São Paulo, 2022.

PINHEIRO, V. S.; FREITAS, A. A. F.; GERHARD, F. **Felicidade e consumo em tempos de redes sociais**. João Pessoa: UFPB, 2020.

REALE, Giovanni. **História da filosofia antiga**: dos pré-socráticos a Aristóteles. São Paulo: Loyola, 2005.

REALE, Giovanni; ANTISERI, Dario. **História da filosofia:** Antiguidade e Idade Média. São Paulo: Paulus, 2002.

SELIGMAN, Martin E. P. **Florescer:** uma nova compreensão sobre a felicidade. Rio de Janeiro: Objetiva, 2011.

SENNETT, Richard. **Juntos:** os rituais, os prazeres e a política da cooperação. Rio de Janeiro: Record, 2012.

STEARNS, Peter N. **História da felicidade.** São Paulo: Contexto, 2021.

LETRAMENTO CIENTÍFICO COMO PRÁTICA SOCIAL NOS ANOS INICIAIS DO ENSINO FUNDAMENTAL: UMA REVISÃO EXPLORATÓRIA DA LITERATURA RECENTE

CANTUÁRIA, Vanessa Cristina Marinho¹

ST 7 - Percursos científicos em processos educativos e socioculturais: desafios emergentes ao desenvolvimento da sociedade

INTRODUÇÃO

O presente trabalho apresenta uma Revisão Exploratória da Literatura (REL) acerca do letramento científico (LC) nos anos iniciais do Ensino Fundamental, com o objetivo de identificar e analisar produções acadêmicas recentes (2019-2024) que abordam o LC como uma prática social, discursiva e crítica. Essa perspectiva compreende o ensino de Ciências como um espaço de diálogo entre saberes e de formação cidadã, indo além da simples transmissão de conteúdos.

O estudo justifica-se pela necessidade de compreender como o letramento científico tem sido conceituado e mobilizado nas práticas pedagógicas dos anos iniciais, em consonância com as orientações da Base Nacional Comum Curricular (BNCC) e dos novos estudos do letramento (Street, 1984, 1995, 2014; Kleiman, 1995, 2005, 2007). É nesse período escolar que as crianças desenvolvem suas primeiras percepções sobre o mundo natural, tornando essencial que a ciência seja apresentada de forma significativa, contextualizada e socialmente relevante.

A revisão destaca o papel do letramento científico como instrumento de empoderamento e participação crítica, permitindo que os alunos compreendam fenômenos científicos, analisem informações e tomem decisões fundamentadas. Assim, investigar as abordagens teóricas e práticas sobre o tema contribui para fortalecer uma educação científica crítica e democrática nos anos iniciais.

METODOLOGIA

¹ Mestranda, Programa de Pós-Graduação em Ciência, Tecnologia e Sociedade (PPGCTS), Instituto Federal do Paraná (IFPR), *campus* Paranaguá, vanessacantuarial51@gmail.com.

A pesquisa possui natureza qualitativa e descritiva, fundamentada no método de Revisão Exploratória de Literatura (REL). O objetivo metodológico foi identificar, selecionar e analisar criticamente a produção acadêmica recente sobre o letramento científico como prática social nos anos iniciais do Ensino Fundamental.

O levantamento ocorreu entre agosto e setembro de 2024, em quatro bases de dados: Google Acadêmico, SciELO, Periódicos CAPES e Biblioteca Digital Brasileira de Teses e Dissertações (BDTD). Foram utilizadas as palavras-chave: “ensino de ciências” AND “letramento científico” AND “prática social”, com filtro temporal de 2019 a 2024.

- Google Acadêmico (17/08 a 30/08/2025): 1.320 resultados - 9 selecionados.
- SciELO (01/09 a 09/09/2025): 19 resultados - 2 selecionados.
- Periódicos CAPES (10/09 a 16/09/2025): 163 resultados - 2 selecionados.
- BDTD (17/09/2025 a 23/09/2025): 13 resultados - 1 dissertações selecionadas.

Critérios de inclusão: publicações entre 2019-2024; foco nos anos iniciais; abordagem explícita da relação entre LC e prática social. Critérios de exclusão: estudos do ensino médio/superior; trabalhos com enfoque técnico ou quantitativo; textos sem fundamentação teórica ou genéricos.

O corpus final foi composto por 14 produções acadêmicas (7 dissertações/TCCs e 7 artigos de periódicos), analisadas por meio da análise de conteúdo (Bardin, 2011), organizada em três eixos temáticos: (1) Tensão Teórica e Dimensão Crítica do LC; (2) Estratégias Didáticas e o LC como Prática Social; e (3) Formação Docente e Desafios de Mediação.

DISCUSSÃO E RESULTADOS

No primeiro eixo, observou-se que o conceito de letramento científico ainda se encontra em disputa entre uma visão tradicional, centrada na transmissão de conceitos, e uma perspectiva social e crítica, que relaciona ciência e contexto sociocultural. A maioria dos trabalhos (Cabelleira; Roehrs, 2024; Correia, 2022; Perlingeiro, 2024) defende que o LC deve promover o pensamento crítico, a argumentação e a tomada de decisão informada, superando a ideia de ciência neutra e descontextualizada., enfatizando a dimensão crítica e cidadã do conhecimento científico.

No eixo 2, os estudos destacam experiências inovadoras que materializam o LC como prática discursiva – como Clubes de Ciências (Barros, 2022), Contação de Histórias

(Cavalcante, 2022) e Histórias em Quadrinhos (Silva, 2022). Essas estratégias favorecem a apropriação da linguagem científica, a ludicidade e a autoria dos estudantes, aproximando ciência e cotidiano.

O terceiro eixo, voltado à formação docente, indica que o professor é o principal mediador para a efetivação do LC como prática social. Contudo, as pesquisas (Feistler, 2024; Fabricio, 2019; Mesquita, 2020) evidenciam lacunas formativas, tanto na compreensão teórica do conceito quanto na capacidade de articular temas sociocientíficos e saberes locais.

De modo geral, a revisão evidencia que o letramento científico, quando articulado à linguagem e à cultura, torna-se instrumento de emancipação e justiça cognitiva, permitindo que os alunos participem criticamente das discussões sobre ciência, tecnologia e sociedade.

CONSIDERAÇÕES FINAIS

A revisão sistemática confirma a consolidação do Letramento Científico como Prática Social nos estudos recentes sobre o ensino de Ciências nos anos iniciais. Essa perspectiva rompe com a visão instrumental da aprendizagem e propõe uma abordagem que integra leitura, escrita, oralidade e investigação científica, com foco na formação cidadã.

Os resultados reforçam a necessidade de formação docente crítica e interdisciplinar, capaz de articular teoria e prática e de promover ambientes investigativos e dialógicos. Também indicam que práticas como clubes de ciências, HQs e temas sociocientíficos constituem caminhos eficazes para que as crianças se reconheçam como autoras e produtoras de conhecimento científico.

Conclui-se que o letramento científico, enquanto prática social e discursiva, é elemento essencial para a democratização do ensino de Ciências, contribuindo para o desenvolvimento do pensamento crítico, da autonomia e da participação social desde os primeiros anos escolares.

REFERÊNCIAS

ARAÚJO, G. M.; BAPTISTA, G. C. S.; CUNHA, C. Sequência didática e comunidades tradicionais: análise do letramento científico crítico. **ODEERE**, v. 6, p. 116-133, 2021.

BARDIN, L. **Análise de conteúdo**. Lisboa: Edições 70, 2011.

BARROS, G. S. **Ciências na escola**: contribuições de um clube de ciências para o letramento científico nos anos iniciais. 2022. Dissertação (Mestrado em Recursos Naturais do Cerrado) - Universidade Estadual de Goiás, Anápolis, 2022.

CABELLEIRA, P. A.; ROEHRS, R. Letramento científico: transitando entre ciência na educação, fake news e divulgação científica. **Revista Caderno Pedagógico**, v. 1, p. 737-754, 2024.

CAVALCANTE, L. S. **Contação de histórias**: uma forma lúdica de promoção do letramento científico. 2022. Dissertação (Mestrado em Ensino de Ciências) - Universidade de Brasília, Brasília, 2022.

CORREIA, M. M. **Letramento científico na BNCC**: contribuições para as práticas de ensino nos anos iniciais. 2022. Dissertação (Mestrado em Educação) - Universidade Federal de Campina Grande, Campina Grande, 2022.

FEISTLER, T. N. F. **A função social do letramento científico**: uma abordagem interdisciplinar por meio da formação docente. 2024. Dissertação (Mestrado em Práticas Socioculturais e Desenvolvimento Social) - Universidade de Cruz Alta, Cruz Alta, 2024.

KLEIMAN, A. B. **Os significados do letramento**. Campinas: Mercado de Letras, 1995.

STREET, B. V. **Letramentos sociais**: abordagens críticas do letramento no desenvolvimento, na etnografia e na educação. São Paulo: Parábola Editorial, 2014.

PESQUISA-CRIAÇÃO: UMA POSSIBILIDADE PARA A APLICAÇÃO NA ÁREA DE ENSINO E APRENDIZAGEM EM LETRAS

CAMARGO, Blake Oliver Furquim de¹

ROMUALDO, Edson Carlos²

ST 7 - Percursos científicos em processos educativos e socioculturais: desafios emergentes ao desenvolvimento da sociedade

INTRODUÇÃO

De acordo com Ragazzon (2022), a criação de um estudo é um processo complexo, pois envolve traduzir uma experiência em palavras. Essa tradução não é única, mas sim um campo de múltiplas interpretações, que varia de acordo com o público que receberá a obra (Ragazzon, 2022). Além disso, conforme Correa-Montoya e Osorio-Villegas (2024), com as humanidades digitais em intersecção com as práticas artísticas, surgiu um campo fértil para a investigação interdisciplinar, articulando tecnologia, arte e sociedade. Dessa forma, o processo criativo se torna um espaço de reflexão da criação, como fonte autônoma do conhecimento, e as pesquisas caminham para uma área em que as práticas artísticas adquirem um rol pedagógico, social e político.

A linguagem visual é um dos elementos principais quando a pesquisa em arte é colocada em prática, visto que permeia todas as dimensões da sociedade e amplia a ação comunicativa no ecossistema midiático (Feo, 2024). Verifica-se, por conseguinte, sua ligação direta com a comunicação e com as perspectivas de estudo da língua, considerando a produção de efeitos de sentido em uma subjetividade que, conforme Ajagunan (2021), é moldada pela vivência do pesquisador no mundo. Essa subjetividade é uma característica inerente tanto ao pesquisador quanto ao objeto de estudo – que, por sua vez, se confundirá com a própria pesquisa –, transcendendo os espaços tradicionais onde o ensino e a aprendizagem costumam ocorrer.

¹ Mestrando, Programa de Pós-Graduação em Letras (PLE), Bolsista Capes, Universidade Estadual de Maringá (UEM), blake.camargo@hotmail.com.

² Doutor em Letras, docente do Programa de Pós-Graduação em Letras (PLE), Universidade Estadual de Maringá (UEM), ecromualdo@uem.br.

Nesse novo cenário, este trabalho procura mostrar as potencialidades e os desafios da aplicação da metodologia da pesquisa-criação no desenvolvimento de um jogo digital para o ensino de Língua Portuguesa, analisando como seus princípios orientam a integração entre teoria, prática pedagógica e subjetividade do criador.

O principal problema que motiva esta pesquisa é a escassez de estudos na área de Letras sobre este tema, especificamente a carência de pesquisas dedicadas ao desenvolvimento de jogos digitais para o ensino de Língua Portuguesa, conforme atestado por uma consulta à Biblioteca Digital Brasileira de Teses e Dissertações (BDTD). Ademais, os trabalhos existentes orientam-se exclusivamente para o didatismo, carecendo de uma integração interdisciplinar com os princípios do *game design*, tal como proposto neste projeto.

DISCUSSÕES E RESULTADOS

A metodologia proposta para a criação do jogo é a chamada pesquisa-criação, oriunda das artes visuais, do design e da arquitetura. Ela se caracteriza por não tratar da análise de um *corpus*, mas por abordar o ato de criar e refletir sobre a própria criação e suas nuances (Fortin, Gosselin, 2014). Desta forma, utiliza-se, nesta metodologia, de um diário de campo como instrumento de coleta de dados para compor tal pesquisa (Le Coguiec, 2016).

Parte-se de uma tese-criação que considera o subjetivismo e o intersubjetivo, além do mundo experiencial individual (Fortin, Gosselin, 2014). Dessa forma, conforme Le Coguiec (2016, p. 30), “o discurso sobre as práticas em pesquisa-criação é construído pelos praticantes pesquisadores, a partir do estudo de sua própria prática”. Assim, a pesquisa-criação é vista como uma pesquisa de abordagem pós-qualitativa, partindo do dinamismo e da hibridização do processo criativo para a constituição do percurso metodológico (Feo, 2024). Localiza-se, portanto, no paradigma pós-positivista, pois pressiona os limites da forma de investigação, sem tentar predizer o fenômeno, mas considerando a existência de múltiplas construções de realidade segundo diferentes pontos de vista.

Entendemos a pesquisa-criação como uma possibilidade metodológica viável e fértil para a construção de um jogo didático-pedagógico na área de Língua Portuguesa. Para além de uma simples aplicação de técnicas, essa abordagem compreende o processo de desenvolvimento do jogo como um ato de investigação em si mesmo, no qual a reflexão

crítica e a subjetividade do criador são intrínsecas à construção do objeto. A metodologia, originária das artes e do design, mostra-se particularmente adequada para este fim, pois permite articular os princípios técnicos do *game design* com os fundamentos do ensino de Língua Portuguesa, transcendendo a mera transposição de conteúdo para um ambiente digital. Dessa forma, o jogo deixa de ser um produto final estático para se tornar a própria materialização da pesquisa, um espaço dinâmico onde o conhecimento é gerado por meio do ato de criar.

Nesse contexto, a pesquisa-criação permite ao pesquisador assumir diversos papéis – de pesquisador, designer e educador –, documentando as decisões, reflexões e iterações do processo em um diário de campo. Este registro sustenta a jornada criativa, mostrando como as escolhas de design são permeadas pelas questões de ensino e aprendizagem. Desse modo, a metodologia legitima a produção de um conhecimento que é tanto teórico quanto prático, estético e pedagógico, ao oferecer uma alternativa interdisciplinar aos modelos tradicionais de investigação na área.

A natureza dinâmica da pesquisa-criação permite ainda a construção de um contexto de jogabilidade consistente. Essa abordagem metodológica em nossa pesquisa se materializa no uso do diário de campo, que registra o processo reflexivo, e na elaboração paralela de um Documento de Design de Jogo (GDD). A pesquisa-criação fundamenta essa estratégia mista, pois é inerentemente caracterizada pela possibilidade de mesclar formatos acadêmicos e artísticos. Assim, o método garante fidelidade a múltiplos referenciais – tanto do design quanto da educação – sem se prender a um protocolo rígido, legitimando essa pluralidade de vozes e ações no processo criativo (LeRue, 2023).

O desenvolvimento do jogo educacional proposto tem como meta fundamental equilibrar entretenimento e aprendizagem. O objetivo é que seu *design* seja intrinsecamente engajador, evitando o desinteresse progressivo dos estudantes, que frequentemente é causado por uma apresentação excessivamente instrumental e descontextualizada dos conteúdos pedagógicos. Esta preocupação está alinhada com as conclusões de Serrano (2019), cujo estudo identifica esse risco e destaca a carência de elementos cruciais em muitas experiências de aprendizagem digital, como a falta de suporte adequado, oportunidades de colaboração, liberdade de escolha e feedback significativo – lacunas que impactam negativamente a participação e a motivação do aluno.

O presente projeto visa superar também outra limitação apontada por Serrano (2019): a utilização restrita de elementos de *game design*, que frequentemente se resume a um sistema básico de desafios e recompensas. Buscamos incorporar um repertório mais diversificado e sofisticado de mecânicas de jogo. A integração e a verificação contínua dos conhecimentos provenientes tanto do *game design* quanto do design educacional são, portanto, fundamentais para o sucesso desta produção audiovisual interativa, orientando as decisões do criador.

No âmbito desta investigação, é crucial diferenciar a abordagem da pesquisa-criação das metodologias convencionais e sistemáticas do *design* de jogos. Enquanto estas últimas frequentemente seguem protocolos e fases bem delimitadas, a pesquisa-criação se distingue por sua plasticidade e adaptabilidade, moldando-se de acordo com a subjetividade e o percurso reflexivo do pesquisador-criador. Esta natureza flexível permite que o mesmo objeto de investigação – o jogo educacional – seja concebido e percebido de múltiplas formas, as quais só se revelam e podem ser contrastadas após o processo de criação estar concluído. É neste contexto que os diários de campo assumem um papel imprescindível, funcionando como um registro empírico que captura a evolução do pensamento criador do pesquisador. Eles servem como uma ferramenta para comparar diferentes estágios do desenvolvimento e para mostrar os processos decisórios, as iterações/repetições e as modificações que caracterizam a trajetória da pesquisa-criação, conferindo transparência e profundidade analítica ao percurso metodológico.

CONSIDERAÇÕES FINAIS

A transposição da metodologia da pesquisa-criação para o campo das Letras demonstra-se, mais do que um gesto de interdisciplinaridade, como uma via fértil para a produção de conhecimento. Ao adotar essa abordagem, o projeto ultrapassa a concepção de um jogo educacional como mero produto final, posicionando-o como o próprio cerne do processo investigativo. O jogo torna-se, assim, a materialização de uma pesquisa que é inerentemente subjetiva e reflexiva, na qual as etapas de criação, documentação no diário de campo e análise se fundem. Dessa forma, o trabalho contribui para a área de ensino de Língua Portuguesa ao oferecer um recurso pedagógico inovador e, ao mesmo tempo, um exemplo concreto de como a pesquisa-criação pode reconfigurar as práticas de ensino e

aprendizagem de línguas, integrando de modo indissociável a teoria, a prática criativa e a complexidade do sujeito que aprende.

REFERÊNCIAS

- AJAGUNAN, R. N. O. Reflexões sobre o processo de pesquisa-criação-ensino materializada por meio da escrita autoral do livro “Exu, caminhos de orientação: Saberes de tradição Ijexá, afro-geografias de um Ogan”. **Abatirá - Revista de Ciências Humanas e Linguagens**, [S. l.], v. 2, n. 3, p. 205-220, 2021. Disponível em: <https://revistas.uneb.br/abatira/article/view/11799>. Acesso em: 10 out. 2025.
- CORREA-MONTOYA, L.; OSORIO-VILLEGAS, J. Laboratorios de investigación-creación: una convergencia entre las humanidades digitales, la arqueología de los medios y las prácticas artísticas. **La Palabra**, Boyacá, Colombia, n. 48, e18323, 2024.
- FEO, R. L. Média-Arte Digital: Criação de artefactos visuais experimentais pós-fotográficos. **Rotura - Revista de Comunicação, Cultura e Artes**, [S. l.], v. 4, n. 1, 2024.
- FORTIN, S.; GOSSELIN, P. Considerações metodológicas para a pesquisa em arte no meio acadêmico. **ARJ – Art Research Journal: Revista de Pesquisa em Artes**, Natal, v. 1, n. 1, p. 1-17, 2014. Disponível em: <https://periodicos.ufrn.br/artresearchjournal/article/view/5256>. Acesso em: 29 out. 2025.
- LE COGUEC, E. Ficção, diário de campo e pesquisa-criação. **Cena**, [S. l.], n. 20, p. 28-38, 2016. Disponível em: <https://seer.ufrgs.br/index.php/cena/article/view/68331>. Acesso em: 15 out. 2025.
- LERUE, D. Meaning and Making: Laying the Groundwork for Community-Based Research-Creation. **LEARNING Landscapes**, Canadá, v. 16, n. 1, p. 199-212. 2023. Disponível em: <https://eric.ed.gov/?id=EJ1397079> Acesso em: 17 out. 2025.
- RAGAZZON, P. A. Corpar, vibrar e instalar: anotações de uma pesquisa-criação sobre neurodiversidade. **IAÇÁ: Artes da Cena**, Amapá, v. 5, n. 2, 2022. Disponível em: <https://periodicos.unifap.br/iaca/article/view/38>. Acesso em: 17 out. 2025.
- SERRANO, K. The effect of digital game-based learning on student learning: A literature review. **Graduate Research Papers**. 943, Iowa: University of Northern Iowa, 2019. Disponível em: <https://scholarworks.uni.edu/grp/943>. Acesso em: 19 out. 2025.

POLÍTICAS DE BILINGUISMO E PRÁTICAS SOCIOCULTURAIS: O ENSINO DE LIBRAS EM APUCARANA (PR)

CHARALLO, Thalita Gabriela Comar¹

SOUSA, Rute Rossetto²

ANJOS, Renata, Vanzella de³

ST 7 - Percursos científicos em processos educativos e socioculturais: desafios emergentes ao desenvolvimento da sociedade

INTRODUÇÃO

O ensino da Língua Brasileira de Sinais (Libras) na Educação Básica constitui um campo de crescente relevância no cenário educacional brasileiro, especialmente após o reconhecimento da Libras como meio legal de comunicação e expressão pela Lei nº 10.436/2002 e sua regulamentação pelo Decreto nº 5.626/2005. A partir dessas normativas, consolidou-se o entendimento de que a Libras é uma língua legítima, dotada de estrutura gramatical própria, e não apenas um instrumento de acessibilidade.

Em 2021, a promulgação da Lei nº 14.191 representou um marco importante ao incluir a educação bilíngue de surdos como uma modalidade específica de ensino, assegurando o direito de pessoas surdas a uma educação que valorize tanto a Libras quanto a Língua Portuguesa como segunda língua. Essa legislação reforça a perspectiva de que o bilinguismo deve ser compreendido como uma política linguística e também como uma prática sociocultural (Quadros, 2019), pois envolve o reconhecimento de identidades, culturas e modos de significar o mundo.

Diversos autores (Fernandes, 2020; Lacerda; Albres, 2019; Strobel, 2008) apontam que o ensino da Libras na escola regular, especialmente desde as séries iniciais, pode contribuir para a formação de uma cultura escolar mais inclusiva, em que o contato com a diferença é mediado pelo respeito e pela valorização da diversidade linguística. Para Quadros

¹ Doutora em Ensino, docente da Universidade Estadual do Paraná (Unespar), *campus* de Apucarana, thalita.comar@unespar.edu.br.

² Discente do curso de Letras - Português, Universidade Estadual do Paraná (Unespar), *campus* de Apucarana, ruterosssetto@yahoo.com.br.

³ Discente do curso de Letras - Português, Universidade Estadual do Paraná (Unespar), *campus* de Apucarana, renatavanzella@outlook.com.

(2019), o bilinguismo vai além da mera coexistência de duas línguas, ele implica relações de poder, visibilidade e pertencimento. Assim, incluir a Libras no currículo escolar é também um ato político, que questiona o modelo hegemônico de ensino monolíngue e propõe novas formas de interação e reconhecimento social.

Nesse contexto, o município de Apucarana (PR) vem se destacando por desenvolver ações que materializam as políticas de bilinguismo no âmbito da educação pública. A Autarquia Municipal de Educação implementou, em 2022, o projeto “Letramento em Língua Brasileira de Sinais”, garantindo o ensino da língua de sinais para estudantes surdos e ouvintes do 1º ao 5º ano do Ensino Fundamental.

Atualmente a Libras é uma disciplina presente na matriz curricular da rede municipal, e não mais um projeto. Diante disso, este trabalho tem como objetivo analisar a experiência do município de Apucarana na implementação da disciplina de Libras, e refletindo sobre as implicações socioculturais do ensino da Libras nas séries iniciais e seu potencial para promover uma formação cidadã mais empática, bilíngue e intercultural.

METODOLOGIA

A presente pesquisa caracteriza-se como qualitativa e descritiva, com base em análise documental e observação indireta das ações promovidas pela Autarquia Municipal de Educação de Apucarana para a difusão da língua de sinais nas escolas.

O estudo também se fundamenta em referenciais teóricos que abordam a educação bilíngue de surdos (Quadros, 2019; Fernandes, 2020) e as políticas linguísticas voltadas ao ensino da Libras no contexto escolar (Lacerda; Albres, 2019).

A análise busca compreender como o ensino da Libras tem sido implementado na prática, de que modo as formações têm contribuído para a atuação docente e quais são as implicações socioculturais dessa política para a comunidade escolar e o município como um todo.

DISCUSSÕES E RESULTADOS

A disciplina de Libras constitui uma ação inovadora no contexto da rede municipal de Apucarana. Desde 2022, ele garante o ensino da Libras para todas as turmas do 1º ao 5º ano do Ensino Fundamental, envolvendo tanto estudantes surdos quanto ouvintes. A proposta foi

reconhecida nacionalmente por seu caráter inclusivo e pela integração entre políticas linguísticas e educacionais.

Para assegurar a qualidade da implementação, a Autarquia Municipal de Educação, juntamente com a Universidade Estadual do Paraná (Unespar - *campus* de Apucarana), através do Projeto de Extensão: “*Libras: conhecimento que promove a formação*”, ofereceu em 2025 um curso de formação continuada com encontros mensais e carga horária de 40 horas, direcionado aos professores do município que atuam no ensino de Libras.

Segundo a assessora pedagógica de Libras do município, o curso surgiu após os professores demonstrarem insegurança no ensino da língua, uma vez que essa disciplina é uma novidade na prática docente e trata-se de uma língua visual-espacial, diferente da língua oral, que é o português. Diante disso, a assessora pedagógica reconheceu a necessidade de estar mais próxima dos professores, oferecendo suporte pedagógico e materiais necessários para essa prática. Juntamente com a professora de Libras da Unespar, organizou conteúdos e aulas teóricas e práticas voltadas para uma formação continuada mais inclusiva, com o objetivo de contribuir e prepará-los para o processo de ensino-aprendizagem.

Dentre os conteúdos abordados constam: classificadores; cultura e identidade surda; parâmetros gramaticais das línguas de sinais; expressões faciais e corporais; metáforas em Libras; tradução e interpretação de músicas e poesias; e vocabulários diversos relacionados ao cotidiano escolar.

Para avaliar a relevância e o impacto da formação, foram coletadas algumas impressões das professoras participantes, e aqui apresentaremos somente as falas de três delas, que destacaram aspectos positivos da proposta principalmente em relação a prática em sala de aula:

Eu gostei muito. Acrescentou aprendizado. Gosto destes cursos porque além de me ensinar, auxilia no trabalho com as crianças (P1).

Os professores foram flexíveis e ensinaram fundamentados na base teórica e também com atividades práticas. Sendo essa última essencial, considerando que para ter uma boa comunicação na Libras é necessário a prática constante (P2).

Pra mim foi satisfatório, conteúdo relevante que colabora com a nossa prática em sala de aula (P3).

Diante disso, podemos verificar que as formações possibilitaram o desenvolvimento de competências linguísticas básicas em Libras, bem como reflexões sobre a surdez e a cultura surda, reforçando um conhecimento prévio das professoras e contribuindo para a prática em sala de aula de acordo com os planejamentos orientadores, que servem de apoio na condução das aulas em sala, garantindo uma estrutura pedagógica coerente e contínua ao longo do ano letivo.

Outra ação importante na difusão da Libras por parte do município foi contratação de intérpretes de Libras pela câmara municipal para interpretação das sessões e de eventos, estendendo assim o alcance da Libras para além do espaço escolar. A presença de intérpretes em eventos públicos e atividades municipais, reforça a visibilidade da comunidade surda e consolida Apucarana como referência regional em políticas de bilinguismo. Além disso, em 18 de setembro de 2025, o município recebeu o 13º Prêmio Gestor Público Paraná, promovido pelo Sindicato dos Auditores Fiscais da Receita Estadual do Paraná, com o projeto “Libras nas Escolas” da rede municipal de ensino, demonstrando reconhecimento institucional e compromisso efetivo com a inclusão da pessoa surda.

Do ponto de vista sociocultural, observa-se que o ensino da Libras nas escolas tem provocado transformações significativas na percepção das crianças e famílias em relação à surdez. O contato precoce com a língua de sinais desperta empatia, respeito às diferenças e o reconhecimento da Libras como uma língua natural e legítima, e não apenas como um recurso de acessibilidade. Essa mudança de paradigma contribui para o fortalecimento da cultura surda e para a ampliação do diálogo intercultural na comunidade.

CONSIDERAÇÕES FINAIS

As políticas educacionais voltadas ao ensino de Libras no município de Apucarana demonstram o potencial transformador da educação bilíngue de surdos quando articulada a uma visão ampla de inclusão e diversidade linguística. A disciplina “Libras nas Escolas” evidencia um compromisso institucional com a formação docente, a valorização da Libras e a inserção da comunidade surda nas esferas educacionais e sociais do município.

O impacto dessas ações ultrapassa os limites da sala de aula: ele se reflete na construção de uma consciência sociocultural bilíngue, em que a Libras passa a ocupar um lugar de prestígio e reconhecimento. O caso de Apucarana mostra que o bilinguismo não é

apenas uma política educacional, mas também uma prática social que promove a convivência, o respeito e o reconhecimento da diferença como valor formativo.

REFERÊNCIAS

AUTARQUIA MUNICIPAL DE EDUCAÇÃO DE APUCARANA. **Projeto “Libras nas Escolas”**. Apucarana, 2022.

BRASIL. Lei nº 14.191, de 3 de agosto de 2021. Altera a LDB para dispor sobre a modalidade de educação bilíngue de surdos. **Diário Oficial da União**, Brasília, 2021.

FERNANDES, Eulália. **Educação bilíngue de surdos**: fundamentos e práticas pedagógicas. Porto Alegre: Mediação, 2020.

LACERDA, Cristina Broglia Feitosa de; ALBRES, Neiva de Aquino. **Libras e educação bilíngue**: políticas linguísticas e práticas educacionais. São Paulo: Parábola, 2019.

QUADROS, Ronice Müller de. **Políticas linguísticas e educação bilíngue de surdos**. Florianópolis: UFSC, 2019.

RESSIGNIFICANDO VIVERES NO CAMPO: ESCOLHAS E PERTENCIMENTOS DA JUVENTUDE RURAL

OLIVEIRA, Julio Rodrigues de¹

BOVO, Marcos Clair²

ST 7 - Percursos científicos em processos educativos e socioculturais: desafios emergentes ao desenvolvimento da sociedade

INTRODUÇÃO

A partir da pergunta problematizadora “Quem são os povos que vivem na área rural?”, buscamos ressignificar o olhar sobre o espaço rural brasileiro, frequentemente reduzido à dimensão do agronegócio e da produção em larga escala. Embora essa vertente econômica exista, ela não pode resumir a complexidade presente no campo (Abramovay, 2000). Nesse território, há famílias com histórias, tradições e modos de vida que se tornam símbolos de existência e resistência frente ao apagamento histórico e às narrativas muitas vezes silenciadas pela acelerada urbanização que ocorreu no país.

Uma das formas de compreender essas narrativas é pela valorização das identidades culturais dos povos do campo. Ao direcionar o olhar especialmente para a juventude rural, surgem novas possibilidades de entender os laços de pertencimento que mantêm muitos jovens enraizados em seus territórios (Oliveira, 2023). Nesse contexto, o modelo educacional da Educação do Campo assume papel fundamental a esse direito, pois permite que os estudantes se reconheçam como sujeitos históricos e se emancipem culturalmente, considerando suas vivências.

Desse modo, a partir de uma metodologia investigativa sobre o uso de redes sociais pelos jovens do campo, o presente artigo busca discutir a relevância das manifestações de identidades culturais por meio da expressão popular nessas plataformas, e como a Educação do Campo tem um papel fundamental nesse processo de reconhecimento identitário. Para tanto, o texto está estruturado em seções que contemplam a abordagem metodológica, a

¹ Mestre em Sociedade e Desenvolvimento (PPGSeD), Professor da Secretaria de Educação do Estado do Paraná (SEED), olineto20@gmail.com.

² Doutor em Geografia, docente da Universidade Estadual do Paraná (Unespar), *campus* de Campo Mourão, mcbovo69@gmail.com.

discussão, que inclui a exemplificação da validação das experiências socioculturais nas redes sociais, seguida das considerações finais e das referências utilizadas neste estudo.

METODOLOGIA

A pesquisa foi desenvolvida a partir de uma metodologia investigativa que busca analisar como os jovens do campo utilizam as redes sociais para expressar suas identidades culturais e modos de vida.

Inicialmente, realizamos uma observação das postagens e conteúdos compartilhados por esses jovens em redes sociais como o *Instagram* e *TikTok*, identificando manifestações do cotidiano rural que revelam formas autênticas de viver no campo.

Em seguida, realizamos uma análise interpretativa dessas expressões, relacionando-as com os princípios da Educação do Campo, que valoriza o reconhecimento e a ressignificação do pertencimento rural, partindo do pressuposto que o processo de ensino-aprendizagem ocorrerá a partir da compreensão da realidade.

DISCUSSÕES E RESULTADOS

O primeiro olhar direcionado ao campo no Brasil, de modo geral, está associado à realidade do agronegócio. Em um país agroexportador, esse setor se apresenta como um dos principais motores da economia nacional. No entanto, é necessário compreender que essa é apenas uma das muitas realidades existentes, pois o campo é também o espaço de vida, não se restringe apenas a um espaço físico voltado à produção; é também um território simbólico, marcado por memórias, afetos e modos de vida que permanecem vivos e enraizados na cultura camponesa (Oliveira, 2023).

Essas identidades podem ser entendidas como um processo de vínculos de pertencimento e conectividade, a identidade é referente à “[...] representação e conceito de si; em geral, referem-se a conteúdos como conjunto de traços, de imagens, de sentimentos que o indivíduo reconhece como fazendo parte dele próprio” (Jacques, 1998, p. 138), especialmente no que se refere ao campo, essas identidades estão conectadas aos elementos que a constituem do que é viver no campo e “ser” do campo.

No campo, existem famílias que preservam suas tradições, costumes e modos de viver, que devem ser valorizados, tendo em vista suas contribuições para a manutenção

e fortalecimento da realidade campesina. Contrariando o discurso de esvaziamento populacional, os jovens que vivem no campo expressam vitalidade, criatividade e compromisso com suas origens, revelando uma força de resistência presente nas dimensões sociais e culturais de suas comunidades.

Como pode ser observado em exemplos retirados de perfis de redes sociais, muitos jovens têm conquistado grande número de seguidores ao compartilhar práticas cotidianas e expressões culturais, como no *Instagram* e *TikTok*³, promovendo a valorização e a ampliação da visibilidade da vida no campo. Esses espaços digitais tornam-se, assim, instrumentos de resistência e afirmação identitária, os autores Bezerra e Gibertoni (2021, p. 155), acrescentam sobre as mudanças sociais presentes por esse fenômeno, tem aumentado exponencialmente.

Uma das principais razões para o crescimento exponencial das mídias sociais está atrelado a um senso de comunidade e pertencimento. Considerando esse fato, algo que especialistas preveem que mudará gradualmente é nosso comportamento em ambientes de mídias sociais, à medida que nossas ações se transformam para atender às nossas necessidades (Bezerra; Gibertoni, 2021, p. 155).

Desse modo, a utilização das redes sociais representa um exemplo expressivo, no qual o orgulho de pertencer ao meio rural se manifesta de forma criativa e afetiva, como podemos observar na Figura 1.

Figura 1 - Exemplos de identidades do campo em redes sociais



Fonte: Extraído de perfis de redes sociais *TikTok* e *Instagram*, 2025.

³ Reconhecemos a necessidade de regulamentação das redes sociais, especialmente no uso por menores de idade. No entanto, o que buscamos destacar é que esse espaço, muitas vezes ocupado por esse público, também tem grande relevância na representatividade e valorização das identidades culturais.

As postagens analisadas estão frequentemente acompanhadas de músicas sertanejas clássicas, que evocam a valorização das tradições e dos modos de vida rurais. Observa-se que elas expressam diferentes aspectos do que é viver no campo. Revelam, sobretudo, pessoas que mantêm uma conexão real, simbólica e afetiva com a terra, vínculo que se articula diretamente com os princípios e fundamentos da Educação do Campo, que buscará apoiar estes sujeitos que vivem e constroem-se diariamente no campo.

A Educação do Campo configura-se como um conceito sociopolítico e emancipador, no qual as práticas pedagógicas devem valorizar o pertencimento coletivo e as experiências vividas pelos sujeitos do campo. As Diretrizes Operacionais para a Educação Básica nas Escolas do Campo, no Artigo 5º, define que “as propostas pedagógicas das escolas do campo, respeitadas as diferenças e o direito à igualdade [...] contemplarão a diversidade do campo em todos os seus aspectos: sociais, culturais, políticos, econômicos, de gênero, geração e etnia” (Brasil, 2002, p. 34).

As práticas pedagógicas voltadas à valorização do campo e de suas identidades possibilitam que os jovens reconheçam o valor do espaço em que vivem e compreendam a importância de preservá-lo como parte de sua história e de sua cultura. Essa emancipação cultural se manifesta também nas redes sociais, onde muitos compartilham experiências, tradições e modos de viver que revelam a riqueza e a diversidade do campo. Ao projetar essas vivências para além de suas fronteiras geográficas, os jovens fortalecem o sentimento de pertencimento coletivo e reafirmam a importância de manter viva a identidade camponesa.

CONSIDERAÇÕES FINAIS

Ao longo deste estudo, retomamos a reflexão apresentada na introdução: “Quem são os povos que vivem na área rural?” Podemos responder: são os jovens que, apesar das tentativas de apagamento promovidas pelo agronegócio, preservam tradições, saberes e modos de vida que reforçam sua identidade cultural. Essas identidades, expressas tanto nas práticas cotidianas quanto nas redes sociais, revelam formas de resistência, pertencimento e afirmação social, fortalecendo o vínculo dos jovens com a terra e contribuindo para o desenvolvimento local. Dessa forma, a valorização dessas expressões culturais, articulada às práticas da Educação do Campo, é essencial para reconhecer e preservar a riqueza do meio rural, reafirmando a existência e o protagonismo da juventude no campo.

Quando essas manifestações culturais se incorporam às tecnologias digitais, principalmente nas redes sociais, elas ganham novas formas de expressão e visibilidade, ressignificando os modos de viver no campo. Assim, as identidades culturais do campo não apenas preservam memórias e tradições, não é nostalgia, é importante pois se projetam como instrumentos de valorização social, cultural e educativa.

REFERÊNCIAS

ABRAMOVAY, Ricardo. **Funções e medidas da ruralidade no desenvolvimento contemporâneo**. Rio de Janeiro: IPEA, 2000.

BEZERRA, LS; GIBERTONI, D. As mídias sociais durante a pandemia do COVID-19: análise comportamental dos usuários durante este período e as possibilidades para o futuro. **Interface Tecnológica**, v. 144-156, 2021. Disponível em: https://revista.fatectq.edu.br/interfacetecnologica/pt_BR/article/view/1239. Acesso em: 27 out. 2025.

BRASIL. Ministério da Educação. **Resolução 01 de abril de 2002**. Diretrizes Operacionais para a Educação Básica nas escolas do campo. Brasília, DF: MEC, 2002.

JACQUES, Maria Graças. Identidade. In: STREY; M. N *et al.* **Psicologia social contemporânea**. Petrópolis/ RJ: Vozes, p. 159-167, 1998.

OLIVEIRA, Julio Rodrigues de. **Cultura e identidades culturais no campo: diversidade e pertencimento da juventude em um colégio do campo de Roncador/PR**. 154 f. 2023. Dissertação (Mestrado em Sociedade e Desenvolvimento) - Programa de Pós-Graduação Interdisciplinar Sociedade e Desenvolvimento, Universidade Estadual do Paraná, Campo Mourão, 2023.

ANÁLISE DO POTENCIAL DE ARRANJO PRODUTIVO LOCAL DA CULTURA DO MAMÃO NO MUNICÍPIO DE CAMPO MOURÃO - PR

IEGER, Flavia Lazzaretti¹RÊIS, Josemara Marques²ANACLETO, Adilson³

ST 8 - Sociedade, sustentabilidade e Agenda 2030

INTRODUÇÃO

O mamão (*Carica papaya* L.) é uma espécie originária da América Tropical, com provável origem na região da Bacia Amazônica Superior, segundo o Ministério da Agricultura, Pecuária e Abastecimento (Brasil, 2003). Atualmente, a cultura do mamoeiro está presente em praticamente todo o território brasileiro, com destaque para os estados da Bahia e do Espírito Santo, que juntos respondem por mais de 80% da produção nacional. No Brasil, são cultivadas principalmente três variedades: o mamão comum, a papaia (solo e *sunrise-solo*) e o formosa (híbrido) (Almeida; Lima; Ruggiero, 2011).

O mamoeiro é altamente sensível às geadas; temperaturas baixas comprometem significativamente seu crescimento, afetando diretamente o volume e a qualidade da produção. (Almeida; Lima; Ruggiero, 2011). Segundo dados do Instituto Paranaense de Desenvolvimento Econômico e Social (IPARDES, 2025) a produção de mamão no município de Campo Mourão passou de 8.000 kg/ha para 15.000 kg/ha nos anos de 2022 e 2023 respectivamente. Diante disso, o presente estudo teve como objetivo geral realizar o diagnóstico do Arranjo Produtivo Local de mamão em Campo Mourão visando identificar os entraves e as potencialidades (Cassiolato; Lastres, 2003; Alves; Anacleto, 2018).

¹ Mestranda, Programa de Pós-Graduação Interdisciplinar Sociedade e Desenvolvimento (PPGSeD), Universidade Estadual do Paraná (Unespar), *campus* de Campo Mourão, lazzaretti.ieger@gmail.com.

² Mestranda, Programa de Pós-Graduação Interdisciplinar Sociedade e Desenvolvimento (PPGSeD), Universidade Estadual do Paraná (Unespar), *campus* de Campo Mourão, josemaramarquesdosreis@gmail.com.

³ Doutor em Ciências (Produção Vegetal), docente da Universidade Estadual do Paraná, *campus* de Paranaguá, adilson.anacleto@unespar.edu.br.

METODOLOGIA

A pesquisa se caracteriza como um estudo de caso de natureza exploratória e descritiva, com abordagem qualitativa, que segundo Lakatos e Marconi (2017, p. 221), “consiste no estudo profundo e exaustivo de um ou poucos objetos, de maneira que permita seu amplo e detalhado conhecimento”.

A investigação se baseia na metodologia de análise dos estágios de consolidação de APLs, conforme parâmetros adaptados de Cassiolato e Lastres (2003), que consideram quatro dimensões principais: (i) aglomeração territorial de empreendimentos; (ii) similaridade produtiva; (iii) articulação e cooperação entre atores locais; e (iv) existência de políticas de parceria e apoio institucional.

A coleta de dados foi realizada por meio de observação direta, levantamento documental e entrevistas semiestruturadas junto a um produtor, o pioneiro do cultivo. De acordo com Lakatos e Marconi (2017, p. 188), a observação direta constitui um método empírico que “permite a obtenção de informações precisas sobre o comportamento e o ambiente dos sujeitos estudados”, sendo útil para compreender processos em seu contexto real. Já a entrevista semiestruturadas possibilitam explorar percepções, crenças e experiências dos participantes, mantendo uma estrutura flexível que favorece o diálogo e a espontaneidade das respostas (Lakatos; Marconi, 2017, p. 198).

Complementarmente, utilizou-se a matriz de impacto cruzado como instrumento analítico de apoio à triangulação. Segundo Anacleto (2017, p. 92), “a matriz de impacto cruzado tem como finalidade identificar, organizar e priorizar os principais entraves enfrentados dentro de um sistema produtivo local”. Por meio da comparação entre o impacto que cada fator exerce sobre os demais e o impacto que recebe, é possível atribuir um índice de relevância a cada variável analisada, permitindo a definição de prioridades estratégicas de intervenção e o fortalecimento das ações coletivas no APL do mamão em estudo.

DISCUSSÕES E RESULTADOS

Os principais fatores estruturais observados no cultivo do mamão na região de Campo Mourão segundo o produtor entrevistado, permitindo uma análise integrada em termos de logística de distribuição, proximidade do mercado consumidor, características geoclimáticas, mão de obra e articulação entre produtores, esses elementos reforçam a viabilidade local para

o desenvolvimento da fruticultura e demonstram a capacidade dos produtores em criar mecanismos colaborativos e adaptativos, mesmo diante das limitações técnicas e institucionais. Por outro lado, o fornecimento de insumos, assistência técnica e políticas públicas de apoio, a dependência de insumos externos, a carência de conhecimento técnico especializado e a falta de políticas específicas para o cultivo do mamão configuram desafios estruturais a serem superados.

Segundo Anacleto, a matriz de impacto cruzado apresentada tem como finalidade identificar, organizar e priorizar os principais entraves enfrentados pela cultura do mamão dentro de um Arranjo Produtivo Local (APL). Por meio da comparação entre o impacto que cada fator provoca nos demais e o impacto que recebe, foi possível atribuir um índice de relevância para cada item analisado, permitindo a definição de prioridades estratégicas para intervenção.

Tabela 1 - Resultados da Matriz de Impacto Cruzado do APL de mamão

Impacto Provocado	Índice de Relevância do Item	Classificação
Variedades não adaptadas a região	25,31	1
Prefeitura não tem auxílio para cultura	15,18	2
Baixa oferta das Sementes	12,65	3
Mecanização da colheita	11,39	4
Erradicar as plantas afetadas por virose	7,59	5
Não consegue atender a demanda	7,59	5
Maior utilização da área devido ao ciclo	7,59	5
Falta de financiamentos	6,32	6
Não existe literatura sobre o assunto	3,79	7
Não existe seguro para lavoura	2,53	8
Total	99,94	-

Fonte: Os autores (2025).

O fator considerado mais relevante na matriz foi “Variedades não adaptadas à região”, com um índice de relevância de 25,31. Esse item se destaca tanto pelo alto impacto que provoca quanto pelo impacto que recebe de outros fatores, o que demonstra que a não adaptação da variedade compromete significativamente o desempenho da produção local. A presença de plantas não adaptadas afeta diretamente aspectos como produtividade, demanda, utilização de área e até mesmo o acesso a financiamentos.

Em segundo lugar aparece o item “Prefeitura não tem auxílio para a cultura”, com índice de 15,18. A ausência de apoio institucional e de políticas públicas adequadas interfere negativamente em diversos outros pontos do sistema produtivo, como financiamento, erradicação de doenças, acesso à mecanização e planejamento da produção. A presença ativa do poder público é, portanto, vista como fundamental para a consolidação do APL.

O terceiro fator mais relevante foi “Baixa oferta de sementes”, com índice 12,65. Esse problema também apresenta alto impacto provocado, sendo um gargalo central na cadeia produtiva. A escassez de sementes limita a expansão da cultura, dificulta a padronização da produção e se relaciona diretamente à questão da inadequação varietal.

Outro item que se destacou foi a “Mecanização da colheita”, com índice de 11,39. A ausência de mecanização compromete a eficiência da colheita, aumenta os custos de produção e gera perdas, especialmente em uma cultura perecível como o mamão, exigindo agilidade e precisão no manejo.

CONSIDERAÇÕES FINAIS

Com o objetivo de realizar uma análise de um Arranjo Produtivo Local do cultivo de mamão em Campo Mourão no Estado do Paraná, visando identificar se a produção da fruta se qualifica como um APL. Constatou que, embora a atividade ainda se encontre em estágio inicial, há indícios concretos de um APLs em formação. Entre os elementos observados, se destacam a concentração territorial de produtores, a homogeneidade produtiva (com uso da variedade “Bela Nova”) e a articulação incipiente entre os atores envolvidos, especialmente por meio da cooperativa COAFICAM. Apesar dos fatores limitantes.

A matriz de impacto cruzado contribuiu para identificar as prioridades estratégicas a serem enfrentadas. Destacam-se como fatores críticos: a utilização de variedades não adaptadas ao clima local, a ausência de apoio institucional por parte da administração pública e a baixa oferta de sementes, todas com elevado grau de impacto sobre o sistema produtivo. Esses fatores não apenas afetam a produtividade, mas também comprometem a segurança econômica dos produtores e sua capacidade de competir no mercado.

Concluimos que o cultivo do mamão em Campo Mourão apresenta potencial significativo de organização em torno de um APL, desde que sejam implementadas ações coordenadas que integrem os produtores, as instituições de ensino e pesquisa, as cooperativas

e o poder público. O reconhecimento formal da atividade como economicamente viável no zoneamento agrícola, o incentivo à pesquisa técnica regionalizada, a criação de políticas públicas específicas e o acesso facilitado ao crédito rural são medidas essenciais para estruturar um modelo produtivo competitivo, sustentável e adaptado às condições locais. O APL do mamão em Campo Mourão, embora ainda em construção, possui bases sólidas para tornar-se uma referência regional em fruticultura, desde que receba o suporte técnico e institucional necessário à sua consolidação.

REFERÊNCIAS

- ALMEIDA, Daniel Lopes de; LIMA, Maria Auxiliadora Coelho de; RUGGIERO, Clóvis. Avaliação de clones de mamoeiro do grupo Formosa nas condições do norte fluminense. **Revista Brasileira de Fruticultura**, Jaboticabal, v. 33, n. 1, p. 56-61, 2011. Disponível em: <https://www.scielo.br/j/rbf/a/WygSFL3MxNxwHTZ4sSp4yHP/?format=html&stop=previous>. Acesso em: 18 jun. 2025.
- ALVES, Renan Batista; ANACLETO, Adilson. Estudo comparativo - arranjo produtivo de palmáceas. **Revista Brasileira de Produtos Agroindustriais**, Campina Grande, v. 20, n. 1, p. 39-48, 2018.
- ANACLETO, C. A. **Matriz de impacto cruzado**: ferramenta de análise de fatores críticos em arranjos produtivos locais. Curitiba: Editora CRV, 2017.
- BRASIL. Ministério da Agricultura, Pecuária e Abastecimento. Instrução Normativa nº 2, de 7 de janeiro de 2003. Aprova o regulamento técnico para os sistemas orgânicos de produção animal e vegetal. **Diário Oficial da União**: seção 1, Brasília, DF, 9 jan. 2003. Disponível em: <https://sistemasweb.agricultura.gov.br/sislegis/action/detalhaAto.do?method=visualizarAtoPortalMapa&chave=1477341442>. Acesso em: 18 jun. 2025.
- CASSIOLATO, José Eduardo; LASTRES, Helena M. M. **O foco em arranjos produtivos e inovativos locais de micro e pequenas empresas**. Rio de Janeiro: Sebrae, 2003.
- DA SILVA, Matheus Henrique; DE SOUZA, Daniel Aparecido. Arranjos produtivos locais: uma análise de sua formação e desenvolvimento. **Revista Interface Tecnológica**, Taquaritinga, v. 19, n. 1, p. 102-117, 2022. Disponível em: <https://revista.fatectq.edu.br/interfacetecnologica/article/view/499/321>. Acesso em: 18 jun. 2025.
- INSTITUTO PARANAENSE DE DESENVOLVIMENTO ECONÔMICO E SOCIAL - IPARDES. **Agropecuária - Banco de Dados**. Curitiba: IPARDES, [s.d.]. Disponível em: <https://www.ipardes.pr.gov.br/Pagina/AgropecuariaBD>. Acesso em: 18 jun. 2025.

10, 11 e 12 DE NOVEMBRO



Interdisciplinaridade, Universidade e Ação



CAPES

PPGSED



UNESPAR

LAKATOS, E. M.; MARCONI, M. A. **Fundamentos de metodologia científica**. 8. ed. São Paulo: Atlas, 2017.

CASO AZUL ROJAS MARÍN VS. PERU: UMA REFLEXÃO NO PRISMA DOS OBJETIVOS DE DESENVOLVIMENTO SUSTENTÁVEL 5 E 16 DA AGENDA 2030 DA ONU

PIRES, Thiago Rodolfo¹

ST 8 - Sociedade, sustentabilidade e Agenda 2030

INTRODUÇÃO

É importante reconhecer a existência da discriminação e do racismo institucional enquanto práticas deletérias historicamente arraigadas e ainda existentes na cultura brasileira, que colidem frontalmente com o compromisso firmado pelo Brasil pela efetividade da Agenda 2030 para o Desenvolvimento Sustentável, que consiste em um plano global de ações e diretrizes, instituído pela Organização das Nações Unidas (ONU), a fim de assegurar os direitos humanos, dentre eles alcançar a igualdade de gênero (ODS 5) e promover sociedades pacíficas (ODS 16). A preocupação com a segurança das pessoas **trans**², que se situam no âmago da comunidade LGBTQIAPN³, deve ser uma prioridade na agenda política do Governo, haja vista a complexidade das questões de gênero e as inúmeras barreiras que pessoas **trans** enfrentam cotidianamente. As práticas nefastas da discriminação e do racismo institucional são perpetuadas, de forma reiterada, no âmbito das relações sociais, dentre elas na área da **segurança**. Importante ressaltar que tais condutas também favorecem o aumento da violência em face desses corpos dissidentes e, invariavelmente, vão de encontro à direção normativa antidiscriminatória disposta no texto constitucional e ao patamar mínimo civilizatório de direitos, por ofender, de maneira contundente, os direitos fundamentais e humanos.

¹ Mestre, Programa de Pós-Graduação Interdisciplinar Sociedade e Desenvolvimento (PPGSeD), Universidade Estadual do Paraná (Unespar), *campus* de Campo Mourão, thiagopires@hotmail.com.br.

² Apresentamos a palavra **trans** grifada com vistas a conferir uma maior visibilidade, projeção e alcance a esse grupo minoritário.

³ Atualmente, a comunidade LGBT é correspondida pela sigla LGBTQIAPN+, a fim de abarcar as múltiplas formas de representatividade de um determinado grupo de pessoas, que foram historicamente marginalizados(as) e excluídos(as) no meio social.

METODOLOGIA

No que toca à metodologia adotada, baseamos sobretudo em um estudo bibliográfico, inclusive de políticas públicas de âmbito internacional e nacional. Adotamos uma perspectiva interdisciplinar de natureza quanti-qualitativa e interpretativa, calcada em uma ótica eminentemente transversal na análise dos fenômenos sociais, para compreendê-los não de modo estanque e segmentado, mas sim de uma maneira holística ao considerar também o enfoque sócio-histórico e cultural adjacente ao tema. Com efeito, foi realizada uma acurada revisão bibliográfica acerca de conceitos chave para este trabalho. Em seguida, pesquisou-se a base normativa e principiológica pátria que gravitam em torno do tema, bem como se adentrou ao Sistema Interamericano de Proteção e Promoção dos Direitos Humanos, com a análise do entendimento da Corte Interamericana de Direitos Humanos (Corte IDH), e do Sistema Global da ONU, com a análise da Agenda 2030, que, seguramente, engloba a atuação da Justiça como forma de dar concretude prática ao conteúdo jurídico dos 17 (dezessete) Objetivos de Desenvolvimento Sustentável (ODS) e 169 (cento e sessenta e nove) metas correspondentes.

DISCUSSÕES E RESULTADOS

Com relação especificamente ao caso **Azul Rojas Marín vs. Peru**, trata-se de um caso que se refere à responsabilidade do Peru por violações relacionadas com a privação de liberdade ilegal, arbitrária e discriminatória de Azul Rojas Marín por parte de agentes públicos, em razão da sua orientação sexual e expressão de gênero. Além disso, foi vítima de tortura e estupro durante o seu período de detenção e todos os fatos não foram investigados de forma adequada.

A Corte IDH concluiu que o conjunto de abusos e agressões sofridos por Azul Rojas Marín, devido à sua orientação sexual e expressão de gênero, configurou ato de tortura por parte de agentes do Estado, sendo fixados dentre os principais standards emitidos pela Corte às garantias de não repetição determinadas ao Estado (item VIII do título Reparações, alínea “D”). Referidas garantias se desdobraram nos subitens seguintes: (i) adoção de um protocolo sobre a investigação e administração da justiça nos casos de violências contras pessoas LGBTI, (ii) sensibilização e capacitação de agentes estatais sobre violência contra as

peçasas LGBTI, (iii) concepção e implementação de um sistema para coletar e produzir estatísticas sobre violência contra peçasas LGBTI, (iv) remover o indicador de “erradicação de homossexuais e travestis” dos Planos de Segurança Cidadã das Regiões e Distritos do Peru.

Destacamos que o **ODS n. 5 “alcançar a igualdade de gênero”** contém em seu item 5.1 o objetivo de acabar com todas as formas de discriminação e o item 5.6.c o objetivo de adotar e fortalecer políticas sólidas e legislação aplicável para a promoção da igualdade de gênero. Já o **ODS n. 16 “Promover sociedades pacíficas e inclusivas para o desenvolvimento sustentável, proporcionar o acesso à justiça para todos e construir instituições eficazes, responsáveis e inclusivas em todos os níveis”** contempla o item 16.1 “Reduzir significativamente todas as formas de violência em todos os lugares” e o item 16.10.b “Promover e fazer cumprir leis e políticas não discriminatórias para o desenvolvimento sustentável”, contexto em que desponta a necessidade de compatibilização entre o direito interno e o direito internacional, em prol da efetividade do princípio da vedação do retrocesso social.

CONSIDERAÇÕES FINAIS

Constata-se que, ainda, não existe, na prática, a observância dos ODS n. 5 e 16 da Agenda 2030 da ONU, tendo em vista que não se verificam condições de isonomia real ou substancial da minoria **trans** em relação às peçasas cis, o que reflete, invariavelmente, em múltiplas negações de oportunidades sociais, tais como, o acesso igualitário e equânime, no recorte de gênero, ao **direito humano e fundamental social à segurança** a esse grupo vulnerável.

REFERÊNCIAS

BRASIL. **Constituição da República Federativa do Brasil**, de 05.10.1988. Brasília. 1988. Disponível em: http://www.planalto.gov.br/ccivil_03/constituicao/constituicao.htm. Acesso em: 31 out. 2025.

CADH. **Convenção Americana sobre Direitos Humanos**. Disponível em: https://www.cidh.oas.org/basicos/portugues/c.convencao_americana.htm. Acesso em: 31 out. 2025.

CORTE INTERAMERICANA DE DIREITOS HUMANOS. **Parecer Consultivo OC-24/17 de 24 de novembro de 2017** solicitado pela República da Costa Rica Identidade de Gênero, Igualdade e não discriminação a casais do mesmo sexo. Disponível em:

https://www.corteidh.or.cr/docs/opiniones/seriea_24_por.pdf. Acesso em: 31 out. 2025.

CORTE INTERAMERICANA DE DIREITOS HUMANOS. **Caso Azul Rojas Marín vs. Perú**. Sentença de 12 de março de 2020. Disponível em:

https://corteidh.or.cr/docs/casos/articulos/seriec_402_esp.pdf. Acesso em: 31 out. 2025.

GOVERNO FEDERAL. **Objetivos de Desenvolvimento Sustentável**. Disponível em:

<https://odsbrasil.gov.br/>. Acesso em: 31 out. 2025.

PIOVESAN, Flávia. **Direitos humanos e justiça internacional**: um estudo comparativo dos sistemas regionais europeu, interamericano e africano. 9. ed. rev. e atual. São Paulo: Saraiva Educação, 2019.

RAMOS, André de Carvalho. **Curso de Direitos Humanos**. 7. ed. São Paulo: Saraiva Educação, 2020.

CASO LUIZA MELINHO VS. BRASIL: UMA REFLEXÃO NO PRISMA DOS OBJETIVOS DE DESENVOLVIMENTO SUSTENTÁVEL 3 E 5 DA AGENDA 2030 DA ONU

PIRES, Thiago Rodolfo¹

ST 8 - Sociedade, sustentabilidade e Agenda 2030

INTRODUÇÃO

É importante reconhecer a existência da discriminação e do racismo institucional enquanto práticas deletérias historicamente arraigadas e ainda existentes na cultura brasileira, que colidem frontalmente com o compromisso firmado pelo Brasil pela efetividade da Agenda 2030 para o Desenvolvimento Sustentável, que consiste em um plano global de ações e diretrizes, instituído pela Organização das Nações Unidas (ONU), a fim de assegurar os direitos humanos, dentre eles promover a saúde e o bem-estar (ODS 3) e alcançar a igualdade de gênero (ODS 5). A preocupação com a saúde das pessoas **trans**², que se situam no âmago da comunidade LGBTQIAPN+³, deve ser uma prioridade na agenda da Saúde Pública, haja vista a complexidade das questões de gênero e as inúmeras barreiras que pessoas trans enfrentam cotidianamente. Também há escassez de profissionais de saúde para lidar com as especificidades da população **trans**, razão pela qual as políticas públicas de saúde devem ser reformuladas, além de haver uma maior preocupação com a promoção da saúde mental dessa minoria. As práticas nefastas da discriminação e do racismo institucional são perpetuadas, de forma reiterada, no âmbito das relações sociais, dentre elas na área da saúde. Importante ressaltar que tais condutas também vão de encontro à direção normativa antidiscriminatória disposta no texto constitucional e ao patamar mínimo civilizatório de direitos, por ofender, de maneira contundente, os direitos fundamentais e humanos.

¹ Mestre, Programa de Pós-Graduação Interdisciplinar Sociedade e Desenvolvimento (PPGSeD), Universidade Estadual do Paraná (Unespar), *campus* de Campo Mourão, thiagopires@hotmail.com.br.

² Apresentamos a palavra **trans** grifada com vistas a conferir uma maior visibilidade, projeção e alcance a esse grupo minoritário.

³ Atualmente, a comunidade LGBT é correspondida pela sigla LGBTQIAPN+, a fim de abarcar as múltiplas formas de representatividade de um determinado grupo de pessoas, que foram historicamente marginalizados(as) e excluídos(as) no meio social.

METODOLOGIA

No que toca à metodologia adotada, baseamos sobretudo em um estudo bibliográfico, inclusive de políticas públicas de âmbito internacional e nacional. Adotamos uma perspectiva interdisciplinar de natureza quanti-qualitativa e interpretativa, calcada em uma ótica eminentemente transversal na análise dos fenômenos sociais, para compreendê-los não de modo estanque e segmentado, mas sim de uma maneira holística ao considerar também o enfoque sócio-histórico e cultural adjacente ao tema. Com efeito, foi realizada uma acurada revisão bibliográfica acerca de conceitos chave para este trabalho. Em seguida, pesquisou-se a base normativa e principiológica pátria que gravitam em torno do tema, bem como se adentrou ao Sistema Interamericano de Proteção e Promoção dos Direitos Humanos, com a análise do entendimento exarado pela Comissão Interamericana de Direitos Humanos (CIDH), bem como ao Sistema Global da ONU, com a análise da Agenda 2030, que, seguramente, engloba a atuação da Justiça como forma de dar concretude prática ao conteúdo jurídico dos 17 (dezessete) Objetivos de Desenvolvimento Sustentável (ODS) e 169 (cento e sessenta e nove) metas correspondentes.

DISCUSSÕES E RESULTADOS

Com relação especificamente ao caso *Luiza Melinho vs. Brasil*, trata-se de um caso que se refere à responsabilidade do Brasil por violações relacionadas a um processo para realização de uma cirurgia de afirmação sexual da senhora Luiza Melinho. O Brasil negou a cirurgia pelo SUS e o caso foi apresentado à CIDH pelo advogado da vítima. O caso ficou durante considerável período em tramitação junto à comissão interamericana e, agora, está na Corte IDH para julgamento. Para a CIDH, o Estado brasileiro não garantiu o acesso à saúde de Luiza Melinho em igualdade de condições, o que foi demonstrado por meio dos obstáculos para acessar a cirurgia solicitada, como a escassez de estabelecimentos capazes de realizá-la, a distância geográfica e a morosidade no processo judicial.

Por meio de Comunicado de Imprensa publicado pela Imprensa da CIDH⁴, a Comissão apresentou perante a Corte IDH, esse importante caso do Brasil sobre violações a direitos

⁴ Conforme Comunicado de Imprensa 190/23 da CIDH. Disponível em: <https://www.oas.org/pt/cidh/jsForm/?File=/pt/cidh/prensa/notas/2023/190.asp>. Acesso em: 31 out. 2025. 470

no acesso a uma cirurgia de afirmação de gênero, motivo pelo qual recomendou à Corte as seguintes medidas de reparação:

1. Reparar integralmente as violações declaradas no relatório, incluindo uma indenização pelos danos ocasionados e o reembolso dos gastos médicos.
2. Disponibilizar medidas de assistência em saúde física e mental necessárias para sua reabilitação.
3. Adotar medidas para evitar que situações similares se repitam no futuro, o que deve incluir a eliminação dos obstáculos nos protocolos de saúde que tornem ineficiente a prestação da cirurgia de afirmação de gênero, a garantia de que os recursos promovidos pela via judicial relacionados a cirurgias de afirmação sejam decididos de modo célere e a promoção da capacitação do pessoal médico que trata das pessoas trans, não binárias e de gênero diverso para garantir o acesso imediato a serviços de saúde de maneira não discriminatória.

O Caso Luiza Melinho vs. Brasil representa uma oportunidade para o Brasil avançar nas políticas públicas destinadas à população **trans**, historicamente negligenciada e excluída do sistema de saúde, ressaltando-se a demora injustificada na tramitação do caso gerou um impacto negativo na saúde física e mental de Luiza Melinho, o que incluiu tentativas de suicídio, depressão e ansiedade, o que também reforça o comprometimento do direito à saúde mental da comunidade **trans**.

Destacamos que o **ODS n. 5 “alcançar a igualdade de gênero e empoderar todas as mulheres e meninas”** contém em seu item 5.1 o objetivo de acabar com todas as formas de discriminação e o item 5.6 de assegurar o acesso universal à saúde sexual e reprodutiva e os direitos reprodutivos, como acordado em conformidade com o Programa de Ação da Conferência Internacional sobre População e Desenvolvimento e com a Plataforma de Ação de Pequim e os documentos resultantes de suas conferências de revisão. Já o **ODS n. 3 “Assegurar uma vida saudável e promover o bem-estar para todas e todos, em todas as idades”** contempla no item 3.8 “**Atingir a cobertura universal de saúde**, incluindo a proteção do risco financeiro, o acesso a serviços de saúde essenciais de qualidade e o acesso a medicamentos e vacinas essenciais seguros, eficazes, de qualidade e a preços acessíveis para todos”, o que denota o caráter universal desse direito, estendendo-se, portanto, a todas as pessoas, inclusive à comunidade **trans**, contexto em que desponta a necessidade de

compatibilização entre o direito interno e o direito internacional, em prol da efetividade do princípio da vedação do retrocesso social.

CONSIDERAÇÕES FINAIS

Constata-se que, ainda, não existe, na prática, a observância dos ODS n. 3 e 5 da Agenda 2030 da ONU, tendo em vista que não se verificam condições de isonomia real ou substancial da minoria **trans** em relação às pessoas cis, o que reflete, invariavelmente, em múltiplas negações de oportunidades sociais, tais como, o acesso igualitário e equânime, no recorte de gênero, ao **direito humano e fundamental social à saúde** a esse grupo vulnerável.

REFERÊNCIAS

BRASIL, **Constituição da República Federativa do Brasil**, de 05.10.1988. Brasília. 1988. Disponível em: http://www.planalto.gov.br/ccivil_03/constituicao/constituicao.htm. Acesso em: 31 out. 2025.

CADH. **Convenção Americana sobre Direitos Humanos**. Disponível em: https://www.cidh.oas.org/basicos/portugues/c.convencao_america.htm. Acesso em: 31 out. 2025.

COMISSÃO INTERAMERICANA DE DIREITOS HUMANOS (CIDH). **Informe nº 11/16**, Petição nº 362-09. Admissibilidade. Luiza Melinho vs. Brasil. 14 abr. 2016. Disponível em: <https://www.oas.org/pt/cidh/decisiones/2016/brad362-09po.pdf>. Acesso em: 16 out. 2025.

COMISSÃO INTERAMERICANA DE DIREITOS HUMANOS (CIDH). **Comunicado de Imprensa n. 190/23**. A CIDH apresentou perante a Corte Caso do Brasil sobre violações a direitos no acesso a uma cirurgia de afirmação de gênero. Disponível em: <https://www.oas.org/pt/cidh/jsForm/?File=/pt/cidh/prensa/notas/2023/190.asp>. Acesso em: 31 out. 2025.

CORTE INTERAMERICANA DE DIREITOS HUMANOS. **Parecer Consultivo OC-24/17 de 24 de novembro de 2017** solicitado pela República da Costa Rica Identidade de Gênero, Igualdade e não discriminação a casais do mesmo sexo. Disponível em: https://www.corteidh.or.cr/docs/opiniones/seriea_24_por.pdf. Acesso em: 31 out. 2025.

GOVERNO FEDERAL. **Objetivos de Desenvolvimento Sustentável**. Disponível em: <https://odsbrasil.gov.br/>. Acesso em: 31 out. 2025.

PIOVESAN, Flávia. **Direitos humanos e justiça internacional**: um estudo comparativo dos sistemas regionais europeu, interamericano e africano. 9. ed. rev. e atual. São Paulo: Saraiva Educação, 2019.

RAMOS, André de Carvalho. **Curso de Direitos Humanos**. 7. ed. São Paulo: Saraiva Educação, 2020.

**CASO VICKY HERNÁNDEZ Y OUTRAS VS. HONDURAS: UMA REFLEXÃO
 NO PRISMA DOS OBJETIVOS DE DESENVOLVIMENTO SUSTENTÁVEL 5 E 8
 DA AGENDA 2030 DA ONU**

PIRES, Thiago Rodolfo¹

ST 8 - Sociedade, sustentabilidade e Agenda 2030

INTRODUÇÃO

É importante reconhecer a existência da discriminação e do racismo institucional enquanto práticas deletérias historicamente arraigadas e ainda existentes na cultura brasileira, que colidem frontalmente com o compromisso firmado pelo Brasil pela efetividade da Agenda 2030 para o Desenvolvimento Sustentável, que consiste em um plano global de ações e diretrizes, instituído pela Organização das Nações Unidas (ONU), a fim de assegurar os direitos humanos, dentre eles alcançar a igualdade de gênero (ODS 5) e defender o trabalho decente (ODS 8). Trata-se de práticas nefastas, que são perpetuadas, de forma reiterada, no âmbito das relações sociais, dentre elas na área do trabalho. Importante ressaltar que a discriminação e o racismo institucional vão de encontro à direção normativa antidiscriminatória disposta no texto constitucional e ao patamar mínimo civilizatório de direitos, por ofender, de maneira contundente, os direitos fundamentais e humanos.

METODOLOGIA

No que toca à metodologia adotada, adota-se uma pesquisa interdisciplinar de natureza quanti-qualitativa e interpretativa, calcada em uma ótica eminentemente transversal na análise dos fenômenos sociais, para compreendê-los não de modo estanque e segmentado, mas sim de uma maneira holística ao considerar também o enfoque sócio-histórico e cultural adjacente ao tema. Assim, nos escoramos na perspectiva jurídica alicerçada na metodologia social de análise da linguagem, com estreito imbricamento com a ciência do Direito. Com efeito, foi realizada uma acurada revisão bibliográfica acerca de conceitos chave para este trabalho. Em

¹ Mestre, Programa de Pós-Graduação Interdisciplinar Sociedade e Desenvolvimento (PPGSeD), Universidade Estadual do Paraná (Unespar), campus de Campo Mourão, thiagopires@hotmail.com.br.

seguida, pesquisou-se a base normativa e principiológica pátria que gravitam em torno do tema, bem como se adentrou ao Sistema Interamericano de Proteção e Promoção dos Direitos Humanos, com a análise do entendimento exarado pela Comissão Interamericana de Direitos Humanos (CIDH), bem como ao Sistema Global da ONU, com a análise da Agenda 2030, que, seguramente, engloba a atuação da Justiça como forma de dar concretude prática ao conteúdo jurídico dos 17 (dezesete) Objetivos de Desenvolvimento Sustentável (ODS) e 169 (cento e sessenta e nove) metas correspondentes.

DISCUSSÕES E RESULTADOS

Com relação especificamente ao **caso Vicky Hernandez y Outras vs. Honduras** refere-se à condenação do Estado de Honduras pelo homicídio de Vicky Hernández, uma mulher trans trabalhadora sexual, que foi assassinada em 2009, em Honduras. Os juízes da Corte constataram que houve a participação de agentes estatais na morte de Vicky e não houve a devida punição aos autores do crime. As circunstâncias de ser uma mulher **trans** trabalhadora sexual, viver com HIV e atuar na defesa dos direitos das mulheres **trans** colocaram-na em uma posição de vulnerabilidade, entrelaçando-se múltiplos fatores de discriminação. A jurisprudência da Corte IDH tem reconhecido que as pessoas LGBT têm sido historicamente vítimas de discriminação e de diversas formas de violência e ofensas a seus direitos. No caso analisado, foram violados os direitos ao reconhecimento da personalidade jurídica e à não discriminação e à identidade de gênero.

O **caso Vicky Hernandez y Outras vs. Honduras** demonstra que foi necessário que a jurisprudência da Corte IDH reconhecesse a aplicação da Convenção Interamericana para Prevenir, Punir e Erradicar a violência contra mulher - 1994 às mulheres trans, uma vez que ausente previsão normativa expressa nos diplomas internacionais. Além disso, representa uma oportunidade para que os países americanos avancem nas políticas públicas destinadas à população trans, historicamente negligenciada e excluída do direito ao trabalho.

Destacamos que o **ODS n. 5 “alcançar a igualdade de gênero e empoderar todas as mulheres e meninas”** contém em seu item 5.1 o objetivo de acabar com todas as formas de discriminação. Já o **ODS n. 8 “trabalho decente e conteúdo econômico”** contempla o objetivo 8, qual seja: **Promover o crescimento econômico sustentado, inclusivo e sustentável, emprego pleno e produtivo e trabalho decente para todas e todos,**

destacando-se a a importância do trabalho decente para a concepção de um mundo desenvolvido, próspero e sustentável, contexto em que desponta a necessidade de compatibilização entre o direito interno e o direito internacional, em prol da efetividade do princípio da vedação do retrocesso social.

CONSIDERAÇÕES FINAIS

Constata-se que, ainda, não existe, na prática, a observância dos ODS n. 5 e 8 da Agenda 2030 da ONU, tendo em vista que não se verificam condições de isonomia real ou substancial da minoria trans em relação às pessoas cis, o que reflete, invariavelmente, em múltiplas negações de oportunidades sociais, tais como, o acesso igualitário e equânime, no recorte de gênero, ao direito social ao trabalho a esse grupo vulnerável.

REFERÊNCIAS

BRASIL, **Constituição da República Federativa do Brasil**, de 05.10.1988. Brasília. 1988. Disponível em: http://www.planalto.gov.br/ccivil_03/constituicao/constituicao.htm. Acesso em: 31 out. 2025.

CADH. **Convenção Americana sobre Direitos Humanos**. Disponível em: https://www.cidh.oas.org/basicos/portugues/c.convencao_americana.htm. Acesso em: 31 out. 2025.

CORTE INTERAMERICANA DE DIREITOS HUMANOS (CIDH). **Parecer Consultivo OC-24/17 de 24 de novembro de 2017** solicitado pela República da Costa Rica Identidade de Gênero, Igualdade e não discriminação a casais do mesmo sexo. Disponível em: https://www.corteidh.or.cr/docs/opiniones/seriea_24_por.pdf. Acesso em: 31 out. 2025.

COMISSÃO INTERAMERICANA DE DIREITOS HUMANOS (CIDH). **Sentencia de 26 de marzo de 2021**. Vicky Hernández y Otras vs. Honduras. 26 mar. 2021. Disponível em: https://corteidh.or.cr/docs/casos/articulos/resumen_422_esp.pdf. Acesso em: 31 out. 2025.

GOVERNO FEDERAL. **Objetivos de Desenvolvimento Sustentável**. Disponível em: <https://odsbrasil.gov.br/>. Acesso em: 31 out. 2025.

PIOVESAN, Flávia. **Direitos humanos e justiça internacional**: um estudo comparativo dos sistemas regionais europeu, interamericano e africano. 9. ed. rev. e atual. São Paulo: Saraiva Educação, 2019.

RAMOS, André de Carvalho. **Curso de Direitos Humanos**. 7. ed. São Paulo: Saraiva Educação, 2020.

ENTRE A SIMPLICIDADE E A MODERNIDADE: MENONITAS, ANTROPOLOGIA E AS POSSIBILIDADES DO *DEGROWTH*

SLUZALA, Bruno Renato¹

FERREIRA, Jorge Leandro Delconte²

ST 8 - Sociedade, sustentabilidade e Agenda 2030

INTRODUÇÃO

Vivenciamos, na contemporaneidade, uma crise dupla: a ecológica – limites planetários ultrapassados e ecossistemas exauridos – e a de sentido, que corrói silenciosamente sociedades saturadas de bens, mas empobrecidas em coesão e propósito coletivo. Não se trata de uma moda intelectual, mas de um diagnóstico incômodo que nos interpela como pesquisadores e cidadãos.

Nesse cenário, o *Degrowth* (decrescimento) apresenta-se não como um slogan pessimista, mas como uma proposta de contração planejada do metabolismo industrial, com o objetivo de transformar o “menos” em uma abundância de outro tipo: mais tempo, mais vínculos, mais equilíbrio e justiça.

O paradoxo que orienta este trabalho emerge do encontro entre dois mundos: de um lado, o *Degrowth*, teoria que busca continuamente traduzir-se em práticas; de outro, comunidades como os menonitas e os amish, que há séculos vivenciam uma economia do suficiente – não por razões ecológicas, mas por fé. É nesse cruzamento que se insere a presente análise: no ponto em que as racionalidades se tocam e, por vezes, se tensionam.

O objetivo é investigar as ressonâncias (os pontos de contato) e as dissonâncias (as fissuras e abismos) entre a racionalidade sociorreligiosa menonita e a racionalidade ecológico-política do *Degrowth*, refletindo sobre suas implicações éticas, culturais e sociais, a partir dos parâmetros ilustrados no Quadro 1. Mais que uma validação empírica, este estudo propõe um exercício de aproximação conceitual e simbólica entre campos distintos – a ética comunitária

¹ Mestrando, Programa de Pós-Graduação Interdisciplinar Sociedade e Desenvolvimento (PPGSeD), Universidade Estadual do Paraná (Unespar), *campus* de Campo Mourão, bruno.sluzala@gmail.com.

² Doutor em Economia, docente da Universidade Estadual do Paraná (Unespar), *campus* de Campo Mourão, jorge.ferreira@ies.unespar.edu.br.

religiosa e o pensamento ecológico contemporâneo – com o intuito de compreender como a antropologia pode contribuir para fundamentar uma ética do suficiente em sociedades plurais.

Quadro 1 - Perguntas de pesquisa e hipótese central

Perguntas de Pesquisa	Hipótese Central
Como a racionalidade sociorreligiosa menonita se confronta com a racionalidade ecológico-política do <i>Degrowth</i> ?	A experiência menonita não é modelo exportável, mas prova de possibilidade: uma economia do suficiente funciona em escala comunitária desde que sustentada por um imaginário religioso denso.
Em que dimensões (economia local, tecnologia, consumo, tempo) as práticas menonitas antecipam ideais do <i>Degrowth</i> ?	Esse lastro simbólico-religioso é justamente o que o <i>Degrowth</i> , sendo laico, terá de reinventar por outras vias.
Onde estão as pedras no caminho: gênero, isolamento, pressão por conformidade?	
O que a antropologia, com seus rituais e símbolos, tem a ensinar a um projeto que se quer laico e democrático?	

Fonte: Elaboração dos autores, 2025.

METODOLOGIA

Para responder a essas questões, adotamos uma análise conceitual comparativa, assumidamente interdisciplinar e de natureza qualitativa e bibliográfica. Trabalhamos com literatura de segundo grau e cruzamos três campos de referência: Antropologia (Mauss, Geertz, Turner), Sociologia Econômica (Weber, Sombart) e Economia Ecológica e *Degrowth* (Latouche, Kallis, Jackson, Riechmann).

Nosso procedimento é simples e, cremos, intelectualmente honesto: identificamos os princípios normativos do *Degrowth* - simplicidade voluntária, *slow tech*, autonomia local e revalorização do tempo – e os confrontamos com descrições etnográficas do modo de vida menonita e amish (Kraybill, entre outros).

Mais do que buscar coincidências forçadas, procuramos ressonâncias empíricas e dissonâncias de fundamento, reconhecendo que ambos os universos – o religioso e o ecológico – operam a partir de racionalidades distintas, mas potencialmente comunicantes.

Acrescentamos um critério que nos parece decisivo: a atenção ao concreto. É diferente afirmar “tecnologia apropriada” e descrever, por exemplo, o telefone comunitário instalado à beira da estrada, o uso de ferramentas a bateria, mas não de rede elétrica doméstica, ou o emprego do trator apenas como fonte estacionária de potência. Essa materialidade empírica evita idealizações românticas e devolve o debate ao terreno da vida cotidiana – onde os símbolos, as práticas e as escolhas realmente ganham sentido.

DISCUSSÃO CONCEITUAL: DEGROWTH E A ÉTICA MENONITA

RESSONÂNCIAS PRÁTICAS (ONDE AS COISAS SE TOCAM)

Há um ponto de partida comum: a desconfiança em relação ao crescimento ilimitado. Para os menonitas, a acumulação desmedida ameaça a alma e a coesão comunitária; para o *Degrowth*, ameaça os ciclos biofísicos e a justiça social. Os motivos divergem, mas o gesto coincide.

No terreno da tecnologia, observamos prudência de ambos os lados. A *Ordnung* menonita avalia se um artefato reforça (ou fragiliza) o tecido comunitário; o *Degrowth* questiona a eficiência energética, as externalidades e o bem-estar associado ao uso de cada tecnologia. O resultado prático é semelhante: uma adoção seletiva, guiada por critérios éticos. Daí os arranjos híbridos já citados – telefone comunitário em abrigo à beira da estrada, ferramentas a bateria, mas não ligadas à rede elétrica doméstica; uso do trator apenas como fonte estacionária de potência.

Quanto ao tempo, o parentesco é evidente. Os menonitas o devolvem à família, ao culto e ao trabalho coletivo; o *Degrowth* o reivindica contra a colonização do cotidiano pelo trabalho alienado. Em ambos, menos relógio, mais convivência. Não se trata de nostalgia, mas de projeto.

DISSONÂNCIAS FUNDAMENTAIS (ONDE O CHÃO SE ABRE)

Aqui encontramos uma inversão da tese weberiana, e preferimos enunciá-la sem eufemismos. A ascese protestante descrita por Weber era intramundana e alimentou a acumulação; já a ascese menonita reconduz o desejo de volta à comunidade e a Deus. O *Degrowth*, por sua vez, propõe uma ascese secular e intramundana, cuja “salvação” é imanente: ecológica e social, aqui e agora.

Também difere a fonte de autoridade. Entre os menonitas, a simplicidade é mandamento – e a comunidade vigia seu cumprimento. No *Degrowth*, a simplicidade é escolha e pacto democrático. Mais frágil, sem dúvidas, mas também mais plural.

Há ainda a questão da escala. Comunidades pequenas, coesas e culturalmente homogêneas conseguem sustentar normas exigentes; já sociedades urbanas e multiculturais precisarão inventar outros mecanismos de adesão – símbolos, rituais e

narrativas – capazes de produzir compromisso sem coerção excessiva. É um trabalho de cultura, não de planilha.

CONTRADIÇÕES INTERNAS

É preciso admitir: há custos sociais. Papéis de gênero tendem a ser rígidos, a conformidade pesa, e as dissidências doem. Essas arestas não invalidam a lição menonita; apenas lembram que baixo consumo não é sinônimo automático de liberdade.”

Propomos pensar os menonitas como um espelho incômodo: eles mostram que “menos” é possível, mas também que o “menos” cobra disciplina coletiva. Sociedades abertas estão dispostas a pagar esse preço? Não sabemos. Mas a pergunta é incontornável.

CONSIDERAÇÕES FINAIS

Os resultados desta análise permitem afirmar que os menonitas já concretizam, em sua vida comunitária, muitos dos objetivos que o *Degrowth* propõe: um consumo contido, a seletividade no uso de tecnologias, economias enraizadas localmente e a preservação do tempo para o convívio familiar e comunitário.

Naturalmente, tais práticas não estão isentas de contradições. Os papéis de gênero são mais rígidos, a conformidade social é fortemente valorizada e o isolamento em relação ao “mundo externo” pode soar, aos olhos modernos, como uma limitação. No entanto, essas tensões não devem ser vistas como obstáculos intransponíveis, mas como expressões culturais próprias, que revelam mais sobre a forma como cada comunidade organiza a vida do que sobre uma impossibilidade universal.

Dessa forma, nada impede que suas práticas sirvam de inspiração. O que se coloca em pauta não é a impossibilidade de imitá-los, mas a consciência de que toda imitação implicará traduções culturais, adaptações simbólicas e novas formas de dar sentido à renúncia.

O *Degrowth*, se pretende consolidar-se como projeto civilizatório, precisará reconhecer essa dimensão simbólica: inventar rituais, narrativas e fundamentos que sustentem uma ética do suficiente em sociedades abertas e plurais. Afinal, nenhuma coletividade – religiosa ou laica – vive apenas de números ou cálculos: é preciso também de símbolos, mitos e horizontes de sentido. Essa reflexão sugere que o diálogo entre antropologia e economia ecológica amplia o horizonte do *Degrowth*, aproximando-o das dimensões culturais

e simbólicas indispensáveis à sustentabilidade humana e à concretização dos objetivos da Agenda 2030.

REFERÊNCIAS

- D'ALISA, Giacomo; DEMARIA, Federico; KALLIS, Giorgos (Org.). **Degrowth: a vocabulary for a new era**. 1. ed. London: Routledge, 2015. E-book. Disponível em: https://www.researchgate.net/publication/309291920_DEGROWTH_A_Vocabulary_for_a_New_Era_E-BOOK. Acesso em: 27 out. 2025.
- GEERTZ, Clifford. **A interpretação das culturas**. 1. ed., 13. reimpr. Rio de Janeiro: LTC, 2008. 323 p.
- JACKSON, Tim. **Prosperidade sem crescimento: vida boa em um planeta finito**. Tradução de José Eduardo Mendonça. São Paulo: Planeta Sustentável/Abril, 2013. 320 p.
- KALLIS, Giorgos. In defence of degrowth. **Ecological Economics**, v. 70, n. 5, p. 873-880, 2011. Disponível em: <https://doi.org/10.1016/j.ecolecon.2010.12.007>. Acesso em: 27 out. 2025.
- KRAYBILL, Donald B.; HURD, James P. **Horse-and-buggy Mennonites: hoofbeats of humility in a postmodern world**. University Park, PA: The Pennsylvania State University Press, 2006.
- LATOUCHE, Serge. **Pequeno tratado do decrescimento sereno**. Tradução de Claudia Berliner. 1. ed. São Paulo: WMF Martins Fontes, 2009.
- MAUSS, Marcel. **Sociologia e antropologia**. Tradução de Paulo Neves. Precedido de uma introdução à obra de Marcel Mauss por Claude Lévi-Strauss; textos de Georges Gurvitch e Henri Lévy-Bruhl. 2. reimpr. São Paulo: Cosac Naify, 2003. 536 p.
- RIECHMANN, Jorge. **Autoconstrucción: la transformación cultural que necesitamos**. 1. ed. Madrid: Los Libros de la Catarata, 2015.
- SOMBART, Werner. **El burgués**. 1. ed. Madrid: Alianza Editorial, 1972.
- TURNER, Victor Witter. **The ritual process: structure and anti-structure**. Ithaca, NY: Cornell University Press, 1977. (Cornell Paperbacks).
- WEBER, Max. **A ética protestante e o “espírito” do capitalismo**. Tradução de José Marcos Mariani de Macedo. Revisão técnica, edição de texto, apresentação, glossário, correspondência vocabular e índice remissivo de Antônio Flávio Pierucci. 6. reimpr. São Paulo: Companhia das Letras, 2004.

MORTALIDADE INFANTIL NA MACRORREGIÃO DE SAÚDE DO ESTADO DO PARANÁ: EVITABILIDADE E DESIGUALDADES REGIONAIS (2019-2023)

GUIDO, Edna Aparecida¹

COSTA, Maria Antonia Ramos²

ST 8 - Sociedade, sustentabilidade e Agenda 2030

INTRODUÇÃO

A taxa de mortalidade infantil é um dos indicadores mais sensíveis em relação ao contexto social, econômico e de acesso à saúde de uma população. Mais do que um dado estatístico, representa um indicador da qualidade de vida, da efetividade das políticas públicas e do grau de equidade existente no interior de uma sociedade (Januzzi, 2017). Por ser um fenômeno multifatorial, relacionado a fatores sociais, culturais e de saúde (Nasr, 2021; Maia, 2023), sua compreensão requer uma abordagem interdisciplinar.

A redução da taxa de mortalidade infantil é uma agenda social assumida por diferentes organismos internacionais. Os Objetivos de Desenvolvimento Sustentável (ODS), que foram reafirmados e ampliados em 2015, têm, entre suas metas, o compromisso de reduzir as desigualdades sociais e aprimorar a saúde materno-infantil expresso no seu objetivo 3.2, assim o compromisso é que até 2030, todos os países devem reduzir a mortalidade neonatal para pelo menos 12 por 1.000 nascidos vivos” (Nações Unidas, 2015, p. 21).

Inserido nesse contexto, no Paraná, assim como em todo território brasileiro, observa-se uma redução na mortalidade infantil: a taxa de Mortalidade Infantil (TMI) era de 19,4 por mil nascidos vivos em 2000, caiu para 10,9 por mil em 2015, foi de 10,3 por mil em 2019 e, em 2023, esteve em 10,8 por mil nascidos vivos (SESA, 2025). No entanto, na macrorregião de saúde Noroeste do Paraná, que abrange 115 cidades organizadas em cinco regionais de saúde, os números de 2023 do Sistema de Informações de Mortalidade (SIM) indicam taxas que são superiores à média do Estado.

¹ Mestranda, Programa de Pós-Graduação Interdisciplinar Sociedade e Desenvolvimento (PPGSeD), Universidade Estadual do Paraná (Unespar), *campus* de Campo Mourão, edna.guida@sesa.pr.gov.br.

² Doutora em Enfermagem, docente da Universidade Estadual do Paraná (Unespar), *campus* de Paranavaí, maria.costa@unespar.edu.br.

Nesse contexto, compreender o perfil da mortalidade infantil em recortes regionais é fundamental para subsidiar políticas públicas, identificar vulnerabilidades específicas e orientar intervenções. Diante disso, o objetivo deste estudo foi analisar a classificação da evitabilidade dos óbitos infantis na macrorregião Noroeste do Paraná nos anos de 2019 e 2023.

METODOLOGIA

O presente estudo trata-se de pesquisa documental, exploratória, transversal e quantitativa. Os dados secundários de livre acesso utilizados foram extraídos do SIM e do Sistema de Informações sobre Nascidos Vivos (SINASC), por meio do programa estatístico TAB para Windows (Tabwin), desenvolvido pelo Ministério da Saúde.

Foram analisados 303 (trezentos e três) óbitos infantis no ano de 2019 e 287 (duzentos e oitenta e sete) de 2023 ocorridos nas Regionais de Saúde de Campo Mourão, Umuarama, Cianorte, Paranavaí e Maringá. Os dados foram analisados por meio de estatística descritiva simples, com distribuições de frequência para variáveis selecionadas: ano do óbito; óbito evitável; óbito por causa evitável por categorias. Ressalta-se que o recorte temporal utilizado (2019 e 2023) foi selecionado em decorrência dos valores da TMI apresentados na região de saúde, e por se tratar de dados provenientes de antes da pandemia Covid-19 e após o fim da emergência em saúde pública em 2023.

DISCUSSÕES E RESULTADOS

Ao comparar os anos de 2019 e 2023, o número total de óbitos de menores de um ano na macrorregião apresentou uma pequena redução, passando de 303 óbitos em 2019 para 287 em 2023, representando uma redução percentual de 5,28%.

A análise comparativa das TMI nos anos de 2019 e 2023 revela um cenário de disparidade regional nas cinco Regiões de Saúde do Paraná analisadas. Enquanto algumas regiões demonstraram uma melhoria nos indicadores de saúde materno-infantil, com notável redução da TMI, outras apresentaram um aumento expressivo das taxas superiores às de 2019, conforme disposto na tabela abaixo:

Tabela 1 - Taxas de Mortalidade Infantil (TMI) da macrorregional noroeste de saúde por regionais de saúde nos anos de 2019 e 2023, Paraná, 2025

Região de Saúde	TMI 2019	TMI 2023
11ª RS Campo Mourão	11,2	11,9
12ª RS Umuarama	15,9	13,4
13ª RS Cianorte	10,3	12,6
14ª RS Paranavaí	10,7	16,9
15ª RS Maringá	11,8	11,2
Total Paraná	10,3	10,8

Fonte: SIM/SINASC (2025).

Observa-se que, em 2019, a Regional de Saúde de Umuarama apresentou a maior taxa entre as regiões, ao passo que, em 2023, a de Paranavaí apresentou o maior indicador. Verificou-se também que, com exceção da regional de Cianorte, as demais regionais apresentaram a TMI maior que a do Estado do Paraná em 2019. Já em 2023, todas as regionais apresentaram o indicador superior ao do Estado.

Cabe acrescentar que os efeitos da pandemia de Covid-19 ocasionaram transformações em diversas esferas: biomédica, epidemiológica, social, política, cultural, histórica e econômica (Fiocruz, 2023). No Brasil em 2020, o Produto Interno Bruto (PIB) apresentou uma diminuição de 3,3% (IBGE, 2024), uma vez que diversos setores da economia foram impactados pelas políticas de lockdown e isolamento social, resultando na redução da renda e na eliminação de postos de trabalho. Somente a partir de 2022, o processo de recuperação pós-pandemia se iniciou e refletiu efetivamente na geração de emprego e reativação da economia.

Nesse contexto, Tejada *et al.* (2019), discute que a mortalidade infantil é influenciada por fatores individuais como o nível de escolaridade materna, posição socioeconômica da família, acesso a infraestrutura ambiental, bem como por fatores agregados como o nível de desenvolvimento econômico do país, o sistema de saúde em vigência, a taxa de fecundidade e de urbanização.

Outro dado relevante proveniente da análise é quanto a classificação de evitabilidade dos óbitos. Observa-se que, embora tenha ocorrido uma redução no número de óbitos infantis o percentual de mortes evitáveis aumentou de 65,68% para 69,69% no período (Brasil, 2025), conforme disposto na tabela abaixo:

Tabela 2 - Evitabilidade do óbito infantil na macrorregional noroeste de saúde nos anos de 2019 e 2023

Evitabilidade do óbito	Nº óbitos (2019)	(%)	Nº óbitos (2023)	(%)
Óbitos por causas evitáveis	199	65,68%	200	69,69 %
Causas mal definidas	4	1,32 %	5	1,74 %
Demais causas não claramente evitáveis	100	33,00 %	82	28,57 %
Total	303	100%	287	100%

Fonte: SIM (2025).

Comparativamente, no Brasil em 2019 houve 35.293 óbitos infantis, sendo que 23.262 foram classificados como evitáveis/reduzíveis. Em 2023 foram registrados 32.017 óbitos. Destes 21.224 classificados como evitáveis/reduzíveis, representando uma queda de 8,8% nos óbitos evitáveis, que indica que a macrorregião noroeste de saúde apresenta maior concentração de mortes preveníveis do que o cenário nacional, que apresenta uma redução no número absoluto de óbitos evitáveis no mesmo período (Brasil, 2025).

No que tange à classificação da evitabilidade dos óbitos, os resultados indicam que a morte infantil nas localidades estudada poderia ser prevenida, total ou parcialmente, por ações de serviços de saúde acessíveis e efetivos. Destaca-se que 59,90% dos óbitos (239) foram investigados e classificados pelos Comitês de Investigação de Mortalidade Infantil e Fetal como reduzíveis por adequada atenção à mulher gestação, 12,53% (50) reduzíveis por adequada atenção à mulher no parto, 11,53 % (46) reduzível por adequada atenção ao recém nascido, 9,02% reduzível por ações de promoção à saúde, vinculadas a ações adequadas de atenção à saúde e 7,02% reduzíveis por diagnóstico e tratamento adequado conforme preconizado pela lista de Causas de Mortes Evitáveis por Intervenções no âmbito do Sistema Único de Saúde (Brasil, 2008).

CONSIDERAÇÕES FINAIS

O estudo apresentado evidencia as disparidades regionais na macrorregião de saúde noroeste do Paraná e aponta como principal característica a evitabilidade dos óbitos infantis nos anos de 2019 e 2023. Mostra que, apesar da diminuição do número total de óbitos, a

proporção de óbitos evitáveis aumentou de 65,7% para 69,7%. Isso evidencia vulnerabilidades permanentes na atenção materno-infantil e amplia desafio em relação à cumprimento dos objetivos de desenvolvimento sustentável e, também expõem a necessidade de fortalecimento do processo de investigação do óbito infantil e fetal pelas Regionais de Saúde.

REFERÊNCIAS

BRASIL. Ministério da Saúde. **Painel de Monitoramento da Mortalidade Infantil e Fetal**. 2025. Disponível em: <https://svs.aids.gov.br/daent/centrais-de-conteudos/paineis-de-monitoramento/mortalidade/infantil-e-fetal/>. Acesso em: 01 fev. 2025.

BRASIL. Ministério da Saúde. **TabWin**: tabulador para windows versão 4.15. Brasília: Ministério da Saúde. Disponível em: <https://datasus.saude.gov.br/transferencia-de-arquivos/>. Acesso em: 01 fev. 2025.

FIOCRUZ. Impactos sociais, econômicos, culturais e políticos da pandemia. **Portal Fiocruz**. Disponível em: <https://fiocruz.br/impactos-sociais-economicos-culturais-e-politicos-da-pandemia>. Acesso em: 24 maio 2025.

IBGE. **Síntese de Indicadores Sociais**: uma análise das condições de vida da população brasileira. Rio de Janeiro: IBGE, 2024. Disponível em: <https://www.ibge.gov.br/estatisticas/sociais/populacao/9221-sintese-de-indicadores-sociais.html>. Acesso em: 23 maio 2025.

JANUZZI, Paulo de Martino. **Indicadores sociais no Brasil**. 6. ed. Campinas: Alínea, 2017. 192 p.

MAIA, Shirlene Mafra Holanda. **Existência Severina**: análise bioética da mortalidade infantil de Caruaru-PE de 2015 a 2020. 2023. Dissertação (Mestrado em Bioética) - Universidade de Brasília/Universidade Federal de Pernambuco, 2023.

NAÇÕES UNIDAS. **Transformando o nosso mundo**: a Agenda 2030 para o desenvolvimento sustentável. Disponível em: https://www.mds.gov.br/webarquivos/publicacao/brasil_amigo_pesso_idosa/Agenda2030.pdf. Acesso em: 05 maio 2025.

NARS, Acácia Maria Lourenço Francisco. **Rede Mãe Paranaense**: avaliação da efetividade na redução da mortalidade materna e infantil e influência dos fatores socioeconômicos e demográficos. 2021. Tese (Doutorado em Políticas Públicas) - Universidade Federal do Paraná, Curitiba, 2021.

TEJADA, Cesar Augusto Oviedo et al. Crises econômicas, mortalidade de crianças e o papel protetor do gasto público em saúde. **Revista Ciência e Saúde Coletiva**, ed. 12, ano 24, 27 ago.

10, 11 e 12 DE NOVEMBRO



Interdisciplinaridade, Universidade e Ação



PPGSED



2019. Disponível em: <https://cienciaesaudecoletiva.com.br/edicoes/a-crise-e-a-saude-implicacoes-para-a-politica-a-gestao-e-o-cuidado/201>. Acesso em: 7 set. 2025.

O TURISMO DE BASE COMUNITARIA NAS ILHAS DO LITORAL DO PARANÁ

SILVA, Milena Aparecida Rodrigues¹

ST 8 - Sociedade, sustentabilidade e Agenda 2030

INTRODUÇÃO

O Turismo de Base Comunitária (TBC) emergiu como uma estratégia de desenvolvimento sustentável que valoriza a participação ativa da comunidade local na gestão, preservação cultural e o uso dos recursos naturais (Graciano e Holanda, 2020). Na Ilha de Eufrasina, essa abordagem tem se consolidado como uma possibilidade de diversificação econômica, fortalecimento da identidade cultural e preservação do patrimônio ambiental, componentes essenciais para a sustentabilidade do turismo em contextos insulares. A presente pesquisa investiga as práticas, desafios e potencialidade dos TBC na ilha de Eufrasina, buscando compreender como a ilha pode ser um modelo de turismo de base comunitária para as demais ilhas do Litoral do Paraná. A partir de uma perspectiva interdisciplinar, propõe-se refletir sobre o potencial da ilha como um modelo de turismo sustentável, enfatizando o papel das comunidades locais na valorização do território, a importância da organização social e as possibilidades de expansão do turismo por meio de ações participativas e do impacto positivo no desenvolvimento local. Dessa forma, a presente pesquisa busca compreender como esses elementos podem contribuir para estabelecer um modelo de turismo que seja autêntico, sustentável e inclusivo, servindo de referência para outras comunidades insulares. Essa investigação fundamenta-se em autores como Graciano e Holanda (2020), Poort et al. (2021) e Fabrino et al. (2012), que discutem os elementos essenciais do turismo comunitário e suas potencialidades de transformação social e cultural em território insulares.

METODOLOGIA

A presente pesquisa distingue-se por sua abordagem qualitativa e interdisciplinar, integrando diferentes saberes e metodologias para compreender com maior profundidade o turismo de base comunitária. O trabalho será parte integrante da dissertação de mestrado

¹ Mestranda, Programa de Pós-Graduação em Ambientes Litorâneos e Insulares (PALI), Universidade Estadual do Paraná (Unespar), campus de Paranaguá, mihlenasilva15@gmail.com.

desenvolvida no âmbito da Pós-Graduação em Ambientes Litorâneos e Insulares (PALI), articulando conhecimentos das áreas de geografia, sociologia, ciências ambientais e turismo para fornecer uma análise contextualizada e abrangente do turismo de base comunitária na Ilha de Eufrasina.

Ao adotar uma abordagem qualitativa, o estudo busca proporcionar uma compreensão aprofundada e sensível as particularidades culturais, sociais e ambientais da comunidade insular, permitindo explorar de forma detalhada as percepções, experiências e expectativas dos sujeitos envolvidos. A coleta de dados será realizada por meio de entrevistas semiestruturadas, aplicadas a moradores, lideranças locais e representantes de instituições relacionadas ao turismo na região, como a Rede Caiçara de Turismo e a Aquaplan. A análise dos dados será realizada através da Técnica de Análise de Conteúdo, conforme proposta por Bardin (2016), cujo objetivo é identificar, categorizar e interpretar os principais elementos presentes nas respostas dos entrevistados, compreendendo as percepções, sentimentos e expectativas relacionadas ao impacto do turismo na comunidade de Eufrasina. Essa técnica possibilita a análise sistemática do material coletado, buscando extrair temas centrais, padrões recorrentes e significados subjacentes as narrativas dos participantes. Além disso, essa perspectiva empática e interpretativa permite compreender como os residentes percebem o desenvolvimento do turismo, suas transformações e desafios, além de revelar as dinâmicas internas que moldam suas relações com o território e as atividades econômicas relacionadas ao turismo de base comunitária. Dessa forma, a pesquisa busca oferecer uma compreensão integral do fenômeno, considerando não apenas os aspectos objetivos, mas também as dimensões subjetivas, culturais e emocionais que permeiam o cotidiano da comunidade na sua relação com o turismo sustentável.

DISCUSSÕES E RESULTADOS

As percepções sobre o turismo de base comunitária na Ilha de Eufrasina revelam um forte vínculo afetivo e cultural dos moradores com o território, conforme Ramkissoon (2015). Essa ligação, denominada *place attachment*, reforça a ideia de que os recursos naturais e a identidade local vão além de meros atrativos turísticos, sendo elementos estruturantes da própria sobrevivência e bem-estar da comunidade. Nesse contexto, a valorização da natureza preservada, da tranquilidade e da cultura caiçara evidencia uma percepção coletiva de que o

desenvolvimento do turismo deve estar alinhado à conservação ambiental e ao fortalecimento das tradições.

A valorização do patrimônio natural e cultural, apontada pelos entrevistados, segue as proposições de Gil (2008), que defendem que a gestão participativa é essencial para garantir o impacto positivo do turismo comunitário. Os discursos indicam também uma consciência ambiental em construção, corroborando as ações de redes e projetos educativos, como observam Giampiccoli, Muhsin e Mtapuri (2020). Contudo, os resultados mostram ainda os desafios na prática, como o descarte inadequado de resíduos nas trilhas ecológicas, revelando uma lacuna entre o reconhecimento da importância da preservação e a efetiva prática de ações sustentáveis.

Estes aspectos reforçam a necessidade de políticas públicas que apoiem a capacitação e o engajamento contínuo da comunidade, alinhando-se às recomendações de Manglis et al. (2021), de modo a potencializar os benefícios econômicos do turismo, ao mesmo tempo em que preservam o patrimônio ambiental e cultural local. Assim, compreende-se que o sucesso do turismo de base comunitária na Ilha de Eufrasina depende de uma atuação integrada, que valorize as percepções locais e fortifique a gestão participativa, promovendo uma relação sustentável entre o turismo e a comunidade, conforme destacado por Gil (2008).

CONSIDERAÇÕES FINAIS

A análise apresentada revela que o turismo de base comunitária, como estratégia de desenvolvimento sustentável, possui potencial de valorizar a identidade cultural, promover a conservação ambiental e fortalecer as capacidades locais. No entanto, para que esses benefícios sejam efetivos e duradouros, é fundamental que haja um manejo participativo, que dialogue com a comunidade e priorize a preservação dos recursos naturais e culturais. A pesquisa contribui para o entendimento das dinâmicas sociais, econômicas e ambientais em comunidades insulares, destacando a necessidade de políticas públicas que apoiem a capacitação, a inclusão social e a sustentabilidade dessas ações. Defende-se, assim, uma abordagem que promova o fortalecimento das comunidades, garantindo que o crescimento econômico não ocorra às custas da autenticidade, mas sim em harmonia com a cultura e o meio ambiente locais, reafirmando a importância de uma gestão participativa, ética e consciente do papel do turismo na promoção do bem-estar social e ambiental.

REFERÊNCIAS

BARDIN, L. **Análise de conteúdo**. São Paulo: Edições 70, 2016.

FABRINO, Nathália Hallack; COSTA, Helena Araújo; NASCIMENTO, Elimar Pinheiro do. Turismo de Base Comunitária (TBC): elementos-chave para aferir seu desempenho na perspectiva da sustentabilidade. **Revista Brasileira de Ecoturismo (RBEcotur)**, v. 5, n. 3, 2012.

GIAMPICCOLI, Andrea; MUHSIN, Basma Abdul; MTAPURI, Oliver. Community-based Tourism in the Case of the Maldives. **Geo Journal of Tourism and Geosites**, v. 29, n. 2, p. 428-439, 2020.

GIL, Antonio Carlos. **Métodos e Técnicas de Pesquisa Social**. 6. ed. São Paulo: Editora Atlas, 2008.

GRACIANO, P.; HOLANDA, L. Análise Bibliométrica da Produção Científica sobre Turismo de Base Comunitária (TBC) de 2013 a 2018. **Revista Brasileira de Pesquisa em Turismo**, v. 14, n. 1, 161-179, 2020.

MANGLIS, Angelos; FOURKIOTOU, Anastasia; PAPADOPOULOU, Dimitra. A Roadmap for the Sustainable Valorization of Accessible Underwater Cultural Heritage Sites. **Heritage**, v. 4, n. 4, p. 4700-4715, 2021.

POORT, Marije Eileen et al. "Authenticity" as a Pathway to Sustainable Cultural Tourism? The Cases of Gotland and Rapa Nui. **Sustainability**, v. 13, n. 11, p. 6302, 2021.

RAMKISSOON, Haywantee. Authenticity, Satisfaction, and Place Attachment: A conceptual Framework for Cultural Tourism in African Island Economies. **Development Southern Africa**, v. 32, n. 3, p. 292-302, 2015.

REFLEXÕES QUE SUSTENTAM O DEBATE ACADÊMICO NAS DIMENSÕES DA SUSTENTABILIDADE: UMA ANÁLISE INTEGRADA A PARTIR DE UMA PERSPECTIVA INTERDISCIPLINAR

DOMINGOS, João Augusto¹

ST 8 - Sociedade, sustentabilidade e Agenda 2030

INTRODUÇÃO

O presente trabalho se insere nos debates atuais sobre sociedade, sustentabilidade e a Agenda 2030 das Nações Unidas. Para tanto, objetiva analisar, sob uma ótica interdisciplinar, como as dimensões ambiental, econômica, social e política da sustentabilidade se inter-relacionam.

Nesse contexto, a palavra “sustentabilidade” ganhou destaque no cenário mundial em resposta aos problemas ambientais. Inicialmente, conforme fundamentam Veiga e Zats (2008), o termo era restrito ao campo da Biologia Populacional, sendo utilizado para identificar os limites de resiliência de um ecossistema.

Posteriormente, o marco para sua transição ao debate socioeconômico foi o relatório “Nosso Futuro Comum” (CMMAD, 1987), que oficializou o conceito de “desenvolvimento sustentável” e o inseriu nas agendas governamentais de diversos países sob três perspectivas interdependentes: a ambiental, a econômica e a social (Arantes, 2019).

Contudo, a popularização do termo levou a usos muitas vezes vagos e abusivos, como alerta Boff (2016). Diante disso, ao buscar seu significado, Veiga (2010) identifica três correntes de pensamento: uma ultra-otimista, que não vê conflito entre economia e ecologia; uma ultra-pessimista, que prega o decrescimento; e um “caminho do meio”, representado pelo desenvolvimento sustentável.

Dessa forma, esta pesquisa adota a perspectiva do “caminho do meio” e defende que sua efetiva implementação depende da integração de uma quarta dimensão: a política. Por fim, em diálogos com autores como Morin (2015), Leff (2001), Fazenda (2011), Veiga

¹ Mestrando, Programa de Pós-Graduação Interdisciplinar Sociedade e Desenvolvimento (PPGSeD), Universidade Estadual do Paraná (Unespar), *campus* de Campo Mourão, domingosjoaodj17@gmail.com.

(2010) e Sen (2000), evidencia-se que a compreensão fragmentada do desenvolvimento sustentável resulta em soluções ineficazes.

METODOLOGIA

Do ponto de vista metodológico, a pesquisa adotou uma abordagem qualitativa e exploratória, fundamentando-se em pesquisa bibliográfica desenvolvida a partir do motor de busca do Google Acadêmico, por meio das palavras-chave: dimensões da sustentabilidade, interdisciplinaridade e pensamento complexo. Para tanto, foram mobilizados autores, como Morin (2015), Leff (2001), Fazenda (2011), Veiga e Zats (2008), Sachs (2002) e Sen (2000), cuja contribuição teórica possibilitou fundamentar o estudo.

Além disso, o procedimento metodológico consistiu na análise e síntese dos principais argumentos desses autores, visando compreender a inter-relação entre as dimensões da sustentabilidade e sua aplicabilidade no contexto das pesquisas interdisciplinares. Isso permitiu não apenas interpretar os textos analisados, mas também problematizá-los à luz dos desafios atuais relacionados ao uso do termo sustentável para qualificar o desenvolvimento, considerando as diversas dimensões e tensões presentes no debate acadêmico.

Por fim, cabe ressaltar que o estudo não teve a pretensão de esgotar o tema, mas sim de oferecer subsídios teóricos para investigações futuras.

DISCUSSÕES E RESULTADOS

Em diálogo com Morin (2015), se pode perceber que seu texto “Introdução ao pensamento complexo”, está intimamente ligado à perspectiva interdisciplinar. Pois, ambos propõem uma abordagem integrada do conhecimento, em contraposição à ciência tradicional. Essa crítica é igualmente sustentada por Leff (2001) em sua obra “Epistemologia ambiental”, onde indica que os desafios contemporâneos - em especial os ligados ao meio ambiente e ao desenvolvimento - não podem ser devidamente compreendidos ou enfrentados sem o recurso à interconexão de saberes diversos.

Por sua parte, Fazenda (2011) acrescenta que a interdisciplinaridade não se resume à justaposição de áreas do saber, mas requer uma disposição ética e epistemológica para o diálogo entre diferentes racionalidades. Nesse sentido, no contexto do desenvolvimento

sustentável, por exemplo, não basta analisá-lo apenas sob um viés econômico e/ou ecológico de forma fragmentada. É necessário mobilizar um olhar interdisciplinar que considere, de forma articulada e interdependente, as dimensões da sustentabilidade.

A compreensão de problemas complexos, como é o caso do desenvolvimento sustentável, conforme defende Morin (2015), exige uma abordagem que conecte saberes e campos disciplinares.

Essa perspectiva também é defendida por Leff (2001), ao afirmar que:

[...] a diversidade e a complexidade dos processos que intervêm na problemática ambiental do desenvolvimento propõem a necessidade de integrar diversos campos do conhecimento científico e técnico para seu diagnóstico e para construir uma racionalidade ecotecnológica de produção (Leff, 2001, p. 95).

Segundo Leff (2001) estas práticas interdisciplinares são,

[...] entendidas como a seleção de variáveis e dimensões significativas para apreender uma problemática a partir dos enfoques de diferentes disciplinas, são necessárias para o diagnóstico da articulação dos efeitos gerados pela convergência dos fenômenos naturais, de fatores tecnológicos, de mecanismos econômicos e de condições políticas e institucionais sobre uma problemática ambiental (Leff, 2001, p. 95).

Desse modo, a partir da epistemologia ambiental, conforme discutido por Leff (2001), entende-se que o meio ambiente não pode ser tratado como uma instância separada da realidade social e política. O meio ambiente torna-se um campo de articulação entre saberes, práticas e racionalidades que desafiam os limites tradicionais da ciência moderna.

Nesse sentido, o desenvolvimento sustentável só pode ser efetivamente pensado e implementado por meio de um diálogo entre diferentes áreas do saber - como a ecologia, a economia, a sociologia, a geografia o direito e a política (só para citar algumas) - que permitam construir soluções sistêmicas, democráticas e justas.

Por sua vez, Veiga e Zats (2008) apontam que um dos principais entraves à efetivação de um modelo de desenvolvimento sustentável está justamente na dificuldade de articulação entre as suas diferentes dimensões. Pois, entendem esses autores, de que quando tratadas isoladamente, resultam em soluções fragmentadas e ineficazes.

Dessa forma, a interdependência entre as dimensões da sustentabilidade, exige um esforço analítico e prático que vá além da especialização disciplinar. Como destaca Morin (2015),

[...] é preciso substituir o pensamento que isola e separa pelo pensamento que distingue e une. [...] Um conhecimento pertinente deve enfrentar a complexidade e se reconectar com o mundo, com o sujeito cognoscente, com a ética e com a ação. Portanto, a perspectiva interdisciplinar não é apenas uma exigência epistemológica, mas também uma necessidade para a construção de políticas públicas integradas e transformadoras (Morin, 2015, p. 29-32).

Assim sendo, o grande desafio contemporâneo, portanto, não está apenas em compreender as inter-relações entre essas dimensões, mas em transformá-las em práticas sociais e políticas públicas eficientes, orientadas pela equidade, pela sustentabilidade e pela justiça social - especialmente no enfrentamento das vulnerabilidades ambientais, sociais e econômicas que afetam de forma mais severa os grupos historicamente minorizados (Veiga e Zats, 2008).

Diante disso, o viés interdisciplinar das dimensões da sustentabilidade, como vimos discutindo até aqui, evidencia a necessidade de abordagens integradas e articuladas para superar os desafios sociais cada vez mais complexos, nas sociedades contemporâneas.

Em vista disso, se pode afirmar que a sustentabilidade, quando analisada de modo integrado, adquire um caráter transformador, capaz de promover a justiça social e a proteção ambiental. Isso reforça as contribuições de Sachs (2002) e Sen (2000), para quem a sustentabilidade requer tanto adaptação às condições locais quanto ampliação das capacidades humanas, respectivamente.

CONSIDERAÇÕES FINAIS

A análise integrada das dimensões ambiental, econômica, social e política, à luz do pensamento complexo e interdisciplinar, evidencia que a sustentabilidade constitui um processo dinâmico e contextual. Nesse sentido, a perspectiva interdisciplinar revela-se não apenas academicamente relevante, mas também praticamente indispensável para a construção de sociedades mais justas e sustentáveis.

Dessa maneira, pode-se afirmar que o desafio contemporâneo reside precisamente em converter as reflexões teóricas em práticas concretas de gestão, educação e governança participativa. Ao promover a integração entre as dimensões analisadas, torna-se possível visualizar a sustentabilidade como um horizonte ético-político, o qual demanda compromisso coletivo, participação social e a renovação das formas de pensar e agir diante das crises globais.

REFERÊNCIAS

ARANTES, Paulo Tadeu Leite. Cultura, quarto pilar do desenvolvimento sustentável: de objeto de consumo a instrumento de política pública para regeneração das cidades. In: PHILIPPI JUNIOR, Arlindo; BRUNA, Gilda Collet (Orgs.). **Gestão urbana e sustentabilidade**. São Paulo: Editora Manole, 2019, p. 83-113.

BOFF, Leonardo. **Sustentabilidade: o que é – o que não é**. 5ª ed. Petrópolis: Vozes, 2016.

COMUM, Nosso Futuro. **Comissão mundial sobre meio ambiente e desenvolvimento**. Rio de Janeiro: FGV, 1991.

FAZENDA, Ivani Catarina Arantes. Desafios e perspectivas do trabalho interdisciplinar no Ensino Fundamental: contribuições das pesquisas sobre interdisciplinaridade no Brasil: o reconhecimento de um percurso. In: **Interdisciplinaridade**, São Paulo: PUC-SP, v. 1, n. 1, 2011, p. 10-23.

LEFF, Enrique. **Epistemologia ambiental**. Tradução de Sandra Valenzuela. Revisão técnica de Paulo Freire Vieira. São Paulo: Cortez, 2001.

MORIN, Edgar. **Introdução ao pensamento complexo**. Tradução de Eliane Lisboa. 5. ed. Porto Alegre: Editora Sulina, 2015.

SEN, Amartya. **Desenvolvimento como liberdade**. Tradução de Laura Teixeira Motta. 2. ed. São Paulo: Companhia das Letras, 2000.

SACHS, Ignacy. **Caminhos para o desenvolvimento sustentável**. Tradução de José Lins Albuquerque Filho. 4. ed. Rio de Janeiro: Editora Garamond, 2002.

VEIGA, José Eli da. **Desenvolvimento sustentável: o desafio do século XXI**. Rio de Janeiro: Garamond, 2010.

VEIGA, José Eli da; ZATZ, Lia. **Desenvolvimento sustentável, que bicho é esse?** Campinas: Autores associados, 2008.

TRANSPARÊNCIA DIGITAL EM MOÇAMBIQUE E NO BRASIL: ANÁLISE COMPARATIVA DOS PORTAIS ELETRÔNICOS GOVERNAMENTAIS

VICTORINO, Ofélia Aida¹

FERREIRA, Jorge Leandro Delconte²

ST 8 - Sociedade, sustentabilidade e Agenda 2030

INTRODUÇÃO

A transparência pública tornou-se requisito central da governança democrática e um dos eixos do ODS 16 da Agenda 2030, que preconiza instituições eficazes e responsáveis. No contexto da digitalização estatal, as Tecnologias de Informação e Comunicação (TICs) tornaram-se estratégicas para ampliar o acesso à informação e fortalecer o controle social.

Este estudo analisa comparativamente os portais eletrônicos governamentais nacionais de Moçambique e do Brasil, com foco em estrutura, acessibilidade, usabilidade e qualidade das informações. Ambos os países reconhecem o direito de acesso à informação: no Brasil pela Lei nº 12.527 de 2011 (Lei de Acesso à Informação - LAI) e em Moçambique pela Lei nº 34 de 2014 (Lei do Direito à Informação - LDI). Apesar da semelhança normativa, diferem quanto à maturidade institucional e tecnológica que sustenta sua efetivação.

O problema de pesquisa consiste em verificar em que medida esses portais cumprem sua função de promover a transparência pública e fortalecer a cidadania. A relevância científica está em contribuir para o debate sobre *accountability* e inclusão digital, enquanto a relevância social está em oferecer subsídios ao aprimoramento das práticas de governo aberto.

A comparação entre os dois países, unidos por vínculos históricos e linguísticos, mas separados por contextos econômicos e tecnológicos distintos, permite compreender como diferentes contextos institucionais e tecnológicos condicionam o exercício efetivo da cidadania informacional.

¹ Mestranda, Programa de Pós-Graduação Interdisciplinar Sociedade e Desenvolvimento (PPGSeD), Universidade Estadual do Paraná, *campus* de Campo Mourão, ofeliaaidav@gmail.com.

² Doutor em Economia Aplicada, docente da Universidade Estadual do Paraná (Unespar), *campus* de Campo Mourão, jorge.ferreira@ies.unespar.edu.br.

METODOLOGIA

A pesquisa adota abordagem qualitativa e interdisciplinar, articulando referenciais da Administração Pública, do Direito e das Tecnologias de Informação e Comunicação (TICs). Classifica-se como aplicada e descritiva, por buscar compreender e comparar o grau de transparência digital em dois contextos institucionais distintos.

A metodologia combina pesquisa bibliográfica, voltada à consolidação do referencial teórico sobre transparência e governança digital, e análise documental, baseada em relatórios oficiais, legislações e estudos de organismos internacionais como ONU e OCDE.

Utiliza-se o método comparativo, que permite examinar as semelhanças e diferenças entre os portais governamentais do Brasil (gov.br) e de Moçambique (portaldogoverno.gov.mz). A observação direta considerou os critérios de estrutura, acessibilidade, usabilidade e qualidade das informações disponibilizadas, com base em boas práticas internacionais e nas diretrizes da Controladoria-Geral da União (CGU).

Essa combinação metodológica possibilita identificar o grau de aderência de cada portal aos princípios de transparência ativa e passiva, contribuindo para avaliar a efetividade das políticas de acesso à informação e o fortalecimento da cidadania digital.

A pesquisa encontra-se atualmente na fase de análise comparativa, com base na observação direta dos portais e na aplicação preliminar dos critérios definidos. Nessa etapa, estão sendo sistematizadas as evidências sobre estrutura, acessibilidade, usabilidade e qualidade da informação, com o objetivo de consolidar indicadores que permitam mensurar o grau de efetividade da transparência digital em cada país. As etapas seguintes compreenderão o refinamento dos indicadores e a discussão dos resultados à luz do referencial teórico.

RESULTADOS E DISCUSSÃO

A pesquisa encontra-se em fase de análise comparativa preliminar, baseada na observação direta dos portais eletrônicos do Brasil e de Moçambique e na aplicação inicial dos critérios de estrutura, acessibilidade, usabilidade e qualidade da informação. As evidências sistematizadas até o momento orientam a consolidação de indicadores que permitam mensurar a efetividade da transparência digital em cada país.

A revisão de literatura e os primeiros achados empíricos indicam que, embora ambos os países possuam marcos legais avançados, como a Lei de Acesso à Informação (Lei nº

12.527 de 2011) no Brasil e a Lei do Direito à Informação (Lei nº 34 de 2014) em Moçambique, a efetivação desses dispositivos depende de fatores institucionais, culturais e tecnológicos. Em regimes democráticos, a transparência é reconhecida como princípio estruturante da gestão pública e um vetor estratégico que fomenta legitimidade, participação cívica, combate à corrupção; logo, uma condição necessária para a *accountability* e o controle social (Marques, Carvalho e Siena, 2022).

Nesse contexto, a literatura aponta que países em desenvolvimento enfrentam obstáculos recorrentes à digitalização governamental, como exclusão digital, baixa capacitação técnica e dificuldade de atualização de dados. O Quadro 1 apresenta os principais desafios e as boas práticas internacionais que serviram de referência para a análise dos portais brasileiros e moçambicanos.

Quadro 1 - Principais Desafios e Boas Práticas em Portais Eletrônicos

Desafios	Boas Práticas	Exemplos Internacionais
Exclusão digital	Promoção de conectividade e inclusão.	MyGov (Índia)
	Permitem desde o acesso remoto a serviços públicos até a participação em consultas e decisões políticas.	GovTech (Cingapura) e-Residency (Estônia)
Falta de capacitação técnica	Treinamento contínuo de servidores	e-Estônia
Baixa interatividade	Implementação de chatbots e serviços online	SP156 (São Paulo, Brasil)
Dados desatualizados	Automação de atualizações	Portal Gov.br

Fonte: Batista, Pinheiro e Lima (2024); Júnior, Neves e Silva (2025).

A observação direta dos portais confirma muitos dos desafios identificados na literatura. O portal brasileiro (gov.br) apresenta arquitetura organizada, atualização frequente e seções de transparência ativa com bases de dados abertas, serviços digitalizados e canais de participação social. Já o portal moçambicano (gov.mz) revela limitações técnicas e institucionais: menus incompletos, informações desatualizadas e ausência de mecanismos de prestação de contas.

Os resultados parciais demonstram que a existência de marcos legais semelhantes não garante transparência efetiva. No Brasil, persistem barreiras relacionadas à linguagem técnica e à fragmentação entre órgãos públicos; em Moçambique, as limitações são estruturais e associadas à desigualdade digital. A consolidação da transparência digital requer políticas

articuladas que integrem infraestrutura, capacitação e participação cidadã, reforçando o caráter democrático da informação pública.

A próxima etapa da pesquisa compreenderá a sistematização dos indicadores comparativos e a análise detalhada dos critérios aplicados, com o objetivo de mensurar o grau de efetividade da transparência digital e sua contribuição para o fortalecimento da cidadania informacional.

CONSIDERAÇÕES FINAIS

Os resultados preliminares da pesquisa, baseados na revisão bibliográfica e na observação inicial dos portais, evidenciam que Brasil e Moçambique apresentam níveis muito distintos de maturidade institucional e tecnológica para a efetivação da transparência digital. O Brasil demonstra relativa consolidação de instrumentos de governo eletrônico, sustentando práticas de transparência ativa que favorecem o controle social. Em contrapartida, o portal moçambicano ainda enfrenta barreiras estruturais e técnicas que limitam o exercício do direito de acesso à informação.

As constatações reforçam que a transparência pública depende não apenas da existência de marcos legais, mas de um ambiente institucional capaz de transformar a informação em instrumento de cidadania. Em contextos em que prevalecem fragilidades administrativas, desigualdade digital e baixa capacitação técnica, a transparência tende a se restringir ao plano formal.

A pesquisa, ainda em desenvolvimento, avança agora para a etapa de consolidação dos indicadores comparativos de estrutura, acessibilidade, usabilidade e qualidade da informação. Essa etapa permitirá mensurar de modo mais objetivo o grau de efetividade da transparência digital e identificar estratégias capazes de fortalecer a *accountability* e o controle social nos dois contextos analisados.

Ao contribuir para o debate sobre inclusão digital e governança democrática, o estudo reafirma a importância da transparência pública como pilar de uma cidadania informada e como condição para a construção de instituições mais responsáveis e participativas.

REFERÊNCIAS

BATISTA, Lídia de Sena; PINHEIRO, Adriano David; LIMA, Wagner Soares de. Portais Eletrônicos Municipais de Rondônia: análise comparativa de maturidade digital, transparência e interatividade. **Revista Acadêmica da Lusofonia**, [S. l.], v. 1, n. 5, p. 1-27, 2024.

BRASIL. Constituição (1988). **Constituição da República Federativa do Brasil de 1988**. Brasília, DF: Presidência da República, 2023. Disponível em: https://www.planalto.gov.br/ccivil_03/constituicao/constituicao.htm. Acesso em: 24 dez. 2024.

BRASIL. **Lei n.º 12.527, de 18 de novembro de 2011**. Regula o acesso a informações previsto no inciso XXXIII do art. 5º, no inciso II do § 3º do art. 37 e no § 2º do art. 216 da Constituição Federal; altera a Lei no 8.112, de 11 de dezembro de 1990; revoga a Lei no 11.111, de 5 de maio de 2005, e dispositivos da Lei no 8.159, de 8 de janeiro de 1991; e dá outras providências: Brasília, 190º da Independência e 123º da República, p. 1-13, 18 de nov. 2011. Disponível em: https://www.planalto.gov.br/ccivil_03/_ato2011-2014/2011/lei/112527.htm. Acesso em: 27 dez. 2024.

CONTROLADORIA-GERAL DA UNIÃO (CGU). **Manual de aplicação da lei de acesso à informação na administração pública federal**. 4ª ed. revista, atualizada e ampliada. Brasília: CGU, 2019.

CONTROLADORIA-GERAL DA UNIÃO (CGU). **Relatório de Gestão 2023**. Brasília: CGU, 2024.

JUNIOR, Ali Veggi; NEVES, Amarildo Jobim Campos; SILVA, Marcelo Pereira Dantas da. Controle digital e-Governo: transformação tecnológica para transparência e participação na administração pública. **Revista DELOS**, [S. l.], v. 18, n. 65, p. e4550, 2025.

MOÇAMBIQUE. Constituição (2004). **Constituição da República de Moçambique**. Maputo: Imprensa Nacional, 2004.

MOÇAMBIQUE. **Lei n.º 34, de 31 de dezembro de 2014**. A lei do direito à informação. Assembleia da República: B.R, I série n. 105, p. 1-6, Imprensa Nacional: Maputo, 2014.

MARCONI, Marina de Andrade e LAKATOS, Eva Maria. **Fundamentos de Metodologia Científica**. 9. ed. Rio de Janeiro: Atlas, 2021.

ORGANIZAÇÃO DAS NAÇÕES UNIDAS (ONU). **Estudo sobre governo eletrônico da Organização das Nações Unidas 2018**: orientar o governo eletrônico para apoiar a transformação rumo a sociedades sustentáveis e resilientes. p. 1-312, Nova York: ONU, 2018.

ORGANIZAÇÃO DAS NAÇÕES UNIDAS (ONU). **Índice de Percepção da Corrupção 2024**: Níveis de percepção da corrupção no setor público de 180 países/territórios em todo o mundo. 2024.

10, 11 e 12 DE NOVEMBRO



Interdisciplinaridade, Universidade e Ação



PPGSED



OECD. **Open Government Data Report: Enhancing Policy Maturity for Sustainable Impact**, OECD Digital Government Studies, OECD Publishing, Paris, 2018.

**A DIFICULDADE DE ESTUDANTES AUTISTAS NO ENSINO SUPERIOR NA
UNESPAR *CAMPUS* APUCARANA**CRISPIM, Vinicius¹

ST 9 - Temas transversais

INTRODUÇÃO

O presente resumo tem como objetivo compreender como tem ocorrido a permanência dos estudantes diagnosticados com Transtorno do Espectro Autista (TEA) nos cursos de graduação da Universidade Estadual do Paraná (Unespar) - *campus* de Apucarana, evidenciando as principais dificuldades enfrentados nesse processo. O TEA é reconhecido pelo Ministério da Saúde como um distúrbio do neurodesenvolvimento que envolve alterações na comunicação, na interação social e no comportamento. Embora o tema não seja recente, as discussões sobre a inserção de pessoas autistas no ensino superior ganharam destaque nas últimas décadas, especialmente após a Lei Brasileira de Inclusão (Lei nº 13.146/2015) e a Lei de Cotas (Lei nº 12.711/2012), que ampliaram o debate e estimularam práticas inclusivas nas universidades.

Apesar dos avanços legais e institucionais, persistem obstáculos que dificultam a permanência dos estudantes autistas, como a carência de materiais pedagógicos adaptados, a falta de formação específica para docentes e o capacitismo ainda presente em alguns contextos. Na Unespar, o ingresso de estudantes neurodivergentes iniciou-se em 2019, e desde então a universidade tem buscado consolidar políticas e ações de apoio, alinhadas ao Plano de Desenvolvimento Institucional (PDI), que prevê medidas voltadas à acessibilidade e à inclusão.

A pesquisa adota abordagem qualitativa (Martinelli, 1999), por meio de pesquisa de campo com aplicação de formulários e entrevistas a estudantes com TEA, visando compreender suas experiências e identificar fatores que favorecem ou dificultam sua permanência. Os resultados esperados buscam contribuir para o aprimoramento das práticas institucionais e para o fortalecimento das políticas de inserção no ensino superior.

¹ Graduando, Curso de Serviço Social, Universidade Estadual do Paraná (Unespar), *campus* de Apucarana, vinicius.crispim@unespar.edu.br.

METODOLOGIA

Com o objetivo de compreender as demandas e dificuldades relacionadas à permanência dos estudantes autistas no ambiente acadêmico, foi elaborado um formulário aplicado no mês de setembro de 2025. O instrumento foi construído na plataforma Google Forms, utilizando a escala de *Likert*, que segundo Appolinário (2007, *apud* Bermudes *et al.*, 2016, p. 16), refere-se a um “[...] tipo de escala de atitude na qual o respondente indica seu grau de concordância ou discordância em relação a determinado objeto”. A escala tipo *Likert*, conforme apresentado por Bermudes *et al.* (2016), é composta por questões que permitem ao respondente manifestar concordância ou discordância, como também indicar o grau de intensidade de suas respostas. A Figura 2 apresenta, de forma ilustrativa, o uso da escala de *Likert* no instrumento de pesquisa.

Figura 1 - Instrumento de pesquisa com uso da Escala de Likert
01 - Me sinto acolhido pelos colegas de classe e professores

- ☐ Concordo plenamente
- ☐ Concordo em parte
- ☐ Discordo em parte
- ☐ Discordo plenamente

Fonte: Google Forms, 2025. Formulário elaborado pelo próprio autor.

Os autores supracitados afirmam, ainda, que, para que as escalas sejam adequadas à variedade de valores dos atributos em uma pesquisa, elas devem ter duas propriedades:

- Exaustividade: abrangência que permite representar todos os dados possíveis; e
- Exclusividade: coerência para que qualquer dado ou acontecimento só possa ser representado de uma única forma (Bermudes *et al.*, 2016, p. 11).

Tendo em vista a abrangência das informações a serem coletadas e a coerência entre as repostas, o instrumento de pesquisa contou com 42 frases afirmativas, em que os sujeitos apontaram concordância ou discordância, com o objetivo de identificar as particularidades

referentes à permanência dos estudantes autistas nos cursos de graduação da Unespar, Apucarana.

A pesquisa de campo envolveu duas etapas: 1) aplicação do formulário, mediante aceite do(a) participante e 2) realização de entrevista, agendada em momento posterior, mediante aceite do(a) participante, e elaborada por meio de roteiro semiestruturado. Os dados e informações foram tratados de forma sigilosa e confidencial, utilizados exclusivamente para fins acadêmicos, preservando a identidade e garantindo o anonimato dos sujeitos da pesquisa.

O formulário foi enviado por e-mail aos estudantes autistas matriculados no *campus* de Apucarana, com o apoio da Coordenação do NESPI local, e permaneceu disponível para respostas durante o período de quinze dias, possibilitando que os discentes participassem de forma voluntária. Do total de dez estudantes autistas regularmente matriculados no *campus* de Apucarana, obteve-se o retorno de duas respostas, o que representa uma amostra considerável para análise qualitativa, tendo em vista que muitos dos desafios enfrentados por esse grupo no contexto universitário perpassam por relações preconceituosas, o que pode ter contribuído para que a maioria desses estudantes não se sentisse confortável para responder ao formulário.

DISCUSSÕES E RESULTADOS

Compreendeu-se que a permanência dos estudantes autistas refletiu um processo contínuo de construção e fortalecimento de práticas abrangentes no ensino superior. A universidade tem demonstrado avanços significativos na implementação de políticas voltadas à acessibilidade, especialmente por meio do Pró Reitoria de Políticas Estudantis e Direitos Humanos (PROPEDH) e do NESPI, que buscam garantir condições equitativas de aprendizado, convivência e desenvolvimento pessoal. Contudo, ainda se evidenciou desafios e dificuldades relacionados à formação docente, à adequação metodológica e o apoio da comunidade acadêmica para compreender e valorizar as particularidades dos estudantes autistas.

Na aplicação do formulário a análise dos dados revelou -se que, embora os estudantes autistas reconheçam o apoio institucional e o acolhimento por parte de alguns docentes e colegas, ainda persistem barreiras estruturais, pedagógicas e atitudinais que limitam sua inserção no ambiente acadêmico, nesse sentido, torna-se necessário fortalecer ações

permanentes de formação continuada, ampliar os espaços de escuta, garantindo um acompanhamento psicopedagógico e social mais efetivo.

Como enfatiza Jannuzzi (2006) o combate às desigualdades vai além da simples formalização dos direitos, exigindo a consolidação de uma cultura política voltada à justiça social, ao respeito à dignidade humana e ao exercício pleno da cidadania, essa reflexão reforça a necessidade de que a instituição continue avançando não apenas na elaboração de políticas, mas, na sua efetiva execução, é necessário consolidar uma universidade que acolha a diversidade, promova respeito as diferenças e assegure o direito a educação como instrumento de inserção social.

CONSIDERAÇÕES FINAIS

O estudo contribuiu para a compreensão dos desafios, dificuldades e avanços relacionados à inserção e permanência de estudantes com Transtorno do Espectro Autista (TEA) no ensino superior, tomando como referência a realidade da Universidade Estadual do Paraná (Unespar). Destacou-se o papel fundamental das políticas institucionais voltadas à acessibilidade e à permanência, bem como a importância da articulação entre núcleos de apoio, docentes, estudantes e demais agentes universitários na construção de uma universidade mais inclusiva.

Embora marcos legais, como a Lei nº 12.764/2012 e a Lei Brasileira de Inclusão (Lei nº 13.146/2015), representem avanços significativos, ainda persistem barreiras pedagógicas, estruturais e atitudinais que dificultam a efetivação dos direitos das pessoas com deficiência. A principal contribuição deste estudo está na ampliação do debate sobre a inclusão de estudantes autistas no ensino superior público e na proposição de ações que fortaleçam práticas pedagógicas e institucionais baseadas na equidade.

A pesquisa também evidenciou a necessidade de formação continuada dos docentes e da ampliação das políticas de apoio psicopedagógico e tecnológico, conforme orienta o Portal MEC (2024), como estratégias essenciais para garantir igualdade de oportunidades e promover a melhoria do desempenho acadêmico dos estudantes autistas.

REFERÊNCIAS

BRASIL. **Lei n. 12.711, de 29 de agosto de 2012.** Dispõe sobre o ingresso nas universidades federais e nas instituições federais de ensino técnico de nível médio e dá outras providências (Lei das Cotas). Disponível em: https://www.planalto.gov.br/ccivil_03/_ato2011-2014/2012/lei/112711.htm. Acesso em: 28 out. 2025.

BRASIL. **Lei n. 12.764, de 27 de dezembro de 2012.** Institui a Política Nacional de Proteção dos Direitos da Pessoa com Transtorno do Espectro Autista e altera o § 3º do Art. 98 da Lei. 8.112, de 11 de dezembro de 1990. Brasília, DF: Presidência da República, 27 dez. 2012. Disponível em http://www.planalto.gov.br/ccivil_03/_ato2011-2014/2012/lei/112764.htm. Acesso em: 28 out. 2025.

BRASIL. **Lei nº 13.146, de 6 de julho de 2015.** Institui a Lei Brasileira de Inclusão da Pessoa com Deficiência (Estatuto da Pessoa com Deficiência). 2015.

BRASIL. Ministério da Educação (MEC). **Plano Nacional de Assistência Estudantil (Pnaes).** Portal MEC, Brasília, DF, 2008 Disponível em: <https://portal.mec.gov.br/component/tags/tag/pnaes>. Acesso em: 28 out. 2025.

BERMUDES, Wanderson Lyrio; SANTANA, Bruna Tomaz; BRAGA, José Hamilton Oliveira; SOUZA, Paulo Henrique. Tipos de escalas utilizadas em pesquisas e suas aplicações. **Vértices**, v. 18, n. 2, Campos dos Goytacazes/RJ, maio/ago. 2016. p. 7-20.

JANNUZZI, Gilberta S. de Mello. **Exclusão e inclusão: a educação do deficiente no Brasil.** Campinas: Autores Associados, 2006.

MARTINELLI, Maria Lúcia. **Pesquisa Qualitativa: um instigante desafio.** 1 ed. São Paulo: Veras Editora, 1999.

A DIVISÃO SEXUAL DO TRABALHO SOB A PERSPECTIVA DA INTERSECCIONALIDADE

VOLANTE, Bianca Kauane¹SOUZA, Ligia Goes de²ABUDI JÚNIOR, Miguel Pedro³

ST 9 - Temas transversais

INTRODUÇÃO

A construção social da identidade feminina tem sido, historicamente, atravessada por processos de controle simbólico e psicossocial, a história das mulheres, segundo Perrot (2007), é contada a partir de uma narrativa centrada no corpo e nos papéis desempenhados na vida privada, marcada pela subalternidade e submissão aos ordenamentos, desejos e prazeres masculinos.

[...] trata do corpo, como algo que tem historicidade - “física, estética, política, ideal e material” -, desconstruindo as idades da vida, as aparências (com destaque para os cabelos, evidências nítidas dos códigos sociais envolvidos na construção do feminino), o sexo, a maternidade e a submissão (repressões, estupros coletivos e “institucionalizados”, a prostituição, assédio sexual, violência doméstica). A alma vem depois - a religião, a cultura, a educação, o acesso ao saber, a criação - trazendo à tona hereges, santas e feiticeiras, leitoras e escritoras, artistas, sábias e criadoras (Perrot, 2007, p. 35).

A própria estrutura da língua, contribui para esse processo de categorização, se é que se pode usar este termo para tal conceituação, uma vez que o uso do gênero masculino de forma genérica no coletivo tende a apagar a presença das mulheres, ou seja, o pronome “eles” torna invisível o “elas” (Perrot, 2007).

¹ Mestranda, Programa de Pós-Graduação Interdisciplinar Sociedade e Desenvolvimento (PPGSeD), Universidade Estadual do Paraná (Unespar), *campus* de Campo Mourão, biancavolant@gmail.com.

² Pós-Graduanda, Instituto Grande Minas (IGM), ligiagoes23@hotmail.com.

³ Mestrando, Programa de Pós-Graduação Interdisciplinar Sociedade e Desenvolvimento (PPGSeD), Universidade Estadual do Paraná (Unespar), *campus* de Campo Mourão, miguel@abudiadvocacia.com.br.

Esse mesmo processo de diferenciação simbólica estende-se ao mundo do trabalho. O laborar foi constituído historicamente a partir de uma lógica que distingue o que é “*coisa de mulher*” e o que é “*coisa de homem*”, como se a aptidão para determinadas tarefas fosse uma consequência natural do sexo biológico. A organização social do trabalho, nasce e consolida-se ancorada em diferenças de gênero, relegando às mulheres funções específicas, geralmente associadas ao cuidado, à reprodução e à esfera doméstica.

Contudo, compreender tal estrutura exige ultrapassar a análise do gênero como categoria isolada, as experiências femininas são múltiplas e atravessadas por outros marcadores sociais, como classe e raça, produtoras de desigualdades distintas e interdependentes. A perspectiva da interseccionalidade, proposta por Crenshaw (1989), permite revelar essas sobreposições de opressão, evidenciando como as hierarquias de gênero se articulam com as de classe e raça, configurando diferentes posições de poder e vulnerabilidade no espaço social e laboral.

Assim, este artigo tem como objetivo analisar como gênero, classe e raça se articulam na configuração da divisão sexual do trabalho, considerando os atravessamentos históricos, sociais e simbólicos que sustentam a desigualdade entre homens e mulheres no mundo laboral. Tal reflexão mostra-se fundamental para compreender os mecanismos que perpetuam a desigualdade de gênero em uma sociedade que ainda carrega os resquícios de uma estrutura patriarcal e excludente.

METODOLOGIA

O presente estudo foi desenvolvido no âmbito da disciplina “*Interseccionalidade e políticas públicas: do debate acadêmico às práticas sociais*”, ofertada pelo Programa de Pós-Graduação Interdisciplinar Sociedade e Desenvolvimento, em nível mestrado, da Unespar - campus de Campo Mourão.

A pesquisa seguiu uma abordagem qualitativa e bibliográfica. Para a construção do referencial teórico, foram utilizados livros, artigos científicos e publicações acadêmicas disponíveis na base de dados CAPES, além de materiais complementares obtidos por meio de buscas no Google Acadêmico. A seleção priorizou produções que abordam a divisão sexual do trabalho sob uma ótica interseccional, evidenciando as múltiplas dimensões que estruturam as desigualdades no mundo laboral.

A análise dos conteúdos seguiu um procedimento interpretativo e crítico, articulando os conceitos teóricos às realidades sociais e históricas investigadas. A metodologia adotada visa integrar diferentes perspectivas e autores, a fim de uma compreensão ampla, interdisciplinar e contextualizada da divisão sexual do trabalho e de suas implicações nas políticas públicas e nas relações sociais contemporâneas.

DISCUSSÕES E RESULTADOS

A divisão do trabalho, em suas múltiplas dimensões, sexual, racial e doméstica, é um fenômeno social e histórico que expressa a forma como as atividades produtivas e reprodutivas foram hierarquizadas a partir das diferenças de gênero, classe e raça. Conforme destaca Hirata (2002), a divisão sexual do trabalho constitui um princípio organizador das relações sociais, atribuindo às mulheres as tarefas associadas ao cuidado e à reprodução da vida, enquanto os homens são vinculados ao espaço público e às atividades reconhecidas como produtivas e valorizadas economicamente.

Nesse sentido, o trabalho feminino, especialmente o trabalho doméstico, ocupa lugar central para compreender as desigualdades de gênero. Scalón (2009) ressalta que, apesar da crescente inserção das mulheres no mercado de trabalho, persistem as desigualdades estruturais que as mantêm em ocupações precárias, mal remuneradas e socialmente desvalorizadas. Essa desvalorização é reforçada pela naturalização das atividades domésticas como “atribuições femininas”, o que, conforme Araújo (2005), evidencia a permanência de uma lógica patriarcal que associa a identidade feminina ao cuidado, à maternidade e à esfera privada.

Ao se observar a dimensão racial, a desigualdade se aprofunda. O trabalho doméstico, historicamente desempenhado por mulheres negras no Brasil, representa um dos espaços mais nítidos de articulação entre gênero, raça e classe. Albertina de Oliveira Costa e Buschini (1992) evidenciam que as mulheres negras foram historicamente destinadas a funções de cuidado e limpeza, herdando papéis “servis” e subalternos desde o período escravocrata. Essa herança histórica perpetua-se nas atuais relações de trabalho doméstico, em que predominam vínculos informais, baixos salários e ausência de direitos trabalhistas.

Sorj (2014) e Laborie (2004) chamam atenção para o conceito de divisão sexual do trabalho como um sistema de poder, no qual a separação entre o produtivo e o reprodutivo não

é neutra, mas política e simbólica. Essa estrutura sustenta a desigualdade entre os sexos ao valorizar o trabalho masculino e invisibilizar o trabalho feminino, especialmente aquele que garante a reprodução social – como o cuidado com crianças, idosos e o lar.

A análise dessa realidade com base na interseccionalidade é essencial para compreender as diferentes formas de opressão que incidem sobre as mulheres. Como argumenta Lousada (2010), o gênero não pode ser analisado isoladamente, pois se entrelaça com outras dimensões de desigualdade, como raça e classe, conformando posições diferenciadas de poder e exclusão. Cantarin (2018) reforça que a perspectiva interseccional permite compreender a multiplicidade de experiências femininas e os modos pelos quais o sistema capitalista e patriarcal se articula para reproduzir desigualdades estruturais.

Portanto, discutir a divisão sexual, racial e doméstica do trabalho implica reconhecer que a organização do trabalho sempre se estruturou a partir de uma lógica excludente, que destina às mulheres, especialmente às mulheres negras e pobres, as funções menos valorizadas socialmente e economicamente. A análise interseccional, ao articular gênero, classe e raça, amplia a compreensão desse fenômeno e aponta para a necessidade de políticas públicas e transformações sociais que promovam a equidade nas relações de trabalho e o reconhecimento da centralidade do trabalho reprodutivo na sustentação da vida social.

CONSIDERAÇÕES FINAIS

A análise da divisão sexual do trabalho sob a perspectiva interseccional evidencia que as desigualdades de gênero, classe e raça permanecem estruturando o mundo do trabalho contemporâneo. Embora as mulheres tenham conquistado maior presença no espaço público e no mercado formal, as hierarquias simbólicas e materiais que sustentam a desvalorização do trabalho feminino continuam a reproduzir-se, sobretudo quando associadas ao cuidado e às tarefas domésticas, ainda socialmente atribuídas às mulheres como uma “extensão natural” de sua condição. Como apontam Hirata (2002) e Laborie (2004), essa divisão funciona como um sistema de poder que legitima a inferiorização do trabalho feminino, especialmente aquele associado ao cuidado e à reprodução da vida, relegando-o à invisibilidade econômica e simbólica.

A intersecção entre gênero, raça e classe revela que tais desigualdades não são homogêneas: as mulheres negras e das classes populares enfrentam múltiplas camadas de

exclusão, herdadas de uma formação social marcada pelo patriarcado e pelo racismo estrutural. Reconhecer essas sobreposições é fundamental para compreender que as relações de trabalho refletem e reproduzem estruturas históricas de dominação, que precisam ser desnaturalizadas. Conforme observam Araújo (2005) e Scalón (2009), as mulheres continuam concentradas em ocupações precárias, mal remuneradas e socialmente desvalorizadas, ao mesmo tempo em que mantêm a responsabilidade majoritária pelas tarefas domésticas e pelo cuidado familiar.

Nesse contexto, a perspectiva interseccional, conforme defendida por Lousada (2010) e Cantarin (2018), revela-se indispensável para compreender as múltiplas dimensões da desigualdade. Ao articular gênero, raça e classe, essa abordagem permite evidenciar as diferentes formas pelas quais as mulheres vivenciam o trabalho, tornando visíveis as opressões sobrepostas que configuram a realidade social brasileira.

Portanto, repensar a organização social do trabalho exige a valorização simbólica e econômica das atividades reprodutivas e de cuidado, bem como o fortalecimento de políticas públicas que enfrentam a divisão sexual e racial do trabalho. Somente a partir desse movimento é possível avançar na construção de uma sociedade mais justa, igualitária e comprometida com a equidade de gênero e o reconhecimento pleno das mulheres em todas as esferas da vida social.

REFERÊNCIAS

ARAUJO, Clara. **Gênero, trabalho e políticas públicas**: desafios para a equidade. São Paulo: Fundação Perseu Abramo, 2005.

BRUSCHINI, Cristina; COSTA, Albertina de Oliveira. **Trabalho e cidadania ativa para as mulheres**: desafios para as políticas públicas. São Paulo: Fundação Carlos Chagas, 1992.

HIRATA, Helena. **Nova divisão sexual do trabalho?** Um olhar voltado para a empresa e a sociedade. São Paulo: Boitempo, 2002.

LABORIE, Françoise. **O sexo do trabalho**: novas perspectivas sobre a divisão sexual do trabalho. Paris: CNRS Éditions, 2004.

LOUSADA, Isabel C. **Gênero, trabalho e cidadania**: perspectivas interseccionais. Lisboa: Instituto de Ciências Sociais, 2010.

PERROT, Michelle. **Minha história das mulheres**. São Paulo: Contexto, 2007.

SCALON, Celi. **Desigualdades de gênero e mercado de trabalho**. Rio de Janeiro: Zahar, 2009.

SORJ, Bila. Trabalho e cuidado: desafios para as políticas públicas de gênero no Brasil. **Cadernos Pagu**, n. 42, Campinas: Unicamp, 2014.

A INTERDISCIPLINARIDADE E A ATUAÇÃO DO(A) PSICÓLOGO(A) NA SOCIOEDUCAÇÃO

AMBROZIO, Karina Soares¹

BOVO, Marcos Clair²

ST 9 - Temas transversais

INTRODUÇÃO

A interdisciplinaridade como perspectiva para a pesquisa e a atuação profissional tem sido compreendida como uma exigência para as demandas do mundo contemporâneo. A partir do paradigma da complexidade, proposto por Edgar Morin (1996), o pensamento positivista e o “especialismo” da ciência moderna são reavaliados com a compreensão de que uma única área do conhecimento não consegue, isoladamente, fornecer respostas às questões da contemporaneidade.

A socioeducação, como política responsável pela responsabilização de adolescentes autores de atos infracionais no Brasil inaugurada a partir do Estatuto da Criança e do Adolescente (Brasil, 1990), pode ser considerada uma das demandas contemporâneas e requer dos profissionais que atuam nesta área uma ação pautada na interdisciplinaridade. Compreendemos que o(a) psicólogo(a), ao se inserir no campo da socioeducação, depara-se com histórias de vidas atravessadas pelas contradições produzidas pelo capitalismo, e com uma equipe composta por diversas formações como serviço social, pedagogia, enfermagem, direito, entre outras, que devem trabalhar de modo a conciliar os aspectos sancionatórios e pedagógicos que compõem as chamadas medidas socioeducativas.

Assim, por meio da abordagem interdisciplinar, este trabalho tem por objetivo apresentar algumas análises realizadas na pesquisa “Psicologia, interdisciplinaridade e socioeducação sob a perspectiva dos(as) psicólogos(as) dos Centros de Socioeducação do Paraná”, desenvolvida no âmbito do Programa de Pós-graduação Interdisciplinar em Sociedade e Desenvolvimento (PPGSeD) da Universidade Estadual do Paraná (Unespar) do

¹ Mestra, Programa de Pós-Graduação Interdisciplinar Sociedade e Desenvolvimento (PPGSeD), Universidade Estadual do Paraná (Unespar), *campus* de Campo Mourão, docente da Faculdade ALFA de Umuarama (UniALFA), psi.karinaambrozio@gmail.com.

² Doutor em Geografia, docente da Universidade Estadual do Paraná (Unespar), *campus* de Campo Mourão, mcbovo69@gmail.com.

campus de Campo Mourão, acerca da interdisciplinaridade na atuação dos(as) profissionais de Psicologia nas medidas de privação de liberdade³.

Ao considerarmos o compromisso social da psicologia como ciência e profissão e a importância do aprimoramento do trabalho socioeducativo junto a adolescentes em cumprimento de medidas socioeducativas, esperamos contribuir com a ampliação do conhecimento produzido na área em uma perspectiva na qual a interdisciplinaridade se constitui como método e ao mesmo objeto da pesquisa desenvolvida.

METODOLOGIA

A pesquisa foi desenvolvida por uma abordagem interdisciplinar e quali-quantitativa que dialogou com conhecimentos do Direito, da História, da Educação, do Serviço Social, da Sociologia e da Psicologia, com base descritiva e exploratória, a partir da aplicação de 27 questionários online e 10 entrevistas com psicólogos(as) lotados(as) nos Centros de Socioeducação (CENSEs) do Paraná, no ano de 2024, que foram analisados pelo prisma do materialismo histórico dialético, baseada, portanto, na noção de historicidade e nas contradições que permeiam os fenômenos sociais (Lakatos; Marconi, 2003).

DISCUSSÕES E RESULTADOS

Os resultados da pesquisa demonstraram que os(as) psicólogos(as) dos CENSEs compreendem que a interdisciplinaridade é necessária na execução da medida socioeducativa e na atuação profissional do(a) psicólogo(a), e que as concepções sobre interdisciplinaridade dos(as) participantes da pesquisa são compatíveis com as definições encontradas na literatura. Assim, para além da justaposição de diferentes áreas do conhecimento que, segundo Pombo (2005) e Domingues (2011) caracterizam a multidisciplinaridade, a interdisciplinaridade envolve o diálogo, a cooperação e a integração de diferentes saberes. Alinhado a este pensamento, podemos trazer o relato de um dos entrevistados acerca de sua concepção sobre a interdisciplinaridade:

³ Segundo o artigo 112 do ECA (Brasil, 1990), as medidas socioeducativas consistem em: advertência, obrigação de reparar o dano, prestação de serviços à comunidade, liberdade assistida, semiliberdade e internação. A privação da liberdade ocorre na medida de internação, que pode ser provisória (acautelamento durante o processo de apuração infracional, até 45 dias), sanção (por descumprimento de outra medida, até três meses) ou definitiva (pelo cometimento de ato infracional grave ou por reiteração infracional, com prazo indeterminado, que deve ser reavaliada a cada seis meses, com duração máxima de três anos) (Brasil, 1990; Brasil, 2012).

A minha definição de interdisciplinaridade [...] parte do reconhecimento de que o nosso objeto de alcance no trabalho, que é a pessoa humana, é um organismo extremamente complexo e traz em si demandas que vão além dos saberes da minha disciplina e que me levam a reconhecer que as participações de outros olhares e conhecimentos são necessários e, além de necessários, são direito da pessoa a quem eu trabalho no sentido de que eu tenho um compromisso e devo ter zelo com um serviço de qualidade e que tente garantir o melhor dos direitos daquela pessoa a quem eu atendo. [...] eu entendo a interdisciplinaridade como um movimento de participação, reconhecimento e valorização de todos os outros saberes que vão além ou que complementam o meu saber enquanto profissional da psicologia (Entrevistado).

Assim, para além de um conceito teórico, observamos no relato do entrevistado, o entendimento quanto à necessidade de uma postura específica do(a) trabalhador(a) no campo da socioeducação, que vai ao encontro do conceito de atitude interdisciplinar proposto por Fazenda (2005). Para a autora, trata-se de “uma atitude diante de alternativas para conhecer mais e melhor; (...) atitude de reciprocidade que impele à troca, que impele ao diálogo – ao diálogo com pares idênticos, com pares anônimos ou consigo mesmo” (Fazenda, 2005, p. 82).

Contudo, segundo os sujeitos pesquisados, esta atuação interdisciplinar não está consolidada no trabalho das equipes dos CENSEs e, também, de modo específico, no trabalho da Psicologia nestas unidades. Um aspecto relacionado a este contexto, pode ser analisado a partir da história da política de socioeducação que, apesar dos avanços, ainda possui afinidade com uma perspectiva punitivista quanto à responsabilização de adolescentes. Desta forma, refletimos com Santos (2021) que, mesmo com mudanças na legislação, nem sempre as práticas se modificam, sendo que foi possível identificarmos a existência de tensões nos CENSEs, que refletem em desequilíbrio entre os aspectos sancionatórios e pedagógicos da medida socioeducativa, e que interferem no trabalho desenvolvido.

Neste cenário, algumas disputas afetam o trabalho interdisciplinar e a perspectiva de horizontalidade e diálogo na relação entre os(as) trabalhadores(as), e que, por vezes, são fomentadas por decisões dos responsáveis pela gestão das unidades e do sistema socioeducativo estadual. Diante disso, compreendemos que, mudanças na forma de gestão do atendimento socioeducativo e o alinhamento da equipe com relação ao que significa socioeducar, por meio de capacitações continuadas são necessárias para a promoção

da interdisciplinaridade nos CENSEs. Por outro lado, não podemos desconsiderar o pano de fundo político que continua a operar e a tentar produzir retrocessos na política socioeducativa, o que mantém a cisão entre aqueles que buscam por maior rigor e punição no atendimento socioeducativo e os que defendem o trabalho pedagógico e de garantia de direitos.

Em meio às adversidades, observamos que a atuação da Psicologia pode contribuir para a produção de diálogos interdisciplinares na socioeducação, a partir da adoção de uma postura que ocupe os espaços de comunicação e articulação de saberes como reuniões de equipe e estudos de casos. Porém, alguns entrevistados se queixaram também de que em sua formação não aprenderam a trabalhar em equipe, não estudaram sobre interdisciplinaridade e nem mesmo sobre políticas públicas, o que nos permitiu refletir sobre a trajetória elitista e clínica da psicologia como ciência e profissão no Brasil, distanciada da realidade da população, conforme destacado por Pereira e Pereira Neto (2003) e Bock (1999). Por outro lado, as Diretrizes Curriculares Nacionais já preveem desde 1990 a interdisciplinaridade na formação em Psicologia (Conselho Federal de Psicologia, 2018), sendo que as diretrizes de 2023 continuam mantendo esta perspectiva interdisciplinar nos cursos de graduação, pós-graduação, na pesquisa e extensão (Conselho Nacional de Educação, 2023).

CONSIDERAÇÕES FINAIS

A partir da pesquisa realizada, compreendemos que não há dúvidas sobre a necessidade da abordagem interdisciplinar na socioeducação e no trabalho do(a) psicólogo. Contudo, há desafios para que a interdisciplinaridade realmente seja incorporada no cotidiano profissional das equipes dos CENSEs paranaenses. Enfrentá-los requer uma mudança de postura tanto do(a) psicólogo(a) quanto dos demais membros da equipe e também daqueles responsáveis pela gestão das unidades e do sistema socioeducativo estadual. Algumas ações em relação à formação básica das categorias profissionais como também da capacitação dos trabalhadores já inseridos na socioeducação também são necessárias. Há respaldo legal, teórico e técnico para que a interdisciplinaridade se efetive na socioeducação. Contudo, há de haver também vontade política, intencionalidade e alinhamento no atendimento socioeducativo.

REFERÊNCIAS

BOCK, Ana Mercês Bahia. A Psicologia a caminho do novo século: identidade profissional e compromisso social. **Estudos de Psicologia**, v. 4, n. 2, p. 315-329, jul. 1999. Disponível em: <https://www.scielo.br/j/epsic/a/3kb7RpBydsW5QmGZxNGTwBQ/?format=pdf&lang=pt>. Acesso em: 15 set. 2023.

BRASIL. Estatuto da Criança e do Adolescente. **Lei nº 8.069, de 13 de julho de 1990**. Disponível em: http://www.planalto.gov.br/ccivil_03/leis/L8069.htm. Acesso em: 20 jan. 2023.

BRASIL. **Lei nº 12.594, de 18 de janeiro de 2012**. Disponível em: http://www.planalto.gov.br/ccivil_03/_ato2011-2014/2012/lei/112594.htm. Acesso em: 20 jan. 2023.

CONSELHO FEDERAL DE PSICOLOGIA. **Ano da formação em psicologia**: revisão das diretrizes curriculares nacionais para os cursos de graduação em psicologia. São Paulo: Conselho Federal de Psicologia/Associação Brasileira de Ensino de Psicologia/ Federação Nacional dos Psicólogos, 2018. 143 f. Disponível em: <https://site.cfp.org.br/wp-content/uploads/2018/07/RELAT%C3%93RIO-FINAL-REVIS%C3%83O-DAS-DIRETRIZES-CURRICULARES-NACIONAIS-PARA-OS-CURSOS-DE-GRADUA%C3%87%C3%83O-EM-PSICOLOGIA.pdf>. Acesso em: 31 mai. 2024.

CONSELHO NACIONAL DE EDUCAÇÃO. Resolução nº 1, de 11 de outubro de 2023. Institui as Diretrizes Curriculares Nacionais para os cursos de graduação em Psicologia. **Diário Oficial da União**. Disponível em: <https://www.in.gov.br/web/dou/-/resolucao-cne/ces-n-1-de-11-de-outubro-de-2023-518120795>. Acesso em: 31 mai. 2024.

DOMINGUES, Ivan. Disciplinaridade, multi, inter e transdisciplinaridade - onde estamos? In: Reunião da Sociedade Brasileira para o Progresso da Ciência, 63, Goiânia. **Anais eletrônicos** [...] Goiânia: UFG, 2011, p. 1-11. Disponível em: <http://www.sbpnet.org.br/livro/63ra/resumos/PDFs/IvanDomingues.pdf>. Acesso em: 06 maio 2023.

FAZENDA, Ivani Catarina Arantes. **Interdisciplinaridade**: história, teoria e pesquisa. 12. ed. Campinas: Papirus, 2005.

LAKATOS, Eva Maria; MARCONI, Marina de Andrade. **Fundamentos de metodologia científica**. 5. ed. São Paulo: Atlas, 2003.

MORIN, Edgar. Epistemologia da complexidade. In: SCHNITMAN, D. F. (Org.). **Novos paradigmas, cultura e subjetividade**. Porto Alegre: Artes Médicas, 1996, p. 274-286.

POMBO, Olga. Interdisciplinaridade e integração dos saberes. **LIINC em Revista**, Rio de Janeiro, v. 1, n. 1, p. 3-15, mar. 2005. Disponível em: <https://revista.ibict.br/liinc/article/view/3082/2778>. Acesso em: 15 fev. 2024.

10, 11 e 12 DE NOVEMBRO



Interdisciplinaridade, Universidade e Ação



PPGSED



SANTOS, Anne Caroline de Almeida. “Socioeducação”: colocando o conceito entre aspas.
Curitiba: Appris, 2021, 155 p.

**CARTAS PEDAGÓGICAS E IDENTIDADE RACIAL: TRAJETÓRIAS
 FORMATIVAS DE PROFESSORES/AS NEGROS/AS DO MUNICÍPIO DE CAMPO
 MOURÃO-PR**

BATISTA, Ingrid Yasmin Oliveira da Silva¹

PAULA, Ercília Maria Angeli Teixeira de²

ST 9 - Temas transversais

INTRODUÇÃO

Este texto apresenta um recorte das reflexões oriundas da dissertação de mestrado intitulada: “*Cartas sobre o meu eu: trajetórias escolares de professores/as negros/as*”, desenvolvida no âmbito do Programa de Pós-Graduação em Educação da Universidade Estadual de Maringá (UEM), defendida no segundo semestre de 2019.

Para a realização desta pesquisa, foram convidado/as todos/as os/as docentes negros/as que atuavam em turmas do 1º ao 5º Ano dos Anos Iniciais do Ensino Fundamental I, totalizando 15 professores/as do ensino público do município de Campo Mourão-PR. No entanto, houve a participação efetiva de apenas 6 (seis) educadores/as, sendo quatro mulheres e dois homens que atuam em três diferentes escolas públicas municipais que aceitaram o convite e escreveram as cartas pedagógicas.

O estudo teve como objetivo compreender de que modo as cartas pedagógicas escritas por docentes negros/as evidenciam suas trajetórias formativas, revelando processos de resistência, identidade e afirmação racial na docência. Para alcançar esse objetivo, foi estabelecida a seguinte questão: Como as cartas pedagógicas podem contribuir na formação continuada de professores/as da educação básica para a efetivação da Lei 10.639/2003, que propõe o ensino da história e cultura afro-brasileira e africana? Foram realizados três encontros com os/as educadores/as com explanações sobre a pesquisa e solicitadas as produções de cartas com as temáticas relacionadas a questões étnico-raciais e seus percursos formativos.

¹ Doutora em Educação, Programa de Pós-Graduação em Educação, Universidade Estadual de Maringá (UEM), pedagogaingrit@gmail.com.

² Doutora em Educação, docente da Universidade Estadual de Maringá (UEM), ematpaula@uem.br.

A pesquisa nasceu do desejo visibilizar as vozes historicamente silenciadas, às histórias de resistência e aos percursos formativos atravessados pela negritude. Compreender como narram suas experiências é também refletir sobre o papel da escola na construção da identidade racial e na efetivação de práticas pedagógicas antirracistas.

As análises dos dados obtidos evidenciam que os/as docentes reconhecem que a lei contribui para diminuir as desigualdades e o racismo. Além disso, percebem a necessidade de trabalhar sobre as questões raciais durante o ano todo, não somente em datas comemorativas, sendo necessário refletir acerca dessa temática e lutar em prol de uma educação antirracista.

METODOLOGIA

A escrita de cartas sempre ocupou um espaço simbólico na educação, revelando sentimentos, memórias e modos de pensar o mundo. Nesta pesquisa, as cartas pedagógicas se constituíram como uma metodologia sensível e potente para compreender as trajetórias de vida e formação de professores/as negros/as da educação básica (Batista, 2019).

A diferença entre cartas comuns e cartas pedagógicas diz respeito ao conteúdo que elas querem revelar, sendo assim, Camini (2012, p. 35) ressalta: “[...] uma carta só terá cunho pedagógico se seu conteúdo conseguir interagir com o ser humano, comunicar o humano de si para o humano do outro”, ou seja, cartas pedagógicas buscam denunciar sobre temas relacionados à educação.

A pesquisa, de abordagem qualitativa, foi realizada com seis docentes negros/as atuantes nos anos iniciais do Ensino Fundamental em escolas públicas de Campo Mourão – PR. A principal estratégia metodológica foi a produção de cartas pedagógicas, nas quais os/as participantes relataram suas vivências escolares e profissionais, refletindo sobre as marcas do racismo e os processos de formação docente, portanto, elas “precisam ser escritas, bem como lidas e respondidas, pois, assim, compõe-se um círculo cultural que, além de promover comunicação, gera conhecimento e libertação” (Camini, 2012, p. 8).

A pesquisa foi aprovada pelo Comitê Permanente de Ética em Pesquisa com Seres Humanos (COPEP) da Universidade Estadual de Maringá e desenvolvida com docentes negros/as que aceitaram o convite e produziram as cartas pedagógicas. Os encontros foram organizados em três momentos, que possibilitaram a socialização das narrativas e o diálogo coletivo sobre a identidade e o ser negro/a na docência. As análises foram construídas a

partir dos pressupostos dos Estudos Culturais (Gomes, 2003; Ribeiro, 2019; Felipe, 2019), que compreendem a cultura como campo de disputa simbólica e política.

Conforme Paula (2018), as cartas pedagógicas resgatam a dimensão subjetiva e afetiva da escrita e permitem articular experiências pessoais e coletivas de quem escreve e de quem lê.

Conhecia-se o mundo, através das descrições dos amigos e parentes. A espera, o tempo, a qualidade do texto, a caligrafia das letras, os envelopes, a tinta das canetas, todos esses elementos eram cuidadosamente preparados por quem redigia essas cartas para impressionar o leitor. A escrita era autêntica, criativa, ficcional ou realista. Esses aspectos dependiam do contexto e da situação. As cartas eram documentos e testemunhos de um tempo distante que parece não voltar mais (Paula, 2018, p. 17).

A autora menciona que o uso da tecnologia tanto em sala de aula quanto em outros espaços educacionais possibilitou inovações para o contexto educacional, contudo, o uso da escrita é essencial para a formação do indivíduo, pois antes havia um planejamento ao escrever as cartas, desde o papel em que seria escrito até a cor da caneta. Quem escrevia e quem recebia eram conectados, mesmo de longe por aquelas escritas, sendo que lamenta que as cartas tenham desaparecido do cotidiano das pessoas.

DISCUSSÕES E RESULTADOS

As cartas revelaram memórias de infância, de escolarização e de formação inicial atravessadas por experiências de racismo e exclusão. Ao mesmo tempo, evidenciaram a força de mulheres e homens negros que encontraram na educação um espaço de resistência e de reexistência.

Em seus escritos, os/as docentes narram que tornar-se professor/a negro/a é enfrentar cotidianamente o peso do olhar discriminatório, mas também afirmar com orgulho suas origens e ancestralidade. A professora Ane, graduada em Pedagogia em uma Faculdade pública presencial, em sua carta, escreveu:

[...] teve ano em que eu era a única negra da escola e assim foi na quinta a oitava, ensino médio, fui ter a experiência de encontrar outros negros em sala de aula quando cheguei na faculdade. Lembro bem que pouco se falava sobre os negros dentro da sala de aula e quando se falava, era em história,

nas datas comemorativas quando “comemorava” 13 de maio dia da abolição dos escravos, penso eu que não havia muito interesse pois todos os professores eram brancos (ANE, 2019, *sic* Trecho extraído da carta).

Ao lembrar da sua trajetória escolar, Ane revela que existiam poucos/as negros/as na escola em que estudou, sendo que durante um ano ela era a única estudante negra da escola. De acordo com as Diretrizes Curriculares Nacionais para a Educação das Relações Étnico-Raciais e para o Ensino de História e Cultura Afro- Brasileira e Africana (Brasil, 2004),

Cabe ao Estado promover e incentivar políticas de reparações, no que cumpre ao disposto na Constituição Federal, Art. 205, que assinala o dever do Estado de garantir indistintamente, por meio da educação, iguais direitos para o pleno desenvolvimento de todos e de cada um, enquanto pessoa, cidadão ou profissional (Brasil, 2004, p. 11).

O excerto supramencionado reverbera a necessidade de o Estado de garantir, por meio da educação, direitos iguais aos cidadãos e cidadãs. Contudo, observa-se que na escola em que Ane estudou, houve a ausência de estudos sobre a história da cultura afro-brasileira. Portanto, as cartas pedagógicas configuram-se como prática formativa e política, pois permitiu que docentes se reconhecessem como protagonistas da própria história.

CONSIDERAÇÕES FINAIS

As cartas pedagógicas revelaram-se um instrumento de formação que ultrapassa os limites da escrita acadêmica, possibilitando um diálogo entre emoção, memória e reflexão crítica. A pesquisa evidenciou que a identidade racial é um elemento constitutivo da docência, e que reconhecer-se negro/a é um ato político e pedagógico.

Ao narrar suas trajetórias, os professores/as reafirmam o compromisso com uma educação libertadora e antirracista. As cartas pedagógicas mostraram-se potentes instrumentos de escrita de si, configurando-se como espaços de memória e de formação.

Os resultados apontam que os sujeitos participantes reconhecem o racismo estrutural presente nas escolas e afirmam a necessidade de uma formação docente pautada no diálogo, na representatividade e na valorização da cultura afro-brasileira. Ao narrar suas histórias, os professores/as constroem saberes e reelaboram sentidos de pertencimento e de existência.

REFERÊNCIAS

BATISTA, Ingrid Yasmin Oliveira da Silva. **“Cartas sobre o meu eu”**: trajetórias escolares de professores/as negros/as. 2019. Dissertação (Mestrado em Educação) - Universidade Estadual de Maringá, Maringá, 2019.

BRASIL. **Lei nº 10.639, de 9 de janeiro de 2003**. Altera a Lei de Diretrizes e Bases da Educação Nacional, para incluir no currículo oficial da Rede de Ensino a obrigatoriedade da temática “História e Cultura Afro-Brasileira”. Diário Oficial da União, Brasília, 2003.

BRASIL. Ministério da Educação. **Diretrizes curriculares nacionais para a educação das relações étnico-raciais e para o ensino de história e cultura afro-brasileira e africana**. Brasília, MEC/Secad, 2004.

CAMINI, Isabela. **Cartas Pedagógicas aprendizados que se entrecruzam e se comunicam**. Porto Alegre: ESTEF, 2012.

FELIPE, Delton Aparecido. A história da população negra no Brasil e os Direitos Humanos: uma conversa necessária em tempos de intolerância. **Revista Trilhas da História**, Três Lagoas, v. 8, n. 16, p.5-23, jan-jul. 2019.

GOMES, Nilma Lino. Identidade Negra e Formação de Professores: um olhar sobre o corpo negro e o cabelo crespo. **Educação e Pesquisa**, São Paulo, v. 29, n. 1, p. 167-182, jan./jun. 2003.

PAULA, Ercília Maria Angeli Teixeira. **Cartas pedagógicas**: estratégias didáticas revisitadas para novos tempos. Curitiba: CRV, 2018.

RIBEIRO, Djamila. **Lugar de fala**. São Paulo: Pólen, 2019.

**CORPO, RAÇA E CLASSE: A DECOLONIALIDADE E A
 INTERSECCIONALIDADE PRESENTES EM “MARIA”, DE CONCEIÇÃO
 EVARISTO**

JESUS, Diana de Almeida Bini de¹

ST 9 - Temas transversais

INTRODUÇÃO

Este estudo tem como objetivo apresentar uma leitura do conto *Maria*, que pertence à obra *Olhos d'Água*, da escritora Conceição Evaristo, a partir da perspectiva da decolonialidade e da interseccionalidade. Os estudos decoloniais surgiram no final do século XX, com o autor Aníbal Quijano, que visam a mudança de conceitos e tentam reverter ou até diminuir os efeitos da colonização nos países em que ocorreram essa subordinação política.

A decolonialidade é uma categoria teórico-política voltada para a reversão da colonialidade. A colonialidade, por sua vez, é um padrão subjetivo de subalternidade do sul global perante o norte global, uma subalternidade para além da dimensão territorial. A decolonialidade vai na contramão, buscando descentralizar o pioneirismo e a potência do mundo que nos cerca, tendo como bases únicas o continente europeu e os Estados Unidos (Pinheiro, 2023, p. 107, grifos meus).

Os estudos decoloniais, vão de encontro a interseccionalidade que estuda “diferenças dentro das diferenças” (Crenshaw, 2004). As opressões que ocorrem em uma sociedade, derivam de múltiplos fatores nos quais vão incidir diretamente em cada pessoa de formas diferentes, pois, “A separação desses sistemas de opressão/dominação, quando empregada, é apenas para facilitar a compreensão uma vez que eles são indissociáveis” (Carvalho e Abreu, 2022, p. 10). A interseccionalidade identifica as múltiplas opressões que ocorrem, e a decolonialidade procura romper com essas opressões, questionando a centralidade do pensamento europeu promovendo conhecendo e rompendo barreiras coloniais.

¹ Aluna não regular/especial, Programa de Pós-Graduação Interdisciplinar Sociedade e Desenvolvimento (PPGSeD), Universidade Estadual do Paraná (Unespar), *campus* de Campo Mourão, diana.bini@gmail.com.

METODOLOGIA

Este resumo é resultado de estudos de natureza bibliográfica, centrados na análise do conto *Maria*, de Conceição Evaristo. A análise se fundamenta na decolonialidade e na interseccionalidade, através de um olhar crítico e um diálogo entre o conto e a bibliografia selecionada.

DISCUSSÕES E RESULTADOS

Na América Latina, durante a sua colonização, recebeu muitos negros da África para a realização do trabalho braçal e sem qualquer remuneração, ou seja, chegaram escravizados. Ao chegarem na terra nova, os exploradores queriam se diferenciar dos explorados e a partir daí veio o conceito de raça. Aníbal Quijano (2005) coloca em evidência que “A idéia de raça, em seu sentido moderno, não tem história conhecida antes da América. Talvez se tenha originado como referência às diferenças fenotípicas entre conquistadores e conquistados” (Quijano, 2005, p. 117).

Essas diferenças construídas socialmente, tiveram e ainda têm impacto diretamente na sociedade moderna. É pertinente evidenciar que “Na América, a idéia de raça foi uma maneira de outorgar legitimidade às relações de dominação impostas pela conquista” (Quijano, 2005, p. 118). E ainda ressaltar a superioridade/inferioridade entre quem domina e quem é dominado. Essas relações, foram uma forma de subordinação e exploração para que a economia viesse a crescer e a gerar empregos e status social para os brancos e a alta sociedade.

O Brasil foi o último país a abolir a escravidão e conseqüentemente ainda carrega traços dessa época. Nos dias atuais, ter um lugar de fala é romper com esta marginalização histórica, Djamila Ribeiro (2023), define como “Pensar em lugar de fala seria romper com o silêncio instituído para quem foi subalternizado, um movimento no sentido de romper com a hierarquia” (Ribeiro, 2023, p. 89). A escritora Conceição Evaristo cunhou o termo *escrevivência* para que através da ficção literária, venha a narrar e escrever histórias para que as próximas gerações futuras não venham repetir os erros do passado. O termo foi associado primeiramente às mulheres negras, que contavam histórias de ninar as crianças das famílias senhoriais e não contavam muitas vezes à sua prole.

Escrivência, em sua concepção inicial, se realiza como um ato de escrita das mulheres negras, como uma ação que pretende borrar, desfazer uma imagem do passado, em que o corpo-voz de mulheres negras escravizadas tinha sua potência de emissão também sob o controle dos escravocratas, homens, mulheres e até crianças (Evaristo, 2020, p. 30).

A partir dessa óptica, apresentamos o conto *Maria*, de Conceição Evaristo. Ela traz como personagem central uma mulher negra, periférica, mãe solo e empregada doméstica. O conto inicia com Maria no ponto de ônibus aguardando há um longo tempo o transporte público. E pensando que deveria se acostumar a ir a pé, pois, a passagem de ônibus iria subir e ficaria inviável a ela utilizar esse meio de transporte.

Maria estava parada há mais de meia hora no ponto do ônibus. Estava cansada de esperar. Era preciso mesmo ir se acostumando com a caminhada. O preço da passagem estava aumentando tanto! Além do cansaço, a sacola estava pesada. No dia anterior, no domingo, havia tido festa na casa da patroa. Ela levava para casa os restos. O osso do pernil e as frutas que tinham enfeitado a mesa. Ganhara as frutas e uma gorjeta. O osso, a patroa ia jogar fora. Estava feliz, apesar do cansaço (Evaristo, 2014, p. 39, grifos meus).

Maria, ganhou de sua patroa o osso do pernil que foi servido na festa no dia anterior, uma sacola de frutas, e uma gorjeta que ela usará para comprar remédios para os filhos mais novos que estão doentes. Ela fica muito preocupada e feliz ao mesmo tempo para levar as frutas aos filhos e pergunta em vários momentos “Serás que os meninos iriam gostar de melão?” (Evaristo, 2014, p. 40). Muitas famílias brasileiras têm ainda a insegurança alimentar presente em seu cotidiano, apesar do Brasil ter melhorado esse fator conforme o Instituto Brasileiro de Geografia e Estatística - IBGE (2024) divulgou, “Na comparação entre os dados obtidos pelo módulo Segurança Alimentar da PNAD Contínua no quarto trimestre de 2023 e os da POF 2017-2018, houve redução de cerca .de 25,0% no número de domicílios em insegurança alimentar leve” (IBGE, 2024).

Ao adentrar no ônibus, Maria senta-se em um banco e encontra seu ex-companheiro, pai do primeiro filho. Tiveram uma conversa rápida, em que ele descreve que sentia falta de Maria e do filho, “Ele estava dizendo de dor, de prazer, de alegria, de filho, de vida, de morte, de despedida” (Evaristo, 2014, p. 41). Após a breve conversa ele se despediu e pediu para

transmitir ao filho um beijo, um carinho e um abraço, sacando uma arma para assaltar o ônibus com um parceiro.

O comparsa de seu ex-homem passou por ela e não pediu nada. “Se fossem outros os assaltantes?” Ela teria para dar uma sacola de frutas, um osso de pernil e uma gorjeta de mil cruzeiros. Não tinha relógio algum no braço. Nas mãos nenhum anel ou aliança. Aliás, nas mãos tinha sim! Tinha um profundo corte feito com faca a laser que parecia cortar até a vida. Os assaltantes desceram rápido (Evaristo, 2014, p. 41).

Ao descerem do ônibus, uma pessoa no fundo o ônibus, sugeriu que ela estava junto com os assaltantes, gritava do fundo do ônibus “Negra safada, vai ver que estava de coleio com os dois” (Evaristo, 2014, p. 41), já outros, tentaram defendê-la, “Calma, gente! Se ela estivesse junto com eles, teria descido também” (Evaristo, 2014, p. 41-42). O motorista tentou defender Maria. Alguns passageiros desceram do ônibus não concordando com as acusações a mulher, já outros pediram o linchamento da mesma.

Não conhecia assaltante algum. Não devia satisfação a ninguém. Olha só, a negra ainda é atrevida, disse o homem, lascando um tapa no rosto da mulher. Alguém gritou: Lincha! Lincha! Lincha!... Uns passageiros desceram e outros voaram em direção à Maria (Evaristo, 2014, p. 42).

As múltiplas violências que Maria sofreu no ônibus, tanto verbal como física, vindo a ser linchada até a sua morte faz uma denúncia em relação à estrutura violenta que a população pobre vive no país. O Atlas da Violência (Cerqueira; Bueno, 2025), traz anualmente relatórios das violências que ocorrem no país, ele mostra que em 2023, houve registros de 2.662 mulheres negras vítimas de homicídio, o que representa 68,2% dos homicídios femininos. O conto termina, com a morte de Maria no ônibus, e ela pensando nos filhos se gostariam de comer melão, e no amor que sentia por aquele homem que assaltou o ônibus no qual ela estava.

CONSIDERAÇÕES FINAIS

O presente estudo fez uso da abordagem decolonial e da interseccionalidade, permitindo uma análise crítica das questões sociais, raciais, coloniais e de gênero presentes no conto *Maria*, de Conceição Evaristo. Ao evidenciar as opressões sofridas pela personagem principal, o estudo propõe uma reflexão decolonial em relação a essa invisibilidade sofrida

por Maria, promovendo uma reflexão e conscientização sobre os desafios que as mulheres, mãe solo, negras e pobres precisam para fortalecer sua luta para sobreviver de forma digna cotidianamente.

REFERÊNCIAS

CARVALHO, Marcelo Pagliosa; ABREU, Tanielle. Políticas públicas e interseccionalidades: uma análise sobre o mercado de trabalho e as assimetrias de raça, classe e gênero. **Revista Humanidades e Inovação**, Palmas, v. 8, n. 58, p. 9-24, 22 jan. 2022. Disponível em: <https://repositorio.usp.br/directbitstream/49bdd7a6-68d1-4a82-8353-23ac1901c967/003215283.pdf>. Acesso em: 20 out. 2025.

CERQUEIRA, Daniel; BUENO, Samira (Coord.). **Atlas da violência 2025**. Brasília, DF: Ipea; FBSP, 2025.

CRENSHAW, Kimberlé. A interseccionalidade na Discriminação de Raça e Gênero. In: VV.AA. **Cruzamento: raça e gênero**. Brasília: Unifem, p. 7-16, 2004.

EVARISTO, Conceição. A Escrivivência e seus subtextos. In: DUARTE, C. L.; NUNES, I. R. (Orgs.). **Escrivivência: a escrita de nós: reflexões sobre a obra de Conceição Evaristo**. Rio de Janeiro: Mina Comunicação e Arte, 2020, p. 26-47.

EVARISTO, Conceição. **Olhos d'água**. Rio de Janeiro: Pallas, 2014. 116 p.

IBGE, Agência. **Segurança alimentar nos domicílios brasileiros volta a crescer em 2023**. 2024. Disponível em: <https://agenciadenoticias.ibge.gov.br/agencia-noticias/2012-agencia-de-noticias/noticias/39838-seguranca-alimentar-nos-domicilios-brasileiros-volta-a-crescer-em-2023>. Acesso em: 18 out. 2025.

PINHEIRO, Barbara Carine Soares **Como ser um educador antirracista**. São Paulo: Planeta do Brasil, 2023. 160 p.

QUIJANO, Anibal. Colonialidade do poder, Eurocentrismo e América Latina. Clacso: Consejo Latinoamericano de Ciencias Sociales, Buenos Aires, p. 107-142, 2005. Disponível em: <https://periodicos.uff.br/trabalhonecessario/article/view/62075/36367>. Acesso em: 17 out. 2025.

RIBEIRO, Djamila. **Lugar de fala**. 10. ed. São Paulo: Jandaíra/Sueli Carneiro, 2023. 112 p.

DA IMAGINAÇÃO À REALIDADE: O QUE (E QUEM) INFLUENCIA A ESCOLHA PROFISSIONAL DOS ESTUDANTES

RODRIGUES, Suelita Matsumi¹

MACIEL, Fred²

ST 9 - Temas transversais

INTRODUÇÃO

A escolha profissional é um processo que se desenvolve ao longo das diferentes fases da vida do estudante e seu resultado reflete uma complexidade que envolve fatores individuais, familiares, sociais, econômicos e culturais. O objetivo deste estudo é analisar as influências das escolhas profissionais em início da fase escolar e no decorrer de sua escolarização pelos estudantes de escolas públicas no Município de Campo Mourão-PR. É na infância, que as crianças demonstram ser mais curiosas e sonhadoras com determinadas profissões, o que geralmente tem influências por figuras familiares, interesses pessoais ou representações sociais. Com o passar do tempo, as motivações se modificam e ganham contornos mais concretos e realistas, principalmente na adolescência.

METODOLOGIA

A investigação contou com a participação de 63 (sessenta e três) estudantes, sendo 24 (vinte e quatro) do 2º ano e 20 (vinte) do 7º ano do Ensino Fundamental, 19 (dezenove) do 3º ano Ensino Médio. As turmas foram escolhidas por conveniência, tendo em vista o vínculo da pesquisadora com essas turmas. A abordagem foi quantitativa, descritiva e presencial. O instrumento utilizado foi um questionário que abordou dois aspectos relacionados à escolha profissional: a profissão desejada pelos estudantes e os motivos que justificam essa escolha.

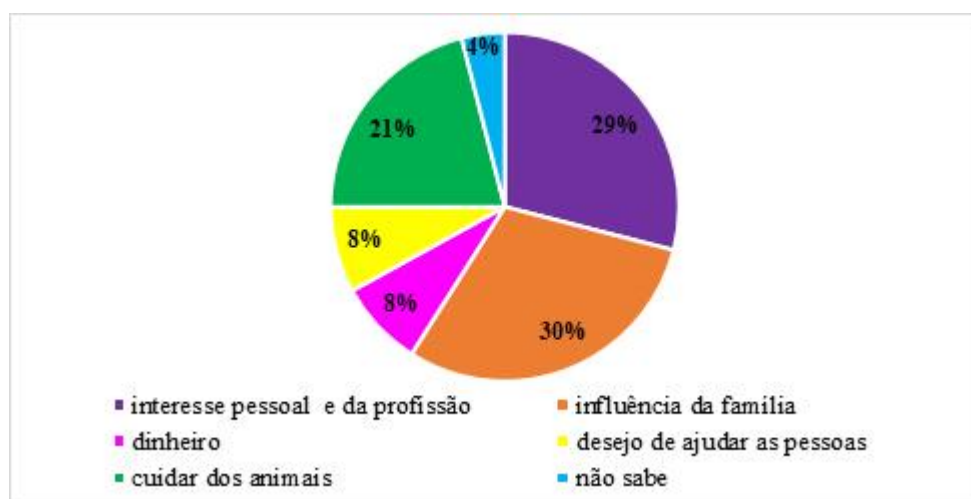
DISCUSSÕES E RESULTADOS

¹ Mestranda, Programa de Pós-Graduação Interdisciplinar Sociedade e Desenvolvimento (PPGSeD), Universidade Estadual do Paraná (Unespar), *campus* de Campo Mourão, suelitamatsumi@gmail.com.

² Doutor em História, docente do Programa de Pós-Graduação Interdisciplinar Sociedade e Desenvolvimento (PPGSeD), Universidade Estadual do Paraná (Unespar), *campus* de Campo Mourão, fred.maciell@ies.unespar.edu.br.

O processo de escolha profissional compreende três momentos, conforme evidenciado por Soares (2009): a primeira, é a fase de fantasia que se manifesta durante a infância entre 4 e 6 anos, em que as respostas à pergunta “O que você quer ser quando crescer?” costumam refletir desejos momentâneos e interesses passageiros, baseados no prazer imediato da criança. Já entre 7 e 9 anos, as escolhas começam a ser idealizadas ao sucesso e conquistas associados a certas profissões. Observou-se que, nessa etapa de desenvolvimento os resultados dos alunos do 2º ano apontaram que suas escolhas se associam a diferentes fatores, conforme apresentado na Figura 1.

Figura 1 - Por que você escolheu essa profissão? (Turma 2º ano EF)



Fonte: Elaborado pela autora com base nos dados da pesquisa, 2025.

Destacamos que 30% dos alunos indicaram a influência da família, seguidos de interesses pessoais e da profissão 29%. Esses números mostram o quanto o ambiente familiar e os vínculos afetivos têm peso nessa fase da vida. Muitas crianças ainda enxergam as profissões com um olhar lúdico e emocional, ou seja, querem ser como os pais ou alguém que admiram, ou ainda, se encantam com os objetos e ferramentas usados em certas profissões (como jalecos, capacetes ou estetoscópios). Outros 21% demonstraram interesse em profissões relacionadas ao cuidado com os animais, enquanto outros 8% expressaram o desejo de ajudar pessoas. Esses dados evidenciam a preocupação das crianças com o bem-estar do outro, empatia, cuidado e responsabilidade. Curiosamente, 8% mencionaram o dinheiro como motivação, o que reforça a ideia de que, nessa etapa, a escolha profissional ainda está muito

ligada aos afetos e à imaginação. Outro dado esperado é que 4% ainda não saibam o que querem ser, isso é algo natural para a idade.

A segunda, denomina-se fase das tentativas, que ocorre entre os 12 e 17 anos. É uma etapa que o adolescente começa a fazer escolhas profissionais com base em suas próprias habilidades no primeiro momento e, por fim, em seus valores pessoais. Embora ainda tenha um pouco conhecimento sobre si mesmo e sobre o mercado de trabalho, ele passa a reconhecer e a internalizar os valores de sua família e do ambiente em que vive como parte de suas experiências.

Figura 2 - Por que você escolheu essa profissão? (Turma 7º ano EF)



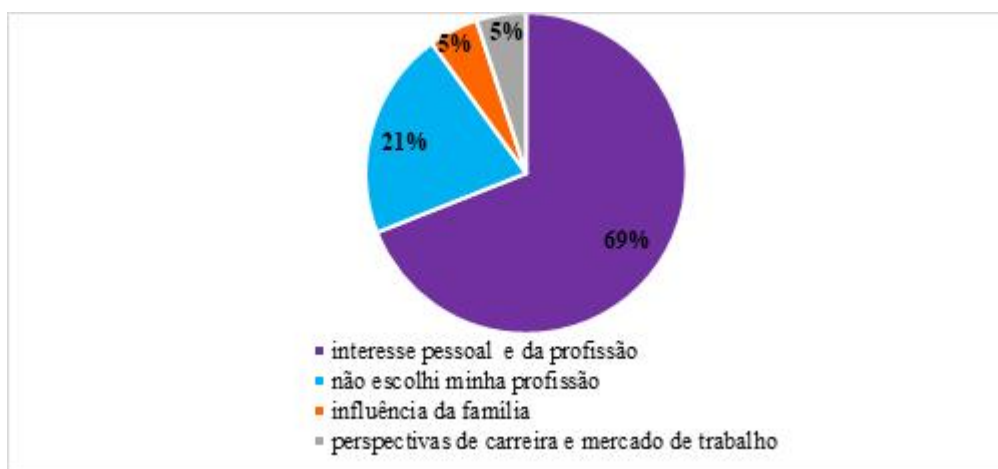
Fonte: Elaborado pela autora com base nos dados da pesquisa, 2025.

Nesse sentido, conforme a figura 2, os estudantes do 7º ano do Ensino Fundamental revelaram o interesse pessoal e da profissão que aparece com força, alcançando 65%, o que mostra que eles já começam a perceber seus próprios gostos e habilidades e a pensar em profissões com base nisso. O desejo de ajudar os outros aparece com relevância, representando 10%. Em menor proporção, 5% dos estudantes mencionaram a influência da família e o interesse de cuidar dos animais. Embora sejam números mais baixos, esses dados sugerem que os adolescentes estão em processo de construção de uma identidade, buscando se afastar dos modelos da família e explorando preferências próprias, ainda que alguns vínculos afetivos e emocionais continuem presentes nas suas escolhas. Um ponto que chama a atenção é o aumento da valorização do dinheiro 15%, que indica que esses jovens já começam a

entender a relação entre trabalho, renda e qualidade de vida. Essa mudança de olhar pode ser fruto não só do amadurecimento, como também da influência da mídia, da escola e das conversas sociais que começam a fazer parte do cotidiano.

Dando continuidade nesse processo, a terceira e última fase é a realista, é o momento da escolha profissional propriamente dita. Essa fase se manifesta entre os 17 a 21 anos e coincide com a última etapa da Educação Básica, o Ensino Médio. Este é o momento em que o jovem toma decisões importantes sobre qual caminho seguir, seja ingressar em uma universidade ou iniciar sua trajetória no mercado de trabalho (Santana; Chamon, 2022). Os dados da figura 3 confirmam tendências observadas anteriormente, como o interesse pessoal e da profissão 69%. Aliás, escolher de acordo com Bohoslavky (2003), envolve sobre o que ele pretende realizar profissionalmente, de como deseja ser no futuro e a que lugar pertencer no mundo por meio do trabalho.

Figura 3 - Por que você escolheu essa profissão? (Turma 3º ano EM)



Fonte: Elaborado pela autora com base nos dados da pesquisa, 2025.

Desse modo, expectativas profissionais e escolares ocorrem na fase realista como também, as transformações intensas e, por vezes conflitantes pertinentes somente ao adolescente. Esse momento de escolha profissional nem sempre será fácil para o adolescente, pois compõem-se num conjunto de avaliações e decisões que ocorrem ao longo da vida que pode ter sentido ambíguo diante das incertezas, como o medo de errar ou fracassar, mas também entusiasmo e expectativas (Soares, 2002). Isso pode explicar, por que 21% dos

adolescentes ainda não escolheram sua profissão, evidenciando a necessidade de apoio e orientação nesse momento tão decisivo.

CONSIDERAÇÕES FINAIS

A identidade profissional é construída na infância e se desenvolve ao longo das vivências pessoais do indivíduo. A partir da análise dos dados, observou-se que as crianças do 2º ano costumam fazer suas escolhas em vínculos afetivos e modelos próximos do seu cotidiano. Enquanto que os estudantes do 7º ano demonstraram maior autonomia, desenvolvimento pessoal, senso crítico e uma preocupação com aspectos da profissão. Esse processo de amadurecimento torna-se mais perceptível nos alunos do 3º ano do Ensino Médio, que em sua maioria apresentaram reflexões aprofundadas sobre suas escolhas profissionais. Contudo, é comum que durante o processo de escolhas, o adolescente busque novas possibilidades e enfrente questionamentos sobre o seu futuro. Nesse sentido, a atividade da Orientação Profissional passa a ser essencial nas escolas. O processo de Orientação Profissional auxilia no desenvolvimento do autoconhecimento e permite que o jovem reflita sobre suas escolhas de forma mais consciente. Compreender esse processo exige, portanto, uma análise cuidadosa do momento vivido pelo adolescente (Silva; Fuzaro e Pacheco, 2016), pois desmitifica o conceito de que algumas pessoas nascem para ser algo em específico. Quando o adolescente passa a compreender melhor suas vontades, desejos e habilidades, torna-se mais capaz de fazer suas escolhas profissionais alinhadas com suas aptidões e objetivos pessoais.

REFERÊNCIAS

BOHOSLAVSKY, Rodolfo. **Orientação vocacional**: a estratégia clínica. Tradução de José Maria Valeije Bojart. São Paulo: Martins Fontes, 2003.

SANTANA, Leonor M.; CHAMON, Edna Maria Querido de Oliveira. Escolha profissional e representações sociais: um estudo com estudantes de Ensino Médio de escolas públicas. **Revista de Educação Pública**, [S.l.], v. 31, n. jan/dez, p. 1-20, 2022. Disponível em: <https://periodicoscientificos.ufmt.br/ojs/index.php/educacaopublica/article/view/12053>. Acesso em: 31 dez. 2024.

SILVA, José Edson; FUZARO, Carolina Moraes; PACHECO, Márcia Maria Dias Reis. A escolha profissional para adolescentes: panorama de estudos e pesquisas. **Revista**

Magistro, [S.l.], v. 1, n. 13, 2016. Disponível em:

<https://publicacoes.unigranrio.edu.br/magistro/article/view/3092>. Acesso em: 31 dez. 2024.

SOARES, Dulce Helena Penna. **A escolha profissional**: do jovem ao adulto. São Paulo: Summus, 2002.

SOARES, Dulce Helena Penna. **O que é escolha profissional**. 4 ed. rev. e atual São Paulo: Brasiliense, 2009.

DO CAMINHO DE PEABIRU À ESTRADA COLONIAL: MEDIAÇÃO JESUÍTICA E PERSISTÊNCIA INDÍGENAS PARA O TRAÇADO DA AMÉRICA DO SUL

SANTOS, Cristina de Oliveira dos¹

MOREIRA, Elga Karine²

ST 9 - Temas transversais

INTRODUÇÃO

A colonização da América do Sul pelos impérios ibéricos, a partir do século XVI, não se deu sobre um “vazio geográfico”, como frequentemente propagado pela narrativa colonial. Pelo contrário, os territórios sul-americanos eram densamente percorridos, nomeados e organizados por redes sociais, comerciais e rituais indígenas. Entre essas geografias pré-existentes, destaca-se que a tradição oral e os relatos coloniais denominaram “Caminho de Peabiru” como uma complexa rede de trilhas que ligavam o litoral atlântico ao interior do continente, possivelmente alcançando os Andes.

Como ressalta Rocha (2017), é fundamental distinguir entre evidências históricas e construções simbólicas ao abordar o Peabiru, já que o tema frequentemente se entrelaça com narrativas idealizadas por cronistas, aventureiros e pesquisadores. Contudo, há o consenso entre historiadores e arqueólogos de que os colonizadores tanto espanhóis quanto portugueses utilizaram amplamente essas rotas indígenas para avançar pelo interior. Um exemplo emblemático é a expedição de Aleixo Garcia, na década de 1520, que, com o auxílio de guias guaranis, teria alcançado o Império Inca a partir do litoral brasileiro. Esse caso ilustra como a colonização se apropriou de saberes e infraestruturas territoriais nativas.

Para os povos Guarani, esses caminhos não tinham apenas função prática. Eles estavam profundamente imbricados em sua cosmovisão, especialmente na busca pela Yvy Marã Ey a “Terra sem Mal”, um lugar mítico de plenitude e ausência de sofrimento. Assim, as trilhas eram também rotas espirituais, orientando deslocamentos coletivos que combinavam dimensões sociais, ecológicas e simbólicas. Embora o termo “Peabiru” tenha sido consagrado

¹ Doutoranda, Programa de Pós-Graduação em Geografia (PPGG), Universidade Estadual do Centro Oeste (Unicentro), *campus* de Guarapuava, cristina.silva28@escola.pr.gov.br.

² Mestranda, Programa de Pós-Graduação em Ensino de História, Universidade Estadual do Paraná (Unespar), *campus* de Campo Mourão, moreira.helga@escola.pr.gov.br.

pela historiografia, fontes etnográficas e tradições orais registram variações linguísticas como Peavijú, Peavirú e Tape Avirú, todas remetendo à ideia de “caminho já percorrido” ou “caminho dos antepassados” (Bond, 2002). Esses termos não designam necessariamente uma única via, mas sim uma noção ampla de trilhas rituais e migratórias entrelaçadas à memória coletiva.

Com a chegada dos colonizadores, essas trilhas não foram substituídas, mas apropriadas, reconfiguradas e integradas a novos modelos de ocupação territorial. Nesse processo, as reduções jesuíticas desempenharam um papel central, atuando como núcleos de reorganização espacial, religiosa e logística. Este artigo propõe analisar essa transição do Caminho de Peabiru às primeiras estradas coloniais, destacando a mediação territorial exercida pelos jesuítas e a persistência indígena na conformação da infraestrutura viária sul-americana.

METODOLOGIA

A pesquisa adota uma abordagem histórica qualitativa, com ênfase na análise crítica de fontes secundárias, especialmente estudos de historiadores, geógrafos e antropólogos que investigam a região sul da América do Sul. Foram consultados relatos coloniais, mapas históricos e pesquisas arqueológicas que permitem reconstruir a malha viária pré-colonial e sua adaptação no período colonial.

A análise foi conduzida de forma interpretativa, buscando identificar como as reduções jesuíticas não apenas se apropriaram de rotas indígenas, mas também as organizaram, criando novos eixos de circulação que integravam os povos originários ao sistema colonial, seja por meio da evangelização, do comércio ou do controle territorial. A pesquisa dialoga ainda com a historiografia crítica sobre as missões jesuíticas, enfatizando sua dimensão logística e infraestrutural, e não apenas religiosa ou cultural.

Adota-se, por fim, uma perspectiva interdisciplinar, articulando história, geografia e antropologia, com o objetivo de oferecer uma leitura sensível às complexas interações entre território, mobilidade e poder no período colonial.

DISCUSSÕES E RESULTADOS

O Caminho de Peabiru não era uma via única, mas um sistema de trilhas interconectadas. Com ramais que partiam do litoral de São Paulo e Santa Catarina, convergindo no Paraná e estendendo-se pelo Mato Grosso, Paraguai, Bolívia e Peru. Configurava-se como uma verdadeira espinha dorsal territorial e simbólica da América Meridional (Colavite, 2006, p. 22). Sua existência remonta a séculos antes do contato europeu, fruto de uma longa história de mobilidade dos povos Guarani e de outros grupos regionais.

Mais do que corredores físicos, esses caminhos eram espaços carregados de significados cosmológicos. A busca pela Yvy Marã Ey orientava deslocamentos coletivos que combinavam espiritualidade, sociabilidade e adaptação ecológica. Essa dimensão simbólica perdurou ao longo do tempo: a persistência do Peabiru na memória e na prática dos Guaranis contemporâneos atesta sua importância como referência identitária e territorial (Rocha, 2017).

Justamente por essa solidez cultural e espacial, o caminho foi rapidamente reconhecido e apropriado pelos colonizadores. Os jesuítas, em particular, perceberam seu potencial estratégico. Ao estabelecerem suas reduções ao longo ou próximas a esses corredores ancestrais, não apenas facilitaram o acesso às populações indígenas, mas também integraram rotas pré-existentes a uma nova geografia colonial. As reduções tornaram-se centros dinâmicos de articulação, por onde circulavam pessoas, bens (como gado, produtos agrícolas e artesanatos missionários) e ideias.

Estudos no oeste do Paraná e norte do Rio Grande do Sul confirmam que trechos do Caminho de Peabiru coincidem com os eixos viários que ligavam as reduções entre si e às cidades coloniais, como São Paulo e Assunção. Isso indica que os jesuítas não apenas seguiram as trilhas indígenas, mas as consolidaram como espinha dorsal de uma nova geografia colonial, voltada tanto à salvação das almas quanto à integração econômica aos impérios ibéricos.

A dissolução das reduções jesuíticas, no século XVIII, impulsionada pela expulsão da Companhia de Jesus das colônias ibéricas não significou o desaparecimento dessas vias. Pelo contrário, muitas foram retomadas e adaptadas por tropeiros, militares e colonos, tornando-se base das primeiras estradas oficiais da região. Como observa Rocha (2017, p. 84), “as estradas que obtivemos foram definidas por meio de antigos picadões ou trilhas de povos pretéritos”, evidenciando uma continuidade histórica frequentemente negligenciada.

Essa lógica de ocupação colonial continuou a depender das trilhas ancestrais, agora alargadas e reforçadas para atender às demandas do comércio e do controle estatal. Longe de serem “ilhas de civilização” isoladas, como outrora se imaginou, as reduções eram núcleos articuladores de redes regionais, cuja dinâmica era inseparável da mobilidade. Nesse sentido, a estrada não era apenas um meio de transporte, mas um instrumento de encontro, controle e transformação cultural.

CONSIDERAÇÕES FINAIS

A transformação do Caminho de Peabiru em eixos viários coloniais revela uma história marcada não pela substituição, mas pela sobreposição, negociação e reconfiguração de saberes e práticas territoriais. O território sul-americano já possuía uma geografia humana complexa, estruturada por redes de mobilidade profundamente enraizadas nas cosmologias, economias e sociabilidades indígenas. O Peabiru emerge como exemplo paradigmático dessa territorialidade ancestral, funcionando simultaneamente como via física e eixo simbólico.

A apropriação desse caminho pelos jesuítas e, por extensão, pelo projeto colonial ibérico não foi unilateral. As reduções atuaram como espaços de mediação, onde saberes indígenas e lógicas coloniais se entrelaçaram. Ao se estabelecerem ao longo das trilhas pré-existentes, os jesuítas reconheceram a eficácia e a resiliência dessas rotas, reorganizando-as e institucionalizando-as dentro de uma nova ordem territorial, econômica e religiosa.

Essa continuidade espacial da trilha indígena à estrada colonial demonstra que a infraestrutura viária sul-americana tem raízes profundamente indígenas, ainda que frequentemente apagadas pela historiografia tradicional. A persistência do traçado do Peabiru nas rotas utilizadas após a expulsão dos jesuítas é testemunho da adaptabilidade dessas geografias originárias. Mais do que corredores de passagem, essas vias foram e continuam sendo espaços de encontro, conflito, troca e resistência.

Portanto, compreender a história das estradas coloniais exige reconhecer a agência indígena na conformação do território sul-americano. A colonização não criou o espaço do zero; reinterpretou, reutilizou e reordenou estruturas já existentes. Nesse sentido, este estudo reforça a necessidade de perspectivas interdisciplinares e decoloniais na análise histórica, capazes de dar visibilidade aos saberes e práticas dos povos originários como pilares fundamentais da formação territorial do continente. Reconhecer o Caminho de Peabiru como

fundamento das primeiras estradas coloniais é, acima de tudo, um ato de justiça histórica e epistemológica.

REFERÊNCIAS

AGUILAR, Jurandir Coronado. **Conquista Espiritual**. A história da evangelização na Província do Guairá na obra de Antonio Ruiz de Montoya. Roma: PUG, 2002.

BOND, Rosana. Botando os Kuatiá. **Rev. Cadernos da Ilha**, Florianópolis, n. 1, 2002.

COLAVITE, Ana Paula. **Contribuição do geoprocessamento para criação de roteiros turísticos nos caminhos de Peabiru - PR**. 2006. 161f. Dissertação (Mestrado em Geografia, Meio Ambiente e Desenvolvimento) - Universidade Estadual de Londrina, Londrina, 2006.

ROCHA, Arléto Pereira. **Os caminhos de Peabiru: história e memória**. Maringá: UEM, 2017.

ENTRE A CRUZ E A ESPADA: JUDICIALIZAÇÃO, RELIGIÃO E POLARIZAÇÃO AFETIVA NAS ELEIÇÕES MUNICIPAIS DE 2024 NO PARANÁ

NASCIMENTO, Luiz Fernando¹

MEZZOMO, Frank Antonio²

ST 9 - Temas transversais

INTRODUÇÃO

O presente texto tem por escopo apresentar pesquisa em fase de elaboração, visando analisar a utilização da religião como instrumento de campanha nas Eleições Municipais de 2024 no Estado do Paraná. Compartilhamos as opções metodológicas, alguns referenciais teóricos e as impressões preliminares acerca dos dados coletados, demonstrando a viabilidade e a contribuição do estudo proposto.

Na busca por êxito eleitoral, é frequente observar candidatos e partidos mobilizando os mais variados recursos disponíveis para convencimento do eleitor: melhorias econômicas, avanços sociais, invocação de valores morais e até mesmo crenças espirituais embasam os discursos, em busca de mobilização e engajamento nas campanhas.

Vale ressaltar que a sociedade brasileira tem testemunhado, a partir de 2018, uma mudança de paradigma, deslocando o debate de questões tradicionalmente políticas em favor de tentativas de mobilização baseadas em discussões decorrentes das denominadas “guerras culturais”, caracterizadas por conflitos sociais e políticos fundados em temas morais e valores.

Este crescente apelo à instrumentalização da política de identidade e da moralidade religiosa durante as eleições se constituiu como um dos principais vetores de polarização política no Brasil atual, transformando a discordância de ideias políticas em antipatia e desconfiança entre pessoas de diferentes grupos partidários.

Tal polarização, denominada afetiva pela doutrina especializada (Iyengar; Wesson, 2019), enseja um extrapolamento do conflito eleitoral para a sociedade civil, pois, ao se

¹ Mestrando, Programa de Pós-Graduação Interdisciplinar Sociedade e Desenvolvimento (PPGSeD), Universidade Estadual do Paraná (Unespar), *campus* de Campo Mourão, nando.nascimento@gmail.com.

² Doutor em História Cultural, docente da Universidade Estadual do Paraná (Unespar), *campus* de Campo Mourão, frankmezzomo@gmail.com.

enxergarem como inimigos em vez de adversários, os componentes do corpo social colocam em risco elementos caros à vida em sociedade, tais como a base familiar e o respeito entre os indivíduos, ensejando diferentes tipos de violência, como a simbólica (Bourdieu, 2025) e, por vezes, até mesmo violência física entre grupos antagônicos.

Transcorridas neste contexto, as Eleições Municipais de 2024 constituem relevante *locus* de pesquisa para análise de elementos que evidenciem a utilização da fé como fundamento de discursos de polarização afetiva, atuando a Justiça Eleitoral como laboratório de análise dos argumentos jurídicos apresentados e das decisões proferidas, sob o crivo da laicidade estatal.

Com base nestas motivações, delineia-se o problema de pesquisa a ser respondido, qual seja: como a polarização afetiva, impulsionada por manifestações religiosas em campanhas, se manifestou nos conflitos judicializados nas Eleições Municipais de 2024 no Paraná, e de que forma as decisões da Justiça Eleitoral revelam os desafios e os limites da laicidade estatal diante do crescente protagonismo da religião na política brasileira?

A partir do recorte temporal e espacial proposto, pretende-se lançar luz à questão, a partir de uma discussão mais aprofundada sobre o tema, a ser elaborada sob perspectiva interdisciplinar.

METODOLOGIA

A presente pesquisa adota como método de investigação a análise documental e bibliográfica (Gil, 2019), com enfoque no exame de processos ajuizados na Justiça Eleitoral do Estado do Paraná relacionados à utilização de elementos religiosos caracterizadores de polarização afetiva durante as campanhas eleitorais das eleições municipais de 2024. O método de pesquisa é dedutivo-interpretativo, voltado à compreensão dos sentidos jurídicos, políticos, morais e simbólicos atribuídos às práticas analisadas, a partir da aplicação de um referencial normativo-teórico interdisciplinar.

A abordagem é qualitativa, à medida que busca uma análise mais aprofundada sobre o objeto de estudo, a partir da compreensão da forma e do motivo pelos quais os fatos ocorrem. A investigação não busca mensurar fenômenos, mas compreendê-los em sua complexidade, tomando os casos judiciais como fontes empíricas que refletem tensões normativas contemporâneas.

A natureza da pesquisa é interdisciplinar, articulando saberes oriundos da História e Sociologia da Religião, de onde serão extraídos conhecimentos para contextualizar o crescimento do ativismo religioso (Oro, 2003; Vital, 2017), a fragilidade histórica da laicidade brasileira (Azzi, 2007) e a mobilização de pautas morais presentes nos documentos a serem analisados. A Ciência Política fornecerá elementos para enquadramento do conteúdo analisado, a partir dos conceitos de polarização afetiva (Iyengar; Mason, 2018), calcificação (Nunes, Traumann, 2023), estratégias de campanha em contextos polarizados e comportamento eleitoral. Por fim, o Direito Constitucional e Eleitoral será utilizado para abordagem da resposta institucional dada pela Justiça Eleitoral frente aos casos ajuizados, balizados a partir dos conceitos de liberdade de expressão e a interpretação da laicidade estatal (Sarmiento, 2019).

Visando organizar os trabalhos, dividiu-se a pesquisa em três etapas:

- seleção e organização do *corpus* empírico: trata-se de etapa já concluída, em que foram realizadas buscas de processos na base de dados da Justiça Eleitoral do Paraná, através da utilização de termos-chave (religioso, religião, igreja, culto, paróquia, pentecostal). Foram localizados 33 (trinta e três) processos, sendo selecionados autos das classes Representação Eleitoral, Investigação Judicial Eleitoral, Ação de Impugnação de Mandado Eletivo e Notícia de Irregularidade em Propaganda Eleitoral, onde são discutidas questões relativas às alegadas propagandas realizadas de forma irregular ou exporâneamente, bem como outras condutas capazes de gerar desequilíbrio na disputa.

- levantamento bibliográfico: fase que se encontra em execução, em que está sendo realizada coleta e análise de informações já publicadas na literatura acadêmica acerca do tema, buscando aprofundar o estudo (Marconi; Lakatos, 2003).

- análise qualitativa do conteúdo extraído dos processos: fase em que será realizada leitura e codificação do material coletado nos processos selecionados, a fim de identificar: quais símbolos, pautas morais ou figuras religiosas foram mobilizadas; como a religião foi acionada para gerar aversão ao adversário; os argumentos jurídicos empregados nas decisões; a postura adotada pelo Poder Judiciário ante às discussões propostas.

Espera-se que, a partir da pesquisa proposta, seja empreendida uma reflexão mais aprofundada sobre os limites jurídicos, éticos e democráticos da instrumentalização da fé no campo político seja realizada, com base nos dados colhidos e no referencial teórico acionado,

oferecendo uma contribuição aos debates a partir de perspectivas pouco exploradas na doutrina eleitoral, a fim de que se possa alcançar os objetivos estabelecidos e contribuir para o conhecimento científico referente à temática da religiosidade inserida em períodos eleitorais municipais.

DISCUSSÕES E RESULTADOS

Como dito inicialmente, trata-se de pesquisa em desenvolvimento, cujo objetivo é compreender a função política e afetiva da religião na disputa eleitoral, partindo do conceito de polarização afetiva que permitirá compreender esse novo patamar de tensão.

Constitui a religião importante vetor nesta nova dinâmica, ao fornecer valores e princípios para fins de moralização do conflito em que se pretende transformar o adversário político em inimigo moral ou espiritual.

As primeiras impressões obtidas com base na prévia análise dos documentos e na bibliografia pesquisada demonstram ser o conteúdo da polarização atualmente vista no Brasil baseada em questões morais, dando a entender que assuntos tradicionalmente discutidos na seara política são deixados de lado, para dar lugar a uma discussão focada nas afeições e desafeições aos candidatos.

Neste contexto, é percebida uma mudança estratégica das campanhas, deixando de focar na persuasão de eleitores indecisos para se concentrar na mobilização das bases leais e na deslegitimação do adversário.

Em que pese as consequências descritas acima, as primeiras observações geram a percepção de hesitação por parte do ente estatal incumbido da análise dos casos (Justiça Eleitoral), cujas decisões tendem a adotar uma postura de “laicidade benevolente” ou “à brasileira” (Sarmiento, 2019), exigindo prova cabal de eventual coação ou desequilíbrio eleitoral decorrente de tais condutas.

CONSIDERAÇÕES FINAIS

Diante da ausência de sanções mais contundentes, o discurso polarizador ganha cada vez mais espaço nas campanhas eleitorais, trazendo sério risco ao processo democrático, à medida que destrói aos poucos a base de respeito e cooperação que lhes são essenciais, prejudicando a coesão social, o diálogo e a busca por consensos.

Nada obstante, tolerar discussões políticas rasas e irracionais podem trazer duras consequências ao processo democrático, ao desacreditar atores políticos, agredir instituições estatais e enfraquecer sua confiabilidade.

Sob essa perspectiva, propõe o presente trabalho uma análise interdisciplinar acerca do tema, necessária diante de sua complexidade, oferecendo evidências para discussões mais aprofundadas sob o tema no que concerne ao seu efeito não apenas na seara eleitoral, mas também social e política de um modo geral.

REFERÊNCIAS

AZZI, Riolando. **A crise da cristandade e o projeto cristão de sociedade: a Igreja Católica no Brasil de 1930 a 1980**. São Paulo: Loyola, 2007.

BOURDIEU, Pierre. **Sociologia geral**. Tradução de Fábio Ribeiro. Petrópolis: Vozes, 2025.

GIL, Antonio Carlos. **Como elaborar projetos de pesquisa**. 6. ed. São Paulo: Atlas, 2019.

IYENGAR, Shanto; WESSON, Marcy F. The origins and consequences of affective polarization in the United States. **Annual Review of Political Science**, Palo Alto, v. 22, n. 1, p. 129-146, 2019.

MARCONI, Marina de Andrade; LAKATOS, Eva Maria. **Fundamentos de metodologia científica**. 5. ed. São Paulo: Atlas, 2003.

MARIANO, Ricardo. **Neopentecostais: sociologia do novo pentecostalismo no Brasil**. 2. ed. São Paulo: Edições Loyola, 2005.

NUNES, Felipe; TRAUMANN, Thomas. **Biografia do abismo: como a polarização divide famílias, desafia empresas e compromete o futuro do Brasil**. Rio de Janeiro: Harper Collins, 2023.

ORO, Ari Pedro. A política da Igreja Universal e seus reflexos nos campos religioso e político brasileiros. **Revista Brasileira de Ciências Sociais**. São Paulo, v. 18, n. 53, p. 45-63, out. 2003.

SARMENTO, Daniel. A liberdade de expressão e os limites da laicidade estatal. **Revista de Direito Administrativo**, Rio de Janeiro, v. 280, p. 87-115, abr./jun. 2019.

VITAL, Christina; LOPES, Paulo Victor Leite. **Religião e política: medos sociais, extremismo religioso e as eleições de 2014**. Rio de Janeiro: Heinrich ISER, 2017.

ENTRE NECESSIDADE E PROPÓSITO: O TRABALHO NA VIDA DO IDOSO NA CIDADE DE PARANAVAÍ/PR

FERREIRA CORREIA, Marilis¹

CHIES, Claudia²

ST 9 - Temas transversais

INTRODUÇÃO

O envelhecimento populacional, o aumento da expectativa de vida e as recentes reformas previdenciárias são fenômenos que impactam diretamente o mercado de trabalho e as políticas públicas. No Brasil, a proporção de pessoas com 60 anos ou mais alcançou 15,6 % em 2022 (IBGE), revelando transformações demográficas que exigem novas formas de inserção produtiva da população idosa. Essa realidade é observada também no Paraná, onde 16 % dos habitantes já se enquadram nessa faixa etária, o que demanda ações intersetoriais voltadas à valorização do idoso trabalhador.

O presente estudo, derivado da dissertação de mestrado em andamento no Programa de Pós-Graduação Interdisciplinar Sociedade e Desenvolvimento (PPGSeD), tem por objetivo compreender as motivações para a participação da pessoa idosa no mercado de trabalho, avaliando as perspectivas e condições laborais existentes no município de Paranavaí/PR.

A pesquisa parte do pressuposto de que o trabalho, além de fonte de renda, representa um espaço de pertencimento social, reconhecimento e autonomia, assumindo papel relevante na manutenção da identidade e da saúde mental na velhice (Cockell, 2012; Camarano, 2014). Todavia, essa permanência ocorre em meio a desafios estruturais – precarização, discriminação etária e ausência de políticas públicas efetivas – que reforçam desigualdades e fragilizam a dignidade laboral.

¹ Mestranda, Programa de Pós-Graduação Interdisciplinar Sociedade e Desenvolvimento (PPGSeD), Universidade Estadual do Paraná (Unespar), *campus* de Campo Mourão, marilisferreira@hotmail.com.

² Doutora em Geografia, docente da Universidade Estadual do Paraná (Unespar), *campus* de Campo Mourão, claudia.chies@ies.unespar.edu.br.

METODOLOGIA

A pesquisa adota o método materialista histórico-dialético, cuja essência consiste em compreender o objeto de estudo a partir das contradições e transformações da realidade social. Parte-se do pressuposto de que o trabalho é categoria fundante da existência humana e, portanto, expressão da *práxis* social que interliga o ser, a produção e a reprodução da vida (Tonet, 2013).

O método dialético permite apreender a complexidade do envelhecimento e suas múltiplas determinações, reconhecendo que a permanência ou o retorno do idoso ao mercado de trabalho são expressões de contradições entre capital e trabalho, necessidade e propósito, velhice e produtividade. Desse modo, busca-se revelar o movimento entre as condições objetivas (econômicas, previdenciárias e políticas) e subjetivas (sentido do trabalho, autoestima, reconhecimento social) que estruturam as experiências dos idosos trabalhadores.

A pesquisa tem natureza aplicada e descritivo-analítica, com abordagem quali-quantitativa. O componente qualitativo possibilita a compreensão profunda das percepções, motivações e vivências dos participantes, enquanto o componente quantitativo confere sustentação empírica aos dados por meio de indicadores demográficos e socioeconômicos.

Como procedimentos técnicos, adotam-se:

Pesquisa bibliográfica e documental, sendo que essa etapa objetiva delimitar o referencial teórico e jurídico sobre envelhecimento, trabalho e políticas públicas.

Pesquisa de campo, com aplicação de entrevistas semiestruturadas a um grupo de idosos economicamente ativos e a gestores públicos e privados. As entrevistas seguem roteiro orientado por eixos temáticos: perfil socioeconômico, motivações, condições de trabalho, percepções de discriminação e políticas institucionais de inclusão.

Análise estatística secundária, baseada em dados do IBGE, IPARDES e PNAD Contínua, para caracterização demográfica e econômica do envelhecimento populacional no município de Paranavaí e no Estado do Paraná.

Ao conjugar dados objetivos e subjetivos, a metodologia visa apreender o fenômeno da inserção laboral da pessoa idosa sob uma perspectiva interdisciplinar, revelando as dinâmicas que vinculam o trabalho à realização humana, à cidadania e à efetividade dos direitos fundamentais sociais.

DISCUSSÕES E RESULTADOS

Os resultados preliminares da pesquisa revelam um cenário complexo, em que o trabalho na velhice assume múltiplas dimensões – econômica, social, psicológica e simbólica, refletindo tanto estruturas materiais de sobrevivência quanto sentidos existenciais de pertencimento e reconhecimento.

A análise dos dados secundários (IPARDES e PNAD Contínua) demonstra que o processo de envelhecimento populacional em Paranavaí, segue a tendência nacional, cujo número de pessoas com 60 anos ou mais cresce em ritmo superior ao das demais faixas etárias, alterando a composição da força de trabalho local. Essa mudança tem repercussões diretas na organização econômica e nas políticas públicas, exigindo reestruturações que favoreçam a inclusão produtiva e a proteção social da população idosa.

A pesquisa de campo, em andamento, evidencia que os idosos trabalhadores de Paranavaí se distribuem majoritariamente em atividades informais ou autônomas, com destaque para o comércio, serviços gerais, e atividades domésticas. Essa concentração no setor informal decorre, em parte, da ausência de políticas específicas de reinserção laboral e da persistência de práticas discriminatórias que associam as pessoas idosas à improdutividade. Tal realidade confirma a observação de Camarano (2019), segundo a qual o idoso permanece economicamente ativo, mas sob condições precárias, sem a devida proteção legal.

Os discursos coletados junto aos entrevistados revelam três eixos centrais de motivação:

1) necessidade econômica, decorrente do valor insuficiente das aposentadorias e do aumento do custo de vida; 2) sentido de utilidade e pertencimento, relacionado à identidade construída em torno do trabalho e à necessidade de reconhecimento social; 3) manutenção da saúde física e mental, vista no trabalho como forma de preservar a vitalidade, combater o isolamento e reafirmar a autonomia.

Do ponto de vista jurídico, constata-se que o ordenamento brasileiro assegura proteção à dignidade e à participação do idoso na vida comunitária e produtiva (arts. 1º, III, e 230 da CF/88; Leis nº 8.842/1994 e nº 10.741/2003), mas a efetividade desses direitos é ainda limitada. Em Paranavaí, embora exista a Política Municipal do Idoso (Lei nº 2.452/2003) e o Conselho Municipal dos Direitos da Pessoa Idosa (Lei nº 5.127/2022), a implementação de

ações voltadas ao mercado de trabalho permanece incipiente e centrada em programas assistenciais, sem integração com o setor produtivo.

A análise interdisciplinar permite compreender que o fenômeno não se reduz a uma questão econômica ou previdenciária: trata-se de um processo interseccional (Crenshaw, 2002; Akotirene, 2018), no qual idade, gênero, classe social e escolaridade interagem para definir as possibilidades e limitações do envelhecimento ativo.

Outro aspecto relevante é a influência das reformas previdenciárias, especialmente a Emenda Constitucional nº 103/2019, que elevou a idade mínima de aposentadoria e reduziu o valor dos benefícios. Essa alteração, ao prolongar o tempo de permanência laboral, tem duplo efeito: de um lado, estimula a presença de trabalhadores mais velhos no mercado; de outro, expõe essa população a maior vulnerabilidade.

Os resultados teóricos e empíricos também permitem identificar um movimento paradoxal: enquanto o discurso social valoriza a experiência e a sabedoria do idoso, as práticas empresariais frequentemente excluem ou subutilizam esse potencial humano. Fonseca (2020) observa que o modelo produtivo contemporâneo, marcado pela alta tecnologia e pela busca por mão de obra “polivalente”, tende a marginalizar trabalhadores maduros sob o argumento da “obsolescência profissional”. Em contraponto, experiências exitosas de inclusão etária observadas em programas estaduais, como o Paraná Amigável para a Pessoa Idosa (PL nº 616/2019) e iniciativas da Secretaria de Estado do Trabalho, Qualificação e Renda, demonstram que políticas públicas integradas e incentivos fiscais podem ampliar as oportunidades de empregabilidade para a população sênior, quando articuladas entre Estado e iniciativa privada.

Os resultados parciais sugerem, portanto, que a permanência do idoso no mercado de trabalho é tanto um imperativo de sobrevivência quanto uma escolha de vida, movida pelo desejo de continuar contribuindo com a sociedade. Contudo, para que essa permanência ocorra de forma digna, torna-se indispensável o fortalecimento das políticas públicas, a promoção de ambientes laborais inclusivos, a criação de programas de capacitação continuada e o combate efetivo à discriminação etária.

Por fim, observa-se que o trabalho na velhice representa um campo fértil para reflexão interdisciplinar, conjugando dimensões jurídicas, econômicas, sociais e éticas. O desafio contemporâneo consiste em ressignificar a velhice não como declínio, mas como fase

produtiva e socialmente relevante, na qual o direito ao trabalho se integra ao direito à dignidade humana e ao envelhecimento ativo – pilares de uma sociedade justa, solidária e plural.

CONSIDERAÇÕES FINAIS

O estudo evidencia que o envelhecimento populacional impõe ao poder público e à sociedade o desafio de reconhecer o idoso como sujeito de direitos e agente produtivo. O trabalho, quando exercido em condições dignas, constitui elemento de realização e integração social, favorecendo o envelhecimento ativo preconizado pela OMS.

Em Paranavaí, torna-se necessário fortalecer políticas intersetoriais que incentivem a contratação e a qualificação de trabalhadores seniores, assegurando ambientes laborais acessíveis, jornadas adequadas e respeito às limitações físicas. A pesquisa conclui que compreender as motivações e experiências dos idosos no mercado de trabalho é essencial para a formulação de políticas públicas efetivas, capazes de conciliar necessidade e propósito, direito e dignidade, em um contexto de transformações demográficas e sociais profundas.

REFERÊNCIAS

AEN/PR. **Paraná possui 1,9 milhão de pessoas com 60 anos ou mais**. Curitiba, 2023.

BRASIL. **Constituição da República Federativa do Brasil**. Brasília: Senado Federal, 1988.

BRASIL. **Lei n.º 8.842, de 4 de janeiro de 1994**. Institui a Política Nacional do Idoso.

BRASIL. **Lei n.º 10.741, de 1º de outubro de 2003**. Estatuto do Idoso.

CAMARANO, A. A. **O trabalhador idoso e o mercado de trabalho brasileiro**. Rio de Janeiro: IPEA, 2019.

CASTELLS, M. **A sociedade em rede**. São Paulo: Paz e Terra, 2016.

COCKELL, S. **Trabalho e envelhecimento ativo**. São Paulo: Cortez, 2012.

FONSECA, R. **A revolução tecnológica e a nova dinâmica do trabalho**. Curitiba: Appris, 2020.

MORIN, E. **A cabeça bem-feita: repensar a reforma, reformar o pensamento**. Rio de Janeiro: Bertrand Brasil, 2003.

10, 11 e 12 DE NOVEMBRO



Interdisciplinaridade, Universidade e Ação



CAPES

PPGSED



UNESPAR

QUEIROZ, R. **Aposentadoria e longevidade no Brasil**. São Paulo: Atlas, 2019.

TONET, I. **Educação e ontologia do ser social**. São Paulo: Autores Associados, 2013.

ENTRE VIOLÊNCIA E SUBVERSÃO: REPRESENTAÇÕES *QUEER* NA LITERATURA INFANTIL BRASILEIRA

ROCHA, Gustavo Moreira¹

ALVES, Érica Fernandes²

ST 09 - Temas transversais

INTRODUÇÃO

A literatura infantil brasileira nasceu vinculada a funções pedagógicas e moralizantes, marcada pelo intuito de disciplinar a infância e conduzi-la a padrões sociais específicos (Zilberman, 2015; Hunt, 2010). Essa herança fez com que, durante muito tempo, fosse considerada de menor valor estético em comparação à literatura adulta. Contudo, nas últimas décadas, o gênero passou a ser também espaço de experimentação artística e de disputas políticas, abrindo caminhos para a inclusão de sujeitos e experiências marginalizadas.

Nesse cenário, a literatura infantil *queer* emerge como campo de resistência e visibilidade. Ao questionar normas heteronormativas e representar corpos e afetos dissidentes, essas narrativas tornam-se fundamentais para compreender as intersecções entre infância, gênero e sexualidade. A violência, seja simbólica ou física, atravessa essas representações, configurando-se como marca identitária de personagens que, ao mesmo tempo em que sofrem exclusão, constroem estratégias de resistência.

Este trabalho, ainda em andamento, busca analisar como a violência se apresenta nas obras *Olívia tem dois papais* (2010), de Márcia Leite; *A princesa e a costureira* (2015), de Janaína Leslão; *Três mocinhas elegantes* (2016), de Cristina Villaça; *Meus dois pais* (2017), de Walcyr Carrasco; e *Fausto – O dragão que queria ser dragão* (2022), de André Romano.

METODOLOGIA

A pesquisa utiliza abordagem qualitativa e interpretativa, com foco na análise literária e no diálogo entre texto e contexto social. O corpus foi selecionado por sua relevância no

¹ Doutorando, Programa de Pós-Graduação em Letras (PLE), Universidade Estadual de Maringá (UEM), *campus* sede, gustamr@outlook.com.

² Doutora em Letras, docente da Universidade Estadual de Maringá (UEM), *campus* sede, efalves@uem.br.

debate contemporâneo sobre diversidade e infância, contemplando produções que representam personagens queer em diferentes configurações narrativas.

A fundamentação teórica articula estudos de gênero e Teoria Queer (Butler, 2003; 2019; Louro, 2004; 2012; Miskolci, 2012; Salih, 2012) a reflexões sobre literatura infantil (Zilberman, 2015; Coelho, 2000; Hunt, 2010; Debus, 2018; Sampaio, 2022). Também integra contribuições de Abate (2011), que evidencia a contradição cultural que presume todas as crianças heterossexuais ao mesmo tempo em que insiste em tratá-las como assexuais.

O percurso metodológico inclui:

- (a) levantamento bibliográfico sobre literatura infantil *queer* e diversidade;
- (b) análise textual das obras selecionadas, com atenção às representações de violência e exclusão;
- (c) discussão sobre como tais narrativas constroem personagens dissidentes e suas estratégias de resistência;
- (d) interpretação dos sentidos políticos e culturais produzidos por essas representações.

DISCUSSÕES E RESULTADOS

Os resultados preliminares indicam que a violência está presente como elemento estruturante nas narrativas analisadas. Em *A princesa e a costureira* (Leslão, 2015), a imposição do casamento heteronormativo explicita os mecanismos de controle sobre afetos e escolhas individuais. Em *Três mocinhas elegantes* (Villaça, 2016), a hostilidade enfrentada por Cuca e suas mães simboliza o preconceito cotidiano contra arranjos familiares não hegemônicos. Já em *Fausto – O dragão que queria ser dragão* (Romano, 2022), a exclusão do protagonista por não corresponder às expectativas normativas é metáfora potente da marginalização social.

Apesar de exporem situações de exclusão, essas obras também revelam possibilidades de resistência. O romance entre Cíntia e Ishtar em *A princesa e a costureira* reconfigura o conto de fadas tradicional, abrindo espaço para um final alternativo ao modelo heteronormativo. Em *Olívia tem dois papais* (Leite, 2010), as perguntas da protagonista subvertem estereótipos de gênero e criam um olhar crítico sobre papéis sociais estabelecidos.

Os resultados parciais sugerem que a literatura infantil brasileira possui elevado potencial para discutir gênero e sexualidade, contribuindo para formar leitores críticos e atentos à diversidade. As narrativas funcionam tanto como denúncia das opressões quanto como espaço de afirmação e legitimação das identidades *queer* na infância.

CONSIDERAÇÕES FINAIS

Ainda em fase inicial, a pesquisa evidencia que a violência é recorrente nas representações de personagens *queer* na literatura infantil brasileira, assumindo papel constitutivo de suas identidades. Essas narrativas, ao tematizarem exclusões e resistências, cumprem função ética, estética e política, ao mesmo tempo em que ampliam os horizontes de representação da infância.

Ao dialogar com os debates do ST 9 - Temas transversais, o trabalho reforça a importância da literatura como espaço de construção coletiva de saberes, capaz de discutir normas sociais e dar visibilidade a sujeitos historicamente silenciados. A literatura infantil *queer*, embora ainda pouco explorada no cenário editorial e acadêmico brasileiro, demonstra ser um campo fértil de reflexão e transformação, reafirmando a centralidade da arte literária na luta por reconhecimento, inclusão e diversidade.

REFERÊNCIAS

ABATE, Michelle. **Over the rainbow: Queer's children and young adult literature.** University of Michigan press. 2011.

BUTLER, Judith. **Problemas de gênero: feminismo e subversão da identidade.** Tradução: Renato Aguiar. Rio De Janeiro: Civilização Brasileira, 2003.

BUTLER, Judith. **Corpos que importam: os limites discursivos do "sexo".** Tradução: Veronica Daminelli e Daniel Yago Françoli. São Paulo: Crocodilo Edições, 2019.

CARRASCO, Walcyr. **Meus dois pais.** Ilustração: Ana Matsusaki. São Paulo: Moderna, 2017.

COELHO, Nelly. **Literatura Infantil: teoria, análise, didática.** São Paulo: Moderna, 2000.

DEBUS, Eliane. **A temática cultura africana e afro-brasileira na literatura para crianças e jovens.** São Paulo: Cortez/Centro de Ciências da Educação, 2018.

HUNT, Peter. **Crítica, teoria e literatura infantil.** Tradução: Cid Knipel. São Paulo: Cosac Naify, 2010.

LEITE, Márcia. **Olívia tem dois papais**. Ilustração: Taline Schubach. São Paulo: Companhia das letras, 2010.

LESLÃO, Janaína. **A princesa e a costureira**. Ilustração: Júnior Caraméz. Rio de Janeiro: Metanoia, 2015.

LOURO, Guacira Lopes. **A necessidade da subversão**: a teoria queer na educação. São Paulo: Editora Autêntica, 2004.

LOURO, FELIPE, GOELLNER. **Corpo, gênero e sexualidade**: um debate contemporâneo na educação. Petrópolis: Vozes, 2012.

MISKOLCI, Richard. **Teoria Queer**: um aprendizado pelas diferenças. São Paulo: Editora Autêntica, 2012.

SALIH, Sarah. **Judith Butler e a Teoria Queer**. Tradução: Guacira Lopes Louro. São Paulo: Autêntica, 2012.

SAMPAIO, Katia. **Os grupos de pesquisa de literatura infantil, a educação infantil e a formação inicial**. 2022. Dissertação (Mestrado em Educação) - Universidade Federal do Paraná, Curitiba, 2022.

ROMANO, André. **Fausto - o dragão que queria ser dragão**. Ilustração: André Ximene. São Paulo: Giostri, 2018.

VILLAÇA, Cristina. **Três mocinhas elegantes**. Ilustração: Rafa Anton. Rio de Janeiro: Zit, 2016.

ZILBERMAN, Regina. **A literatura infantil na escola**. Global Editora e Distribuidora Ltda, 2015.

ESTUDANTES MULHERES NOS PROGRAMAS DE INICIAÇÃO CIENTÍFICA E TECNOLÓGICA DA UNESPAR: TENDÊNCIAS DE PARTICIPAÇÃO E DESAFIOS PARA A IGUALDADE DE GÊNERO

PAIS, Maria Eduarda Moraes¹

SILVA, Thaís Gaspar Mendes da²

ST 9 - Temas transversais

INTRODUÇÃO

Esta pesquisa de iniciação científica, iniciada recentemente e ainda em desenvolvimento, apoiada pela Fundação Araucária do Paraná, tem como objetivo analisar a participação de estudantes mulheres nos programas de Iniciação Científica (PIC/PIBIC) e de Iniciação em Desenvolvimento Tecnológico e Inovação (PITI/PIBITI) da Unespar, com base em dados públicos disponíveis. A investigação, de caráter quali-quantitativo, buscará identificar tendências de participação ao longo dos últimos cinco anos, com foco na distribuição por grandes áreas do conhecimento, evidenciando aquelas com maior e menor engajamento feminino.

Como objetivos específicos pretende-se: mapear a participação feminina nos programas de IC (PIC/PIBIC) e ITI (PITI/PIBITI) da Unespar, utilizando dados públicos disponíveis, para avaliar a participação de estudantes mulheres ao longo dos últimos anos; identificar as áreas de maior e menor participação feminina, analisando como a distribuição de gênero varia entre diferentes áreas de pesquisa, como exatas, biológicas, humanas, entre outras; analisar as tendências de participação feminina, observando aumento ou queda na presença de mulheres nos programas da Unespar. Além disso, serão discutidas questões relacionadas à inclusão e à igualdade de gênero nos referidos programas.

Espera-se que os resultados contribuam para a compreensão dos desafios enfrentados pelas mulheres na ciência e na tecnologia, além de subsidiar o planejamento de estratégias

¹ Graduanda do curso de Serviço Social, Universidade Estadual do Paraná, *campus* de Paranavaí, bolsista de Iniciação Científica (PIBIC - Fundação Araucária), mariaeduardapaismoraes@gmail.com.

² Doutora em Serviço Social, docente da Universidade Estadual do Paraná (Unespar), *campus* de Paranavaí, thais.silva@unespar.edu.br.

institucionais voltadas à promoção da equidade de gênero na iniciação científica e em desenvolvimento tecnológico e inovação.

METODOLOGIA

A pesquisa será de caráter quali-quantitativo, com abordagem estatística, voltada à análise dos dados de participação feminina nos programas de IC & ITI Unespar.

As fontes de dados serão os dados públicos disponibilizados pela própria universidade, referentes aos editais de inscrições, concessão de bolsas e indicadores relacionados aos referidos programas. Contudo, considerando que os editais não preveem a autodeclaração de gênero, a identificação de gênero será realizada com base na interpretação dos nomes das estudantes, adotando-se critérios previamente definidos para essa categorização, com os devidos cuidados metodológicos.

Adicionalmente, poderão ser consultados relatórios institucionais, o Caderno de Dados, o Caderno de Resumos e os Anais do Seminário de Integração: Pesquisa, Extensão, Cultura e Inovação Tecnológica, evento que congrega o Encontro Anual de Iniciação Científica e o Encontro Anual de Iniciação Tecnológica e Inovação. Esses documentos apresentam informações dos programas, bem como os resumos e trabalhos completos elaborados pelos(as) estudantes participantes.

A coleta de dados envolverá o levantamento de dados históricos sobre a participação feminina nos programas ao longo dos últimos cinco ciclos (ciclo 2020/2021 ao ciclo 2024/2025), classificação das Grandes áreas de pesquisa na Unespar (Ciências Biológicas, Ciências da Saúde, Ciências Humanas, Ciências Sociais e Aplicadas, Engenharias, Linguística, Letras e Artes, Ciências Exatas e da Terra) e das áreas do conhecimento, com a identificação daquelas com maior e menor presença de mulheres, com base na aprovação dos projetos e na distribuição de bolsas.

A análise dos dados será descritiva e analítica, por meio da elaboração de gráficos, tabelas e indicadores para mapear a participação feminina em cada área do conhecimento; da análise temporal, observando a variação da participação feminina ao longo dos anos e possíveis fatores explicativos dessas mudanças; e da análise comparativa entre a participação feminina e masculina nos programas, com destaque para as diferenças por grande área, área e por período.

DISCUSSÕES E RESULTADOS

A Universidade Estadual do Paraná (Unespar) é uma instituição pública de ensino superior mantida pelo Governo do Estado do Paraná. Atualmente, conta com 7 (sete) campi localizados em 6 (seis) cidades paranaenses: Apucarana, Campo Mourão, Curitiba, Paranaguá, Paranavaí e União da Vitória. Oferece cursos de graduação e pós-graduação, tanto *lato sensu* quanto *stricto sensu*, atendendo aproximadamente 9 mil estudantes provenientes de cerca de 150 municípios, que juntos somam uma população média de 4,5 milhões de pessoas (Unespar, 2021).

Os Programas de Iniciação Científica (IC) e de Iniciação em Desenvolvimento Tecnológico e Inovação (ITI) na Unespar são regulamentados pela Resolução nº 079/2022 – CEPE/Unespar. Esses programas, segundo essa resolução, “visam criar condições favoráveis para o desenvolvimento do pensamento científico e a formação de novos pesquisadores, bem como incentivar a pesquisa, o desenvolvimento e a transferência de tecnologias e inovações” (Unespar, 2022).

A Unespar oferta diversas modalidades de iniciação científica e tecnológica, a saber: Iniciação Científica voluntária (PIC) e com bolsa (PIBIC); Iniciação Científica nas Ações Afirmativas (PIBIC-Af); Iniciação Científica para o Ensino Médio, tanto voluntária (PIC-EM) quanto com bolsa (PIBIC-EM); e Iniciação em Desenvolvimento Tecnológico e Inovação, nas modalidades voluntária (PITI) e com bolsa (PIBITI).

Os programas de IC (PIC/PIBIC) da Unespar completa, em 2025, 11 anos de existência, enquanto os programas de ITI (PITI/PIBITI) completa 6 anos. Anualmente, esses programas abrem editais de seleção e o processo tem início com a submissão de projetos pelos(as) docentes pesquisadores(as). Se o projeto for aprovado, o(a) pesquisador(a) seleciona e indica um(a) estudante para atuar como bolsista ou voluntário(a), a depender da classificação no processo seletivo e da disponibilidade de bolsas pelas agências de fomento e pela própria Unespar (Unespar, 2025).

Neste contexto, torna-se relevante analisar a participação feminina nos referidos programas, considerando que a promoção da equidade de gênero na ciência é uma das diretrizes contemporâneas para a democratização do conhecimento, inclusão social e justiça social.

A presença das mulheres na ciência é marcada por avanços importantes, mas ainda permeada por desigualdades estruturais que dificultam a equidade de gênero em espaços acadêmicos e científicos. Analisar a participação feminina nos programas de Iniciação Científica e Tecnológica torna-se fundamental à luz de uma perspectiva que compreenda o gênero como uma construção social, como propõe Joan Scott (1995), e como uma categoria relacional que estrutura as relações de poder na sociedade (Hirata & Kergoat, 2007).

Cunha, Dimenstein e Dantas (2007) destacam que a desigualdade de gênero na ciência é uma realidade presente em diferentes regiões e países. Dados do CNPq (2021) e do IBGE (2022) indicam que, embora a participação feminina na graduação e na pós-graduação tenha aumentado, a presença das mulheres ainda é desigual em áreas como engenharia, física, computação e demais campos tecnológicos, nos quais os homens continuam sendo maioria.

Ainda, Marques (2015) observa que as práticas sociais historicamente atribuídas às mulheres permanecem associadas ao trabalho doméstico e conjugal, reforçando uma imagem maternal e de cuidado. Dessa forma, nota-se que a relação entre mulheres, cuidado e ensino ainda persiste, o que pode se refletir no acesso e, principalmente, na permanência de meninas e mulheres na educação superior e, portanto, na participação em programas de Iniciação Científica (IC) e de Iniciação em Desenvolvimento Tecnológico e Inovação (ITI), revelando, ou não, disparidades significativas entre os gêneros.

CONSIDERAÇÕES FINAIS

A análise da participação de estudantes mulheres nos programas da Unespar poderá contribuir para o entendimento das dinâmicas de gênero na universidade e para caso necessário, a proposição de ações afirmativas que promovam maior equidade na ciência e na inovação em desenvolvimento tecnológico, alinhando-se às diretrizes nacionais e internacionais de promoção da igualdade de gênero na educação superior e na pesquisa, dentre elas, o ODS (Objetivo de Desenvolvimento Sustentável) 5, “Alcançar a igualdade de gênero e empoderar todas as mulheres e meninas”.

REFERÊNCIAS

CNPq. Conselho Nacional de Desenvolvimento Científico e Tecnológico. **Série histórica:** distribuição de bolsas por sexo e área de conhecimento. Brasília: CNPq, 2021. Disponível em: <https://dadosabertos.cnpq.br>. Acesso em: 10 abr. 2025.

CUNHA, Rocelly; DIMENSTEIN, Magda; DANTAS, Candida. Desigualdades de gênero por área do conhecimento na ciência brasileira: um panorama das bolsistas PQ/CNPq. **Saúde em Debate**, Rio de Janeiro, v. 45, n. esp. 4, p. 156-170, dez. 2021. Disponível em: <https://www.scielo.br/j/sdeb/a/X4B8B69D9cPFhxQbZDQSD6c>. Acesso em: 10 abr. 2025.

HIRATA, Helena; KERGOAT, Danièle. Novas configurações da divisão sexual do trabalho. **Cadernos de Pesquisa**, São Paulo, n. 37, p. 595-609, set./dez. 2007. Disponível em: <https://www.scielo.br/j/cp/a/cCztcWVvvtWGDvFqRmdsBWQ/abstract/?lang=pt>. Acesso em: 10 abr. 2025.

IBGE - Instituto Brasileiro de Geografia e Estatística. **Estatísticas de gênero**: indicadores sociais das mulheres no Brasil. Rio de Janeiro: IBGE, 2022. Disponível em: <https://www.ibge.gov.br>. Acesso em: 18 abr. 2025.

MARQUES, Maria Inez Barboza. **Divisão sexual do trabalho e suas expressões**: reflexos a partir do trabalho docente em Serviço Social na Universidade Estadual do Paraná (Unespar). 2015. Tese (Doutorado em Serviço Social) - Pontifícia Universidade Católica de São Paulo, São Paulo, 2015. Disponível em: <https://repositorio.pucsp.br/bitstream/handle/17742/1/Maria%20Inez%20Barboza%20Marques.pdf>. Acesso em: 30 out. 2025.

SCOTT, Joan W. Gênero: uma categoria útil de análise histórica. **Educação & Realidade**, Porto Alegre, v. 20, n. 2, p. 71-99, jul./dez. 1995. Disponível em: <https://seer.ufrgs.br/index.php/educacaoerealidade/article/view/71721>. Acesso em: 10 abr. 2025.

UNESPAR. Universidade Estadual do Paraná. **Catálogo Institucional**. [S.l.]: Unespar, 2021. Disponível em: https://www.unespar.edu.br/a_unespar/introducao. Acesso em: 11 abr. 2025.

UNESPAR. Universidade Estadual do Paraná. **Resolução nº 079/2022 - CEPE/Unespar**. Aprova o novo Regulamento dos Programas de Iniciação Científica e de Iniciação em Desenvolvimento Tecnológico e Inovação da Universidade Estadual do Paraná - Unespar. Paranavaí: CEPE/Unespar, 2022. Disponível em: <https://prppg.unespar.edu.br/iniciacao-cientifica/pic-1/resolucoes/2022/resolucao-079-2022-regulamento-da-ic-t.pdf>. Acesso em: 11 abr. 2025.

UNESPAR. Universidade Estadual do Paraná. **Apresentação dos Programas de Iniciação Científica e Tecnológica**. Paranavaí: PRPPG/Unespar, 2025. Disponível em: <https://prppg.unespar.edu.br/iniciacao-cientifica/apresentacao>. Acesso em: 11 abr. 2025.

FEMINICÍDIO E INTERSECCIONALIDADE: A INFLUÊNCIA DA RAÇA NA VULNERABILIDADE DAS MULHERES NEGRAS NO BRASIL

FLORÊNCIO, Ana Luiza dos Santos¹

BUENO, Debora Pinto²

SCHEFFER, Rafaela Karen³

ST 9 - Temas transversais

INTRODUÇÃO

A violência de gênero, pode ser compreendida como toda e qualquer forma de agressão, abuso ou maus-tratos sofridos por uma pessoa em razão de seu gênero, afetando principalmente mulheres, mas também homens, pessoas trans e não binárias. Ela ocorre especialmente em contextos de relações de poder desiguais, como entre homens e mulheres, e traz consequências graves para a saúde física e mental, comprometendo a vida e a dignidade das pessoas. Quando se associa a questões de raça e classe, a desigualdade e a vulnerabilidade se intensificam (Race, 2022). Essa violência não se limita à agressão física, mas inclui também manifestações psicológicas, sexuais, morais, econômicas e obstétricas. No Brasil, o feminicídio, reconhecido pela Lei nº 13.104 de 2015 como homicídio qualificado, representa a forma mais extrema dessa violência, tipificando o assassinato de mulheres por razões de gênero como crime hediondo, refletindo o controle violento da vida das mulheres em sociedades marcadas por relações desiguais e discriminatórias

Este estudo se justifica socialmente pela urgência de discutir as múltiplas violências enfrentadas por mulheres negras, resultado da interseção dos marcadores sociais de raça, classe e gênero; academicamente, pois a interseccionalidade, enquanto campo teórico-metodológico interdisciplinar, possibilita compreender essas violências para além de uma análise unidimensional ao integrar as contribuições étnico-raciais e de gênero, articulando

¹ Mestranda, Programa de Pós-Graduação Interdisciplinar Sociedade e Desenvolvimento (PPGSeD), Universidade Estadual do Paraná (Unespar), *campus* de Campo Mourão, naluu19001@gmail.com.

² Mestranda, Programa de Pós-Graduação Interdisciplinar Sociedade e Desenvolvimento (PPGSeD), Universidade Estadual do Paraná (Unespar), *campus* de Campo Mourão, enfdeborapintro@outlook.com.

³ Mestranda, Programa de Pós-Graduação Interdisciplinar Sociedade e Desenvolvimento (PPGSeD), Universidade Estadual do Paraná (Unespar), *campus* de Campo Mourão, rafaelak.scheffer@gmail.com.

diferentes áreas do conhecimento para explicitar as diversas dimensões deste fenômeno complexo (Garcia, 2020).

Tem como objetivo ressaltar a influência da raça nos casos de feminicídio no Brasil, a partir da problematização do cenário onde mulheres negras, com suas vidas marcadas pela desigualdade social e econômica, estão posicionadas em situações de vulnerabilidade, evidenciando maiores taxas de feminicídio no país, em comparação a mulheres brancas.

METODOLOGIA

Este trabalho trata-se de uma revisão bibliográfica quantitativa, a partir de referências nos campos das ciências sociais, para sistematizar e quantificar acontecimentos, lacunas e fatores comuns entre os eventos e da análise do Anuário Brasileiro de Segurança Pública (ABSP).

O processo de construção do estudo foi dividido em 3 etapas: a) Na primeira etapa foi realizado o levantamento de dados do ABSP para analisar as variáveis que correspondem ao objetivo do trabalho, destacando estatísticas impactantes conforme o recorte do estudo; b) Na segunda etapa foi realizado o levantamento bibliográfico, identificando estudos que trazem as características do feminicídio em mulheres negras e suas vulnerabilidades; c) Na terceira etapa, foram tabulados os dados do ABSP para análise e comparação com as publicações selecionadas para interpretação.

DISCUSSÕES E RESULTADOS

Imagine uma jovem universitária - negra, cheia de ambição, talento e com sede de ocupar espaços de prestígio. Certo dia, ela e dois colegas afro-americanos receberam convite para visitar uma tradicional agremiação estudantil, espaço historicamente fechado para pessoas negras. Prepararam-se para toda sorte de hostilidades raciais, mas ao chegar à porta principal, o colega anfitrião explicou: “Você pode entrar pela porta da frente. A Kimberlé que não pode, porque ela é mulher” (Crenshaw, 2002, p. 7). Ou seja, embora a questão racial estivesse clara e todos juntos, quando se tratava da barreira de gênero, a própria solidariedade do grupo parecia se dissolver perante uma nova opressão. Essa história real aconteceu com Kimberlé Crenshaw, ativista negra norte-americana que, a partir das próprias experiências, criou o conceito de interseccionalidade.

Mais do que um conceito abstrato, a interseccionalidade surge de histórias cotidianas, de portas que se fecham (ou se abrem parcialmente) e de silêncios na luta conjunta. Assim, compreende-se o impacto real dessas sobreposições: quem está nas encruzilhadas dos preconceitos acaba carregando os pesos de todos eles ao mesmo tempo. Está aí a base afetiva e política para todos os debates que desdobram esse conceito até chegarem, infelizmente, aos números do feminicídio no Brasil e às desigualdades persistentes em nossas ruas, lares e instituições. Crenshaw cunhou o termo interseccionalidade nos anos 1980 para dar conta das experiências de mulheres negras cujas vidas eram marginalizadas tanto pelo racismo quanto pelo sexismo, mas que não podiam ser plenamente compreendidas apenas pelas categorias analíticas tradicionais de raça ou gênero isoladamente. Crenshaw (2002, p. 8) afirma que:

[...] a interseccionalidade pode servir de ponte entre diversas instituições e eventos e entre questões de gênero e de raça nos discursos acerca dos direitos humanos – uma vez que parte do projeto da interseccionalidade visa incluir questões raciais nos debates sobre gênero e direitos humanos e incluir questões de gênero nos debates sobre raça e direitos humanos.

Na prática, a interseccionalidade analisa como as estruturas de poder se cruzam e criam condições de opressão que atingem principalmente pessoas na interseção desses marcadores sociais. A famosa metáfora das “avenidas” de Crenshaw ilustra que, quando uma mulher negra sofre discriminação, nem sempre é possível separar o que é resultado do racismo ou do sexismo, pois ambos operam simultaneamente (Crenshaw, 2002).

Segundo a pesquisadora e autora brasileira Carla Akotirene (2019, p. 14):

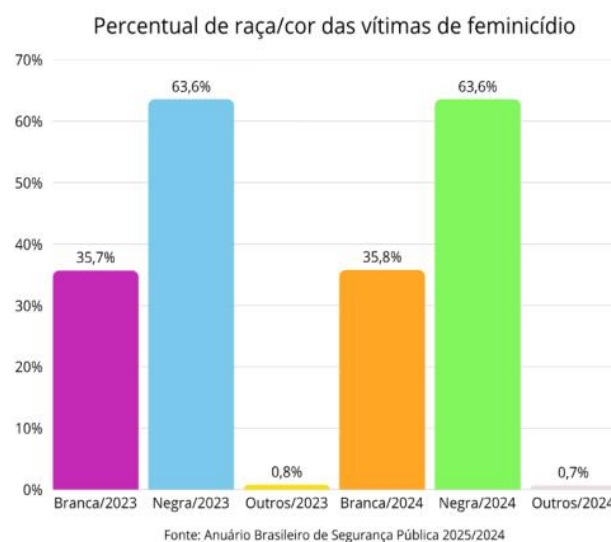
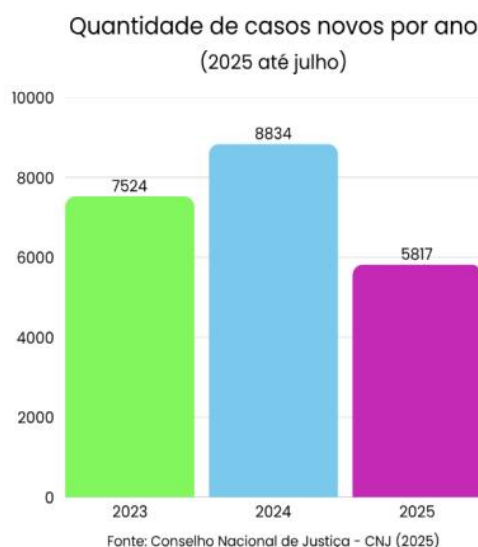
A interseccionalidade visa dar instrumentalidade teórico-metodológica à inseparabilidade estrutural do racismo, capitalismo e cisheteropatriarcado (...) Segundo Kimberlé Crenshaw, a interseccionalidade permite-nos enxergar a colisão das estruturas, a interação simultânea das avenidas identitárias, além do fracasso do feminismo em contemplar mulheres negras, já que reproduz o racismo.

Akotirene amplia o conceito interseccional aplicado à realidade brasileira: ela enfatiza que raça, classe e gênero se entrelaçam de modo inseparável, sendo necessário analisar como racismos e sexismos institucionais operam estruturalmente, inclusive no Estado e nas políticas públicas. A violência de gênero atravessa o recorte racial e a vulnerabilidade das mulheres

negras é resultado do cruzamento de opressões históricas: colonialismo, escravidão, patriarcado e capitalismo (Race, 2022). Destaca Sueli Carneiro, escritora e filósofa brasileira:

Raça e sexo são categorias que justificam discriminações e subalternidades, construídas historicamente e que produzem desigualdades, utilizadas como justificativas para as assimetrias sociais, que explicitam que mulheres negras estão em situação de maior vulnerabilidade em todos os âmbitos sociais.

A herança colonial e o racismo estrutural reforçam essa vulnerabilidade, que não é corrigida nem pelas legislações existentes, como a Lei Maria da Penha e a Lei do Feminicídio, que têm efeitos limitados para as mulheres negras (Race, 2022). A invisibilidade social, a hipersexualização e a sub-representação na mídia e em políticas públicas agravam a situação dessas mulheres, é “necessário ir além da mera tipificação” (Race, 2022, p. 30). Mesmo com a vigência das leis, há uma persistente e desproporcional vitimização de mulheres negras, como podemos observar nos quadros abaixo:



Mesmo após a criminalização específica do feminicídio em 2015, permaneceu a tendência de redução do homicídio de mulheres brancas, ao passo que houve aumento nos casos entre mulheres negras. Esses dados reforçam, de maneira empírica, a afirmação de que tais legislações têm efeitos limitados para mulheres negras, cuja vulnerabilidade está ancorada em fatores estruturais como racismo, colonialismo e desigualdades históricas.

CONSIDERAÇÕES FINAIS

Assim, é possível concluir que embora todas as mulheres sofram diversas formas de violência, aquelas que vivem interseccionalidades específicas, principalmente as mulheres negras, experimentam essas violências de maneira mais intensa devido a um contexto histórico no qual eram tratadas como “propriedades”, segundo as regras coloniais e imperiais da época. Além disso, o Estado também é responsável pela perpetuação do feminicídio, pois não garante segurança nem implementa efetivamente políticas públicas voltadas para a proteção dessas mulheres.

A construção social patriarcal, machista e racista contribui para que meninos e homens sejam moldados para assumir papéis que os direcionam à violência, enquanto as mulheres são pressionadas a se encaixar em padrões impostos por essa mesma sociedade. Assim, o agressor não nasce com essa conduta, mas torna-se agressor, assim como a mulher, segundo Simone de Beauvoir (1980), “não nasce mulher, torna-se” nesse processo social.

REFERÊNCIAS

- AKOTIRENE, Carla. **Interseccionalidade: feminismos plurais**. São Paulo: Sueli Carneiro, Pólen Livros, 2019.
- ANUÁRIO BRASILEIRO DE SEGURANÇA PÚBLICA. **Fórum Brasileiro de Segurança Pública**. São Paulo: FBSP, 2025. Disponível em: <https://forumseguranca.org.br/wp-content/uploads/2025/07/anuario-2025.pdf>. Acesso em: 29 set. 2025.
- BEAUVOIR, Simone de. **O Segundo Sexo**, v. I, II. Tradução Sérgio Milliet. Rio de Janeiro: Nova Fronteira, 1980.
- CARNEIRO, Sueli. **Mulheres negras e violência doméstica: decodificando os números**. 1 ed. São Paulo: Geledés Instituto da Mulher Negra, 2017. Disponível em: <https://www.geledes.org.br/wp-content/uploads/2017/03/e-BOOK-MULHERES-NEGRAS-e-VIOL%C3%84NCIA-DOM%C3%89STICA-decodificando-os-n%C3%BAmoros-isbn.pdf>. Acesso em: 09 out. 2025.
- CRENSHAW, Kimberlé. **A interseccionalidade na discriminação de raça e gênero**. Cruzamento: raça e gênero. Brasília, DF: Unifem, 2002.
- CONSELHO NACIONAL DE JUSTIÇA. Base Nacional de Dados do Poder Judiciário. **Violência contra a Mulher**. 2025. Disponível em: <https://justica-em-numeros.cnj.jus.br/painel-estatisticas/>. Acesso em: 29 set. 2025.

GARCIA, Danler. Violência contra a mulher negra no Brasil: ponderações desde uma criminologia interseccional. **Revista Brasileira de Sociologia do Direito**, v. 7, n. 2, p. 99-122, maio/ago. 2020.

RACE, Camila Miranda Sousa. **Feminicídio**: uma análise decolonial e interseccional da maior vitimização de mulheres negras no Brasil. 2022. 109f. Dissertação (Mestrado em Direito) - Universidade Federal da Bahia, Salvador, 2022.

FUTUROS DE JOVENS COM DEFICIÊNCIA: SENTIDOS E TRAJETÓRIAS

MELO, Ivan Ricardo de¹

DESIDÉRIO, Ricardo²

ST 9 - Temas transversais

INTRODUÇÃO

A partir das contribuições de Oliveira, Lacerda e Novaes (2021) sobre juventudes e políticas públicas, observa-se que a produção acadêmica tende a privilegiar certos recortes, como por exemplo, jovens universitários, juventude e criminalidade, juventude e mundo do trabalho, enquanto a condição de jovens com deficiência permanece, em grande medida, à margem das discussões mais amplas sobre juventude. Os dilemas que atravessam esse ciclo da vida, tais como o acesso ao trabalho e à renda, escolarização e formação profissional, violência, sexualidade, preconceitos, moradia, saúde e uso de drogas, costumam se intensificar quando considerados à luz da deficiência, exigindo respostas intersetoriais e políticas de inclusão que contemplem especificidades (Oliveira; Lacerda; Novaes, 2021).

Esse cenário é tensionado por padrões sociais historicamente naturalizados de corpo, desempenho e comportamento. A hegemonia desses modelos produz barreiras simbólicas e materiais que impactam, de modo desigual, jovens que se reconhecem fora dos padrões, entre eles jovens com deficiência. Estigmas e expectativas normativas podem repercutir na autoestima e no bem-estar, ampliando vulnerabilidades psicossociais. Ao mesmo tempo, reconhecer a diversidade corporal e funcional como parte constitutiva da experiência juvenil é condição para deslocar práticas excludentes e promover pertencimento.

Como aponta Leonardo (1994), a adolescência é um período decisivo do desenvolvimento humano, marcado por intensas transformações físicas, estas associadas à puberdade e por reconfigurações psíquicas, relacionais e identitárias. A personalidade do(a) adolescente é continuamente (re)construída nas interações familiares, escolares, comunitárias, religiosas e entre pares, tratando-se de uma fase de perguntas e experimentações.

¹ Mestrando, Programa de Pós-Graduação Interdisciplinar Sociedade e Desenvolvimento (PPGSeD), Universidade Estadual do Paraná (Unespar), *campus* de Campo Mourão, irmelo1978r@gmail.com.

² Doutor em Educação Escolar, docente da Universidade Estadual do Paraná (Unespar), *campus* de Paranavaí, ricardo.desiderio@unespar.edu.br.

No caso de jovens com deficiência, tais processos articulam-se a barreiras comunicacionais, atitudinais e ambientais, tornando ainda mais relevante a presença de redes de apoio, práticas pedagógicas acessíveis e políticas públicas que garantam participação social qualificada.

METODOLOGIA

Este estudo, em desenvolvimento, deriva da dissertação vinculada ao Programa de Pós-Graduação Interdisciplinar em Sociedade e Desenvolvimento (PPGSeD/Unespar - *campus* de Campo Mourão). Adota abordagem qualitativa, com duas frentes articuladas: (i) revisão bibliográfica e documental; e (ii) investigação empírica com entrevistas semiestruturadas com jovens com deficiência atendidos(as) no CAPD “Rosimeire Barbosa Navarro” (APAE/Paranavaí-PR). A perspectiva interdisciplinar orienta o desenho, entendida não apenas como combinação de áreas, mas como postura epistemológica que busca enfrentar a fragmentação do real e integrar dimensões sociais, educacionais e subjetivas (Morin, 2005).

Ao longo da pesquisa, foram realizadas 11 entrevistas semiestruturadas com os(as) jovens mais autônomos(as) atendidos(as) no CAPD, dos 60 usuários(as) da instituição, universo de inscritos(as) no ano de 2025, conforme roteiro pré-definido. Para o estudo e análise das entrevistas realizadas, utilizou-se como instrumento metodológico a Análise de Conteúdo, segundo a modalidade denominada Temática que, segundo Bardin (2007) é

um conjunto de técnicas de análise das comunicações visando obter, por procedimentos sistemáticos e objetivos de descrição do conteúdo das mensagens, indicadores (quantitativos ou não) que permitam a inferência de conhecimentos relativos às condições de produção/recepção (variáveis inferidas) destas mensagens. (Bardin, 2007, p. 37).

Na Análise de Conteúdo existe uma técnica chamada de Análise Temática que, como o próprio nome diz, se fundamenta no tema. Para Bardin (2007, p. 99), “tema é uma unidade de significação que se liberta naturalmente de um texto analisado segundo critérios relativos à teoria que serve de guia à leitura”. As diferentes fases da análise de conteúdo organizam-se em torno de três polos cronológicos, de acordo com Bardin (2007): Pré-análise, reunião do material e o tratamento dos resultados e a interpretação.

Tratando-se de um estudo parcial, este trabalho concentra-se em apresentar os resultados de narrativas e representações de jovens com deficiência, especificamente ao que se refere a identidade e a autopercepção destes(as) adolescentes.

Para preservar o anonimato dos(as) participantes, todos os nomes apresentados ao longo desta análise são fictícios, criados com base em critérios éticos e representativos da diversidade dos sujeitos entrevistados. Desta forma surge a ideia de usar nomes de flores raras, uma escolha poética e simbólica que enriquece a narrativa de maneira delicada e significativa. Essa opção pode ser explicada como uma forma de valorizar a singularidade e a beleza única de cada indivíduo, assim como cada flor rara possui características especiais e uma estética singular que a torna única.

DISCUSSÕES E RESULTADOS

Ao compartilharem seus projetos de vida, os(as) jovens expressam aspirações legítimas por autonomia, afeto e reconhecimento. Entretanto, muitos desses sonhos são tensionados por obstáculos como a superproteção familiar ou a descrença social na capacidade desses(as) jovens de planejar e realizar seus próprios caminhos.

A expressão dos projetos de vida, está diretamente relacionada às suas percepções e construções de identidade. Ao buscar por autonomia, afeto e reconhecimento, esses jovens buscam consolidar uma autoimagem que reflita suas aspirações e valores, enfrentando, muitas vezes, obstáculos que desafiam essa construção de si mesmos.

A identidade de jovens com deficiência constitui-se na intersecção entre experiências subjetivas e os olhares sociais que recaem sobre seus corpos e modos de ser. Ao narrarem como se percebem e como desejam ser vistos(as), os(as) participantes desta pesquisa revelam tensões entre aceitação, diferenciação e resistência. A autopercepção, é atravessada tanto por construções internas de autoestima quanto por experiências externas de inclusão, exclusão ou estigmatização. As falas dos(as) jovens oscilam entre afirmações de igualdade e reconhecimentos de diferença, mostrando a complexidade da construção identitária em contextos em que a deficiência é frequentemente interpretada como limite, e não como diferença.

A ideia de que as PcD merecem ser tratadas com igualdade, é um princípio fundamental que deve estar presente em todos os aspectos da vida, incluindo a vida em

comunidade. As leis e as políticas públicas existem para assegurar que as PcD tenham as mesmas oportunidades e direitos que as pessoas sem deficiência, promovendo a inclusão, onde todos(as) possam participar de forma plena e ativa na sociedade.

A adolescência, para Oliveira e Machado (2021), é a fase marcada por mudanças biopsicossociais, assinalado por comportamentos próprios e questionamentos, principalmente ao que se refere as regras e valores advindos da família, ou do distanciamento do ciclo familiar, bem como da aproximação de grupos nos quais estes(as) jovens se identificam. Momento de descoberta que, impulsiona o(a) adolescente a buscar a inserção na sociedade, se autoconhecer e se autoreconhecer no meio ao qual se vive e está inserido. A indústria do corpo, define padrões de beleza e induzem diretamente na satisfação ou na insatisfação consigo mesmo(a).

Atualmente a identidade se constitui pela imagem, a mídia, como as redes sociais que influenciam diretamente na construção de um padrão de corpo no inconsciente do sujeito, o(a) jovem introjeta e valida esta imagem, constituindo valores em cima disto.

Desta forma, a autoimagem gera a autoestima, que afeta a relação que o “Eu” constrói nas pessoas, consequentemente a baixa autoimagem irá gerar nos(as) jovens uma baixa autoestima, levando a conflitos na formação da identidade de jovens, destacando os(as) com deficiência.

Para Mirabilis, a percepção de si mesmo como diferente dos demais, reforça sua visão de incapacidade ou inadequação, que o faz sentir que suas diferenças o colocam em uma posição de incompatibilidade com os padrões estabelecidos pela sociedade, Antúrio, tem sua autoimagem marcada por sentimentos de exclusão. Nenufar, é resiliente, bem-humorado, esperançoso, Dendrobium é de uma pessoa feliz e equilibrado, a autopercepção de Calendula é marcada pela consciência de suas limitações e uma sensação de infelicidade. Girassol é otimista, esperançoso e com sentimento de pertencimento, Miosótis enxerga-se como alguém com potencial para alcançar os sonhos, Lisianto é um jovem com ansiedade e Lírio é feliz, responsável e com uma visão realista da vida.

CONSIDERAÇÕES FINAIS

A autopercepção de jovens com deficiência é complexa e envolve como eles(as) se veem e se relacionam com as pessoas ao seu redor. É influenciada por desafios, preconceitos e

exclusão, bem como, por experiências de força, resiliência e empoderamento. Esses(as) jovens podem construir uma autoimagem positiva, mesmo com todos os obstáculos, desde que, apoiados pela família, pela escola e por toda a sociedade.

A construção da identidade e da autopercepção entre jovens com deficiência, revela a complexidade de suas trajetórias de reconhecimento, aceitação e resistência. Enquanto a busca por autonomia, afeto e reconhecimento expressa o desejo de afirmar uma autoimagem que valorize suas aspirações, os obstáculos sociais, familiares e midiáticos frequentemente impactam essa percepção de si mesmos, reforçando estigmas e sentidos de inadequação e exclusão. As experiências internas de autoestima, aliadas às percepções externas de inclusão ou exclusão, moldam suas percepções de diferença, influenciando suas emoções, comportamentos e possibilidades de inserção social.

Desta forma, é importante que políticas, a comunidades e a famílias promovam espaços de valorização, diálogo e inclusão, garantindo que essas diversas experiências de autopercepção possam se consolidar em identidades livres de estigmas, fortalecendo a autoestima e o senso de pertencimento desses jovens na sociedade.

REFERÊNCIAS

BARDIN, Laurence. **Análise de Conteúdo**. Trad. Luis Antero Reto e Augusto Pinheiro Lisboa. Lisboa: Edições 70, 2007.

LEONARDO, João Batista. **Drogas: perguntas e respostas**. Maringá, Paraná: Ideal, 1994.

MORIN, Edgar. **Ciência com consciência**. 82 ed. Rio de Janeiro: Bertrand Brasil, 2005.

OLIVEIRA, Victor Hugo Nede; LACERDA, Mirian Pires Corrêa de; NOVAES, Regina Célia Reyes. Juventudes, educação, política e violência: uma entrevista com Regina Novaes.

Educar em Revista, Curitiba, v. 37, e71209, 2021. Disponível em:

<https://www.scielo.br/j/er/a/YDXnxFVQ4vDb5PHgDx7BDjL/?format=pdf&lang=pt>. Acesso em: 13 out. 2025.

OLIVEIRA, Michelle Rodrigues de; MACHADO, Jacqueline Simone de Almeida. O insustentável peso da autoimagem: (re)apresentações na sociedade do espetáculo. **Ciência & Saúde Coletiva**, v. 26, n. 7, p. 2663-2672, 2021. Disponível em:

<https://www.scielo.br/j/csc/a/JJ44yNWrlNvgVKknD3RPQkk/?format=pdf&lang=pt>. Acesso em: 15 mai. 2025.

GRUPOS REFLEXIVOS PARA AUTORES DE VIOLÊNCIA CONTRA AS MULHERES: REFLEXÃO SOBRE AS PRÁTICAS ADOTADAS PELOS CONSELHOS DA COMUNIDADE NO NOROESTE DO PARANÁ

ANDRADE, Thaina Marieli Silva¹

ST 9 - Temas transversais

INTRODUÇÃO

O presente resumo apresenta uma síntese da pesquisa em desenvolvimento no Programa de Pós-Graduação Interdisciplinar em Sociedade e Desenvolvimento (PPGSed/Unespar), que tem como proposta o diálogo entre diferentes áreas de conhecimento na análise de fenômenos sociais complexos. Inserido nessa perspectiva, o estudo busca compreender as ações desenvolvidas nos grupos reflexivos com homens, autores de violência doméstica e familiar, coordenados pelos Conselhos da Comunidade de Execuções Penais das Comarcas de Astorga, Marialva e Maringá.

O estudo está sendo construído por meio de fontes de diferentes saberes, principalmente das áreas do Serviço Social, Sociologia, Psicologia e Direito, partindo de uma abordagem interdisciplinar. A interdisciplinaridade é uma nova atitude diante da questão do conhecimento, sendo o diálogo entre os diferentes, uma prática que abandona o totalitarismo monológico e abandona a crença de que existe apenas um método de interrogação, sendo o rompimento das fronteiras, afinal, nenhuma perspectiva pode ser completa. Com isso, Jr. e Silva (2011) expõem que a interdisciplinaridade emerge como forma complementar, inovadora na produção de conhecimento que se trata de reconhecer uma nova forma de fazer ciência sobretudo perante a complexidade do mundo contemporâneo, onde, a realidade nem sempre pode ser enquadrada dentro de um universo disciplinar.

METODOLOGIA

Trata-se de uma pesquisa qualitativa em andamento que tem como base a análise de dados coletados por meio da técnica de grupos focais com profissionais dos Conselhos da

¹ Mestranda, Programa de Pós-Graduação Interdisciplinar Sociedade e Desenvolvimento (PPGSeD), Universidade Estadual do Paraná (Unespar), *campus* de Campo Mourão, me.thainaandrade@gmail.com.

Comunidade de Execuções Penais das comarcas de Astorga, Marialva e Maringá que atuam como facilitadores de grupos reflexivos. Morgan (1997) explica que os grupos focais são definidos como técnica de pesquisa que coleta dados através de interações grupais ao discutir um tema em específico sugerido pelo pesquisador. Para Veiga e Gondim (2001) os grupos focais podem ser caracterizados como um recurso para compreender, atitudes, percepções e representações sociais. Seguindo tal perspectiva para o estudo e análise das entrevistas realizadas, será utilizado como recurso metodológico de categorias a partir da coleta de dados, com o agrupamento de expressões, ideias e elementos.

DISCUSSÕES E RESULTADOS

O estudo está sendo elaborado em cinco seções. A primeira constitui a parte introdutória da pesquisa, momento em que são apresentados os objetivos, a justificativa, a metodologia e demais tópicos iniciais. A segunda seção dedica-se à discussão da violência estrutural como resultado das contradições da sociabilidade capitalista, expressas na relação entre capital e trabalho. Adota-se a lente analítica da interseccionalidade para compreender como raça, classe e gênero se entrelaçam na produção da violência contra as mulheres, com ênfase na violência doméstica e familiar. Tendo como objetivo evidenciar o processo de exploração e dominação por meio de diversos sistemas de opressões e o impacto dessas violações nas vidas das mulheres.

Diante disso vale ressaltar que a violência doméstica e familiar é compreendida como um fenômeno social, resultado de uma estruturação de relações patriarcais da sociedade. O sistema patriarcal na construção social do sexo feminino associa a mulher ao frágil, desvalorizado, ao subalterno e ao subserviente, enquanto o “modelo” patriarcal do homem é o de força, virilidade, poder e dominação. Sendo a violência contra a mulher uma violação sistemática dos direitos humanos, que fere e afeta não apenas a integridade física, mas também a emocional e subjetiva (Cisne; Santos, 2018).

A violência contra as mulheres é um grave problema social, de acordo com Saffioti (2015) é uma prática antiga, que estava bem escondida, muitas vezes sendo tratada como tabu. Por meio de lutas e estudos feministas que essa realidade passou a ser confrontada, ter visibilidade e ser encarada como um problema de ordem pública, que necessita de respostas efetivas da Sociedade. Nessa mesma ótica, Cisne e Santos (2018),

ressaltam sobre a importância de investimento público na prevenção e enfrentamento da violência contra as mulheres, por meio da educação e de legislações que vetem a desvalorização social das mulheres.

A violência doméstica e familiar contra as mulheres é um fenômeno multifacetado e complexo, enraizado em desigualdades históricas e estruturais. Diante dessa realidade, torna-se cada vez mais urgente o fortalecimento e a qualificação de políticas públicas especializadas, voltadas tanto à prevenção quanto ao enfrentamento dessas violências. Nesse contexto, a Lei Maria da Penha estabelece a possibilidade de encaminhamento dos homens autores de violência doméstica e familiar contra as mulheres para grupos reflexivos. Diante dessa perspectiva, Saffioti (2015) aponta que não acredita em uma mudança radical em relação à violência, quando se trabalha somente com a mulher em situação de violência e que poucos veem a necessidade de intervenções com o autor da violência. A partir disso, a autora defende que as duas partes precisam de auxílio para promover uma verdadeira transformação da relação violenta. E é nesse movimento que a terceira seção do estudo vem sendo construída, trazendo contribuições sobre as masculinidades que são plurais e relacionando os grupos reflexivos como intervenções para atuar com autores que praticam tais violências.

Para Bortoli (2020) os homens são sujeitos de uma construção sócio-histórica, que carrega em si práticas de masculinidades reforçadas pelo contexto no qual se constituem. O autor explica que um dos potenciais instrumentos para promover a equidade de gênero reside nas políticas públicas. Por isso, apostamos nas articulações municipais, estaduais e de âmbito federal que direcionem as intervenções de atendimentos e serviços por meio de grupos reflexivos para autores de violência contra as mulheres no Brasil.

Grupos reflexivos para homens autores de violência (GRHAV) configuram-se como uma importante ferramenta de prevenção e enfrentamento das violências contra as mulheres. No Brasil, observa-se a ausência de políticas públicas específicas voltadas ao trabalho com homens, o que revela uma lacuna na atuação estatal. Considerando que a violência contra as mulheres é reconhecida como uma violação sistemática de direitos humanos, e que os dados nacionais evidenciam índices alarmantes dessa forma de violência, torna-se cada vez mais necessária a inserção dos homens autores de violência em políticas públicas que promovam a e a reflexão sobre suas práticas, contribuindo, assim, para a garantia dos direitos das mulheres.

Entende-se assim que os grupos reflexivos se fazem de tamanha importância na possibilidade de refletir, repensar as relações sociais e de se responsabilizar pelos atos de violência. As iniciativas estão se consolidando no Brasil, principalmente após a publicação da Lei Maria da Penha. No entanto, o Brasil necessita de uma Política Nacional sobre a intervenção por meio de grupos reflexivos com homens autores de violência doméstica e familiar para fortalecer essa atuação e para ser uma Política de Estado, com previsão de recursos financeiros, com diretrizes e metodologias para que os grupos de todo o país trabalhem de formas semelhantes para atender os pressupostos de defesa de direitos humanos, equidade de gênero raça, entre outros. A Política é importante para fomentar os municípios e para haver formação prévia e continuada dos profissionais facilitadoras e facilitadores dos grupos reflexivos, além de trazer fortalecimento no trabalho intersetorial, interdisciplinar e trazendo as possibilidades de um trabalho ético e qualificado frente a complexidade e desafios que essa temática apresenta.

Já a quarta seção deste estudo está sendo construída a partir da análise dos dados, realizada com facilitadoras que atuam nos grupos reflexivos com homens autores de violência doméstica e familiar. Essas profissionais desenvolvem suas atividades junto aos Conselhos da Comunidade de Execuções Penais das Comarcas de Astorga, Marialva e Maringá, desempenhando condução das ações reflexivas junto aos homens autores de violência autuados pela Lei Maria da Penha.

A análise parte da seguinte problemática central: na ausência de uma Política Nacional específica, quais ações vêm sendo desenvolvidas nos grupos reflexivos com homens autores de violência doméstica e familiar, e de que forma essas ações são estruturadas e executadas pelos Conselhos da Comunidade de Execuções Penais? Por fim, a quinta seção deste estudo será destinada à conclusão, na qual serão retomados os principais resultados e reflexões produzidos ao longo da pesquisa, destacando suas contribuições teóricas e práticas, bem como possíveis caminhos para o fortalecimento das políticas públicas voltadas ao enfrentamento da violência contra as mulheres.

CONSIDERAÇÕES FINAIS

Por meio do estudo em desenvolvimento, considera-se que a violência contra as mulheres constitui uma violação sistemática dos direitos humanos e um grave problema social.

Diante disso, as políticas públicas se fazem indispensáveis na agenda de prevenção e enfrentamento dessas violências. Além do atendimento às mulheres, é fundamental que as políticas públicas também contemplem ações voltadas aos homens autores de violência, sendo os grupos reflexivos uma das estratégias previstas pela Lei Maria da Penha. Contudo, observa-se uma lacuna no cenário nacional, marcada pela ausência de uma política pública específica que oriente e fortaleça essas iniciativas, evidenciando os desafios enfrentados nesse campo de atuação. Assim, a pesquisa em andamento busca refletir sobre as práticas e ações adotadas pelos facilitadores dos grupos reflexivos das Comarcas de Astorga, Marialva e Maringá, no estado do Paraná, contribuindo para o debate sobre essa prática.

REFERÊNCIAS

ALVARENGA, A. T. de; PHILIPPI JR, A.; SOMMERMAN, A.; ALVAREZ, S. M. de S.; FERNANDES, V. Histórico, fundamentos filosóficos e teórico-metodológicos da interdisciplinaridade. In: PHILIPPI JR, A.; NETO, A. J. S. (Orgs.). **Interdisciplinaridade em ciência, tecnologia & inovação**. Barueri-SP: Manole, 2011. Cap. 1, p. 3-68.

BORTOLI, R. **Violências de gênero contra as mulheres em Blumenau/SC: os sentidos de masculinidades segundo os/as operadores/as do direito**. 2020. Tese (Doutorado em Serviço Social) - Universidade Federal de Santa Catarina, Florianópolis, 2020.

CISNE, Mirla; SANTOS, Silvana Mara Moraes dos. **Feminismo, diversidade sexual e Serviço Social**. São Paulo: Cortez, 2018.

MORGAN, D. **Focus group as qualitative research**. Qualitative Research Methods Series 16. London: Sage Publications, 1997.

SAFFIOTI, Heleieth. **Gênero Patriarcado Violência**. 2. ed. São Paulo: Editora Universitária, 2015.

VEIGA, L.; GONDIM, S. M. G. A utilização de métodos qualitativos na ciência política e no marketing político. **Opinião Pública**, v. 2, n. 1, p. 1-15, 2001.

IMPLEMENTAÇÃO DE POLÍTICAS LINGÜÍSTICAS PARA PESSOAS SURDAS NA UNESPAR

PERES, Bárbara¹

GOMES, Monise Fiorentin²

ST 9 - Temas transversais

INTRODUÇÃO

A proposta de análise da implementação das Políticas Linguísticas para Pessoas Surdas na Unespar dialoga diretamente com o eixo temático dos “Temas Transversais”, ao abordar os direitos humanos e a inclusão linguística como dimensões fundamentais das relações sociais. Se propõe em investigar o processo de implementação das Políticas Linguísticas para Pessoas Surdas na Universidade Estadual do Paraná (Unespar) e o foco principal é compreender como essas políticas são abordadas nos documentos institucionais, especialmente no que diz respeito à atuação dos novos profissionais efetivos, ocupantes no primeiro cargo de Agente Universitário Profissional – Intérprete de Libras. O intuito é iniciar coletivamente, o diálogo em relação ao papel dos Intérpretes de Libras que integram a carreira efetiva, as demandas institucionais e locais, conceber documentos que orientem o exercício da profissão na instituição e contribui também para a criação de espaços de escuta e participação da comunidade surda (intérpretes, docentes e estudantes), reforçando o compromisso com a interdisciplinaridade, a equidade e o respeito ao direito linguístico e a diversidade presentes na universidade.

METODOLOGIA

A pesquisa se constitui como Análise Documental (Cellard, 2008) e busca analisar a Lei nº 14.704/2023, o Regimento Geral da Unespar, o Estatuto da Unespar, o Plano de Desenvolvimento Institucional 2023-2027, a instrução normativa conjunta nº 01/2024 e o Edital 041/2024, com relação a acessibilidade e compreender o caminho na efetivação das

¹ Mestra em Educação, Bacharela em Letras/Libras, Agente Universitária Profissional - Intérprete de Libras da Universidade Estadual do Paraná (Unespar), *campus* de Apucarana, barbara.peres@unespar.edu.br.

² Intérprete de Libras da Universidade Estadual do Paraná (Unespar), *campus* de Curitiba II, monise.gomes@unespar.edu.br.

políticas linguísticas para pessoas surdas em relação a atuação dos intérpretes de Libras-Português.

DISCUSSÕES E RESULTADOS

A seleção cuidadosa dos materiais considera que “o documento escrito constitui, portanto, uma fonte extremamente preciosa” (Cellard, 2008, p. 295) e se dedica prioritariamente aos documentos institucionais, considerando: **o Regimento Geral da Unespar, o Estatuto da Unespar, o Plano de Desenvolvimento Institucional 2023-2027, a instrução normativa conjunta nº 01/2024, o Edital 041/2024 e a Lei nº 14.704/2023**, no que tratam em relação a acessibilidade e por consequência, sobre os profissionais Tradutores e Intérpretes de Libras.

Os documentos, cada qual conforme sua incumbência, mencionam políticas de acessibilidade e inclusão, estabelecem a pauta de promoção e implementação de políticas de inclusão como um dos objetivos da instituição, apresentam os valores institucionais, o respeito à diversidade; e preconizam a gestão responsável, participativa, democrática, transparente, isonômica entre os *campi* e padronização de processos (Unespar. Plano de Desenvolvimento Institucional 2023-2027, p. 63), com incentivo a composição multiprofissional para o atendimento da Educação Inclusiva e reconhece o cargo de Tradutores e Intérpretes de Libras como profissional a serviço das ações de acessibilidade.

Existem pontos de atenção imediata, uma vez que a universidade reconhece a legislação federal que regulamenta a profissão, ao passo que existem dissonâncias com as normativas internas da instituição, delimitadas no edital de concurso público, especificamente no que diz respeito a abrangência na titulação exigida, que apesar de conter a formação prioritária com a habilitação para o desempenho da Tradução e Interpretação, ou seja, o Bacharelado em Letras Libras, abre ainda a possibilidade para formação inicial em graduação em qualquer área do conhecimento e certificado OU banca de proficiência, enquanto a legislação que regulamenta a profissão estabelece critérios em relação tanto a formação inicial, quanto a carga horária mínima para formação continuada E certificado de proficiência. Apesar do Regimento Geral da Unespar (que rege a instituição) mencionar a Prova Prática especificamente no contexto do Corpo Docente, considerar essa etapa para o cargo de Agente Universitário Profissional Intérprete de Libras resguardaria a instituição, uma vez que a

titulação exigida abrangente abre precedente para que candidatos ocupem o cargo sem possuir as competências para o exercício da profissão.

Outro ponto crítico se deu na destinação de 1 vaga para o cargo de Agente Profissional - Intérprete de Libras por *campi*, o que não assegura o revezamento³ estipulado pela legislação que regulamenta a profissão. É necessário considerar a NR-17 do Ministério do Trabalho, que estabelece diretrizes e requisitos para a ergonomia e o item 17.6.3 determina pausas “nas atividades que exijam sobrecarga muscular estática ou dinâmica do pescoço, ombros, dorso e membros superiores e inferiores” e são asseguradas no revezamento entre a dupla de intérpretes tem demandas superiores a uma hora, conforme estabelece a legislação.

Apesar do Edital 041/2024 - CPPS/Unespar ser o primeiro a oferecer vagas para o cargo de Intérprete de Libras, a instituição possui profissionais que exercem a função, via contratação temporária como o contrato 018/2022 firmado com a Federação Nacional para a Educação e Integração dos Surdos (FENEIS), que apesar de não ser incumbência direta, a instituição conta com o trabalho de Intérpretes de Libras, com atuação em duplas, conforme estabelece a legislação federal e portanto, se faz necessário o diálogo em assegurar os princípios da gestão isonômica entre os campi e a padronização de processos do Plano de Desenvolvimento Institucional. O contrato supracitado, será finalizado em 05/2026 e até o presente momento, não foram localizadas normativas ou ações previstas para garantir o direito linguístico dos discentes surdos, que se beneficiam com o trabalho realizado pelos Intérpretes de Libras.

CONSIDERAÇÕES FINAIS

Como perspectiva para pesquisas futuras, sugerimos a criação, o mais breve possível, de grupo de trabalho com a comunidade surda da Unespar – composto por intérpretes, docentes e estudantes – com o objetivo de aprofundar o entendimento sobre suas necessidades e expectativas, promovendo a construção coletiva de políticas linguísticas mais eficazes e sensíveis às especificidades locais, em consonância com as normativas da instituição, na construção de políticas permanentes e planejamento de recursos financeiros para a padronização de processos e isonomia entre os campi, com o objetivo de expandir o acesso e

³ O regime de revezamento é crucial e está de acordo com as diretrizes da Portaria nº 1.419/2024 (DOU de 28/08/2024 - Seção 1) em relação ao Gerenciamento de riscos ocupacionais e altera a Norma Regulamentadora nº 1 (NR-1).

permanência universitária. Além disso, mapear a construção do perfil profissional dos intérpretes da Unespar, considerando aspectos como a formação inicial, a experiência de atuação, competência linguística, e tipos de demandas atendidas. Essa abordagem permitirá compreender melhor o papel desses profissionais no contexto universitário e contribuirá para o aprimoramento das políticas de inclusão.

Recomenda-se à Unespar a revisão da carga horária dos intérpretes, de modo a garantir sua adequação à legislação federal vigente. É fundamental que os documentos institucionais incluam diretrizes claras sobre revezamento, pausas e suporte técnico, assegurando condições dignas e sustentáveis de trabalho. Dessa maneira, valoriza-se estes profissionais que atuam diretamente na defesa e promoção de direitos, inclusão e acessibilidade. A criação de um grupo de trabalho permanente com a comunidade surda contribuirá para o levantamento contínuo de demandas e para o fortalecimento da participação social na formulação das políticas linguísticas.

REFERÊNCIAS

BERTOLDI, Andréa Lúcia Sérió. Orientação 001/2023 - DDH/PROPEDH Unespar: Orienta procedimentos para a solicitação de contratação de Intérpretes de Libras por meio do contrato 018/2022 entre a Universidade Estadual do Paraná e a Federação Nacional de Educação e Integração dos Surdos - FENEIS. **Documento Normativo Unespar**, N. 001/2023, 2023. p. [n/a]. Disponível em: <https://11nq.com/bF98q>. Acesso em: 20 out. 2025.

BRASIL. Lei Nº 13.146, de 06 de julho de 2015: Institui a Lei Brasileira de Inclusão da Pessoa com Deficiência (Estatuto da Pessoa com Deficiência). **Diário Oficial da República Federativa do Brasil**, [Volume/Número n/a], 2015. p. [n/a]. Disponível em: <https://11nk.dev/CCEmc>. Acesso em: 20 out. 2025.

BRASIL. Lei Nº 14.704, de 25 de outubro de 2023: Altera a Lei nº 12.319/2010, para dispor sobre o exercício profissional e as condições de trabalho do profissional tradutor, intérprete e guia-intérprete da Língua Brasileira de Sinais (Libras). **Diário Oficial da União**, N. [não especificado], 2023. p. [n/a]. Publicado em 26 de outubro de 2023. Disponível em: <https://acesse.one/llaQh>. Acesso em: 20 out. 2025.

BRASIL. Ministério do Trabalho e Emprego (MTE). Portaria Nº 1.419, de 27 de agosto de 2024: Altera o capítulo 1.5 da NR-1, incluindo expressamente os fatores de risco psicossociais relacionados ao trabalho no gerenciamento de riscos ocupacionais (GRO). **Diário Oficial da União (DOU)**, Seção 1, N. [Não especificado nas fontes], 2024. p. [n/a]. Disponível em: <https://acesse.one/qoYbS>. Acesso em: 28 out. 2025.

CELLARD, A. A análise documental. In: POUPART, J. et al. **A pesquisa qualitativa: enfoques epistemológicos e metodológicos**. Petrópolis, Vozes, 2008.

MEC/UFSC - PROLIBRAS. Livro Prolibras: [Título do Documento de Referência ou Certificação de Proficiência]. **Publicação Institucional de Apoio**, [Volume n/a], [Número n/a], 2015. p. [n/a]. Disponível em: <https://sl1nk.com/NOvvq>. Acesso em: 30 out. 2025.

SANCHES, Valderlei Garcias; BERTOLDI, Andréa Lúcia Sérió; SCHAFFRATH, Marlete. Instrução Normativa Conjunta Nº 01/2024: Instrui procedimentos para o registro do Planejamento de Atividade Docente (ePAD) e as atribuições de Professores de Atendimento Educacional Especializado (AEE) na Unespar. **Documento Normativo Unespar**, N. 01/2024, 2024. p. [n/a]. [Publicado em 11 de março de 2024]. Disponível em: <https://11nq.com/Lhw3m>. Acesso em: 23 out. 2025.

SIRINO, Salete Paulina Machado. Edital 041/2024 - CPPS/UNESPAR: Concurso Público para o Provimento de Diversas Funções da Carreira Técnica Universitária das Instituições de Ensino Superior do Estado do Paraná. **Suplemento de Concursos Públicos Estaduais do Diário Oficial do Estado do Paraná - DOE**, N. [não especificado], 2024. p. [n/a]. [Publicado em 16 de dezembro de 2024]. Disponível em: <https://11nq.com/oPpbG>. Acesso em: 30 out. 2025.

UNESPAR. Conselho de Ensino, Pesquisa e Extensão (CEPE). Resolução Nº 021/2022 - CEPE/Unespar: Aprova o regulamento dos procedimentos para o desenvolvimento do Plano Educacional Individualizado (PEI) na Unespar. **Resolução Acadêmica Unespar**, N. 021/2022, 2022. p. [n/a]. Disponível em: <https://11nq.com/yCkCR>. Acesso em: 24 out. 2025.

UNESPAR. Estatuto da Universidade Estadual do Paraná. **Diário Oficial do Estado do Paraná**, N. 9.150, fls. 35 a 40, 2014. [Publicado originalmente em 19 de fevereiro de 2014]. Disponível em: <https://11nq.com/yCkCR>. Acesso em: 31 out. 2025.

UNESPAR. Plano de Desenvolvimento Institucional (PDI) 2023-2027. **Documento Institucional e de Planejamento**, N. [não especificado nas fontes], 2023. p. [não especificado nas fontes]. Disponível em: <https://11nq.com/yc2WI>. Acesso em: 31 out. 2025.

UNESPAR. Regimento Geral da Universidade Estadual do Paraná. **Diário Oficial do Estado do Paraná**, N. 9.150, fls. 23 a 35, 2014. [Publicado originalmente em 19 de fevereiro de 2014]. Disponível em: <https://sl1nk.com/B2CFJ>. Acesso em: 31 out. 2025.

INOVAÇÃO E DIREITOS HUMANOS: DESAFIOS SOCIAIS NO MUNDO DO TRABALHO

GUAREZ, Joze Palani¹

TONET, Rogério Silveira²

ST 9 - Temas transversais

INTRODUÇÃO

O avanço da tecnologia da informação e comunicação, nas últimas décadas, tem modificado esferas centrais da sociedade, como por exemplo, a economia, a educação, a saúde, o lazer, nas relações de trabalho e interpessoais. Temas como biotecnologia, internet das coisas, automação, algoritmo e inteligência artificial, entre outros, estão em evidência na sociedade contemporânea sendo alvo de pesquisas científicas em diversas áreas do conhecimento.

Diante da amplitude dos impactos dos avanços tecnológicos o presente trabalho se delimitará ao estudo do direito ao trabalho decente compreendido como uma dimensão a ser analisada frente aos direitos humanos na era digital.

O mundo do trabalho tem sido impactado pelo avanço da tecnologia, por meio da automação e do uso da inteligência artificial. Diversos setores da indústria, do comércio, dos serviços financeiros e de telefonia vêm substituindo funções humanas por programas inteligentes. Somado a isso, atualmente há o que se denomina plataformação do trabalho. São empresas que prestam serviços sob demanda, conectando o consumidor e o prestador, fazendo a intermediação entre as partes, como por exemplo, *Uber*, *Ifood*, etc. criando novas formas de vínculo laboral, por muitas vezes precarizada.

Diante desse cenário, busca-se refletir como a automação, os algoritmos e a plataformação vêm reconfigurando às relações de trabalho, impondo novos desafios à efetivação dos direitos sociais e à proteção do trabalho digno. Essa discussão, propõe também analisar como os marcos internacionais dos direitos humanos podem orientar para a

¹ Mestre em Sociedade e Desenvolvimento, docente da Faculdade União de Campo Mourão (Unicampo) e da Universidade Estadual do Paraná (Unespar), *campus* de Campo Mourão, joze.palani@hotmail.com.

² Doutor em Administração, docente da Universidade Estadual do Paraná (Unespar), *campus* de Campo Mourão, rogerio.tonet@unespar.edu.br.

construção de parâmetros éticos e normativos para garantir que o uso da tecnologia respeite dos direitos humanos.

METODOLOGIA

Para o desenvolvimento do presente trabalho foi realizada pesquisa bibliográfica com o objetivo a análise e interpretar obras e estudos já existentes acerca da temática proposta. Conforme destaca Gil (2008, p. 44) a pesquisa bibliográfica tem como finalidade “proporcionar um exame aprofundado das contribuições teóricas já elaborada, permitindo a construção de uma base conceitual sólida para novas reflexões”. Este tipo de pesquisa busca compreender as contribuições teóricas e os avanços no campo de estudo, possibilitando uma reflexão mais ampla sobre o assunto em questão.

No caso em específico a pesquisa bibliográfica se concentrou na análise da legislação aplicável, livros e artigos científicos disponíveis em bases acadêmicas, voltados à inovação tecnológica e aos direitos humanos.

DISCUSSÕES E RESULTADOS

O artigo 23 da Declaração Universal dos Direitos humanos, traz quatro diretrizes relacionadas ao direito do trabalho, reconhecendo como um direito fundamental à dignidade humana. Essas diretrizes fundamentam o conceito de trabalho digno ou trabalho decente, expressão adotada pela Organização Internacional do Trabalho (OIT) que reconhece não apenas o direito ao trabalho, mas ao trabalho em condições justas, integrando inclusive os objetivos do desenvolvimento sustentável (ODS 8) da agenda 2030 das Nações Unidas (ONU). “Faz parte de um marco civilizatório em relação ao mundo do trabalho, com parâmetros mínimos para dignidade de trabalhadoras e trabalhadores no capitalismo” (Nociolini Rebecchi *et al*, 2023). Nesse cenário, emerge, atualmente, um desafio social e jurídico para garantir que a inovação tecnológica não viole os princípios do trabalho digno.

O fenômeno da uberização (Oitavien, 2018), termo popularizado pelo professor e sociólogo Ricardo Antunes, é o trabalho prestado presencialmente por meio de aplicativos que conecta cliente e prestador. Esse trabalho mediado por plataformas tem ganhado espaço sob o argumento de que se trata de um trabalho independente, autônomo e flexível, cuja única

exigência é ter veículo e carteira nacional de habilitação, no caso, dos motoristas por aplicativo, por exemplo.

O relatório *Fairwork Brasil 2025*, elaborado por pesquisadores da Universidade Federal do Paraná (UFPR) em parceria com outras instituições, apontou que “o trabalho em plataformas digitais no Brasil segue marcado por exploração e precariedade”. Realizado entre agosto de 2023 e agosto de 2025, o levantamento avaliou empresas de diferentes setores: *Uber*, *99* e *InDrive* (transporte de passageiros); *iFood*, *AmeFlash*, *Lalamove*, *Loggi* e *Rappi* (entrega de mercadorias); *Superprof* (aulas particulares); e *Parafuzo* (serviços de faxina doméstica). (UFPR, 2025).

A Recomendação sobre Ética da Inteligência Artificial, aprovada pela UNESCO, “baseia-se na convicção de que a inteligência artificial deve ser desenvolvida e utilizada de forma a respeitar a dignidade humana, os direitos humanos, a igualdade de gênero e a justiça social e econômica, contribuindo para o desenvolvimento sustentável” (UNESCO, 2021). Essa diretriz está em harmonia com o conceito do trabalho decente da OIT ao proporcionar condições dignas e proteção social.

CONSIDERAÇÕES FINAIS

Sem dúvida, a inovação tecnológica produz novas oportunidades, especialmente no mundo do trabalho, contudo, o que se tem constatado é que esses trabalhadores digitais estão inseridos em um mercado informal, sem acesso aos direitos trabalhistas fundamentais. Essa realidade os coloca em um sistema precarizado de trabalho que ofende os princípios dos direitos humanos, especialmente no que diz respeito à dignidade humana. Diante desse cenário, é imprescindível que a inovação tecnológica seja capaz de assegurar proteção social e garantir o trabalho decente.

Essa realidade demonstra um processo de precarização, na medida em que a narrativa prometida pelas plataformas quanto a flexibilidade e autonomia, se revelam em instabilidade, insegurança e vulnerabilidade social, em total desrespeito aos princípios do trabalho decente.

Dessa forma, torna-se necessária que a inovação tecnológica seja pautada por parâmetros éticos e jurídicos, para tanto, é importante que o legislador avance na construção de marcos regulatórios para que o direito ao trabalho digno permaneça inegociável.

REFERÊNCIAS

GIL, Antonio Carlos. **Métodos e técnicas de pesquisa social**. 6. ed. São Paulo: Atlas, 2008.

NAÇÕES UNIDAS. Assembleia Geral. **Declaração Universal dos Direitos Humanos**. Resolução 217 A (III), 10 dez. 1948. Disponível em: <https://www.un.org/en/about-us/universal-declaration-of-human-rights>. Acesso em: 30 out. 2025.

NOCIOLINI REBECHI, C.; VALENTE, J.; SALVAGNI, J.; GROHMANN, R.; CARELLI, R.; FIGARO, R. Trabalho decente no contexto das plataformas digitais: uma pesquisa-ação do Projeto Fairwork no Brasil. **Revista do Serviço Público**, 2023. Disponível em: <https://revista.enap.gov.br/index.php/RSP/article/view/9798>. Acesso em: 30 out. 2025.

OITAVEN, Juliana Carreiro Corbal. **Empresas de transporte, plataformas digitais e a relação de emprego**: um estudo do trabalho subordinado sob aplicativos. Brasília: Ministério Público do Trabalho, 2018. Disponível em: https://csb.org.br/wp-content/uploads/2019/01/CONAFRET_WEB-compressed.pdf. Acesso em: 29 out. 2025.

ORGANIZAÇÃO INTERNACIONAL DO TRABALHO. **Trabalho decente**. Genebra: OIT, 1999. Disponível em: <https://www.ilo.org/pt-pt/trabalho-decente>. Acesso em: 30 out. 2025.

UNESCO. **Recomendação sobre a Ética da Inteligência Artificial**. Paris: Organização das Nações Unidas para a Educação, a Ciência e a Cultura, 2021. Disponível em: https://unesdoc.unesco.org/ark:/48223/pf0000381137_por. Acesso em: 30 out. 2025.

UNIVERSIDADE FEDERAL DO PARANÁ. **Trabalho em plataformas digitais no Brasil segue marcado por exploração e precariedade, aponta pesquisa**. Curitiba, 06 out. 2025. Disponível em: <https://ufpr.br/trabalho-em-plataformas-digitais-no-brasil-segue-marcado-por-exploracao-e-precariedade-aponta-pesquisa/>. Acesso em: 29 out. 2025.

INTERDISCIPLINARIDADE E INTERSECCIONALIDADE: UMA ANÁLISE SOBRE A DIVISÃO SEXUAL E RACIAL DO TRABALHO

SILVEIRA, Livia Maria¹

MACIEL, Fred²

ST 9 - Temas Transversais

INTRODUÇÃO

Este resumo tem como objetivo apresentar a pesquisa de mestrado em andamento, desenvolvida no contexto do Programa de Pós-Graduação Interdisciplinar Sociedade e Desenvolvimento (PPGSeD) da Unespar, *campus* de Campo Mourão/PR. Reconhecemos a importância em compartilhar percepções e experiências acerca da pesquisa científica sob uma perspectiva interdisciplinar. A complexidade do objeto de análise gera singularidades que permeiam todo o processo de pesquisa – desde o encontro com o objeto até a definição dos objetivos e da metodologia – alcançando, inclusive, a etapa de coleta de dados. Mais do que uma metodologia de investigação, a interdisciplinaridade constitui uma intenção: a escolha – e a necessidade – de um novo caminho de investigação científica (Fazenda, 2012).

A pesquisa em questão tem como tema a divisão sexual e racial do trabalho na Atenção Primária à Saúde (APS) do município de Maringá/PR. As(os) sujeitas(os) da pesquisa são as(os) profissionais que atuam nas diferentes categorias da APS – no caso, nas Unidades Básicas de Saúde (UBS) –, responsáveis pela promoção do cuidado. A centralidade do estudo está no olhar voltado para o trabalho de cuidado, que constitui o objeto de investigação. Com base nos estudos das relações sociais presentes no sistema capitalista – atravessadas pelas interseccionalidades de gênero, raça, classe e outras – e a partir do levantamento bibliográfico e da pesquisa qualitativa com entrevistas *in locus*, o objetivo geral consiste em compreender as consequências da responsabilização pelo exercício do cuidado, no contexto da divisão sexual e racial do trabalho, a partir da perspectiva das(os) profissionais da APS do município de Maringá/PR, no âmbito do Sistema Único de Saúde (SUS).

¹ Mestranda, Programa de Pós-Graduação Interdisciplinar Sociedade e Desenvolvimento (PPGSeD), Universidade Estadual do Paraná (Unespar), *campus* de Campo Mourão/PR, liviamsilveiraas@gmail.com.

² Doutor em História, docente do Programa de Pós-Graduação Interdisciplinar Sociedade e Desenvolvimento (PPGSeD), Universidade Estadual do Paraná (Unespar), *campus* de Campo Mourão, fred.maciel@ies.unespar.edu.br.

Assim como Ivani Fazenda, “acreditamos no poder de negociação a que a interdisciplinaridade nos congrega” (Fazenda, 2013, p. 19). Dessa forma, as disciplinas de Sociologia, Literatura e Psicologia foram selecionadas para o desenvolvimento da investigação sobre o objeto de estudo. Na Sociologia, encontramos a possibilidade de discutir a formação do ser social, a construção das identidades feminina e masculina, as relações sociais e a divisão sexual e racial do trabalho. A escolha pela Literatura tem como objetivo evidenciar narrativas que foram invisibilizadas ao longo da história. Já a Psicologia, integrada às demais áreas, busca viabilizar a compreensão sobre a formação da subjetividade humana, com enfoque na população negra no Brasil. Além disso, poderá contribuir para o debate acerca de como a sociabilidade, atravessada por opressões de gênero, raça/etnia e classe social, impacta a saúde e reflete nas formas de existência no mundo.

A pesquisa em desenvolvimento se justifica nos campos pessoal, profissional, acadêmico e social. Enquanto mulher negra, militante e integrante da classe trabalhadora, interessa-me compreender os fenômenos e estruturas que atravessam minha realidade e a de muitos(as) semelhantes. Desde a graduação, por meio de duas pesquisas de iniciação científica (IC) e do trabalho de conclusão de curso (TCC), venho me dedicando ao estudo das relações de gênero, do patriarcado no contexto do modo de produção capitalista e das dinâmicas socioculturais que daí emergem. De acordo com Passos (2018, p. 15), “questionar a naturalização e generificação das atividades, ocupações e profissões consideradas femininas é trazer à tona algumas das opressões engendradas e perpetuadas no cotidiano da sociabilidade burguesa”. Neste sentido, diante da atuação enquanto assistente social, a pesquisa pretende contribuir para o planejamento de intervenções profissionais alinhadas à busca por equidade e justiça social.

No campo acadêmico, a pesquisa poderá estimular novas investigações tanto na área disciplinar do Serviço Social, quanto em campos interdisciplinares. As reflexões produzidas também poderão subsidiar estratégias de gestão voltadas à saúde do(a) trabalhador(a). A discussão proposta reforça a necessidade de políticas públicas para mulheres, com vistas à redução das desigualdades sociais e de gênero, reconhecendo e enfrentando os sistemas de opressão de gênero, raça/etnia e classe social. Essas dimensões fundamentam a justificativa social do estudo.

METODOLOGIA

A pesquisa em desenvolvimento é de caráter essencialmente qualitativo, construída por meio de levantamento bibliográfico, análise de documentos públicos e entrevistas com questionário semiestruturado realizadas *in loco*. De acordo com Minayo (2007), a pesquisa qualitativa “[...] aprofunda-se no mundo dos significados das ações e relações humanas, um lado não perceptível e não captável em equações, médias e estatísticas” (Minayo, 2007, p. 22).

A Atenção Primária à Saúde (APS) constitui o campo amplo do estudo, enquanto as duas Unidades Básicas de Saúde (UBS) selecionadas representam o campo específico da pesquisa. Para a coleta de dados, foi escolhida uma UBS localizada em território periférico e outra situada na região central da cidade. O objetivo é demonstrar como as vulnerabilidades territoriais influenciam o trabalho e a sobrecarga das(os) profissionais e participantes da pesquisa.

DISCUSSÕES E RESULTADOS

A interseccionalidade, assim como os conceitos de gênero e patriarcado, são relevantes para o estudo em andamento, pois estão diretamente relacionados às identidades sociais – atravessadas por construções sociais binaristas, padronizadas, hierarquizadas e excludentes. São as construções de gênero de base patriarcal que direcionam as mulheres para atividades laborais – remuneradas ou não – relacionadas ao cuidado. Não é à toa que o primeiro brinquedo de uma menina (cisgênero) costuma ser uma boneca. Segundo Silvia Federic (2019), as mulheres são treinadas para desenvolver o cuidado desde muito cedo, e esse processo de “treinamento” se apresenta de forma tão sutil que chega a parecer natural. Sobre isso, a autora Rachel Gouveia Passos coloca que:

É na vida cotidiana que se tem a perpetuação do cuidado como um dos elementos componentes das atribuições consideradas femininas e que deve ser ensinado a todas as mulheres, apesar das diferenciações existentes entre as próprias mulheres quando se identifica as desigualdades de classe, raça/etnia, sexualidade, geração etc (Passos, 2018, p. 24).

Corroborando com o que Passos (2018) escreve, adotamos a perspectiva de que existem diversas dimensões do cuidado, inclusive quando voltamos nosso olhar para o

trabalho desempenhado na Atenção Primária à Saúde (APS). Por exemplo, as ações de cuidado realizadas por um(a) profissional médico(a) ou enfermeira(o) só são possíveis se uma(um) outra(o) profissional, neste caso, alguém da zeladoria, realiza o cuidado com a limpeza e organização do espaço da Unidade Básica de Saúde (UBS). A promoção do cuidado ao usuário(a) se dá a partir do fazer de diversas(os) profissionais, que atuam enquanto rede, uma vez que as funções são interdependentes e cooperativas.

Consideramos a hipótese de que, assim como em outros contextos, a divisão sexual e racial do trabalho incide sobre a organização da saúde pública brasileira. A divisão sexual do trabalho refere-se à atribuição de atividades específicas a mulheres e homens de forma distinta, hierárquica e desigual. Nessa perspectiva, há uma distribuição diferenciada entre esses grupos no mercado de trabalho, tanto em relação à formação profissional (divisão sexual do saber) quanto à execução das atividades laborais. Essa forma de organização social do trabalho baseia-se em dois princípios estruturantes: “o princípio de separação (existem trabalhos de homens e trabalhos de mulheres) e o princípio hierárquico (um trabalho de homem ‘vale’ mais que um trabalho de mulher)” (Hirata; Kergoat, 2007, p. 599).

Nesse sentido, tendo em vista a diversidade de profissionais que atuam na APS, bem como as diferentes dimensões do cuidado constituintes deste cenário, quais e quantas são as dimensões do cuidado presentes neste contexto? Estas dimensões são executadas por diferentes mulheres, quem são essas mulheres? O que as diferenciam? Qual a base da hierarquização das dimensões do cuidado no campo da saúde pública? Tais questionamentos, que também consideram as variantes de raça e classe, permanecem relevantes para a condução da investigação e para o olhar direcionado ao objeto de estudo.

Desse modo, considerando a atuação das mulheres na sociedade – tanto no âmbito pessoal, por meio do trabalho doméstico, quanto no âmbito profissional, com sua inserção e atuação no mercado de trabalho –, é necessário problematizar o não reconhecimento social e econômico das diversas atividades realizadas por elas, reconhecendo a relevância desses trabalhos para o desenvolvimento da vida e da sociedade como um todo (Hirata; Kergoat, 2007).

Como já mencionado, para o estudo em andamento, a interseccionalidade constitui uma ferramenta indispensável, uma vez que permite compreender as problemáticas relacionadas a gênero, raça e classe que atravessam as relações sociais – e de trabalho – e se

manifestam nos diversos contextos. Trata-se de um instrumento analítico – e também interventivo – desenvolvido a partir das contribuições do feminismo negro estadunidense, ao reconhecer a complexidade das dinâmicas sociais estruturadas por sistemas de opressão interligados: o machismo/sexismo, legitimado pelo patriarcado; o racismo, fundado no processo de colonização ocidental; e o classismo, decorrente das relações econômicas e sociais oriundas do capitalismo (Cremshaw, 2004).

No Brasil, embora o termo *interseccionalidade* não fosse inicialmente utilizado, as feministas negras já discutiam o entrelaçamento desses sistemas de opressão. Suas reflexões dialogam com o que Lélia Gonzalez (2020) denomina de marcadores das desigualdades sociais, conceito que evidencia como raça, gênero e classe se articulam na produção e reprodução das desigualdades. A partir disso, compreendemos que, por meio das construções de gênero, todas as mulheres são responsabilizadas pelo cuidado, porém, vivenciam tal responsabilização de maneiras e posições distintas.

Em relação à estrutura da dissertação, a primeira seção apresenta os caminhos metodológicos e discute a interdisciplinaridade, que também compõe a metodologia do trabalho. Na segunda seção, abordamos os conceitos de gênero e patriarcado sob uma perspectiva interseccional. O objetivo é refletir sobre a construção das identidades feminina e masculina e sua relação com a responsabilização pelo cuidado, analisando as noções de divisão sexual e racial do trabalho na saúde pública brasileira. As terceira e quarta seções, ainda em desenvolvimento, discutem o cuidado na lógica capitalista e apresentam os resultados da coleta de dados, incluindo o perfil e as percepções das(os) participantes acerca do trabalho de cuidado.

CONSIDERAÇÕES FINAIS

No projeto de pesquisa submetido e aprovado pelo Comitê de Ética da Unespar, o planejamento previa a realização de entrevistas com quatro profissionais em cada unidade, sendo um de cada categoria profissional: Agente Comunitário de Saúde (ACS), Zeladoria, Enfermagem e Medicina. Todavia, a pesquisa científica reflete a dinamicidade da vida cotidiana e, até o momento, não foi possível realizar entrevistas com profissionais de Enfermagem e Medicina. Dessa forma, compreendemos que o planejamento e as previsões relacionadas à execução da pesquisa são imprescindíveis; entretanto, nem sempre é

possível cumprir integralmente o previsto, uma vez que a pesquisa depende do envolvimento e da adesão de outros(as) atores(as). O (des)envolvimento da pesquisa tem se apresentado como um caminho longo, de movimento constante, caracterizado por inúmeras descobertas, desafios e discussões infinitas.

REFERÊNCIAS

CRENSHAW, Kimberle W. A interseccionalidade na discriminação de raça e gênero. In: VV.AA. **Cruzamento: raça e gênero**. Brasília: Unifem, 2004.

FAZENDA, Ivani Catarina Arantes. **Interdisciplinaridade: história, teoria e pesquisa**. 18. ed. Campinas, SP: Papirus, 2012.

FAZENDA, Ivani Catarina Arantes (org.). **O que é interdisciplinaridade?** 2. ed. São Paulo: Cortez, 2013.

FEDERIC, Silvia. **O ponto zero da revolução: trabalho doméstico, reprodução e luta feminista**. Trad. de Coletivo Sycorax. São Paulo: Elefante, 2019. Disponível em: https://coletivosycorax.org/wp-content/uploads/2019/09/Opontozerodarevolucao_WEB.pdf. Acesso em: 25 out. 2025.

GONZALEZ, Lélia. **Por um Feminismo Afro-Latino-Americano: ensaios, intervenções e diálogos**. Rio Janeiro: Zahar. 2020. 375 p. Disponível em: <https://mulherespaz.org.br/site/wp-content/uploads/2021/06/feminismo-afro-latino-americano.pdf>. Acesso em: 25 out. 2025.

HIRATA, Helena; KERGOAT, Daniele. Novas configurações para a divisão sexual do trabalho. **Cadernos de Pesquisa**, v. 37, n. 32, p. 595-609, 2007.

MINAYO, Maria Cecília de Souza (Org.) **Pesquisa social: teoria, método e criatividade**. Petrópolis, Rio de Janeiro: Vozes, 2007.

PASSOS, Rachel Gouveia. **Trabalho, gênero e saúde mental: contribuições para a profissionalização do cuidado feminino**. São Paulo: Cortez, 2018.

INTERSECCIONALIDADE NO ENSINO SUPERIOR: DESAFIOS E PERSPECTIVAS

ALVES, Vitor Matheus Bellis¹

FONTOURA, Derenice²

PEREIRA, Ana Carla de Oliveira³

ST 9 - Temas transversais

INTRODUÇÃO

A interseccionalidade, conceito proposto por Kimberlé Crenshaw (1959 - atualmente) – professora e ativista norte-americana de direitos civis e uma das principais estudiosas da Teoria Crítica da Raça – constitui uma ferramenta analítica fundamental para compreender como diferentes marcadores sociais, como raça, gênero e classe, se cruzam e produzem desigualdades complexas. Considerando que, no contexto do ensino superior, essas interseções podem influenciar significativamente o acesso, a permanência e a trajetória acadêmica e profissional de estudantes e docentes, o presente trabalho tem como objetivo geral analisar, em uma perspectiva interdisciplinar, como as interseções entre raça e gênero influenciam as trajetórias no ensino superior e na docência. Para isso, foram estabelecidos os seguintes objetivos específicos: (1) explorar o conceito de interseccionalidade, sua origem e relevância para o campo educacional; (2) discutir os desafios enfrentados por mulheres negras no acesso, permanência e ascensão no ensino superior; e (3) refletir sobre perspectivas e práticas que possam contribuir para uma educação superior mais equitativa.

METODOLOGIA

O presente estudo foi desenvolvido no âmbito da disciplina “Interseccionalidade e políticas públicas: do debate acadêmico às práticas sociais”, oferecida pelo Programa de Pós-Graduação Interdisciplinar Sociedade e Desenvolvimento, nível mestrado, da Unespar – *campus* de Campo Mourão.

¹ Mestrando, Programa de Pós-Graduação Interdisciplinar Sociedade e Desenvolvimento (PPGSeD), Universidade Estadual do Paraná (Unespar), *campus* de Campo Mourão, matheusbellis.mb3@gmail.com.

² Pedagoga, graduanda em Psicologia, Faculdade ALFA Umuarama (UniALFA), derenicefontoura@gmail.com.

³ Mestranda, Programa de Pós-Graduação Interdisciplinar Sociedade e Desenvolvimento (PPGSeD), Universidade Estadual do Paraná (Unespar), *campus* de Campo Mourão, acop1205@gmail.com.

Inicialmente, foi realizado um levantamento bibliográfico, utilizando as principais bases de dados acadêmicas, como SciELO e o Banco de Teses e Dissertações da CAPES, além da consulta a materiais disponibilizados pela docente da disciplina. A partir desse levantamento, foram definidos os objetivos do estudo, os quais orientaram a seleção de leituras e a organização de fichamentos que antecederam o processo de redação.

Por se tratar de uma temática que envolve diferentes dimensões – sociais, históricas, políticas e educacionais –, a pesquisa foi conduzida a partir de uma abordagem interdisciplinar, entendida como um paradigma metodológico e epistemológico que busca superar a fragmentação dos saberes e promover a integração entre diferentes áreas do conhecimento. Conforme afirmam Alvarenga *et al.* (2011), a ciência moderna estruturou-se sob uma lógica disciplinar que, embora tenha contribuído para o avanço científico, tornou-se insuficiente diante da complexidade dos fenômenos contemporâneos. Nessa perspectiva, Morin (2003, p. 13) destaca que há uma “inadaptação crescente, profunda e grave entre os saberes separados, fragmentados, compartimentados entre disciplinas, e, por outro lado, realidades ou problemas cada vez mais polidisciplinares, transversais, multidimensionais, transnacionais, globais, planetários”.

Assim, compreender as intersecções entre raça e gênero no ensino superior demanda um olhar capaz de articular diferentes campos teóricos – sociologia, estudos de gênero, pedagogia e políticas públicas – em diálogo constante. Essa articulação, segundo Pombo (2008), não se reduz à justaposição de conteúdos, mas implica a construção de pontes conceituais e metodológicas que permitam a compreensão dos fenômenos em sua totalidade. Desse modo, a interdisciplinaridade se afirma, neste estudo, como condição essencial para analisar de forma crítica as desigualdades que atravessam o espaço universitário e pensar caminhos para uma educação superior mais equitativa.

Trata-se, portanto, de uma pesquisa de caráter qualitativo, de natureza bibliográfica, orientada por uma perspectiva interdisciplinar que busca dialogar com os diversos saberes mobilizados na compreensão da interseccionalidade no contexto educacional.

DISCUSSÕES E RESULTADOS

Crenshaw (2004) apresenta a interseccionalidade como uma estrutura analítica voltada a compreender como as discriminações de raça e gênero operam conjuntamente, limitando as chances de sucesso das mulheres negras. A autora explica que “as experiências das mulheres negras não podem ser enquadradas separadamente nas categorias da discriminação racial ou da discriminação de gênero”, sendo necessário ampliar ambas para abordar as intersecções que elas enfrentam (Crenshaw, 2004, p. 8). Nesse sentido, a interseccionalidade surge como uma ponte entre instituições e discursos sobre direitos humanos, gênero e raça, permitindo uma leitura mais abrangente das desigualdades.

Em suas análises, Crenshaw (2004) demonstra que a visão tradicional de discriminação tende a tratar raça e gênero como categorias independentes, o que resulta na exclusão das experiências de grupos sobrepostos, como as mulheres negras. Ao relatar o caso das trabalhadoras afro-americanas contra a General Motors, a autora observa que o tribunal não reconheceu a discriminação porque a empresa contratava homens negros e mulheres brancas, ignorando a combinação dos dois fatores. Assim, a autora evidencia que “quando diversas formas de discriminação se combinam e afetam as vidas de determinadas pessoas”, é preciso identificar e compreender essas sobreposições para que não se tornem zonas de invisibilidade (Crenshaw, 2004, p. 11).

A autora também argumenta que a interseccionalidade desafia a prática institucional de tratar gênero, raça e classe como “problemas mutuamente exclusivos”, o que contribui para a invisibilidade das mulheres negras dentro dos próprios movimentos feministas e antirracistas (Crenshaw, 2004, p. 14). Essa invisibilidade é observada em diferentes esferas, como na política, nas instituições jurídicas e nas práticas sociais, onde as especificidades das mulheres negras não são consideradas nas agendas de gênero nem nas de raça.

Quando transposto para o contexto educacional, esse entendimento permite refletir sobre as desigualdades estruturais que atravessam o ensino superior. Assim como nas instituições analisadas por Crenshaw (2004), as universidades podem reproduzir lógicas excludentes quando não consideram as intersecções entre raça e gênero em suas políticas e práticas. Reconhecer essa sobreposição é fundamental para pensar ações que promovam a inclusão e a equidade. Nesse sentido, a autora enfatiza a importância de “reconfigurar práticas que contribuem para a invisibilidade interseccional”, integrando diferentes setores e coletando

informações “de baixo para cima”, a partir das experiências concretas das pessoas afetadas (Crenshaw, 2004, p. 16).

O conceito de interseccionalidade, ao ser aplicado ao campo educacional, permite compreender como as instituições de ensino reproduzem ou contestam desigualdades estruturais. Conforme enfatiza bell hooks (1995), a educação deve ser entendida como uma prática de liberdade, capaz de romper com modelos excludentes e reconhecer as múltiplas identidades presentes no espaço escolar e universitário. Nessa mesma direção, Patricia Hill Collins (2019) destaca que as experiências das mulheres negras constituem fontes legítimas de conhecimento, desafiando a hegemonia de saberes eurocentrados e patriarcais. Assim, pensar a educação superior a partir da interseccionalidade significa reconhecer que o racismo e o sexismo não são fenômenos isolados, mas dimensões que atravessam currículos, práticas pedagógicas e trajetórias acadêmicas.

No contexto brasileiro, apesar dos avanços promovidos por políticas afirmativas como a Lei nº 12.711/2012, que instituiu o sistema de cotas, as desigualdades persistem. Dados do INEP (2022) indicam que apenas cerca de 14% do corpo docente das universidades públicas é composto por pessoas negras, e menos de 3% são mulheres negras. Esses números revelam que o espaço universitário ainda reflete a estrutura social desigual do país, restringindo as possibilidades de ascensão e reconhecimento para grupos historicamente marginalizados. Além disso, muitas estudantes negras enfrentam dificuldades de permanência associadas à desigualdade econômica, ao racismo institucional e à ausência de representatividade em seus cursos.

A exclusão no ensino superior é resultado da combinação entre fatores sociais, históricos e institucionais que moldam as oportunidades de acesso, permanência e reconhecimento acadêmico. Sob a ótica da sociologia, Pierre Bourdieu (1998) demonstra que o capital cultural – constituído por saberes, valores e disposições herdados – influencia diretamente o desempenho e a adaptação dos sujeitos ao espaço universitário. Estudantes oriundos das camadas populares e racializadas, muitas vezes, não compartilham o mesmo repertório simbólico valorizado pela instituição, o que resulta em trajetórias marcadas por desigualdades persistentes.

Já os estudos de gênero e raça evidenciam que essas desigualdades não se limitam às condições materiais, mas também se expressam em formas simbólicas de exclusão. A

universidade, historicamente organizada sob parâmetros eurocêntricos e masculinos, tende a invisibilizar as experiências e os saberes de mulheres negras, restringindo sua participação nos espaços de decisão e na produção científica (hooks, 2017; Collins, 2019). Tais mecanismos de invisibilidade reforçam hierarquias de poder que atravessam tanto a estrutura institucional quanto as relações cotidianas no ambiente acadêmico.

Nesse cenário, a pedagogia crítica, inspirada em Paulo Freire, propõe a superação das práticas educativas bancárias, que reproduzem desigualdades ao invés de transformá-las. A educação, compreendida como prática de liberdade, deve promover o diálogo, a conscientização e o reconhecimento das diferenças como dimensões constitutivas do processo formativo (Freire, 1996).

Assim, o enfrentamento das desigualdades no ensino superior requer ações articuladas entre políticas públicas, práticas pedagógicas e transformações culturais mais amplas. Para isto, propõe-se o fortalecimento das políticas afirmativas, a ampliação de programas de permanência e o incentivo à produção científica de mulheres negras. Também se destaca a importância de espaços institucionais voltados à equidade – como núcleos de estudos afro-brasileiros, grupos de gênero e coletivos universitários – e de uma formação docente comprometida com a diversidade e a justiça social. Assim, a interseccionalidade se apresenta, portanto, não apenas como um conceito analítico, mas como um horizonte ético e político para a construção de uma universidade verdadeiramente democrática.

CONSIDERAÇÕES FINAIS

A partir das contribuições teóricas de Crenshaw (2004), hooks (2017), Collins (2019) e outros autores, é possível compreender que as desigualdades educacionais não se explicam apenas por fatores individuais ou econômicos, mas decorrem de estruturas históricas e institucionais que articulam racismo, sexismo e desigualdades de classe.

As universidades, enquanto espaço historicamente marcado pela hegemonia branca e patriarcal, ainda reproduzem mecanismos de exclusão que dificultam o acesso, a permanência e o reconhecimento acadêmico de mulheres negras. Apesar dos avanços conquistados por meio das políticas afirmativas e de permanência, os dados mostram que as assimetrias persistem, sobretudo na ocupação de cargos docentes e na representatividade nos espaços de decisão e produção científica.

Nessa perspectiva, a interseccionalidade se mostrou não apenas como um instrumento teórico de análise, mas também como um horizonte ético e político para a transformação do ensino superior. Pensar a educação a partir desse referencial implica reconhecer a pluralidade das experiências, valorizar saberes historicamente silenciados e promover práticas pedagógicas que fomentem a equidade e o diálogo, conforme defendem Freire (1996) e hooks (2017).

Por fim, destaca-se a necessidade de fortalecer políticas institucionais comprometidas com a diversidade – como núcleos de estudos de gênero e raça, programas de apoio à permanência estudantil e incentivo à produção científica de mulheres negras. O ideal seria que a formação docente incorporasse a perspectiva interseccional como eixo transversal, de modo a contribuir para a construção de uma universidade verdadeiramente democrática, plural e socialmente justa.

REFERÊNCIAS

- ALVARENGA, A. T. de; PHILIPPI JR, A.; SOMMERMAN, A.; ALVAREZ, S. M. de S.; FERNANDES, V. Histórico, fundamentos filosóficos e teórico-metodológicos da interdisciplinaridade. In: PHILIPPI JR, A.; NETO, A. J. S. (Orgs.). **Interdisciplinaridade em ciência, tecnologia & inovação**. Barueri, SP: Manole, p. 3-68, 2011.
- BOURDIEU, Pierre. **A economia das trocas simbólicas**. 7. ed. São Paulo: Perspectiva, 1998.
- BRASIL. Lei nº 12.711, de 29 de agosto de 2012. Dispõe sobre o ingresso nas universidades federais e nas instituições federais de ensino técnico de nível médio. **Diário Oficial da União**: seção 1, Brasília, DF, 30 ago. 2012.
- COLLINS, Patricia Hill. **Pensamento feminista negro**: o poder da autodefinição e a política do empoderamento. 2. ed. São Paulo: Boitempo, 2019.
- CRENSHAW, Kimberle W. A interseccionalidade na discriminação de raça e gênero. In: VV.AA. **Cruzamento**: raça e gênero. Brasília: Unifem, 2004.
- FREIRE, Paulo. **Pedagogia da autonomia**: saberes necessários à prática educativa. São Paulo: Paz e Terra, 1996.
- HOOKS, Bell. **Ensinando a transgredir**: a educação como prática da liberdade. São Paulo: WMF Martins Fontes, 2017.

INEP - INSTITUTO NACIONAL DE ESTUDOS E PESQUISAS EDUCACIONAIS
ANÍSIO TEIXEIRA. **Censo da Educação Superior 2022**: notas estatísticas. Brasília, DF:
INEP, 2023. Disponível em: <https://www.gov.br/inep/pt-br>. Acesso em: 20 out. 2025.

MORIN, Edgar. **A cabeça bem-feita**: repensar a reforma, reformar o pensamento. 8. ed. Rio
de Janeiro: Bertrand Brasil, 2003.

POMBO, Olga. Epistemologia da interdisciplinaridade. **Ideação**, Foz do Iguaçu, v. 10, n. 1, p.
9-40, 1º sem. 2008.

**MARCADORES SOCIAIS DE CLASSE, GÊNERO, RAÇA, DEFICIÊNCIA E
VELHICE PRESENTES NAS DISSERTAÇÕES PRODUZIDAS NO ÂMBITO DO
PROGRAMA DE PÓS-GRADUAÇÃO INTERDISCIPLINAR SOCIEDADE E
DESENVOLVIMENTO (PPGSED) DA UNESPAR/CAMPO MOURÃO**

MELO, Ivan Ricardo de¹

MARQUES, Maria Inez Barboza²

ST 9 - Temas transversais

INTRODUÇÃO

A pesquisa em desenvolvimento originou-se por meio do Programa Institucional de Pesquisa Universal (Básica e Aplicada), Chamada Pública 23/2024, da Secretaria da Ciência Tecnologia e Ensino Superior (SETI), Fundação Araucária (FA) e do Edital 047/2024-PRPPG/Unespar.

De acordo com informações disponíveis no site do Programa de Pós-Graduação Interdisciplinar Sociedade e Desenvolvimento (PPGSeD), da Unespar/Campo Mourão, seu funcionamento teve início em março de 2014, com o ingresso da primeira turma de Mestrado, portanto, em 2024, o PPGSeD completou dez anos e vem cumprindo seus objetivos geral e específicos, traçados desde o início.

Ao refletir sobre o PPGSeD e a necessidade de realizar um levantamento junto às dissertações de mestrado que vem sendo produzidas em mais de dez anos de processo de formação para a obtenção do título de mestre, há que pensar sobre a importância de se levantar os marcadores sociais de classe, gênero, raça, deficiência e velhice, tendo em vista que a diversidade humana precisa ser vislumbrada a partir de uma perspectiva crítica, levando em conta as desigualdades e preconceitos existentes na sociedade.

Desta forma, a pesquisa se justifica, pois o estudo desses marcadores sociais nas dissertações de mestrado pode revelar como tais questões são abordadas na formação

¹ Mestrando, Programa de Pós-Graduação Interdisciplinar Sociedade e Desenvolvimento (PPGSeD), Universidade Estadual do Paraná (Unespar), *campus* de Campo Mourão, irmelo1978@gmail.com.

² Doutora em Serviço Social, docente da Universidade Estadual do Paraná (Unespar), *campus* de Apucarana, maria.marques@unespar.edu.br.

acadêmica e nas pesquisas de pós-graduação, proporcionando uma análise aprofundada de como a academia contribui, ou não, para o enfrentamento dessas questões.

É necessário considerar que os marcadores de classe, gênero, raça, deficiência e velhice são categorias sociais que influenciam a identidade e a experiência de indivíduos dentro da sociedade. Cada um desses aspectos desempenha um papel importante na forma como as pessoas são percebidas, tratadas e se posicionam no mundo.

METODOLOGIA

Na sua essência, a pesquisa a ser desenvolvida será de caráter bibliográfico e documental, a partir das dissertações disponibilizadas no site do PPGSeD. Todavia, é importante ressaltar que a Unespar está estruturando o Repositório Institucional (RI), que tem como objetivo gerenciar e divulgar a produção intelectual da instituição. Nesse repositório, encontra-se a Biblioteca Digital de Teses e Dissertações, que oferece acesso à produção dos Programas de Pós-Graduação da universidade, incluindo as dissertações de mestrado defendidas. Isso facilitará significativamente o levantamento e a análise dos dados a serem coletados.

Em um primeiro momento, serão realizadas leituras e elaborados fichamentos a partir de obras que abordam o tema da diversidade humana e exclusão social, assim como sobre questões relacionadas à “educação empreendedora” e pactos internacionais baseados nos objetivos sustentáveis da ONU.

Na sequência, serão levantadas todas as dissertações desenvolvidas no Programa desde a primeira turma formada em 2016, até 2025, já que a pesquisa deverá ser concluída em 2027. Feito o levantamento, serão pesquisadas as dissertações que discutiram os marcadores sociais de raça, gênero, raça, deficiência e velhice, identificando também quais os objetivos de cada pesquisa e os resultados alcançados por elas.

Na sequência, serão desenvolvidas as três etapas inerentes à pesquisa documental e bibliográfica: a pré-análise, a organização do material e análise dos dados coletados.

Serão elaborados os relatórios de pesquisa e concomitante será possível apresentar os resultados da pesquisa em eventos científicos, bem como produzir artigos para publicação em revistas com Qualis Capes, na área Interdisciplinar, atendendo à demanda do PPGSeD.

DISCUSSÕES E RESULTADOS

Os marcadores sociais³ não são apenas indicadores de identidade pessoal, mas também moldam dinâmicas de poder, acesso e desigualdade. Assim, em um cenário onde as questões de classe, gênero, raça, deficiência e velhice influenciam diretamente o acesso a recursos e a própria produção do conhecimento, é imperativo que a academia promova uma reflexão crítica e inclusiva sobre esses temas.

Classe social é um marcador que se refere à posição de um indivíduo ou grupo dentro da hierarquia social e econômica. Determinado por fatores como renda, educação, ocupação, pode influenciar nas oportunidades, o acesso a recursos e a qualidade de vida.

Gênero, por sua vez, refere-se às expectativas e normas sociais relacionadas ao papel de um indivíduo na sociedade com base em sua identidade sexual, vai além do sexo biológico e envolve as experiências subjetivas e sociais de ser homem, mulher ou outra identidade de gênero, como as pessoas não-binárias. Que podem afetar a escolha de carreiras, a percepção de autoridade e o tratamento social.

Raça é um marcador baseado em características físicas e biológicas, como cor de pele e traços faciais e está profundamente enraizado em construções sociais e históricas. A raça muitas vezes está associada a estereótipos, discriminação e desigualdade social.

Lopes e Higa (2024), nos levam a refletir sobre como os marcadores sociais de raça, gênero, classe e deficiência não estão isolados na vida das pessoas, mas se entrelaçam, formando experiências complexas e muitas vezes carregadas de preconceitos e injustiças, “em nossas experiências vividas, somos simultaneamente pessoas com gênero, raça e classe” (Lopes; Higa, 2024, p. 2).

Deficiência é um marcador que descreve a experiência de pessoas que enfrentam limitações físicas, sensoriais, cognitivas ou mentais. A deficiência não é apenas uma condição médica, mas também uma construção social que implica em como a sociedade vê e trata os indivíduos com essas características. A luta por inclusão social envolve a adaptação de ambientes e atitudes para garantir que todos tenham as mesmas oportunidades, respeitando suas diferentes habilidades e necessidades.

³ Os marcadores sociais referem-se às características diversas que configuram a identidade de cada indivíduo, como gênero, região, religião, cor de pele, etnia, entre outros. Essas características geram classificações e hierarquizações que reproduzem desigualdades ao serem naturalizadas e não analisadas de forma aprofundada, dificultando uma compreensão das diferentes realidades sociais (Miranda, 2024).

É importante entender não apenas as conexões entre deficiência, gênero, raça e classe, mas também as entender entre raça, classe, gênero e a deficiência, para que nos permitamos desnaturalizar a tal “normalidade”, presente em nossa sociedade (Lopes; Higa, 2024).

Idade (velhice) é um marcador importante. O preconceito de idade refere-se ao tratamento as pessoas de forma diferenciada em função da idade, no caso, por serem consideradas velhas para desempenhar determinadas funções ou atividades. Desta forma, as pessoas podem ser estigmatizadas, excluídas ou desempoderadas dependendo da fase da vida em que se encontram, principalmente quando são idosas.

Para Lopes e Higa (2024), é importante notar que as vulnerabilidades não são apenas características que marcam as trajetórias das pessoas, mas são qualidades da vida comum, que tendem a ser apagadas por meio de complexas e muitas vezes banais conexões entre capacitismo, racismo, misoginia, etarismo e outras formas de discriminação, preconceito, exclusão e violência,

Os marcadores não atuam isoladamente, mas se entrelaçam de maneiras complexas, criando experiências únicas para cada pessoa. As interseções entre classe, gênero, raça, deficiência e velhice geram diferentes formas de opressão e privilégios, e entender essas interseções é fundamental para combater as desigualdades e promover uma sociedade mais justa e inclusiva.

Fernandes e Prates (2015) problematizam essa questão quando afirmam as contradições existentes na sociedade:

O desenvolvimento social da sociedade do capital não é compatível com a vida humana, plena de dignidade e de espaço para a diversidade humana. Na estrutura sob a qual temos desenvolvido nossas vidas, muitas têm se perdido em diversas ausências, interdições, barreiras e verdadeiros muros que separam os produtivos dos não produtivos, os normais, dos ‘anormais’, os belos ‘dos feios’ (Fernandes; Lippo, 2016, p. 26).

Tendo esse contexto da sociedade do capital, é possível ponderar sobre o perfil de pessoas que precisam ser formadas para se contrapor a essa realidade, que se configura a partir de uma estética castradora, padronizada, submetida à ordem estabelecida. É preciso investir na formação de homens e mulheres que estejam dispostos a decifrar os antagonismos e as contradições que são próprios da sociabilidade capitalista.

CONSIDERAÇÕES FINAIS

Diante da complexidade das interseções entre classe, gênero, raça, deficiência e velhice, fica claro que as desigualdades sociais não são resultado de fatores isolados, mas de configurações dinâmicas que se entrecruzam, reforçando a exclusão e a marginalização de diversos grupos. Para promover uma sociedade verdadeiramente justa e inclusiva, é imprescindível que a universidade e outros espaços de formação, promovam uma reflexão crítica e aprofundada sobre esses marcadores sociais, reconhecendo suas multifacetadas interconexões e o impacto das experiências vividas por cada pessoa.

Sendo assim, é importante e urgente repensar e romper com os padrões estéticos e sociais que marginalizam corpos e identidades, formando indivíduos conscientes de suas contradições e capazes de agir contra estruturas de opressão, para assim avançar na construção de uma sociedade que valorize a diversidade, respeite as diferenças e promova a equidade, combatendo as contradições do capitalismo que perpetuam os mais diversos tipos de exclusões e de violências.

REFERÊNCIAS

FERNANDES, Idília; PRATES, Jane Cruz (Orgs). **Diversidade e Estética em Marx e Engels**. Campinas: Papel Social, 2015.

LOPES, Pedro; HIGA, Laís Miwa. Gênero, classe e raça têm deficiência? Histórias e ativismos asiático-brasileiros. **Revista Estudos Feministas**, Florianópolis, v. 32, n. 3, e101151, 2024. Disponível em: <https://www.scielo.br/j/ref/a/CtTzVC5cw6Hmb8J4JvrnnbL/?format=html&lang=pt>. Acesso em: 09 out. 2025.

MIRANDA, Aline. Marcadores sociais: o conceito na construção de políticas públicas. **CLP - Centro de Liderança Pública**. 2024. Disponível em: <https://clp.org.br/marcadores-sociais-o-conceito-na-construcao-de-politicas-publicas/>. Acesso em: 09 out. 2025.

UNESPAR. **Programa de Pós-Graduação Interdisciplinar Sociedade e Desenvolvimento (PPGSeD)**. Disponível em: <https://ppgsed.unespar.edu.br/menu-principal/o-programa>. Acesso em: 09 out. 2025.

MULHERES PRIVADAS DE LIBERDADE: UMA VISÃO INTERSECCIONAL DE GÊNERO E RAÇA

MONTENEGRO, Janaina¹

OLIVEIRA, Lilian Castro Rodrigues de²

SOARES, Ludmila Vitória³

ST 9 - Temas transversais

INTERSECCIONALIDADE: CONSIDERAÇÕES GERAIS

Na Conferência Mundial contra o Racismo, Discriminação Racial, Xenofobia e Formas Conexas de Intolerância, em 2001, a autora Kimberlé Crenshaw cunha o conceito de interseccionalidade que nasce diante da prontidão de refletir as necessidades de grupos excluídos historicamente. Nesse sentido, crescem questionamentos relacionados ao ser humano, para explicar as identidades. Para exemplificar, Crenshaw utiliza uma metáfora de uma grande avenida, com cruzamentos de rua, inspirados nas encruzilhadas das religiões de matrizes africanas, os Exus como um símbolo de resistência e são responsáveis por abrir e fechar caminhos. Essas ruas que se cruzam, são eixos que se tocam. Em suma, a interseccionalidade é a junção de dois ou mais fatores que formam a identidade de alguém (Akotirene, 2018).

Os eixos são identitários para o gênero, raça e classe, são chamados de eixos da discriminação, por ser os três aparatos modernos coloniais e possuem uma hierarquia social. As categorias de discriminação, entre elas, o racismo, machismo, aporofobia, xenofobia. Para sintetizar, Akotirene (2018) afirma: “A interseccionalidade visa dar instrumentalidade teórico-metodológica à inseparabilidade estrutural do racismo, capitalismo e cisheteropatriarcado”. Nesse sentido, a interseccionalidade leva em consideração as hierarquias, originadas no patriarcado, devido ao processo histórico colonial. Sobre a desigualdade racial é apontado:

¹ Mestranda, Programa de Pós-Graduação Interdisciplinar Sociedade e Desenvolvimento (PPGSeD), Universidade Estadual do Paraná (Unespar), *campus* de Campo Mourão, janainamontenegro2520@gmail.com.

² Mestranda, Programa de Pós-Graduação Interdisciplinar Sociedade e Desenvolvimento (PPGSeD), Universidade Estadual do Paraná (Unespar), *campus* de Campo Mourão, lilian.castrorodrigues84@gmail.com.

³ Mestranda, Programa de Pós-Graduação Interdisciplinar Sociedade e Desenvolvimento (PPGSeD), Universidade Estadual do Paraná (Unespar), *campus* de Campo Mourão, ludmilasoares0701@gmail.com.

Como cerca de 43% de todos os escravos embarcados para as Américas acabaram no Brasil, hoje mais de 97 milhões de brasileiros, numa população total de 190 milhões, têm um nível substancial de genes africanos e se identificam como pardos ou negros no censo federal (entre cinco categorias: branca, preta, amarela, parda e indígena) (Gates Jr., 2014, p. 18).

A população brasileira possui marcas irreversíveis devido ao processo de escravização e abolição tardia, a miscigenação e a desigualdade social e de raça são exemplos disso. Por esse motivo, este trabalho intenciona apontar o recorte entre gênero e raça dentro do sistema prisional brasileiro, em que as mulheres são duplamente invisibilizadas, primeiro pela prisão, e segundo pelo fato de serem mulheres. Sobre a dupla invisibilidade, Crenshaw teoriza: “A interseccionalidade sugere que, na verdade, nem sempre lidamos com grupos distintos de pessoas e sim com grupos sobrepostos” (Crenshaw, 2002). O entrelaçamento de eixos identitários pode possuir diversos marcadores de sobreposição como raça, gênero, classe, idade entre outros. Borges, ao citar Akotirene, evidencia que:

A prisão, na perspectiva das mulheres, precisa ser analisada na contemporaneidade sobre alicerces interseccionais, pois nela reside um aspecto de sexismos e racismo institucionais em concordância com a inclinação observada da política em ser arbitrária com segmento negro sem o menor constrangimento, de punir os comportamentos das mulheres de camadas sociais estigmatizados como sendo de caráter perigoso, inadequado e passível de punição (Borges, 2021, p. 93).

Para Borges (2021), é possível traçar um paralelo entre as punições femininas e dos escravizados, visto que por muito tempo, as punições das mulheres eram executadas pelos seus maridos por qualquer desvio de funções do lar, assim como entre os senhores e seus escravizados⁴. Nesses dois casos há uma relação entre proprietário e propriedade. Em um paralelo atual, Segundo Angela Davis (2018), os sistemas punitivos têm sido marcados por homens devido à estrutura legal, política e econômica negadas às mulheres, visto o processo histórico dado anteriormente. Por esse motivo, as mudanças econômicas e a ampliação do sistema prisional impactam diretamente as mulheres, principalmente as mulheres negras.

METODOLOGIA

⁴ O termo “escravos” caiu em desuso, por remontar uma pessoa posse da outra, por isso usamos “escravizados”, no particípio, para refratar o processo de escravização. Ver: <https://www.gov.br/antt/pt-br/acesso-a-informacao/acoes-e-programas/governanca/governanca-publica/integridade-1/guias-e-demais-referencias-em-integridade-publica/outras-referencias/expresoes-racistas-por-que-evita-lasw>. Acesso em: 20 out. 2025.

O presente estudo foi desenvolvido no âmbito da disciplina “Interseccionalidade e políticas públicas: do debate acadêmico às práticas sociais”, oferecida pelo Programa de Pós-Graduação Interdisciplinar Sociedade e Desenvolvimento, em nível mestrado, da Unespar – *campus* de Campo Mourão. Foi realizada pesquisa bibliográfica sobre o tema mulheres privadas de liberdade e interseccionalidade, por meio de livros e periódicos. Para aprofundar a análise, utilizaremos dados do SISDEPEN – Secretaria Nacional de Políticas Penais – do segundo semestre de 2024 que estão disponíveis no portal do Ministério da Justiça.

A cada semestre, o Ministério da Justiça através do sistema de levantamento de informações penitenciárias, o denominado SISDEPEN, a Secretaria Nacional de Políticas Penais verifica dados de todas as unidades penitenciárias do país. O objetivo da coleta desses dados é mapear o sistema penal do país e suas peculiaridades regionais, estaduais e poder perfilar cada unidade de acordo com os programas sociais apresentados e posteriormente direcionar recursos federais que possam custear os projetos voltados à ressocialização e reintegração das pessoas privadas de liberdade alojadas em cada unidade adequadas ao perfil delas.

Entre os dados obtidos, que vão desde a estrutura das unidades até os tipos penais mais comuns entre as pessoas privadas de liberdade, temos as raças, etnias, escolaridade, número de filhos, etc. Das unidades analisadas, o total é de 1.564 (um mil, quinhentas e sessenta e quatro) unidades penitenciárias no Brasil, 143 (cento e quarenta e três) são exclusivamente femininas, as quais foram analisadas as quantidades de mulheres privadas, considerando a interseccionalidade da raça.

Importante salientar a fidedignidade dos dados analisados, pois foram fornecidos por órgãos do governo federal por um questionário respondido e atualizado a cada 6 (seis) meses pelas próprias autoridades administrativas das unidades penais e alimentados periodicamente. A análise proposta é documental e quantitativa, porquanto se analisa um documento fornecido pelo ente estatal de dados numéricos.

Das 143 (cento e quarenta e três) unidades femininas analisadas no país, uma parcela mínima delas tem a cor (raça) branca como maioria, sendo 1 (uma) delas no Paraná, 4 (quatro) do Rio Grande do Sul e 4 (quatro) em Santa Catarina. Assim mesmo, a maioria sendo de cor branca, não ultrapassa em número muito distante a segunda colocada que é cor (raça) parda.

A maioria é de cor parda nas demais unidades analisadas, contendo uma diferença abismal entre a branca e a parda, tendo algumas unidades dos estados do norte, nordeste e sudeste apenas de cor parda, não tendo nenhuma de outra cor. Há, em São Paulo, por exemplo, unidade feminina onde temos 559 (quinhentas e cinquenta e nove) mulheres presas de liberdade de cor parda, nenhuma de cor negra, e 54 (cinquenta e quatro) de cor branca.

Uma observação interessante é que não há, em nenhuma das unidades averiguadas, pessoa privada de liberdade de cor amarela, porquanto, vistas em unidades exclusivamente femininas. Mesmo nos estados da região Sul, a diferença entre as raças não é exorbitante, como é possível verificar nas unidades catarinenses em que 22% (vinte e dois por cento) da população é negra ou parda, temos unidades femininas que temos 168 (cento e sessenta e oito) mulheres brancas presas e 125 (cento e vinte e cinco) pardas.

Há uma disparidade inversa muito maior nos estados do norte e nordeste, isso é fato, entretanto, a mulher parda ainda sofre os efeitos do encarceramento mesmo nos estados em que a minoria da própria população em geral é parda.

CONSIDERAÇÕES FINAIS

A interseccionalidade é uma ferramenta teórica para questionamentos identitários que são hierarquizados por razão de um silenciamento histórico. Os dados da SISDEPEN mostram que as 143 cadeias femininas, apenas no Sul do Brasil, possuem a maior porcentagem branca, em apenas 9 cadeias, sendo 1 no Paraná, 4 em Santa Catarina e 4 no Rio Grande do Sul. Em outras regiões, a análise conclui que a maioria das mulheres privadas de liberdade são pardas. O que demonstra que o processo histórico colonial do Brasil deixou sequelas estruturais na classe, raça e gênero. Em suma, a desigualdade racial é materializada na quantidade de mulheres pardas/negras que são privadas de liberdade em diferentes regiões do país.

REFERÊNCIAS

AKOTIRENE, Carla. **Interseccionalidade**. São Paulo: Sueli Carneiro/Pólen, 2019.

BORGES, Juliana. **Encarceramento em massa**. São Paulo: Sueli Carneiro/Pólen, 2021.

BRASIL, Ministério da Justiça. **Levantamento de Informações Penitenciárias**. Disponível em: <https://www.gov.br/senapp/en/pt-br/servicos/sisdepen>. Acesso em: 20 out. 2025.

CRENSHAW, Kimberle W. A interseccionalidade na discriminação de raça e gênero. In: VV.AA. **Cruzamento**: raça e gênero. Brasília: Unifem, 2004.

DAVIS, Angela. **Estarão as prisões obsoletas?** Rio de Janeiro: Difel, 2018.

GATES JR., Henry Louis. **Os negros na América Latina**. Tradução de José Geraldo Couto. São Paulo: Companhia das Letras, 2014.

O IMPACTO DO PROCESSADOR DE TEXTO NO DESENVOLVIMENTO DA CAPACIDADE DE ESCRITA DOS ALUNOS

HIFINDAKA, Paciência¹

CARVALHO, José António Brandão²

GRAÇA, Luciana³

ST 9 - Temas transversais

INTRODUÇÃO

A escrita constitui uma das competências fundamentais no processo educativo, no qual desempenha um papel central na construção do conhecimento e na expressão do pensamento crítico. Contudo, as dificuldades persistentes dos alunos em produzir textos coesos e coerentes continuam a representar um desafio para o ensino da língua. Diante desse cenário, as tecnologias digitais, e em particular os processadores de texto, surgem como uma opção que oferece oportunidades para superar algumas dessas dificuldades, visto que, ao permitir a automatização de tarefas de transcrição e a revisão imediata, libera recursos cognitivos para operações de nível superior, como a organização de ideias, coesão e adequação discursiva (Goldman et al., 2024; Haug; Klein, 2018). Estudos apontam que o uso criterioso dessas ferramentas pode melhorar múltiplas dimensões da escrita, incluindo correção ortográfica, estrutura frásica, escolha lexical e qualidade global do texto, além de favorecer a autorregulação e a confiança dos alunos (Berger; Lewandowski, 2013; Bijou; Vijayakumar, 2023).

Contudo, a escrita manual continua a ser uma prática indispensável para o desenvolvimento integral do aluno, exercitando capacidades motoras e cognitivas não plenamente ativadas no teclado (Berninger et al., 2009; Zarei; Navidinia, 2024). Assim, este estudo propõe-se a analisar o impacto do uso do processador de texto no desempenho de escrita dos alunos do ensino superior, buscando identificar de que forma a ferramenta

¹ Doutorando em Ciências da Educação, Universidade do Minho (Portugal), Docente Assistente no Instituto Superior de Ciências de Educação da Huíla (Angola), paciencia.hifindaka@isced-huila.edu.ao.

² Doutor em Ciências da Educação, Professor Associado com Agregação no Instituto de Educação da Universidade do Minho (Portugal), jbrandao@ie.uminho.pt.

³ Doutora em Didática, Professora Adjunta na Escola Superior de Educação do Instituto Politécnico de Viana do Castelo (Portugal), lucianagrace@ese.ipv.pt.

influencia dimensões específicas da escrita e em quais delas contribui mais significativamente para o desenvolvimento das habilidades dos estudantes.

METODOLOGIA

O paradigma adotado na investigação é predominantemente quantitativo, configurando-se como um estudo quase-experimental com grupo de controlo não equivalente. No entanto, para proporcionar uma compreensão abrangente do fenómeno em estudo, foi também usado o paradigma quantitativo para sustentar algumas inferências. O estudo foi realizado com alunos de duas turmas do ensino superior, divididos em grupo experimental e grupo de controlo. O processo investigativo compreendeu três etapas: pré-teste, intervenção e pós-teste. Durante a intervenção, os alunos do grupo experimental desenvolveram atividades de aprendizagem do texto de opinião com recurso ao processador de texto Microsoft Word 2019, enquanto os alunos do grupo de controlo participaram de atividades de ensino espontâneo do mesmo género textual.

Os instrumentos de recolha de dados incluíram questionário, pré-teste e pós-teste, dividido em dois momentos (pós-teste manual para ambos os grupos e pós-teste com processador, apenas para o grupo experimental). Além disso, também foram recolhidos dados por intermédio de capturas de ecrã, permitindo observar tanto o desempenho quanto o processo de escrita dos alunos do grupo experimental. A análise de dados combinou procedimentos estatísticos descritivos e inferenciais, para comparar resultados entre grupos e momentos, e análise de conteúdo qualitativa das capturas de ecrã, para interpretar a apropriação do género textual e o uso das funcionalidades do processador de texto.

DISCUSSÕES E RESULTADOS

Os resultados apontam para melhorias significativas no desempenho dos alunos que utilizaram o processador de texto, sobretudo nas dimensões de organização e coesão textual, morfossintaxe e ortografia. Verificou-se que no pré-teste, os alunos do grupo de controlo apresentaram desempenhos ligeiramente superiores aos do grupo experimental em quase todas as dimensões, sobretudo na adequação do texto ao género, na adequação do texto ao tema e pertinência da informação, na organização e coesão e ortografia, embora, no geral, ambos os grupos mantivessem resultados baixos. Os textos eram curtos, com argumentação

incipiente, uso limitado de conectores e frequentes inconsistências ortográficas e morfossintáticas.

Após a intervenção e o processo de ensino espontâneo realizado nos grupos experimental e de controle, respectivamente, notou-se uma tendência de estabilidade no grupo de controle, com apenas pequenas melhorias nas dimensões da organização e coesão textuais e do repertório vocabular, e uma evolução mais clara no grupo experimental em quase todas as dimensões, especialmente na extensão do texto e no repertório vocabular, quando ambos os grupos produziram um texto de opinião manuscrito semelhante ao pré-teste. Esse resultado sugere que a intervenção estruturada no grupo experimental favoreceu a escolha vocabular e a estende a capacidade dos alunos de escreverem textos mais longos, corroborando estudos que defendem a importância de uma instrução explícita e o feedback contínuo como elementos essenciais para o desenvolvimento dessas dimensões (Graham; Harris, 2018; Harris, 2024).

A evolução do grupo experimental tornou-se ainda mais evidente no pós-teste com processador de texto, em que os alunos demonstraram desempenho significativamente superior ao observado no pós-teste manual. Destacaram-se melhorias consistentes na adequação do texto ao gênero ou formato textual, na adequação do texto ao tema e pertinência da informação, bem como na correção ortográfica e morfossintática, entre outras. Esse resultado confirma que o uso do processador de texto contribuiu para um maior controle do processo de escrita, permitindo a realização de revisões mais eficazes e a mobilização de estratégias cognitivas de nível superior, como a reflexão sobre a adequação discursiva e a estruturação de ideias (Carvalho, 2019; Collins et al., 2014; Goldman et al., 2024; Haug; Klein, 2018; Tavares; Barbeiro, 2011).

Os dados qualitativos, provenientes das capturas de ecrã e análise dos textos finais, reforçam essa interpretação. As capturas evidenciam que os alunos do grupo experimental foram progressivamente reconhecendo e mobilizando as características do texto de opinião – introdução, desenvolvimento com argumentos e exemplos, contra-argumento e refutação, e conclusão –, enquanto utilizavam funcionalidades do processador de texto para apoiar a planificação, a textualização e a revisão. O recurso a ferramentas como corretor ortográfico, consulta de sinónimos, realce e reorganização de parágrafos permitiu reduzir a sobrecarga cognitiva da transcrição manual e concentrar-se em operações de nível superior,

como a articulação argumentativa, a coerência textual e a adequação ao gênero, corroborando estudos sobre a importância da tecnologia no suporte ao processo de escrita (Carvalho, 2019; Goldman et al., 2024; Tavares; Barbeiro, 2011).

CONSIDERAÇÕES FINAIS

Os resultados desta investigação confirmam que o uso do processador de texto favorece melhorias significativas na escrita dos alunos, sobretudo nas dimensões de organização, coesão textual, morfossintaxe e ortografia. O grupo experimental demonstrou progressos consistentes em comparação com o grupo de controle, especialmente quando redigiu textos com o processador, evidenciando que a ferramenta libera recursos cognitivos antes dedicados à transcrição manual, permitindo maior foco na planificação, revisão e adequação discursiva. Os dados qualitativos corroboram esta tendência, mostrando que os alunos se sentiram mais confiantes, menos sobrecarregados e capazes de tomar decisões conscientes durante o processo de escrita, sem substituir a escrita manual, mas complementando-a.

Deste modo, os resultados reforçam a importância de integrar de forma crítica e sistemática os processadores de texto nas práticas pedagógicas, promovendo uma articulação equilibrada entre ensino digital e manual. Esta abordagem permite aos alunos desenvolver competências de escrita mais autorreguladas, conscientes e significativas, em consonância com as exigências comunicativas atuais, enquanto favorece, complementarmente, a literacia digital e o pensamento estratégico sobre a produção textual, contribuindo para práticas educativas mais inclusivas e adaptadas ao século XXI.

REFERÊNCIAS

- BERGER, C. L.; LEWANDOWSKI, L. The Effect of a Word Processor as an Accommodation for Students with Learning Disabilities. **Journal of Writing Research**, v. 4, n. 3, p. 261-280, 2013.
- BERNINGER, V. W.; ABBOTT, R. D.; AUGSBURGER, A.; GARCIA, N. Comparison of Pen and Keyboard Transcription Modes in Children with and without Learning Disabilities. **Learning Disability Quarterly**, v. 32, n. 3, p. 123-141, 2009.

BIJU, L. G.; VIJAYAKUMAR, S. Systematic Review on the Impact of Technology-Supported Writing Environment for Developing Writing Skills. **Computer-Assisted Language Learning Electronic Journal**, v. 24, n. 3, Artigo 3, 2023.

CARVALHO, J. A. B. Escrever na Escola no Século XXI: Inquietações e desafios para os professores de línguas. **Temática**, v. 15, n. 10, 2019.

COLLINS, P.; HWANG, J. K.; ZHENG, B.; WARSCHAUER, M. Writing with Laptops. **Writing & Pedagogy**, v. 5, n. 2, p. 203-230, 2014.

GOLDMAN, S. R.; CARREON, A.; SMITH, S. J.; ZIMMERMAN, K. N. Educational Technology to Support Written Expression: A Systematic Literature Review. **Journal of Special Education Technology**, v. 39, n. 3, p. 320-338, 2024.

GRAHAM, S.; HARRIS, K. An Examination of the Design Principles Underlying a Self-Regulated Strategy Development Study. **Journal of Writing Research**, v. 10, n. 2, p. 139-187, 2018.

HARRIS, K. R. The Self-Regulated Strategy Development Instructional Model: Efficacious Theoretical Integration, Scaling Up, Challenges, and Future Research. **Educational Psychology Review**, v. 36, n. 4, p. 104, 2024.

HAUG, K. N.; KLEIN, P. D. The Effect of Speech-to-Text Technology on Learning a Writing Strategy. **Reading & Writing Quarterly**, v. 34, n. 1, p. 47-62, 2018.

TAVARES, C. F.; BARBEIRO, L. F. **As Implicações das TIC no Ensino da Língua**. Ministério da Educação, Direção-Geral de Inovação e de Desenvolvimento Curricular, 2011.

ZAREI, M. J.; NAVIDINIA, H. Improving EFL Students' Writing Skills through Digital Storytelling. **Computer-Assisted Language Learning Electronic Journal**, v. 25, n. 1, p. 108-128, 2024.

O TRABALHO DOCENTE SOB A LENTE DA INTERSECCIONALIDADE

AMARAL, Gabriella Marcondes¹

MARQUES, Maria Inez Barboza²

ST 9 - Temas transversais

INTRODUÇÃO

Este resumo apresenta um fragmento da pesquisa que vem sendo desenvolvida no Programa de Pós-Graduação Interdisciplinar Sociedade e Desenvolvimento da Unespar/Campo Mourão, e tem como objeto de pesquisa as intersecções de gênero, raça e classe no trabalho docente no Ensino Superior do município de Umuarama, localizado no noroeste do Paraná. A pesquisa busca problematizar como essas intersecções se manifestam no cotidiano e nas trajetórias docentes, contribuindo para a construção de reflexões críticas e antirracistas sobre o Ensino Superior brasileiro.

As ações afirmativas, como o sistema de cotas, ampliaram significativamente o acesso de mulheres negras ao Ensino Superior no Brasil, inclusive possibilitando o percurso desta pesquisadora. No entanto, a escrevivência aqui enunciada, parte dessa experiência na docência do Ensino Superior e evidencia o longo caminho a percorrer para a superação das desigualdades estruturais e rompimento com os privilégios historicamente reservados à hegemonia branca no espaço da docência universitária.

Neste contexto, a interdisciplinaridade mostrou-se central para a análise, uma vez que o fenômeno em questão envolve estruturas sociais, subjetividades, marcos históricos e culturais, portanto, complexos, exigindo contribuições articuladas de diferentes áreas do saber. Fazenda (2012) ressalta que na interdisciplinaridade, alguns pontos se articulam de forma gradual, entre eles, a inquietação que nasce do investigador e da investigadora por intermédio da experiência pessoal, a vivência como mediadora do conhecimento em suas nuances e, à medida que se vive o conhecimento, a abertura de um caminho de reflexão e nele o encontro com teóricos de diferentes ramos do conhecimento que ampliam a consciência pessoal.

¹ Mestranda, Programa de Pós-Graduação Interdisciplinar Sociedade e Desenvolvimento (PPGSeD), Universidade Estadual do Paraná (Unespar), *campus* de Campo Mourão, gabima.psico@gmail.com.

² Doutora em Serviço Social, docente da Universidade Estadual do Paraná (Unespar), *campus* de Apucarana, maria.barboza@ies.unespar.edu.br.

METODOLOGIA

O estudo caracteriza uma escrevivência, um rompimento com os pressupostos de imparcialidade e da suposta neutralidade da ciência moderna, tendo em vista que é a partir da experiência vivenciada que se pesquisa, escreve e salienta-se a importância dessas discussões no campo teórico-científico (Evaristo, 2020).

Ademais, considerando a complexidade do objeto e o contexto sociocultural brasileiro, a pesquisa partiu de uma perspectiva interdisciplinar, articulando contribuições da Educação, da Sociologia e História que dialogam com os aportes teóricos do Feminismo Negro, dos Estudos Decoloniais e da Interseccionalidade. Essas perspectivas foram compreendidas como ferramentas teórico-metodológicas e ético-políticas fundamentais para orientar tanto as discussões quanto a análise dos dados.

DISCUSSÕES E RESULTADOS

Inicialmente discutimos as heranças do colonialismo: estruturas de poder e desigualdade no Brasil, nesta seção abordamos “Colonialidade como base do Racismo Estrutural na Sociedade Brasileira”, sendo colonialidade a permanência das estruturas de dominação herdadas do período colonial que continuam sendo a base das desigualdades raciais e de gênero no país (Lugones, 2020).

Neste contexto, a colonialidade opera como o alicerce do racismo estrutural no Brasil, perpetuando a lógica de desumanização e inferiorização de grupos racializados, de modo que o racismo não se restrinja a atitudes individuais, mas se consolide como um sistema de poder que regula o acesso a recursos, oportunidades e reconhecimento (Nascimento, 2016). Essa herança se manifesta na manutenção de hierarquias que privilegiam determinados grupos sociais, particularmente homens brancos, em detrimento de mulheres e pessoas negras cujas trajetórias, principalmente acadêmicas e profissionais, são atravessadas por barreiras históricas e institucionais.

A partir disso, pensamos “A inseparabilidade entre Racismo e Patriarcado nas Estruturas de Poder”, considerando que as estruturas de poder no Brasil revelam profunda interdependência, principalmente entre essas formas de dominação, se articulando na produção e manutenção das desigualdades sociais e reforçando a marginalização de mulheres negras (Carneiro, 2011). Assim, evidencia-se que a presença reduzida dessas mulheres em

posições de destaque é reflexo direto dessa interseção de opressões que combina a discriminação racial e a desigualdade de gênero. Para finalizar esta seção, propusemos discussões sobre “Divisão Sexual e Racial do Trabalho como legado da colonialidade”, tendo em vista que, em nossa sociedade, essa lógica se expressa na distribuição desigual de funções e responsabilidades, onde mulheres, especialmente negras, são frequentemente destinadas a tarefas menos valorizadas, enquanto os homens brancos ocupam cargos de prestígio e decisão (Kergoat, 2009).

Em seguida, abordamos a universidade como espelho dessas hierarquias sociais: intersecções entre gênero, raça e classe, iniciando com discussões sobre “Interseccionalidade: Uma leitura crítica das estruturas de opressão”. O conceito criado por Crenshaw (2002) e discutido pela brasileira Carla Akotirene (2019), possibilita uma leitura crítica das estruturas de opressão, ao reconhecer que as desigualdades não atuam isoladamente, mas de forma entrelaçada. Essa abordagem reitera que a exclusão de mulheres negras de espaços socialmente privilegiados resulta de um sistema interdependente de dominação, em que o racismo, o patriarcado e as barreiras socioeconômicas se reforçam mutuamente (Collins; Bilge, 2020).

Em seguida, ao dissertar sobre “Trabalho docente no Ensino Superior do Brasil: Uma análise interseccional das desigualdades”, propusemos discussões sobre como a universidade brasileira reflete, desde sua implantação no Brasil, as hierarquias sociais que estruturam a sociedade (Marques, 2015).

Neste cenário, o acesso e a permanência de pessoas negras, particularmente mulheres, são condicionados por fatores socioeconômicos e culturais que se interligam, evidenciando que a meritocracia acadêmica não opera em um campo de igualdade, mas sobre um terreno profundamente desigual, o que reitera a interseccionalidade de gênero, raça e classe como ferramenta analítica indispensável para compreender as múltiplas camadas de exclusão que atravessam trabalho docente no Ensino Superior (Clemente; Clemente, 2023).

Por fim, analisaremos o Ensino Superior no município de Umuarama-PR sob as lentes da interseccionalidade, apresentando o perfil socioeconômico e educacional dos(as) participantes da pesquisa e propondo reflexões a partir das interseções de gênero, classe e raça identificadas na docência no Ensino Superior de Umuarama-PR.

CONSIDERAÇÕES FINAIS

A compreensão do colonialismo e da colonialidade como questões contemporâneas possibilita desnaturalizar trajetórias históricas e fortalecer o enfrentamento das desigualdades estruturais. Este estudo evidenciou o quanto o mercado de trabalho brasileiro ainda reproduz hierarquias racializadas e generificadas, nas quais mulheres negras permanecem sub-representadas, especialmente em espaços socialmente privilegiados como o Ensino Superior. Tal cenário reflete a persistência da colonialidade nas dinâmicas atuais de poder, sustentadas pelo entrelaçamento entre racismo e patriarcado.

Ao pensar sobre as múltiplas opressões que atravessam a trajetória de mulheres negras e o trabalho docente na universidade, a pesquisa reafirma a urgência de se (re)conhecer e valorizar narrativas silenciadas e, neste sentido, esta escrivência busca contribuir para o fortalecimento de debates e para a formulação de políticas comprometidas com a equidade e a representatividade.

Sabemos que enfrentar as desigualdades estruturais implica romper com as lógicas coloniais e construir alternativas que promovam equidade e representatividade para os sujeitos historicamente silenciados, portanto, mais do que garantir acesso, é necessário assegurar permanência, ocupação e reconhecimento desses sujeitos nos espaços de poder e produção de conhecimento.

Almejamos que esta pesquisa possa contribuir com o (re)conhecimento das assimetrias herdadas do colonialismo e inspire novos olhares críticos, comprometidos com a superação do racismo estrutural e com a construção de uma sociedade mais justa e equitativa e de um Ensino Superior plural e emancipador.

REFERÊNCIAS

AKOTIRENE, Carla. **Interseccionalidade**. São Paulo: Pólen, 2019.

CARNEIRO, Sueli. **Racismo, sexismo e desigualdade no Brasil**. São Paulo, SP: Selo Negro, 2011.

CLEMENTE, Flávia da Silva; CLEMENTE, Márcia da Silva. Racismo e sexismo em Instituições de Ensino Superior: experiências de docentes negras na gestão acadêmica.

Estudos Universitários: Revista de Cultura, v. 40, n. 1, Recife, jan./jun. 2023, p. 170-196.

Disponível em:

<https://periodicos.ufpe.br/revistas/index.php/estudosuniversitarios/article/view/258235https://periodicos.ufpe.br/revistas/index.php/estudosuniversitarios/article/view/258235>. Acesso em:

04 jan. 2024.

COLLINS, Patricia Hill; BILGE, Sirma. **Interseccionalidade**. Tradução Rane Souza. São Paulo: Boitempo, 2020.

CRENSHAW, Kimberlé. Documento para o encontro de especialistas em aspectos da discriminação racial relativos ao gênero. **Revista Estudos Feministas**, v. 10, n. 1, 2002, p. 171-188. Disponível em:

<https://www.scielo.br/j/ref/a/mbTpP4SFXPnJZ397j8fSBQQ/abstract/?lang=pt#>. Acesso em: 18 maio 2024.

EVARISTO, Conceição. A escrevivência e seus subtextos. In: DUARTE, Constância Lima; NUNES, Isabella Rosado (orgs). **Escrevivência: a escrita de nós: reflexões sobre a obra de Conceição Evaristo**. 1. ed. Rio de Janeiro: Mina Comunicação e Arte, 2020. p. 26-47.

FAZENDA, Ivani Catarina Arantes. **Interdisciplinaridade: história, teoria e pesquisa**. 18ª ed. Campinas, SP: Papirus, 2012.

KERGOAT, Daniele. Divisão sexual do trabalho e relações sociais de sexo. In: HIRATA, Helena. et al (Orgs.). **Dicionário Crítico do Feminismo**. São Paulo: Editora Unesp, 2009. p. 67-75.

LUGONES, María. Colonialidade e gênero. In: HOLLANDA, Heloisa Buarque de (Org.). **Pensamento feminista hoje: perspectivas decoloniais**. Rio de Janeiro: Bazar: 2020. p. 52-83.

MARQUES, Maria Inez Barboza. **Divisão sexual do trabalho e suas expressões: reflexões a partir do trabalho docente em Serviço Social na Universidade Estadual do Paraná (Unespar)**. 2015. 297 f. Tese (Doutorado em Serviço Social) - Pontifícia Universidade Católica de São Paulo (PUC-SP), São Paulo, 2015.

NASCIMENTO, Abdias do. **O genocídio do negro brasileiro: processo de um racismo mascarado**. 1. ed. São Paulo: Perspectiva, 2016. 232 p.

PARA ALÉM DA IDADE: A INTERSECCIONALIDADE COMO LENTE PARA COMPREENDER AS MÚLTIPLAS DESIGUALDADES NO PROCESSO DE ENVELHECIMENTO

CORREIA, Jefferson Nery¹LUNA, Karla Ignes²PAULA, Daniela Alves Oliveira de³

ST 9 - Temas transversais

INTRODUÇÃO

O envelhecimento populacional é um dos fenômenos demográficos mais marcantes das últimas décadas e tem se intensificado em ritmo acelerado no Brasil. De acordo com os dados dos Censos Demográficos de 2010 e 2022, realizados pelo Instituto Brasileiro de Geografia e Estatística (IBGE), o país vem experimentando uma transição demográfica profunda, caracterizada pelo aumento significativo da população idosa e pela redução da base jovem. Tal cenário traz implicações sociais, econômicas, culturais e de saúde pública, que ocorrem de forma inter-relacionadas (IBGE, 2022).

O processo de envelhecimento deve ser compreendido a partir da interseccionalidade, que evidencia as múltiplas formas de envelhecer influenciadas por marcadores sociais como gênero, classe, etnicidade, idade, deficiência e orientação sexual. (Rocha; Vieira; Antunes, 2023). A interseccionalidade é um conceito teórico e metodológico que busca compreender como diferentes eixos de opressão, como raça, gênero, classe, sexualidade e idade, se articulam na experiência social dos indivíduos, gerando formas específicas de discriminação e privilégio (Akotirene, 2019; Crenshaw, 2002).

¹ Aluno Não Regular, Programa de Pós-Graduação Interdisciplinar Sociedade e Desenvolvimento (PPGSeD), Universidade Estadual do Paraná (Unespar), *campus* de Campo Mourão, Enfermeiro e Especialista em Saúde Pública com Ênfase em Saúde do Trabalhador, jc.30br@gmail.com.

² Aluna Não Regular, Programa de Pós-Graduação Interdisciplinar Sociedade e Desenvolvimento (PPGSeD), Universidade Estadual do Paraná (Unespar), *campus* de Campo Mourão, Licenciatura em Sociologia pela Universidade Estadual de Maringá (UEM) e Especialista em Didática e Ensino de Sociologia, karla.luna.mga@gmail.com.

³ Aluna Não Regular, Programa de Pós-Graduação Interdisciplinar Sociedade e Desenvolvimento (PPGSeD), Universidade Estadual do Paraná (Unespar), *campus* de Campo Mourão, Licenciatura em Educação Física e Especialista em Educação a Distância: Gestão e Tutoria, danielaalves0604@gmail.com.

Originalmente desenvolvida por Kimberlé Crenshaw, a interseccionalidade surgiu como crítica às abordagens que analisavam as opressões de forma isoladas, sem considerar a simultaneidade e a interdependência das desigualdades estruturais. Mas, já vinha sendo uma luta intensa das feministas negras americanas nas décadas de 1960 e 1970, para atender suas necessidades de visibilizar as questões envolvendo as desigualdades vividas por elas relacionadas a gênero, raça e classe (Crenshaw, 2001).

Dessa forma a interseccionalidade não se configura apenas como instrumento teórico, mas como uma lente necessária para análise crítica da sociedade brasileira, permitindo compreender a complexidade das desigualdades e orientar práticas que promovam justiça social e equidade. (Rocha; Vieira; Antunes, 2023).

METODOLOGIA

A pesquisa bibliográfica foi desenvolvida no âmbito da disciplina “Interseccionalidade e políticas públicas: do debate acadêmico às práticas sociais”, oferecida pelo Programa de Pós-Graduação Interdisciplinar Sociedade e Desenvolvimento, em nível mestrado, da Unespar - *campus* de Campo Mourão. O presente estudo adota como procedimento metodológico uma revisão bibliográfica, com abordagem qualitativa e de caráter interdisciplinar, centrada na análise crítica, por meio de produções acadêmicas, artigos científicos, dissertações, livros e outros documentos oficiais.

A temática sobre o envelhecimento de mulheres negras no Brasil contemporâneo à luz da interseccionalidade justifica-se pela necessidade de articular diferentes campos do saber: como os estudos de gênero, raça, classe, envelhecimento, saúde e políticas públicas. Uma vez que a realidade social não pode ser compreendida de forma fragmentada. Nesse sentido, a interdisciplinaridade constitui-se em um caminho teórico-metodológico capaz de integrar múltiplas perspectivas para uma compreensão mais ampla e crítica do fenômeno estudado (Fazenda, 2012; Jupiassu, 1976).

DISCUSSÕES E RESULTADOS

Os dados recentes evidenciam que o Brasil envelhece em ritmo acelerado, com impactos diretos sobre as políticas públicas e estruturas social, política e econômica. O desafio é garantir que esse envelhecimento ocorra com qualidade de vida, equidade e respeito

aos direitos humanos. As desigualdades de gênero, raça e classe social continuam a moldar a experiência da velhice, exigindo ações intersetoriais que promovam educação, saúde, renda e participação social.

Segundo o Censo de 2022, a população com 60 anos ou mais alcançou 32.113.490 pessoas, representando 15,8% da população brasileira, um aumento de 56% em relação, quando esse grupo somava 20.590.597 pessoas (10,8%). A Organização Mundial da Saúde (OMS) alerta que o envelhecimento no Brasil ocorre de forma mais rápida que a média global, com projeção de triplicar até 2050, enquanto em outros países esse ritmo tende apenas a duplicar (OMS, 2023).

No Brasil, segundo Lélia Gonzales (2020), vem de uma herança colonial os caminhos que determinam a interseccionalidade ao produzir historicamente desigualdades durante e após o fim da escravidão. Para Lélia, a mulher negra não sofre apenas opressões de desigualdades de gênero e raça isoladamente, mas vive uma acumulação dessas opressões que se intensifica com a idade: à invisibilidade social soma-se o apagamento institucional (na saúde, no reconhecimento cultural, no mercado de trabalho, nas relações familiares). Em resumo, segundo a autora esse imbricamento ou entrecruzamento implica que o envelhecimento negro feminino no Brasil não é apenas uma questão biológica ou de deterioração, mas também de continuação de práticas sociais de exclusão, de desvalorização cultural e de negação de direitos, o que exige políticas públicas que reconheçam essa interseccionalidade (raça, gênero, classe e idade) para promover justiça social completa.

Quando se trata dos reflexos da escravização no Brasil, as questões econômicas dos idosos(as) pretos(as) e pardos(as) indicam que esse grupo populacional na maioria das vezes não possui renda suficiente para sua sobrevivência com dignidade, porque são pobres. E esse quadro leva entre outras coisas ao analfabetismo ou semianalfabetíssimo, tem menor proteção previdenciária devido ao grande número de empregos informais, mais um indicador de vulnerabilidade social, estressores que são cumulativos ao longo da vida o que implica em uma pior saúde física e mental dos idosos negros (Philfipi Junior, Silva Neto, 2011).

O envelhecimento no Brasil expressa de forma contundente as desigualdades históricas e raciais que marcam o país. As estatísticas mostram que entre os brasileiros com 60 anos ou mais, o analfabetismo negro e pardo é bem considerável, principalmente se comparado como os brancos. Isso mostra o acúmulo de exclusões que a população negra

enfrenta ao longo da vida, como restrições de acesso à educação, saúde segurança e oportunidades de trabalho, isso culmina com uma velhice marcada por privações, o que o autor chama de “*afrovelhice*”, representa o envelhecer de quem foi historicamente impedido de usufruir condições de bem-estar e cidadania plenas (Moratelli, 2025). Ademais, segundo o autor, refletir sobre a *afrovelhice* é, portanto, essencial para compreender que o processo de envelhecimento no Brasil não é uma experiência homogênea. Ela revela a persistência de estruturas de dominação racial e social que precisam ser desmanteladas.

Entende-se que o acesso desigual à aposentadoria e pensões reflete a mesma estrutura, pois são os negros que tem menos acesso a benefícios previdenciários, e quando o tem, geralmente são as aposentadorias de menor valor e que acaba sendo fonte do sustento de uma família numerosa sob a dependência desse idoso e seu salário. Por isso é que também se verifica a necessidade de políticas públicas efetivas e equitativas que alcancem a população negra com maior chance de vulnerabilidade e em específicas políticas para homens e mulheres idosas negras atingidas por diversas opressões sociais e de saúde na velhice (Moratelli, 2025).

CONSIDERAÇÕES FINAIS

O envelhecimento deve ser compreendido por meio da perspectiva interdisciplinar como uma etapa da vida rica em experiências, saberes e contribuições sociais. No entanto, para que as pessoas idosas possam continuar participando ativamente da sociedade, é essencial enfrentar o preconceito etário, conhecido como idadismo ou etarismo, que as exclui de diversos espaços de convivência, trabalho e decisão. Essa prática discriminatória impede o exercício pleno da cidadania, fragiliza o acesso a direitos garantidos por lei e compromete a valorização da sabedoria acumulada ao longo da vida (Brasil, 2024).

Por isso, o enfrentamento das discriminações deve ser compreendido sob a ótica das múltiplas velhices, reconhecendo que determinados grupos, como pessoas negras, indígenas, quilombolas, LGBTQIAPN+, pessoas com deficiência e populações rurais, que sofrem camadas acumuladas de exclusão. Cabe ao Estado, portanto, programar políticas públicas e ações afirmativas que garantam o protagonismo e a visibilidade dessas pessoas, criando espaços de participação social que respeitem e acolham a diversidade. Só assim será

possível construir uma sociedade verdadeiramente inclusiva, onde o envelhecimento seja reconhecido como uma fase plena de dignidade, diálogo e contribuição social (Brasil, 2024).

Sendo assim, consideramos que o tema do envelhecimento da mulher negra no Brasil ainda é pouco explorado em pesquisas científicas, nesse sentido, sugere-se novos estudos acadêmicos sobre a questão do idadismo enfrentado pelas populações mais vulneráveis e periféricas da sociedade, que se encontram na intersecção de outros marcadores sociais de desigualdade, como raça, gênero e classe.

REFERÊNCIAS

AKOTIRENE, Carla. **Interseccionalidade**. São Paulo: Pólen, 2019.

BRASIL, Lei nº 10.741, de 1º de outubro de 2003. Dispõe sobre o Estatuto da Pessoa Idosa e dá outras providências. **Diário Oficial da União**, Brasília, 2 out. 2003. Disponível em: [https://www.planalto.gov.br/ccivil_03/leis/2003/110.741.htm#:~:text=LEI%20No%2010.741%2C%20DE%201%C2%BA%20DE%20OUTUBRO%20DE%202003.&text=Disp%C3%B5e%20sobre%20o%20Estatuto%20do%20Idoso%20e%20d%C3%A1%20outras%20provid%C3%AAs&text=Art.,a%2060%20\(sessenta\)%20anos](https://www.planalto.gov.br/ccivil_03/leis/2003/110.741.htm#:~:text=LEI%20No%2010.741%2C%20DE%201%C2%BA%20DE%20OUTUBRO%20DE%202003.&text=Disp%C3%B5e%20sobre%20o%20Estatuto%20do%20Idoso%20e%20d%C3%A1%20outras%20provid%C3%AAs&text=Art.,a%2060%20(sessenta)%20anos). Acesso em: 20 out. 2025.

BRASIL. Ministério dos Direitos Humanos e da Cidadania. Secretaria Nacional dos Direitos da Pessoa Idosa. **6ª Conferência Nacional dos Direitos da Pessoa Idosa: envelhecimento multicultural e democracia – urgência por equidade, direitos e participação: texto base**. Brasília, DF: MDHC, nov. 2024. Disponível em: <https://6conadipi.mdh.gov.br/wp-content/uploads/2025/03/6a-Conf-Pessoa-Idosa-Base-v5.pdf>. Acesso em: 20 out. 2025.

CRENSHAW, Kimberlé. **A interseccionalidade na discriminação de raça e gênero**. [S.I.]: UNIFEM Brasil, 2001. Disponível em: <http://www.unifem.org.br/sites/1000/1070/00000011.pdf>. Acesso em: 24 set. 2025.

GONZALES, Lélia. **Por um feminismo afro-latino-americano: ensaios, intervenções e diálogos**. Organização de Flávia Rios e Márcia Lima. Rio de Janeiro: Zahar, 2020. Disponível em: <https://mulherespaz.org.br/site/wp-content/uploads/2021/06/feminismo-afro-latino-americano.pdf>. Acesso em: 20 out. 2025.

FAZENDA, Ivani (Org). **A pesquisa em educação e as transformações do conhecimento**. 12. Ed. Campinas, SP: Papirus, 2012.

INSTITUTO BRASILEIRO DE GEOGRAFIA E ESTATÍSTICA (IBGE). **Censo Demográfico 2022: resultados gerais da amostra**. Rio de Janeiro: IBGE, 2023. Disponível em: <https://censo2022.ibge.gov.br/panorama/>. Acesso em: 20 out. 2025.

JAPIASSU, Hilton. **Interdisciplinaridade e patologia do saber**. Rio de Janeiro: Imago, 1976.

MORATELLI, Valmir. Afrovelhice: uma outra leitura para o envelhecimento populacional brasileiro. **Revista Brasileira de Sociologia**, v. 13, e-rbs; 1012, 2005. Disponível em: <https://rbs.sbsociologia.com.br/rbs/article/view/1012/526>. Acesso em: 5 out. 2025.

ORGANIZAÇÃO MUNDIAL DA SAÚDE (OMS). **Relatório Global sobre Envelhecimento e a Saúde**. Genebra: OMS, 2023. Disponível em: <https://d1xe7tfg0uwul9.cloudfront.net/sbgg.org.br/wp-content/uploads/2015/10/OMS-ENVELHECIMENTO-2015-port.pdf>. Acesso em: 20 out. 2025.

PHILLIPI JUNIOR, Arlindo; SILVA NETO, Antônio José. **Interdisciplinaridade em ciência, tecnologia & inovação**. I. Ed. Barueri, SP: Editora Manole, 2011.

ROCHA, Daniele Eduardo; VIEIRA, Gabriela Holanda; NUNES, Juliana da Silva. Apontamentos sobre velhices, interseccionalidades e educação popular. In: **X CIEH - Congresso Internacional de Envelhecimento Humano - Perspectivas e desafios do cuidado em saúde na contemporaneidade**. Fortaleza: [s.n.]. p. 1464-1486, 2023. Disponível em: https://www.editorarealize.com.br/editora/ebooks/cieh/2023/65cf610bf04cd_16022024102011.pdf. Acesso em: 20 out. 2025.

REFLEXÕES SOBRE OS DESAFIOS DA MATERNIDADE SOLO E CARREIRA
VOLANTE, Bianca Kauane¹COSTA, Maria Antonia Ramos²

ST 9 - Temas transversais

INTRODUÇÃO

Compreender a monoparentalidade como atravessador histórico-social para a inserção e manutenção de mulheres mães no mercado de trabalho formal é fundamental para pensar políticas privadas e públicas de inclusão e equidade. Neste sentido, é importante destacar que somente a partir dos anos 1960, a categoria gênero passou a ser compreendida para além de aspectos biológicos, sendo integrada à construção identitária subjetiva, situada no polo cultural. Assim, os papéis sociais atribuídos aos sexos estão contidos em recortes culturais, havendo um transbordamento da natureza no que diz respeito ao feminino e masculino (Campos, 1992).

A própria compreensão heteronormativa de família nuclear também se entende como uma constituição simbólica sócio-histórica de papéis, por meio da qual as realidades sociais se estruturaram ao longo do tempo. Ora, se o ser-mulher e o ser-homem apresentam diferenciações em seus papéis sociais, de que forma a mulher pode extrapolar as invisibilidades e barreiras sociais que lhe são atribuídas, sendo ela uma mãe solo, para inserir-se no mercado de trabalho formal? Tal questão, não só abre o debate sobre o modo como as raízes patriarcais mantêm desigualdades de gênero, como norteará toda a discussão apresentada a seguir.

METODOLOGIA

Dada a complexidade do tema, o presente artigo possui cunho interdisciplinar, e adota uma abordagem qualitativa, sustentada por revisão bibliográfica. Essa abordagem busca expor atravessamentos histórico-culturais enfrentados por mães solo em suas trajetórias

¹ Mestranda, Programa de Pós-Graduação Interdisciplinar Sociedade e Desenvolvimento (PPGSeD), Universidade Estadual do Paraná (Unespar), *campus* de Campo Mourão, biancavolante@gmail.com.

² Doutora em Enfermagem, docente da Universidade Estadual do Paraná (Unespar), *campus* de Paranavaí, maria.costa@unespar.edu.br.

profissionais, com foco na compreensão crítica e interseccional do problema. A revisão bibliográfica, norteadas por descritores como: relações de gênero; interdisciplinaridade; interseccionalidade; gênero e raça; gênero e classe social; raça e mercado de trabalho. A busca foi realizada em bases de dados como SciELO, Periódicos Capes e Google Acadêmico, priorizando estudos que abordem a precarização do trabalho, a exclusão social e os desafios enfrentados por mulheres mães solo no Brasil. O objetivo é compor um arcabouço teórico que amplie a compreensão crítica das dinâmicas de exclusão e invisibilidade que afetam esse grupo.

DISCUSSÕES E RESULTADOS

Historicamente, as funções atribuídas ao ser-mulher, compreendiam o cuidado, seja para com o matrimônio em si, seja para com sua prole, assumindo a responsabilidade integral de cuidar e educar. Ainda hoje, autores como Pereira et al. (2024) discutem esse “destino” pré-determinado atribuído à existência feminina, especialmente no que se refere ao maternar, à concepção romantizada da maternidade e ao mito do amor materno, percebido como instintivo, inato e incondicional.

A própria temática da maternidade, portanto, revela-se ampla e complexa, envolvendo fatores relacionados à subjetividade, à singularidade e ao ambiente relacional de cada mulher. Quando somada aos desafios tradicionalmente impostos às mulheres, essa realidade gera pesos invisíveis que limitam seu desenvolvimento pessoal e, sem dúvida, profissional. A maternidade é, por si só, desafiadora e única para cada mulher, no caso específico das mães solo, foco desta pesquisa, tais desafios se tornam ainda mais intensos, atravessando dimensões estruturais, de gênero e socioeconômicos.

Vale ressaltar que a maternidade solo não corresponde, muitas vezes, ao estado civil da mulher que pode oficialmente estar casada ou em união estável sem que isso corresponda, de fato, à existência de um parceiro (também responsável pelos filhos) com quem ela possa dividir o processo de educação dos filhos (Pereira et al., 2024, p. 287). O período entre 2012 e 2022, Feijó (2023) aponta crescimento do número de domicílios chefiados por mães solo no Brasil em 17,8%, com um acréscimo de 1,7 milhão de mulheres nessa configuração parental. Além dos desafios econômicos, essas mulheres enfrentam barreiras culturais e institucionais que restringem oportunidades.

A ausência de uma rede de apoio, aliada à escassez de políticas de trabalho flexível e à sobrecarga das funções domésticas, perpetua ciclos de precarização e instabilidade financeira. Muitas dessas mulheres encontram dificuldades em conciliar as demandas maternas e a necessidade de geração de renda, especialmente em contextos de vulnerabilidade social.

Há que se falar, ainda, da persistente desigualdade de salários e de oportunidades de ascensão profissional, que, mesmo vedada expressamente pela Constituição Federal de 1988 e pela Consolidação das Leis do Trabalho, ainda reflete os resquícios de uma sociedade patriarcal e machista. Galvão (2020) destaca que, apesar das garantias legais, as mulheres seguem recebendo salários inferiores aos dos homens em todos os setores e cargos, podendo a discrepância atingir 53%, ao passo que a presença feminina em cargos de liderança continua sendo minoritária.

São persistentes os desafios como segregação ocupacional, discriminação salarial e dupla jornada de trabalho, os quais impactam diretamente a inserção e a progressão profissional das mulheres no mercado de trabalho formal. Ribeiro (2024), menciona inclusive, uma “estrutura” do espaço, em que a divisão sexual do trabalho impõe lugares para homens e mulheres, sendo os públicos como a própria rua para eles e, o privado como a casa, restrito e passivo, para elas.

CONSIDERAÇÕES FINAIS

Refletir sobre os desafios da maternidade solo e carreira, postas no âmbito histórico, cultural, econômico e subjetivo, requer uma abordagem interdisciplinar que articule campos de saberes distintos. É necessário, pois, superar fragmentações do conhecimento, estabelecer pontes entre perspectivas, tornando possível compreender as múltiplas camadas de desigualdades e invisibilidades que atravessam vivências de mães solo. A ruptura do pensamento linear, disciplinar e fragmentado é defendida por Morin (2023), pois, segundo ele, a interdisciplinaridade é uma condição à qual o conhecimento faz-se capaz de tatear, discutir, dialogar com o real em sua totalidade.

Assim, é no diálogo entre Psicologia, Sociologia e História que a temática pode e deve ganhar corpo, afinal, o ser-mulher é mais do que um corpo subjetivo, se constitui no meio social e carrega consigo marcadores históricos, extrapolando o momento presente. É necessário articular saberes sobre a constituição simbólica de papéis femininos, a perpetuação

de normas e padrões que naturalizam a divisão sexual do trabalho, bem como as estruturas institucionais e culturais que mantêm a precarização e invisibilização de mulheres mães. Porquanto, discutir as múltiplas camadas, indubitavelmente, significa refletir sobre vidas, economia e, porque não, o futuro de sociedades mais equitativas.

REFERÊNCIAS

CAMPOS, Maria Consuelo Cunha. Gênero. In: JOBIM, José Luiz (org). **Palavras da Crítica**. Rio de Janeiro: Imago, 1992.

FEIJÓ, Janaína. **Mães solo no mercado de trabalho**. 2023. Disponível em: <https://blogdoibre.fgv.br/posts/maes-solo-no-mercado-de-trabalho>. Acesso em: 02 nov. 2025.

GALVÃO, Lize Borges. Mãe solteira não. Mãe solo! Considerações sobre maternidade, conjugalidade e sobrecarga feminina. **Revista Direito e Sexualidade**, [S.l.], v. 1, n. 1, p. 1-23, 22 set. 2020.

MORIN, Edgar. **A cabeça bem-feita**: repensar a reforma, reformar o pensamento. 8ª ed. Rio de Janeiro: Bertrand Brasil, 2003.

PEREIRA, Jarmara Garcia Laurindo; XAVIER, Larissa Atanazio; RESENDE, Camila Miranda de Amorim. Vulnerabilidade de Mães Solo: desromantizando a ideia de mulheres guerreiras. **Revista Mosaico**, [S.l.], v. 15, n. 3, p. 285-297, 28 dez. 2024.

RIBEIRO, Tamires da Silva. **A violência que nos cerca**: mulheres nos espaços públicos. 2024. 150 f. Dissertação (Mestrado em Sociedade e Desenvolvimento) - Universidade Estadual do Paraná, Campo Mourão, 2024.

RESISTÊNCIA E IDENTIDADE SURDA: UM ESTUDO DOS FILMES *FILHOS DO SILÊNCIO* (1986) E *A GANGUE* (2014)

OLIVEIRA, Guilherme de Souza¹

ST 9 - Temas transversais

INTRODUÇÃO

O oralismo se encaixa como ferramenta de uma estrutura de poder, pois “percebe a surdez como uma deficiência que deve ser minimizada através da estimulação auditiva” (Goldfeld, 1997, p. 31). Durante anos, sua imposição representou um obstáculo significativo ao pleno acesso dos surdos à educação, resultando em sua invisibilidade dos direitos dessa população.

Quando falamos em cinema e nas representações surdas nos filmes que, de alguma forma, abordam a surdez, muitos parecem perpetuar ideais oralistas de sua época. “Durante décadas, o cinema retratou o personagem surdo como cômico ou vítima. As histórias serviam para reafirmar estereótipos sobre o surdo que nada tem a ver com a realidade da cultura surda” (Bubniak, 2016, p. 11).

Ao considerar o grande número de obras cinematográficas em que a comunidade ou o indivíduo surdo estão no tema central, seja em “boas” ou “más” representações, o presente artigo se pauta na análise de dois filmes: o estadunidense *Filhos do Silêncio* (*Children of a Lesser God*, 1986) e o ucraniano *A Gangue* (*Плем'я*, 2014).

Lançado em 1986, *Filhos do Silêncio* aborda o romance entre James, um professor oralista, e Sarah, uma faxineira surda que não deseja ser oralizada. Repleto de clichês hollywoodianos, o filme coloca em evidência o orgulho de Sarah em pertencer a uma comunidade surda, ao mesmo tempo que enfrenta desafios em um mundo oralista, opressão materializada pelo personagem de James.

Já *A Gangue* acompanha Sergey, que acaba de chegar em um instituto para menores infratores. Para ser aceito socialmente, o jovem passa a integrar uma gangue que pratica delitos na cidade, mas enfrenta problemas quando se apaixona pela namorada do líder do

¹ Mestrando, Programa de Pós-Graduação em Letras (PLE), Universidade Estadual de Maringá (UEM), guilhermedesoliveira@gmail.com.

grupo. No filme, todos os personagens são surdos e se comunicam apenas por meio da Língua de Sinais Ucraniana.

Partindo da hipótese de que as duas obras representam as pessoas surdas de formas distintas, o objetivo deste estudo foi compreender como se dá a construção da identidade e da resistência surda nos filmes analisados, considerando os ideais oralistas que ainda cercam o mundo ouvinte.

METODOLOGIA

Este estudo se caracteriza como uma pesquisa qualitativa de natureza exploratória e descritiva, focada na análise fílmica de duas obras cinematográficas: *Filhos do Silêncio* (1986) e *A Gangue* (2014). A metodologia adotada para a coleta e análise de dados baseou-se na leitura atenta dos roteiros e na observação detalhada de cenas-chave de ambos os filmes, buscando identificar elementos que contribuam para a construção das identidades e resistências surdas.

A análise fílmica foi orientada pelas bases teóricas do pós-colonialismo e dos estudos culturais. Para a compreensão das noções de identidade, foram aplicados os estudos de Hall (2011), e Bhabha (1998). Quanto ao conceito de resistência, a obra de Ashcroft (2001) serviu como alicerce, especialmente no que se refere às manifestações de resistência cultural e linguística, o contra-discurso canônico e a desconstrução do mito binário.

DISCUSSÕES E RESULTADOS

Em primeiro momento, para pensar a construção da identidade surda, o descentramento em relação aos estudos do linguista estrutural Ferdinand de Saussure, como apontado por Hall (2011), nos parece mais pertinente.

No filme *Filhos do Silêncio*, o professor James tenta, a todo custo, convencer que a jovem Sarah aprenda a falar. Ela, que nasceu surda em uma família ouvinte, é relutante, por ter sofrido preconceitos ao longo da infância e juventude, fato que a levou a se afastar da mãe. Eles se apaixonam e iniciam um romance, o que leva James a compreender melhor as razões da mulher em se comunicar apenas pela Língua de Sinais Americana (ASL). Mesmo assim, ele tenta convencer Sarah a falar em diversos momentos.

As conversas em ASL entre os personagens não são legendadas, por isso, James fala em voz alta tudo o que Sarah sinaliza, como se estivesse falando sozinho. Isso não só evita o uso de legendas, que não seriam bem recebidas pelo público estadunidense nos anos 80, mas coloca uma valorização à linguagem oral, em detrimento à língua de sinais. O público ouvinte sabe o que ela fala porque James coloca em palavras o que Sarah sinaliza.

Antes de iniciar um relacionamento, Sarah e James saem para jantar em um restaurante. Enquanto dançam no salão, o professor tenta, mais uma vez, convencê-la a ser oralizada. Sarah, no entanto, se recusa, e reitera que sua língua não a faz inferior, nem incapaz de fazer qualquer coisa que uma pessoa ouvinte faria. O silêncio de James poderia significar que ele está abrindo mão de oralizar Sarah, mas outras passagens do filme evidenciam as pretensões de James.

Ashcroft (2001) cita que o mito binário funciona para justificar a missão civilizadora. Ao analisarmos o binarismo ouvinte/surdo, nessa perspectiva, James parece usar dessa ferramenta constantemente. Sarah é por várias vezes enfática, mas James parece mentir, para conseguir o que quer.

É durante uma briga entre os protagonistas que o conflito de identidade surda/ouvinte tem seu ápice. Na discussão, a resistência de Sarah evidencia o orgulho de sua identidade de surda, que constantemente esbarra na identidade ouvinte de James. O pensamento opressor e colonial de James, que acredita ser superior à surdez de Sarah, vem à tona. Ao ter sua identidade questionada, ela entra num processo parecido com o qual Hall (2011) chama de crise de identidade, uma vez que a insistência de James a faz questionar seu mundo social e cultural.

A opressão da comunidade surda, marcada pela tentativa de oralização que James pratica dentro e fora da sala de aula, demonstra a força do binário Eu/Outro, como apontado por Bhabha (1998). O surdo, colonizado a todo custo pela voz, é definido a partir da “falta” e da “incompletude”. Para James, o fato de Sarah não ouvir e se recusar a falar, o incomoda porque ele não compreende, enquanto colonizador, a importância da língua de Sarah para sua constituição enquanto mulher surda.

Se *Filhos do Silêncio* reitera o discurso colonial e reforça o binarismo ouvinte/surdo, *A Gangue* rompe drasticamente com esses fatores, apresentando o que Ashcroft (2001) aponta

como contra-discurso canônico, uma vez que o cinema surdo se caracteriza justamente por sua capacidade de evidenciar a cultura surda em primeiro plano.

Se a língua é um sistema social coletivo e constituinte da identidade (Hall, 2011), a língua de sinais para a comunidade surda é base do sistema identitário surdo. Em *A Gangue* ela não é uma ferramenta, é esse próprio sistema. O indivíduo surdo, por sua vez, não é mais um objeto, mas sim constituinte do seu próprio ser, que conta sua história em uma língua que o representa.

Considerando que filmes sobre a surdez, historicamente, carregam estereótipos de surdos, representando-os como incapazes, coitados ou apenas para alívio cômico (Bubniak, 2016), o longa ucraniano aborda o surdo como um ser humano qualquer: que constrói laços sociais e que pode, ainda, ser imperfeito. Na trama, os jovens comandam atividades ilícitas, como tráfico de drogas e prostituição. Para o telespectador ouvinte, o entendimento do que se passa nas cenas se dá pelo que é possível interpretar por imagens que dizem por si só, como no momento que Anya, umas das garotas que se prostituem, realiza um aborto clandestino.

A língua de sinais, por ser visual e se dar pelo movimento das mãos, depende da expressão facial para representar pretensões como medo, dúvida, afirmação e empolgação. Após um dos colegas morrer atropelado, é o semblante de preocupação do grupo que demonstra os medos e as dúvidas perante a situação.

Podemos considerar o oralismo como uma tentativa de colonização por meio da voz, uma tentativa de impor uma falsa superioridade da comunicação oral enquanto única ferramenta genuína de expressão humana. Em *A Gangue*, a língua de sinais representa resistência identitária, como apontada por Bhabha (1998), ao transformar a ‘falta’ em agente político e caracterizar uma subversão de valores. Os personagens se comunicam e se envolvem, em relações de amor, ódio e amizade, utilizando apenas a língua gestual.

CONSIDERAÇÕES FINAIS

Diante das análises realizadas, foi possível compreender que os filmes *Filhos do Silêncio* (1986) e *A Gangue* (2014) oferecem perspectivas distintas sobre a construção da identidade e da resistência surda em seus enredos. Enquanto o primeiro, apesar de ter uma protagonista surda, se mostra atrelado a ideais oralistas e ouvintistas, perpetuando o binarismo

ouvinte/surdo e a noção de "falta" da comunidade surda, *A Gangue* rompe drasticamente com essa lógica.

Em *Filhos do Silêncio*, a figura do professor James, representa o colonizador que busca impor sua língua e cultura, evidenciando o mito binário e a opressão. A resistência de Sarah, embora presente, é constantemente desafiada pela tentativa de assimilação. Por outro lado, *A Gangue* se põe como um potente contra-discurso, como teorizado por Ashcroft (2001). Sem legendas ou narração, o filme valoriza a língua de sinais, que funciona como um símbolo de resistência identitária, transformando a suposta "falta" em força política e representativa.

Assim, percebe-se uma constante evolução na representação da comunidade surda no cinema, que agora parece se preocupar mais com representatividade. Enquanto o filme estadunidense reflete os desafios de um pensamento oralista e a luta da comunidade surda pelo reconhecimento de sua identidade, o filme ucraniano se alinha às discussões contemporâneas sobre pós-colonialismo, reafirmando a importância da língua de sinais e do cinema surdo como elementos essenciais para a autonomia e a autoafirmação da identidade surda.

REFERÊNCIAS

ASHCROFT, Bill. Resistance. In: ASHCROFT, Bill. **Post-Colonial transformation**. London: Routledge, 2001.

BHABHA, Homi. Interrogando a Identidade. In: BHABHA, Homi. **O local da cultura**. Belo Horizonte: Ed. UFMG, 1998.

BUBNIAK, Fabiana Paula. **Cinema Surdo**: uma poética pós-fonocêntrica. 2016. Dissertação (Mestrado em Ciências da Linguagem) - Universidade do Sul de Santa Catarina, Palhoça, 2016.

CHILDREN OF A LESSER GOD (**Filhos do Silêncio**). Direção de Randa Haines. Los Angeles: Paramount Pictures, 1986. Filme. Disponível em: https://www.primevideo.com/detail/0FFJSDLUEZVZ5AQOTA85UIJWZN/ref=atv_dp_share_cu_r. Acesso em: 11 out. 2025.

GOLDFELD, Márcia. **A criança surda**: linguagem e cognição numa perspectiva sociointeracionista. 2ª ed. São Paulo: Plexus, 1997.

HALL, Stuart. **A identidade cultural na pós-modernidade**. 11ª ed. Rio de Janeiro: DP&A, 2011.

10, 11 e 12 DE NOVEMBRO



Interdisciplinaridade, Universidade e Ação



THE TRIBE (A Gangue). Direção de Myroslav Slaboshpytskiy. Kiev: Garmata Film Production, 2014. Filme. Disponível em: <https://www.youtube.com/watch?v=GspOGJ-y0A&list=PPSV>. Acesso em: 10 out. 2025.

TRABALHO INFANTIL E RACISMO AMBIENTAL EM PARANAGUÁ/PR

SANTOS, Camila Vanhoni dos¹

MELLO, Cleverson Molinari²

ST 9 - Temas transversais

INTRODUÇÃO

A relação entre trabalho infantil e racismo ambiental é complexa e multifacetada. Desde o nascimento até a chegada na fase adulta, os indivíduos passam por alterações físicas e psíquicas que vão se aprimorando ao longo do tempo para torná-lo um adulto em toda sua potencialidade. Ingressar no mercado de trabalho ainda na infância compromete todo o desenvolvimento físico e psíquico das crianças e/ou adolescentes, pois eles ainda não possuem a força, a maturidade e o discernimento necessários para atividades laborais, que em grande maioria são perigosas e insalubres. Vale lembrar que a legislação brasileira, traz no art. 7º, XXXIII da Constituição Federal que a idade mínima para o trabalho é de 16 (dezesesseis) anos, salvo na condição de aprendiz a partir dos 14 (quatorze) anos. A partir de uma abordagem interdisciplinar, propõe-se refletir sobre como o racismo ambiental e o trabalho infantil estão interligados e são produtos de uma sociedade desigual.

METODOLOGIA

Trata-se de uma pesquisa bibliográfica, por meio da seleção dos textos, artigos e livros já publicados acerca da temática, tendo como intuito aprofundar o conhecimento que se tem do objeto de estudo a ser desenvolvida no contexto do Programa de Pós-Graduação de Ambientes Litorâneos e Insulares (PALI/Unespar). A pesquisa é também aplicada, por meio da realização de um estudo de caso, tendo como objeto de investigação o município de Paranaguá/PR. A pesquisa é descritiva, pois busca descrever a realidade local, estabelecendo o paralelo entre trabalho infantil e racismo ambiental. É também exploratória, ao abordar e discutir os dados atuais trazidos pelo Diagnóstico Municipal de Paranaguá produzido em 2024.

¹ Mestranda, Programa de Pós-Graduação em Ambientes Litorâneos e Insulares (PALI), Universidade Estadual do Paraná (Unespar), *campus* de Paranaguá, vanhoni.camila@gmail.com.

² Doutor em Educação, docente da Universidade Estadual do Paraná (Unespar), *campus* de Paranaguá, cleverson.mello@unespar.edu.br.

DISCUSSÕES E RESULTADOS

O trabalho infantil, muitas vezes, é uma resposta a fatores de desigualdade socioambiental, como a pobreza e a falta de acesso a recursos naturais. Já o racismo ambiental, por sua vez, se manifesta na desigualdade socioambiental, onde as comunidades marginalizadas, como pessoas negras, indígenas e pobres, enfrentam os impactos negativos da degradação ambiental e da falta de acesso a serviços ambientais.

Segundo a Organização das Nações Unidas (ONU), o trabalho infantil fez no ano de 2024, 138 milhões de vítimas no mundo. Um levantamento do Fundo das Nações Unidas para a Infância – Unicef e da Organização Internacional do Trabalho – OIT, indicou que destes 138 milhões, 54 milhões realizavam trabalhos perigosos, comprometendo assim sua saúde, segurança e desenvolvimento (ONU, 2025).

No artigo “*O clamor por Justiça Ambiental e contra o Racismo Ambiental*”, Selene Herculano conceitua de maneira muito didática que racismo ambiental diz respeito às injustiças sociais e ambientais que recaem de forma desproporcional sobre etnias vulnerabilizadas. O racismo ambiental não se configura apenas por meio de ações que tenham uma intenção racista, mas igualmente por meio de ações que tenham impacto racial, não obstante a intenção que lhes tenha dado origem (Herculano, 2008). A autora afirma que, os mecanismos e processos sociais movidos pelo racismo ambiental naturalizam as hierarquias sociais que, por sua vez, inferiorizam etnias e percebem como vazios os espaços físicos onde, territórios estão constituídos por uma população que se caracteriza por depender estreitamente do ecossistema no qual se insere. Em suma, trata-se da construção e permanência de relações de poder que inferiorizam aqueles que estão mais próximos da natureza, ao ponto de torná-los invisíveis.

O trabalho infantil por ocorrer numa fase de desenvolvimento físico, psicológico e intelectual, deixam marcas, muitas vezes, invisíveis e irreversíveis, que perduram até a vida adulta.

Nos aspectos físicos causam fadiga excessiva, problemas respiratórios, doenças causadas por agrotóxicos, lesões e deformidades na coluna, alergias, distúrbios do sono e irritabilidade. Segundo o Ministério da Saúde, crianças e adolescentes se acidentam seis vezes mais do que adultos em atividades laborais porque têm menor percepção dos perigos. Fraturas, mutilações, ferimentos causados por objetos cortantes, queimaduras, picadas por animais

peçonhentos e morte são exemplos de acidentes de trabalho. Nos aspectos psicológicos estão os abusos físicos, sexuais e emocionais como os principais fatores de adoecimento das crianças e adolescentes trabalhadores. Outros problemas identificados são: fobia social, isolamento, perda de afetividade, baixa autoestima e depressão. Já nos aspectos intelectuais/educacionais está o baixo rendimento escolar, distorção idade-série, abandono da escola e não conclusão da Educação Básica. Cabe ressaltar que quanto mais cedo o indivíduo começar a trabalhar, menor é seu salário na fase adulta. Isso ocorre, em grande parte, devido ao baixo rendimento escolar e ao comprometimento no processo de aprendizagem. É um ciclo vicioso que limita as oportunidades de emprego aos postos que exigem baixa qualificação e baixa remuneração, perpetuando a pobreza e a exclusão social (FNPETI, 2025).

Infelizmente, tais apontamentos são um retrato da realidade brasileira, principalmente no que se refere as classes sociais mais baixas e/ou em situação de vulnerabilidade social.

CONSIDERAÇÕES FINAIS

A reflexão proposta no estudo é como o trabalho infantil pode ser um produto do racismo ambiental, visto que sua maioria atinge a população pobre e/ou vulnerabilizada. Mas não nos enganemos. O trabalho infantil não é exclusividade das classes vulnerabilizadas, há também trabalho infantil em classes mais elevadas. Atualmente, podemos considerar que um dos maiores inimigos do trabalho infantil é sua invisibilização. Em nossa sociedade, muitas pessoas exaltam o trabalho infantil com frases do tipo: “*Melhor estar trabalhando do que traficando*” ou “*Eu trabalhei e não morri*” ou ainda “*O trabalho dignifica o homem*”. Tais afirmações não levam em conta que a infância e a adolescência são períodos de formação física, psíquica e educacional, que podem causar danos invisíveis e permanentes.

Portanto, pretende-se com o estudo dar visibilidade ao trabalho infantil que na maioria das vezes apresenta-se invisível. Da mesma forma, analisar os malefícios do trabalho infantil e dos prejuízos causados por ele, tanto para as crianças e adolescentes quanto à sociedade em geral.

REFERÊNCIAS

ANTONIASSI, Helga Maria da Conceição Miranda. **O trabalho infantil no Brasil e a doutrina da proteção integral da criança**. 1ª ed. Curitiba: Appris, 2024.

FNPETI, 2025. **Campanha reforça a urgência do enfrentamento ao trabalho infantil.** Disponível em: <https://fnpeti.org.br/noticias/2025/05/30/campanha-reforca-a-urgencia-do-enfrentamento-ao-trabalho-infantil>. Acesso em: 13 jul. 2025.

HERCULANO, Selene. **O clamor por justiça ambiental e contra o racismo ambiental.** Disponível em: <https://www3.sp.senac.br/hotsites/blogs/InterfacEHS/wp-content/uploads/2013/07/art-2-2008-6.pdf>. Acesso em: 23 set. 2024.

HERCULANO, Selene. **Racismo ambiental, o que é isso?** Disponível em: https://www.professores.uff.br/seleneherculano/wp-content/uploads/sites/149/2017/09/Racismo_3_ambiental.pdf. Acesso em: 16 out. 2025.

UNICEF, 2025. **Apesar do progresso, o trabalho infantil ainda afeta 138 milhões de crianças em todo o mundo – OIT, UNICEF.** Disponível em: <https://www.unicef.org/brazil/comunicados-de-imprensa/apesar-do-progresso-o-trabalho-infantil-ainda-afeta-138-milhoes-de-criancas>. Acesso em: 26 out. 2025.

UM ESTUDO SOBRE AS OBRAS DE CONCEIÇÃO EVARISTO

MORAES, Emanuely Vitória Ferreira de¹

MARQUES, Maria Inez Barboza²

SILVA, Thaís Gaspar Mendes da³

ST 9 - Temas transversais

INTRODUÇÃO

A pesquisa desenvolvida no âmbito da Iniciação Científica – Ensino (PIBIC-EM) para o período 2025-2026 com bolsa do CNPq, tem como tema: “um estudo sobre as obras de Conceição Evaristo.” Conceição Evaristo é uma escritora que traz à tona questões essenciais relacionadas à cultura, à identidade e às experiências de pessoas negras e mulheres no Brasil. Sua literatura oferece uma perspectiva única, que ajuda a ampliar a compreensão sobre temas como racismo, desigualdade social e resistência. Estudar as obras de Conceição Evaristo contribui para valorizar a diversidade cultural e promover uma reflexão profunda sobre a história e a sociedade brasileira. É uma oportunidade de aprender com uma voz autêntica e inspiradora que enriquece o entendimento sobre o mundo. A pesquisa tem como objetivos: divulgar as obras de Conceição Evaristo; contribuir com o desenvolvimento do senso crítico das(os) estudantes do ensino médio. proporcionar reflexões, através de debates sobre a temática; estreitar parceria com instituições (escolas) de Ensino Médio no município de Apucarana, contribuir com a qualificação de momentos posteriores na formação profissional

METODOLOGIA

A pesquisa se desenvolve de forma dinâmica, com acompanhamento da orientadora. Ocorre por meio de leituras e elaboração de fichamento das obras da autora, portanto, se caracteriza como uma pesquisa bibliográfica. Na dinamicidade do processo, pretende-se que

¹ Estudante do Colégio Estadual Cívico Militar Polivalente Carlos Domingos Silva, Bolsista do PIBIC-EM CNPq/Unespar 2025-2026, emanuely.morais@escola.pr.gov.br.

² Doutora em Serviço Social, docente da Universidade Estadual do Paraná (Unespar), *campus* de Apucarana, maria.marques@unespar.edu.br.

³ Doutora em Serviço Social, docente da Universidade Estadual do Paraná (Unespar), *campus* de Paranavaí, thais.silva@unespar.edu.br.

ocorra interação com outros(as) estudantes, através da organização de rodas de conversas e outras formas de interação.

DISCUSSÕES E RESULTADOS

A primeira obra da autora, lida no processo da Iniciação científica, foi o livro *Olhos d'Água, que se constitui em* uma coletânea de contos curtos em que Conceição Evaristo retrata, com sensibilidade e força poética, o cotidiano de pessoas negras – em especial, mulheres – que enfrentam as marcas da pobreza, do racismo e da exclusão social no Brasil contemporâneo.

A narrativa que dá título ao livro (*Olhos d'Água*) acompanha uma mulher que recorda as dificuldades da infância e busca compreender de onde vem sua dor – se dos próprios olhos ou dos olhos da mãe, símbolo da ancestralidade e da resistência feminina. Esse conto sintetiza a essência da obra: a memória, o afeto e a dor coletiva transformados em escrevivência.

Os demais contos – como “Maria”, “Duzu-Querença”, “Beijo na face”, “Quantos filhos Natalina teve?”, “Zaita esqueceu de guardar os brinquedos”, entre outros – compõem um painel da experiência negra em múltiplas dimensões. Neles, Evaristo evidencia tanto o sofrimento causado pela desigualdade quanto os gestos de amor, solidariedade e esperança que sustentam a vida.

A escrita da autora é marcada pela linguagem poética, pela oralidade, e por uma profunda empatia com as personagens. Suas histórias revelam o olhar das mulheres negras sobre si mesmas e sobre o mundo, deslocando o centro da narrativa literária tradicional.

Mais do que denunciar injustiças, *Olhos d'Água* celebra a humanidade dos que resistem e amam, mesmo em meio à dor. A água dos olhos, que dá título à obra, torna-se metáfora das lágrimas que lavam, curam e preservam a memória coletiva.

A segunda leitura realizada foi do romance *Becos da Memória*, escrito por Conceição Evaristo em 1988 e publicado em 2006. O livro retrata a vida em uma favela prestes a ser removida. A autora constrói um mosaico de lembranças e experiências que evidenciam a desigualdade social, o racismo estrutural e a resistência cotidiana de homens e mulheres negros(as) e pobres.

A história é conduzida pela personagem Maria-Nova, que rememora sua infância e as trajetórias das pessoas que habitavam os becos – figuras como Vó Rita, Duzu-Querença e

Cida, entre outras. Por meio dessas memórias, o livro dá voz aos sujeitos historicamente silenciados e transforma o espaço da favela em território de afetos, solidariedade e sobrevivência.

O tempo da narrativa é não linear, composto de recordações, sensações e histórias entrelaçadas, o que reflete o processo da memória coletiva. A linguagem é marcada pela oralidade, pela poética da escrevivência e pela valorização da cultura popular.

Mais do que denunciar a exclusão social, *Becos da Memória* busca ressignificar o cotidiano das periferias, mostrando a potência e a humanidade que emergem da dor e da luta. Assim, Conceição Evaristo transforma as lembranças da favela em instrumento de resistência e afirmação identitária do povo negro.

Considera-se que as duas obras são fundamentais para compreender as desigualdades sociais e econômica, bem como o racismo estrutural e a exclusão das mulheres na sociedade.

CONSIDERAÇÕES FINAIS

Até o final do processo de Iniciação Científica, serão realizadas leituras de outras obras de Conceição Evaristo. Espera-se aprimorar o desenvolvimento do próprio senso crítico, o que poderá contribuir também com o aprimoramento da concepção sobre seres humanos e a sociedade. Espera-se também contribuir com o conhecimento de outros(as) estudantes do Ensino Médio.

É importante estudar Conceição Evaristo por sua relevância literária, cultural e social, especialmente por dar voz a experiências de pessoas negras e mulheres historicamente invisibilizadas. Sua obra aborda temas como racismo, desigualdade e resistência, o que é imprescindível para as mulheres e jovens negras, que devem ter certeza do seu protagonismo e contribuição em diferentes espaços.

REFERÊNCIAS

EVARISTO, Conceição. **Ponciá Vicêncio**. Rio de Janeiro: Pallas, 2003.

EVARISTO, Conceição. **Becos da Memória**. Rio de Janeiro: Pallas, 2015.

EVARISTO, Conceição. **Olhos d'Água**. Rio de Janeiro: Pallas, 2014.

10, 11 e 12 DE NOVEMBRO



Interdisciplinaridade, Universidade e Ação



CAPES

PPGSED



UNESPAR

EVARISTO, Conceição. **Poemas da recordação e outros poemas**. Rio de Janeiro: Pallas, 2018.

EVARISTO, Conceição. **Histórias de leves enganos e parecenças**. Rio de Janeiro: Pallas, 2019.